MUNDO NOVO

Projeto Final de Arquitetura
2012 | 2013

CADERNO SÍNTESE

TATIANA MARQUES CHEONG

MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA

ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO 5

1 VERTENTE PRÁTICA 9

1.1| 1º Workshop: *Marca, Texto e Espaço* 10

1.2| 2º Workshop: *Cidade Guineense de Bafatá* 38

1.3| Tema II: *Reconhecimento do Território e Estratégia Proposta* 104

1.4| Tema I: *4 Habitações* 290

1.5| Tema III: *Espaço Público nas Amoreiras* 306

1.6| Tema IV: *Tema Livre - Amoreiras Operária: uma leitura atual* 313

ÍNDICE DE IMAGENS 350

BIBLIOGRAFIA GERAL E ESPECÍFICA 352

2 VERTENTE TEÓRICA 354

2.1| Dissertação: *Estudos da arquitetura tradicional: uma comparação metodológica entre Portugal e a "África Portuguesa"* 450

3 ANEXOS

INTRODUÇÃO

A vontade do homem em conhecer novos mundos nao é recente, e será sempre uma fome insaciável que motiva a ir além do conhecido. Seja esta uma esperança de encontrar um mundo melhor, alargar conhecimento, ou pelo simples prazer da viagem, trata-se de um tema apetecível para qualquer mente criativa. Este tema tem sido retratado nas artes das mais variadas formas, desde os projectos futuristas de Antonio Sant'Elia [1888-1916], à longa-metragem Metropolis de Fritz Lang [1927], ou 2001: A Space Odissey de Stanley Kubrick [1968].

O desafio lançado em Projeto Final de Arquitetura tem como tema central o "Mundo Novo" [título inspirado no livro Admirável Mundo Novo de Aldous Huxley, 1932], tendo por base a intervenção urbana e arquitetónica na Colina das Amoreiras, idealizada para a sociedade de 2032 . Este tema oportuno e desafiante, envolto numa narrativa complexa, explora os domínios da criatividade e da crítica social que se manifestam em desejos e intenções. Ao idealizar uma sociedade para daqui a vinte anos, conjeturam-se tendências e ideias de um mundo mais consciente a nível ambiental, económico e social que se começam a verificar atualmente e que se acredita terem continuidade.

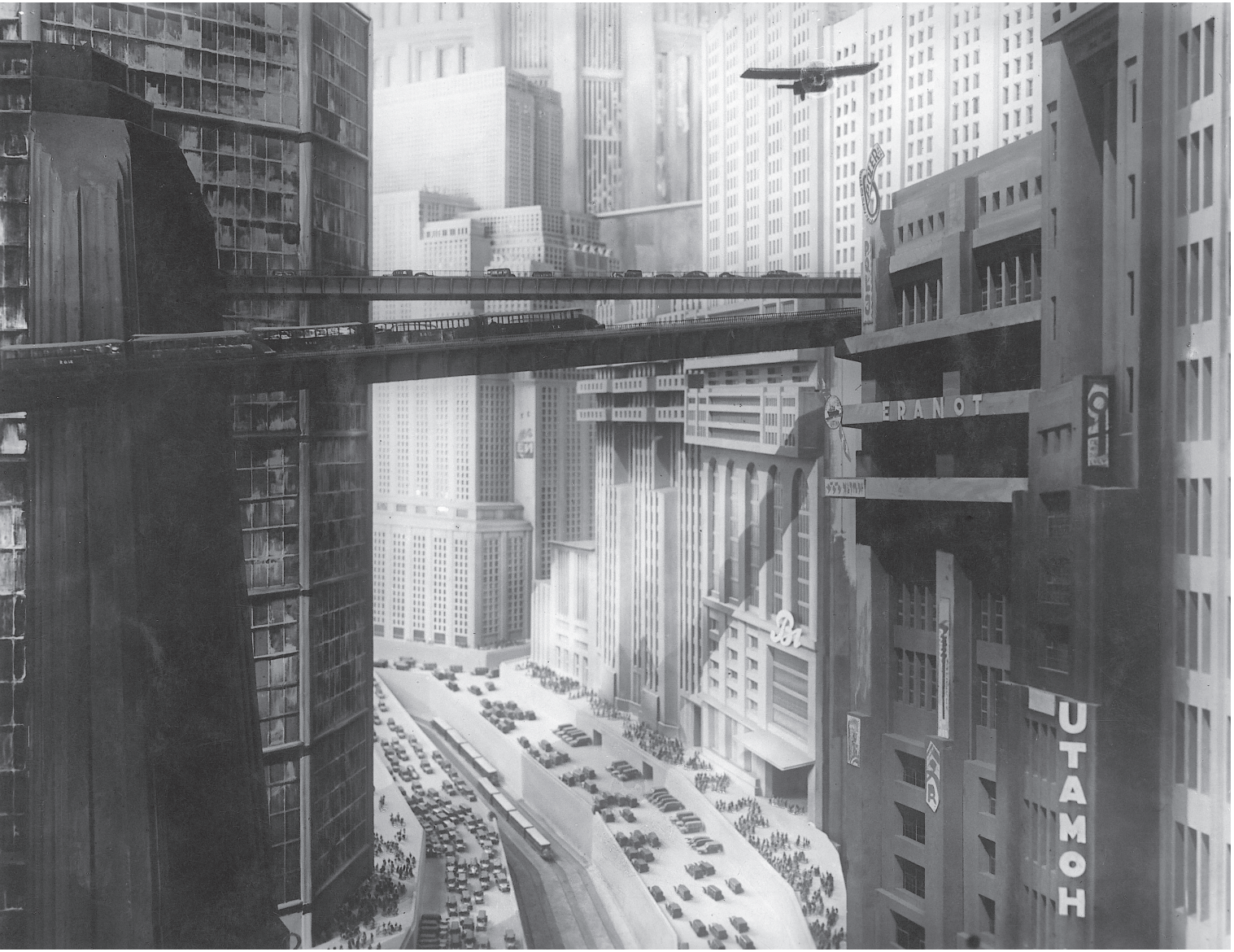
Neste sentido, a proposta de intervenção de grupo passa por uma reflexão sobre o espaço público, em que o conceito se desenvolve sobre os temas da centralidade e dos espaços intersticiais. Numa zona densamente edificada e de caráter marcadamente empresarial, a descompressão de construção e presença de espaços públicos verdes assume um papel fundamental. Esta intenção é concretizada a partir da requalificação de espaços expectantes, reabilitação de edifícios descaracterizados e devolutos, assim como pelo aproveitamento de lotes degradados para novas construções.

A intervenção preconizada reflete a convicção de que o futuro da zona não se baliza nos pressupostos do Movimento Pós-Moderno português, com o seu epítome nas Torres das Amoreiras de Tomás Taveira, e no presente Plano Diretor Municipal com a massificação da construção e consequente especulação imobiliária para o terreno livre da Artilharia Um.

O território das Amoreiras é analisado em duas escalas distintas, a macro e a micro escalas, estabelecendo-se a inter-relação entre as propostas individuais e a intervenção de grupo. Deste modo, o grande eixo estruturante de espaço público definido em grupo ao longo da colina das Amoreiras – entre o Largo do Rato e o terreno da Artilharia Um, convertido num parque urbano –, estabelece ligações com os projetos de habitação e os espaços urbanos desenvolvidos individualmente. Em conjunto, os trabalhos individuais seguem a lógica do conceito de grupo e encontram-se nos limites intersticiais do espaço público intervencionado. Relativamente ao projeto das habitações, as várias propostas têm como pressupostos a flexibilidade dos espaços, privilegiando as áreas comuns e a relação com o exterior.

Os trabalhos desenvolvidos na vertente teórica procuram abordar temáticas que de alguma forma se relacionam com a componente prática, tanto ao nível do projeto individual das habitações e do espaço urbano, bem como em relação ao exercício livre do tema IV. A investigação teórica desenvolvida sobre o tema do futuro uso dos edifícios industriais degradados ou devolutos na área de Lisboa indiciou uma linha de continuidade de pesquisa na zona específica das Amoreiras. Aqui aprofunda-se uma análise histórica sobre o surgimento da Fábrica das Sedas e a sua importância no desenvolvimento desta área da cidade.

No âmbito do tema IV foi desenhado um anfiteatro ao ar livre no parque urbano das Amoreiras, baseado na investigação teórica que


ERANOT
UTAMOH

estabelece uma comparação tipológica de diversos auditórios. Este estudo permitiu reunir uma síntese de parâmetros acústicos que se revelaram fundamentais na conceção deste equipamento público.

A leitura da cidade atual, com as suas valências e condicionantes, serviu de mote à investigação sobre a imagem de Carnide, realizada no âmbito do Laboratório de Sociologia, questionando a existência de diferentes perceções que lhe estão associadas. Este enfoque na imagem que diferentes populações têm acerca de um mesmo território configurou-se como uma mais valia para a elaboração da proposta de grupo para a zona das Amoreiras e na realização do trabalho individual, nomeadamente nos temas I, III e IV, onde a partir da apropriação das empenas e dos espaços públicos desqualificados se desenvolvem os projetos de arquitetura e urbanismo.

No âmbito do Laboratório de Cultura Arquitetónica realizou-se um trabalho de grupo intitulado "seis cidades africanas". Influenciados por esta análise elaboram-se duas dissertações relacionadas não só com este continente, mas também com a vertente projetual, nomeadamente o *workshop* desenvolvido para a cidade guineense de Bafatá.

O estudo teórico realizado sobre a cidade de Maputo, procura compreender a construção de um território em um lugar ficcionado a partir da análise do seu desenvolvimento urbano. A elaboração do tema IV, busca o entendimento da evolução histórica do território das amoreiras, influenciando a resolução dos projetos individuais de arquitetura e urbanismo.

A dissertação sobre a comparação metodológica entre o Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal e os estudos do habitat realizados nas províncias africanas ultramarinas, nas décadas de 1950 e 1960, pelos arquitetos portugueses, procura compreender o modo de vida das populações autóctones e a sua forma de ocupação no território. Os Gabinetes de Urbanização Colonial efetuavam estudos aprofundados aos habitats locais que incluíam o inquérito às populações nativas, como forma de elaborarem planos urbanísticos mais favoráveis ao desenvolvimento futuro, integrando sociedades plurirraciais. Esta reflexão sobre os aspetos humanos equipara-se à proposta de grupo cuja idealização de uma sociedade futura determina os princípios orientadores dos projetos desenvolvidos quer a nível urbano e arquitetónico. O tema IV, tal como o projeto das habitações, incide sobre as vilas operárias, e procura relacionar-se com a dissertação abordando a sua evolução histórica e o estado atual de conservação por meio de um levantamento tipológico e fotográfico, bem como a realização de inquéritos aos seus ocupantes.

O processo de materialização do projeto do Centro de Estudos para Bafatá teve por base um sistema de construção modular, relacionando-se com o *workshop* Marca, Texto e Espaço em que uma peça de lego foi utilizada para criar uma mancha bidimensional posteriormente traduzida num espaço tridimensional.

O conjunto dos trabalhos realizados ao longo do ano letivo quer em grupo como individualmente procuraram relacionar-se entre si e revelar a visão idealizada de um "Mundo Novo" mais consciente e humanizado.

Pagina ao lado:
1. Fritz Lang, *Metropolis*, 1927

1 MUNDO NOVO

VERTENTE PROJETUAL
Orientadores:

Paulo Tormenta Pinto (coordenador)
Prof. Auxiliar do ISCTE-IUL
José Luís Saldanha
Prof. Auxiliar do ISCTE-IUL

Orientandos:

Duarte Santana
Patrícia Paulo
Rita Cepa
Tatiana Cheong
Tiago Rebocho

1.1 MARCA, TEXTO E ESPAÇO



ÍNDICE

EXERCÍCIO 15

ALEGORIA DA CAVERNA 21

DESENHOS RIGOROSOS 22

ESQUISSOS 32

STORYBOARD 36

ÍNDICE DE IMAGENS 000

EXERCÍCIO

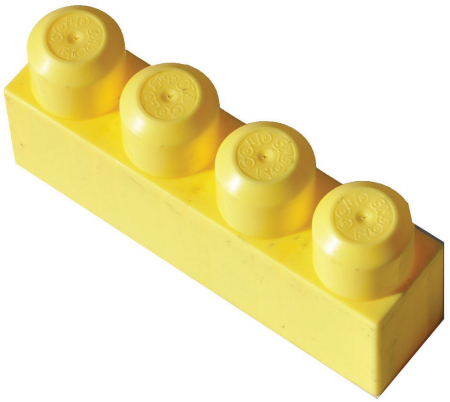
No âmbito do tema lançado - Mundo Novo - e dentro do exercício de arranque Marca, Texto e Espaço foi desenvolvido o presente trabalho, de caráter abstrato, onde se pretende como objeto final a criação de uma espacialidade.

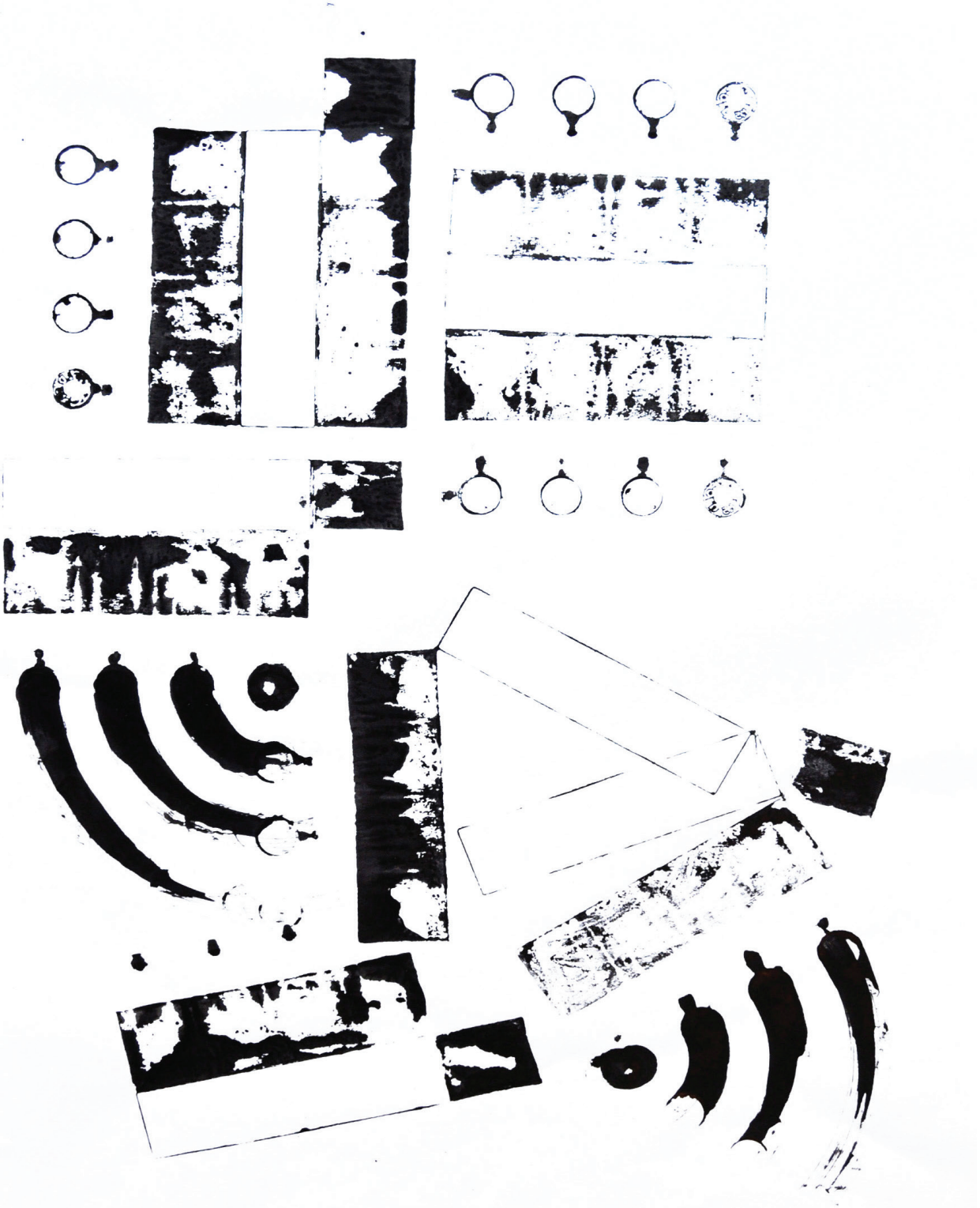
Através da utilização de um objeto de uso comum, embebido em tinta-da-china, foi produzido uma marca gráfica, à qual associámos um excerto literário. O objeto escolhido foi uma peça de lego e o texto é a Alegoria de Platão.

O trabalho culmina com a produção de uma maqueta, que fixa a espacialidade invocada pela marca e ilustrada pelo texto, um ambiente de gruta, um espaço contido e escuro, iluminado por um foco vertical e com uma fresta a partir da qual é possível visualizar o exterior.

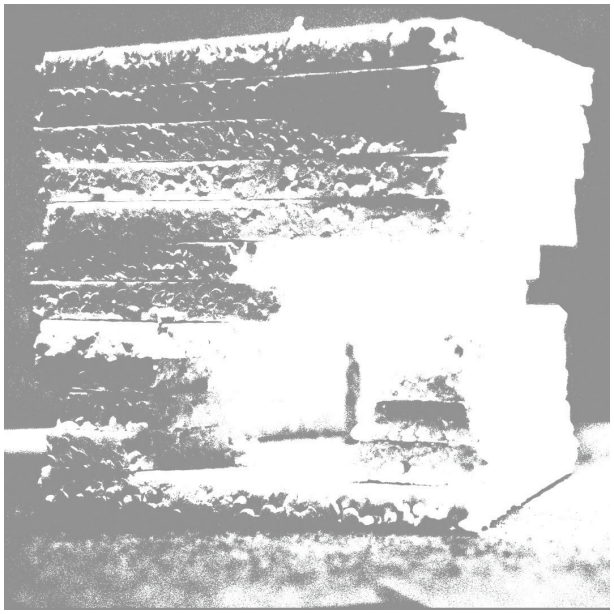
Contrapondo o interior, caraterizado pela irregularidade das linhas, o exterior apresenta-se numa forma pura e simples, o cubo, representando a racionalidade.

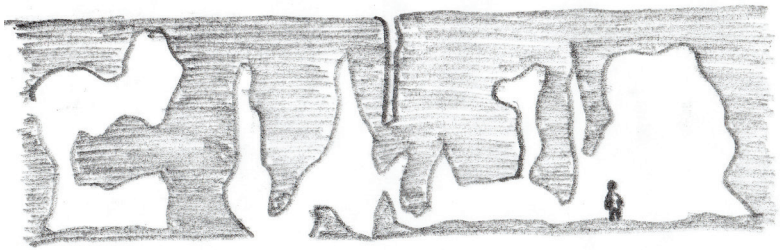
Sendo este um execicio de caráter abstrato, o espaço é multiescalas.

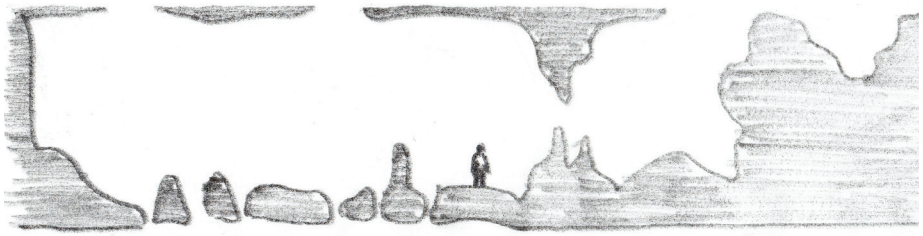
















ALEGORIA DA CAVERNA

[...] Suponhamos uns homens numa habitação subterrânea em forma de caverna, com uma entrada aberta para a luz, que se estende a todo o comprimento dessa gruta. Estão lá dentro desde a infância, algemados de pernas e pescoços, de tal maneira que só lhes é dado permanecer no mesmo lugar e olhar em frente; são incapazes de voltar a cabeça, por causa dos grilhões; serve-lhes de iluminação um fogo que se queima longe, numa eminência, por detrás deles; entre a fogueira e os prisioneiros há um caminho ascendente ao longo do qual se construiu um pequeno muro [...]

- Estou a ver- disse ele.

- Visiona também ao longo deste muro, homens que transportam toda a espécie de objectos, que o ultrapassa: estatuetas de homens e de animais, de pedra e de madeira, de toda a espécie de lavor; como é natural, dos que os transportam, uns falam, outros seguem calados.

- Estranho quadro e estranhos prisioneiros são esses de que tu falas - observou ele.

- Semelhantes a nós - continuei-. Em primeiro lugar, pensas que, nessas condições, eles tenham visto, de si mesmo e dos outros, algo mais que as sombras projectadas pelo fogo na parede oposta da caverna?

Como não – respondeu ele -, se são forçados a manter a cabeça imóvel toda a vida?

[...]

- Então, se eles fossem capazes de conversar uns com os outros, não te parece que eles julgariam estar a nomear objectos reais, quando designavam o que viam?

- É forçoso.

- E se a prisão tivesse também um eco na parede do fundo? Quando algum dos transeuntes falasse, não te parece que eles não julgariam outra coisa, se não que era a voz da sombra que passava?

- Por Zeus, que sim!

- De qualquer modo – afirmei – pessoas nessas condições não pensavam que a realidade fosse senão a sombra dos objectos.

- É absolutamente forçoso – disse ele.

- Considera pois – continuei – o que aconteceria se eles fossem soltos das cadeias e curados da sua ignorância, a ver se, regressados à sua natureza, as coisas se passavam deste modo. Logo que alguém soltasse um deles, e o forçasse a endireitar-se de repente, a voltar o pescoço, a andar e a olhar para a luz, ao fazer tudo isso sentiria dor, e o deslumbramento impedi-lo-ia de fixar os objectos cujas sombras via outrora. Que julgas tu que ele diria, se alguém lhe afirmasse que até então ele só vira coisas vãs, ao passo que agora estava mais perto da realidade e via de verdade, voltado para objectos mais reais? E se ainda mostrando-lhe cada um desses objectos que passavam, o forçassem com perguntas a dizer o que era? Não te parece que ele se veria em dificuldades e suporia que os objectos vistos outrora eram mais reais do que os que agora lhe mostravam?

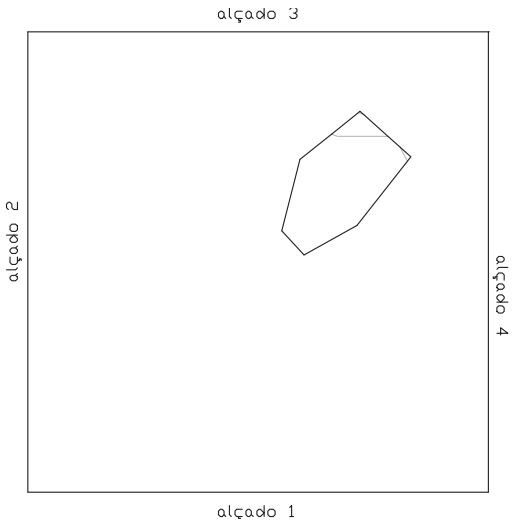
Muito mais – afirmou.

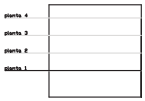
In PLATÃO [2001]. *A República*, Livro VII. 9ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. pp. 315-317.

Em cima:
1. Interior de gruta
Em baixo:
2. Gruta no Canyon

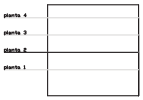
DESENHOS RIGOROSOS

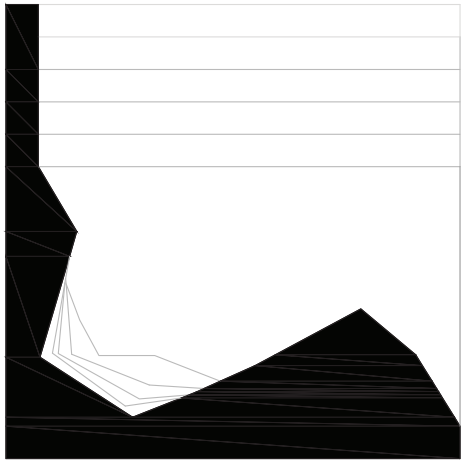


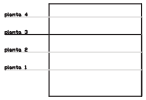


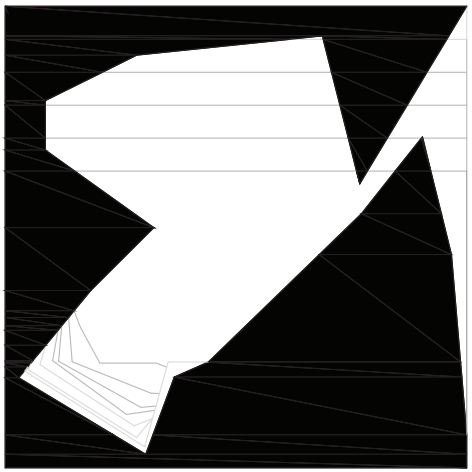

planta 4
planta 3
planta 2
planta 1

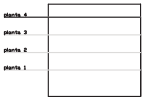



planta 4
planta 3
planta 2
planta 1




planta 4
planta 3
planta 2
planta 1



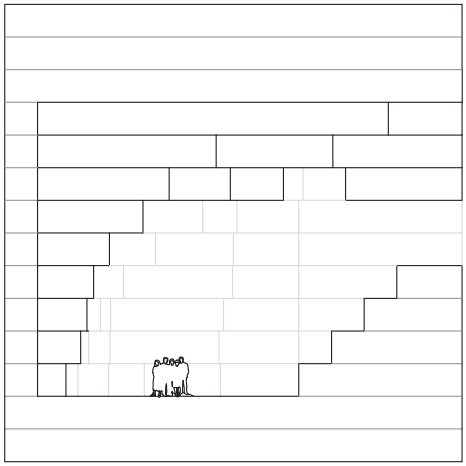

planta 4
planta 3
planta 2
planta 1

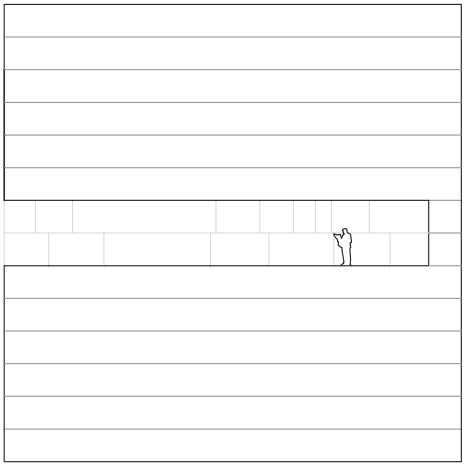




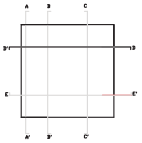


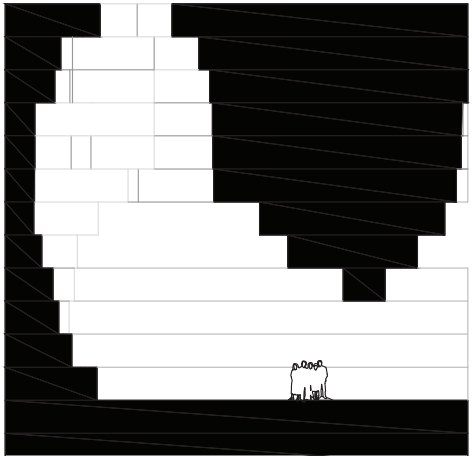


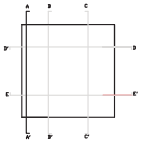


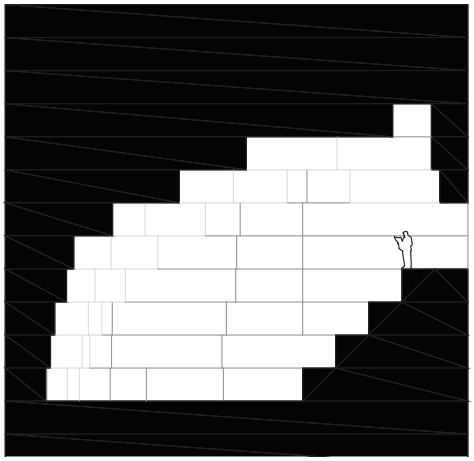


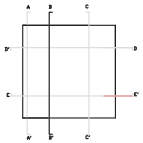


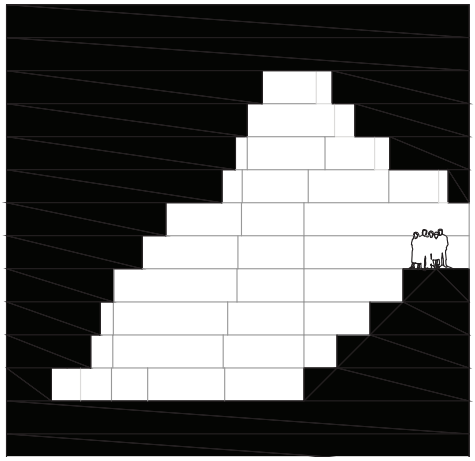


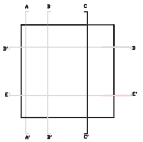


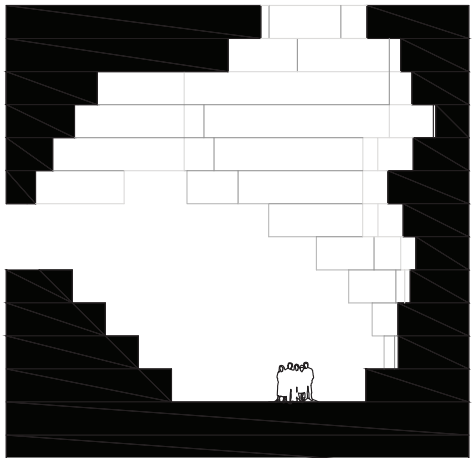


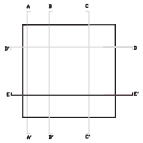


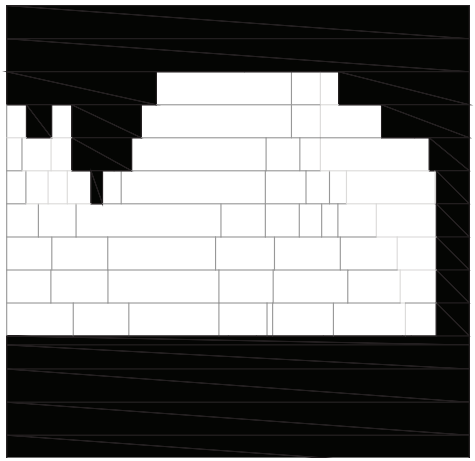












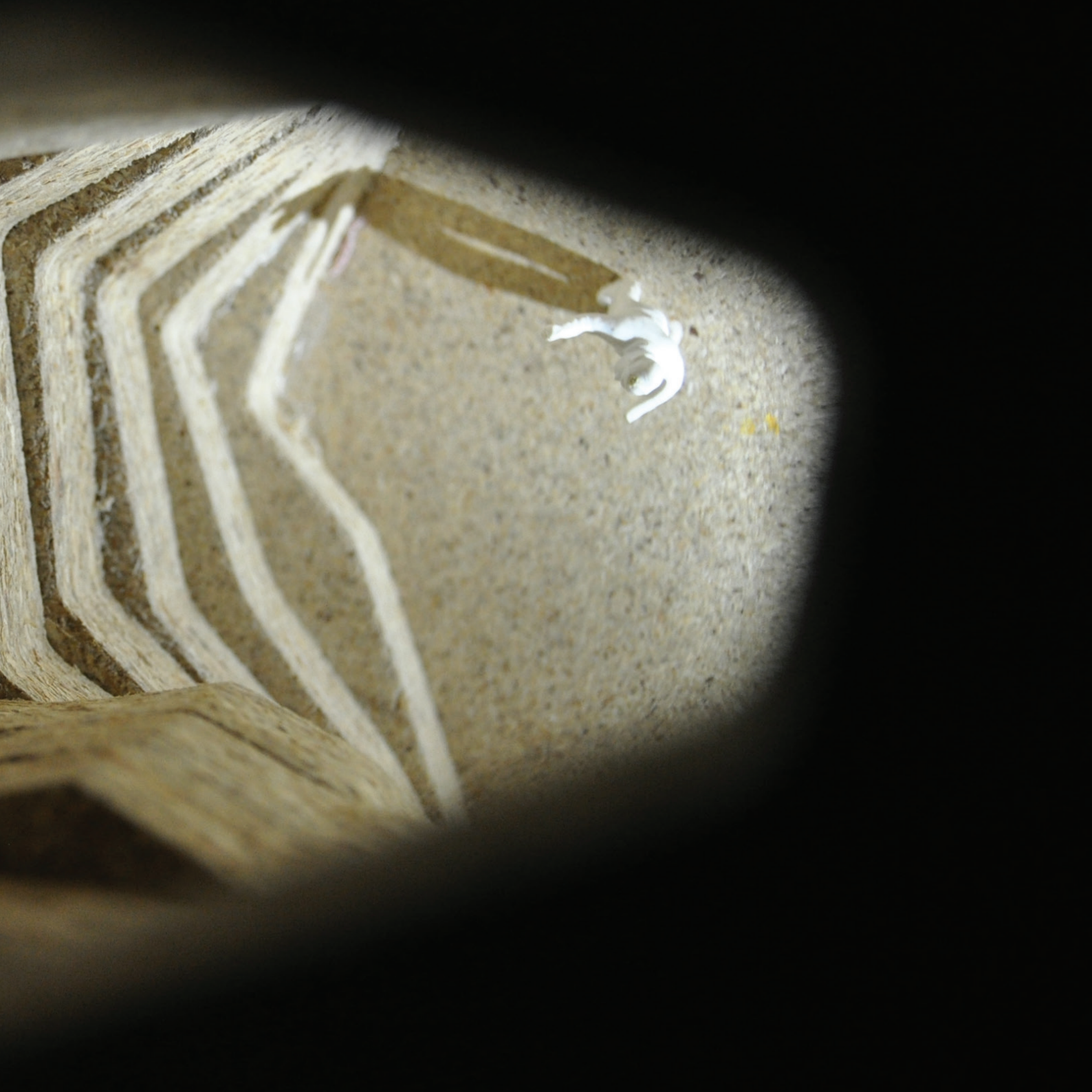




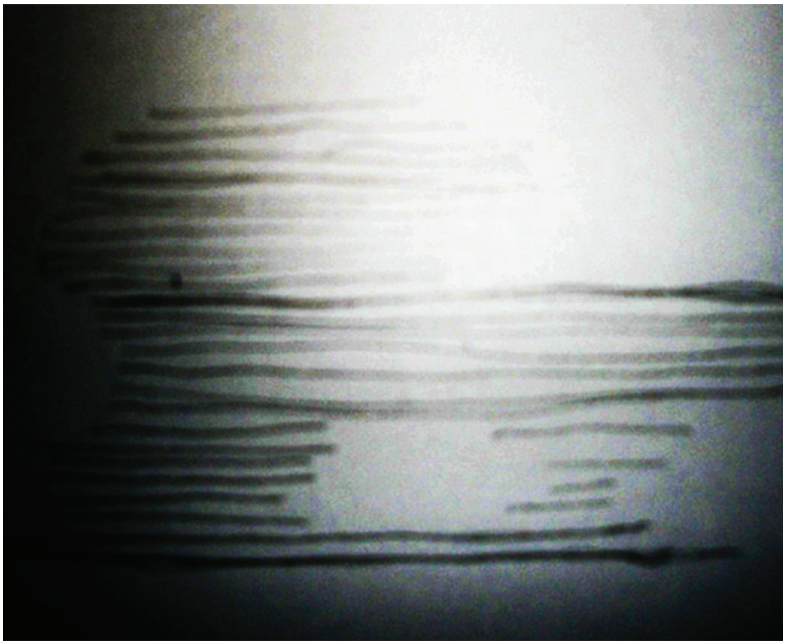


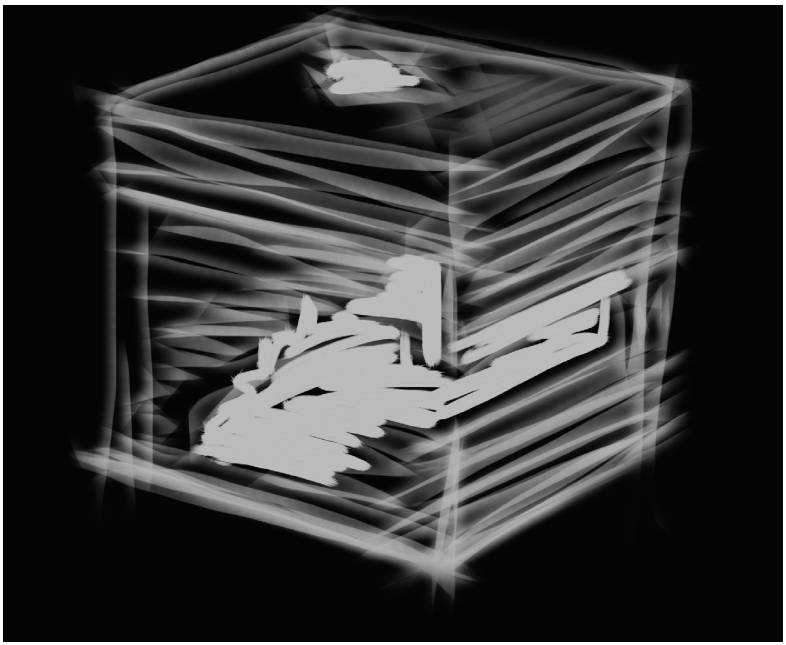




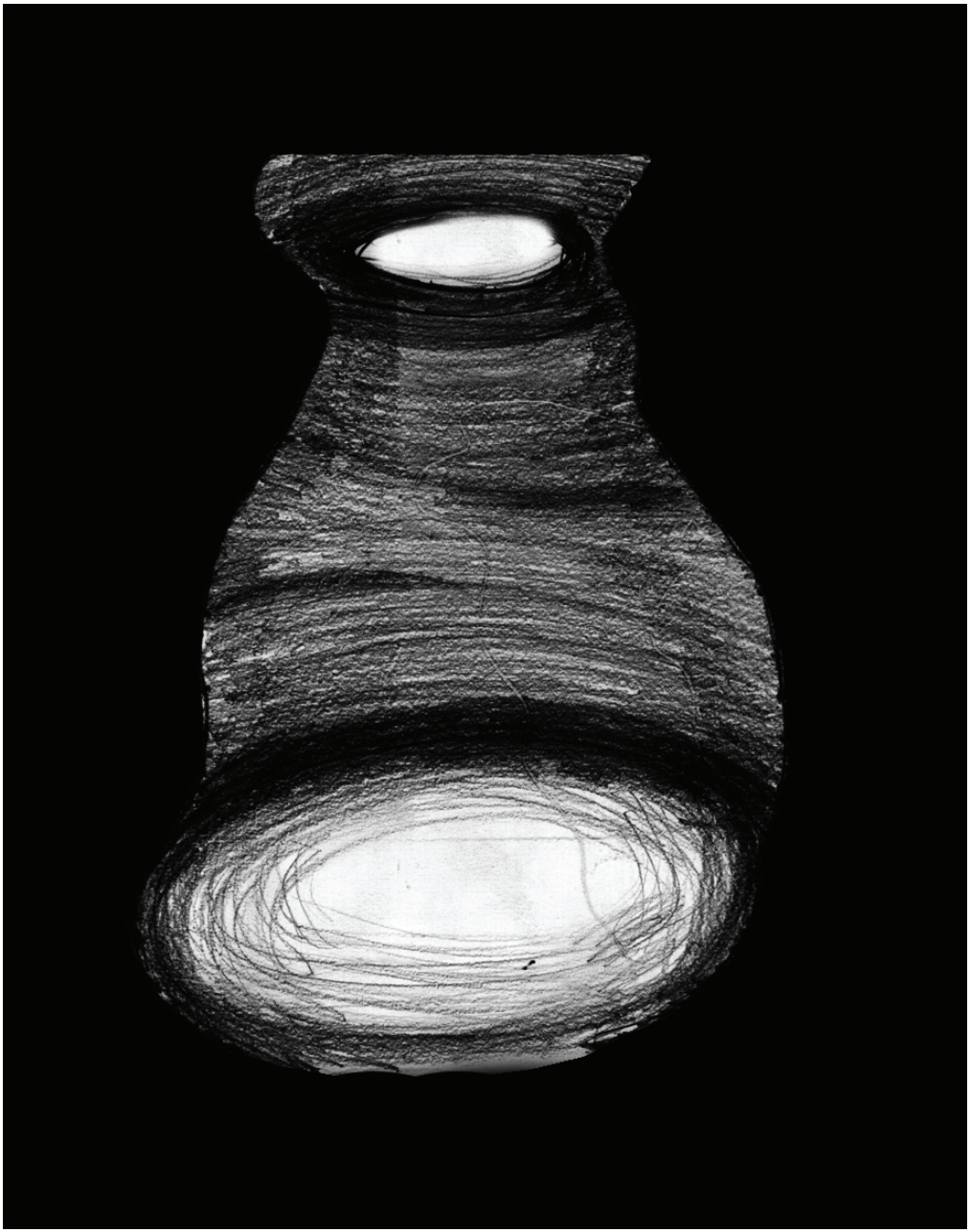


ESQUISSOS

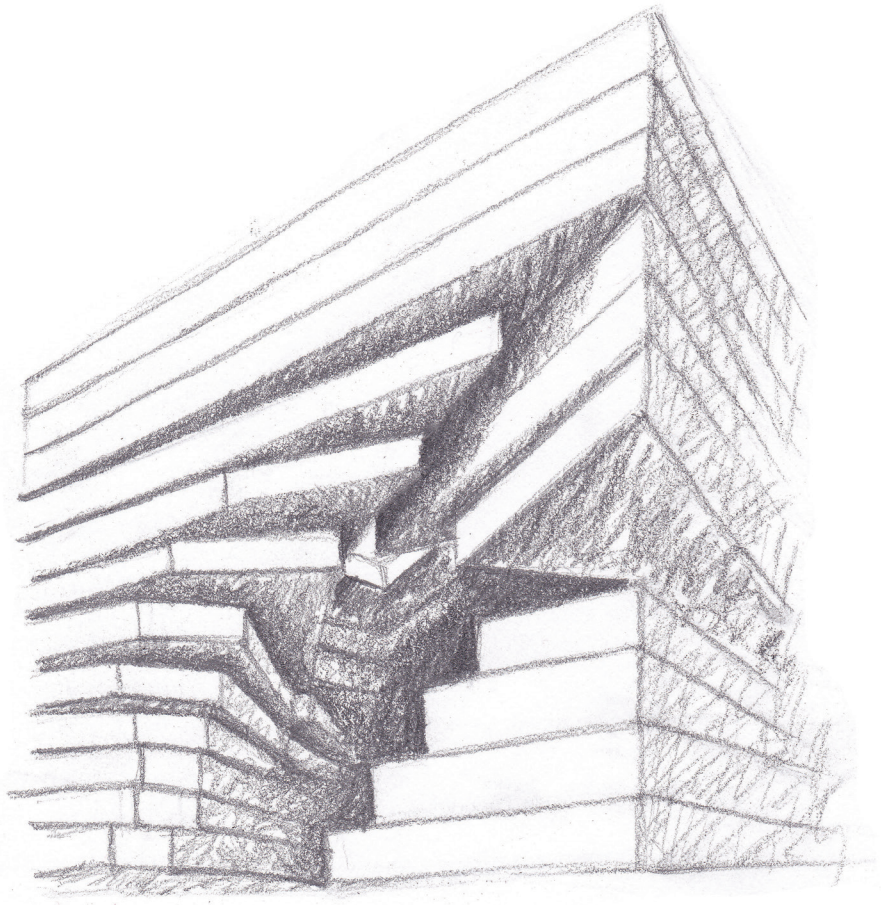




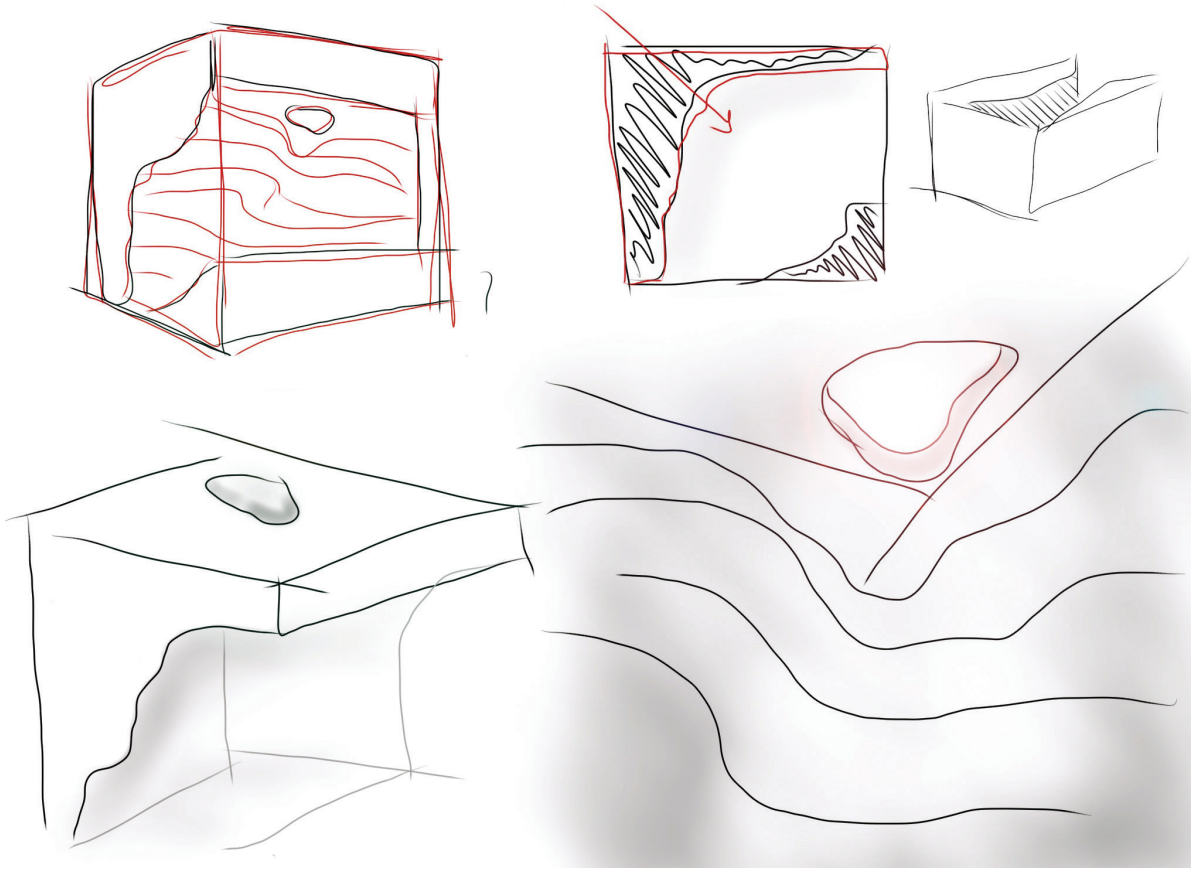
Em cima:
Patrícia Paulo
Em baixo:
Duarte Santana



Rita Cepa



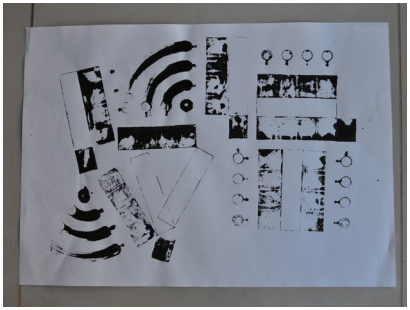
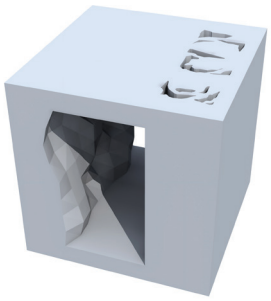
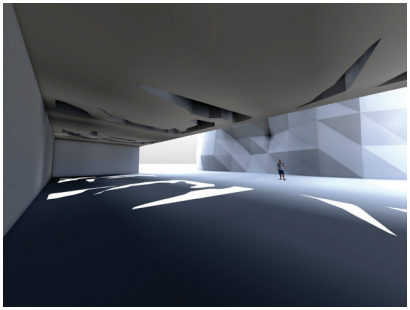
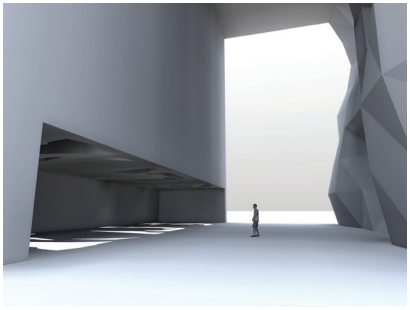
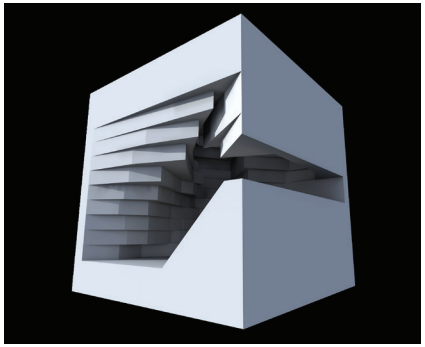
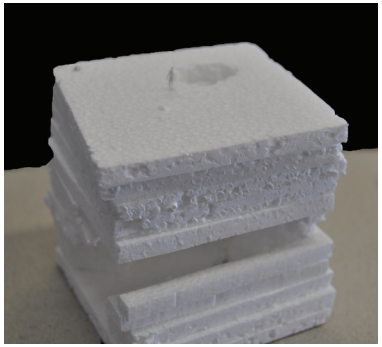
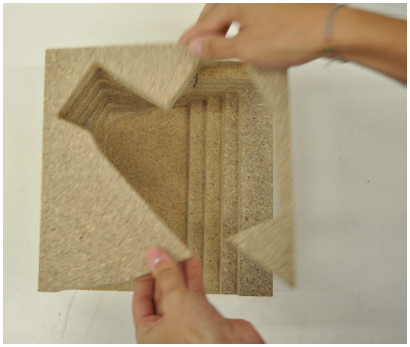
Tatiana Cheong



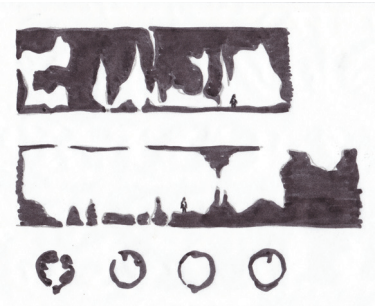
Tiago Rebocho

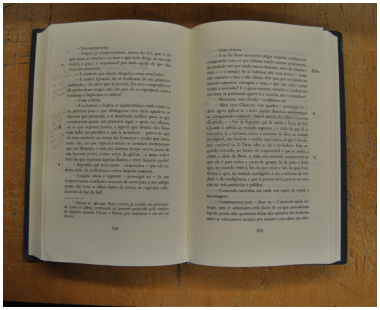
STORYBOARD

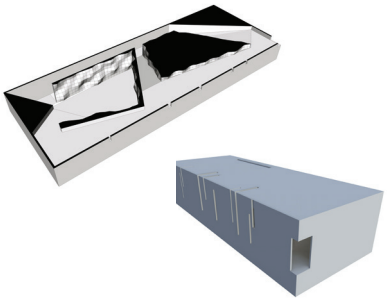


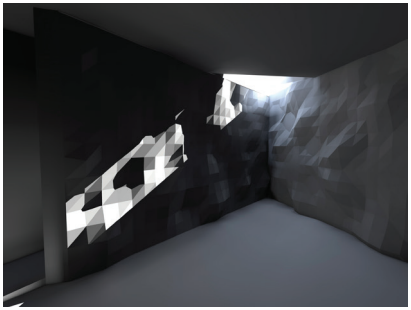








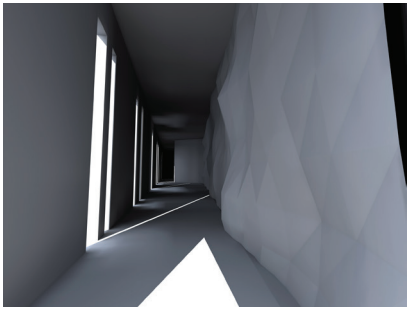


















1.2 BÁFATA



1



ÍNDICE

EXERCÍCIO 43

ENQUADRAMENTO DE BAFATÁ 45
- GUINÉ-BISSAU 46
- BAFATÁ 50

AMÍLCAR CABRAL 57

CENTRO DE ESTUDOS 61
- MEMÓRIA DESCRITIVA 62
- TABANCA 64
- REORDENAMENTO 66
- CONCEITO 68
- UM MODELO CONSTRUTIVO 70
- FORMA 72
- ESTUDOS DE COMPOSIÇÃO 74
- MARCA NO TERRITÓRIO 77
- MÓDULO BASE 78
- AMBIENTE INTERIOR E EXTERIOR 80
- MODELO TRIDIMENSIONAL 82
- MATERIAIS E PRODUÇÃO LOCAIS 84
- MATERIALIDADE 86
- ESQUISSOS 88
- MAQUETA 90
- DESENHOS TÉCNICOS 94
- SISTEMA DE ADAPTAÇÃO AO CLIMA 99
- ESQUEMA DO APROVEITAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS 101

ÍNDICE DE IMAGENS 000

EXERCICÍO

No âmbito da unidade curricular de Projeto Final de Arquitetura, foi elaborado um *workshop* com o objetivo de comemorar a proximidade dos 90 anos do nascimento de Amílcar Cabral [em 12 de Setembro de 1924] na cidade guineense de Bafatá.

O exercício propõe a criação de uma estrutura que albergue um centro de estudos, tendo como premissa o pensamento e a obra literária daquele que foi o fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde [PAIGC].

A estrutura a projetar pretende-se efémera e de baixo custo, e deverá ter em conta os critérios de facilidade e rapidez de construção, podendo ser prevista a edificação de um equipamento semelhante noutros pontos da Guiné-Bissau.

Neste país de clima tropical, será ainda preponderante a adaptação construtiva do projeto a esta condicionante.

O novo equipamento deverá abrir-se à cidade e ser passível de acolher atividades paralelas de interesse à comunidade local.

"Na cidade, somente as pedras, árvores e o rio resistiram à erosão do tempo. E com eles, algumas pessoas, que ficaram para perpetuar na memória do mundo e dos homens, que ali já viveu gente."

In <http://www.cinemaportugues.ubi.pt/bd/info/2143686181>
Acesso em: 20 de Novembro de 2012

ENQUADRAMENTO DE BAFATÁ



GUINÉ-BISSAU
Localização e história

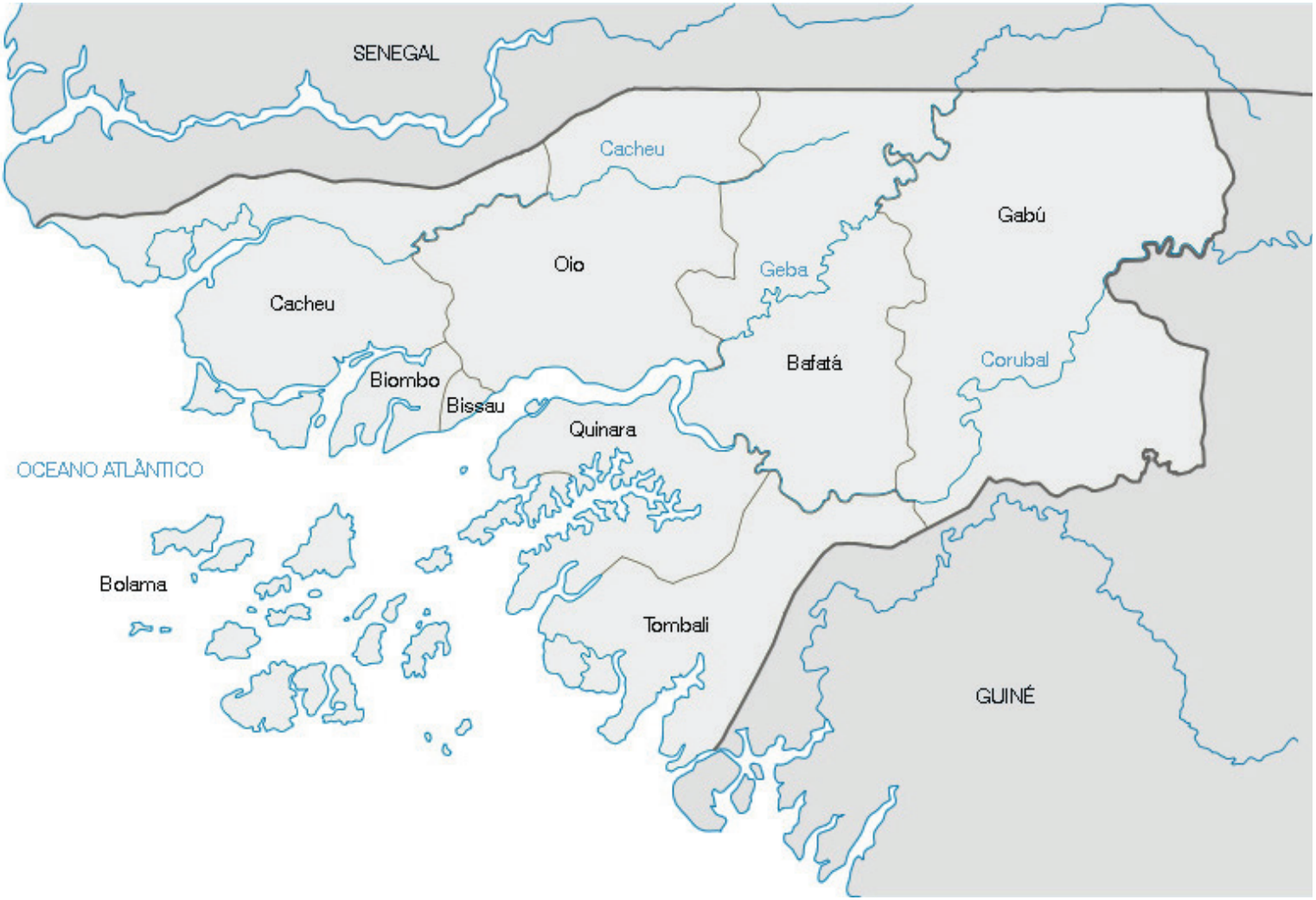
A República da Guiné-Bissau, situa-se na costa ocidental de África, entre o Senegal, a norte, a República da Guiné-Conacri, a sul, e a oeste pelo Oceano Atlântico. Para além do território continental, integra ainda cerca de oitenta ilhas que constituem o Arquipélago dos Bijagós.
Este país foi uma colónia portuguesa desde o século XV até proclamar, unilateralmente, a sua independência, a 24 de Setembro de 1973. O reconhecimento do colonizador só sucedeu a 10 de Setembro de 1974, passando a ser a primeira colónia portuguesa no continente africano a ter a independência.
Atualmente, faz parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [CPLP], das Nações Unidas, dos PALOP [Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa] e da União Africana.
Antes da chegada dos Europeus e até ao século XVII, a quase totalidade do território da Guiné-Bissau encontrava-se integrado pelo Reino de Gabu, fundado pelos mandingas.

Em 1446, Nuno Tristão chegou à Guiné e reclamou a posse do território, contudo a colonização do mesmo só aconteceu com a fundação da vila de Cacheu, em 1588. Esta ocupação fez-se a partir de Cabo Verde e do litoral da Guiné, pontos estratégicos, durante séculos, para o comércio de escravos. Só mais tarde, já no século XIX, é que se ocupa o interior do país.
Em 1697, a vila de Bissau é fundada como fortificação militar, tornando-se mais tarde a capital da Guiné-Bissau.
Em 1879, procedeu-se à separação administrativa de Cabo Verde, constituindo-se a Guiné Portuguesa.
No contexto do Congresso de Berlim [1884-1885], diante a divisão da África pelas potências coloniais europeias, a Guiné-Bissau é confirmada a Portugal. Entretanto, as subsequentes tentativas de ocupação e colonização portuguesas não se fizeram sem resistência das populações locais.

Regiões da Guiné-Bissau	
Região	**Capital**
Bafatá	Bafatá
Biombo	Quinhamel
Bissau (sector autónomo)	Bissau
Bolama	Bolama
Cacheu	Cacheu
Gabú	Gabú
Oio	Farim
Quinara	Quinara
Tombali	Catió



3. Localização da Guiné-Bissau no continente africano



4. Mapa das regiões da Guiné-Bissau

GUINÉ-BISSAU
caraterização geral

Clima

Situada aproximadamente a meia distância entre o Equador e o Trópico de Câncer, a Guiné-Bissau apresenta um clima tropical, caraterísticamente quente e húmido.

Há duas estações distintas: a estação das chuvas e a estação seca. A estação das chuvas estende-se de meados de Maio até meados de Novembro, com maior pluviosidade em Julho e Agosto. A estação seca corresponde aos restantes meses do ano.

As temperaturas são, em geral, elevadas durante todo o ano. Com a estação das chuvas, as temperaturas são mais elevadas [20ºC – 38ºC] e com a estação seca, as temperaturas são mais baixas [15ºC – 33ºC]. O mês mais quente é Abril e Janeiro o mais fresco.



Flora

Em virtude da situação geográfica e do clima tropical húmido, a vegetação da Guiné-Bissau é do tipo savana e floresta tropical. Como tal, possui valiosos recursos florestais, quer em quantidade, quer em diversidade. Ao nível das madeiras existentes, identificam-se as seguintes: bissilom, pau sangue, pau bicho amarelo, pau conta [aifzélia africana], mancone e cibe.

População e cultura

A população da Guiné-Bissau é de 1.628.603 [Julho 2011 est.], sendo que mais de metade vivem no meio rural. As regiões administrativas mais populosas são Bissau, Oio, Bafatá, Cacheu e Gabú.

A população é extremamente jovem, cerca de 40% têm menos de 15 anos e a taxa de analfabetismo é muito acentuada, sobretudo no sexo feminino. Na Guiné-Bissau existem mais de 30 grupos étnicos, entre os quais seis são quantitativamente mais importantes: fulas, balantas, mandingas, manjacos, papéis e mancanhas. Cada uma das regiões da Guiné-Bissau é conhecida como lugar de residência de uma única ou mais etnias. No entanto, com as migrações, as etnias têm-se misturado em quase todas as regiões.

Determinado pela grande diversidade étnica, são reconhecidos cerca de trinta dialetos diferentes. O crioulo é considerado a língua nacional, através do qual os diferentes grupos étnicos comunicam. O português, embora proclamado língua oficial, é pouco falado, somente sendo utilizado nos meios oficiais e por um pequeno número de guineenses escolarizados.



Economia

Economicamente, a Guiné-Bissau é classificada como um dos países mais pobres do mundo. As principais atividades económicas são a agricultura, pesca, reflorestação e pecuária.

A agricultura desprovida de qualquer mecanização produz, em especial, arroz, amendoim, mandioca, milho, feijão, castanha de caju e culturas hortícolas destinados essencialmente ao consumo familiar.

Os principais produtos de exportação são a castanha de caju, o peixe e a madeira.

Um dos maiores problemas da economia guineense reside na fragilidade de infra-estruturas e das estruturas de produção. O país satisfaz as suas necessidades mediante a importação, provocando um forte desequilíbrio da balança comercial.

A indústria transformadora possui uma expressão diminuta, quer em termos de dimensão, quer em termos de desenvolvimento tecnológico. A produção de bens de consumo destina-se ao mercado interno, dos quais se destacam os setores: agro-industrial, metalomecânica ligeira, cerâmica e madeira. Na metalomecânica e máquinas inclui-se a reparação naval e de veículos, a produção de estruturas metálicas, ferramentas agrícolas e de fundição. No ramo dos minerais não metálicos produzem-se os adobes tradicionais, britas e areias. Existe ainda alguma produção na área dos têxteis [panos e vestuário] e couro.







Página ao lado, em cima:
5. Vista de Bafatá e da vegetação envolvente
Página ao lado, em baixo:
6. Etnia Fula no Carnaval, Bafatá
À direita,em cima:
7. Pescadores no rio Geba, Bafatá
À direita, ao centro:
8. Produção de arroz, Guiné-Bissau
À direita,em baixo:
9. Mercado de Bafatá

BAFATÁ
a região, o setor e a cidade

A região de Bafatá, localizada no centro-norte do país, pertence a uma das oito regiões administrativas da Guiné-Bissau, fazendo fronteira com as regiões de Gabú, Oio, Quinara e Tombali [ver imagem 2]. Tem uma superfície de 5.981 km2 e uma população estimada de 205.000 habitantes.

Por sua vez, a região é subdividida em setores: Contuboel, Gamamundo, Bafatá, Sonaco, Bambadinca, Galomaro e Xitole. O setor de Bafatá, localiza-se a este da região e tem como sede a cidade com o mesmo nome, capital da região.

Situada no centro do país, a 150 kms a Leste de Bissau, Bafatá é a segunda maior cidade da Guiné-Bissau e tem uma população de aproximadamente 22.500 pessoas [segundo as estatísticas de 2008].

Conhecida como o berço do herói nacional Amílcar Cabral, a cidade de Bafatá situa-se na confluência dos rios Geba e Colufe. Esta, pode ser dividida em "duas cidades": a cidade formal, o núcleo urbano com caraterísticas coloniais; e, a cidade informal, nos arredores da primeira, com caraterísticas africanas.

Durante a guerra, a antiga vila de Bafatá era caraterizada pela paz e tranquilidade, talvez pela sua localização distante de todas as fronteiras. Ocupando uma posição central, a pequena vila cosmopolita era o ponto de encontro e passagem de mercadorias, culturas e gentes.



Em cima:
10. Região e sectores de Bafatá
Página ao lado:
11. Cidade de Bafatá



BAFATÁ
a cidade formal

A cidade formal de Bafatá implantada numa colina junto ao Geba é constituída por quarteirões que se desenvolvem a partir da avenida principal, implantada no sentido Nordeste-Sudoeste em direção ao rio. Contrariamente ao desenvolvimento e movimentação que caraterizava este núcleo no passado, atualmente é patente uma baixa densidade populacional e a predominância de edifícios e casas coloniais num estado acentuado de degradação.
Da presença portuguesa em Bafatá ficaram no território as marcas da arquitetura, ou o que dela restou, e um traçado urbano por concluir.

Era na encosta para ambos os rios que crescia (e continua a crescer) a vila propriamente dita, com as suas ruas comerciais, casas de habitação em alvenaria, a administração, a igreja, a pensão residencial, o clube e respectiva piscina, o cinema e o estádio polivalente. [...]
Na margem do Geba, estendia-se um belo jardim com um parque infantil, donde sobressaía uma heroica estátua de bronze. Por baixo, junto ao rio, ficava o porto fluvial, construído em vários terraços horizontais desnivelados, para poder funcionar em qualquer época do ano, consoante a cheia. À esquerda, erguia-se o mercado, construído em estilo inspirado no mudéjar e onde se vendiam, aos montinhos, os mais variados produtos agrícolas.
Numa enorme ravina, mais para norte, desenvolvia-se uma frondosa mata de árvores gigantescas [...] o único lugar ameno daquelas tórridas paragens. [...]
Bafatá, era uma bela vila, ordeira, quente, pacífica e colorida. [...]
Bafatá, passou a ser uma bela cidade, ordeira, quente, pacífica e colorida.

In MONTEIRO, Costa. Travessia. Lisboa: editorial Escritor, Novembro de 1966.





Em cima:
12. Vista aérea do núcleo urbano de Bafatá
Em baixo:
13. Vista aérea do núcleo urbano de Bafatá
Página ao lado:
14. Núcleo urbano de Bafatá







À esquerda:
15. Eurico Pinto Lopes. Igreja de Bafatá, 1950
À direita:
16. Escola de Bafatá [2012]





À esquerda:
17. Francisco de Matos. Posto de correios, 1943
À direita:
18. Rua de Bafatá





À esquerda:
19. Mercado Municipal
À direita:
20. Piscinas

21. Boulevard de Bafatá e rio Geba, ao fundo

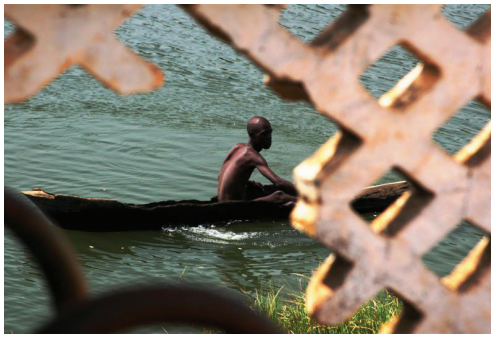
22



23



24



AMÍLCAR CABRAL



AMÍLCAR CABRAL

Amílcar Cabral nasceu na cidade de Bafatá, a 12 de Setembro de 1924, aos oito anos de idade vai para Cabo Verde onde passa a sua infância. Em 1943, completa o liceu em Mindelo, e em 1944, vai trabalhar para a Imprensa Nacional na cidade de Praia. Esse trabalho acaba por durar somente um ano, devido ao facto de ter conseguido uma bolsa de estudo que o levou a ingressar no Instituto Superior de Agronomia em Lisboa. Após terminar o curso, em 1950, trabalha dois anos na Estação Agronómica de Santarém.

No ano de 1952, Amílcar Cabral é contratado como adjunto dos Serviços Agrícolas e Florestais da Guiné, regressando assim a Bissau. Contudo, as suas atividades políticas deram origem à antipatia do governador da colónia, Melo et Alvim, o que o obriga a emigrar para Angola.

Em Angola, juntou-se ao Movimento Popular de Libertação de Angola [MPLA]. Na sequência do MPLA surge o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde [PAIGC], em que Amílcar Cabral ocupa um dos mais importantes lugares entre todos os dirigentes nacionalistas das colónias portuguesas. Criado em Bissau, em 1956, o PAIGC tinha como objetivo a luta contra o regime colonial português e não contra os portugueses, também eles vítimas da ditadura.

A 20 de Janeiro de 1973, Amílcar Cabral é assassinado em Conacri por membros do seu próprio partido. No entanto, a sua morte não afetou a caminhada da Guiné-Bissau para a proclamação da independência, mas viria a pôr em causa aquele que terá sido o seu mais acarinhado sonho - juntar as suas duas pátrias, Guiné e Cabo Verde.

Em Bafatá, a memória de Amílcar Cabral encontra-se perpetuada num busto situado junto ao mercado central e na casa onde nasceu, num quarteirão próximo das margens do rio Geba.



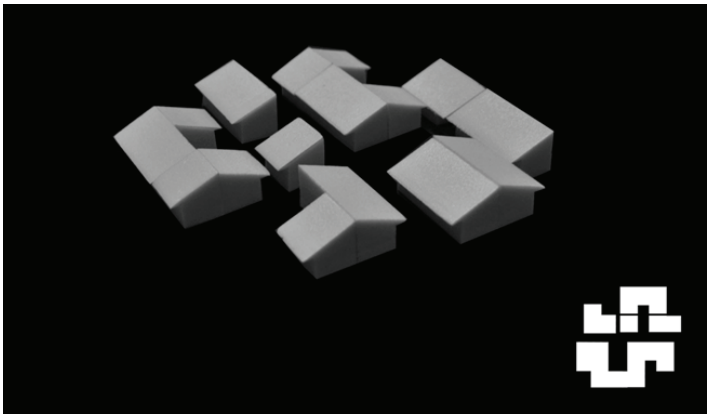


Em cima:
26. Casa onde terá nascido Amílcar Cabral, Bafatá
Em baixo:
27. Busto de Amílcar Cabral, Bafatá



28. Cartaz em Bafatá: "Cabral não está morto"

CENTRO DE ESTUDOS



MEMÓRIA DESCRITIVA

Como resposta ao exercício proposto foi criada uma estrutura para albergar um centro de estudos com base no pensamento e obra literária de Amílcar Cabral. O equipamento de caráter efémero pressupôs alguns critérios: a adaptação ao clima tropical e a atividades comunitárias paralelas, bem como um baixo custo e facilidade de construção, tendo em conta a possibilidade de ser edificado um equipamento similar noutros locais da Guiné-Bissau.

O conceito do projeto procura relacionar-se com a forma de organização da população no território guineense. Neste sentido, as *tabancas* e os reordenamentos existentes no país tornaram-se uma referência para o desenvolvimento da proposta. A *tabanca*, palavra que em crioulo da Guiné-Bissau significa aldeia, constituiu-se na sua origem por um conjunto de *cubatas* [palhotas] geralmente fortificadas. Contudo, um grande número destas construções mais primitivas têm sido substituídas por um novo modelo de habitação, geralmente de um só piso, com cobertura inclinada que se desenvolve além do perímetro exterior. Já no reordenamento, sistema implementado na Guiné pelas forças armadas portuguesas durante a Guerra Colonial [1961-1974], consistia no controlo da população por meio da organização das *tabancas* em autodefesa. Em ambas as formas de ocupação é patente a existência de um eixo estruturante, a partir do qual se dispõem as construções – no caso das tabancas, de modo mais aleatório e, nos reordenamentos, de forma estruturada por meio de vias ortogonais.

No projeto do centro de estudos procurou-se uma organização dos diferentes volumes que constituem o programa, com base num sistema de composição modular, que permite explorar variadas soluções, estabelecendo-se dessa forma um paralelo com o exercício de arranque do ano letivo, em que uma peça de lego serviu de mote para o desenvolvimento da proposta lançada. A disposição dos módulos, fundamentados num dos arquétipos de construção local – volume térreo de duas águas –, define um eixo central a partir do qual se estruturam pátios de diferentes dimensões. A própria implantação do novo equipamento procura enfatizar esse eixo, criando um prolongamento da rua na qual se localiza a casa onde nasceu Amílcar Cabral até à vista privilegiada do rio Geba e da vegetação que lhe serve de pano de fundo.

A estrutura leve e facilmente transportável, baseada num sistema reticulado com possibilidades evolutivas, permite a adaptação do centro de estudos a diferentes ambientes, definindo-se este como um edifício "sem lugar". No território eleva-se por meio de uma estacaria de madeira assente num embasamento em terra argilosa compactada [técnica tradicionalmente usada na Guiné], integrando um reservatório ao livre que recolhe a água das chuvas encaminhadas pelas coberturas que servem para o funcionamento do mesmo. Na ausência do edifício, a plataforma sobrelevada permanece em forma de "ruína", deixando uma marca simbólica no território.

O projeto segue o princípio de baixo custo de produção, utilizando recursos e materiais locais empregues nas construções tradicionais e adaptados à mão-de-obra existente, artesanal e tecnologicamente incipiente. Desta forma, a materialidade do edifício procura referenciar-se nas construções da população nativa [Mandingas e Fulas], cujas habitações se destacam das restantes existentes na Guiné pela utilização de materiais ligeiros. Como descreve Schiappa de Campos em *Habitats tradicionais da Guiné portuguesa* sobre os Mandingas: "as casas são tradicionalmente circulares, embora se note certa tendência para as construírem de forma retangular. Fazem larga utilização do bambu quer em estruturas quer em encanastrados" [1970, p. 92]. Acerca do tipo de construção praticado pela etnia Fula, o autor refere ainda: "as casas são leves e quase exclusivamente feitas de produtos vegetais. Têm uma estrutura de estacas de madeira de pau sangue [...] que são espetadas verticalmente no solo, em círculo. [...] As habitações têm entre estas estacas um entrançado de bambu" [1970, p. 112]. Tendo este facto em consideração, os materiais usados no projeto constituem-se por: chapa ondulada de zinco na cobertura (largamente utilizada nas construções mais recentes); madeira de pau-sangue na estrutura, pavimento e sistema de ventilação superior dos volumes; revestimento do teto em caniço; e, por último, bambu nos painéis fixos opacos e ventilados e ainda nas persianas. Ao nível do ajustamento térmico ao clima tropical húmido, os diferentes volumes que compõem o edifício organizam-se no sentido dos ventos predominantes – Nordeste-Sudoeste – permitindo a ventilação no interior pelo ripado de madeira existente na parte superior das empenas. Ao nível do usuário a ventilação é garantida pelos painéis e persianas dos alçados. O teto em caniço permite não só o isolamento térmico, mas também acústico da chuva que incide na cobertura metálica. Na perspetiva de acolher atividades paralelas de interesse à comunidade local, além dos pátios exteriores, o auditório tem a possibilidade de se transformar numa cobertura, por meio da abertura das persianas.



29. Tabanca de Samba Juli, Bambadinca, Guiné-Bissau, 1970

TABANCA
região de Bafatá

A palavra tabanca existe em textos portugueses desde o séc. XVI e era usada para designar fortificações construídas por navegadores portugueses na costa da Guiné. No crioulo da Guiné-Bissau, a palavra tabanca significa aldeia e pode estar associada a uma povoação ou localidade, geralmente fortificada. Numa tabanca podem existir várias moranças, ou seja, um conjunto de casas onde habita um agregado familiar, em poligamia.
Durante a guerra do ultramar, além do núcleo central da cidade de Bafatá, existiam na periferia três tabancas: a Tabanca da Rocha, a Tabanca da Ponte Nova e a Tabanca da Nema. Contrastando com a arquitectura colonial do centro da cidade, estes "bairros" de cariz africano eram maioritariamente constituídos por palhotas.
A Tabanca da Rocha localizada na parte alta da cidade era a mais extensa e a que tinha um maior número de pessoas e melhores casas.
A Tabanca da Ponte Nova, junto ao rio Geba, era assim designada por se localizar na estrada que ligava Bafatá a Geba, na qual existia a ponte mais recente da cidade.
A Tabanca de Nema era a mais pequena das três.

Em cima, no planalto, estendia-se uma imensa tabanca [Tabanca da Rocha] desenvolvida à roda de uma belíssima mesquita de tijolos rendilhados pintados de branco. Este bairro nativo, onde o casario se misturava com palmeiras e enormes mangueiras, estendia-se até à estrada asfaltada que, vinda de Bambadinca, levava à vila de Nova Lamego. Na passagem por Bafatá, esta estrada era interrompida por uma rotunda decorada por um singelo monumento ao islamismo, em forma de portal árabe. Daqui descia, em direcção ao rio Geba, a avenida principal.

In MONTEIRO, Costa. Travessia. Lisboa: editorial Escritor, Novembro de 1966.


30


31


32

Em cima:
30. Tabanca da Rocha, cidade de Bafatá, 1969
Ao centro:
31. Tabanca da Rocha, cidade de Bafatá, 1969
Em baixo:
32. Tabanca da Ponte Nova, cidade de Bafatá, 1968
Página ao lado:
33. Tabanca de Bambadinca, Bambadinca, Guiné-Bissau, 1970



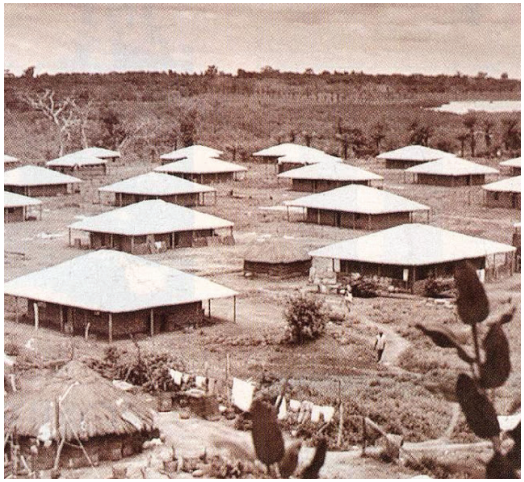
REORDENAMENTO
Guiné-Bissau

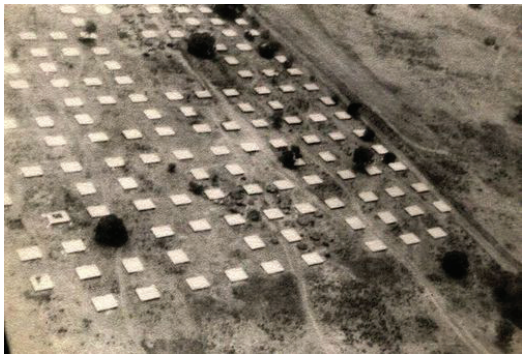
As forças militares portuguesas implementaram no território colonial uma política de reordenamento designada por Acção Psicológica, com o objetivo de obter o apoio da população. Este tipo de ação manteve-se durante todo o conflito [1961-1974], e terá sido crucial para a manutenção das Forças Armadas em África. Os principais meios utilizados para a Acção Psicológica eram a propaganda, a contrapropaganda e a informação. Para conquistar o apoio da população implementavam-se programas de educação, ajuda sanitária, económica e religiosa, dando-lhes melhores condições de vida.

A política de ação social das forças portuguesas materializava-se no "reordenamento rural" e "aldeamentos", ou seja, a organização das tabancas em autodefesa, como forma de ordenar e controlar as populações, dificultando o contacto com o inimigo. Estes "aldeamentos", cercados por arame farpado, eram vigiados pelo exército, pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado [PIDE] e também por uma milícia composta por elementos da própria população, que integrava parte da rede de informação da polícia secreta portuguesa.

Na Guiné-Bissau esta política de agrupar as populações em aldeamentos protegidos foi determinada em 30 de Setembro de 1968. No entanto, este sistema de organização da população já tinha sido posto em causa por volta de 1967, quando alguns oficiais, polícia e funcionários públicos argumentaram sobre a rutura causada à área rural - abandonada - e ao seu futuro desenvolvimento.

No que concerne ao inimigo, a tática era criar um fosso entre os guerrilheiros e a população, tentando criar uma má imagem daqueles junto desta; tentava-se, ainda, apelar à sua rendição garantindo-lhes toda a ajuda. Por seu lado, as forças independentistas dirigiam-se às populações com ideais de justiça, paz, independência e autodeterminação.

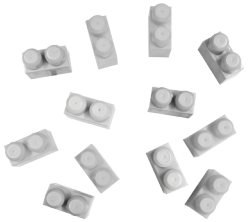


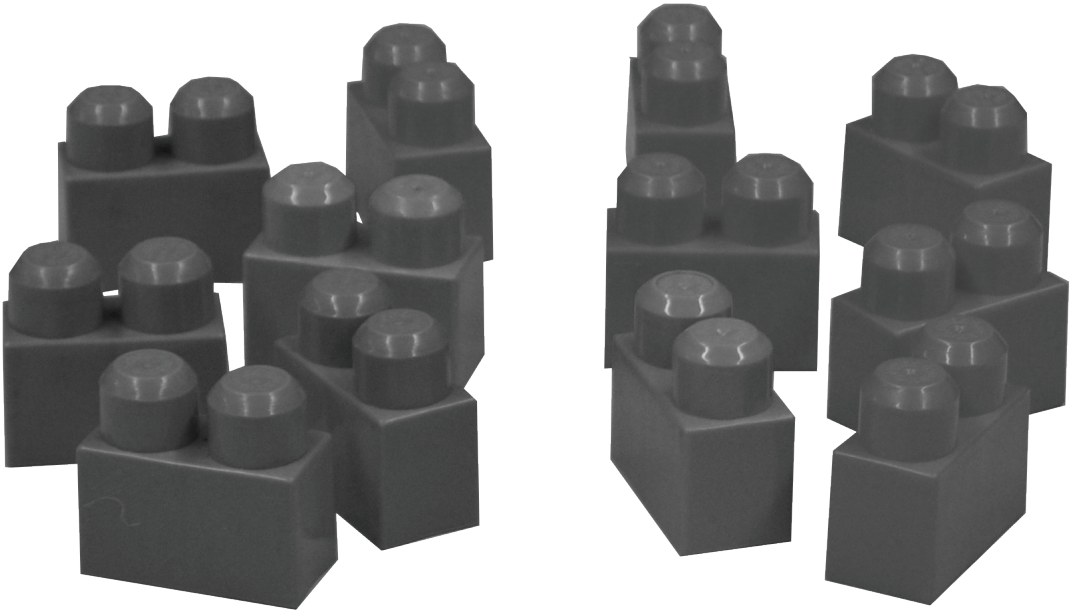


Em cima:
34. Reordenamento - Tabanca de Gadamael, região de Tombali, Guiné-Bissau, 1973 (?)
Em baixo:
35. Reordenamento - aspecto da Cidade Nova (vista de Sul para Norte) Região do Oio, Sector O2, Farim, Subsector Cuntima, 1970
Página ao lado:
36. Reordenamento - Tabanca de Bambadincazinha, Bambadinca, Guiné-Bissau, 1970

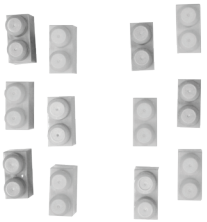


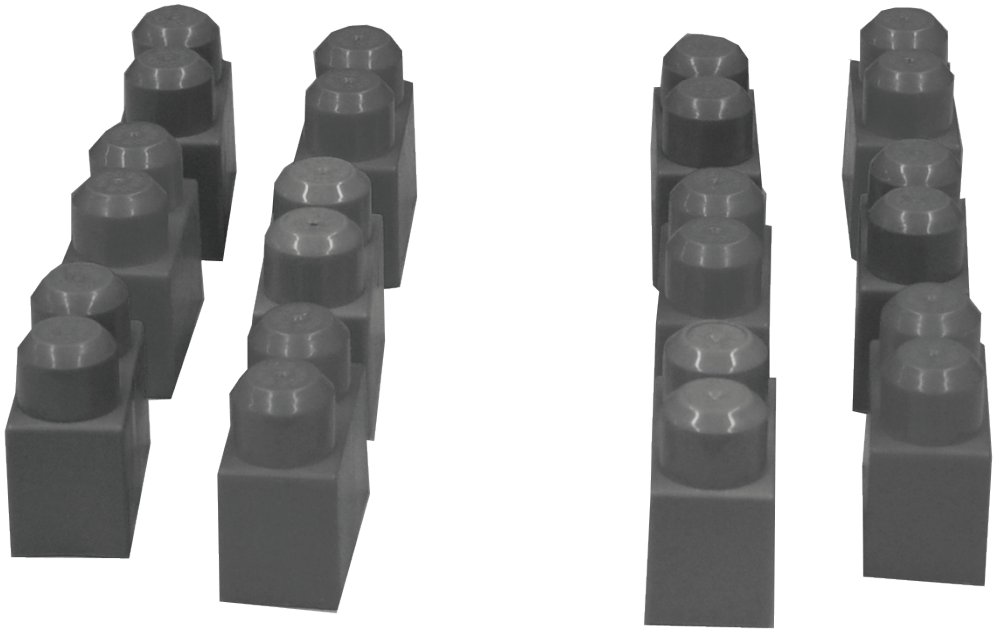
CONCEITO
(re)ordenamento





lego | s.m.
Jogo composto por várias peças de plástico que se encaixam umas nas outras e que permitem fazer vários tipos de construções.





Esquemas de disposição de legos baseados nas tabancas e nos reordenamentos da Guiné-Bissau

UM MODELO CONSTRUTIVO
Guiné-Bissau









Em cima à esquerda e à direita:
37-38. Escola básica unificada de Bafatá
Em baixo, à esquerda:
39. Quartel em Bafatá
Em baixo, à direita:
40. Tabanca da Rocha [2010]









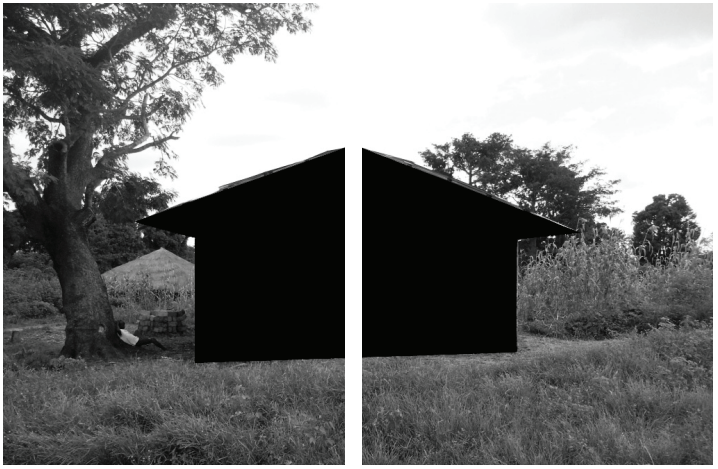
Em cima, à esquerda:
41. Antigo aquartelamento militar, Bambadinca, 1997
Em cima, à direita:
42. Escola pública de Bissau
Em baixo, à esquerda:
43. Tabanca
Em baixo, à direita:
44. Escola em Catió

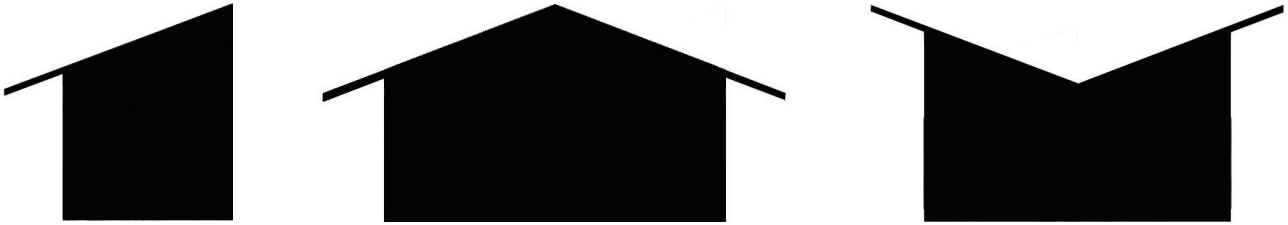
FORMA
o módulo



45. Habitação da tabanca de Patche, Guiné-Bissau

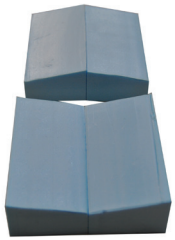
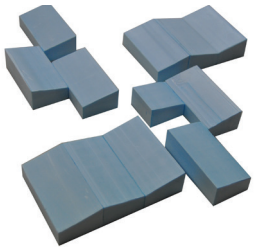


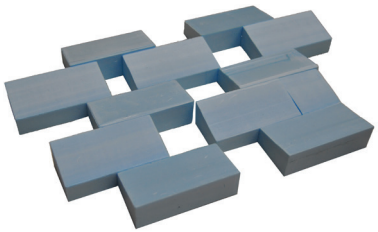


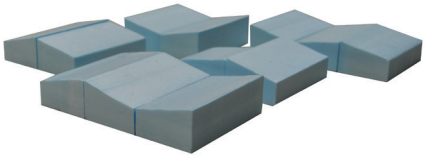


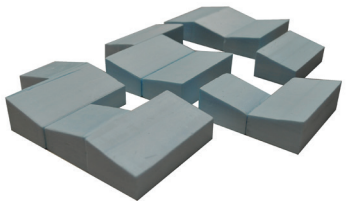
Módulo baseado num dos arquétipos de construção local (volume térreo de duas águas)

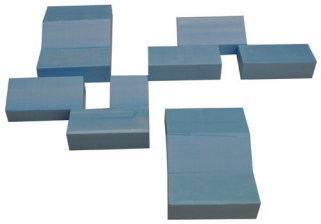
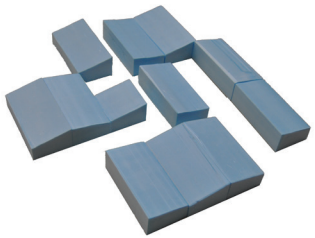
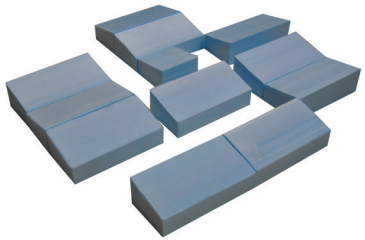
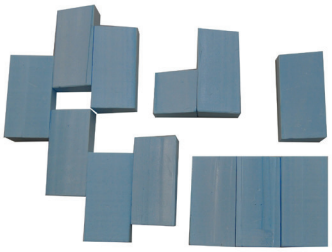
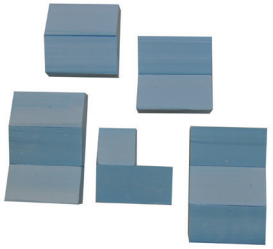
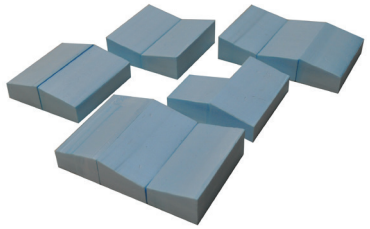
ESTUDOS DE COMPOSIÇÃO
módulo inicial

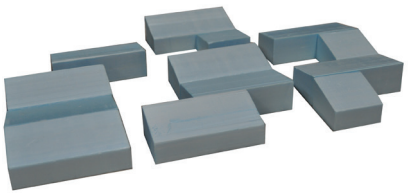
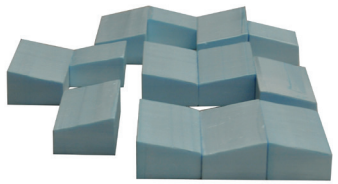



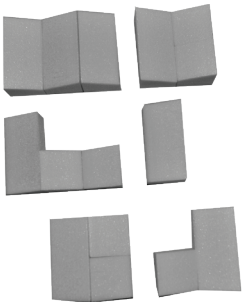
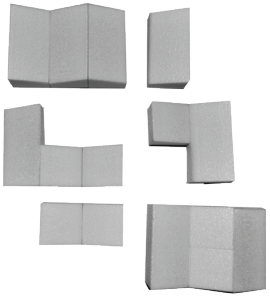
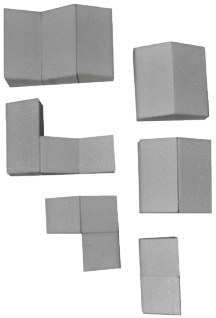
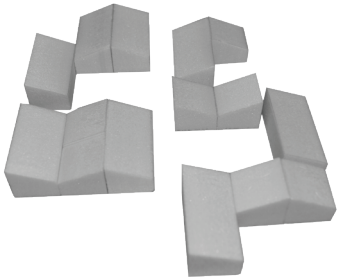


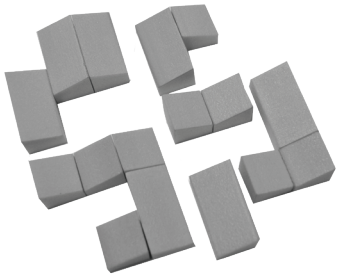
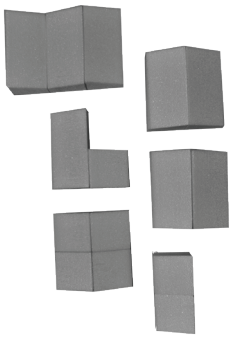



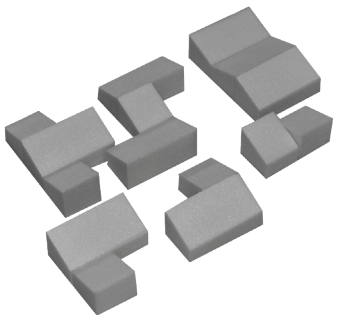


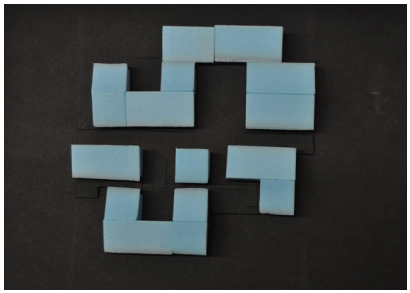







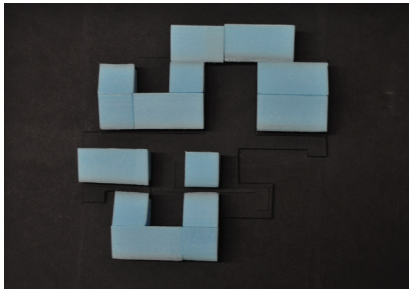



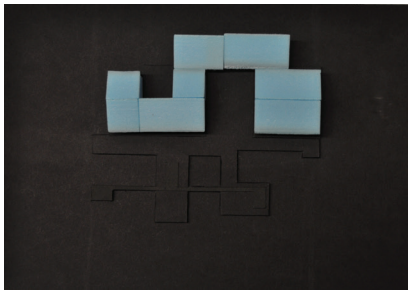





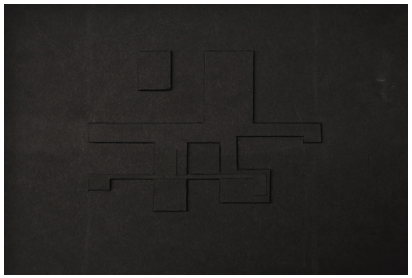



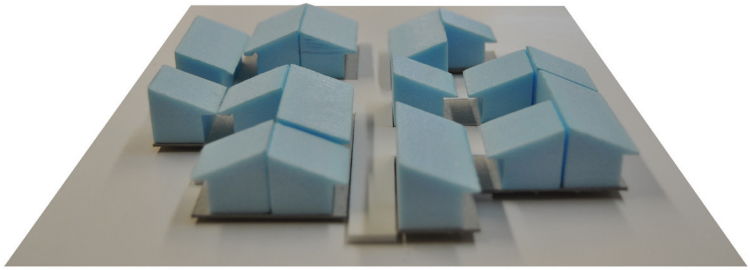


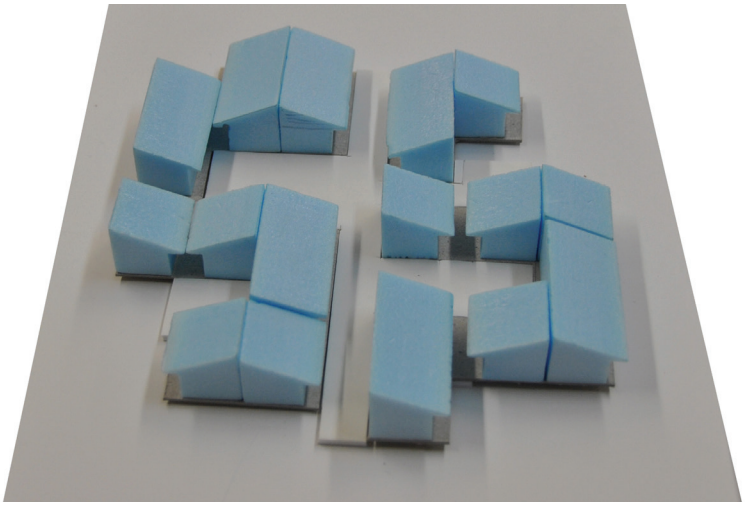




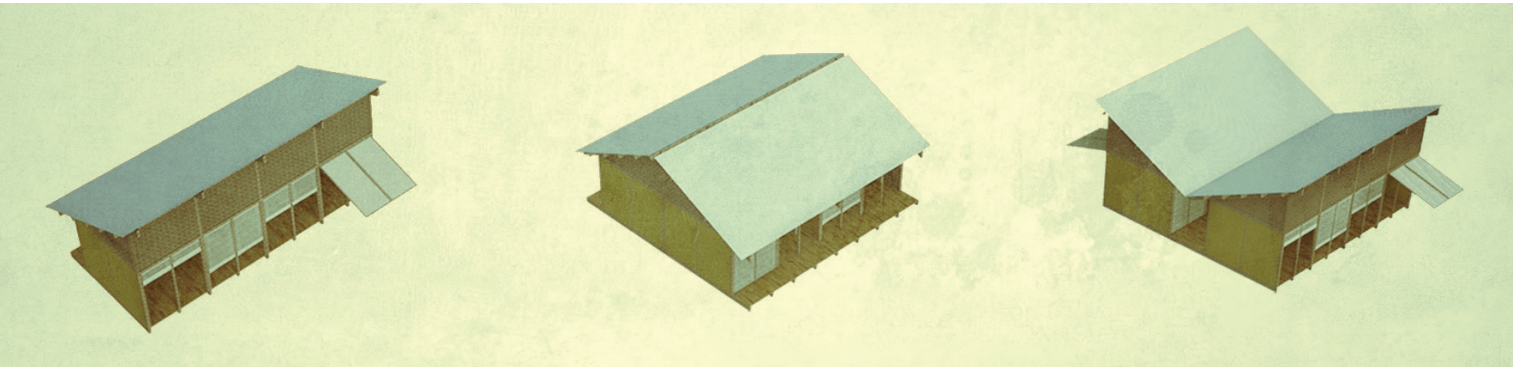


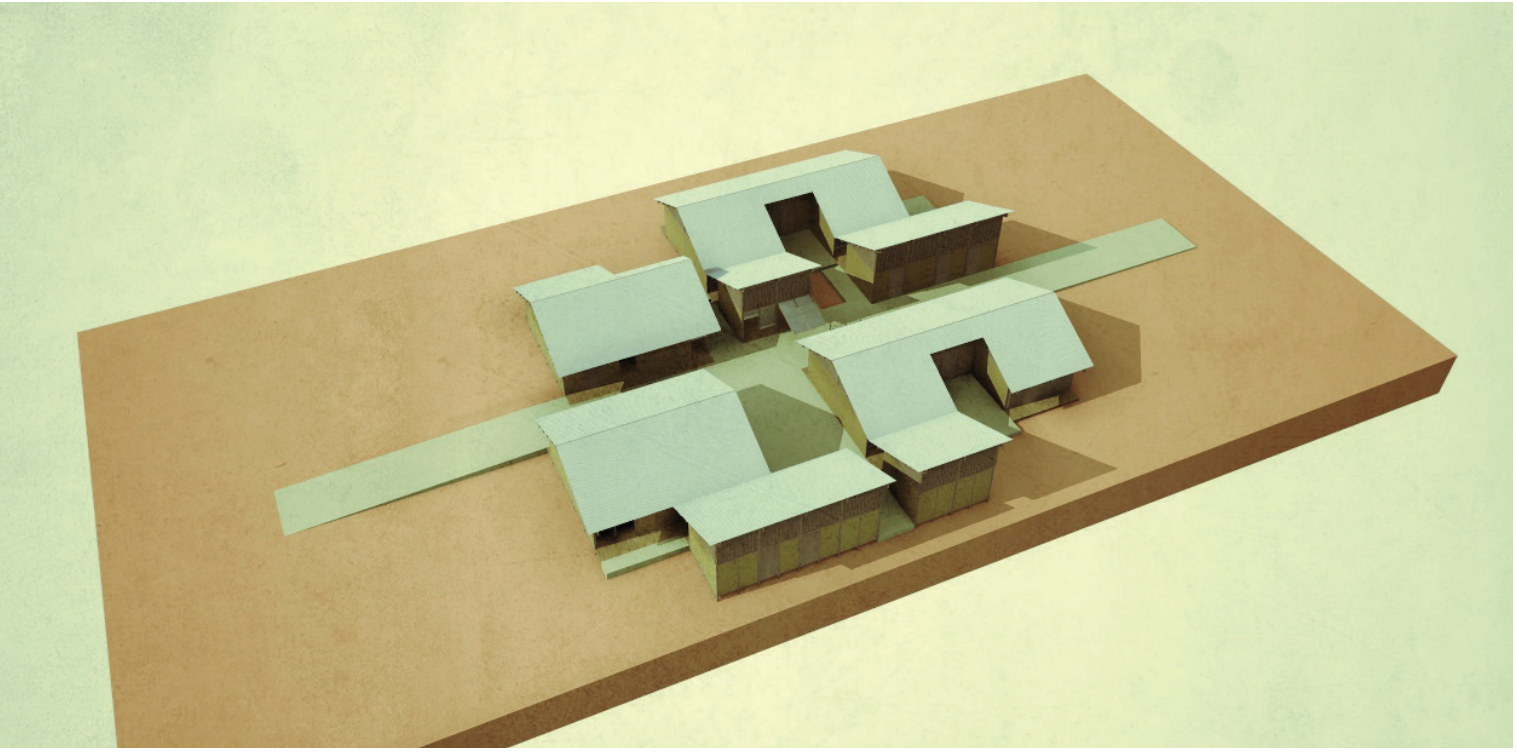


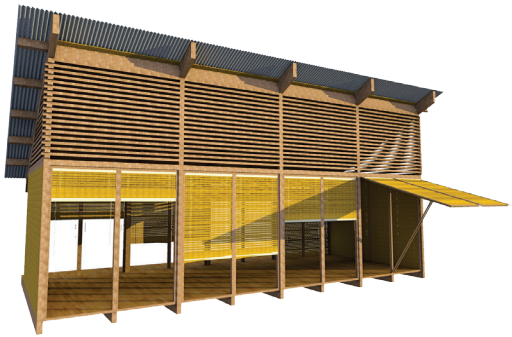


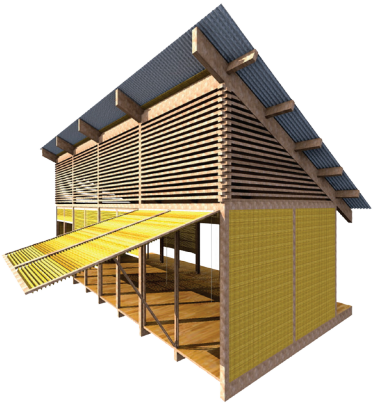


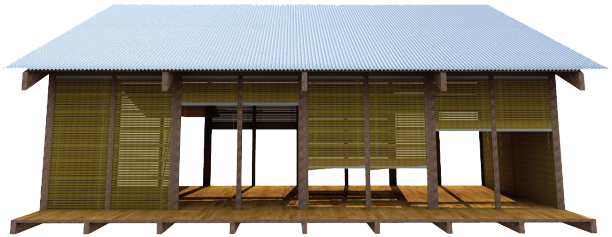
MÓDULO BASE





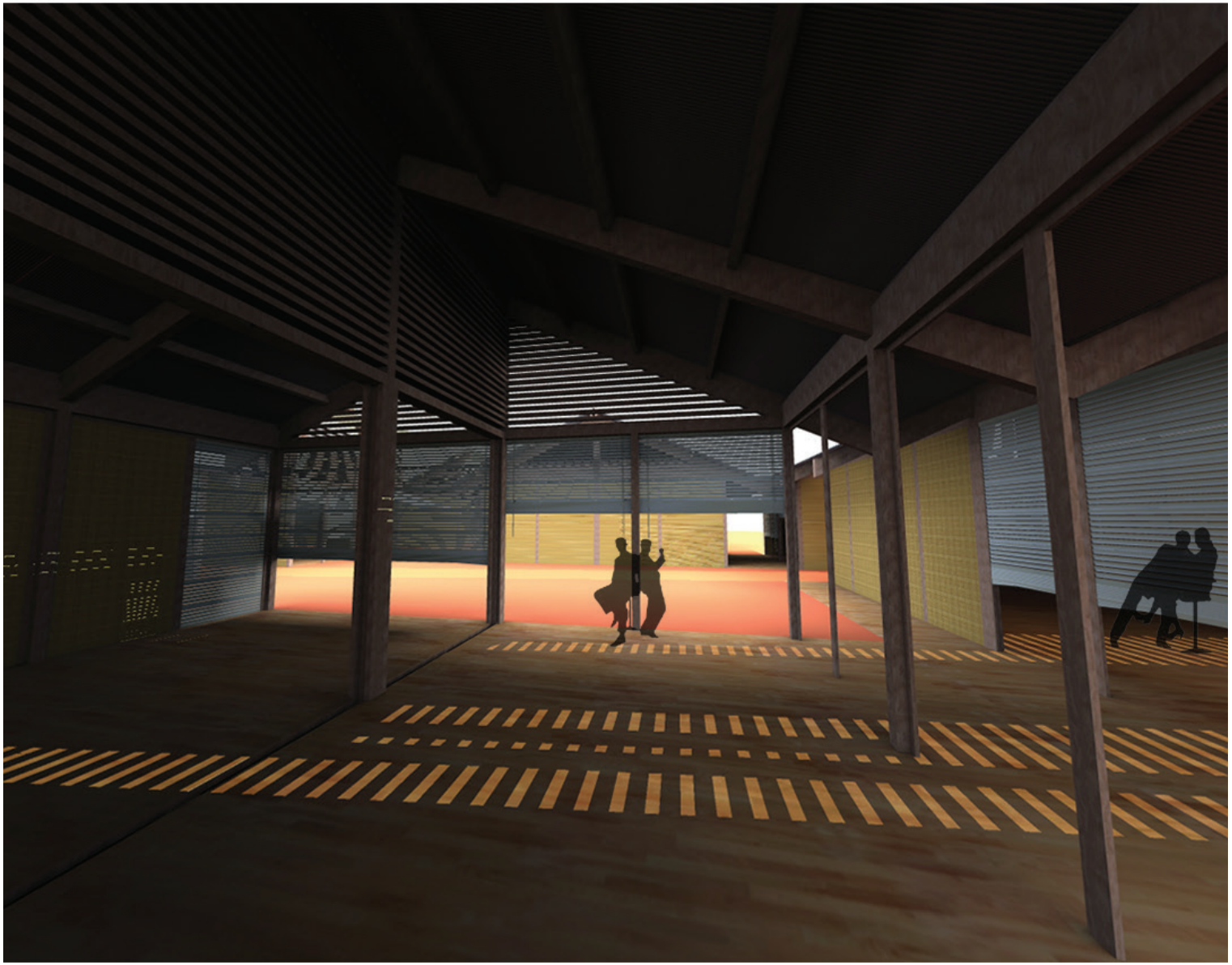


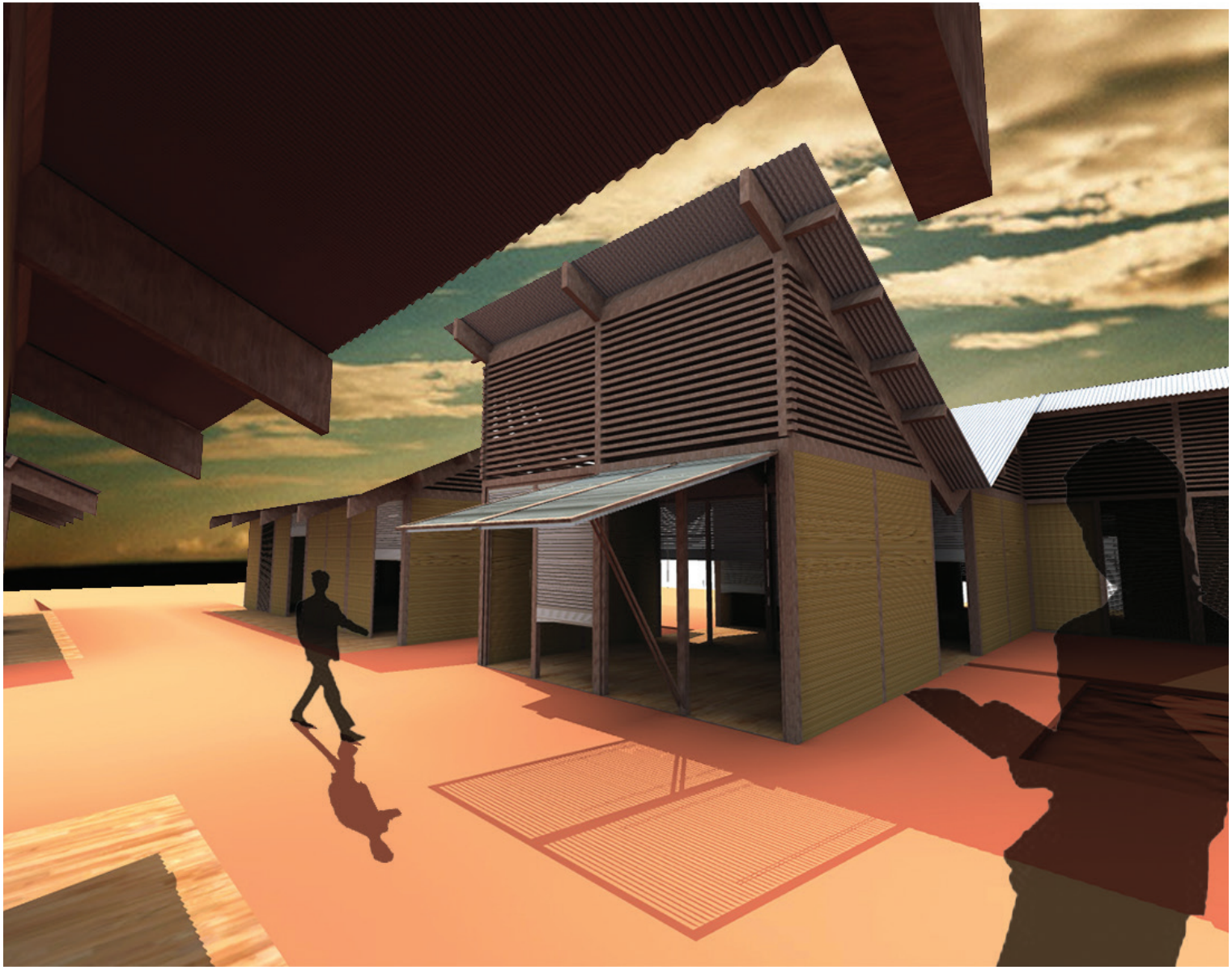






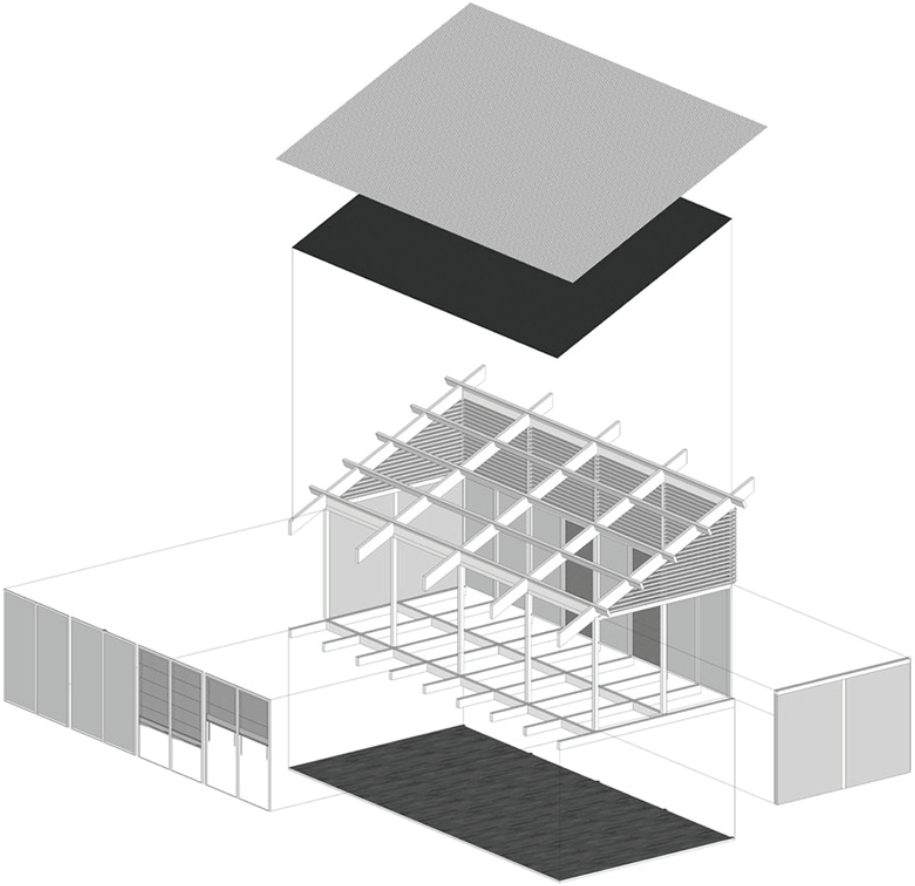
AMBIENTE INTERIOR E EXTERIOR

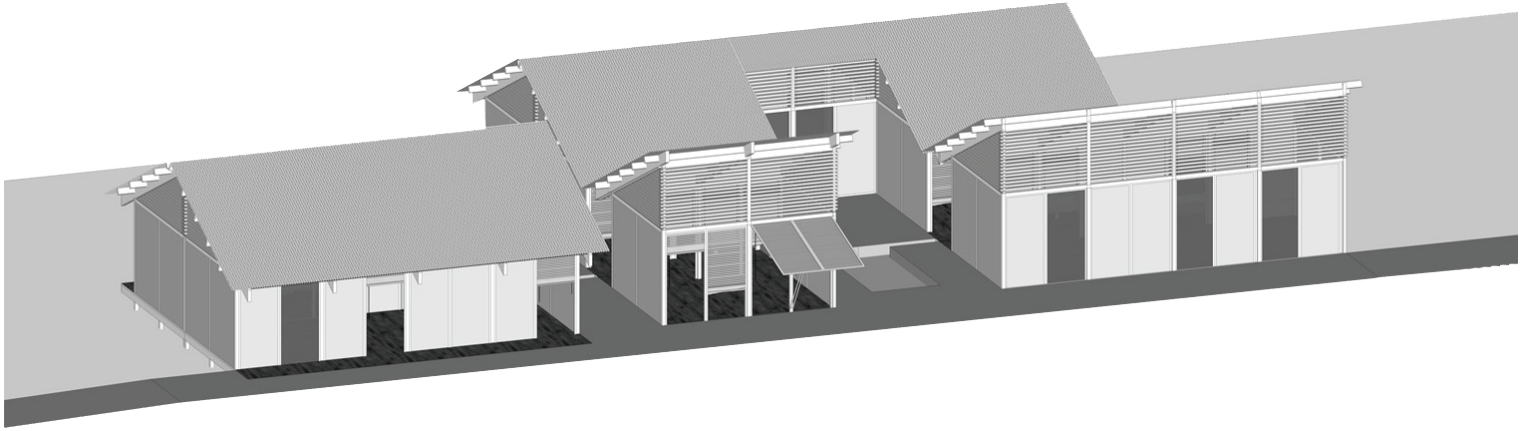


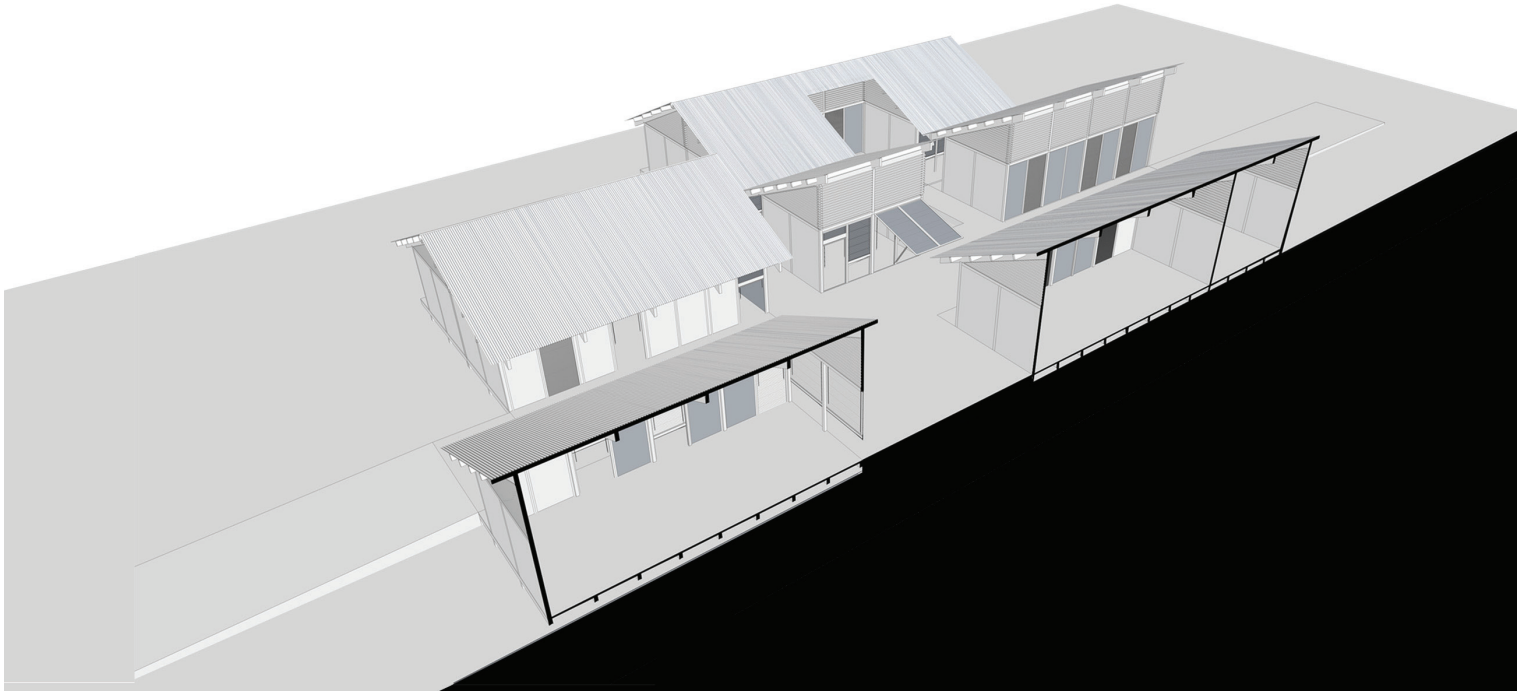


MODELO TRIDIMENSIONAL

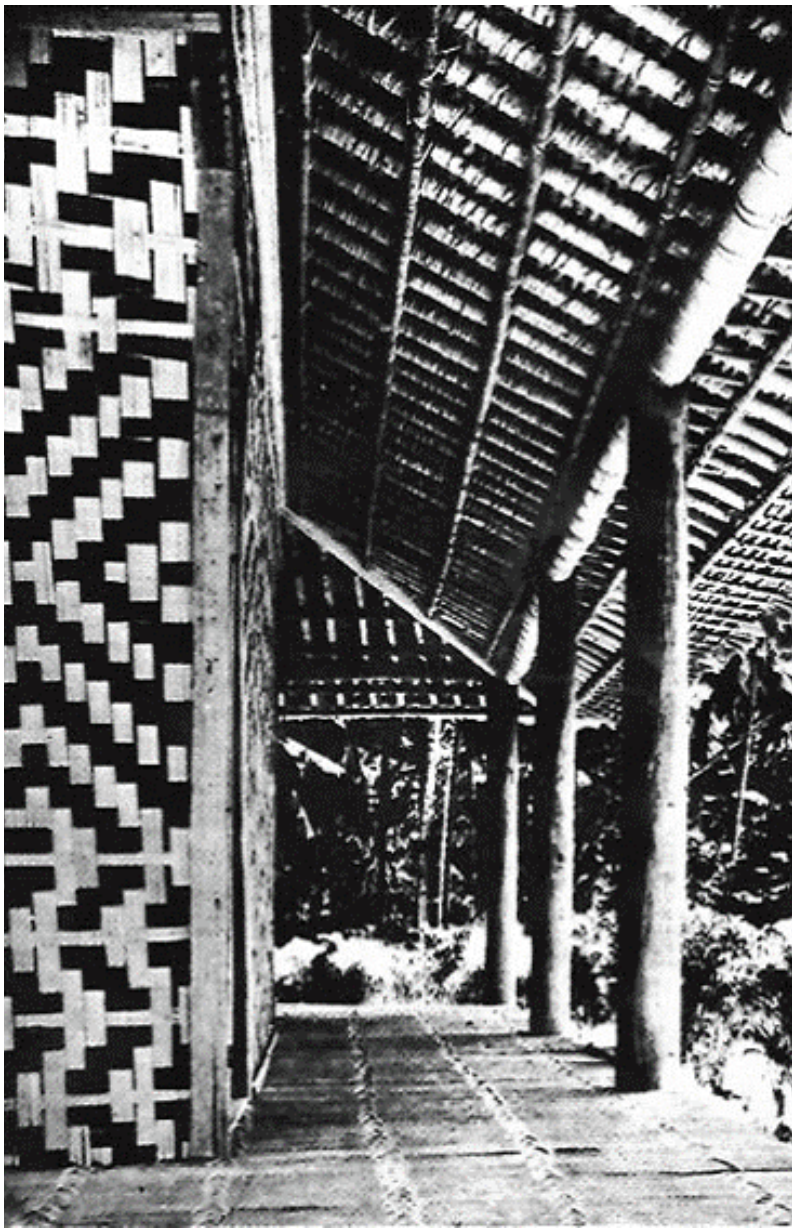
axonometria explodida e cortes







MATERIAIS E PRODUÇÃO LOCAIS











Página ao lado, à esquerda:
46. Construção tradicional em África

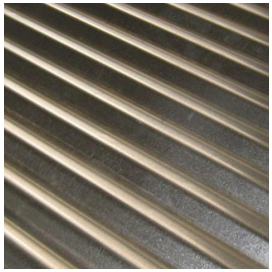
Página ao lado, à direita, em cima:
47. Mandinga fabricando uma esteira

Página ao lado, à direita, em baixo:
48. Grelhagem para ventilação, Guiné

À direita, em cima:
49. Habitação construída com materiais correntes – chapa de zinco ondulada e esteira de caniço - Bafatá

À direita, em baixo:
50. Estrutura para comércio, Bafatá

MATERIALIDADE
centro de estudos



Cobertura:
Chapa ondulada de zinco



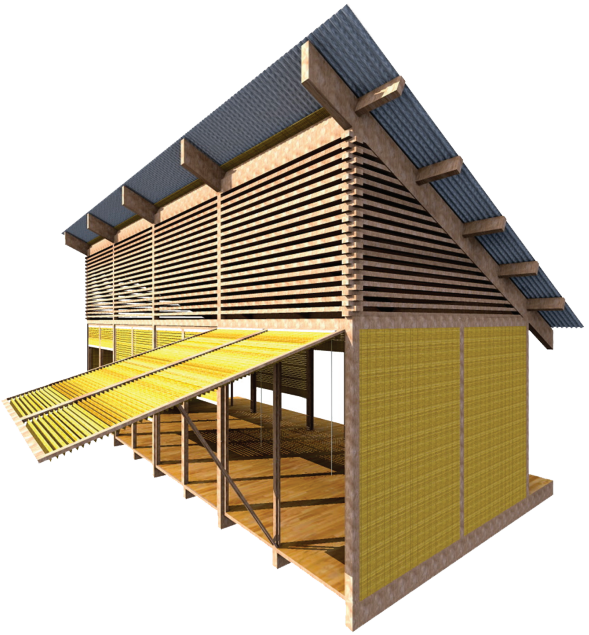
Estrutura:
Madeiradepau-sangue



Ventilação superior:
Ripado de madeira de pau-sangue



Pavimento:
Deck de madeira de pau-sangue

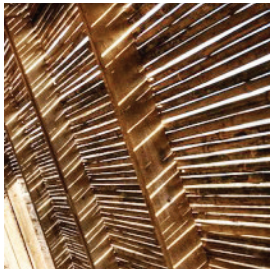




Revestimento do tecto:
Caniço



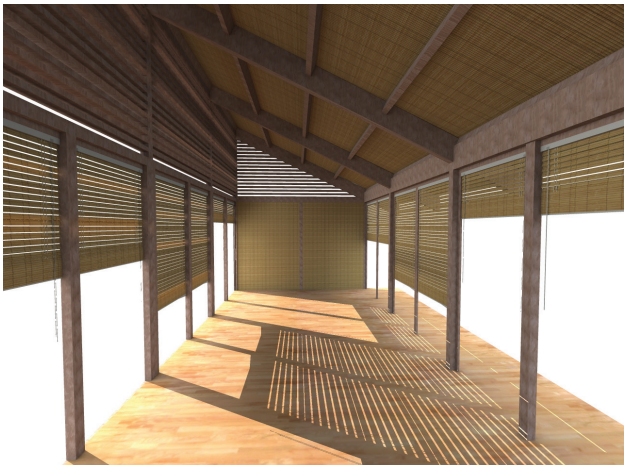
Painéis fixos opacos:
Entrançado de bambu



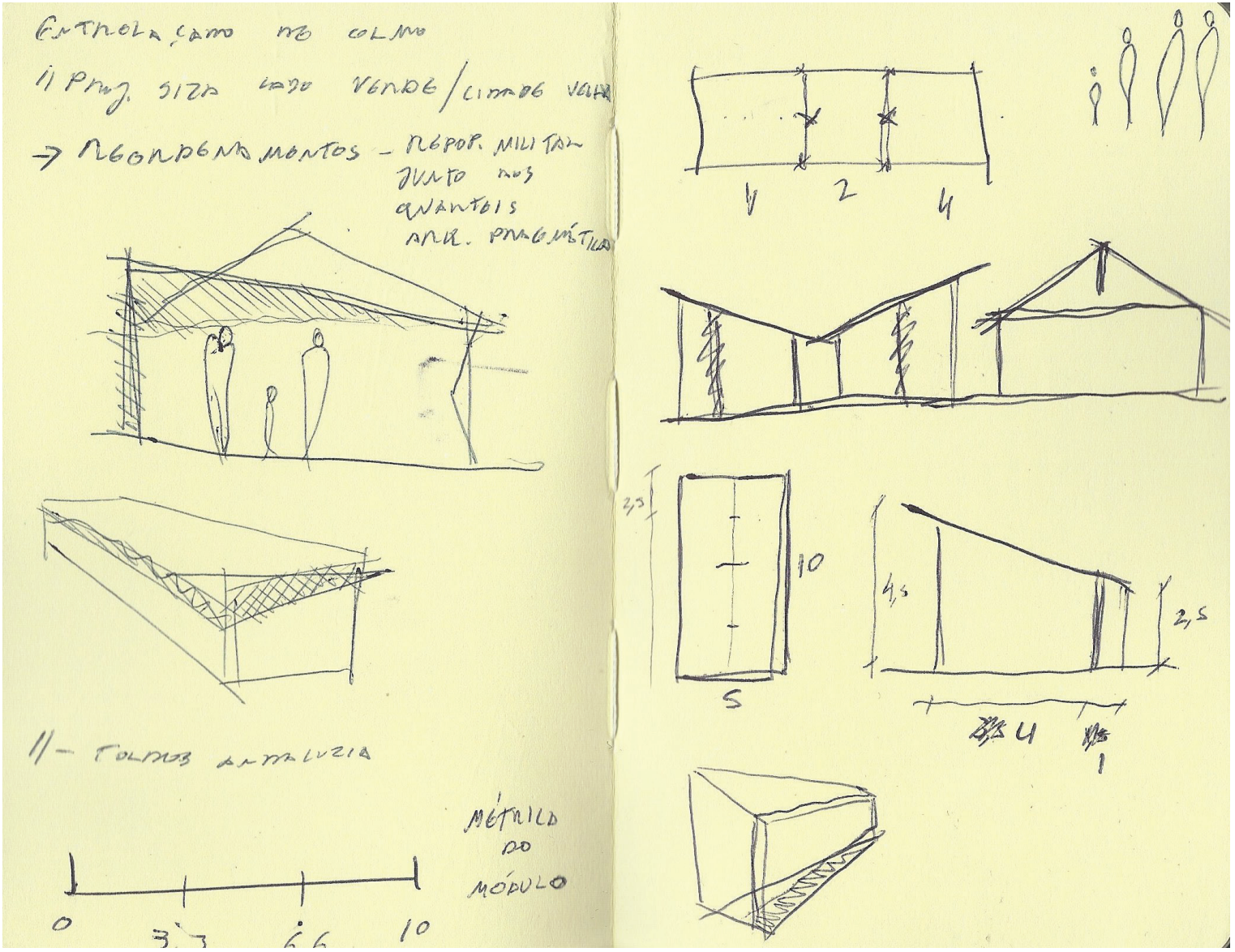
Painéis fixos ventilados:
Ripado de bambu

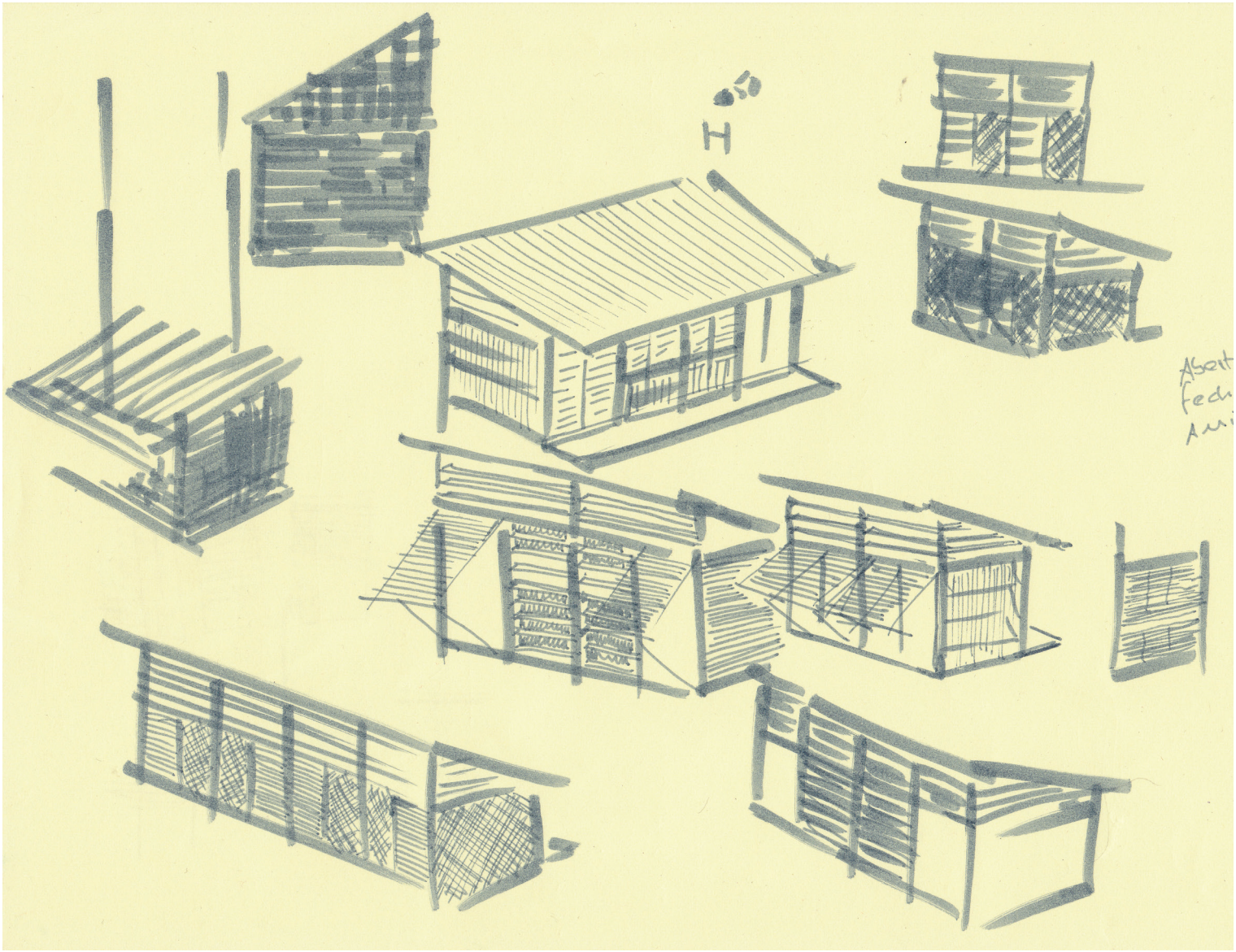


Persianas:
Bambu

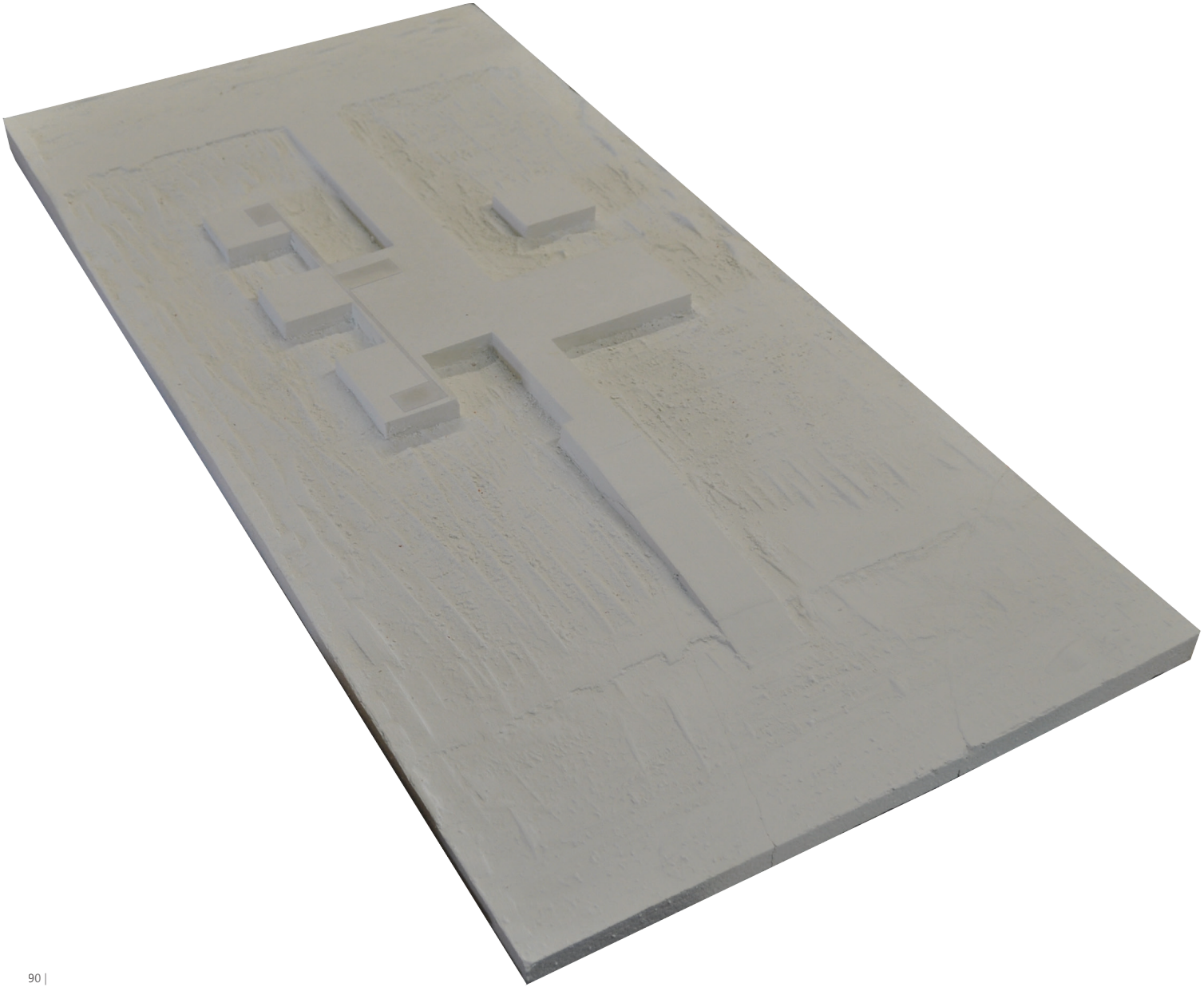


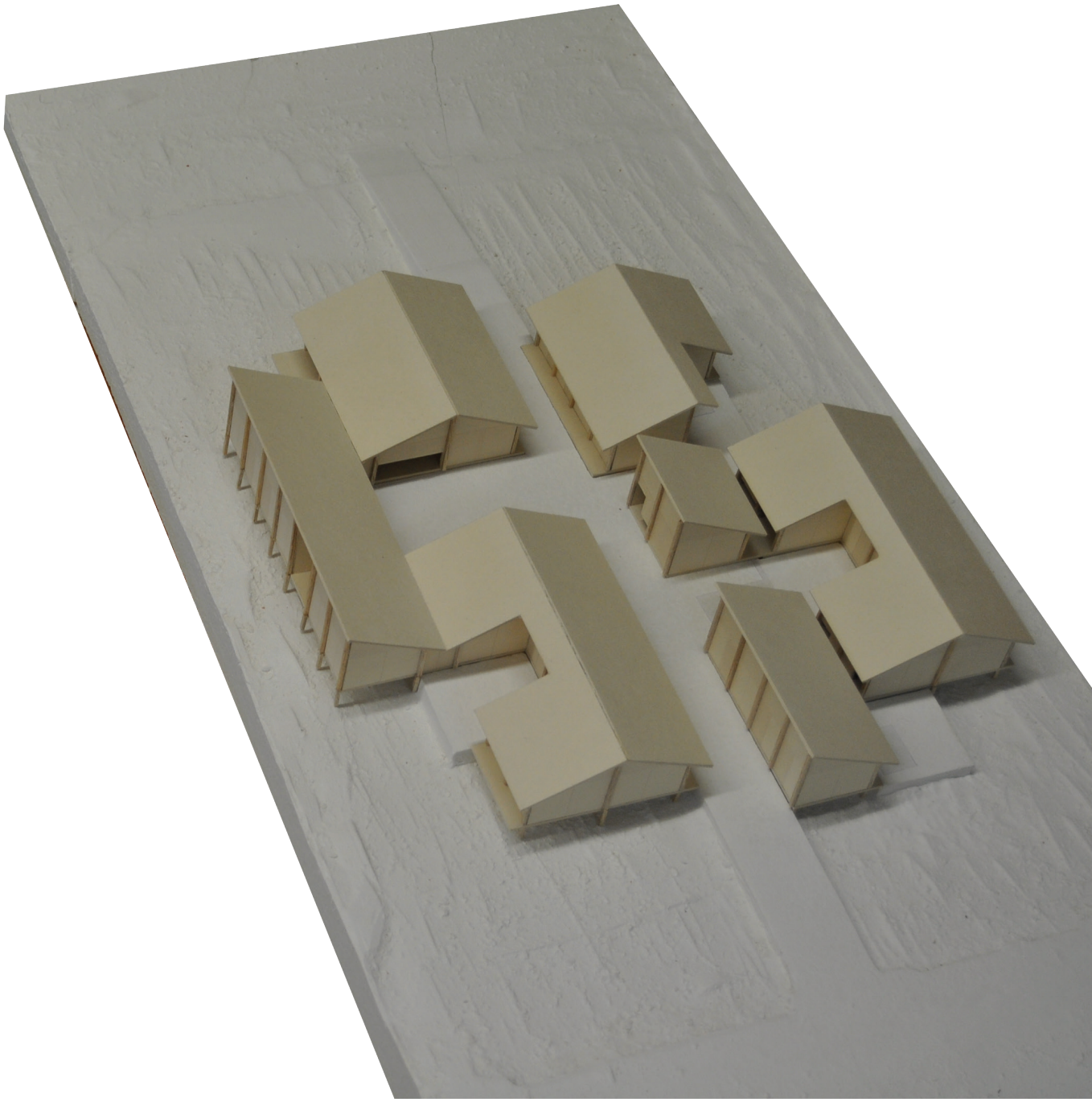
ESQUISSOS

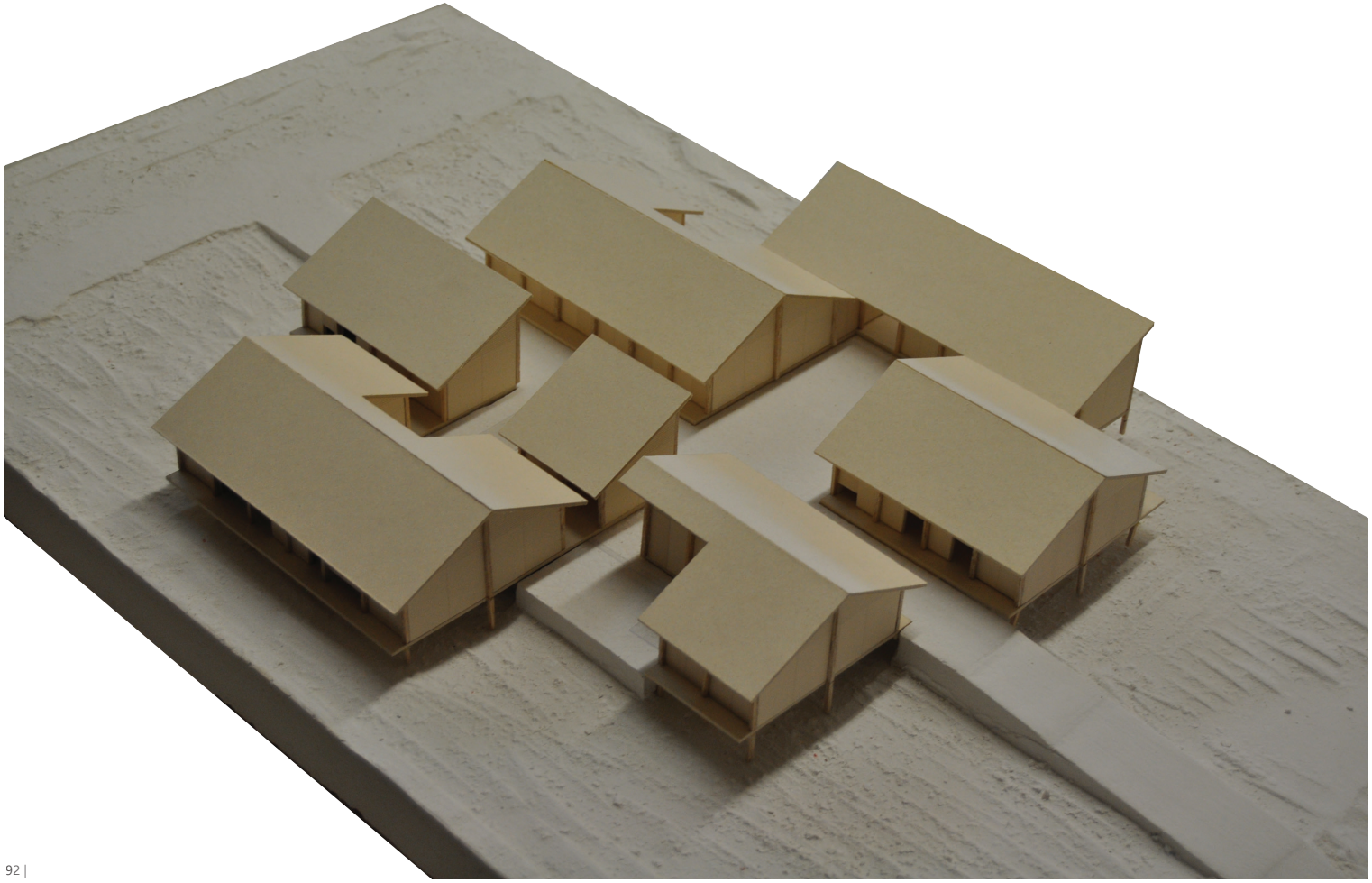

ENTRELAÇAMO NO COLMO
II Proj. SIZA LADO VERDE/CIMOS VELHA
→ REGONDENA MONTOS - REPOR. MILITAR
JUNTO NOS
QUANTOIS
APLIC. PINAGMÉTILA
II - TOLDOS ANDALUZIA
MÉTRICA
DO
MÓDULO
0
10
4
2
4
2,5
10
5
4,5
2,5
4
1

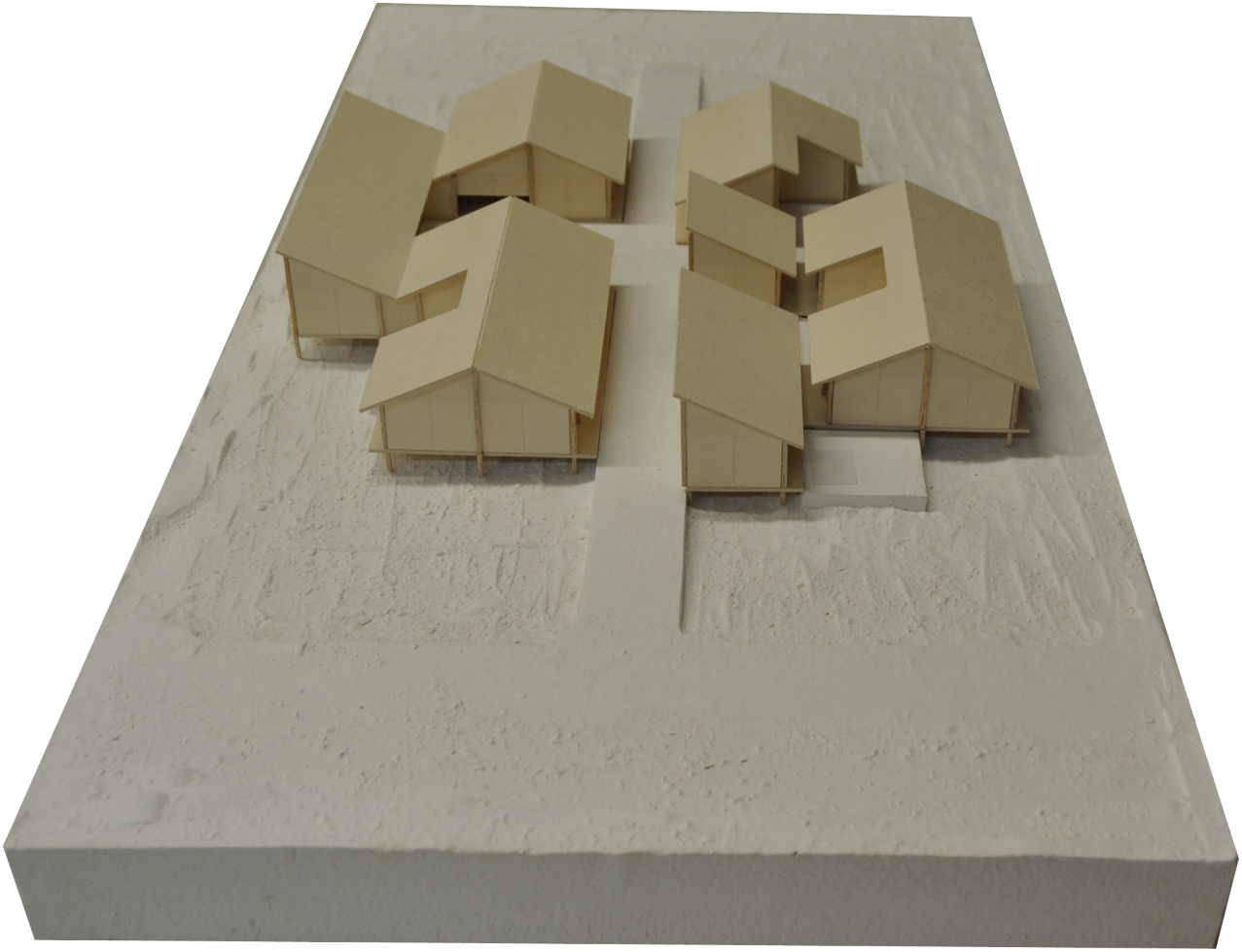

H

MAQUETA

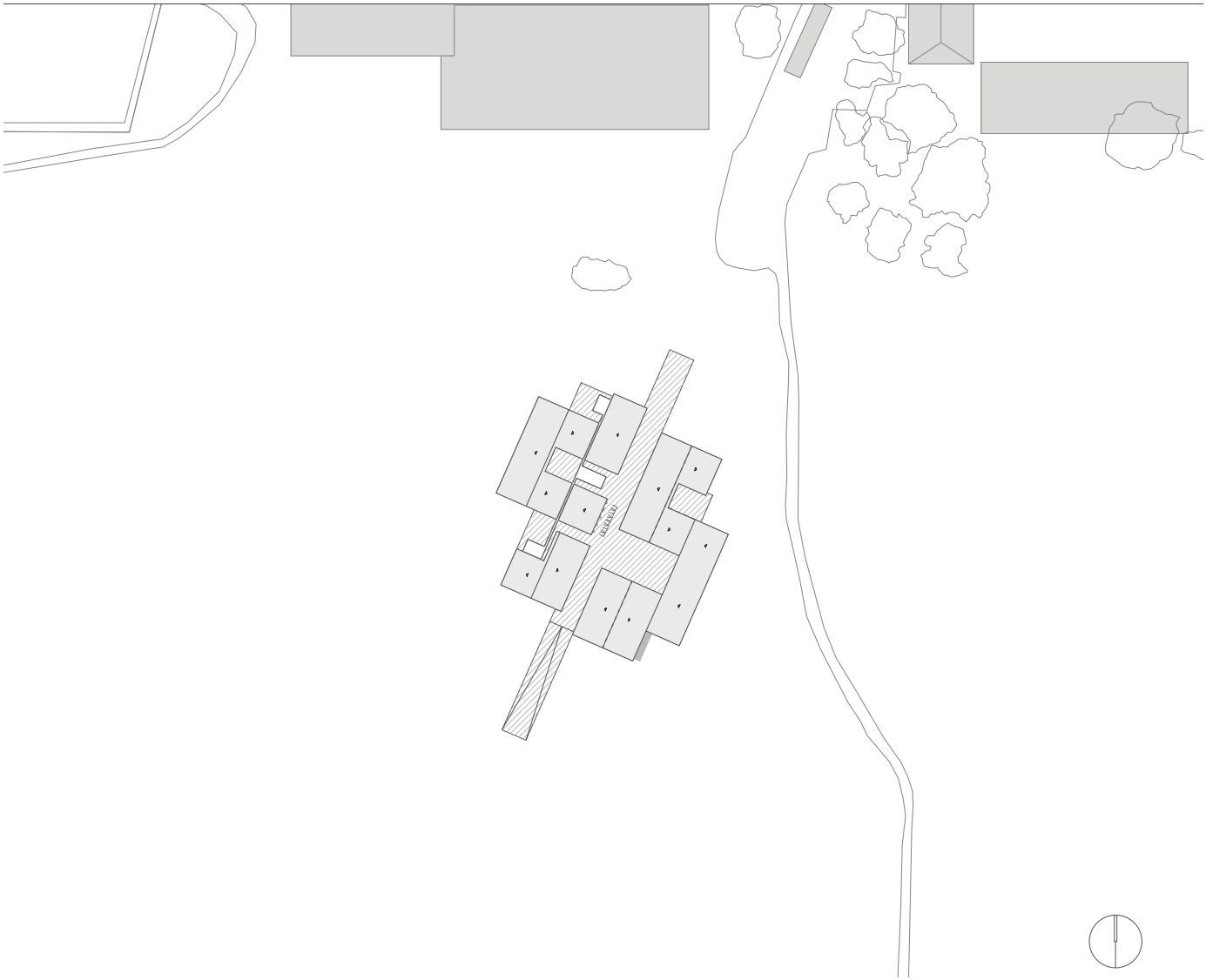




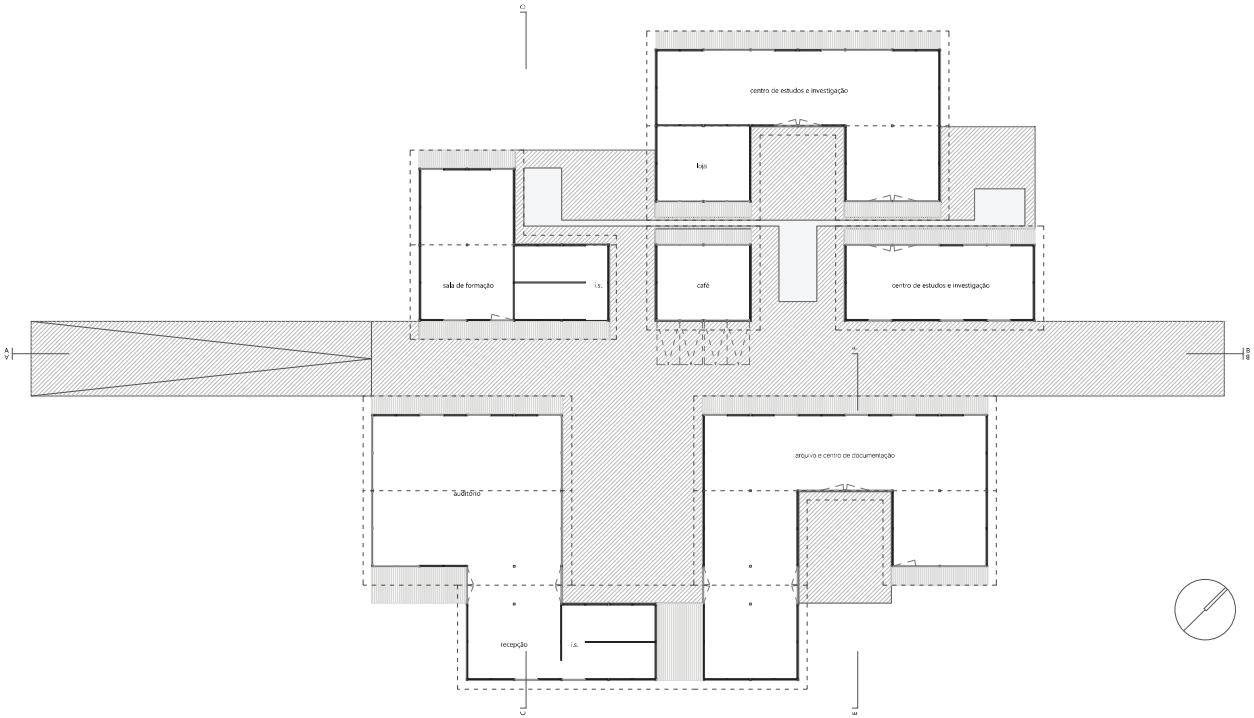


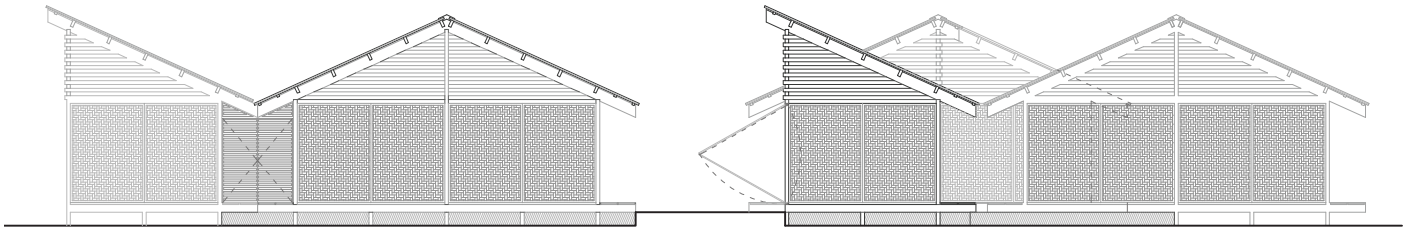


DESENHOS RIGOROSOS

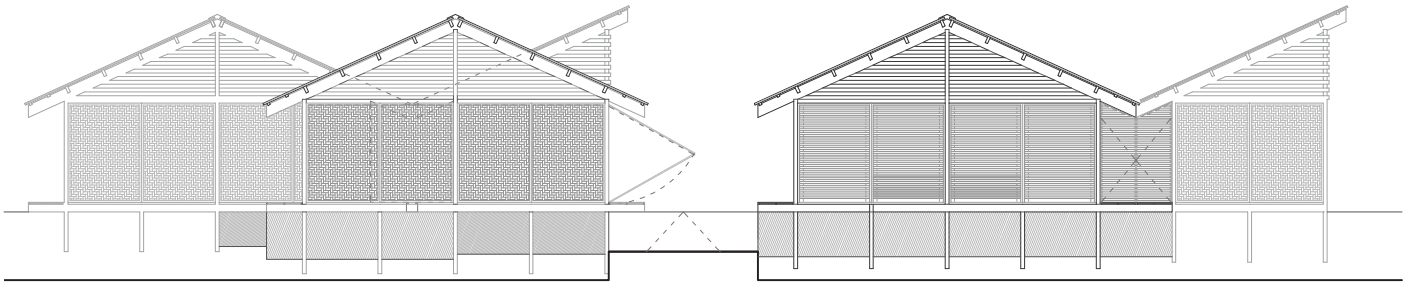




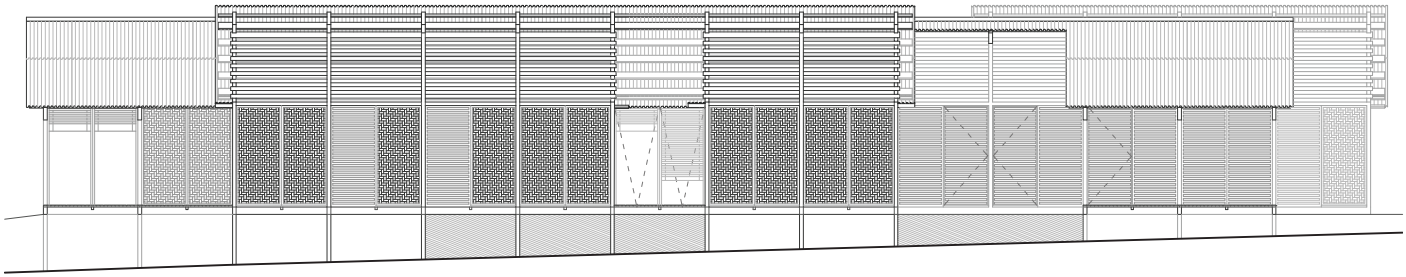

centro de estudos e investigação
loja
sala de formação
i.s.
café
centro de estudos e investigação
arquivo e centro de documentação
auditório
recepção
i.s.
A
A'
B
B'
C
C'
D
D'
E
E'



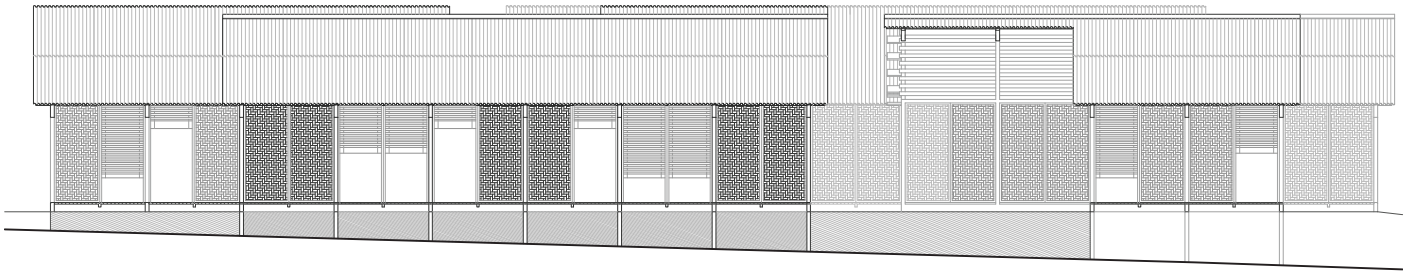
Alçado Nordeste



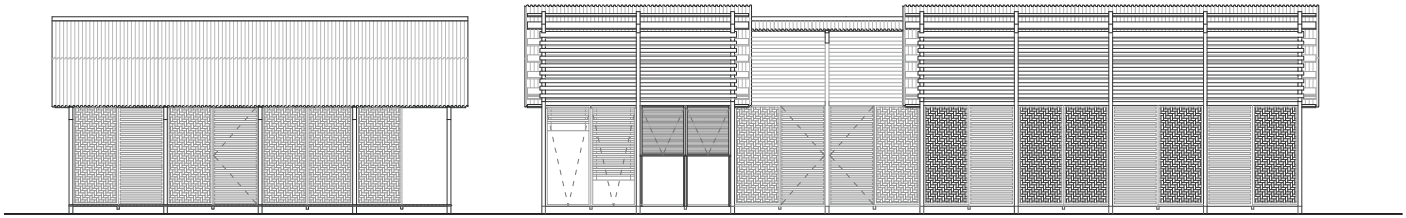
Alçado Sudoeste



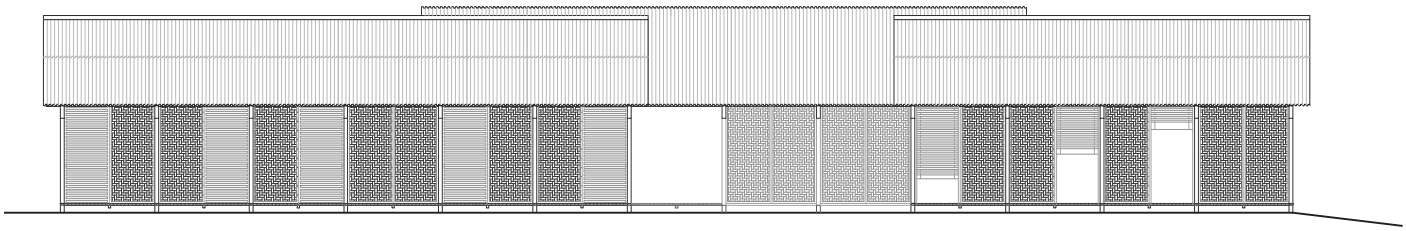
Alçado Nordoeste



Alçado Sudeste

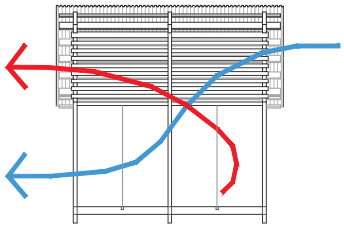


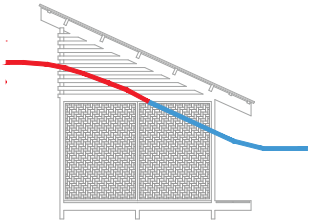
Corte AB



Corte BA

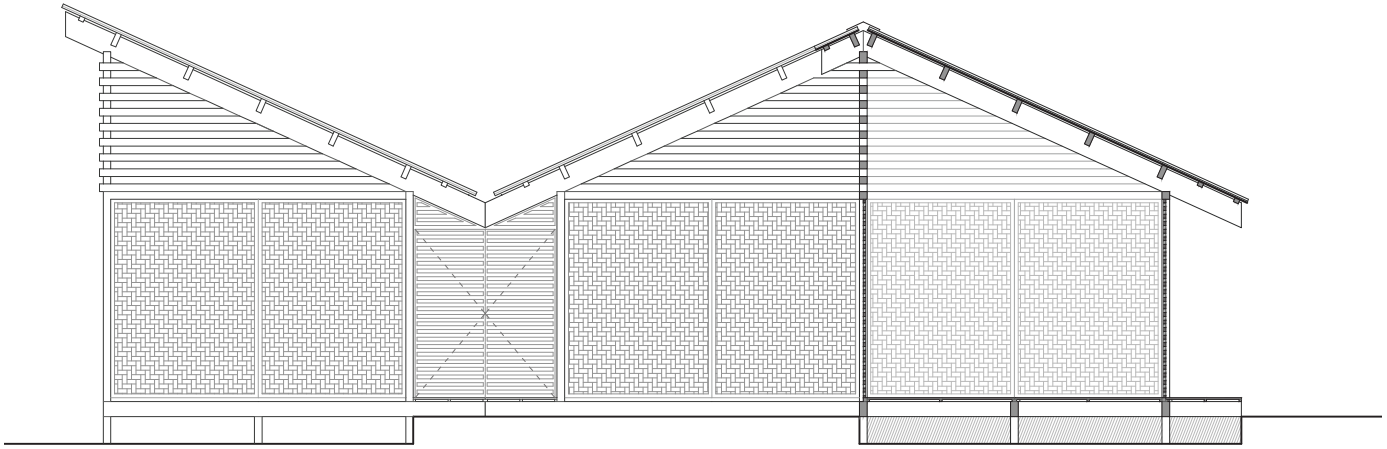
SISTEMA DE ADAPTAÇÃO AO CLIMA



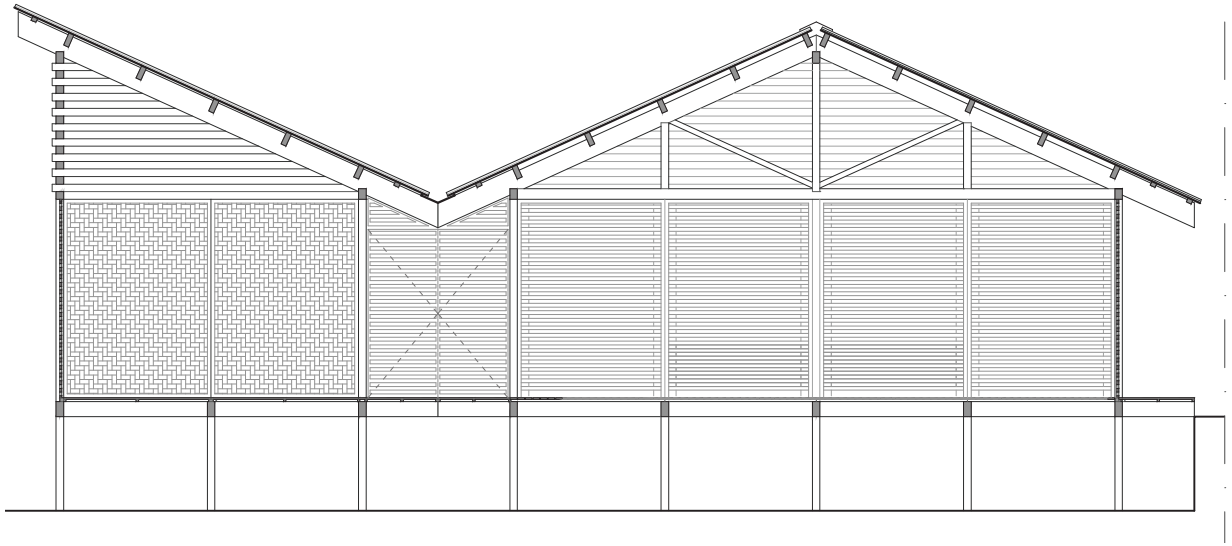


Esquemas de Ventilação

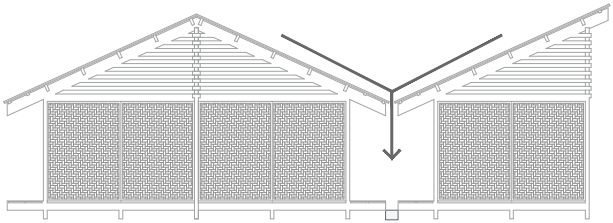
O ar quente sai naturalmente, fazendo com que a circulação de ar de baixo do teto refesque os ambientes. As paredes em ripado ajudam em grande medida a esse efeito.



Corte EF

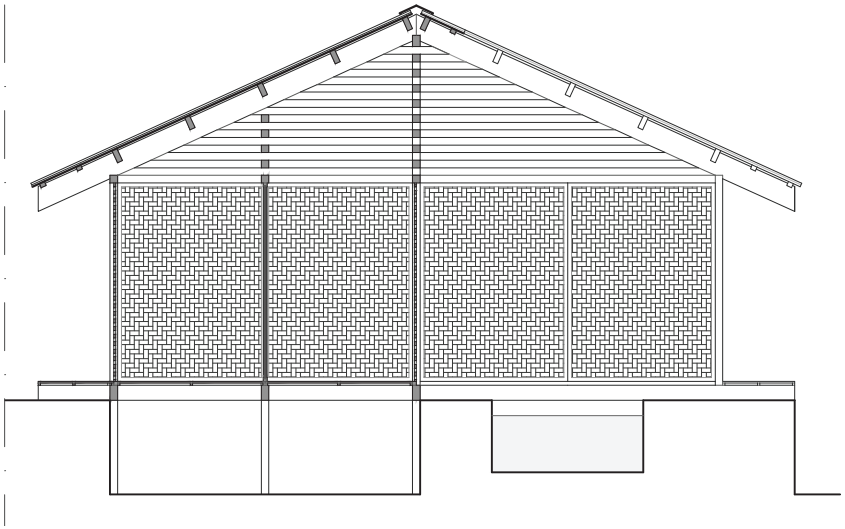


ESQUEMA DO APROVEITAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS



Esquema do Aproveitamento de Águas Pluviais

A água das coberturas é encaminhada para canais e depositada em pequenos "tanques".



Corte CD





1.3 TEMA II

reconhecimento do território
e estratégia proposta





ÍNDICE

EVOLUÇÃO HISTÓRICA 108

CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA 158

ESTRUTURA EDIFICADA 170

MOBILIDADE 180

ANÁLISE S.W.O.T. 190

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL 192

PROPOSTA URBANA 204
- MEMÓRIA DESCRITIVA 207
- CONCEITO 211
- CENTRALIDADE E ESPAÇOS INTERSTICIAIS 213
- PROPOSTA BY LAYERS 214

ESPAÇO PÚBLICO 244
- PARQUE DAS AMOREIRAS 246
- PRAÇA ENG. DUARTE PACHECO 254
- JARDIM DAS AMOREIRAS 260
- LARGO DO RATO 264
- MOBILIÁRIO URBANO 268
- MÓDULO DO PAVIMENTO 270
- MATERIALIDADE 272

ÍNDICE DE IMAGENS 000

EVOLUÇÃO HISTÓRICA





LISBOA

Evolução Histórica

Para compreender a evolução histórica da área de intervenção, localizada em Lisboa, no eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras é imprescindível compreender a forma como a cidade se foi estruturando.
Até 1755, data do terramoto que destruiu grande parte de lisboa o crescimento da cidade efetuava-se por via de um alargamento sucessivo do seu perímetro muralhado. Iniciado na colina do castelo e estendo-se para poente até à colina de São Francisco.

Na planta de João Nunes Tinoco de 1650, são visíveis os limites da cerca Fernandina já ultrapassados, que circunscrevem uma construção densa e orgânica, para além destes e como resposta às tensões provenientes dessa ocupação surge extra-muros a Vila Nova de Andrade. Precursor do atual Bairro Alto, dividido em lotes e organizado em quarteirões ordenados por uma malha, tem uma base de inspiração racionalista e introduziu Urbanidade na Capital do Reino.



À direita:
1. Evolução da mancha de ocupação nos últimos oito séculos.
Página ao lado:
2. Planta de Lisboa, João Nunes Tinoco, 1650.


Praça do Rocio
Hospital d'Elrey
S. Mathias
S. Lourenço
Castello
Cerca das Fradas de S. Vicente
Porta de S. André
Porta de S. Vicente
Campo de Santa Clara
Igreja dos Frades da Trindade
Ribeyra
Rua Nova
Terreiro do Paço
Palaviche
Praya da Ribeira
Chafarix d'Elrey
Chafarix Nova
RIO
TEJO

O desenvolvimento da cidade ocorre pela primeira vez, de forma programada perpendicularmente ao rio. Até então, a Rua das Portas de Santo Antão/ Rua de São José configurava-se como a principal saída para norte da cidade, bifurcando pela Anunciada continuando uma pelo Andaluz e a outra Salitre a cima para confluir com a da Cotovia. A saída a partir do Andaluz seguindo por São Sebastião evitava a travessia do Vale de Alcântara, contornando-o pela Palhavã.

Desde o século XVI a cidade cresceu lentamente para o interior e essencialmente para poente por via da ocupação de zonas desafogadas e de boa acessibilidade, primeiro por casas religiosas que por sua vez atraiam para junto de si algumas barracas e casas, preenchendo-se, com o tempo, o espaço entre elas, como é o caso da Rua do Salitre, Cotovia e São Bento ao longo do século XVII.

As obras do Conde de Tarouca foram a ponte da zona do noviciado com o Bairro Alto e já no século XVIII com os aforamentos sucessivos dos Soares de Noronha e a anterior instalação da Fábrica das Sedas efetua-se a ligação do Rato com a Cidade. Campolide até meados do seculo XVII configurava-se como uma área agrícola dividida em propriedades de média dimensão na zona limítrofe da cidade que apenas tinha bons acessos pelo Planalto de Campo de Ourique/ Prazeres e Alcântara.

A topografia do território estruturou a inserção das vias e a sua matriz fundiária.

A partir do eixo do Vale de São Bento, Campolide e Campo de Ourique cons- tituem-se como um corpo oposto ao Bairro Alto e Cotovia formando um "U" aberto ao rio. No seu centro onde o Vale de São Bento e o Festo da Cotovia se encontram localiza-se o atual Largo do Rato, zona de confluência de sistemas de circulação.



À direita:
3. Topografia de Lisboa.
Página ao lado:
4. Lisboa com a Estrada de Circunvalação [século XIX] assinalada.


Liberdade
Parque Eduardo VII
LISBOA
Santa Apolónia
Cais do Sodré
LISBOA
Gare Marítima
ALCÂNTARA

REFORMA DA CIDADE

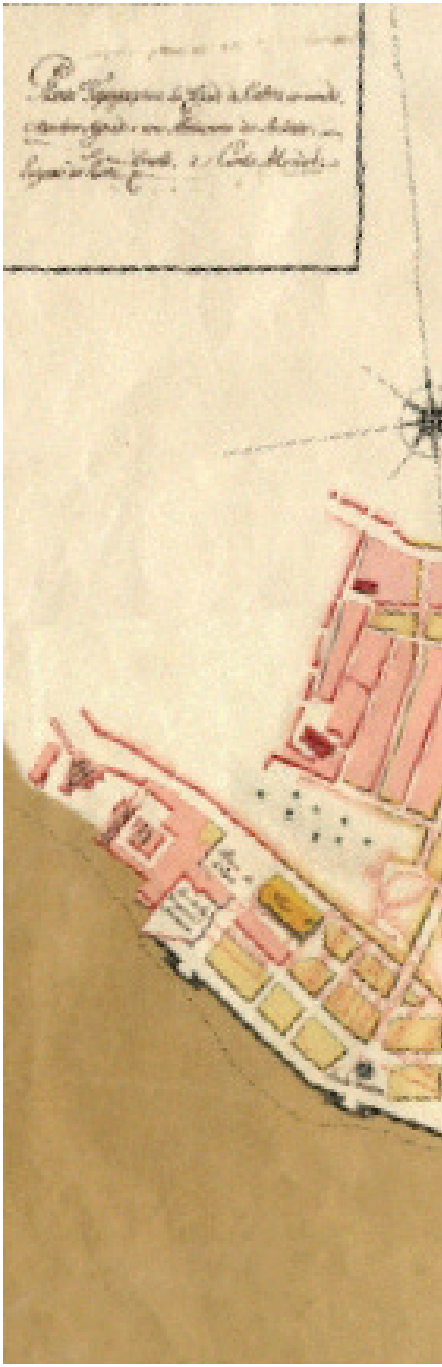
Terramoto de 1755

No Reinado de D. João V a reforma da cidade foi pensada e planeada mantendo o pragmatismo herdado da tradição militar e Manuel da Maia surge como personalidade central na reforma da cidade. Há uma preocupação com as infra-estruturas básicas e o Aqueduto das Águas livres surge como uma das únicas grandes realizações urbanísticas da época.

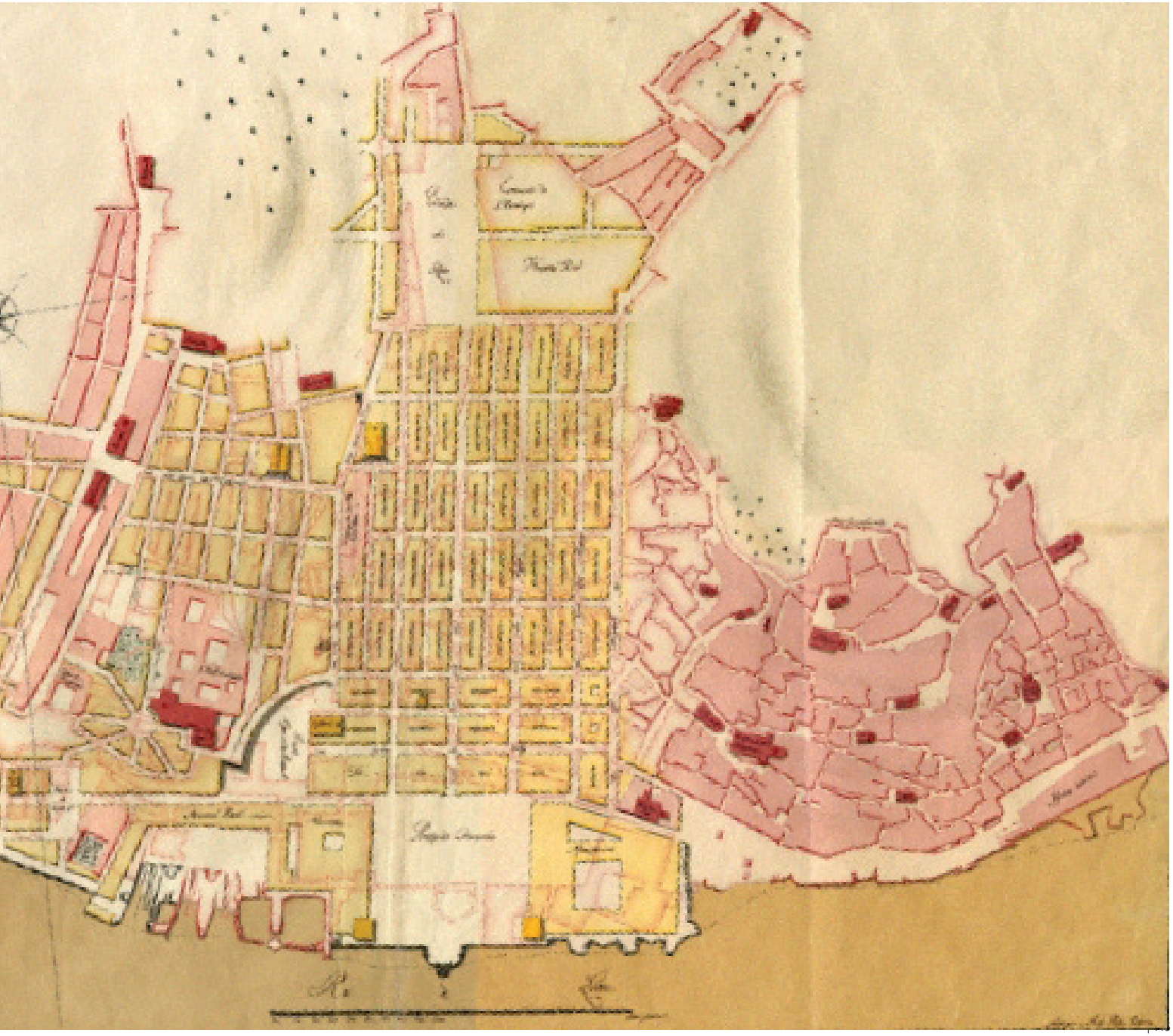
Por volta de 1740 a obra das Águas Livres já se encontra no Rato.

Com o cataclismo de 1755 surge a efetiva possibilidade de uma reforma da cidade levantando-se a hipótese de construir sobre os escombros ou construir uma nova cidade em Belém.

Escolhida a primeira das soluções, foi adoptado um modelo em que eram proibidas as obras de iniciativa particular; os proprietários dos terrenos foram obrigados a reconstruir segundo o plano geral num espaço de 5 anos, sob pena de serem obrigados a vender os terrenos. De um total de 6 plantas traçadas pelos colaboradores de Manuel da Maia, a escolhida foi a de Eugénio dos Santos, arquitecto do Senado da cidade, que chefiou os trabalhos até 1760, altura em que faleceu e foi substituído por Carlos Mardel, arquitecto húngaro imigrado em Portugal. À cidade medieval de ruas es- treitas deu lugar um traçado racional de linhas rectilíneas em que os prédios têm todos a mesma altura.



5. Cartografia de 1756, Carlos Mardel



Aquando da realização dos planos para a nova cidade de Lisboa existia uma intenção clara de através da realização de duas grandes obras a reconstrução Baixa e a construção do Palácio Real conseguir lançar as bases para uma recuperação e expansão da cidade.

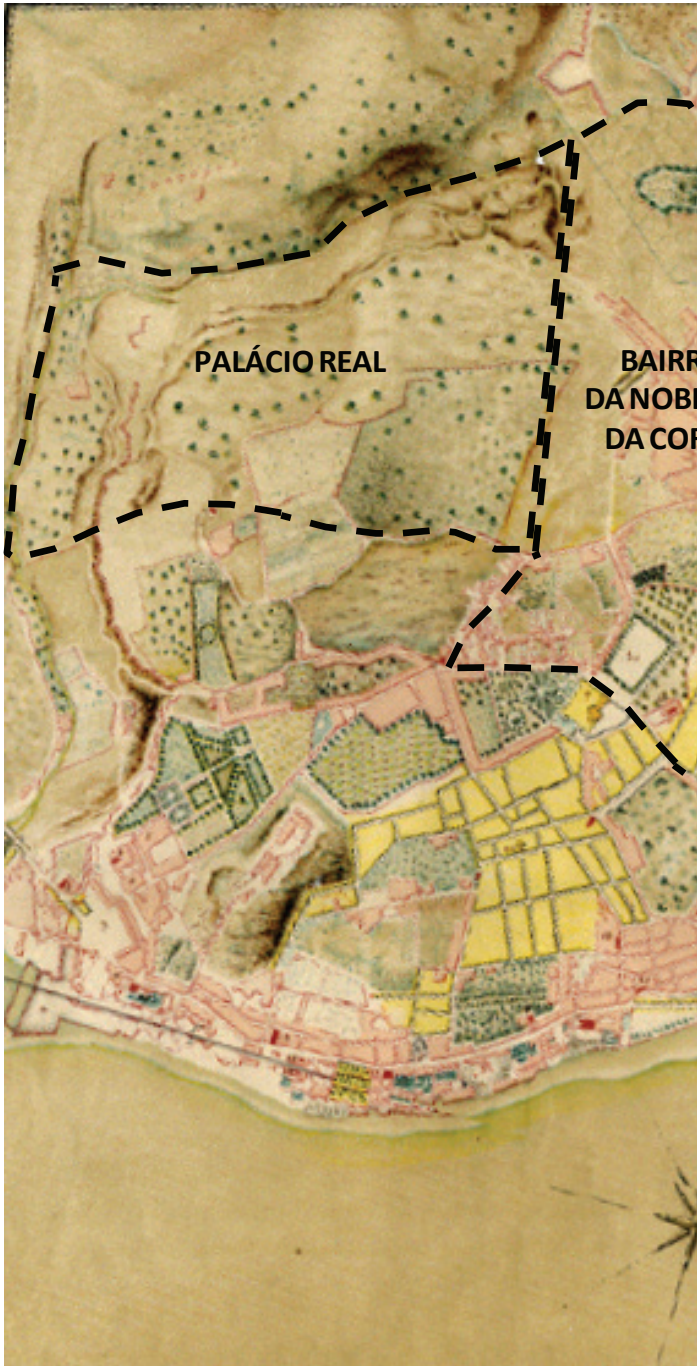
A reconstrução da Baixa veio a verificar-se mas a edificação do Palácio Real falhou ainda que tenha sido iniciado o seu balizamento e efetuada a abertura do primeiro troço da Rua de São João dos Bem-Casados [atual Silva Carvalho].

Desta iniciativa de projetar a zona expansão de cidade através da instalação do Palácio Real materializa-se apenas o lançamento do processo com o início do Bairro das Amoreiras em 1759. Na zona destinada ao Palácio fica um vazio que só será preenchido no final do século seguinte pela implantação de uma unidade habitacional de características únicas.

Da localização escolhida há ainda a acrescentar que apesar de paradisíaca era distante do efetivo centro de Poder, juntamente com o facto de a nobreza se encontrar depauperada fez com que não fosse possível agregar à deslocação do Rei as moradas dos principais membros da Corte que tinham optado por edificar ou reformar as propriedades que já possuíam.

A instalação provisória da Corte em Belém e na Ajuda torna-se efetiva.

Da iniciativa de projetar a zona expansão de cidade através da instalação do Palácio Real materializa-se apenas o lançamento do processo com o início do Bairro das Amoreiras em 1759.



Traço contínuo:
Bairro das Águas Livres

Traço interrompido:
Zona destinada ao Palácio Real e zona do bairro da nobreza da corte.

6. Planta de Lisboa no final do consulado pombalino indicando a vermelho o existente e a amarelo o que estava planeado.


RO
REZA
RTE



7. Vista aérea da Mãe de Água.

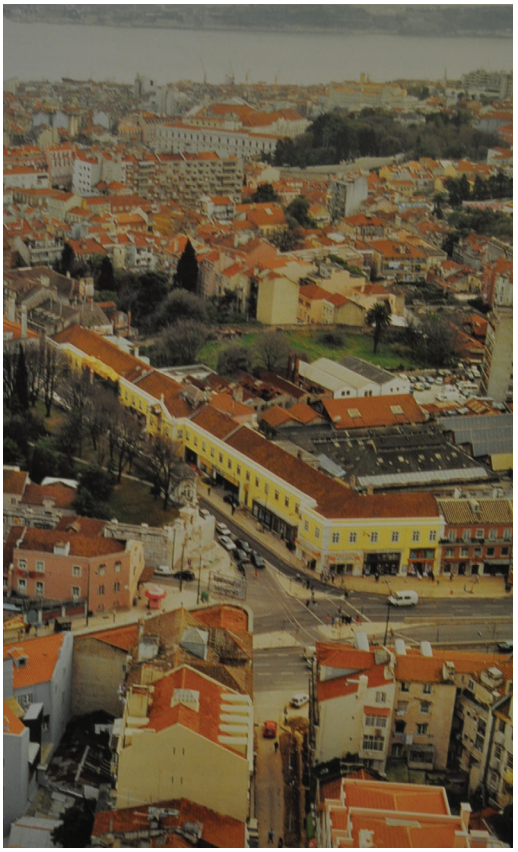


BAIRRO DAS ÁGUAS LIVRES
fábrica das sedas

A construção do bairro enquadrou-se na reestruturação da Fábrica em 1757 e pressupunha uma alteração dos processos de fabrico, gestão dos recursos humanos e materiais.
A Fábrica das Sedas tem a sua instalação provisória em 1738 na freguesia de Santa Isabel uma das zonas menos afetada pelo terramoto circunstância que leva a um aumento substancial da sua população.
Aos pequenos fabricantes na dependência da Fábrica das Sedas através de deduções nos rendimentos era dada a possibilidade de poderem ter casa, oficina e equipamentos próprios. Podiam ter também um determinado número de aprendizes que mais tarde se poderiam estabelecer do mesmo
modo e assim fazer cidade através do crescimento da produção.
Apenas uma pequena parte do bairro foi construída que na sua totalidade ocuparia o espaço entre a Mãe de Água e a atual Rua Artilharia I, o Rato e Campolide.
Este foi o único dos planos exteriores à Baixa que dispunha de um prévio conteúdo urbano para além da simples ocupação racional do terreno. O Bairro destinava-se a concretizar objetivos industriais, políticos e sociais de uma cidade que se pretendia ver renovada.

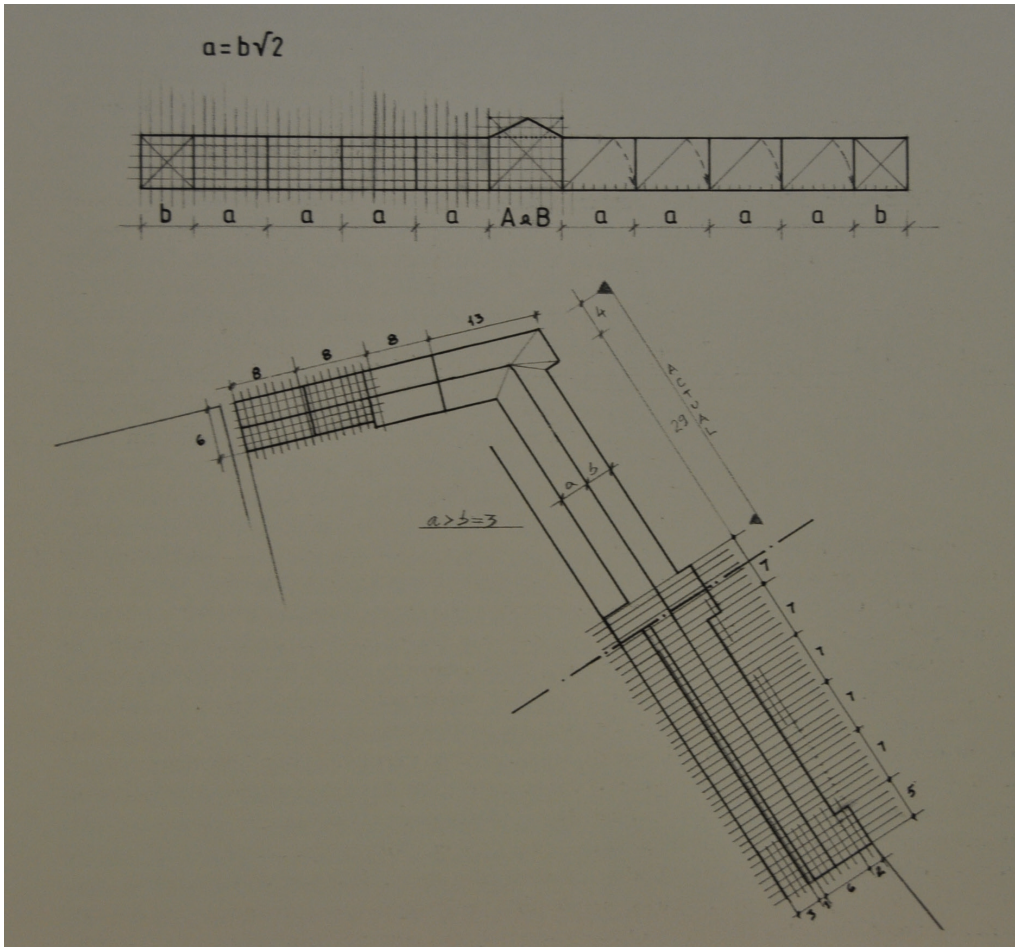
Em cima, à esquerda:
8. Pormenor do projeto do Bairro das Águas Livres [aprovado e executado parcialmente], Carlos Mardel, 1759.
Em cima , à direita:
9. Perspetiva do edifício Sede da Fábrica das Sedas para o Largo do Rato.
Em baixo., à esquerda:
10. Travessa da Fábrica das Sedas. Bloco de casas do Bairro das Águas Livres que ainda mantêm praticamente intacto o aspeto inicial, 1998.
Em baixo, à direita:
11. Edifício Sede da Fábrica das Sedas. Gaveto da Rua da Escola Politécnica com o Largo do Rato. 1998.


260
260
260
260
260
40
40
40
302 p.
Praça Nova 640 p.
Mag da Agua
Freiras.





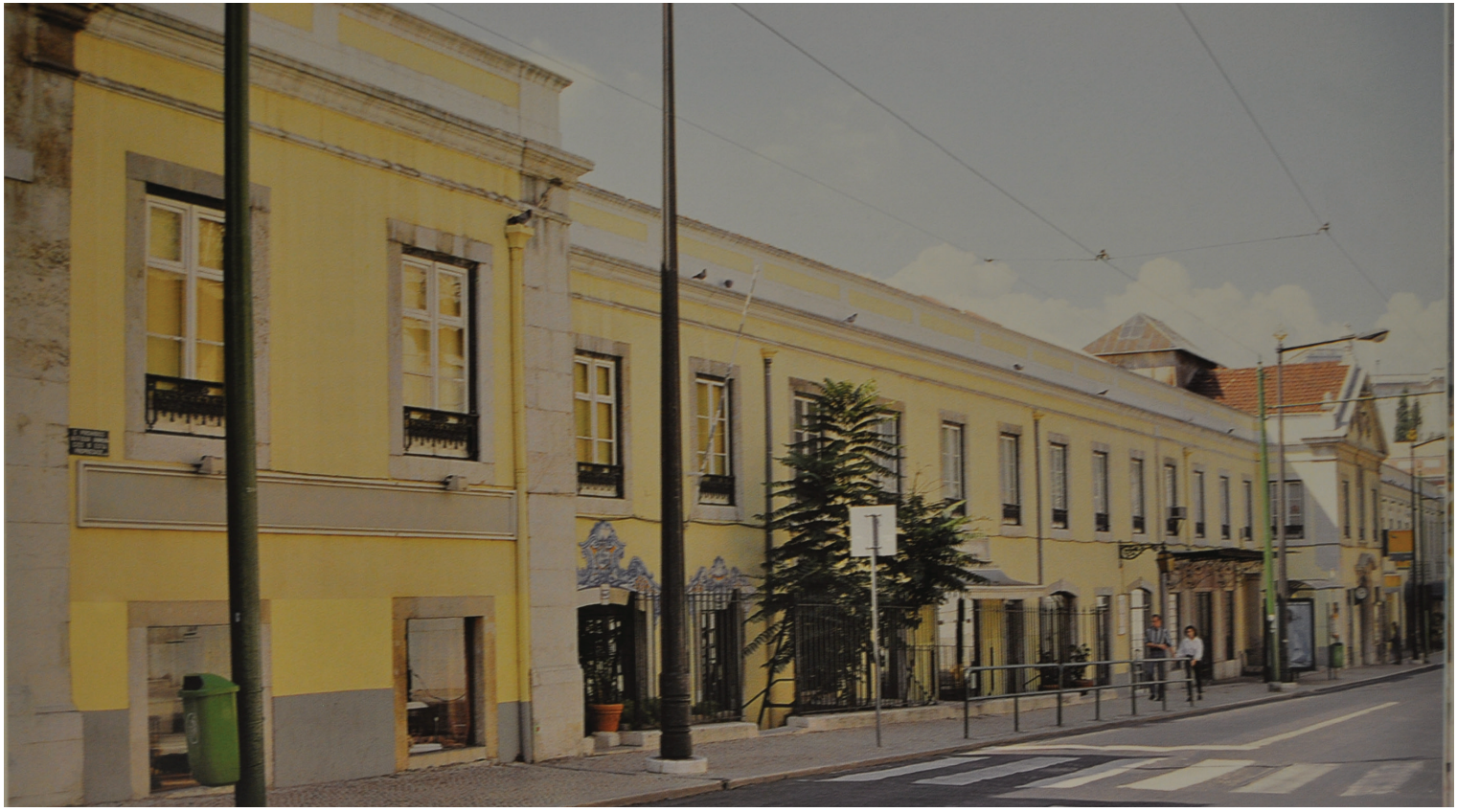

SNACK BAR PASTELARIA
MIL E OITOCENTOS
1800





Em cima, à esquerda:
12. Edifício Sede da Fábrica das Sedas da Rua da Escola Politécnica. Evidência da modulação utilizada por Carlos Mardel na sua conceção.
Em cima, à direita:
13. Implantação do edifício Sede da Fábrica das Sedas em finais do século XIX.
Página ao lado, em cima:
14. Rua da Escola Politécnica. Edifício Sede da Fábrica das Sedas em finais do século XIX.
Página ao lado, em baixo:
15. Rua da Escola Politécnica. Edifício Sede da Fábrica das Sedas, 1998.





BAIRRO DAS ÁGUAS LIVRES
[ORGANIZAÇÃO DO BAIRRO]

O Bairro das Águas Livres, parte de uma malha quadrada uniforme onde a praça de 302x640 palmos aparece pela renúncia a dois quarteirões, limitada a poente pelos arcos do Aqueduto, sem libertar os cantos no enfiamento das ruas opostas.

Apenas foram edificados quatro quarteirões em volta da praça num total de 56 fogos quando inicialmente estava prevista a construção de 462. Para a sua implantação nivelou-se o terreno e abriram-se ruas no sentido poente/ nascente e na perpendicular apenas foram abertas as necessárias para servir os primeiros quarteirões o que fez com que o bairro tenha chegado aos nossos dias com quatro quarteirões quadrangulares e os restantes alongados.

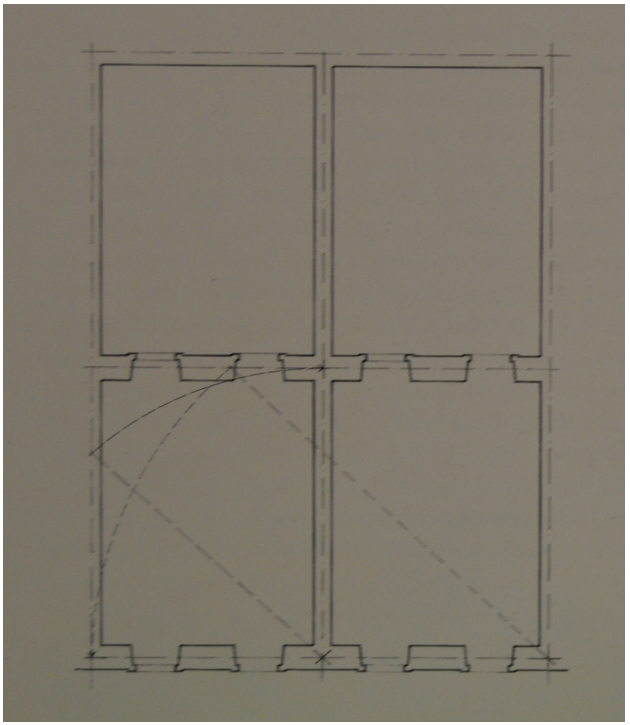
A construção dos edifícios era muito simples a estrutura de tipo tradicional e a cobertura de duas águas longitudinais. Nas traseiras o beirado assenta diretamente sobre a alvenaria. É visível a existência de uma produção seriada dos elementos construtivos, por exemplo, uma peça de cantaria tem dimensões que permitem o seu uso em posições diversas.

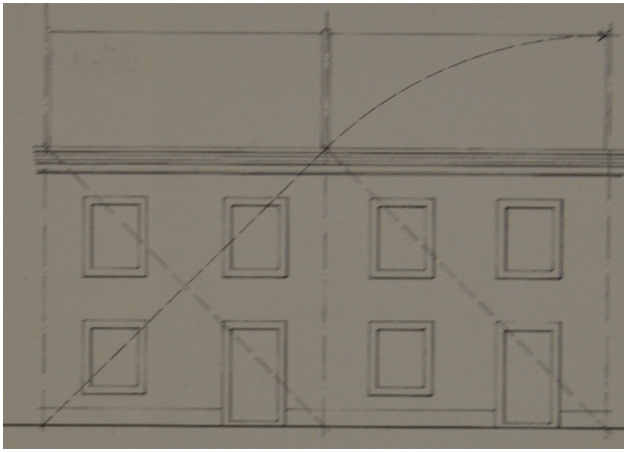
Os quarteirões são definidos com duas frentes de oito casas cada, separadas por um pátio, individualmente mediam 32 palmos. O esquema do alçado é composto por um par de janelas em retângulos √2 no primeiro andar e por uma janela próxima do quadrado e uma porta em duplo quadrado no rés-do-chão. O retângulo √2 constitui a regra compositiva que se repete em toda a construção.

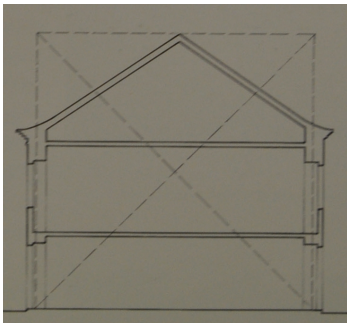


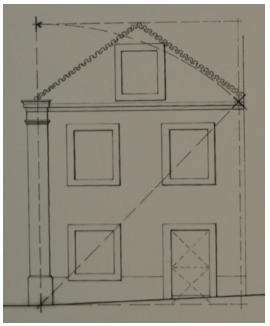
Ao lado:
16. Praça das Águas Livres [Jardim das Amoreiras], edifício da Fábrica dos Tecidos de Seda. c. 1910.
Página ao lado:
17. Planta de Carlos Mardel, quarteirões construídos do plano.











Ao lado:
18. Bairro das Águas Livres.
Reconstituição de dois módulos da habitação tipo. [da esquerda para a direita, de cima para baixo] Alçado de rua, planta do piso térreo e corte transversal onde se evidência a modulação a partir da relação do quadrado com a sua diagonal (√2).
Página ao lado, em cima:
19. Rua Maestro Pedro de Freitas Branco. Imagem da segunda metade do século XIX das casas edificadas pela iniciativa privada dentro do espírito [e forma] do Bairro das Águas Livres, c. 1910.
Página ao lado, em baixo, à esquerda:
20. Rua Maestro Pedro de Freitas Branco. Imagem da segunda metade do século XIX das casas edificadas pela iniciativa privada dentro do espírito [e forma] do Bairro das Águas Livres, c. 1910.
Página ao lado, em baixo, à direita:
21. Rua Maestro Pedro de Freitas Branco. Imagem da segunda metade do século XIX do exemplar do extremo poente das casas edificadas pela iniciativa privada dentro do espírito [e forma] do Bairro das Águas Livres., c. 1910.







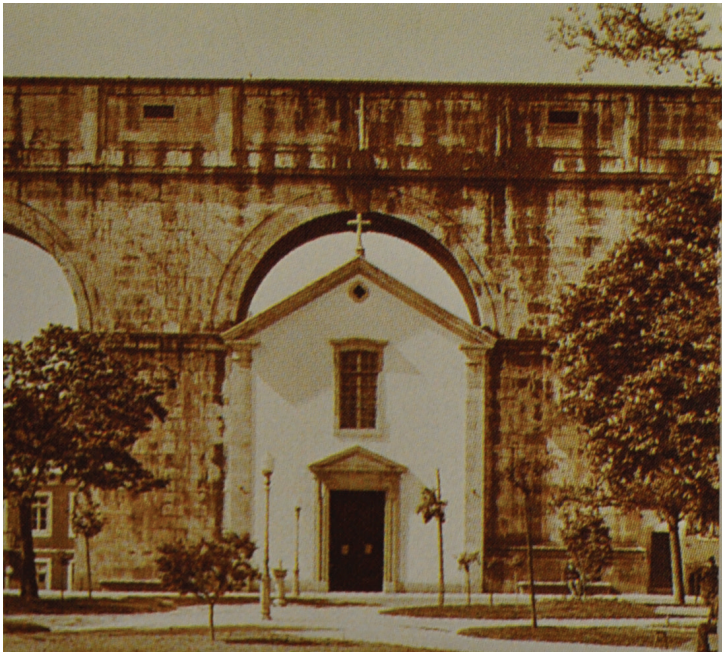
BAIRRO DAS ÁGUAS LIVRES
arco das Amoreiras

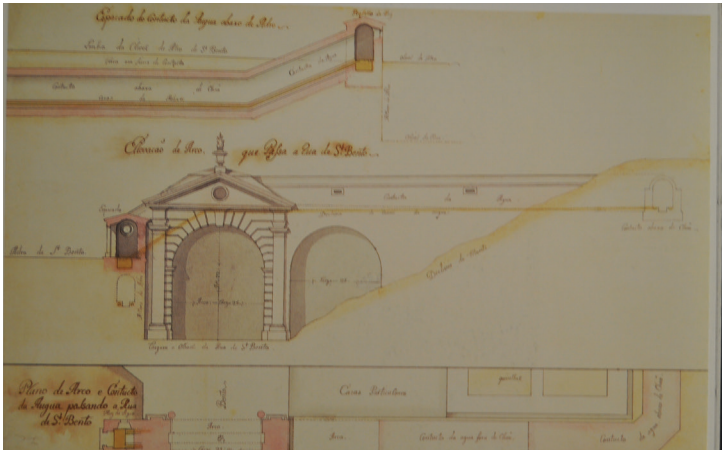
O Arco das Amoreiras, realizado entre 1746 e 1748, marcava a entrada na cidade e toda a zona do Rato ganhou um novo estatuto de praça que se seguia à entrada das portas da cidade tendo nele sido construído um dos primeiros chafarizes inaugurais das Águas Livres da autoria de Carlos Mardel.

No Bairro das Águas Livres havia um grande número de artífices catalões o que leva à implantação de uma capela dedicada a Nossa Senhora de Monserrate metida na arcaria do aqueduto, substituindo uma barraca em madeira no Alto de S. Francisco. A obra foi concluída em 1768. E devido à sua inserção num dos arcos do aqueduto a sineira é colocada no fundo do edifício.

No centro da praça foi construído um chafariz e foram plantadas 331 amoreiras. Posteriormente o chafariz foi substituído pelo atual e no lugar das amoreiras surge um jardim romântico.

Página ao lado, à esquerda, em cima:
22. Praça das Amoreiras. Capela de Nossa Senhora de Monserrate.
Página ao lado, à esquerda, em baixo:
23. Aqueduto das Águas Livres. Arco da Rua de São Bento, Carlos Mardel. Desenho de inserção urbanística, alçado e pormenor.
Página ao lado, à direita:
Rua das Amoreiras. Arco triunfal visto de norte, 2012.



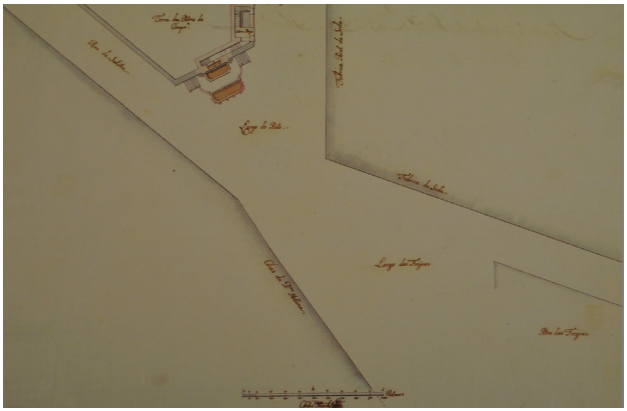

Planta do Arco e Entrada da Agua passando a Rua de S.t Bento



BAIRRO DAS ÁGUAS LIVRES
chafariz do Rato

O chafariz do Rato é o único abastecido por uma linha de água que saía diretamente do tanque da Mãe de Água. Todos os restantes chafarizes eram abastecidos pelos quatro ramais subterrâneos que abastecem a cidade. Dois dos ramais saem do Aqueduto antes da Mãe de Água um destinado ao Campo de Santana e o outro às Necessidades. Da Casa do Registo partem as outras duas linhas de água, a do Loreto, pelo festo da Cotovia até ao Largo de São Carlos, e a da Esperança, pelo Vale de S. Bento até ao rio.





Em cima:
25. Aqueduto das Águas Livres. Chafariz do Rato da autoria de Carlos Mardel. Desenho do alçado assinado pelo autor.
Em baixo:
26. Aqueduto das Águas Livres. Chafariz do Rato da autoria de Carlos Mardel. Desenho do enquadramento urbanístico assinado pelo autor.
Página ao lado:
Chafariz do Rato, 2012.


Rato
P

A configuração do Largo sofre alterações muito significativas pela alteração dos edifícios, eliminação do adro cercado do convento e pela introdução das Avenidas Alexandre Herculano e Pedro Álvares Cabral. A Rua das Amoreiras desembocava num largo de dimensões muito mais reduzidas e o chafariz encontrava-se alinhado em frente de quem entrasse no largo numa posição mais recuada.

1. Rua dos Arciprestes ou Entremuros
2. Quinta do Noviciado da Cotovia
3. Mãe de Água
4. Rua do Olival a São Bento
5. Adro das Freiras
6. Convento das Trinas
7. Rua do Salitre
8. Quinta de D. Helena, depois dos Oratorianos
9. Fábrica das Sedas

À esquerda:
28. Largo do Rato e Bairro das Águas Livres. Sobreposição dos limites do largo no século XVIII à situação atual e quarteirões. Relações urbanísticas geradas pela implantação do chafariz.
Página ao lado:
29. Largo do Rato e Bairro das Águas Livres.




FILIPE
NERY
RUA
8
7
2
9



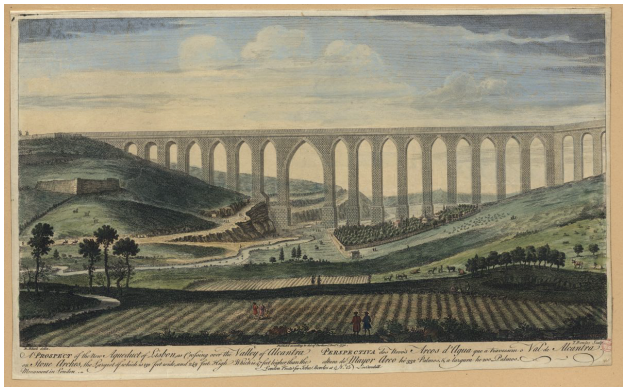
AQUEDUTO

Antes da construção do Aqueduto a água na Cidade de Lisboa era obtida através de furos, poços, cisternas e fontes naturais pelo que a cidade começa por se formar em torno dos locais onde esse bem mais abunda.

A construção do Aqueduto vem resolver e promover a expansão da cidade a poente onde a captação de água se efetuava com mais dificuldade. A cidade estava prestes a atingir o ponto de rotura uma vez que a população se começava a debater por esse bem que escasseava. Embora a construção do Aqueduto fosse paga pela população através de impostos o controle que a cidade tinha sobre o curso e custo da obra era muito reduzido tendo esta sofrido influência régia.

A forma final como o Aqueduto atravessava o Vale de Alcântara foi alvo de duas visões diferentes, na de Manuel da Maia o traçado contornava a depressão de Alcântara pela Palhavã o que fazia com que os arcos tives- sem uma menor expressão, na visão de Custódio Vieira, e que viria a ser a construída, temos uma solução monumental e dispendiosa que atrasou a chegada do abastecimento de água a Lisboa. Em substituição de Custódio Vieira vítima de doença prolongada surge Carlos Mardel que continuou a obra do antecessor e foi responsável pelos projetos das mais significativas obras de distribuição de água.

De uma forma genérica, Manuel da Maia foi o grande mentor técnico e urbanístico da obra das Águas Livres, Custódio Vieira e Carlos Mardel os seus sucessores. O segundo responsável pela sua monumentalidade no atravessamento do vale de Alcântara e a intervenção do terceiro inicia-se onde o aqueduto entra na cidade na freguesia de Santa Isabel. É uma obra de carácter clássico embora a utilização de arcos quebrados, onde o ritmo do percurso é assinalado pelas lanternas de respiração.





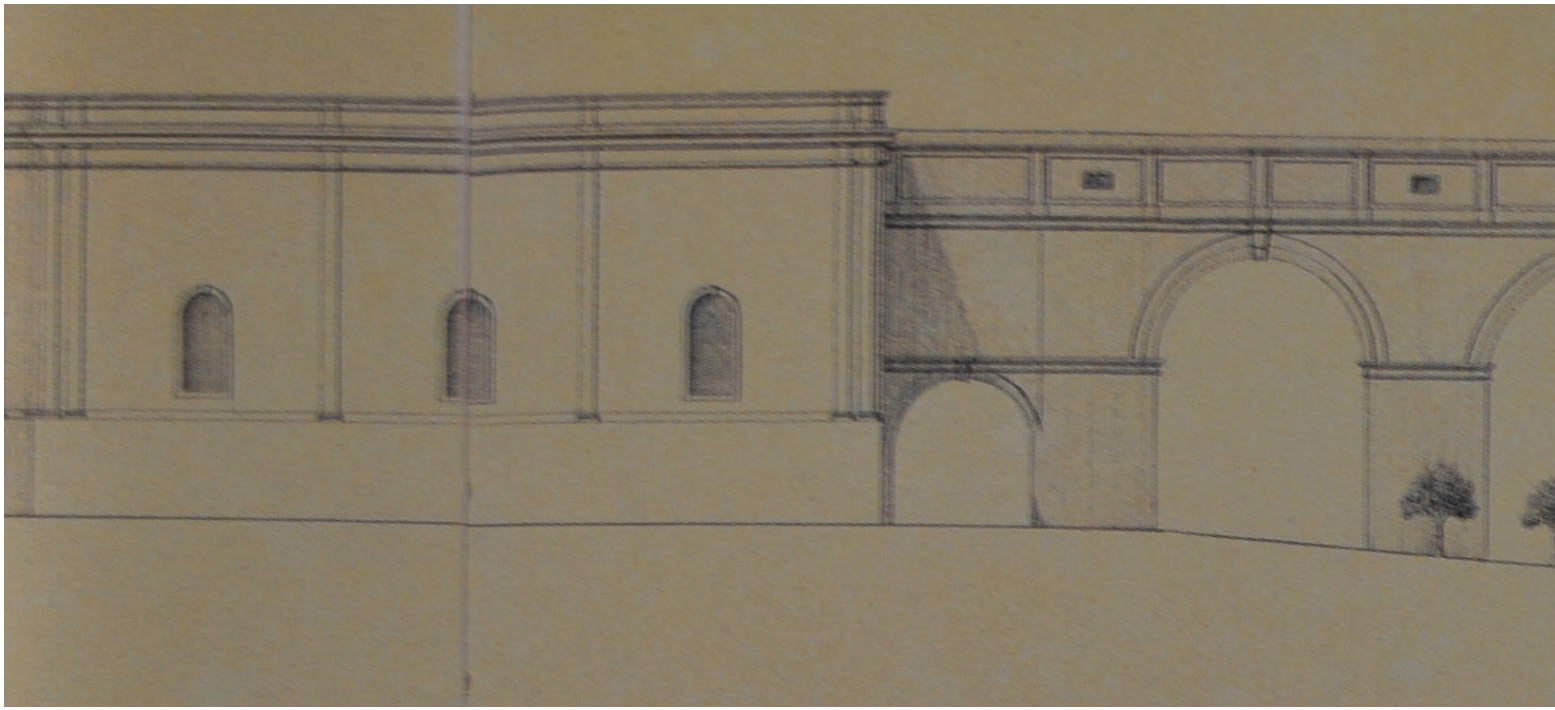
Em cima:
30. Perspetiva do Vale de Alcântara.
Em baixo:
31. Pormenor tipo para torres-lanterna, assinado por Carlos Mardel.
Página ao lado:
Aqueduto das Águas Livres

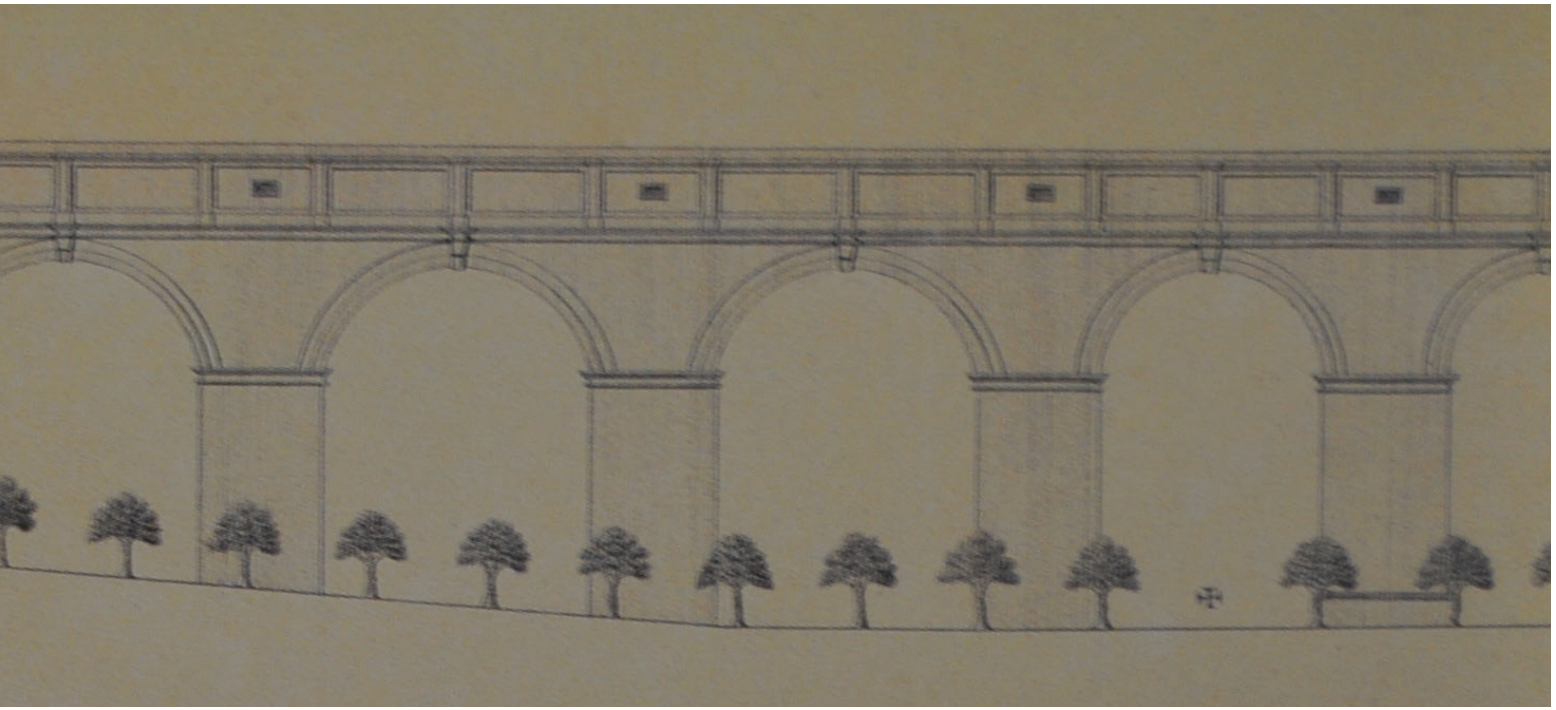


MÃE DE ÁGUA

Mãe de Água das Amoreiras é o nome dado ao reservatório que recebia e distribuía as águas canalizadas pelo aqueduto aos chafarizes. Este edifício, que servia de término ao Aqueduto, foi da responsabilidade do arquitecto Carlos Mardel [bem como o Arco das Amoreiras] e só foi concluído em 1834. É sob a direção de Carlos Mardel que, em 1748, corre água pela primeira vez em Lisboa. Esta monumental e notável obra de engenharia hidráulica, que levou mais de um século a ser erguida, só foi retirada do sistema de abastecimento das águas à cidade de Lisboa em 1967.

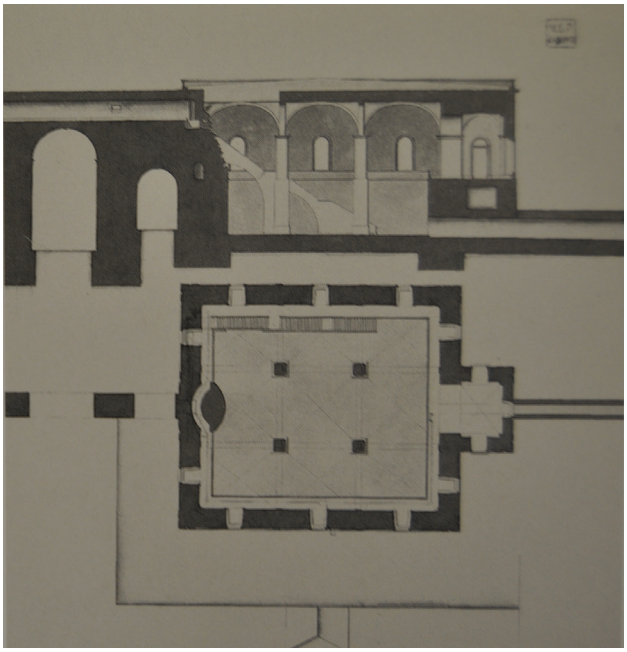
30. Aqueduto das Águas Livres, levantamento de 1861.





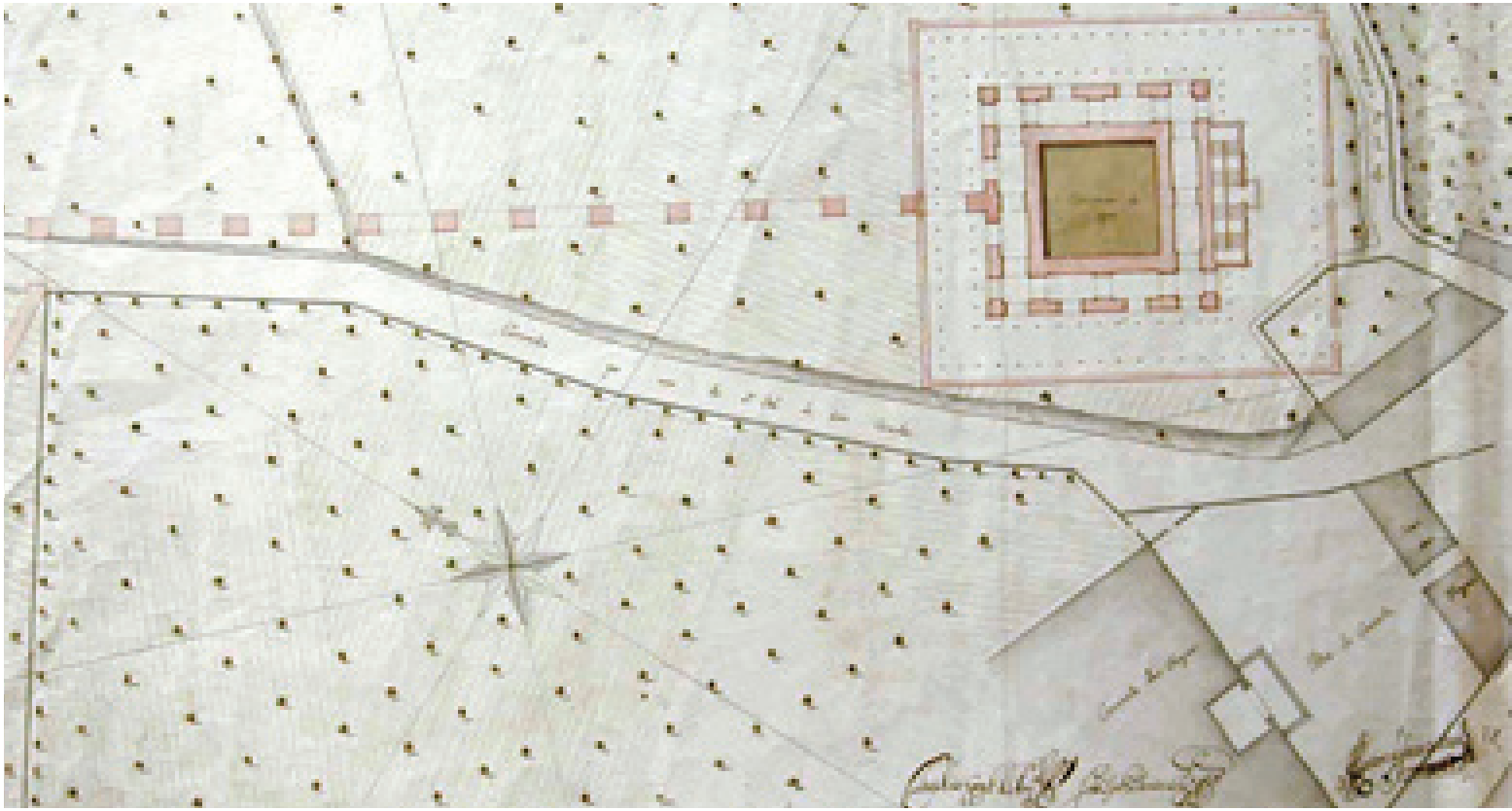


Para a construção da Mãe de Água existiram três versões sendo que nenhuma delas corresponde à versão construída, que não previa a construção simultânea da cascata, terraço e *hall*.
Curioso é também o facto dos nove arcos que dão para o Jardim das Amoreiras não serem iguais entre si.

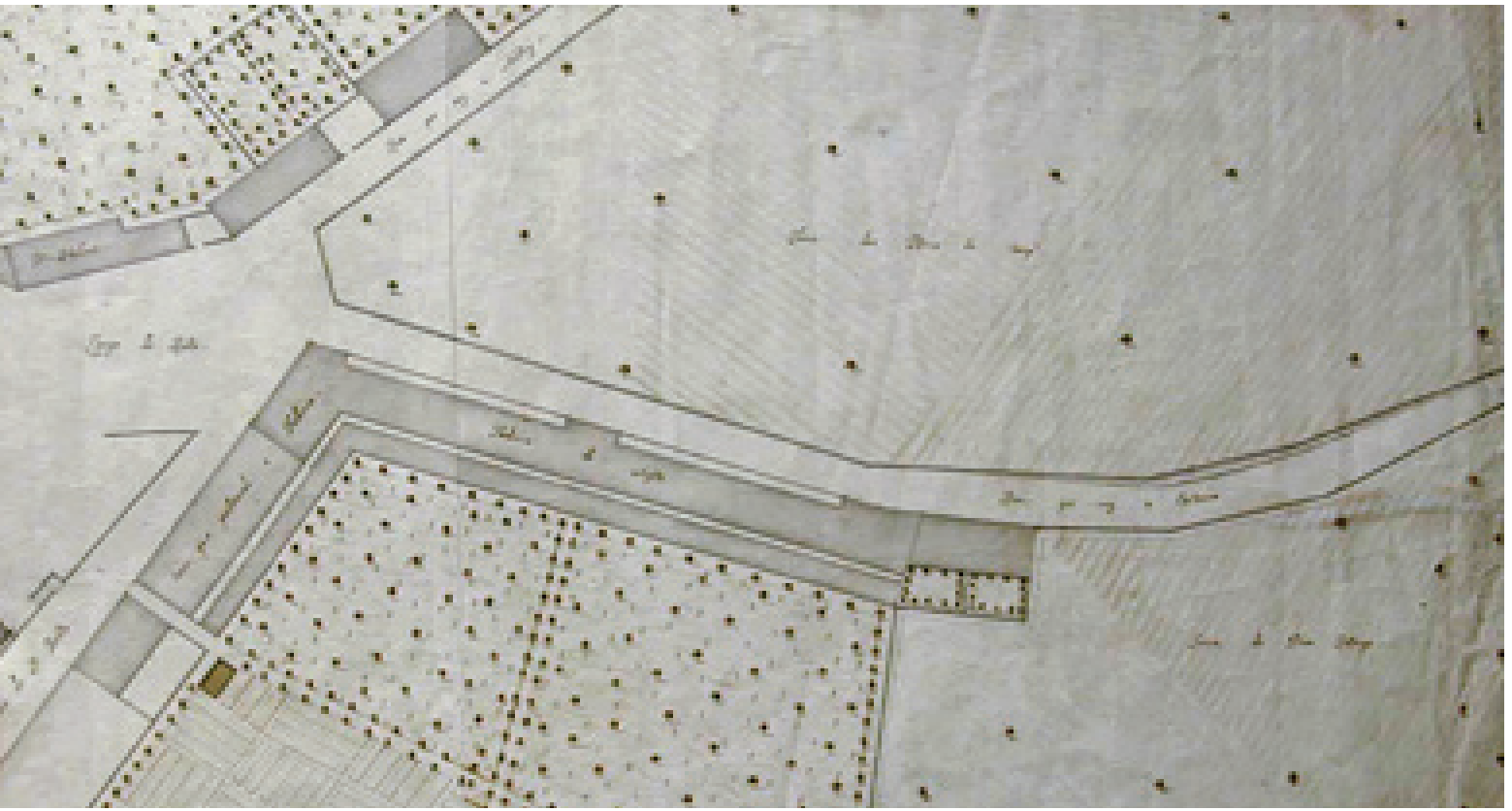


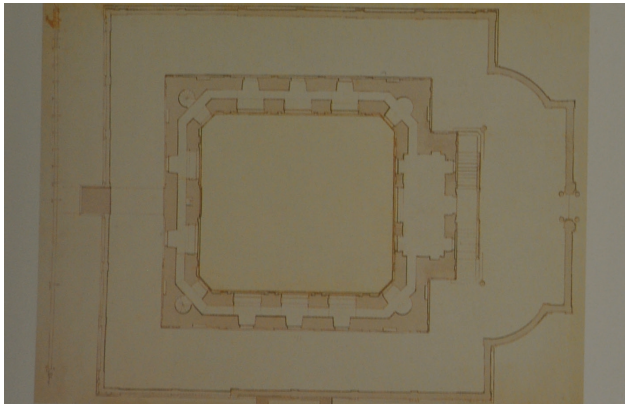
Em cima:
34. Vista aérea da Mãe de Água.
Em baixo:
35. Planta e corte da Mãe de Água das Amoreiras, levantamento de 1861.
Página ao lado:
Aqueduto das Águas Livres, Amoreiras [foto atual].

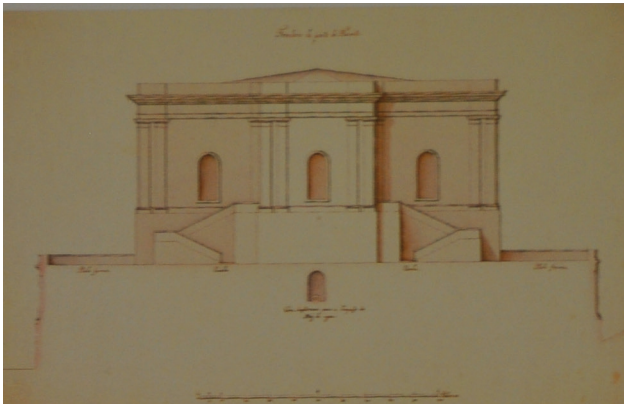


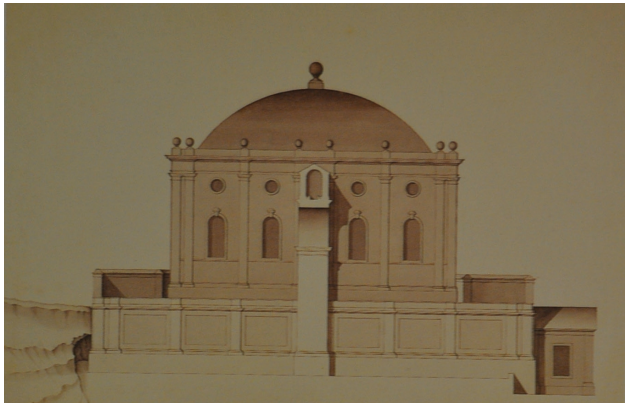


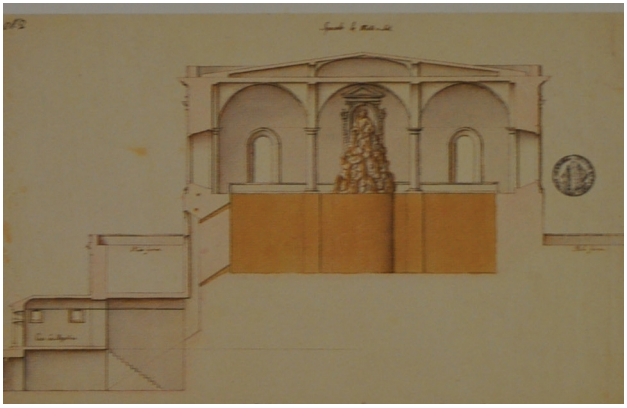
37. Desenho da primeira versão para a implantação da Mãe de Água das Amoreiras, incluindo os aspetos urbanísticos do Largo do Rato e da Sede da Fábrica das Sedas [então em construção], c. 1735.

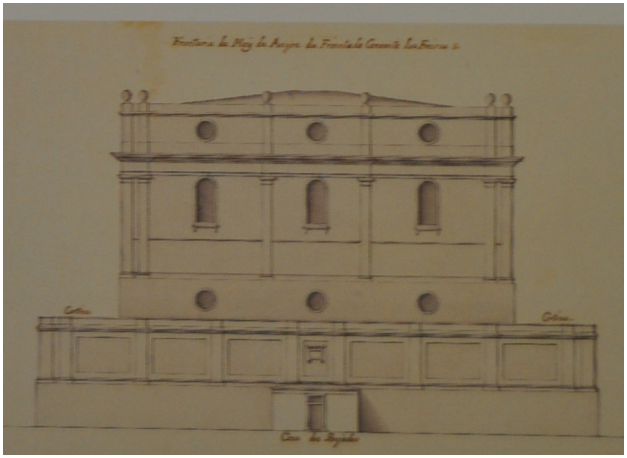




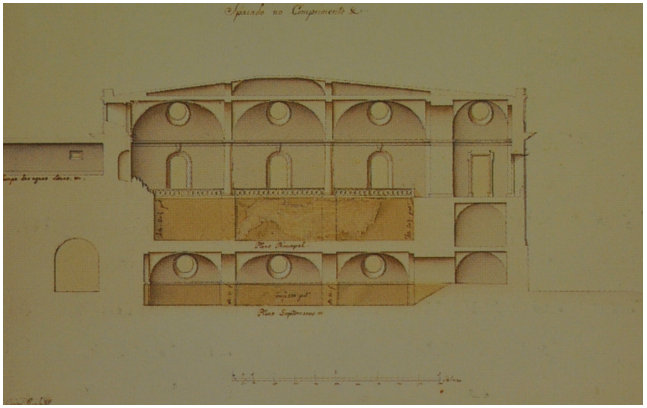


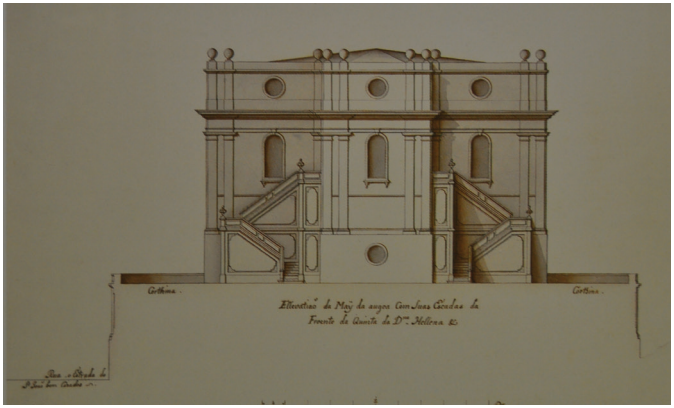


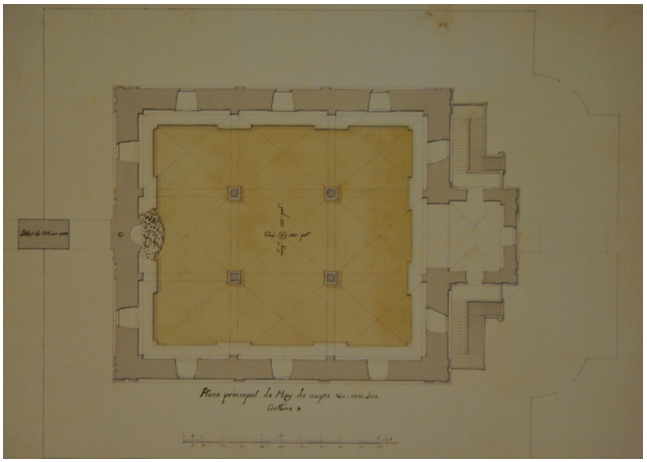


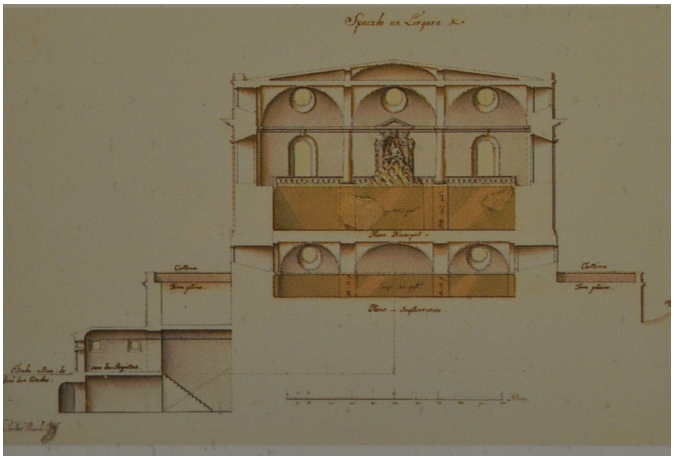


Em cima:
38. Mãe de Água das Amoreiras. Planta e alçado para norte da versão [A] do projeto da autoria de Carlos Mardel.
À direita:
39. Mãe de Água das Amoreiras. Alçado para sul, corte transversal e alçado para a Rua das Amoreiras [poente] da versão [B] do projeto da autoria de Carlos Mardel.
Página ao lado:
40. Mãe de Água das Amoreiras. Corte longitudinal, alçado para sul, planta e corte transversal da versão [C] do projeto da autoria de Carlos Mardel.









A Mãe de Água é um edifício de exceção cujo interior nos reporta às igrejas salão de raiz quinhentista o que lhe atribui características de um templo de águas. Tem uma posição dominadora face à envolvente elevando-se sobre
o pódio que contem o tanque de onde emergem quatro colunas onde pousa o sistema de abóbadas de aresta.

Perspectivas do interior do edifício da Mãe de Água.







Em 1764 como resposta à necessidade de um parque púbico que normalmente integrava o desenho das cidades reconstruídas surgiu o Passeio Público sob a forma de jardim gradeado transformando-se mais tarde no primeiro troço das "grandes Avenidas do Rossio a S. Sebastião". Com a intervenção de Ressano Garcia a Avenida da Liberdade configurou-se como uma das obras que marcaram mais fortemente a Lisboa Romântica.

Depois do ciclo de pobreza que se vivia em Lisboa no século XIX, o novo arranque urbanístico, pela mão do engenheiro Ressano Garcia, traduzir-se-á entre 1900 e 1910 nas chamadas Avenidas Novas, das Picoas ao Campo Grande, com a rica Avenida da República e a complementar e a mais remediada Avenida D. Amélia.

Na década de 1920-30 Duarte Pacheco remoderniza a cidade dotando-a de um plano virado para o zonamento, a rede viária e os novos equipamentos.
Nos anos 50 a 70 vive-se um "ciclo subúrbico" com a expansão descontrolada da capital para os arredores pela mão dos especuladores.
Lisboa surge-nos no séc. XX como uma cidade de cariz tradicionalista, com dificuldade na adaptação.

De relevância histórica nos limites alargados da área de estudo no eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras é de realçar:
- Construções de Arquitetura do Ferro, garagens do Rato [1906];
- Parque de Monsanto e Parque Eduardo VII [previstos no plano de urbanização de Lisboa 1935-38];
- A construção de grandes infra- estruturas rodoviárias;
- Na década de 80 o complexo Amoreiras de Tomás Taveira.



37. Carta topográfica da Cidade de Lisboa [1856 - 1858], Filipe Folque, publicada em 1871.



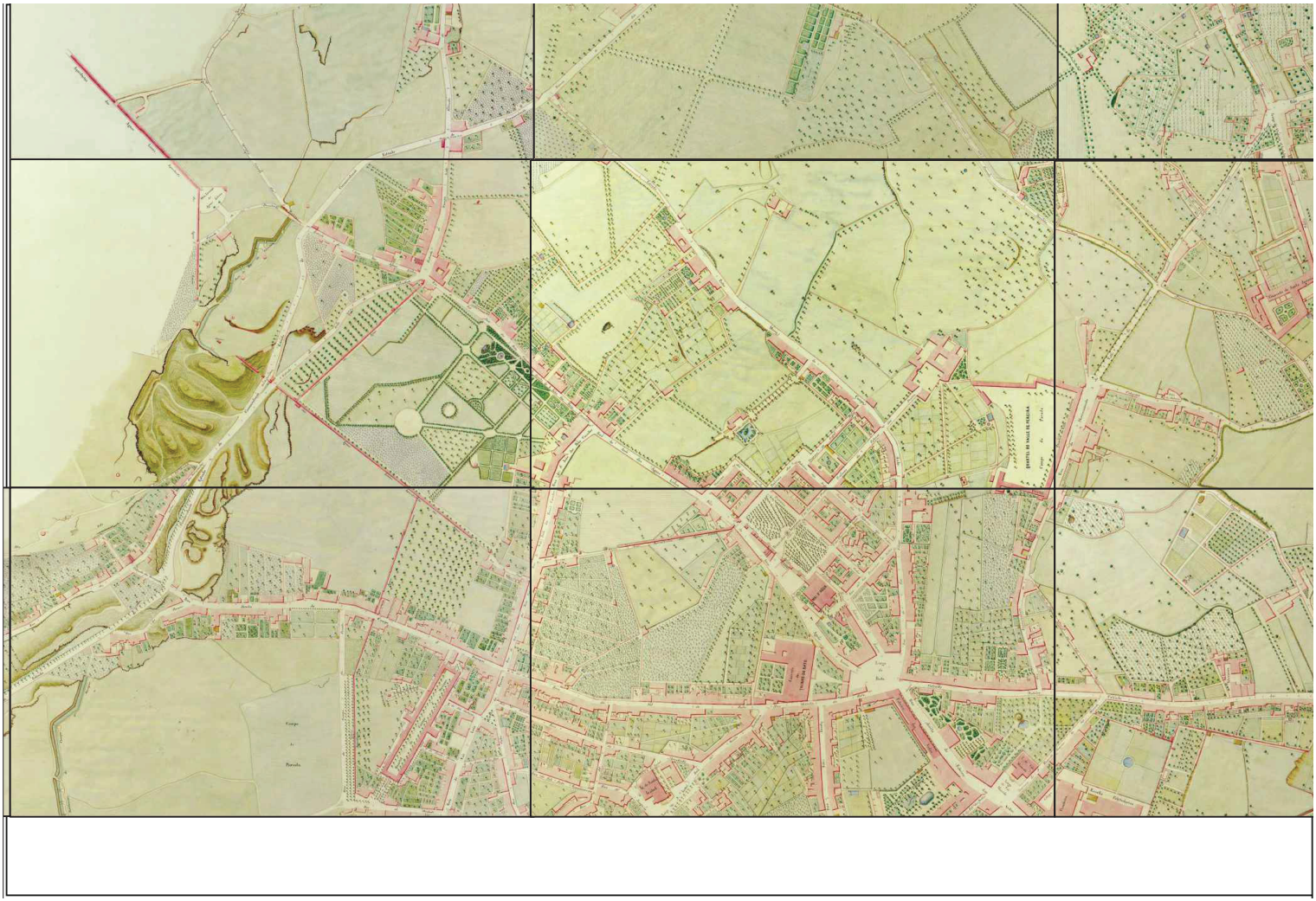
RECTANGULOS

EVOLUÇÃO DO EDIFICADO



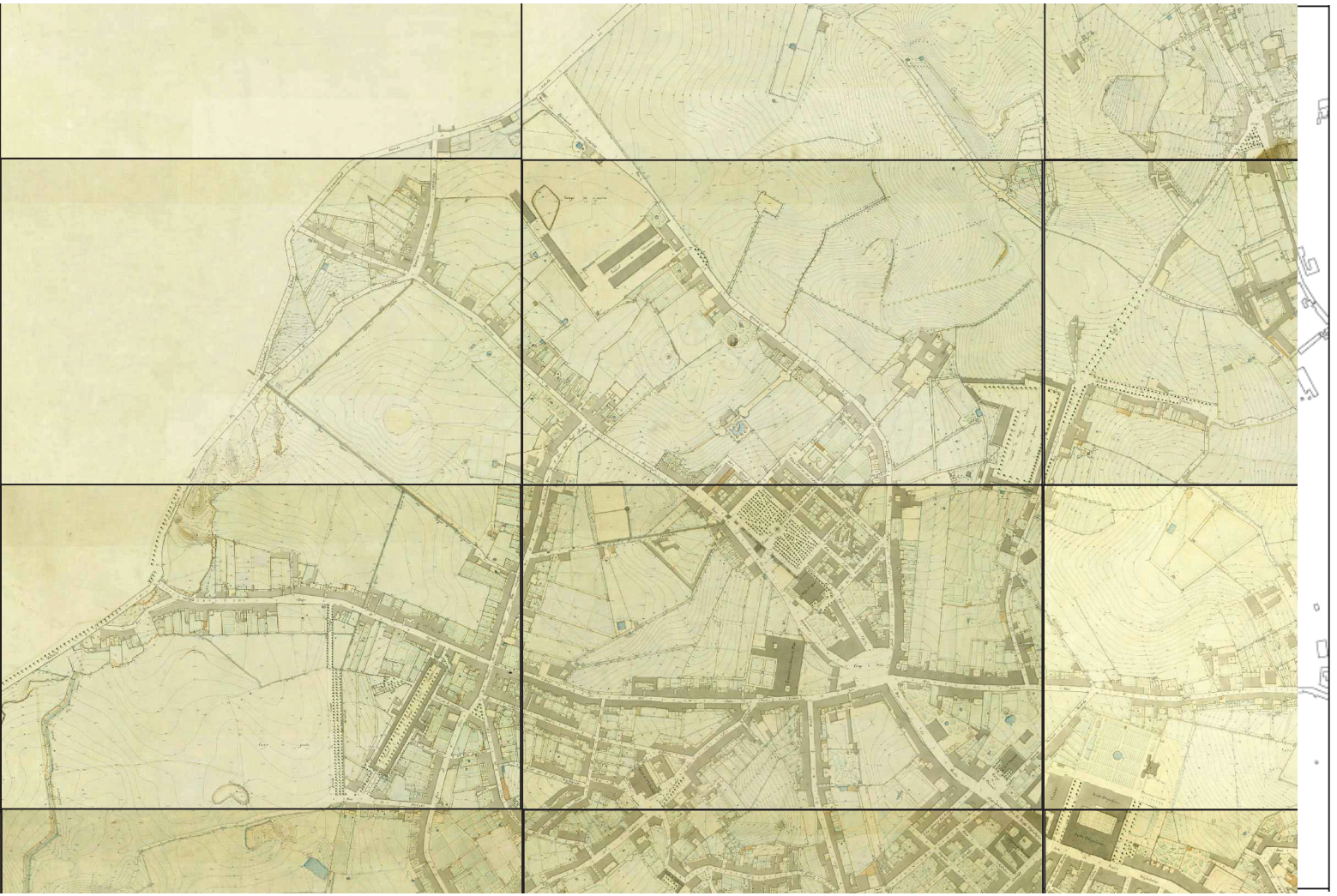
39. Planta anterior a 1856 [plantas amarelas].





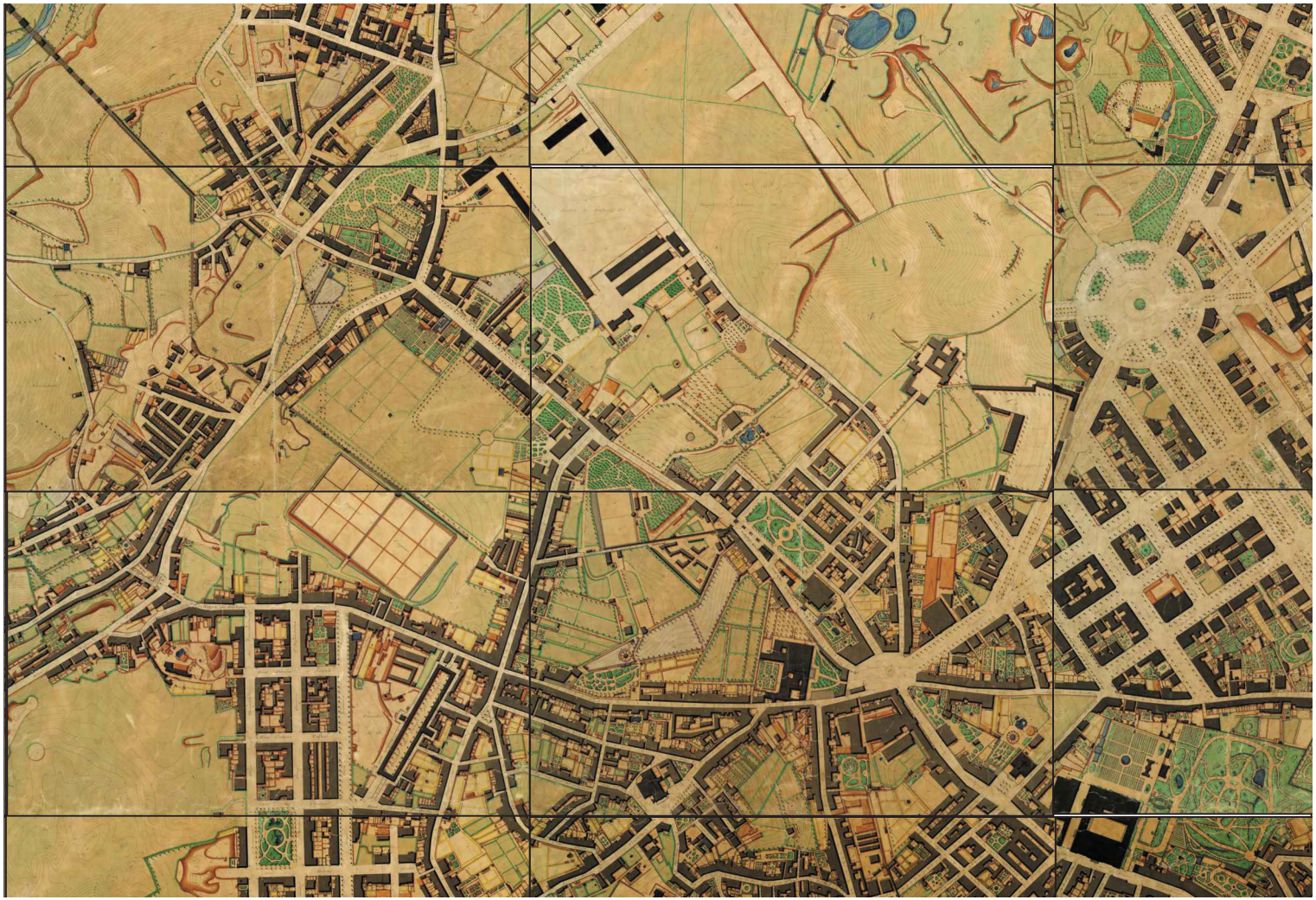
40. Planta de Filipe Folque, entre 1856 e 1858.



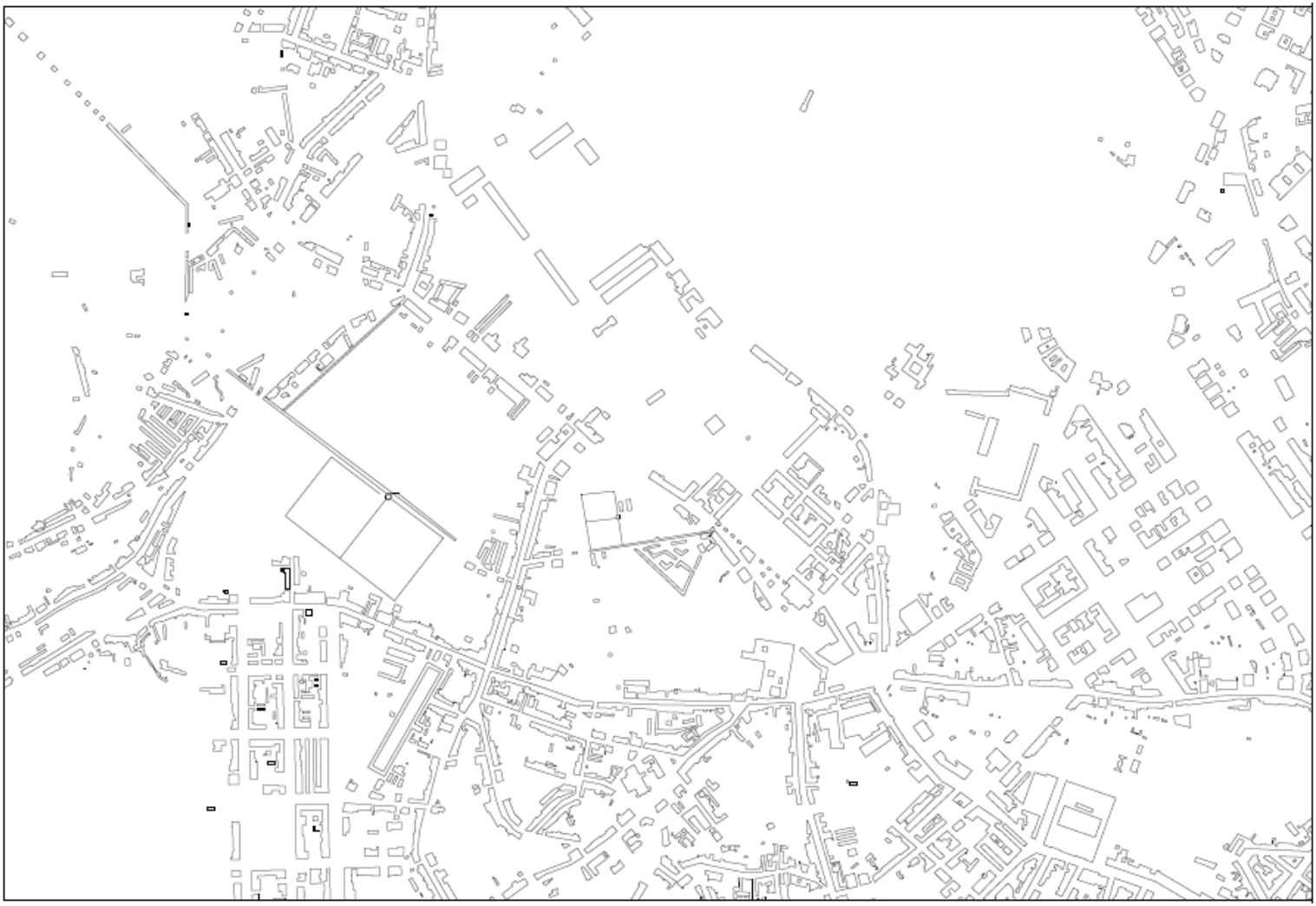


41. Planta de Goullard, 1907.





42. Planta de Silva Pinto, 1911.





43. 2012 [ortofoto].



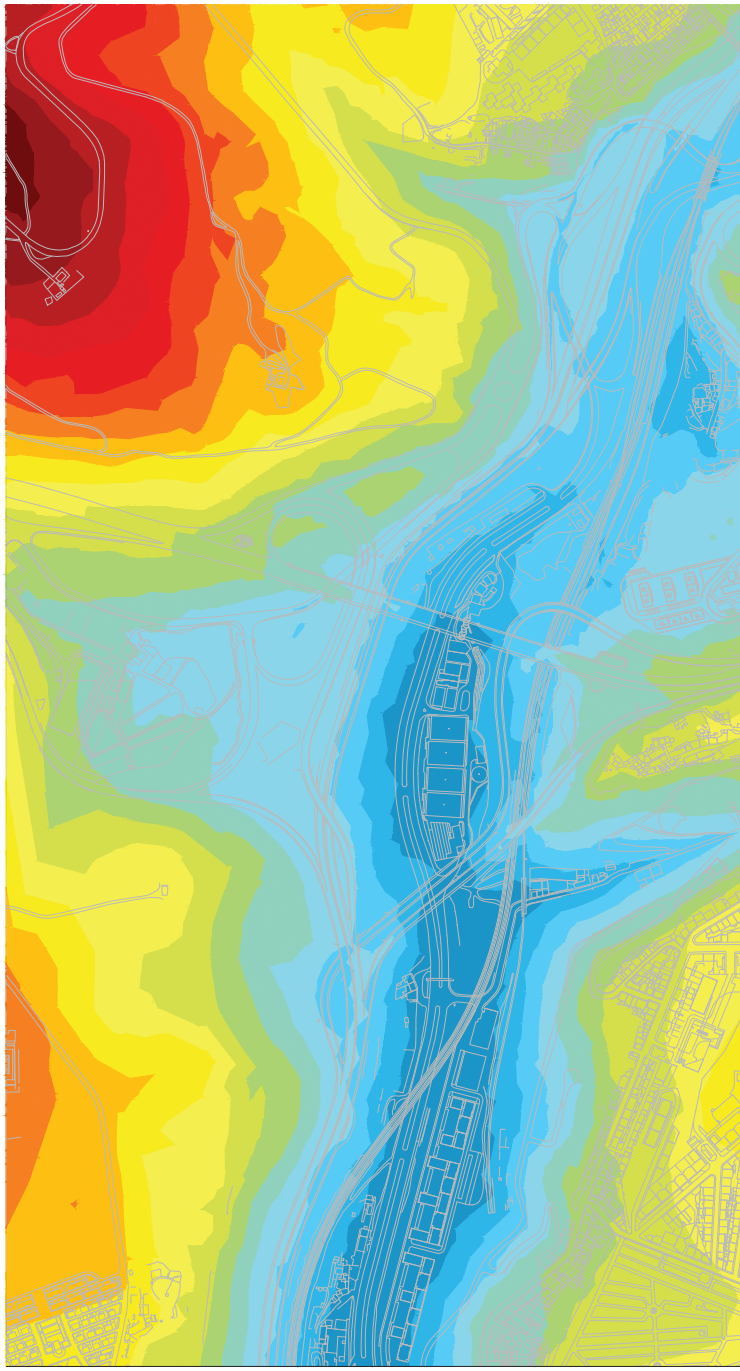
CARATERIZAÇÃO BIOFÍSICA

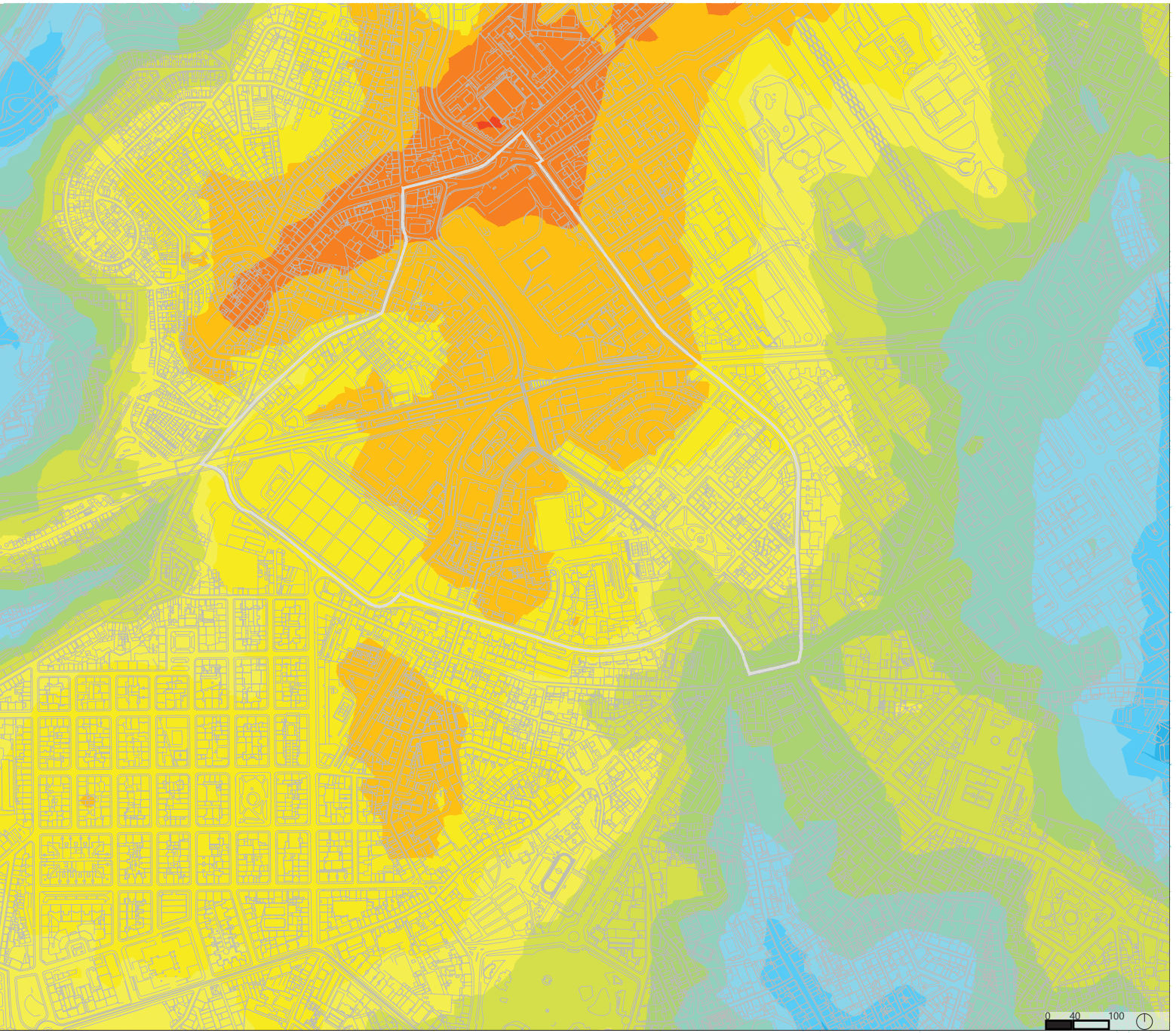




HIPSOMETRIA

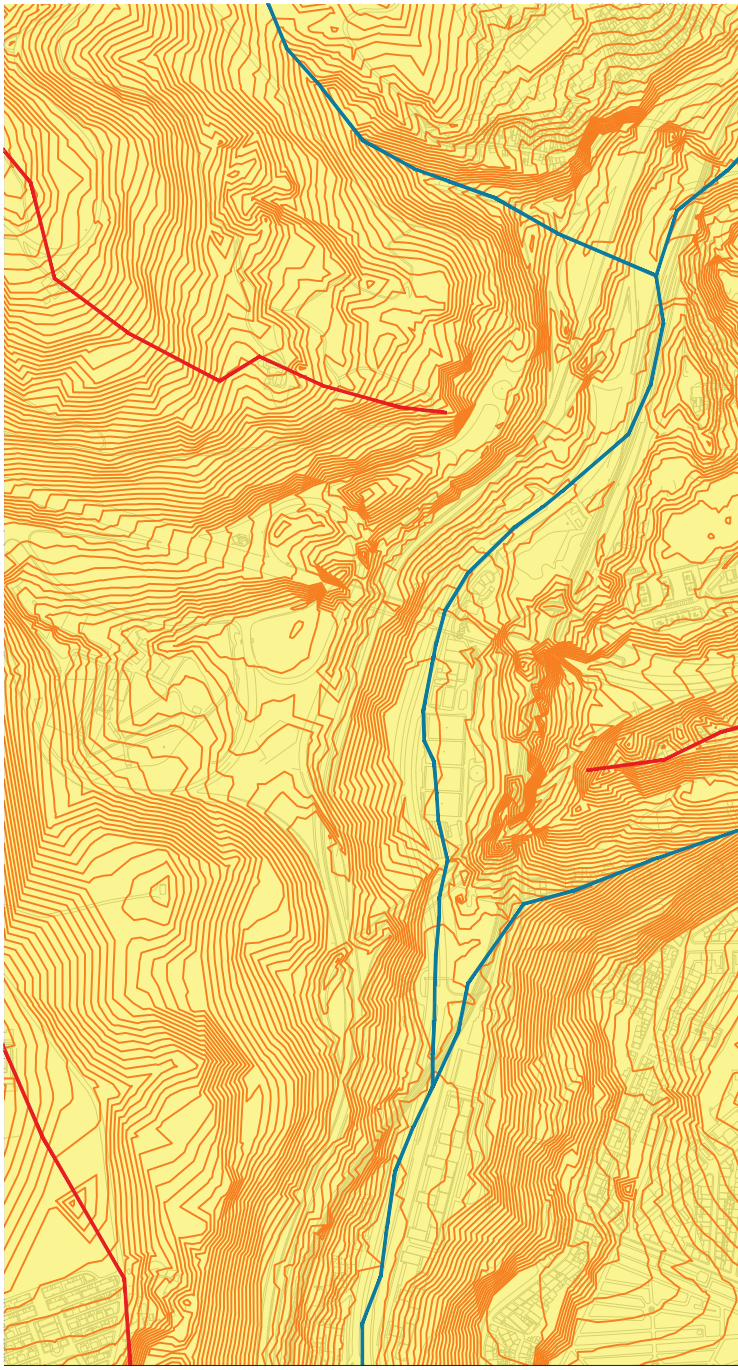
O local mais alto desta zona da cidade coincide com o Parque Florestal de Monsanto, sendo a mais baixa corresponde ao Vale de Alcântara. A área de intervenção desenvolve-se numa colina, entre os 50 e os 130 metros de altitude, observando-se um grande desfasamento topográfico. A zona mais baixa corresponde ao Largo do Rato e a mais alta ao limite norte da área de intervenção, junto ao terreno da Artilharia Um.

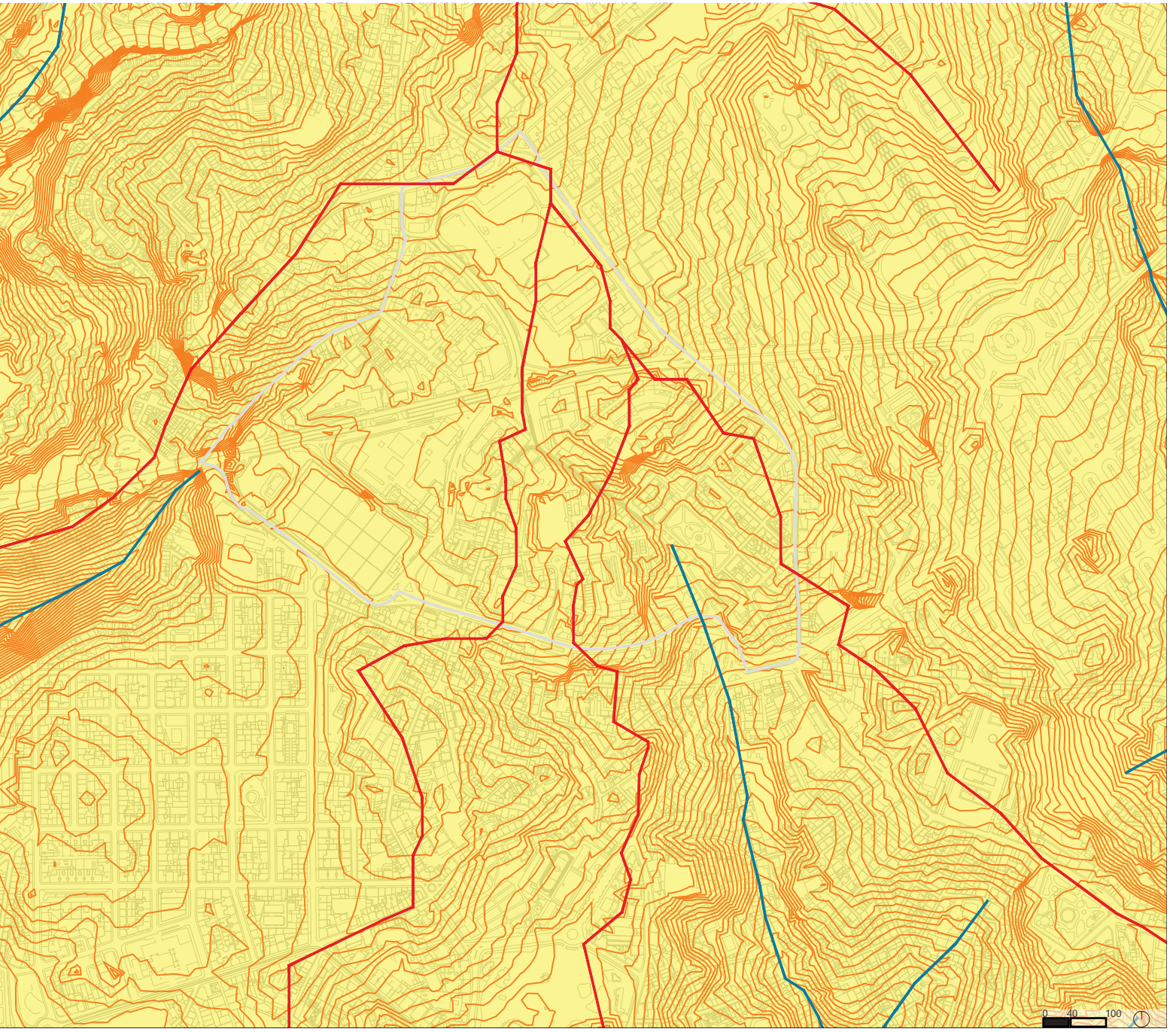



0 40 100

DRENAGEM NATURAL
caraterização biofísica

Na zona de intervenção verifica-se a existência de várias linhas de talvegue que demarcam a chamada Colina das Amoreiras.
Estas desenvolvem-se ao longo de alguns dos eixos viários, como é o caso da Rua da Artilharia Um, que segue pela Rua Politécnica, à Avenida Conselheiro Fernando de Sousa, quase na totalidade, e que atravessa a zona de intervenção e uma outra que corresponde ao limite do Campo de Ourique.
As linhas de água correspondem a importantes vias de distribuição da cidade, como são a Avenida da Liberdade, à Avenida de Ceuta, paralela ao Eixo Norte-Sul, e a Rua de S. Bento, que sobe até ao Jardim das Amoreiras e à Mãe d´Água.




0
40
100

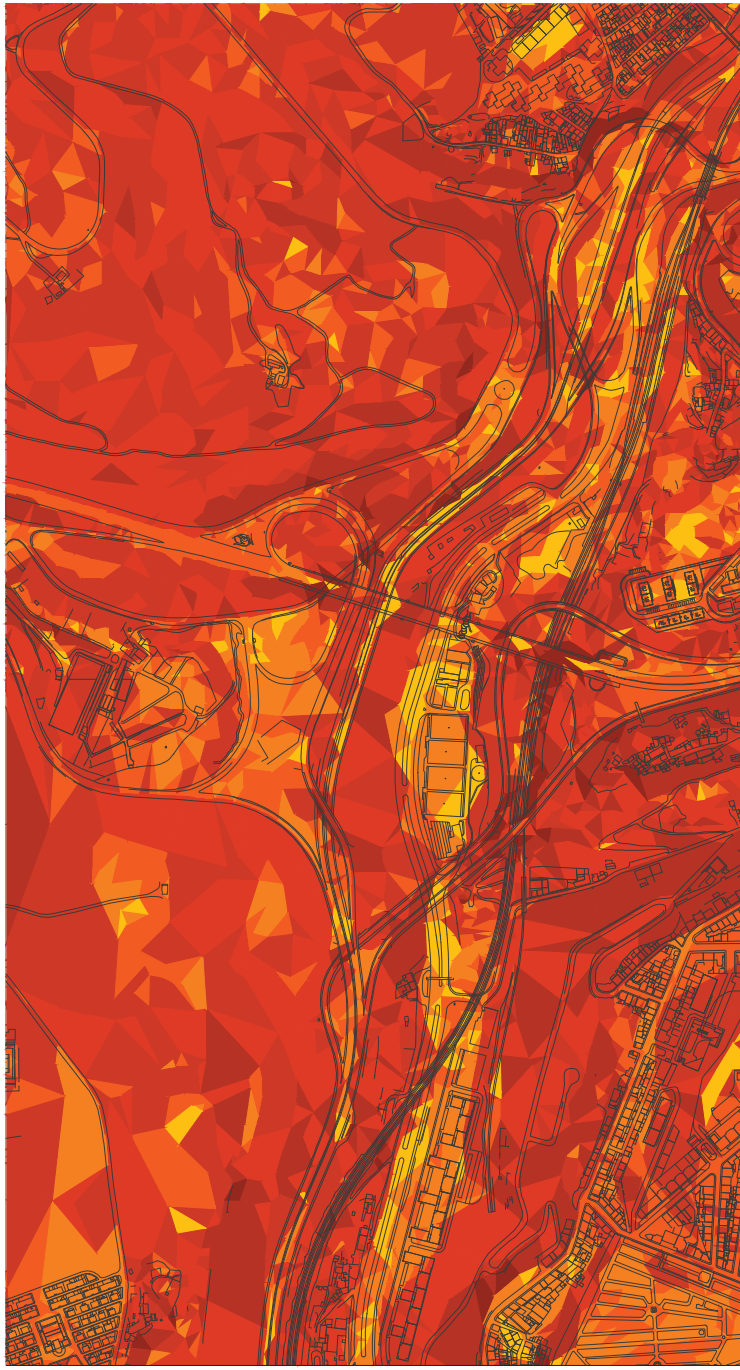
DECLIVES
caraterização biofísica

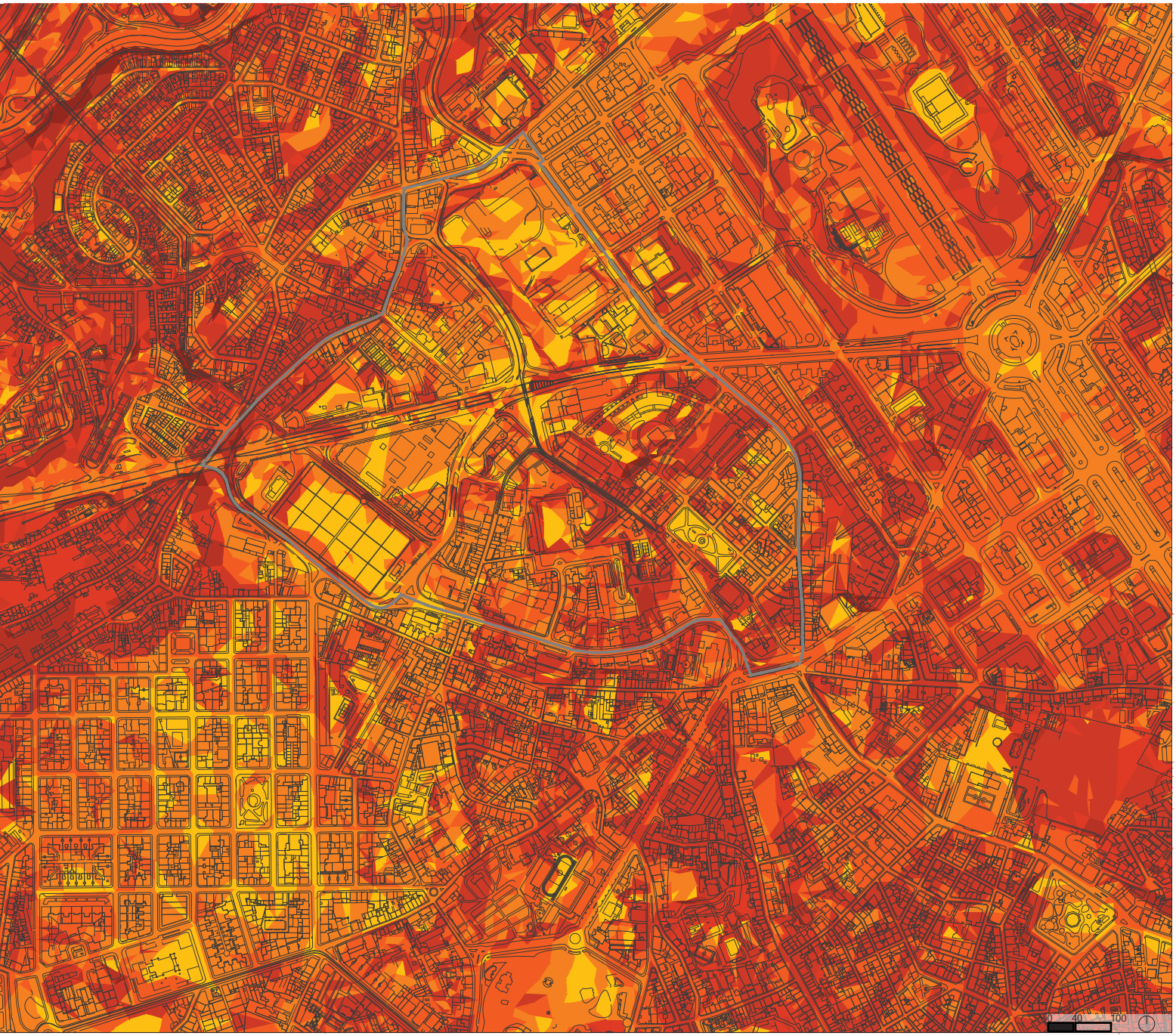
Na imagem que se apresenta pode-se verificar que a poente da área de intervenção o terreno revela uma acentuada inclinação, correspondendo às zonas de Campolide e Parque Florestal de Monsanto, com exceção no Vale de Alcântara. Também Campo de Ourique se encontra numa zona menos declivosa.

Nota-se grande irregularidade topográfica na área compreendida entre os jardins da Estrela e Princípe Real, bem como no Parque Eduardo VII.

Na zona de intervenção, podem-se constatar diferenças nas áreas a norte e a sul da Avenida Eng. Duarte Pacheco. Na primeira, os espaços são mais planos, como é o caso do terreno da Artilharia Um, contrapondo com os declives acentuados da zona a sul, onde se excetua o reservatório de água onde se encontra o Campo de Golf, bem como o local onde se encontra o Centro Comercial Amoreiras.

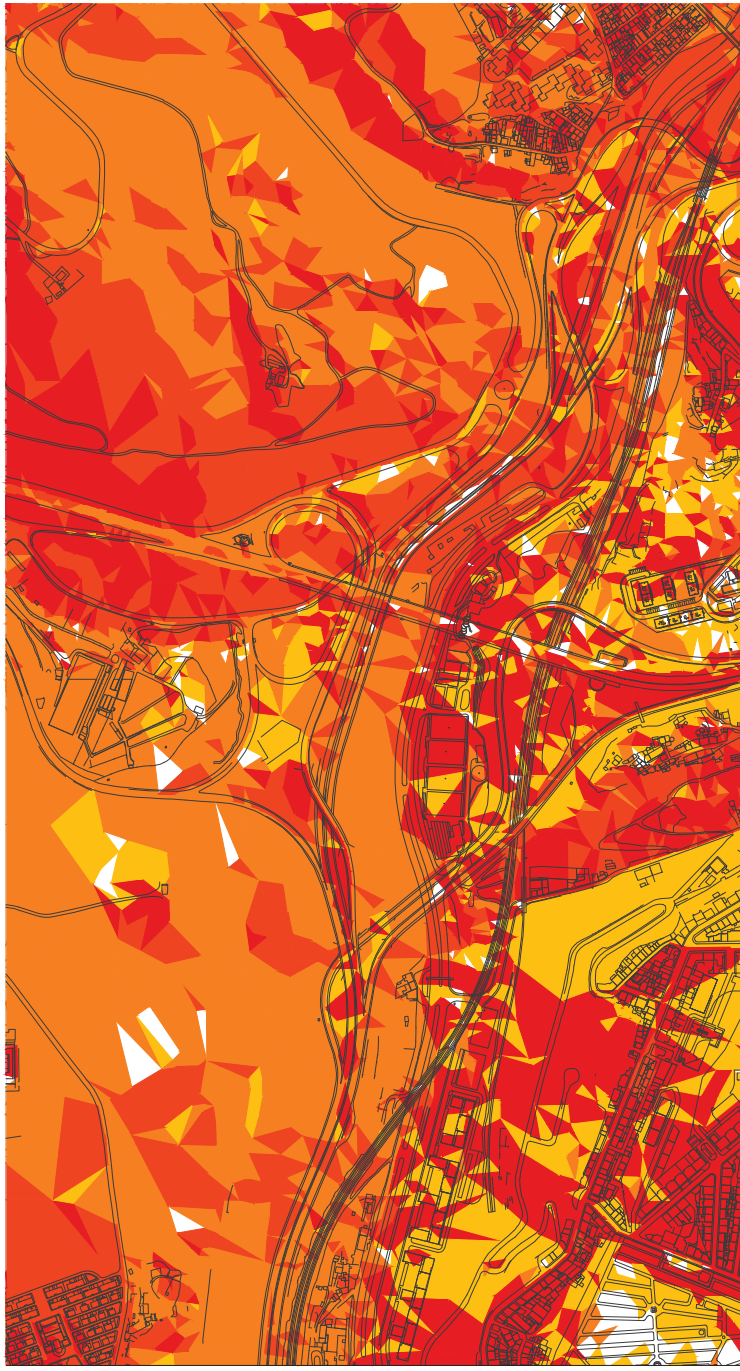
Sendo de frisar, o acentuado declive na Rua das Amoreiras, entre o Largo do Rato e a Avenida Eng. Duarte Pacheco.



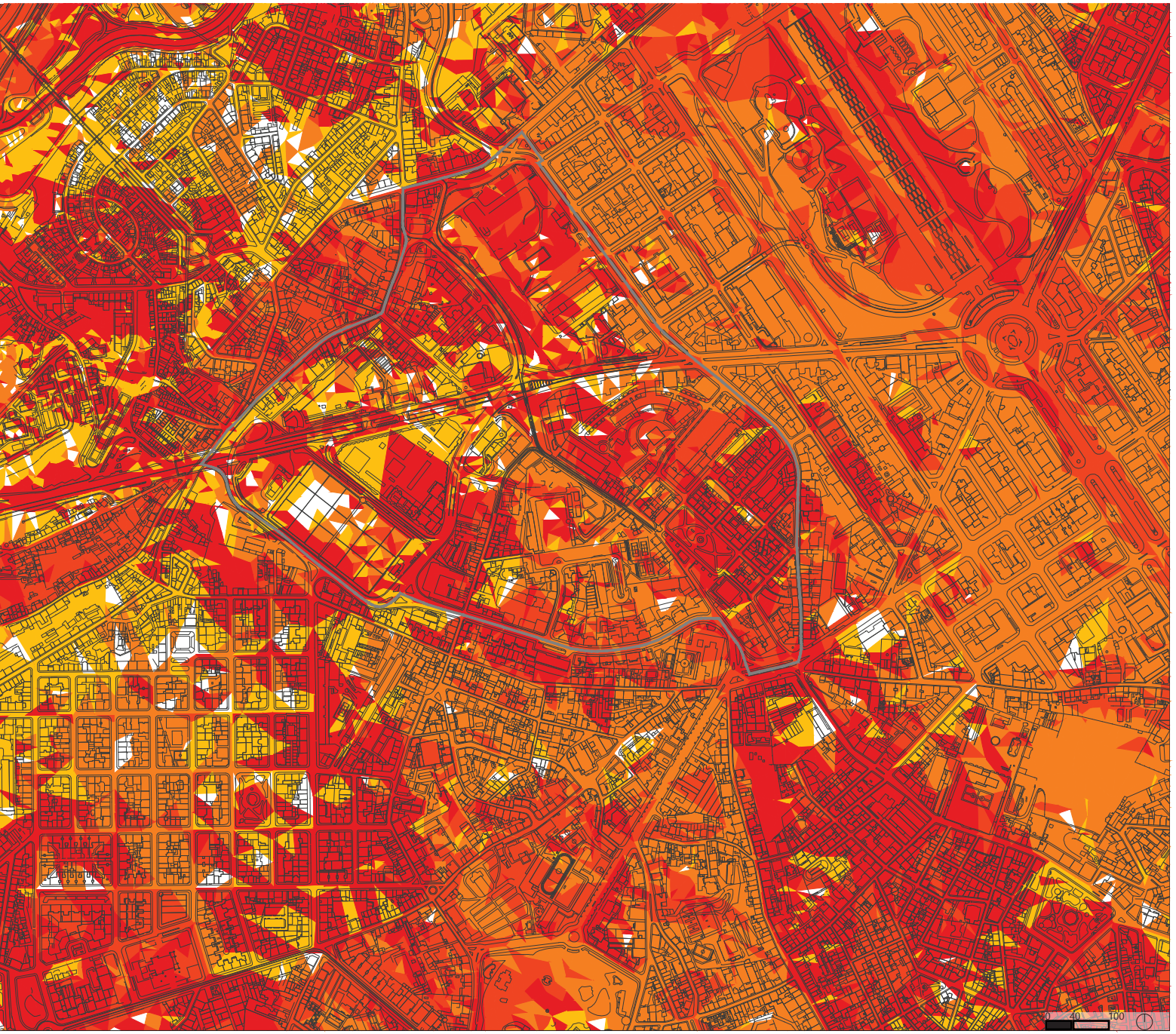

0
40
100

EXPOSIÇÃO SOLAR
caraterização biofísica

Relativamente à exposição solar, verifica-se que a área de intervanção se encontra num local bastante favorável, predominando a luz de sul. Do qual é exemplo a área localizada a nascente da antiga Rua das Amoreiras.
A poente deste limite é patente uma distinção entre o norte e o sul, sendo predominante a exposição solar a poente e nascente, respetivamente.



exposição solar quadrante SW
exposição solar quadrante SE
exposição solar quadrante NE
exposição solar quadrante NW

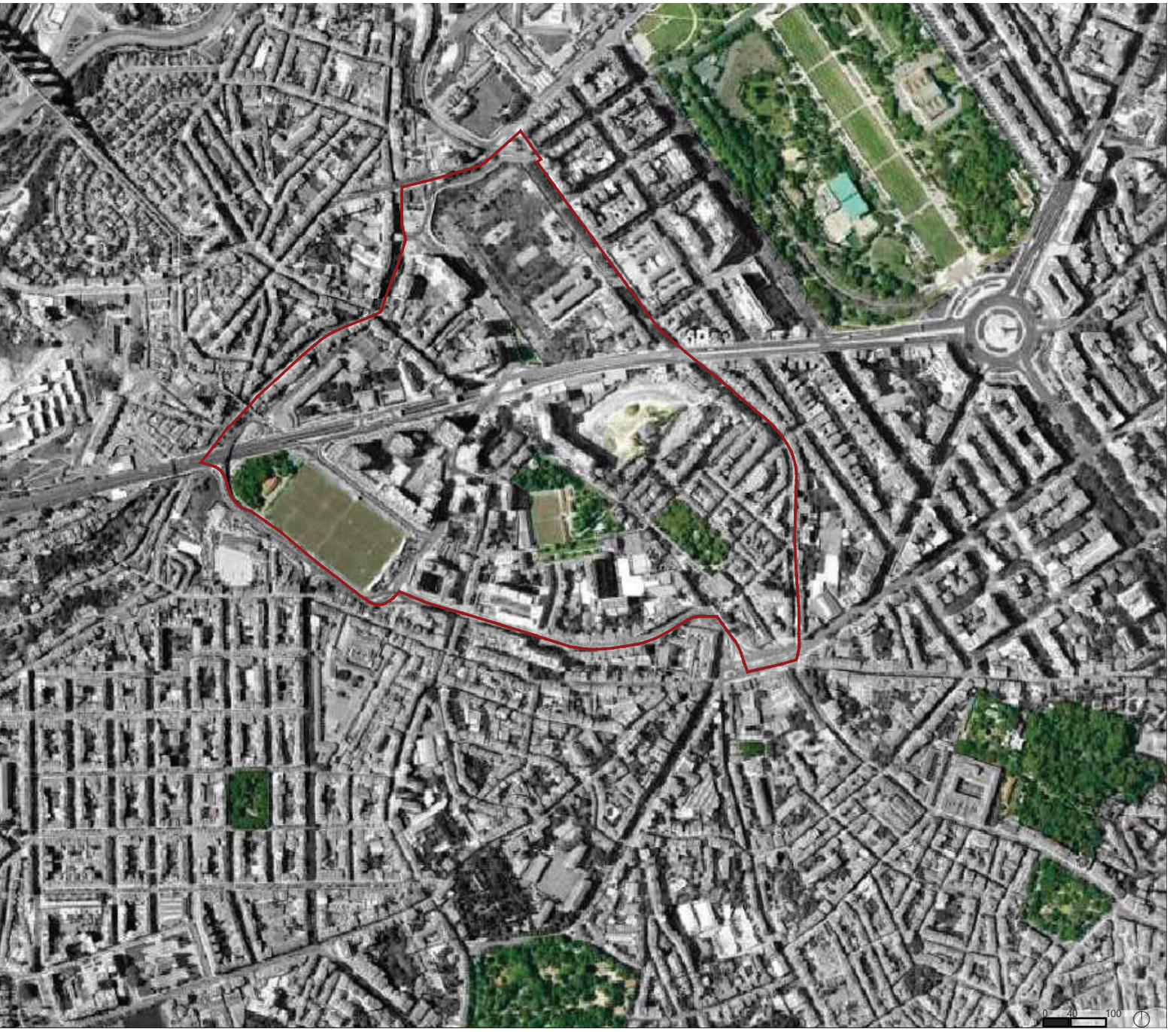

0
40
100

ESPAÇOS VERDES
caraterização biofísica

A zona de intervenção está inserida numa zona consolidade da cidade, não existindo muitos espaços verdes.
Numa escala urbana mais alargada, destacam-se o Parque Florestal de Monsanto e o Parque Eduardo VII como grandes manchas verdes. São também de destacar, os jardins da Estrela e do Principe Real e a Praça de Campo de Ourique, contudo de dimensões mais reduzidas.
Dentro da área de intervenção, observam-se o Campo de Golf e o terreno da EPAL, ambos associados a reservatórios de água e de acesso restrito. O Jardim das Amoreiras, é assim, o único espaço verde público do território em estudo.



1


0 40 100

ESTRUTURA EDIFICADA





ESPAÇOS PÚBLICOS E VAZIOS URBANOS
estrutura edificada

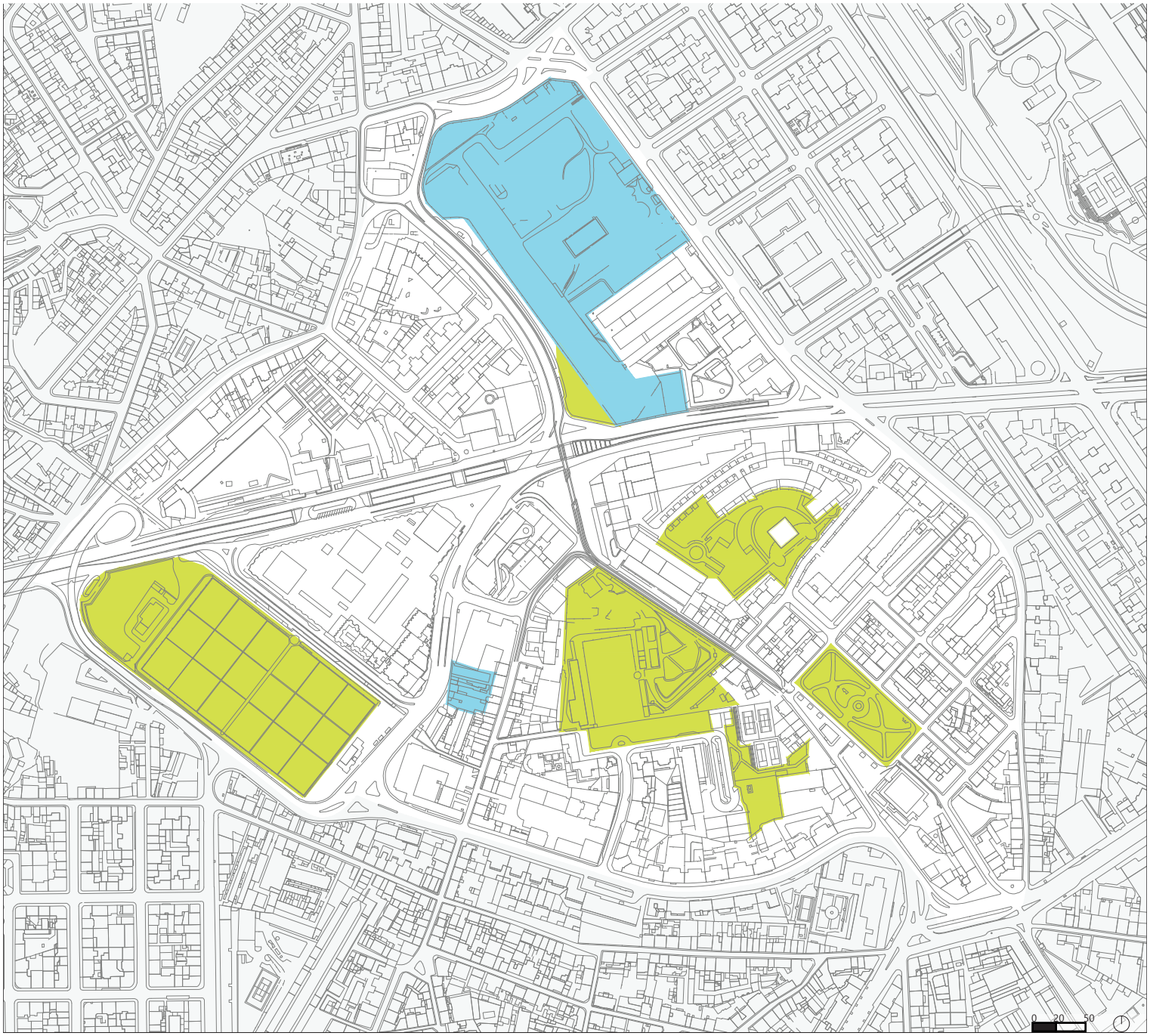
Como anteriormente exposto, o Jardim das Amoreiras apresenta-se como o único espaço verde qualificado, de carácter público.
Existem também como espaços verdes os reservatórios de água da EPAL e do Campo de Golf, contudo de acesso restrito.
Pontualmente observam-se outros espaços arborizados e/ou ajardinados, residuais e exíguos, sem especial tratamento urbano, revelando-se na sua parca utilização.
Denota-se na área em estudo, a existência de outras tipologias de espaços públicos, como é exemplo o Largo do Rato, que apesar da sua denominação, não apresenta características de um efetivo espaço urbano de estadia. O grande tráfego deste importante nó de distribuição afigura-se como um impedimento à circulação e permanência do peão.
Destaca-se como grande vazio urbano o terreno da Artilharia Um, antigo aquartelamento militar, atualmente sem utilização.
Junto ao Centro Comercial Amoreiras, numa zona de grande tráfego, encontra-se um outro espaço espectante, de menores dimensões, onde se apresentam as ruínas de habitações, junto a uma antiga vila operária.

espaços verdes
vazios urbanos


jardim das amoreiras


artilharia um


espaço verde junto à artilharia um


0
20
50

ESTADO DE CONSERVAÇÃO
estrutura edificada

De uma forma geral a área de intervenção apresenta um estado satisfatório de conservação do edificado.
Ressaltam com melhores níveis de conservação os edifícios de equipamentos públicos ou de uso público e os de construção mais recente.
Em pior estado de conservação encontram-se, na sua generalidade, os edifícios mais antigos de habitação, como são exemplo as vilas operárias.


vila sérgio

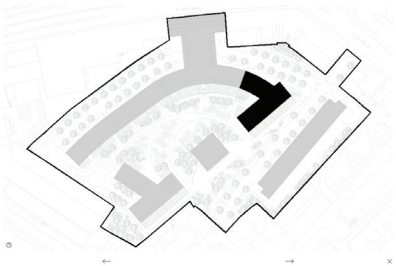

nova amoreiras

bom
regular
mau
muito mau


0
20
50

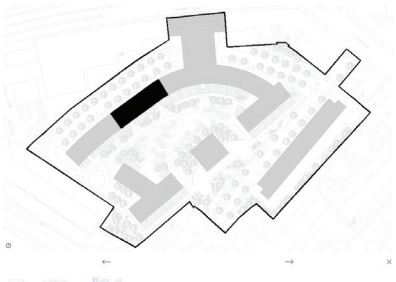
EDIFICADO RECENTE CONSOLIDADO

estrutura edificada

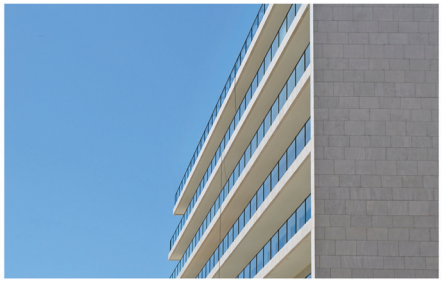


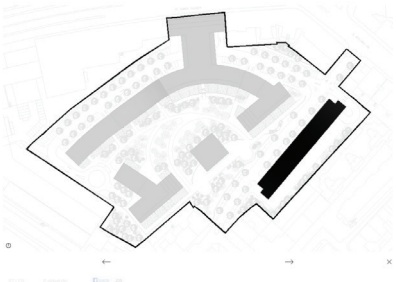








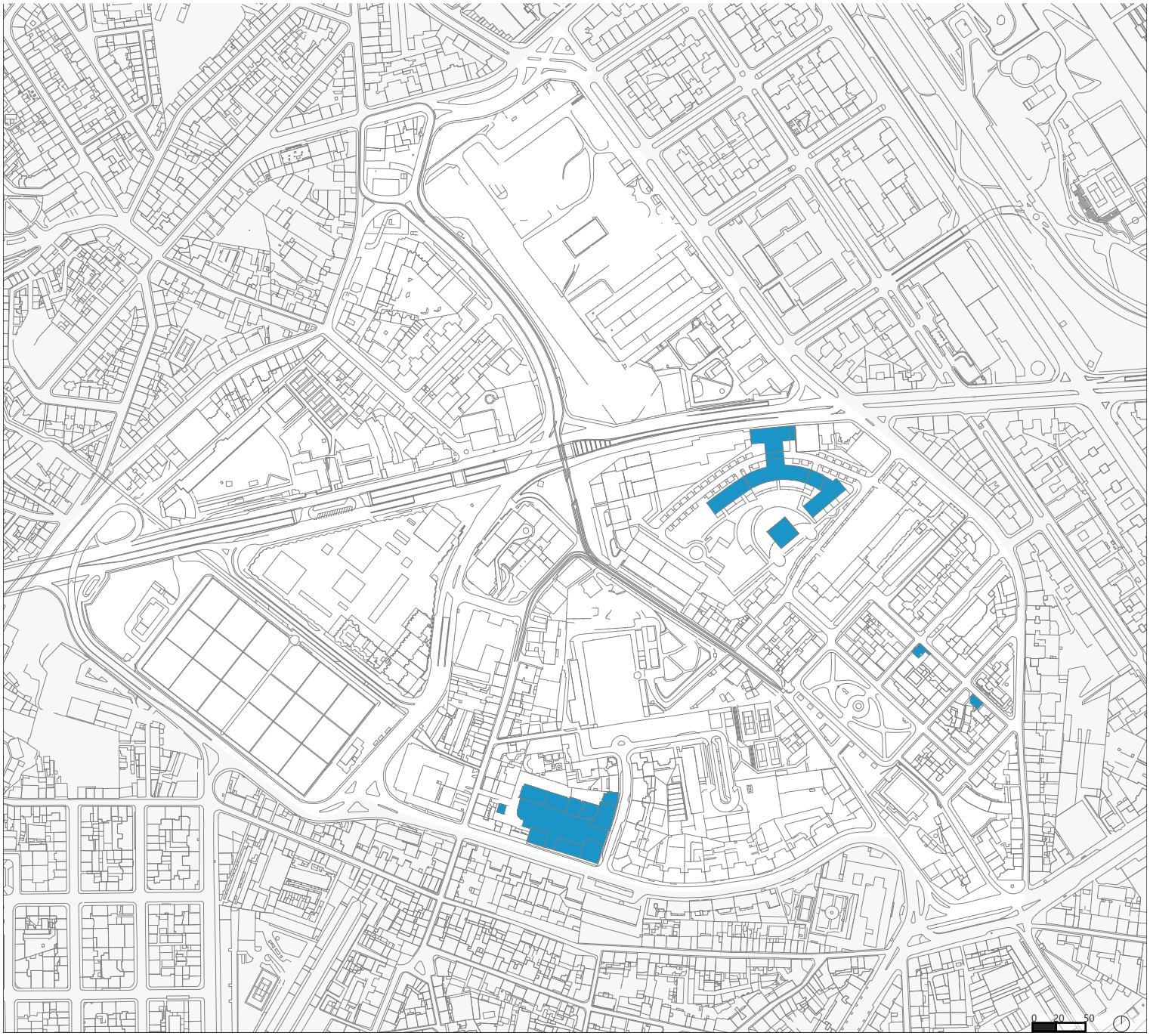








2


0
20
50

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS
estrutura edificada

Na área em estudo, encontram-se mais equipamentos públicos do que privados, maioritariamente de carácter administrativo, com a exceção do Reservatório da Mãe d'Água e a Capela de Nossa Senhora de Monserrate, junto ao Jardim das Amoreiras.
Os equipamentos privados têm usos diversificados, incluindo ensino, cultura e desporto.

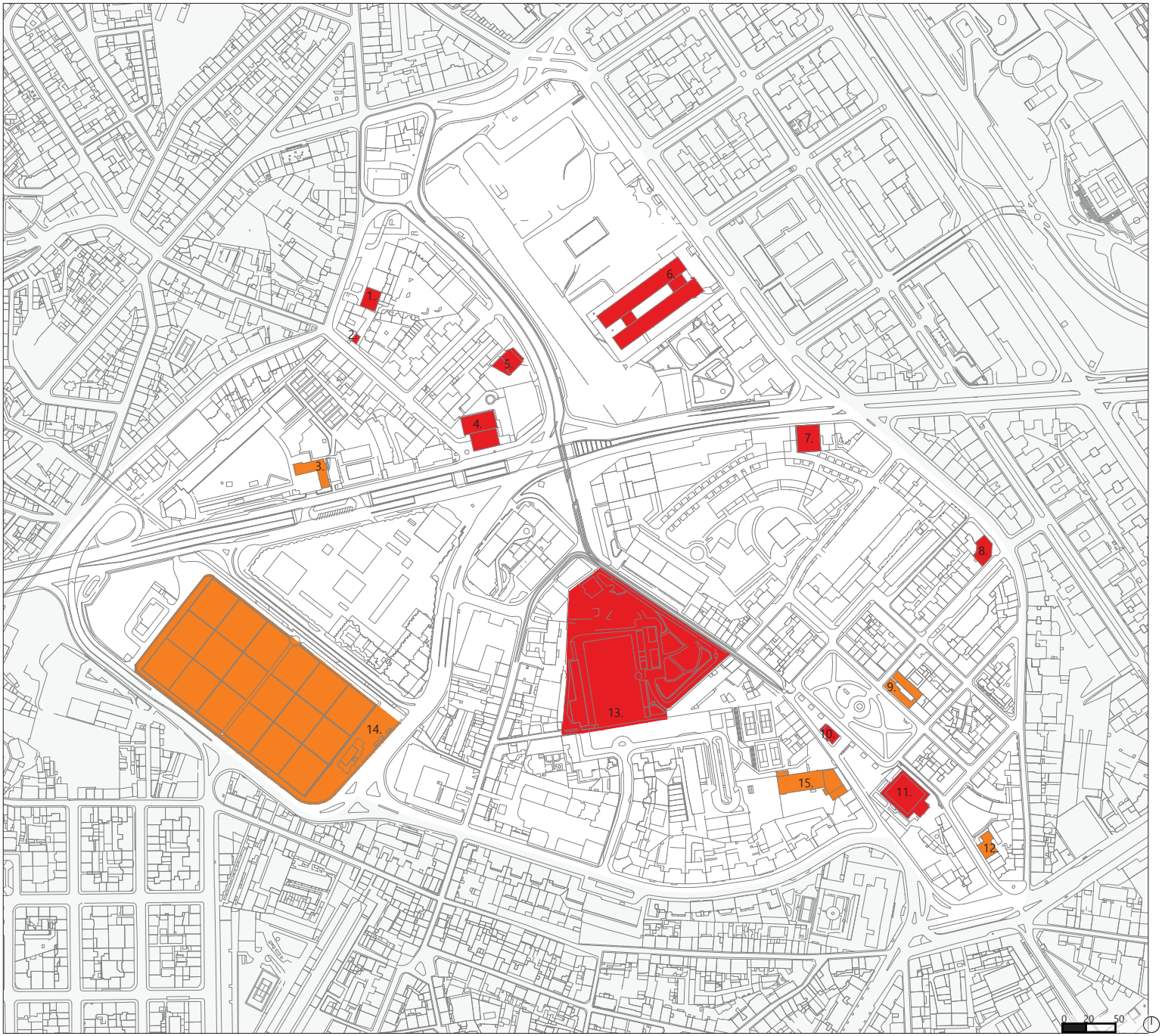

campo de golfe


instituto português de cartografia e cadastro


reservatório mãe dágua

1. Junta de Freguesia de Campolide
2. Centro de Recursos e Formação
3. Liceu Francês Charles Lepierre
4. RDP
5. Direcção-Geral da Indústria
6. Instituto Português de Cartografia e Cadastro
7. Radiodifusão Portuguesa
8. Ministério do Equipamento e Planeamento do território
Comissão de Coordenação da Região de lisboa e vale do Tejo
9. Fundação Vieira da Silva
10. Capela de Nossa Senhora de Monserrate
11. Reservatório Mãe d'Água - EPAL
12. Instituto de Investigação Científica Bento da Rocha Cabral
13. Reservatório da EPAL
14. Clube de Golfe das Amoreiras
15. Ginário Clube Português

equipamentos públicos
equipamentos privados


1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.
14.
15.
0
20
50

MOBILIDADE




SUPER
LISBOA
A Vida é Super
AMBULANCIA
INEM

ACESSOS
mobilidade

A área de estudo encontra-se numa zona importante e central de Lisboa. A partir da Av. Eng.º Duarte Pacheco - que atravessa a zona em análise em direção à rotunda do Marquês de Pombal - estabelece-se ligação à A5 e à A2, constituindo um ponto de entrada na cidade para quem se desloca das Linhas de Sintra e Cascais, bem como da margem Sul. Como tal, apresenta-se como uma importante área de distribuição viária a diferentes pontos da cidade.

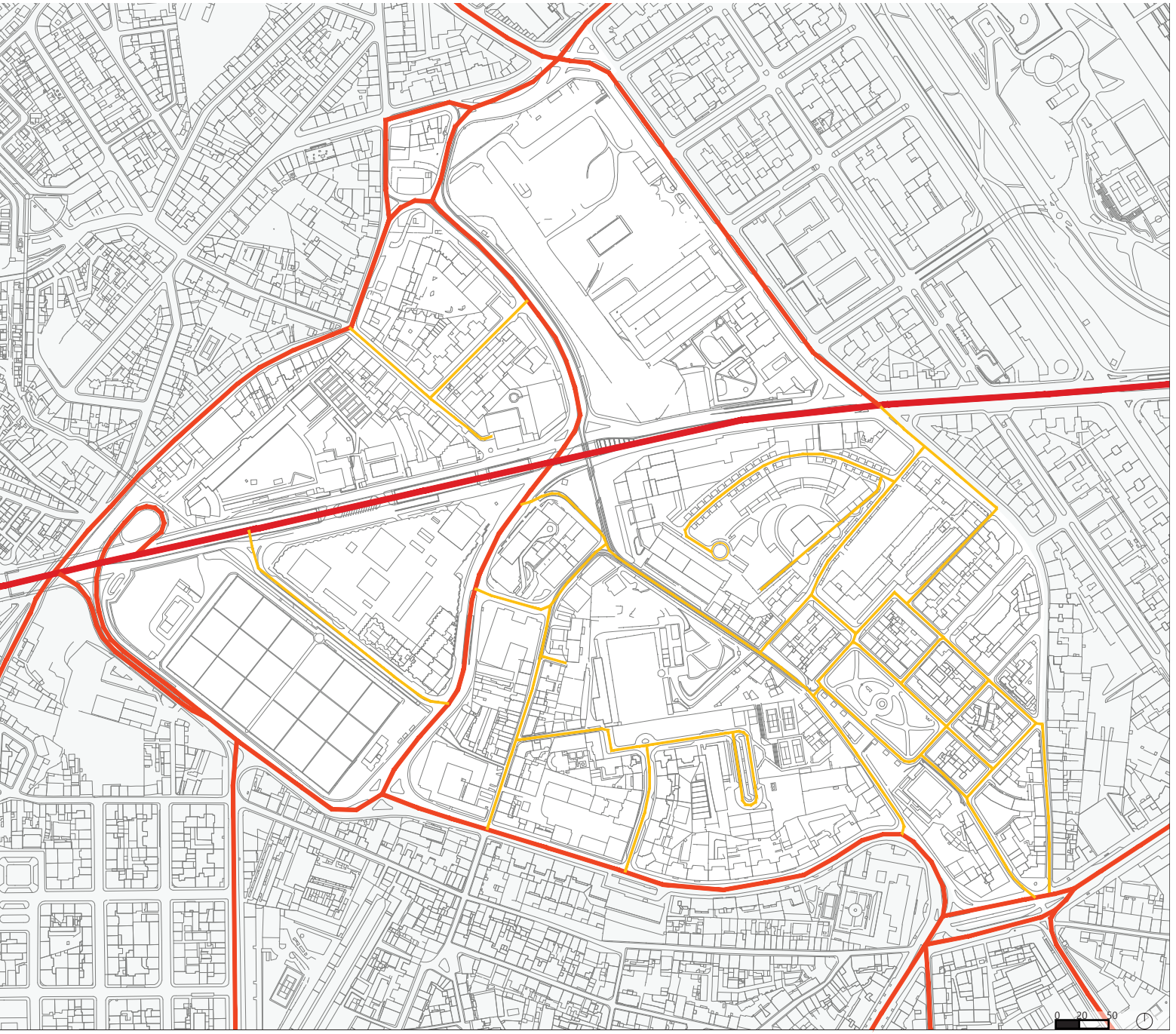




REDE VIÁRIA
mobilidade

Sendo a Av. Eng.º Duarte Pacheco, um ponto de entrada na cidade, apresenta um grande fluxo de tráfego automóvel, constituíndo uma barreira na área de estudo.
As vias secundárias são coicidentes, na sua maioria, com os limites da zona de intervenção e distribuem o tráfego automóvel, para zonas como Campo de Ourique, Campolide, Alcântara e S. Sebastião.
A Rua D. João V, no limite sul da área de estudo, faz a ligação ao Largo do Rato, situando-se no alinhamento da denominada "Circular das Colinas". Este eixo radial da cidade permite cruzar a Av. Almirante Reis e a Av. da Liberdade e encaminhar os fluxos de tráfego oriundos da zona central para a A2/A5 em alternativa à rotunda do Marquês de Pombal.
A Rua das Amoreiras apresenta uma estrutura dimensional que não se coaduna com o seu fluxo viário, resultante do seu posicionamento em relação às vias principais e secundárias, e pelo facto de estabelecer ligação entre cotas altimétricas bastante diferenciadas.




0
20
50

REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS
mobilidade

No que diz respeito à rede de transportes públicos, esta área, apesar de central, encontra-se medianamente servida.
A estação de metro mais próxima situa-se no Largo do Rato que se encontra a uma cota altimétrica substancialmente mais elevada.
A Av. Eng.º Duarte Pacheco dispõe de algumas carreiras urbanas que fazem a ligação ao centro da cidade. No entanto, o maior fluxo de autocarros nesta zona, coincide maioritariamente com as vias secundárias. Trajetos esses correspondentes à Rua Arco do Carvalhão, junto ao limite norte da área de intervenção, e à Rua D. João V seguindo pela Avenida Conselheiro Fernando Sousa. Também a Rua das Amoreiras dispõe deste serviço todavia com fluxo mais reduzido.

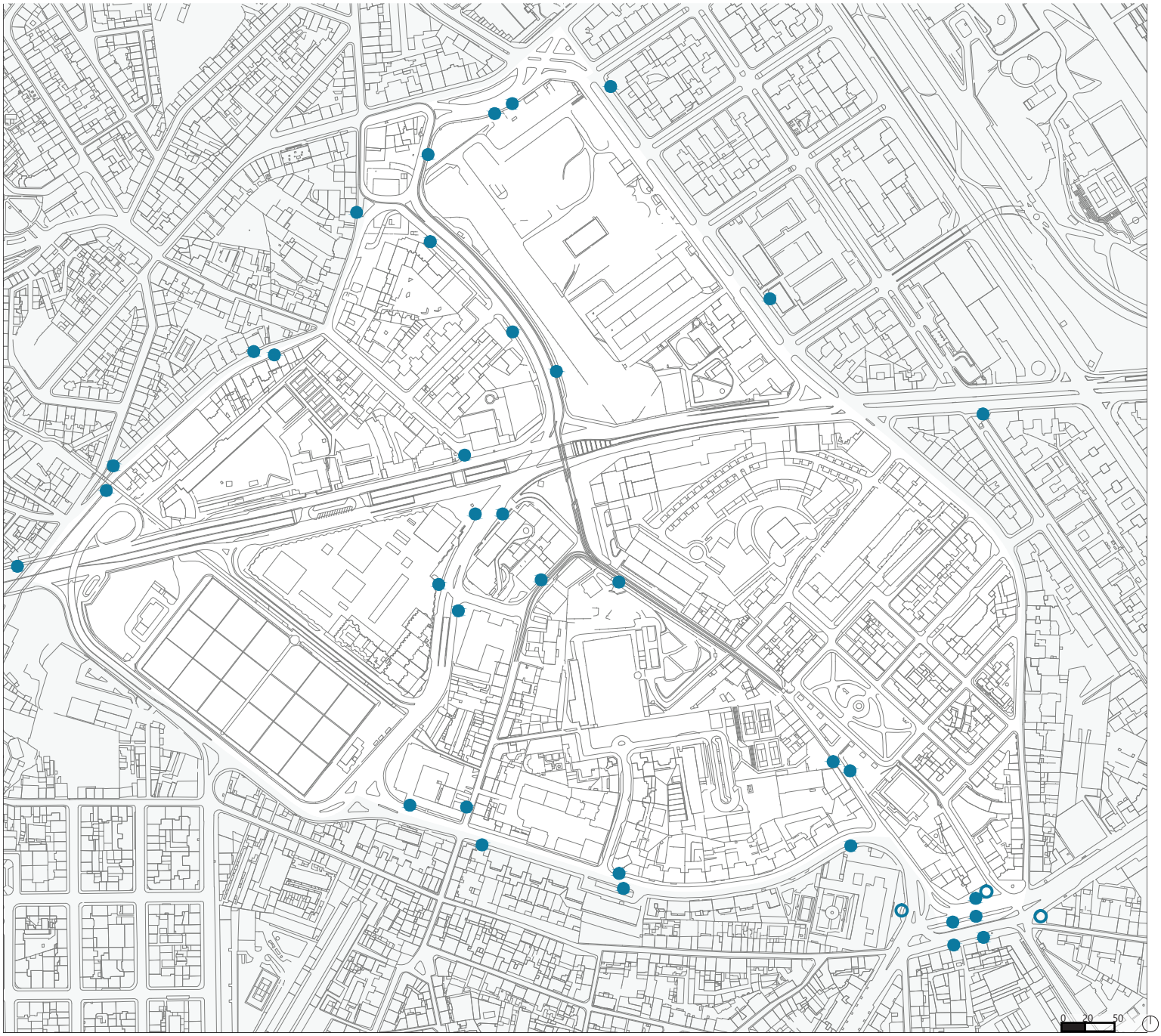


largo do rato



av. engº duarte pacheco

paragem de autocarro
saída de metro


0
20
50

PERCURSOS PEDONAIS
mobilidade

A área das Amoreiras apresenta uma grande carência ao nível da qualificação dos percursos pedonais. Na sua maioria, relacionam-se a antigas vilas operárias que se encontram degradadas e em espaços desqualificados, sem relação com a malha urbana envolvente.
Mais recentemente destacam-se com um maior cuidado urbano o espaço Bagatela e a área circundante ao projeto da "Nova Amoreiras".


1.


2.


3.


4.


5.

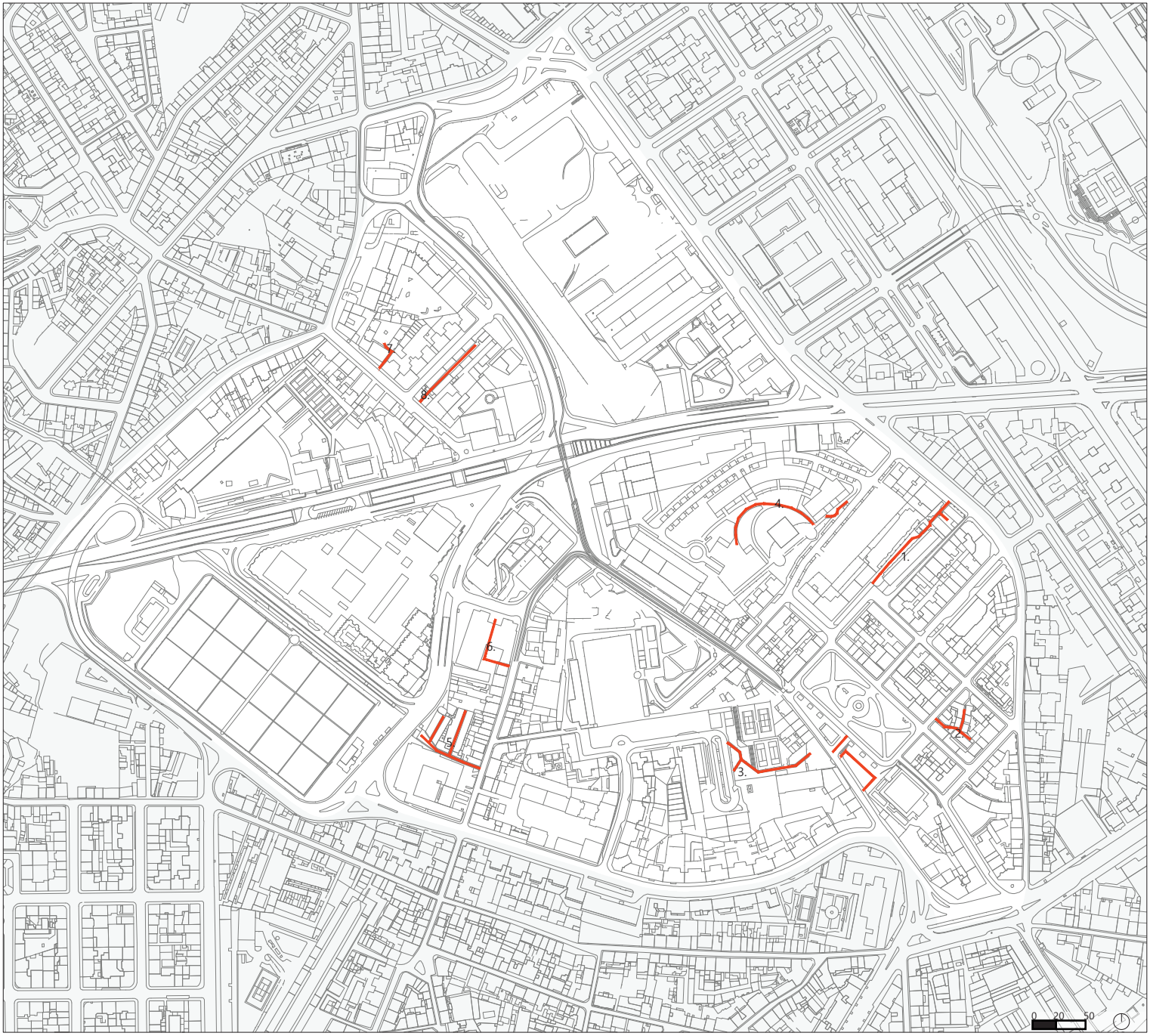

5.


5.


6.


7.


8.


1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
0
20
50

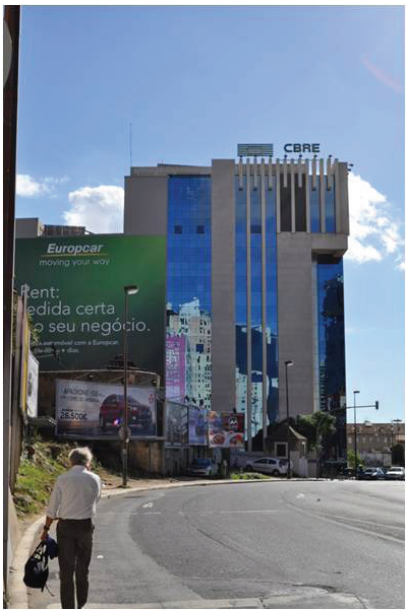
ANÁLISE S.W.O.T.
potencialidades e estrangulamentos

	Espaços públicos	Edificado	Rede Viária	Vias Pedonais	Transportes públicos	Usos
Potencialidades	- Zonas de lazer e permanência	- Novos usos	- Boa acessibilidade	- Boa acessibilidade, marcada por elementos patrimoniais (Mãe d'Água, Aqueduto, Arco do Carvalhão)	- Boa acessibilidade, com comodidade e rapidez	- Novos usos
Problemas	- Escassez (destaca-se apenas o jardim das Amoreiras) - Falta de locais de estada e pouco atractivos	- Densidade de construção - Edifícios degradados e devolutos - Contraste de tipologias edificadas desarticuladas	- Insuficiência de lugares de estacionamento – feito ao longo das vias ou aproveitando os alargamentos das ruas	- Entraves à mobilidade pedonal (passeios "bloqueados" por automóveis, reduzidos ou inexistentes)	- Ausência de um transporte mais eficaz como o metro (a estação mais próxima é no Rato com uma cota altimétrica substancialmente diferente)	- Pouca oferta de espaços associados à cultura, lazer e permanência
Intenções	- Valorização da paisagem urbana através do incremento do número de espaços públicos e área verde	- Atrair potenciais habitantes - Valorização do espaço urbano	- Reorganização do estacionamento - Redução do tráfego automóvel (nomeadamente na Av. Eng.º Duarte Pacheco)	- Privilegiar a mobilidade pedonal, incentivando as deslocações a pé e a bicicleta	- Reduzir a necessidade do uso do automóvel - Minimização dos impactos visuais e ambientais	- Dinamização do espaço urbano, através da diversificação de usos
Estratégia	- Requalificação - Reconversão de espaços vazios e desactivados (ex. Artilharia Um e reservatório da EPAL)	- Reabilitação - Requalificação - Reconversão	- Condicionar o estacionamento em determinados locais - Estacionamento subterrâneo (Artilharia Um) - Restringir o tráfego automóvel na Rua das Amoreiras - Canalizar o tráfego automóvel para o túnel das Amoreiras	- Qualificar os percursos pedonais (criação e alargamento dos passeios, colocar entraves ao estacionamento) - Rua das Amoreiras como um contínuo pedonal	- Criação de uma estação de metro na zona da Artilharia Um - Criação de um elevador público para vencer a diferença de cotas entre a colina das Amoreiras e o Rato	- Implementação de um núcleo dinamizador na área da Artilharia Um associado à cultura, lazer e às novas formas de trabalho (espaços coworking) conectados à cidade pela estação de metro








CBRE
Europcar
moving your way

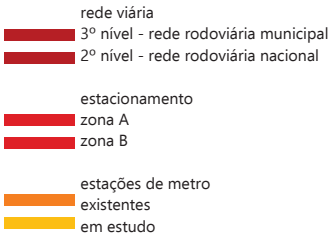
PLANO DIRETOR MUNICIPAL

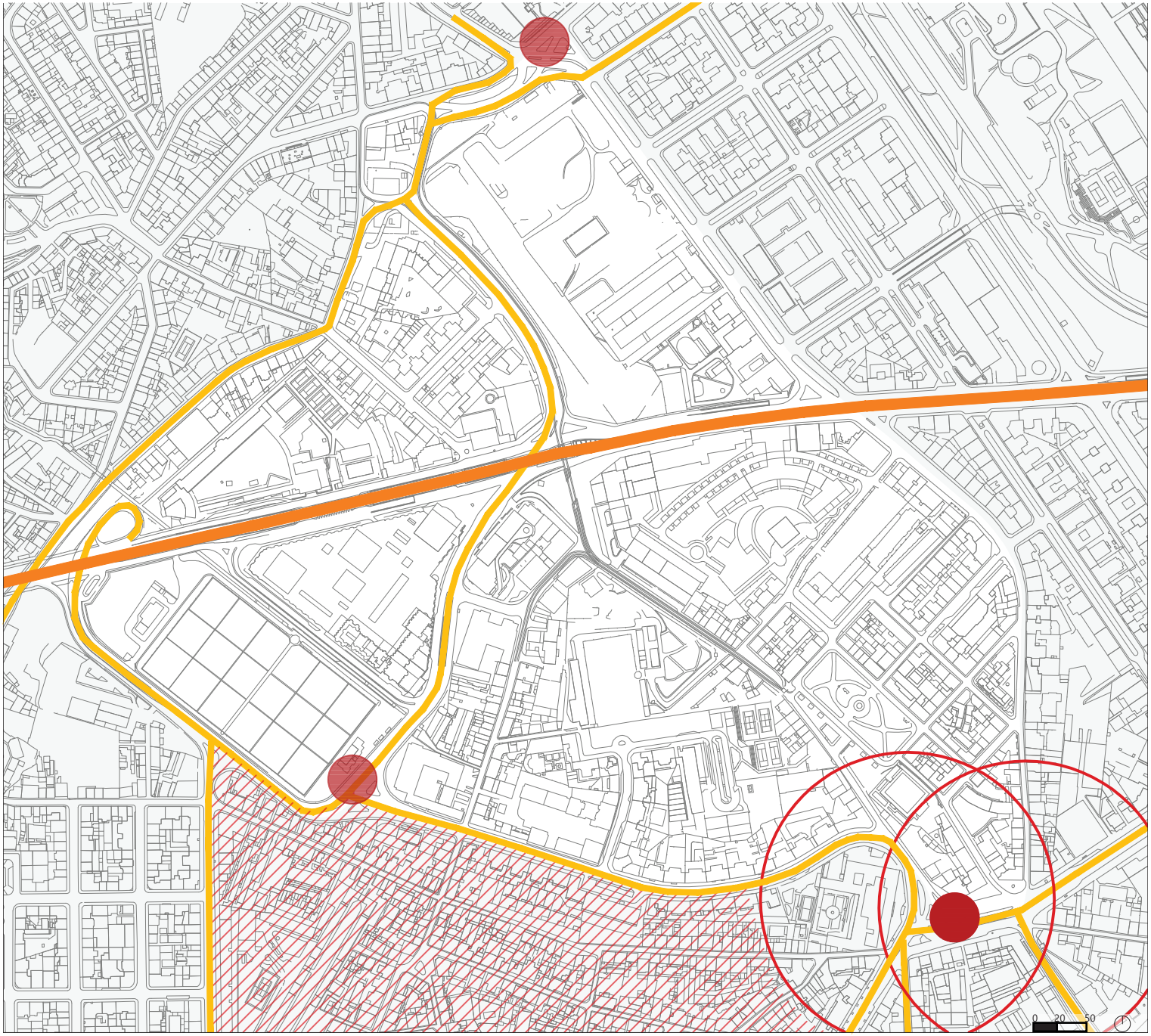




ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES

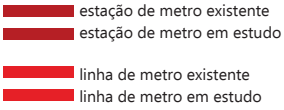
plano diretor municipal

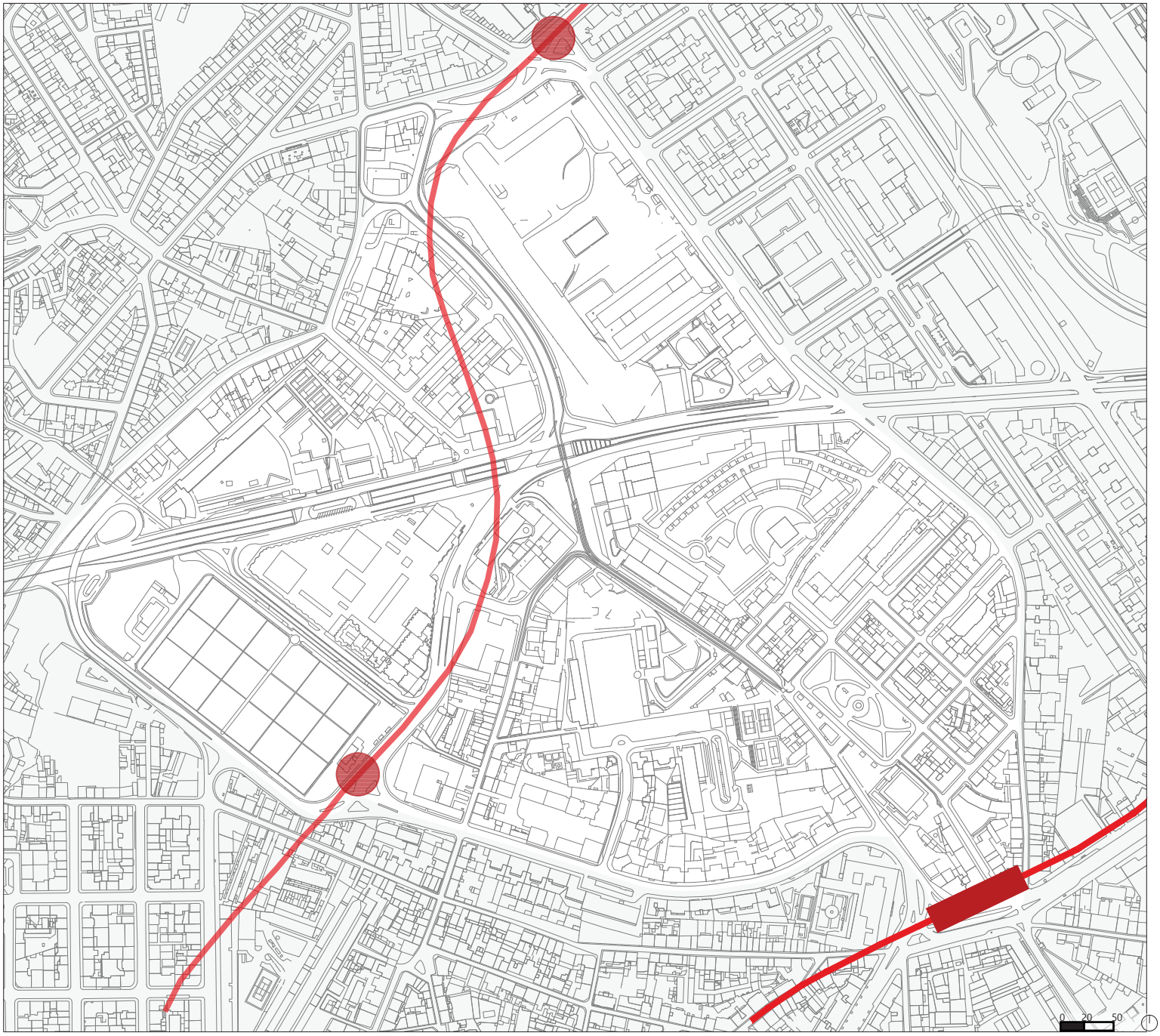



0
20
50

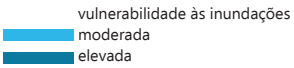
CONDICIONANTES E INFRAESTRUTURAS

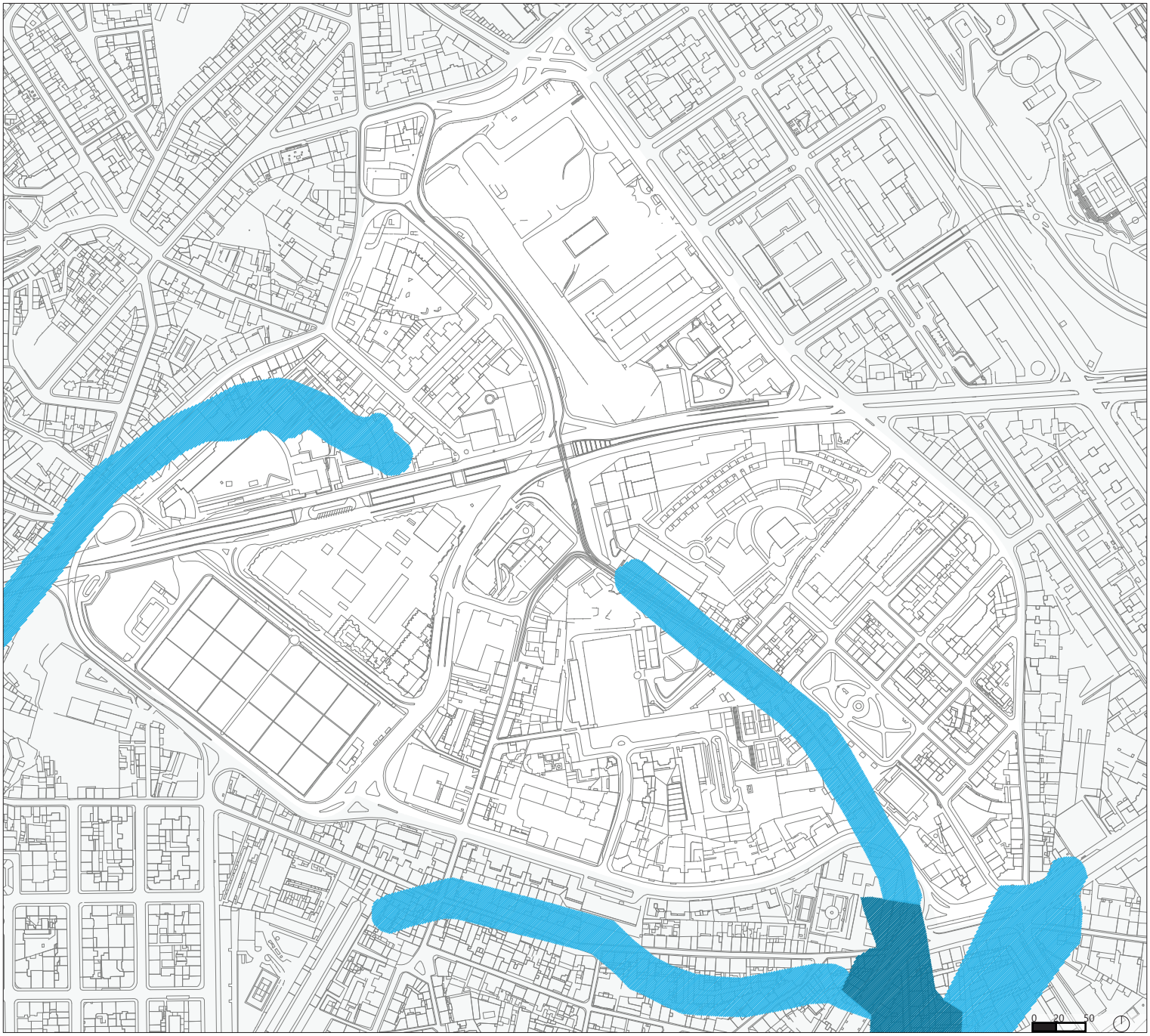
plano diretor municipal




0
20
50

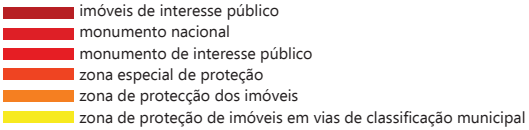
RISCOS NATURAIS
plano diretor municipal

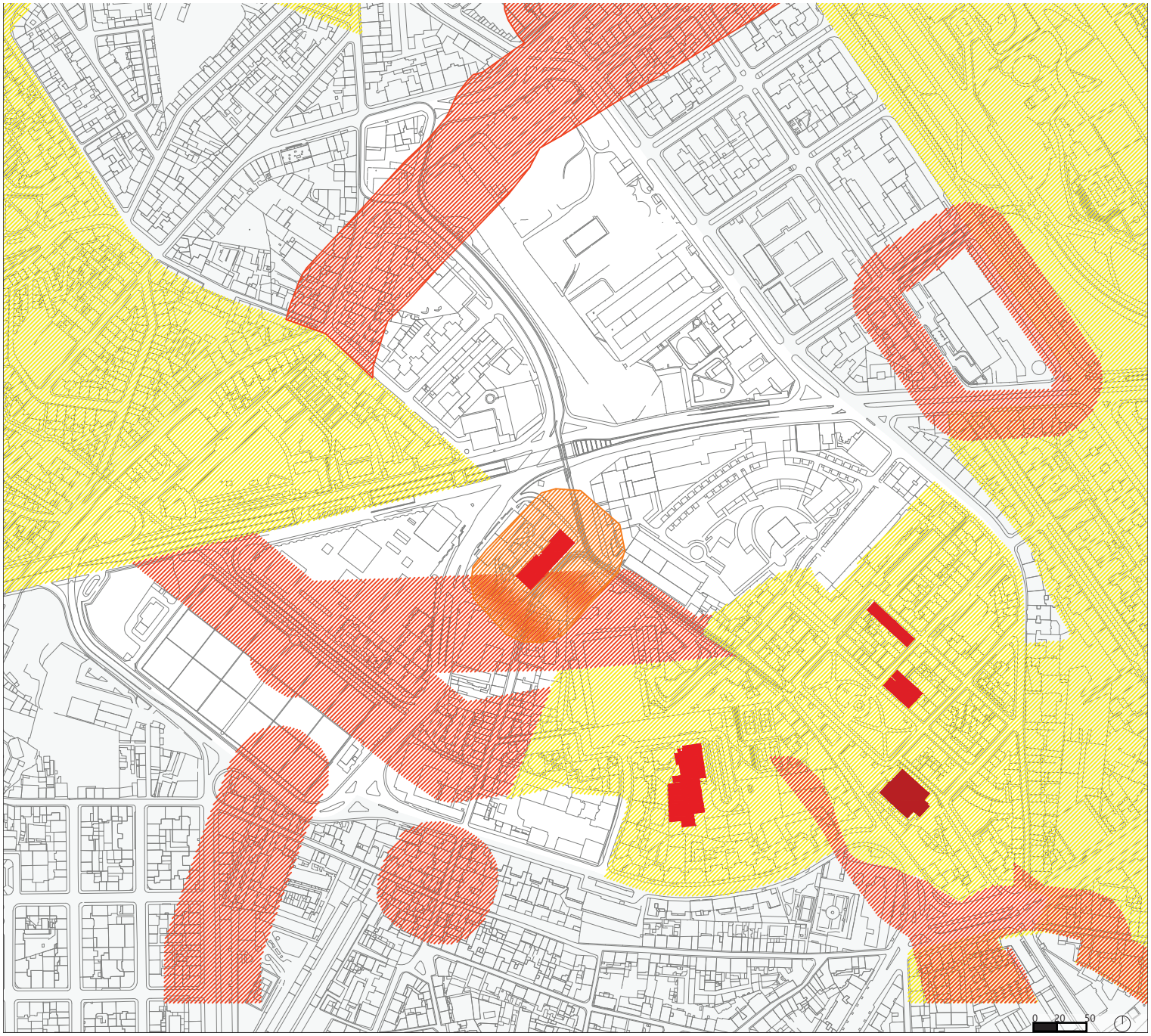



0
20
50

SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA II

plano diretor municipal




0
20
50

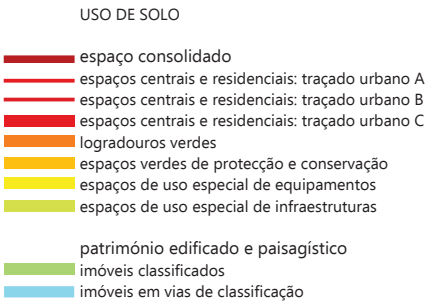
QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO
plano diretor municipal

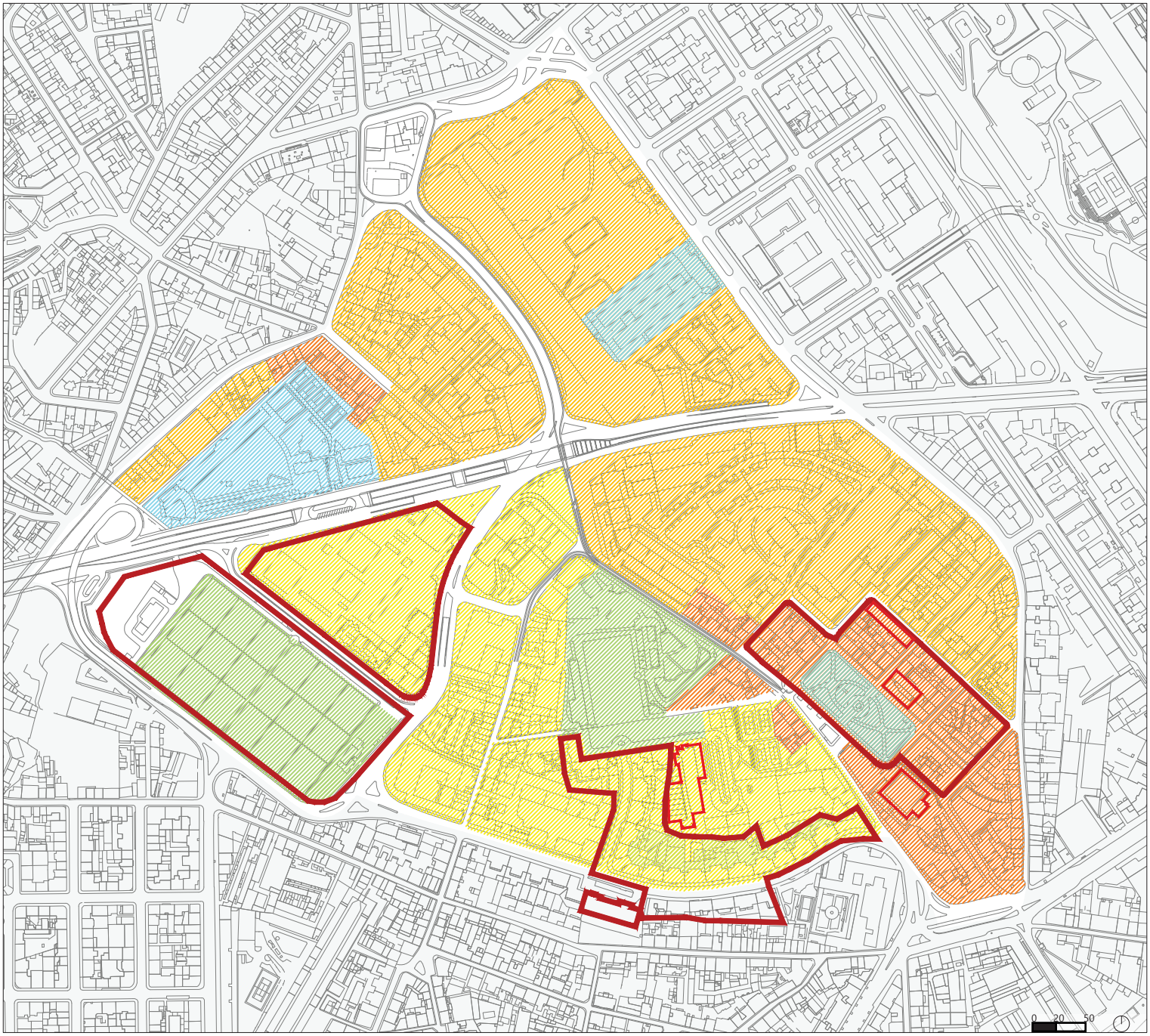
TRAÇADO URBANO A

Todas as mudanças de uso são admitidas, mas a mudança de habitação para outros usos só é admitida numa das seguintes situações:
a) Para qualquer uso, desde que abranja a totalidade das frações existentes ou a totalidade do edifício, com exceção para os empreendimentos turísticos que poderão ocupar apenas parte do edifício;
b) Para usos de equipamento ou terciário no primeiro e segundo pisos contados a partir da cota da soleira do edifício e na cave, desde que em todos os casos existam acessos independentes dos do uso habitacional.

TRAÇADO URBANO B E C

Todas as mudanças de uso são admitidas, mas a mudança de habitação para um dos restantes usos só é possível num dos seguintes casos;
a) Quando abranja a totalidade das frações habitacionais existentes ou a totalidade do edifício, com exceção para os empreendimentos turísticos que poderão ocupar apenas parte do edifício;
b) Quando, pelo menos, ½ das frações habitacionais originais já se encontrem legalmente afetas a outro uso;
c) Quando se prevejam acessos independentes para as frações afetas a outros usos, com exceção do uso de turismo;
d) Quando se trate de pisos térreos confinantes com via pública com acesso independente.




0
20
50

PROPOSTA URBANA




Não invejem a União !!
LOVE BADIO PAGE ODEITH 09

A pradaria brilhava levemente sob a luz amarela do Sol, a alta montanha coberta de floresta surgia na névoa azul do horizonte. Os cães selvagens e os búfalos da pradaria olhavam espantados como no deserto se erguiam trabalho e tumulto, como sobre a terra verde surgiam manchas de carvão, e de cinzas e papel e lata. A primeira plaina guinchou estrídula através da terra espavorida, o primeiro tiro de espingarda detonou, ribombando pelas montanhas, a primeira bigorna ressoou fortemente sob o bater rápido dos martelos. Surgiu uma casa de lata, e no dia seguinte uma de madeira, e outras, e diariamente surgiam novas e, um pouco mais tarde, eram também de pedra. Os cães selvagens e os búfalos mantinham-se afastados, a região tornou-se habitável e fértil; na Primavera seguinte já o verde fruto das planícies ondulava ao vento e por entre ele sobressaíam as quintas, os estábulos e os telheiros, e as estradas sulcavam os terrenos bravios.

[...]

Cem anos após a sua fundação, um tremor de terra derrubou a cidade nas suas mais ínfimas partes. Ela ergueu-se de novo e tudo o que fora de madeira era agora em pedra, e o que fora pequeno era agora grande, e o estreito passara a vasto. A estação de caminho-de-ferro era a maior do país, a Bolsa a maior do Mundo, havia arquitectos e artistas a embelezar a cidade rejuvenescida, com edifícios públicos, parques, fontanários e monumentos.

[...]

Sobre um dos palácios desmoronados, do qual já não havia pedra alguma à luz do dia, erguia-se um jovem pinheiro, que no ano anterior fora o primeiro mensageiro e precursor da floresta que avançava. Agora, também ele avistava ao longe o tenro avançar.

[...]

«Isto vai por diante!», exclamou um pica-pau que martelava no tronco e, cheio de satisfação, observava a floresta avançando e o maravilhoso desenvolvimento sobre a terra.

Hermann Hesse

MEMÓRIA DESCRITIVA

O excerto literário anteriormente apresentado faz parte de um pequeno livro intitulado a Cidade, publicado em 1910, da autoria do escritor alemão Hermann Hesse (1877-1962). Neste texto o autor narra as várias fases de uma cidade, desde o seu começo com a ocupação humana e o seu consequente desenvolvimento até ao seu término. Nesse espaço vivo e mutável retrata-se a interação com a sua população e o seu crescimento sobre os campos. Os vários episódios relatados incluem a destruição da cidade pelos desastres naturais, o seu ressurgimento e desenvolvimento até ao seu apogeu, e a sua gradual degradação que conduz à sua destruição total, com o seu despovoamento e o avanço da natureza sobre a Terra.

Numa perspetiva futura pretende-se que a natureza invada a colina das Amoreiras, contudo num justo equilíbrio com o tipo de vida urbana existente, promovendo-se dessa forma a multiplicidade de usos e a reforma de espaços expectantes. Nesse âmbito o projeto desenvolvido procura explorar os temas da centralidade e da potencialidade dos espaços intersticiais no domínio público.

O espaço urbano foi repensado tendo em conta uma conceção de uma sociedade futura que privilegia os espaços públicos como áreas de excelência para a sociabilização, constituindo-se como pontos de encontro na vida da cidade.

Nesta perspectiva vindoura em que o peão é o verdadeiro ser urbano, coloca-se em segundo plano a preponderância que o automóvel assume atualmente.

Procura-se, deste modo, a definição de um eixo público estruturante e qualificado que se desenvolve ao longo da colina das Amoreiras, entre o largo do Rato e a Artilharia Um, procurando atenuar a cicatriz que é a Avenida Eng.º Duarte Pacheco na malha urbana e o desfasamento topográfico do território.

Neste sentido, é possível estabelecer um paralelo com a localização da Acrópole que se estabelece no ponto mais elevado e estratégico da cidade, no qual se desenrola a vida espiritual, e com a Ágora, enquanto vazio contrastante no meio das edificações e principal espaço público de reunião, onde se desenvolve a vida social. Apesar de originalmente estes dois elementos terem pressupostos distintos e serem incompatíveis no mesmo espaço, são agora integrados simultaneamente no projeto urbano proposto para as Amoreiras adaptados a uma futura realidade que se pretende construir.

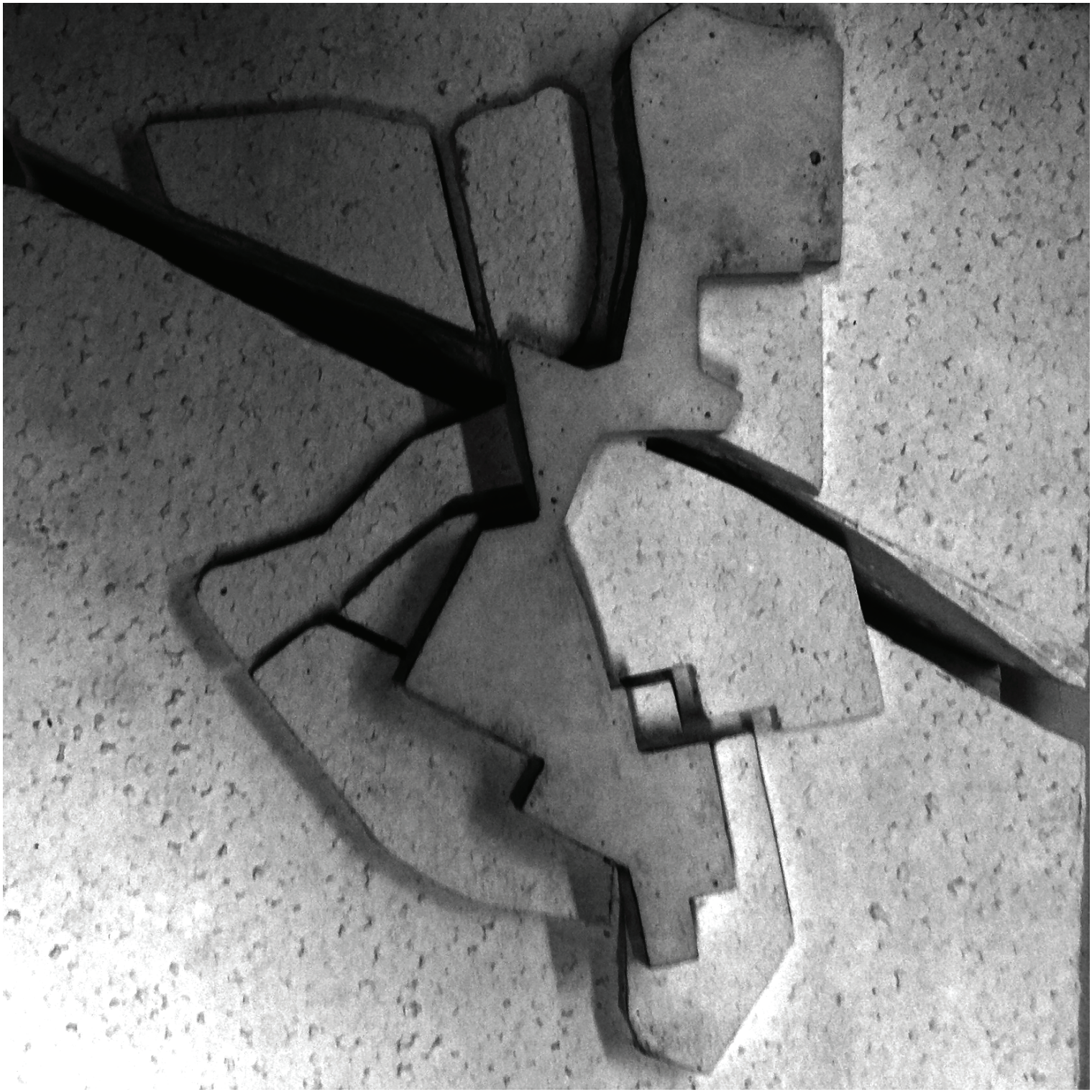
Na década de 1950, o arquiteto Dimitris Pikionis (1887-1968) elabora uma proposta de requalificação do percurso pedestre em torno da colina da Acrópole procurando reatar a lógica funcional do passado. Desta forma, o projeto dá uma nova vida a este espaço, reintroduzindo pequenas áreas de estadia, tal como acontecia na pólis grega na subida até ao topo da colina pontuada por espaços de sombreamento proporcionados por pequenos templos e estátuas, que definiam locais de descanso e de reflexão.

A proposta procura estabelecer uma centralidade estruturada a partir da área expectante da Artilharia Um – transformada no grande "vazio" de encontro das Amoreiras –, das áreas de permanência existentes ao longo do eixo pedonal e das resultantes da qualificação das franjas residuais que se articulam na tangibilidade ambígua entre o espaço público e privado.

Numa área altamente densificada por construções que

se insinuam no perfil da cidade, procuram-se (re)inventar espaços e lugares pensados para as pessoas, diluindo-se fendas, suturando feridas, inundando o futuro com o vazio.
A proposta do Parque das Amoreiras, no atual terreno da Artilharia Um, vem de encontro aos novos usos que se pretendem para esta zona, colmatando a falta de espaços públicos verdes e introduzindo variedade numa zona caraterizada pela marcante presença do setor terciário. Deste modo, propõe-se a demolição do muro existente que se impõe como um obstáculo à utilização desse espaço. No seu interior são traçados grandes percursos de atravessamento que estabelecem ligações com as zonas envolventes, tais como a Praça de Campolide e a Praça das Amoreiras. É ainda integrado neste contexto o edifício do Instituto Geográfico Português. O perímetro do Parque é redesenhado e são suprimidas algumas faixas de rodagem.
Esta operação urbana marcante e transformadora do território procura inter-relacionar os ambientes mineral e vegetal, com o aproveitamento do denso arvoredo existente.
Neste espaço é ainda proposto um edifício de caráter cultural que se integra subtilmente no terreno, formando um plateau que permite uma visão ampla e desafogada num território densamente ocupado.
Adjacente a este novo equipamento encontra-se a mais significativa área mineral que se delinea como um terreiro de caráter multifuncional, que se pode ou não associar com o edifício, podendo funcionar como o prolongamento do mesmo ou acolhendo uma atividade díspar.
Na zona mais arborizada do parque é implantado um anfiteatro que além de complementar o programa cultural permite a sua apropriação espontânea. O arvoredo que o rodeia funciona não só como um fundo cenográfico e envolvente da plateia, assim como permite a melhoria das características acústicas, funcionando simultaneamente como uma barreira ao ruído exterior.
A estação de metro proposta para este local define-se como um ponto gerador da vida urbana, promovendo um maior fluxo populacional e potenciando novos usos num espaço

renovado e com uma nova identidade.
Na ligação entre a Rua das Amoreiras e o Parque proposto é qualificado o espaço existente, redesenhando-se uma plataforma mineral que se define como um lugar de estadia que usufrui ainda do sombreamento das árvores existentes e de duas paragens de elétrico. Nesta nova praça é suprimida à superfície uma das saídas de estacionamento do Centro Comercial Amoreiras como forma de libertar o espaço pedonal, criando-se uma passagem que canaliza o fluxo viário diretamente para o túnel do Marquês. As aberturas de ventilação deste são parcialmente encerradas e redesenhadas nas zonas onde se pretende um maior atravessamento pedonal.
Uma vez mais, numa lógica de diminuição do fluxo automóvel desta zona, define-se um novo perfil da Rua das Amoreiras mais adequado ao seu dimensionamento, privilegiando o uso pedonal, com o nivelamento entre a estrada e o passeio. Nesta perspetiva, estabelece-se também um único sentido de tráfego exclusivo aos residentes e aos transportes públicos.
No Jardim das Amoreiras é mantido o desenho atual, embora com a alteração do tipo de pavimento, substituindo-se a terra batida por um pavimento poroso.
No Largo do Rato, ainda que fora dos limites da área de intervenção que nos foi proposta, considerou-se essencial a sua inclusão, visto que este importante nó de distribuição viária se coaduna com o conceito de projeto desenvolvido. Assim, estabelece-se a ligação deste ponto mais baixo no território, no qual se encontra o metro, com o topo da colina. Este espaço fragmentado e descaraterizado é redesenhado de forma a promover o uso por parte do peão, através do alargamento dos passeios e da criação de um espaço de estadia associado ao comércio, bem como a diminuição das faixas de rodagem.
No desenho do pavimento retoma-se como referência o projeto de Pikionis para a Acrópole, no qual o seu gesto aparentemente simples, mas incisivo, reveste-se de alguma complexidade no traçado do percurso estabelecido. O desenho do pavimento, aparentemente aleatório, é resultante de um detalhado desenho da estereotomia das pedras que compõem o percurso e as suas diferentes direções procuram ajustar-se a eventuais alterações do traçado urbano. Para o projeto da Rua das Amoreiras é adotada a utilização de um pavimento mais relacionado com o contexto histórico baseado num sistema modular, no entanto, são introduzidas variações pela utilização de pedras de lioz de diferentes dimensões. Este pavimento procura estabelecer uma linguagem de continuidade na zona mais antiga das Amoreiras, sendo aplicado entre o Largo do Rato e a Av. Eng.º Duarte Pacheco. A nobreza do material procura relacionar-se com o cariz histórico desta rua. No Parque das Amoreiras, o desenho de pavimento é semelhante, mantendo a mesma
lógica, no entanto, dado o seu diferente caráter e dimensões são utilizadas lajetas de betão. Em algumas vias de circulação viária, onde se pretende minimizar a velocidade automóvel, empregam-se no pavimento paralelos de granito rugoso como forma de criar atrito.
O traçado do pavimento em toda a zona de intervenção procura enfatizar as zonas e percursos mais importantes, quer em termos de relação histórica, como de intenções para o futuro.
O elétrico vai de encontro ao conceito enunciado, estabelecendo a ligação entre o Largo do Rato e o Parque das Amoreiras, facilitando a acessibilidade dado o acentuado desfasamento de cotas. As suas paragens estão associadas aos diferentes espaços públicos que marcam este percurso, e marca o antigo traçado da Rua das Amoreiras.
Todos os espaços públicos redesenhados integram mobiliário urbano, desenhado na mesma linguagem do pavimento, e seguindo a mesma lógica modular de forma a adaptar-se a diferentes configurações.

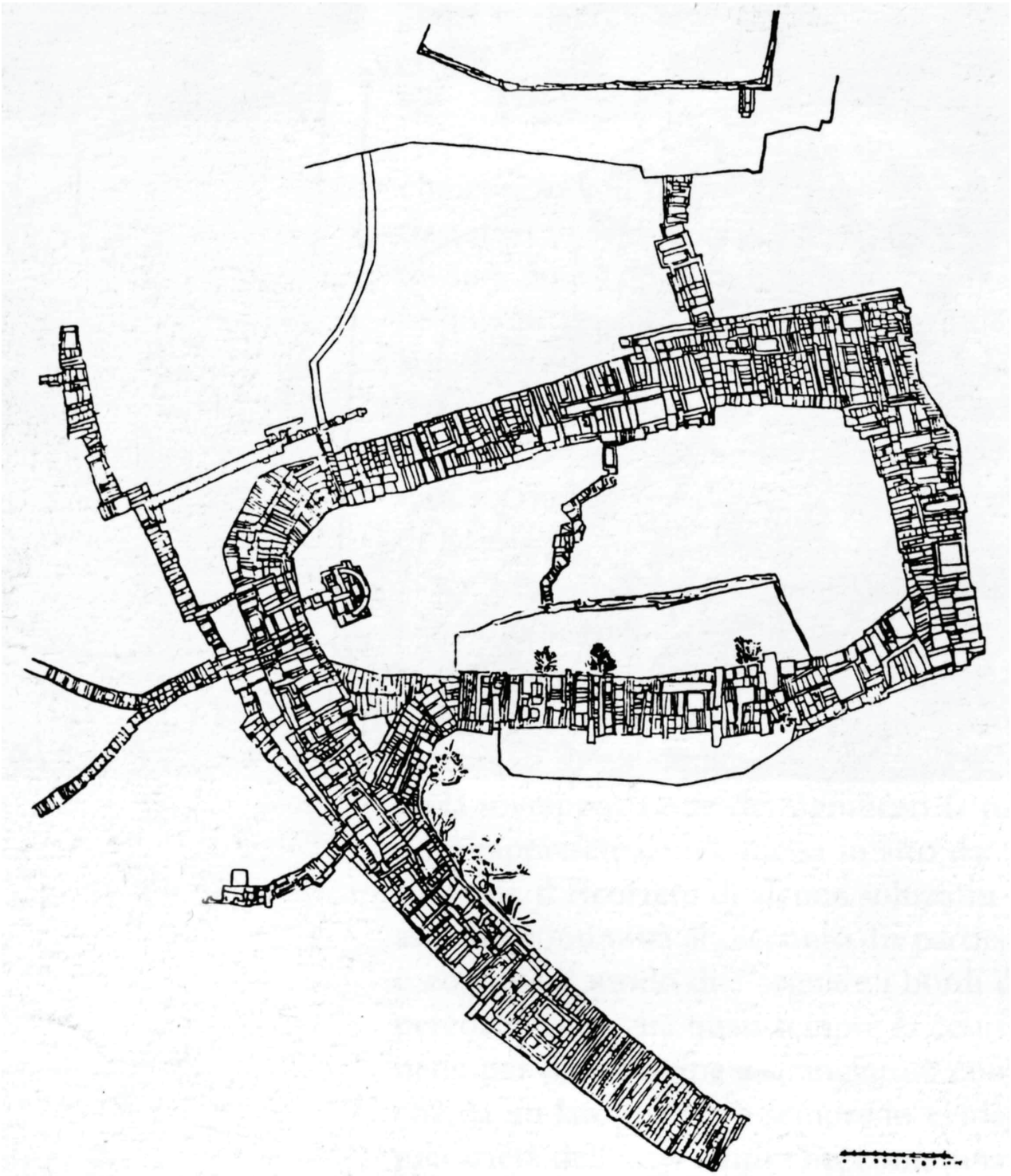


CONCEITO

O Futuro Sai da Fenda e da Ferida

ageometriaabrealinhaparadeixarpassaraImaginação.
O FUTURO sai da FENDA e da FERIDA.
Do que antes foi, hoje sai Sangue.
Inundar o VAZIO: o FUTURO inunda o VAZIO.
Porque todo o vazio tem por INIMIGO a Imaginação.
Porque todo o vazio tem o Inimigo.

Gonçalo M. Tavares in "Investigações. Novalis"



3

CENTRALIDADE E ESPAÇOS INTERSTICIAIS

Na década de 1950, o arquiteco grego Dimitris Pikionis (1887-1968) requali- fica o percurso pedestre em torno da colina da Acrópole tentando reatar a lógica funcional do passado.

A Acrópole, construída no ponto mais elevado da cidade, tinha uma posição estratégica ao nível defensivo, mas também um valor simbólico, de elevação e enobrecimento dos valores humanos. Com o tempo, passa a servir como sede administrativa, civil ou religiosa.

O percurso até à Acrópole era pontuado por espaços de sombreamento proporcionados por pequenos templos e estátuas, constituindo locais de descanso e de reflexão na caminhada até ao topo da colina.

Depois de uma intervenção pouco sucedida, o projeto de Pikionis, já nos anos 50, vai dar nova vida ao espaço em torno da Acrópole, reintroduzindo pequenas áreas de estadia ao longo do percurso, tal como acontecia na pólis da antiguidade.

O desenho do pavimento, aparentemente aleatório, é resultante de um deta- lhado desenho da estereotomia das pedras que compõem o percurso e as suas diferentes direções, procuram ajustar-se a eventuais alterações do traçado urbano. O projeto urbano desenvolvido para a colina das Amoreiras procura explorar o tema da centralidade e dos espaços intersticiais no âmbito do domínio público.

O espaço urbano foi repensado tendo em conta uma conceção da sociedade de futuro que privilegia os espaços públicos, movimentando-se e ocupando-os de modo mais ou menos perene, dando-lhes vida, constituindo-se assim como áreas de excelência para a sociabilização, pontos de encontro na vida da cidade.

Nesta perspetiva vindoura em que o peão é o verdadeiro ser urbano, colocando em segundo plano a preponderância que o automóvel assume atualmente, procurou-se a definição de um eixo público estruturante e qualificado que se desenvolve ao longo da colina das Amoreiras, entre o largo do Rato e a Artilha- ria Um, procurando atenuar a cicatriz que é a Avenida Eng.º Duarte Pacheco na malha urbana e o desfasamento topográfico do território.

A proposta procura estabelecer uma centralidade estruturada a partir da área expectante da Artilharia Um – transformada no grande "vazio" de encontro das Amoreiras –, das áreas de permanência existentes ao longo do eixo pedonal e das resultantes da qualificação das franjas residuais que se articulam na tangibilidade ambígua entre o espaço público e privado.

Neste sentido, é possível estabelecer um paralelo com a localização da Acrópole que se estabelece no ponto mais elevado da cidade – acedida por meio de um percurso declivoso, pontuado por lugares de estadia aprazíveis ao descanso e à meditação –, e com a Ágora, enquanto vazio contrastante no meio das edificações e principal espaço público de reunião, onde se desenvolve a vida social nas suas diferentes vertentes.

Numa área altamente densificada por construções que se insinuam no perfil da cidade, procuram-se (re)inventar espaços e lugares pensados para as pessoas, diluindo-se fendas, suturando feridas, inundando o futuro com o vazio.

PROPOSTA BY LAYERS


1 Km
N

ÁREA DE INTERVENÇÃO

A cidade poderia não ser entendida como um sistema de espaços gerado pela massa de edificações ou os intervalos entre elas. Em vez disso, as construções seriam apenas limites ao redor dos quais fluiriam carros, transporte público e tráfico pedestre. A estrutura do espaço urbano seria vista como resultado de sistemas de fricção, com graus variáveis de viscosidade produzindo turbulências nos pontos de contato e diferentes densidades no interior dos próprios fluxos.

Ignasi de Solá-Morales. "Liquid Architecture" in Anyhow. Cambridge, MIT Press, 1977



EDIFICADO

A malha urbana da área em estudo encontra-se consolidada e caracteriza-se pela diversidade de usos, destacando-se o habitacional, empresarial e comercial. Neste tecido densificado, contrasta o terreno expectante da Artilharia Um, a partir do qual é proposta uma sucessão de espaços públicos que se articulam, gerando uma área de desafogo. A intervenção encontra-se nos espaços sobrantes deste edificado e define-se pela articulação de pontos de carácter diferenciado.
Estas áreas facilitam a subida da encosta desde o Largo do Rato até ao grande terreno da Artilharia Um, onde se propõe novos equipamento.



REDE VIÁRIA

A zona das Amoreiras define-se por uma boa acessibilidade viária, contrapondo-se a dificuldade da mobilidade pedonal. São vários os entraves existentes, entre os quais se destaca a topografia acentuada do terreno e a forte presença do automóvel.
Pretende-se, assim, a criação de novas vias pedonais e a qualificação das existentes. Sendo de destacar as intervenções no limite norte do terreno da Artilharia Um, no cruzamento com a Av. Eng.º Duarte Pacheco com a antiga Rua das Amoreiras, no Largo do Rato e ainda no cruzamento da Av. Conselheiro Fernando de Sousa com a Rua D. João V.





AUTOCARROS

Em termos de transporte público esta área, apesar de central, encontra-se medianamente servida por transporte público. A Estação de metro mais próxima situa-se no Largo do Rato a cerca de 900 m de distância e a uma cota altimétrica substancialmente diferente. A Av. Eng.º Duarte Pacheco dispõe de algumas carreiras urbanas que fazem a ligação ao centro, mas a restante área dispoe de um reduzido número de carreiras.

No entanto, procura-se colmatar esta falta a partir da implementação do elétrico e da proposta de novas estações de metro.





ELÉTRICO

A proposta do percurso do elétrico procura estabelecer a ligação entre duas cotas desfasadas: o Largo do Rato e a zona da Artilharia Um.
Ao mesmo tempo, tenta restabelecer a antiga continuidade da Rua das Amoreiras.
As paragens encontram-se ditribuídas de forma equidistante, e em áreas associadas a zonas de estadia.



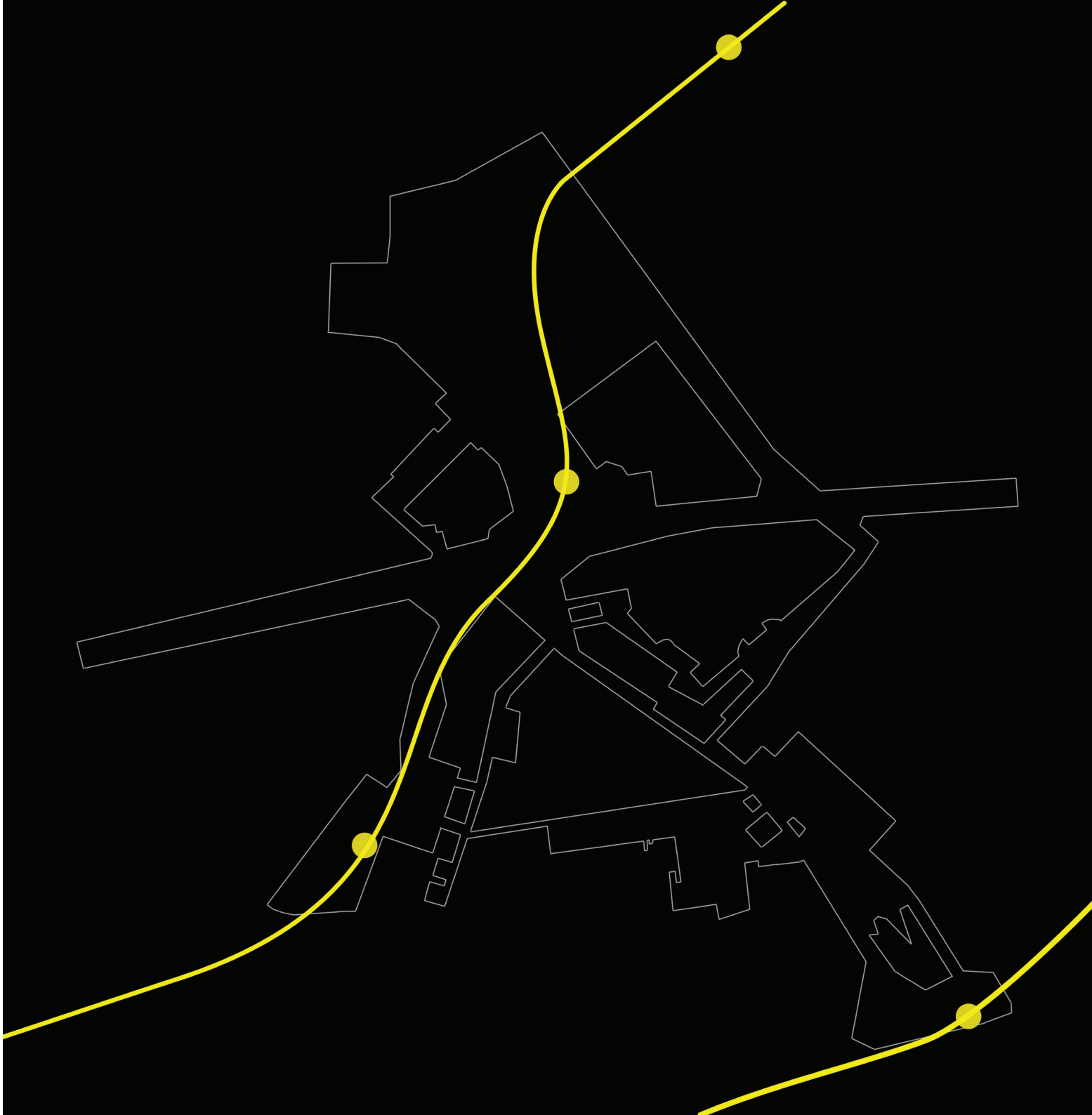


METRO

As estações de metro definidas na área de intervenção procuram articular-se com as restantes dentro da cidade de Lisboa. Distribuindo-se uniformemente ao longo das suas linhas.
Na proposta mantem-se a estação de metro definida pelo PDM para campo de ourique. A estação de Campolide é reposicionada, em relação ao PDM, na proximidade do parque Eduardo VII e é proposta uma nova estação nas Amoreiras, no terreno da Artilharia Um, junto a um importante nó urbano.
Esta estação de metro iria colmatar a falta de transpotes públicos na zona, bem como gerar novas dinâmicas e potencializar a utilização deste espaço.



estações de metro na zona de intervenção
estações de metro na cidade



ESPAÇOS VERDES

A zona em estudo carece de espaços públicos verdes, estando concentrada no Jardim das Amoreiras. Os elementos vegetais são pontuais e pouco expressivos em toda a extensão do território.
O mobiliário urbano é inexistente ou pouco relevante e não se observa especial cuidado ao nível da vegetação, não sendo atrativos como zona de estadia.
Propondo-se, deste modo, a arborização ao longo da Rua das Amoreiras. Para a área da Artilharia Um propõe-se a sua transformação no grande espaço verde das amoreiras, mantendo-se a maioria do grande número de árvores existentes.
Este espaço verde público terá diferentes tipos de zonas, mais minerais ou vegetais, para se adaptar a diferentes situações, como seja estadia, desporto, lazer ou relacionado com programas culturais.
Interligados com as propostas individuais, surgem ainda mais alguns espaços verdes que pontuam a zona de intervenção.









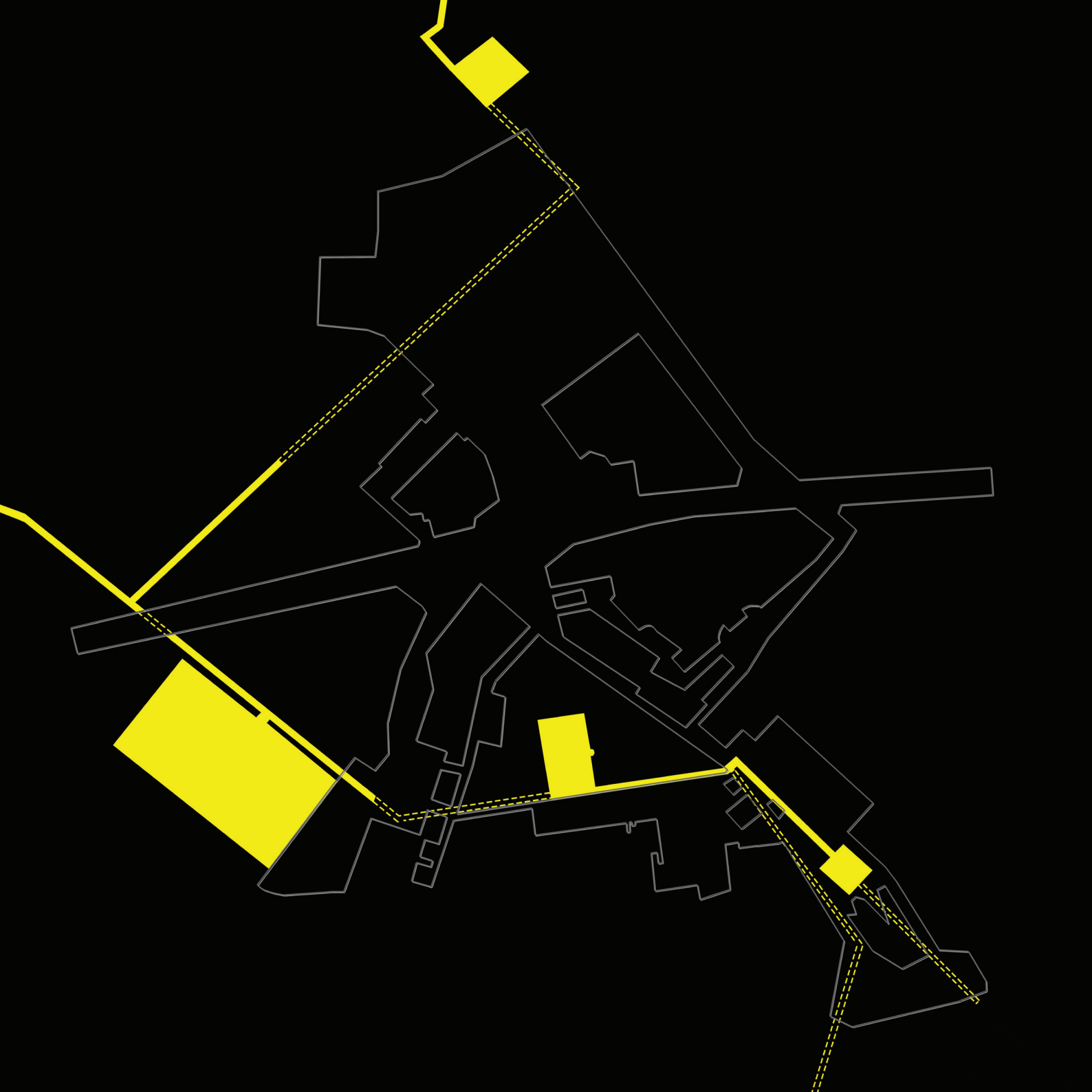

ARRENDAM-SE
ESCRITÓRIOS
BANIF



AQUEDUTO

O aqueduto é um elemento de marcante presença nas Amoreiras, tanto pelo seu carácter histórico, como pela sua dimensão.
Os vários ramais e reservatórios pelo qual é constituído são elementos definidores de espaço urbano, imprescindíveis na execução de uma análise e proposta fundamentada.

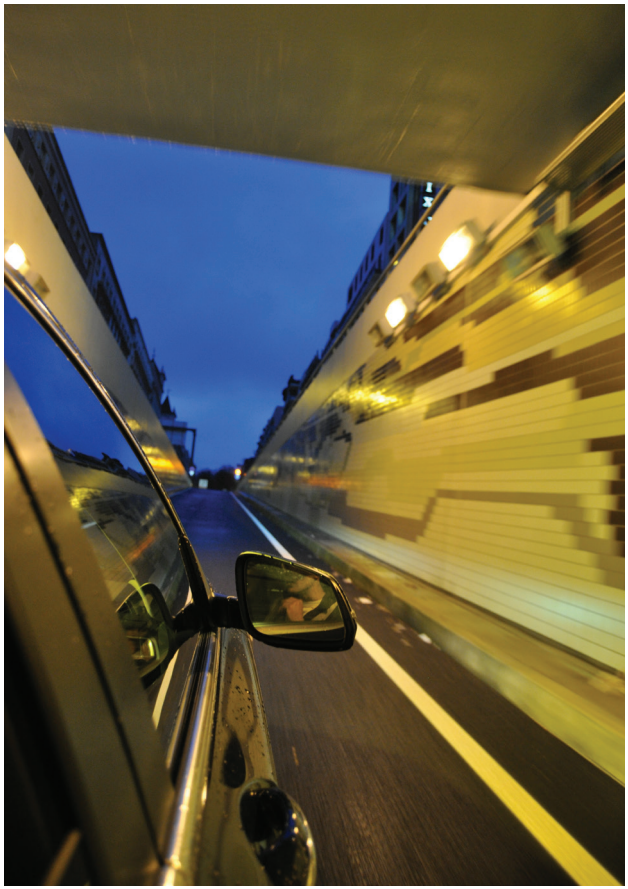


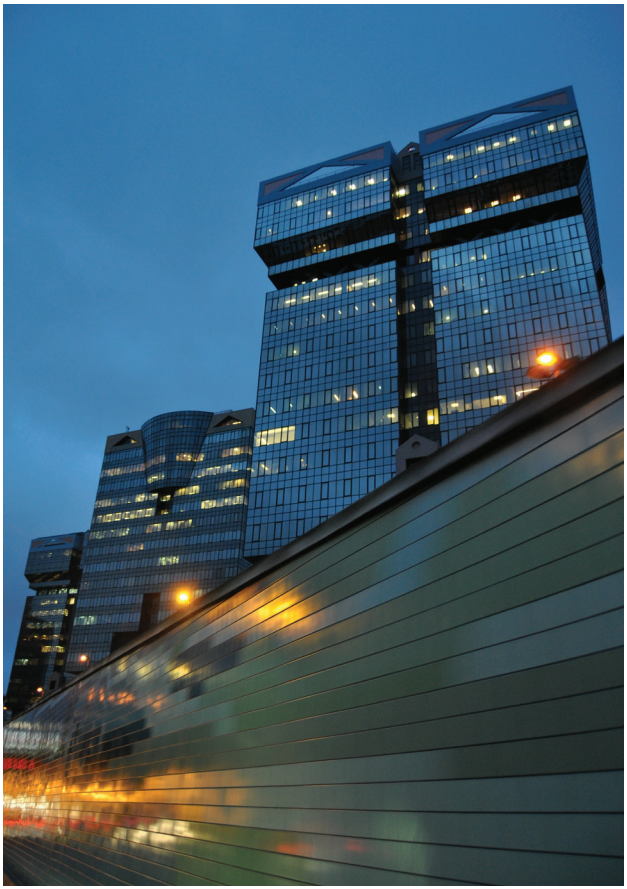


SUBMUNDO

Na medida em que o túnel do Marquês se afigura como uma rutura na área em estudo torna-se necessário aligeirar essa presença e estudar o espaço existente abaixo do nível do solo. Nela identificamos três categorias de elementos: uma ligada ao layer da água, com os elementos estruturantes do aqueduto; uma segunda, relacionada com o túnel; e por último, os estacionamentos públicos existentes.

Propomos a eliminação à superfície de duas saídas de estacionamento do Centro Comercial das Amoreiras.
Assim como a intensificação do uso do túnel, passando este a ser o principal acesso automóvel, libertanto a superfície para o peão e transportes públicos.







ÁREAS DE LAZER

As áreas públicas e expetantes existentes na área de intervenção irão acolher diferentes programas associados a espaços de permanência e de lazer. Em conjunto definem uma nova centralidade, estabelecendo um novo espaço de encontro.

Na sua maioria, os espaços de lazer coincidem com os espaços verdes, sendo o mais importante o que se encontra na área da Artilharia Um, não só pelas suas dimensões, mas pela sua ambivalência programática proporcionada pelo enquadramento tanto de áreas vegetais como minerais.
Destaca-se ainda o largo no cruzamento da Av. Engº Duarte Pacheco com a Rua das Amoreiras que integra uma das paragens do elétrico, constituíndo-se um importante ponto de passagem e, também, de permanência.
Associados aos projetos de habitação individuais também são criados espaços de lazer e permanência qualificados, contudo, numa escala urbana mais intimista, enriquecendo de forma equitativa todo o território de intervenção com espaços públicos qualificados.






SANA HOTELS
Santander


ZON LUSOMUNDO
amoreiras
oreo

LOCALIZAÇÃO DAS PROPOSTAS DE HABITAÇÃO

De uma forma geral, as áreas para as propostas individuais de habitação surgem da apropriação de espaços em mau estado de conservação e/ou que apresentam problemas de desenho urbano e intregração com a envolvente.
Encontram-se nos limites da área na intervenção trabalhada em grupo, reforçando a importância do espaço público livre e articulado.


1. Patrícia Paulo


2. Duarte Santana


3. Tatiana Cheong


4. Rita Cepa



5. Tiago Rebocho


3.
2.
5.
4.
1.

ESPAÇO PÚBLICO

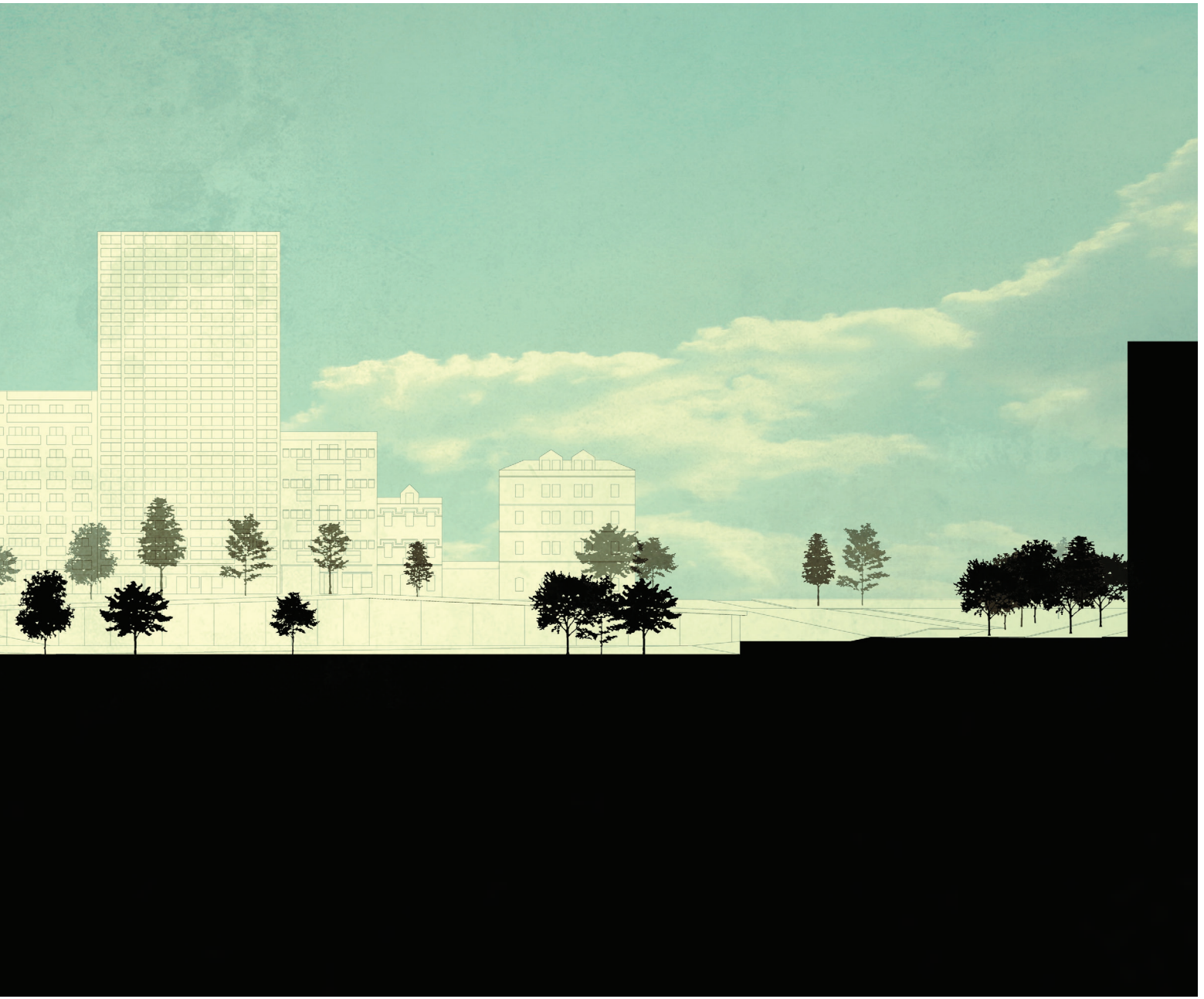


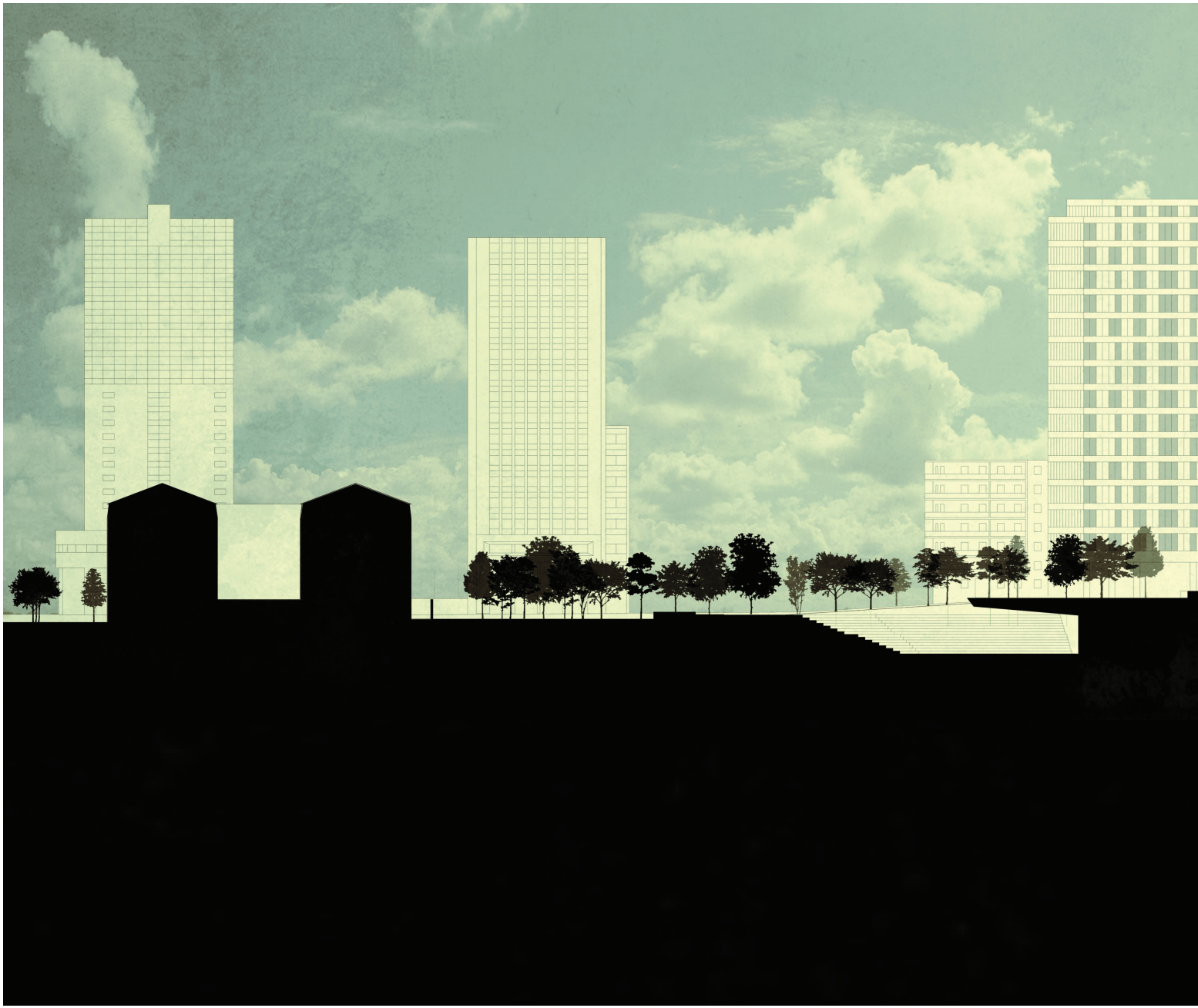


PARQUE DAS AMOREIRAS


Anfiteatro
Centro de Conferências
Restauração
Coworking
Zona de Lazer
Stop de Bicicletas
Estação de Metropolitano
Paragem de Eléctrico
Paragem de Autocarros









PARQUE DAS AMOREIRAS
ambiente



4



5



6



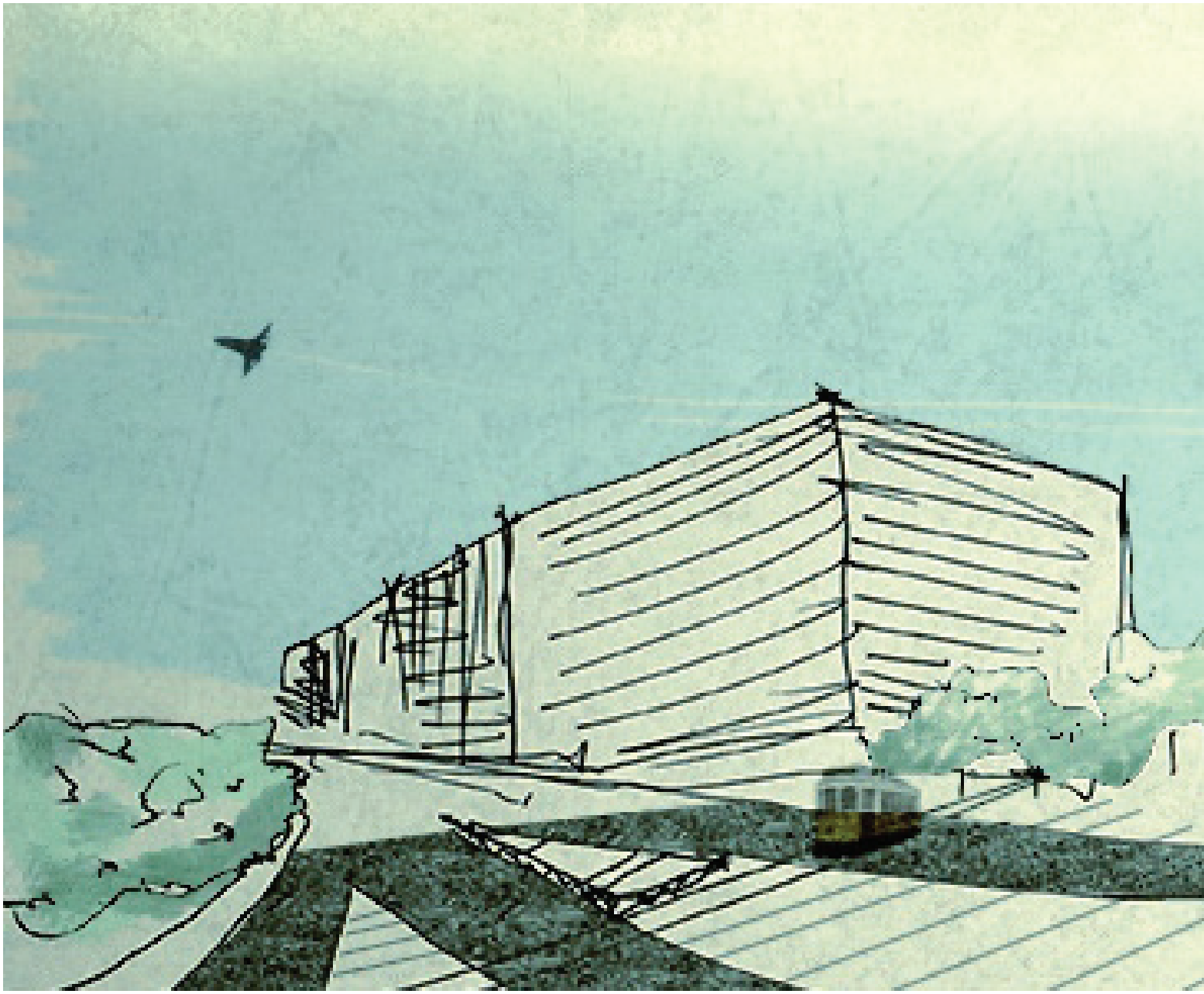
7

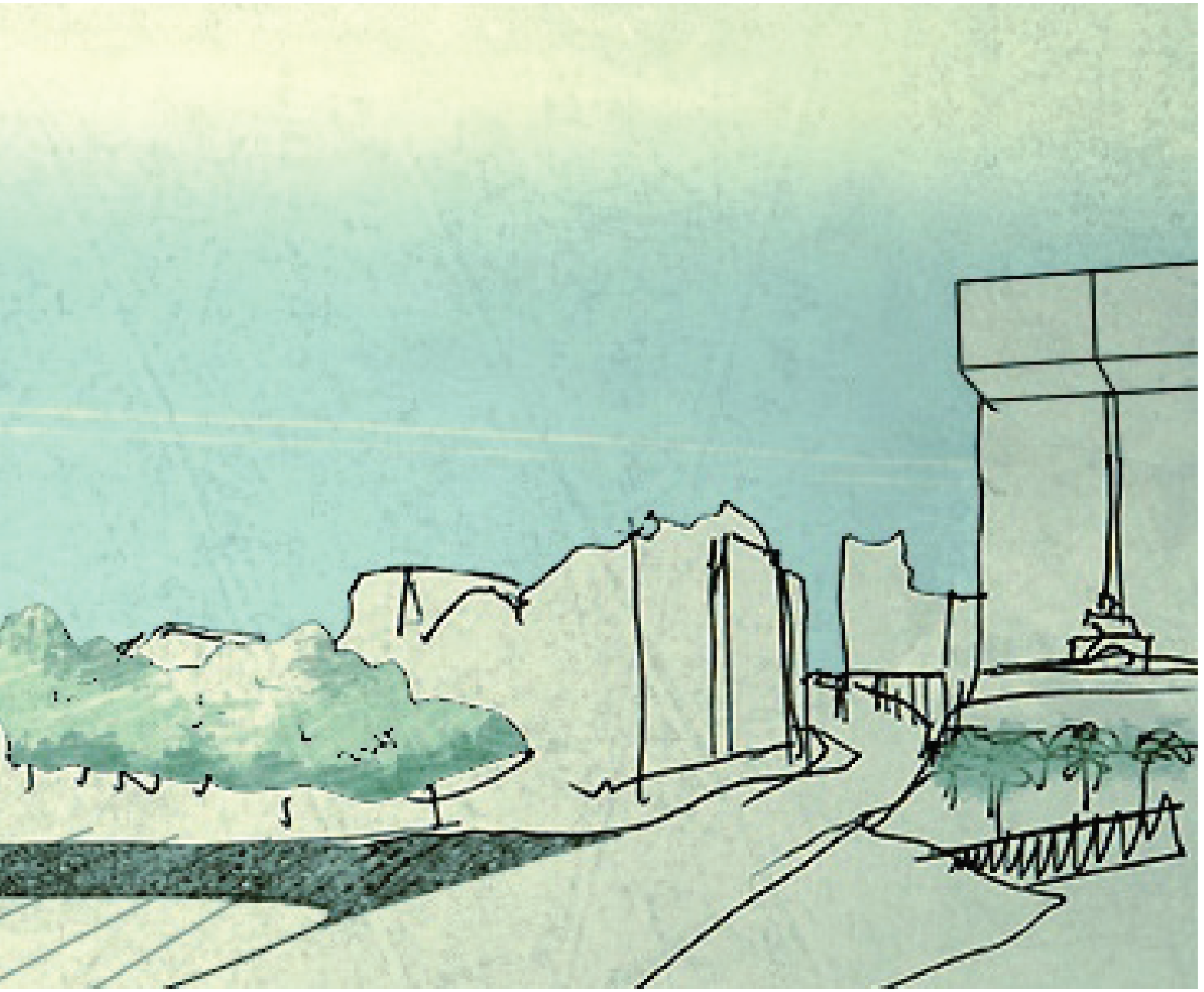
PRAÇA DAS AMOREIRAS



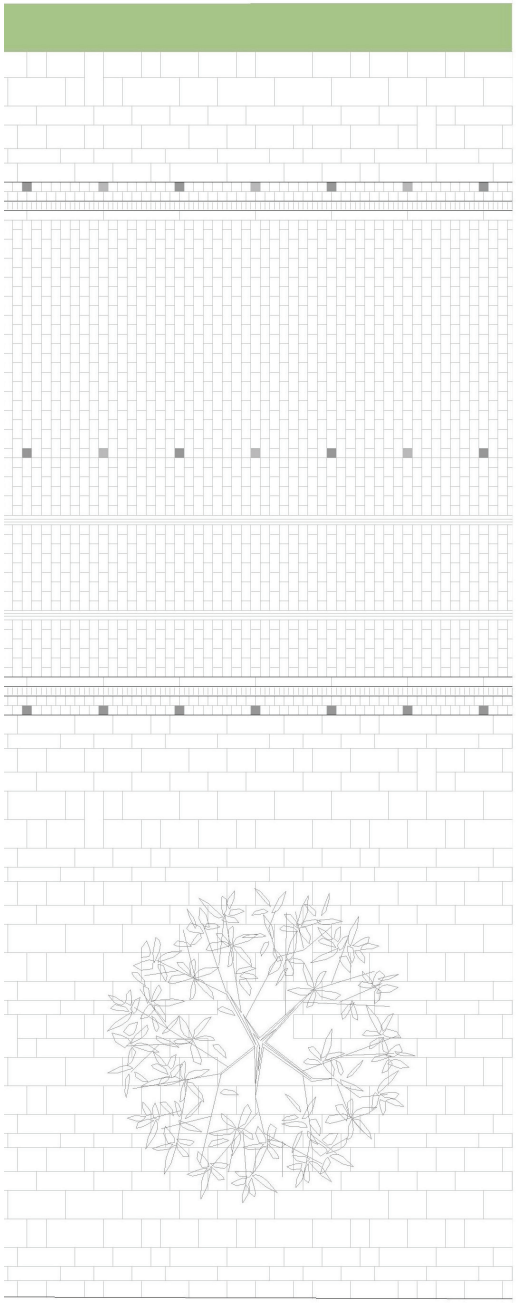








JARDIM E RUA DAS AMOREIRAS








AIR
577

LARGO DO RATO



8



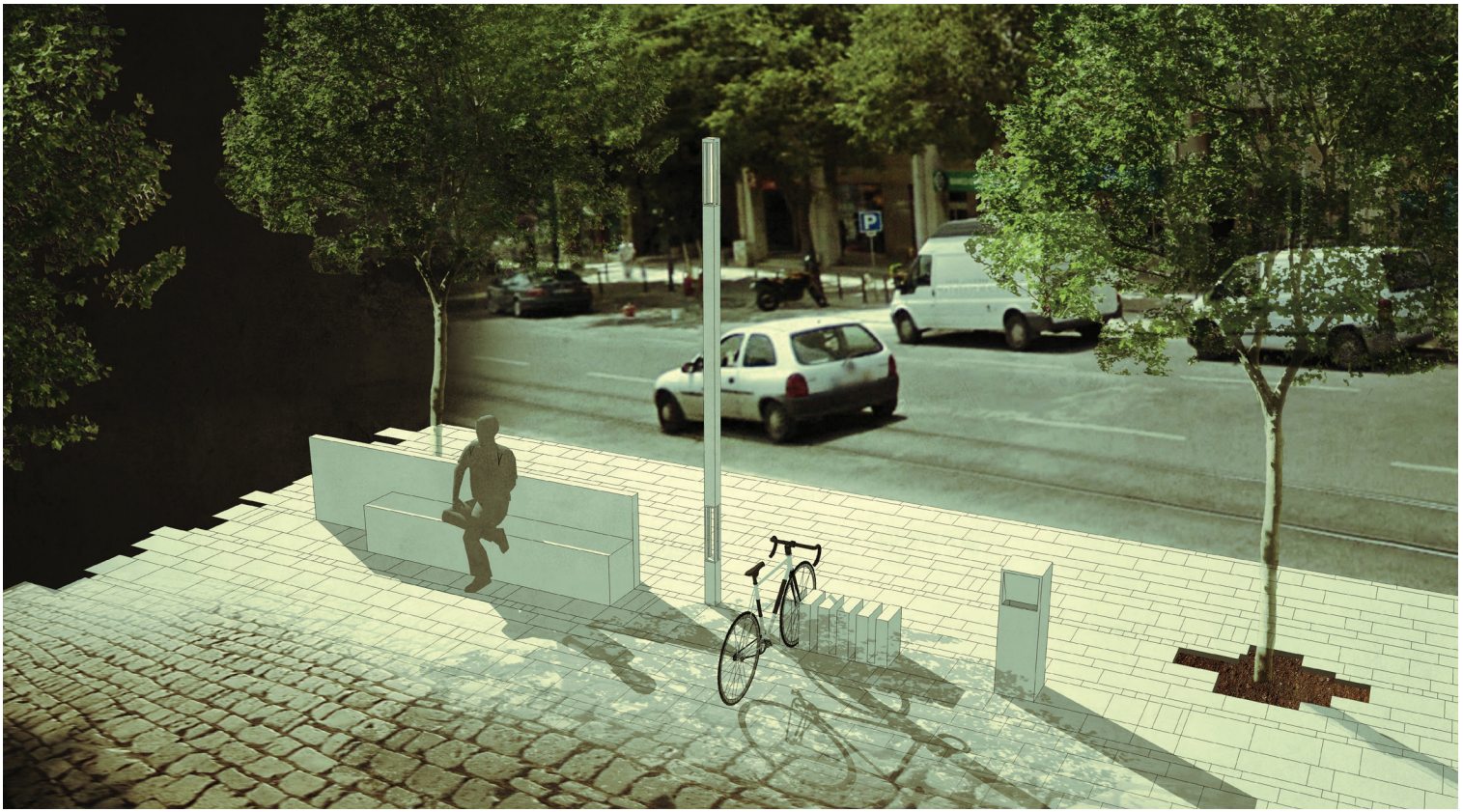
9





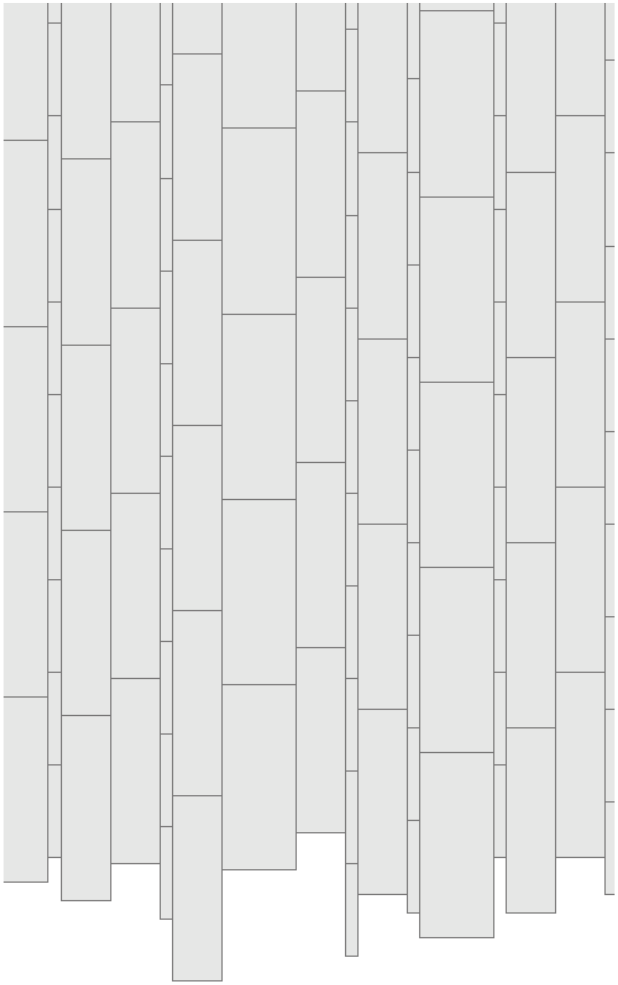


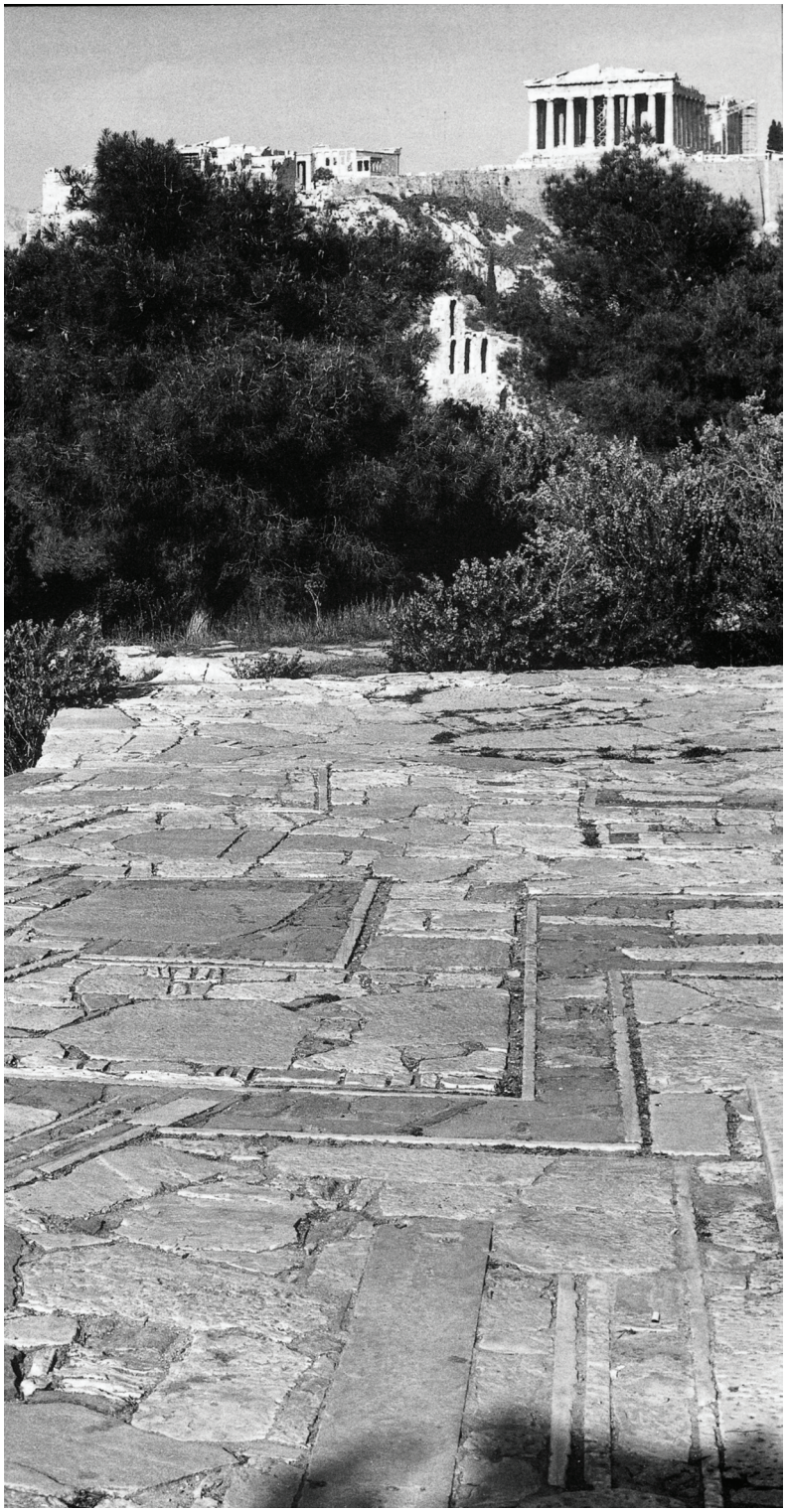
MOBILIÁRIO URBANO



MÓDULO DO PAVIMENTO

No projeto adotou-se a utilização de um pavimento modular constituído por pedras de lioz de diferentes dimensões. O uso deste pavimento procura estabelecer uma linguagem de continuidade na zona mais antiga das Amoreiras, entre o Largo do Rato e a Av. Eng. Duarte Pacheco. A utilização deste pavimento mais nobre e trabalhado procura relacionar-se com a índole histórica desta zona.





MATERIALIDADE



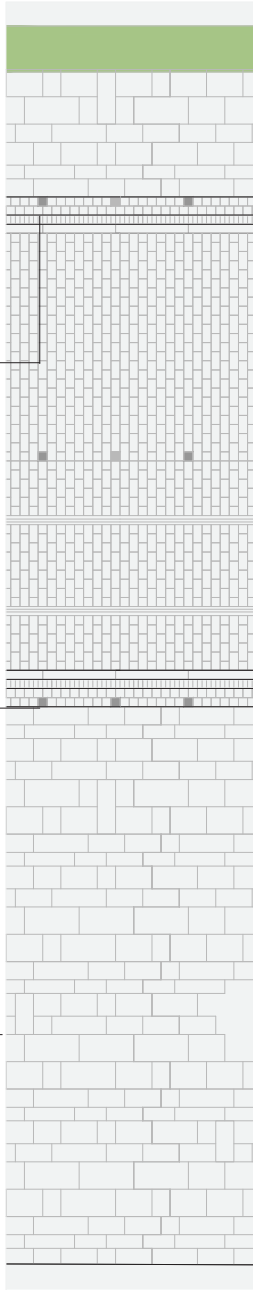


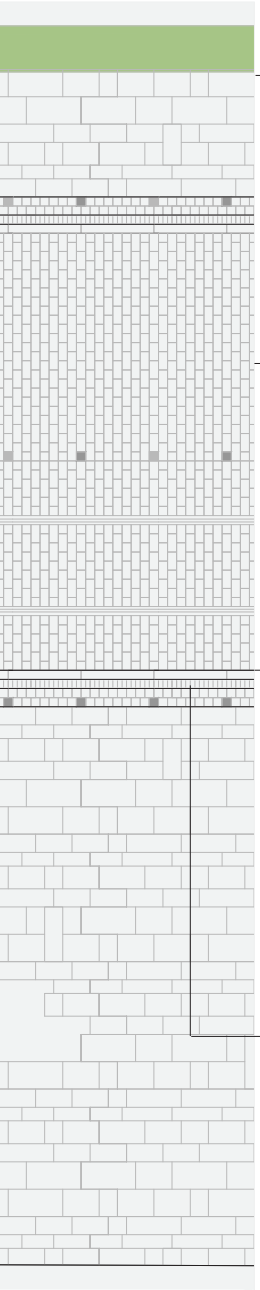


Pilarete – pedra de lioz

Iluminação

Passeio – pedra de lioz





Parede - vegetação



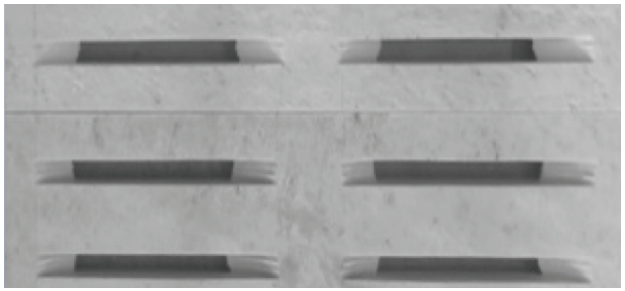
Estrada - paralelos de granito



Lancil – pedra de lioz



Grelhas – pedra de lioz






ZON LUSOMUNDO
amoreiras
oreo

1.4 TEMA I

4 habitações


2032
AMOREIRAS
intersticiais
centralidade
PÚBLICO
cidade
ESPAÇO
mobilidade
metrópole
FUTURO
tecnológico
adaptabilidade
global
NOVO-MUNDO
lazer
co-working
Pikionis
consciência
urbano
flexibilidade
eixo
social
cultura
pedonal

t

ÍNDICE

O HOMEM DO FUTURO 280

EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA 282

CIDADE DO FUTURO 284

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL 286

PERFIL DO HABITANTE 288

4 HABITAÇÕES 290

O HOMEM NO FUTURO

A sociedade de 2032 é caraterizada, segundo o ponto de vista do grupo, como uma sociedade mais flexível e global, que privilegia o espaço público verde em detrimento de uma densificação urbana desmesurada. As áreas públicas de sociabilização responderão, assim, à necessidade cada vez mais presente de áreas desafogadas, despojadas de edificado, funcionando como bolsas de oxigénio na densa malha artificial de construção em altura. Esta tendência, já hoje passível de ser observada nas Amoreiras, acentuar-se-á, bem como a necesidade de criação de mais áreas verdes de fruição pública. Esta necessidade será maioritariamente imposta pela vontade de uma sociedade mais exigente e informada que proclama qualidade de espaço urbano e não apenas construção maciça e em altura, descontextualizada e desqualificada.

A globalização, potenciada pela crescente facilidade de transporte e comunicação, traduz-se numa sociedade mais móvel e adepta das novas tecnologias, dando assim origem a novos conceitos de trabalho e de habitação.

Dentro deste panorama, acredita-se que a cidade deverá integrar espaços verdes qualificados, na qual as habitações mais fléxiveis e privilegiando as áreas sociais e de trabalho reforçarão essa relação com o exterior.


TOSHIBA
ASUS
TOSHIBA

EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

"The new way to work on your own is to work alone together".

Stevenson Swanson

Bill Gates afirmou um dia que existiria um computador em todas as secretárias e casas, ao qual várias pessoas consideraram pouco viável ou mesmo impensável. Passados alguns anos (não tantos quanto se conjeturavam) constatou-se que essa previsão está cada vez mais perto de se tornar realidade. Hoje em dia, os novos sistemas de tecnologia de informação e de comunicação tornaram-se parte do dia-a-dia do comum cidadão. Num mundo cada vez mais globalizado, a *internet* revelou-se um importante contributo nesse sentido e veio revolucionar a velocidade de partilha e pesquisa de informação, encurtando distâncias físicas.

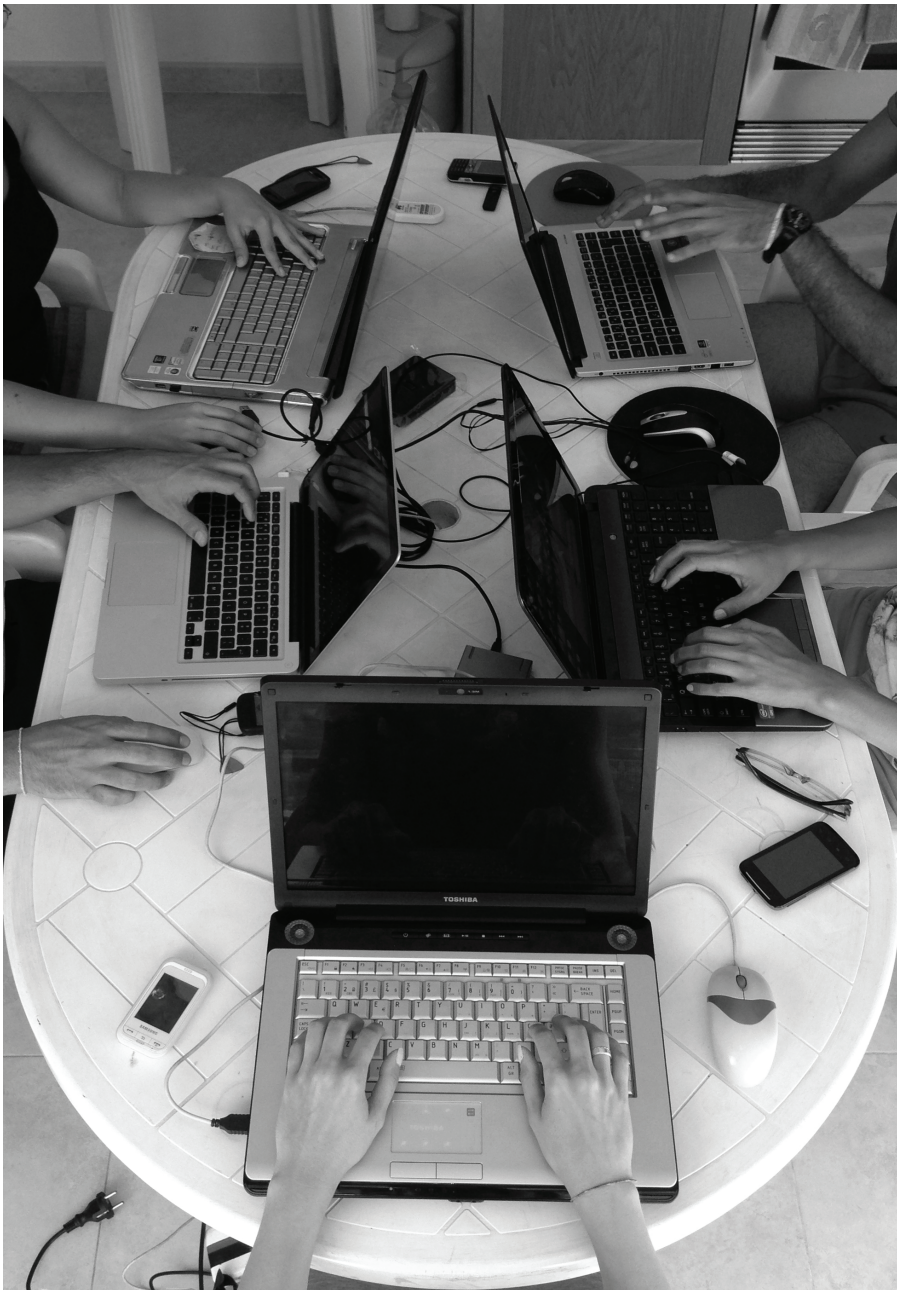
No futuro, tendo em conta os avanços que a tecnologia conquistou e as pesquisas e os investimentos que estão a ser feitos, poderemos afirmar que o escritório caberá dentro de uma mala. Cada vez mais associa-se tecnologia à ideia de mobilidade e compactação. Na evolução do mercado dos produtos digitais há uma aposta cada vez maior em *gadgets* de dimensões reduzidas que acompanham o Homem, propiciando-lhe comodidade e facilidade na obtenção de conhecimento rápido em qualquer local.

A evolução tecnológica ao encurtar distâncias físicas, impõe mudanças na forma como as pessoas se relacionam e trabalham. O mundo digital em rede veio possibilitar uma maior autonomia no trabalhador/patrão que pode assim gerir a sua empresa ou realizar os seus próprios projetos a partir de casa.

Contudo, num espaço de partilha diária, torna-se complicado estabelecer limites entre a vida familiar e a vida profissional. Como alternativa ao trabalho "solitário", surgiu um fenómeno relativamente recente e que tem tido cada vez mais adesão, o *coworking*. Este novo padrão de trabalho consiste basicamente na partilha de um dado espaço com profissionais independentes e/ou micro-empresas. Contudo, verifica-se também a tendência para as grandes empresas ocuparem estes espaços. As motivações passam pela racionalização e otimização de custos, o aumento da sustentabilidade e a estimulação dos colaboradores pelas sinergias que advêm da partilha de ideias e experiências interdisciplinares.

Os espaços *coworking* geralmente tem um ambiente menos formal que os escritórios habituais e são eventuais potenciadores de negócios. Com sucesso garantido nalguns países, começam-se a estabelecer parcerias em várias cidades, facilitando o trabalhador deslocado, que passa a ter um local de trabalho em todo o lado.

Perspetivando a tendência que se tem observado de um maior consumo de material tecnológico, o trabalho *wireless*, flexível e independente de um determinado espaço, será uma banal realidade.


TOSHIBA

CIDADE DO FUTURO

O século XXI é por excelência o século das cidades. Num planeta marcado por constantes avanços tecnológicos, mais as urbes se tornam focos de atratividade para o trabalho e o consumo, gerando novas oportunidades de crescimento. Uma coisa só reforça a outra e a interação física no território gera inovação.

Há 100 anos, apenas 10% da população mundial vivia em cidades. Atualmente, somos mais de 50%, e até 2050, seremos mais de 75%. Segundo a Unesco, a excessiva concentração demográfica nos polos urbanos vai desencadear a emergência das megacidades, muitas delas fora dos países desenvolvidos. Segundo as previsões do prémio Nobel Paul Krugman, o crescimento das cidades será o modelo económico de desenvolvimento no futuro. Isso, porque é nas megacidades que acontecem as maiores transformações, gerando uma demanda inédita por serviços públicos, matérias-primas, produtos, habitação, transportes e empregos.

Como se tem verificado nas cidades atuais, os modelos que assentam no zonamento têm vindo a sofrer alguns processos de declínio. A eventual aposta será nas cidades compactas, densas e diversificadas, tanto em termos de população, como de usos. As maiores densidades urbanas representam menor consumo de energia per capita e a diversificação de usos e de tipologias de habitação lançarão desafios no sentido de uma maior inclusão social.



CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

Tendo em conta os grandes aglomerados urbanos existentes e os que se vão adensando, a sobrecarga de transportes, recursos e serviços será cada vez mais marcante no futuro. Paralelamente, as preocupações relativamente ao aquecimento global e às consequentes alterações climatéricas serão de igual modo crescentes. Haverá na sociedade, em geral, uma maior consciência sobre a minimização ou compensação dos impactos ambientais que decorrem dos processos produtivos ou de consumo. Serão revistos padrões de conforto típicos da vida urbana, nomeadamente o uso excessivo do carro. Com o intuito da redução dos custos, dos gastos energéticos e da poluição ambiental, será mais vincado o investimento em energias renováveis (energia eólica, biomassa, hidroelétricas, etc.). Decorrente da desafetação de áreas em degradação nos centros urbanos, alguns núcleos e algumas franjas da periferia poderão ser devolvidas à natureza, com a criação de corredores verdes e hortas urbanas, que têm vindo a ser implementados em várias cidades.

O entrave à circulação automóvel será maior, passando assim o peão a ter um papel de destaque. Para tal, é fulcral uma rede de transportes públicos mais eficaz, tanto no tempo, como no espaço. O uso de bicicletas, como já acontece em muitas cidades, será massificado, bem como o sistema de partilha de automóveis, cujas dimensões serão menores e com um funcionamento mais ecológico.



PERFIL DO HABITANTE

Num futuro a longo prazo, e perspetivando a sociedade numa linha de otimismo, acreditamos que esta será de um modo geral mais informada e consciente, tanto ao nível da cultura, como da preservação do meio ambiente, contudo cada vez mais dependente e consumista de tecnologia.

O padrão familiar seguirá a tendência atual, contudo de forma cada vez mais vincada, verificando-se: casais com um só filho, famílias monoparentais, casais sem filhos – *double income no kids* –, casais que por razões profissionais vivem grande parte do tempo afastados – *living apart together* – e, por último, o indivíduo (solteiro, divorciado/separado, viúvo). Este último viverá sozinho ou em coabitação com outras pessoas.

Sendo o núcleo familiar mais reduzido e a mobilidade proporcionada pelo avanço da tecnologia mais expressiva na rotina do cidadão haverá um maior desprendimento pelo espaço da habitação ou pelo automóvel, símbolo do poder de compra das últimas décadas.

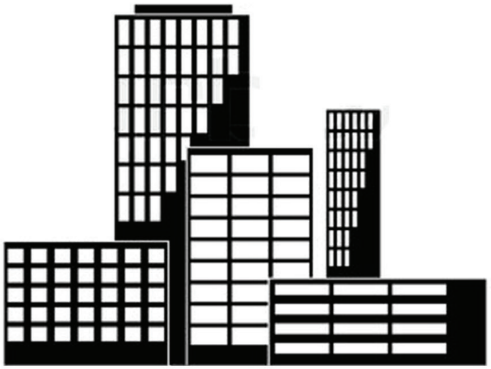
Os centros urbanos estarão mais ocupados, devido à aposta na proximidade entre a habitação e o local de trabalho, que advém da consciência da importância do meio ambiente e do aproveitamento do tempo.

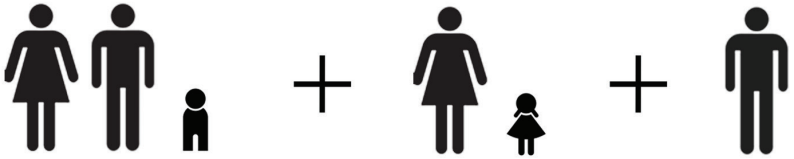
Os automóveis continuarão a existir mas com sistemas mais ecológicos e as pessoas privilegiarão o transporte público, carros partilhados e o uso de bicicletas.

Nesta perspetiva, o peão será o protagonista da cidade e os espaços públicos serão locais de referência na vida social e na dinâmica urbana.









4 HABITAÇÕES
Vila Raul





MEMÓRIA DESCRITIVA

O projeto das habitações desenvolvida para a Vila Raul e para as áreas adjacentes procuram relacionar-se com a proposta definida em grupo, no qual o tema da centralidade e dos espaços intersticiais do espaço público tomam especial enfoque.

No processo projetual foi fundamental não só a compreensão dos problemas atuais desta área das Amoreiras, mas também a pesquisa histórica, numa tentativa de conciliar a herança do passado, com as necessidades presentes e prementes.

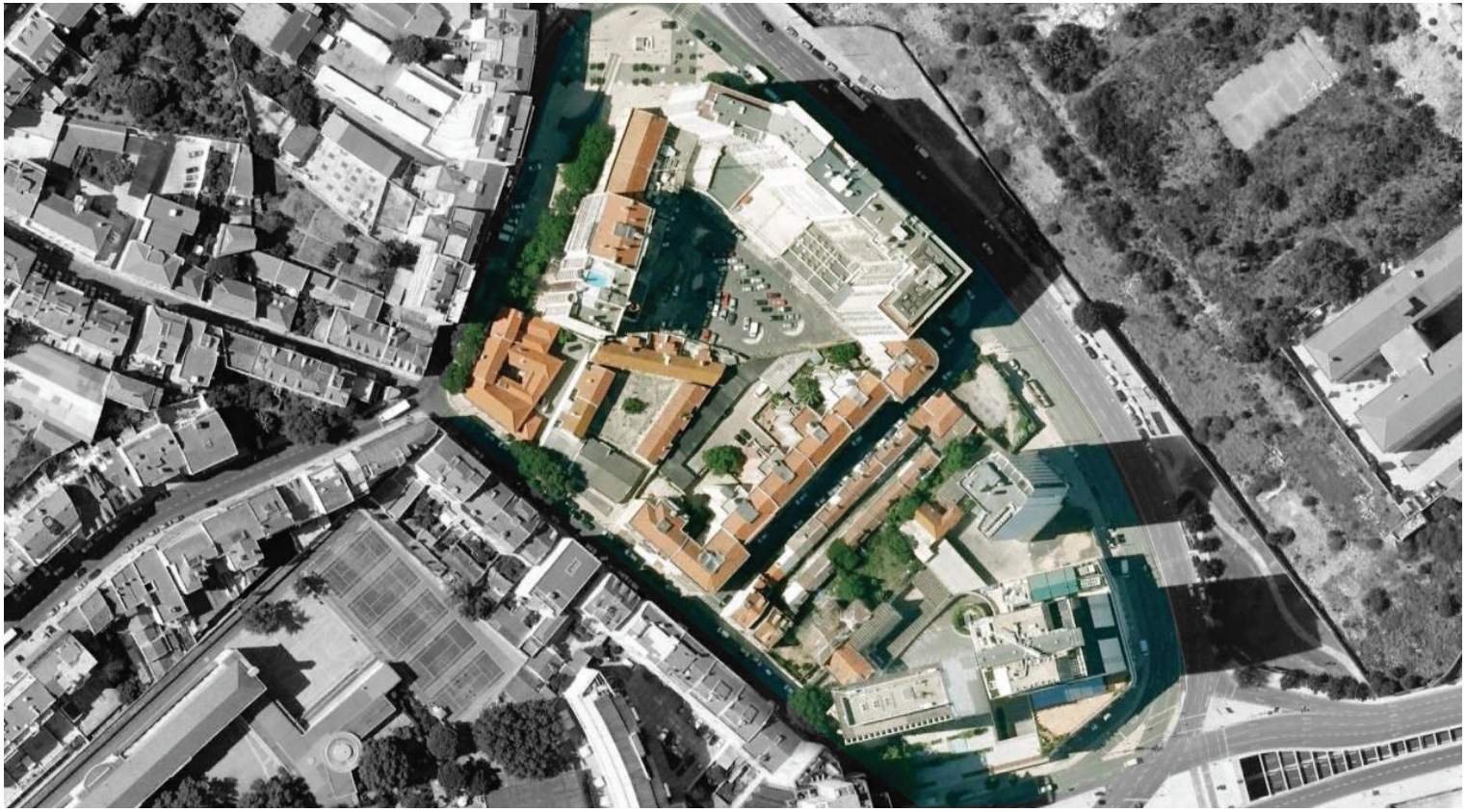
A conceção arquitetónica procura transcender a mera recuperação estilística e estrutural da obra, intervindo de um modo cirúrgico numa frente de rua descaraterizada e descontextualizada do meio consolidado onde se insere. Como tal, o reconhecimento das potencialidades da vila operária preexistente foi crucial como forma de estabelecer um diálogo com o meio urbano que se pretende construir para o futuro, contudo sem tornar o passado protagonista.

A vila Raul, à semelhança de outras vilas e pátios, surge à margem do espaço citadino, oculta por dois prédios, implantando-se em duas correntezas de casas, atravessadas por uma estreita rua interior, a partir do qual se estabelece o seu acesso. Originalmente, esta vila encontrava-se rodeada por quintas de outros lotes, contudo com o desenvolvimento da cidade e a abertura da rua Aviador Plácido Abreu, passa a estar visível para o espaço público, revelando aqueles que eram os alçados posteriores para uma nova frente de rua. Toda a fachada encerrada e degradada passa a exibir os anexos que foram acrescentados aos sagões ao longo do tempo.

Seguindo como referência o projeto de Paulo Mendes da Rocha para a Pinacoteca do Estado, em São Paulo, procura-se dar uma resposta adequada ao meio contemporâneo, subvertendo o acesso de uma das correntezas da vila, que passa a ser acedida diretamente da rua, com a transformação daquele que era um alçado posterior no alçado principal. Tal como no projeto da Pinacoteca a lógica funcional das habitações é subvertida como forma de corresponder ao presente de forma mais favorável.

Em relação ao programa habitacional, procura-se seguir a mesma lógica, adaptando-se o espaço interior das vilas, às necessidades futuras do perfil de habitante definido em grupo. São assim definidas cinco tipologias habitacionais que se regem por princípios de flexibilidade e adaptabilidade, libertando-se o espaço comum ao máximo para uma utilização livre e a incorporação de algum mobiliário fixo, útil para uma sociedade que se crê mais móvel.

ÁREA DE INTERVENÇÃO
zona 2



A zona 2 situa-se a Norte da Av. Eng. Duarte Pacheco, na proximidade das Torres das Amoreiras e do terreno expectante da Artilharia Um.
A nível viário, além da Av. Eng. Duarte Pacheco, que constitui um ponto de entrada na cidade de Lisboa, a zona em estudo encontra-se delimitada, a Noroeste, pela Rua de Campolide, a Este, pela Av. Conselheiro Fernando de Sousa, e a Oeste, pela Rua Prof. Sousa da Câmara. A área de intervenção apresenta uma imagem geral que se pauta pelo contraste, sendo caracterizada por diferentes usos – residencial, turístico, laboral e comercial –, volumetrias desfasadas e arquitectura de épocas distintas.
Destacam-se pelas características das edificações, ainda que resguardadas no interior dos quarteirões duas vilas operárias: a Vila Romão da Silva e a Vila Raul.



VILA RAUL
atualmente

A Vila Raul localizada na zona 2 das Amoreiras é uma vila operária construída a partir de iniciativa privada, cujo projecto das habitações mais recentes data de 1905.

A sua localização expressa na sua origem uma situação de classe dentro da cidade. No mesmo lote de terreno temos duas tipologias distintas: marginando a Rua Prof. Sousa da Câmara, dois prédios da burguesia (originalmente pertencentes ao senhorio), constituído por três pisos e, no interior do talhão, por detrás dos mesmos, a vila destinada a famílias proletárias.

O acesso às traseiras, onde se localiza a vila propriamente dita, é feito a eixo do lote por meio de um corredor a céu aberto, que é prolongado em linha recta pelo seu interior. A entrada é resguardada por um portão de ferro e ostenta uma placa com a indicação do nome da vila. A partir da Rua Prof. Sousa da Câmara facilmente a vila passa despercebida pelos prédios que a ocultam.

A vila distribui-se em duas correntezas paralelas, separadas por uma rua interior com cinco metros de largura. Originalmente, cada uma destas bandas é constituída por cinco construções idênticas, com dois fogos no seu interior.

Cada unidade define-se por um volume térreo, com cobertura inclinada, onde impera a racionalidade e simetria da fachada. Todos os fogos dispõem saguões que se desenvolvem junto às traseiras da construção. Actualmente, os alçados posteriores são os que se encontram mais descaracterizados, com anexos construídos no interior dos pátios.



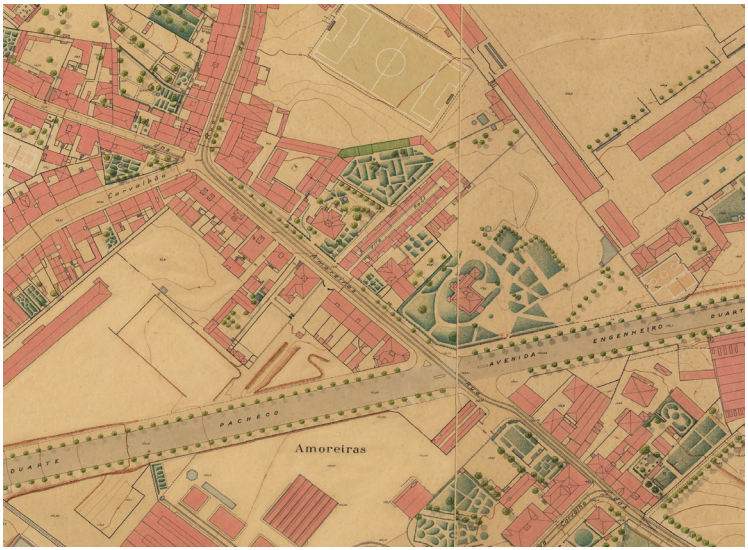




VILA RAUL
evolução histórica



1911



1950



1970



Prédio que foi demolido para abertura da actual rua Sousa da Câmara [foto: Firmino Marques da Costa]



Abertura da avenida Conselheiro Fernando de Sousa



Rua Professor Sousa da Câmara [foto: João Goulart]



Rua Aviador Plácido Abreu

VILA RAUL
Rua Aviador Plácido Abreu











VILA RAUL
rua interior



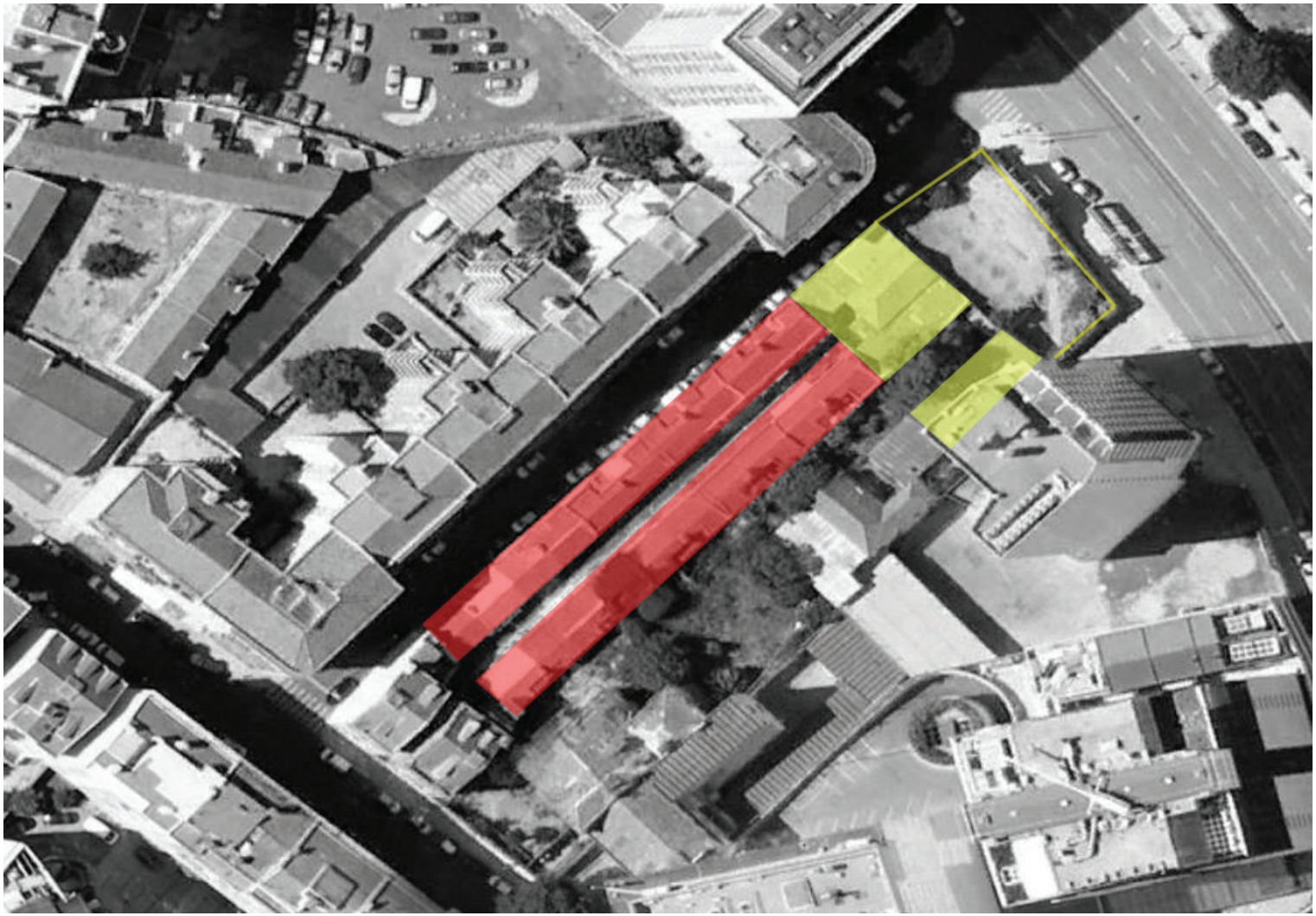


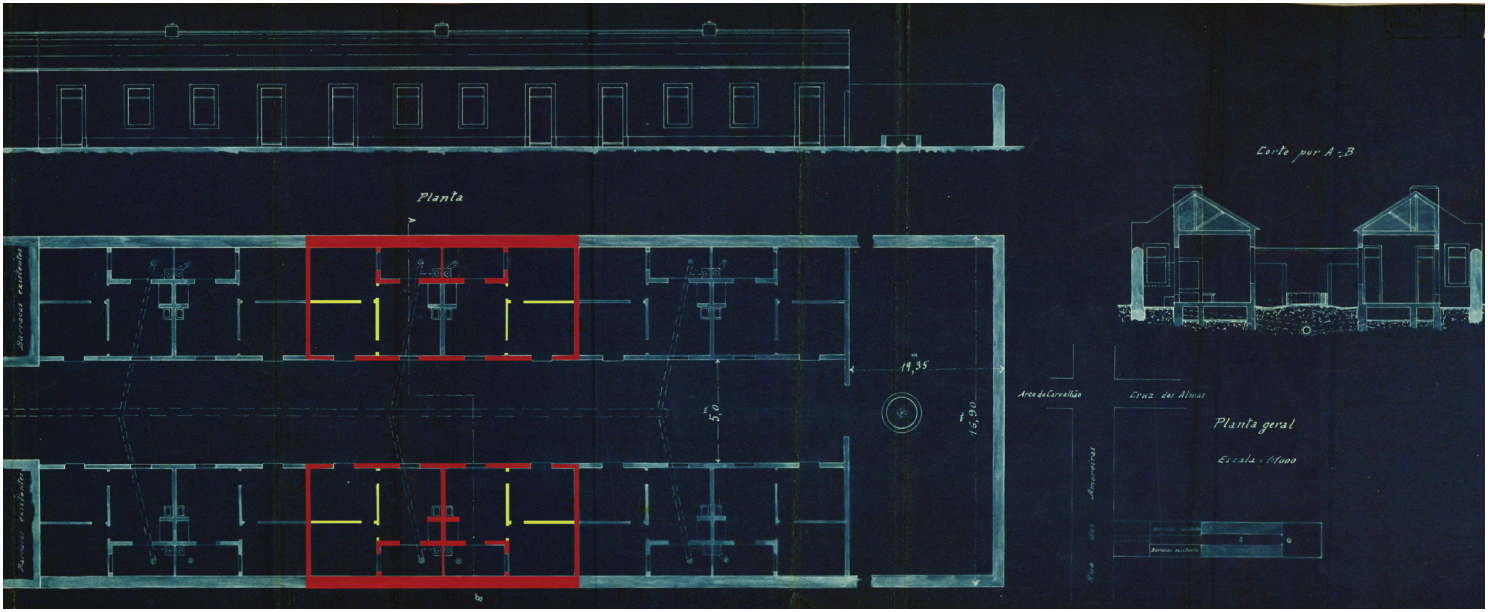






VILA RAUL
Planta de vermelhos e amarelos




Planta
Corte por A - B
Barracas existentes
19,35
16,30
5,0
Arco do Carvalhão
Cruz das Almas
Planta geral
Escala - 1/1000
Barracas existentes

ESPAÇO PÚBLICO




P
P
P
PAGO DE SEGUNDA
A SEXTA FEIRA
DAS 9:00H AS 19:00H

ESPAÇO PÚBLICO

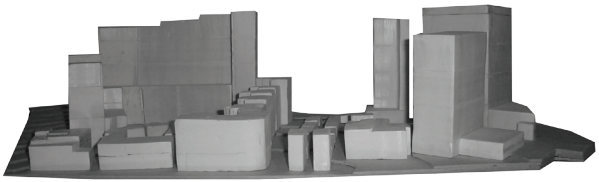
Avenida Conselheiro Fernando de Sousa

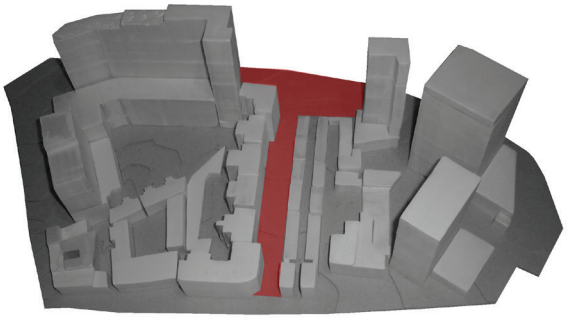


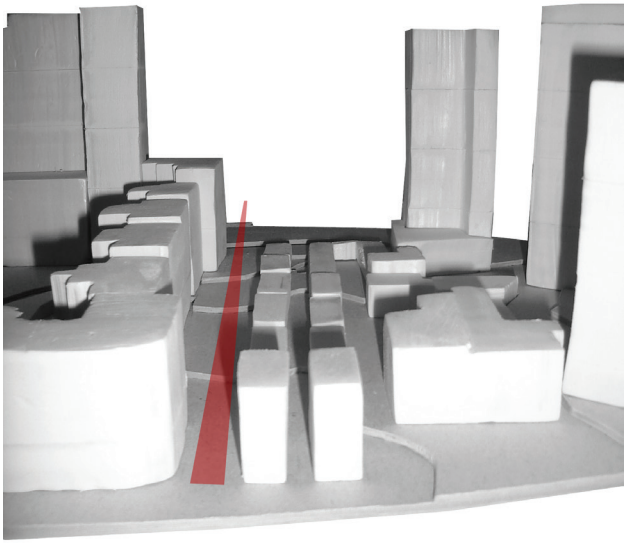


ESPAÇO PÚBLICO

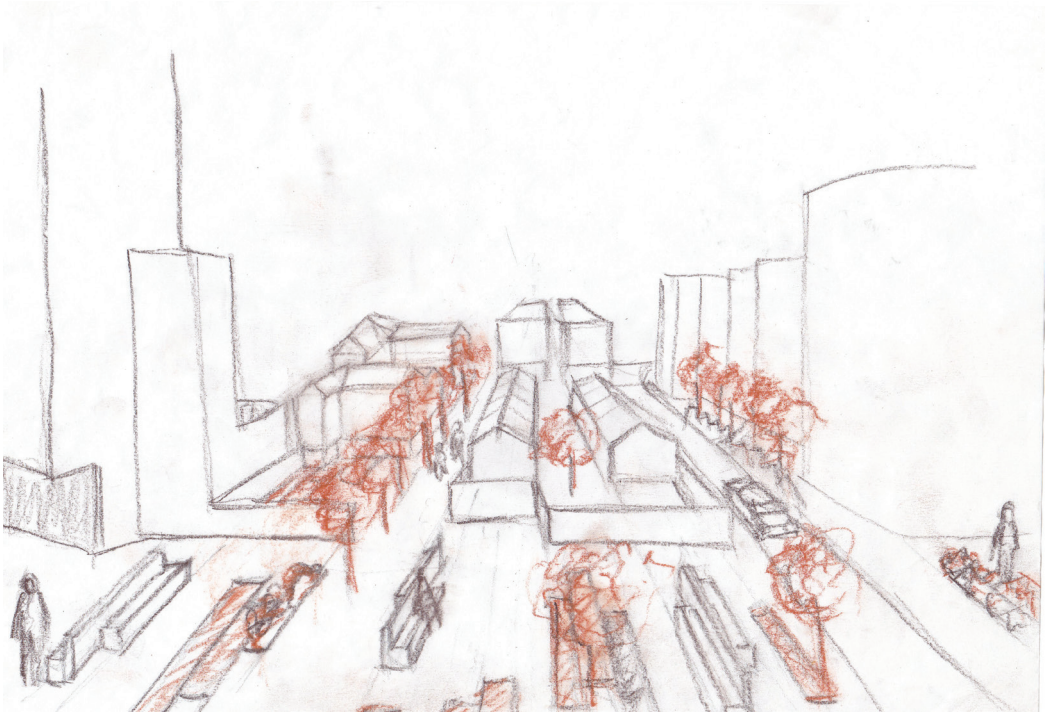
Rua Aviador Plácido Abreu

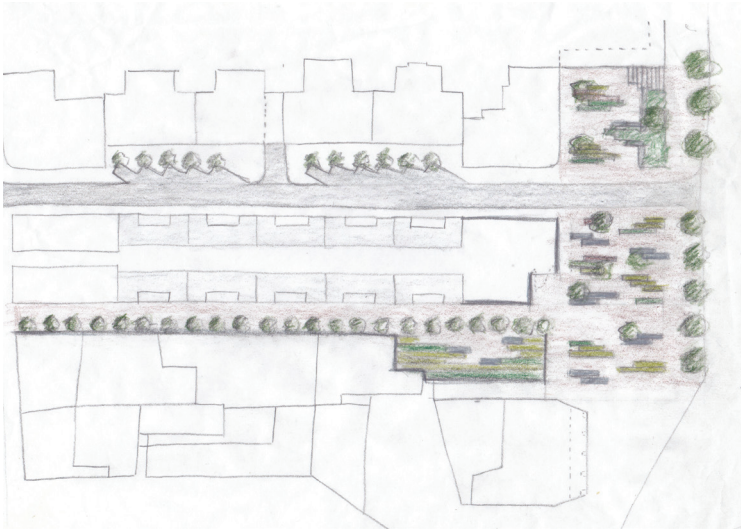












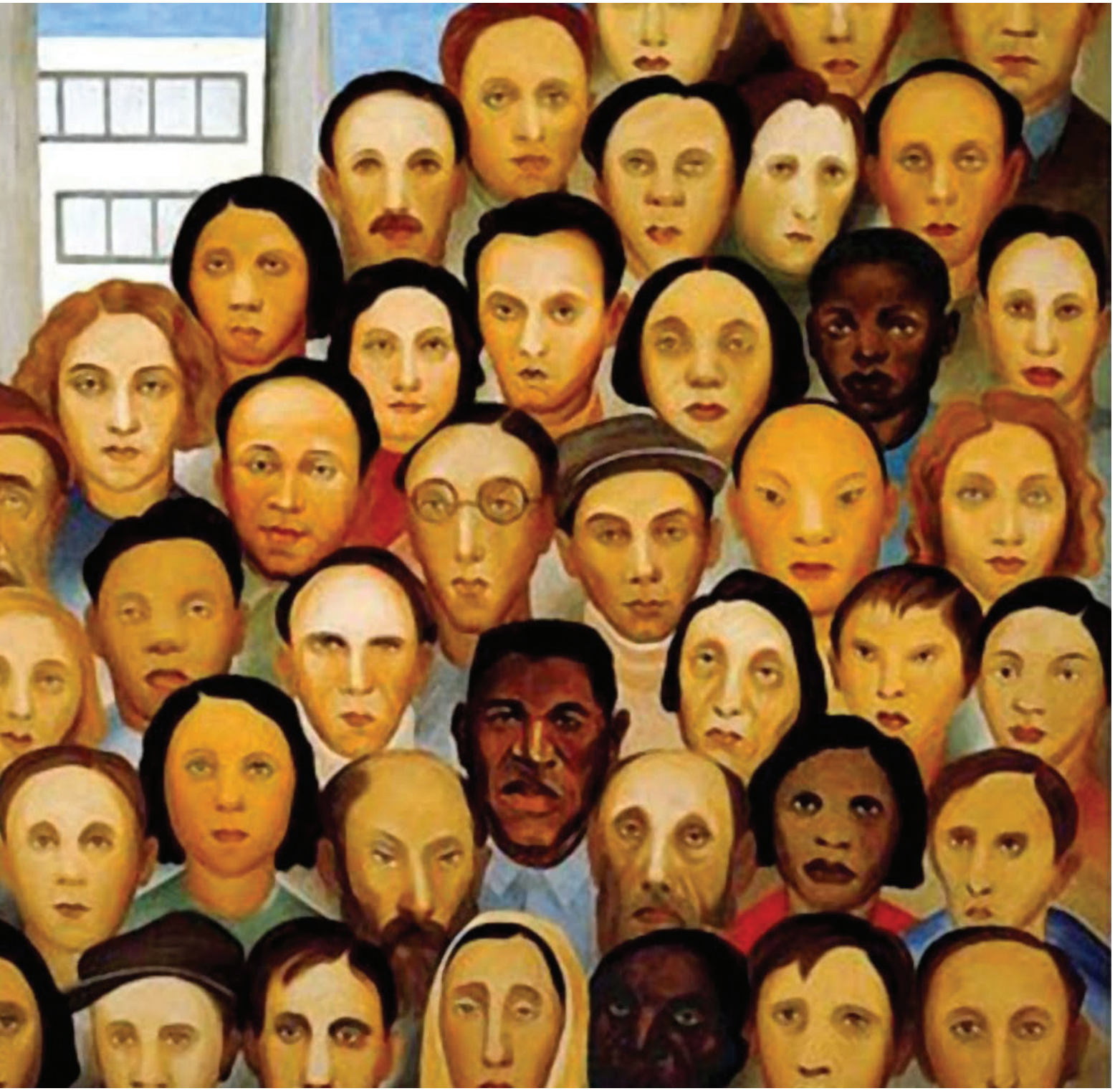




TEMA 4
Amoreiras Operária:
Uma leitura atual



Operários. Tarsila do Amaral. 1933.



PÁTIOS E VILAS DE LISBOA
1870/1930

Durante o último quartel do século XIX e início do século XX, devido ao aumento da industrialização, regis-ta-se um grande fluxo de mão-de-obra operária nos principais centros industriais do país: Lisboa, Porto, Covilhã e Setúbal. Este panorama, reflete-se num grave problema de alojamento da classe operária que vivia em situação miserável e com falta de condições de higiene. No caso de Lisboa, novos bairros foram construídos para albergar os trabalhadores operários, como por exemplo: Estefânia, Campo de Ourique, Bairro Camões e, mais tarde, Almirante Reis e as Avenidas Novas. O problema resultava das classes mais pobres não terem capacidade económica para habitar esses bairros. Era necessário o apoio do Estado, das cooperativas ou de associações sem fins lucrativos, no entanto o Estado apresentava uma situação deficitária e o cooperativismo habitacional também precisava de apoios.

As classes desfavorecidas de Lisboa eram obrigadas a viver em condições de alojamento precárias, em palácios e conventos abandonados ou, na maioria das vezes, em pátios insalubres. Esta situação chamou a atenção de investidores para a construção de vilas operárias em que as condições não seriam tão miserá-veis e que provavelmente trariam bom lucro aos mesmos. Exceção feita, sobretudo, às empresas do sector têxtil que, por vezes, construíam alojamento para os seus operários. Deste modo, foram edificadas cente-nas de vilas que ainda hoje existem na capital. No Roteiro de Lisboa do Anuário Geral de Portugal, edição de 1979, estão contabilizadas 350 vilas, o que dá a ideia da importância destes aglomerados no conjunto da cidade.
As vilas ou pátios, constituídos por edifícios ou conjuntos, passam a constituir uma nova modalidade de alojamento destinada exclusivamente à classe operária e com tipologias variadas.

OS PÁTIOS
A localização dos pátios está relacionada com a existência de zonas industriais. Em Lisboa, esse facto é patente no eixo que sobe pelo vale de S. Bento e daí se prolonga pelas Amoreiras até Campolide. "Leite de Vasconcelos, na sua obra «Etnografia» fala deste fenómeno e aponta o Pátio do Biaggi, com as suas cente-nas de habitações, como o maior existente na capital.
Entretanto desaparecido, localizava-se na rua das Amoreiras, junto do aqueduto das Águas Livres."
A tipologia dos pátios é diversificada porque se trata, na maioria dos casos, de aproveitamento de espaços já existentes. Quando estes são construídos de raiz não se distinguem das vilas que mais tarde surgiram.

DA CASA BI-FAMILIAR À CORRENTEZA
Nos bairros pobres da periferia são comuns pequenas construções de um só piso com dois fogos, que mais tarde, devido ao aumento da densidade, levou à construção de mais um piso sobre o primitivo. Tratam- se de habitações de construção simples e de baixo custo que se adequavam às possibilidades das famílias mais pobres. Com o aumento da procura deste tipo de habitações, surgem filas ou bandas de casas com este caráter, às quais se dá o nome de correntezas. Esta tipologia versátil, tanto é aplicada no interior dos pátios como constitui a forma embrionária das vilas do final do século XIX.

PRÉDIOS EM CORRENTEZA E VILAS
As vilas tratam-se de espaços que são construídos à margem dos arruamentos, muitas vezes dentro dos quarteirões. Este tipo de construções foi proibida a partir de 1930. No entanto, uma das tipologias que escapou a esta proibição foi a construção que acompanha a via pública, como qualquer prédio corrente, mas que contém o essencial da vila: "edificação multifamiliar, construída pela iniciativa privada e destinada a famílias de baixos rendimentos", situação esta que ocorre em zonas marginais da cidade, o que não contraria o caráter do edifício.
Dois tipos principais se encontram neste caso: os edifícios alongados género correnteza, compos-tos por unidades de 2 ou 3 pisos, ou os edifícios tipo bloco, com as quatro fachadas livres e aces-so central. É possível que este último tipo, pela semelhança formal que apresenta em relação às "vilas" de lazer da burguesia estrangeirada (muitas vezes em coberturas tipo chalet), tenha servido de veículo à designação, que Leite de Vasconcelos diz ser abusiva por nada ter a ver com a reali-dade que representa.

VILAS FORMANDO PÁTIO

Como na generalidade das construções com fins lucrativos, uma das características das vilas é o máximo aproveitamento da área disponível, optando pelo maior número de fogos possível (também estes de pe-quena dimensão) em detrimento de espaço livre ou pouco útil.

Desta forma, a organização espacial das vilas com as habitações dispostas em todo o perímetro do lote e o acesso feito pelo espaço central passa a ser imediata e generalizada. Esse espaço de acesso adquire a forma de corredor ou de pátio, cujos logradouros privados nas traseiras não existem ou são ínfimos, tendo em vista a maximização da área disponível.

Apesar das vilas apresentarem um caráter de alojamento das classes mais desfavorecidas, existem exce-ções que cobrem várias realidades sociais. Nas vilas podemos deparar-nos com cenários de extrema miséria e poucas condições de habitabilidade, até construções de qualidade excecional, com uma conceção elaborada e com uma grande riqueza decorativa, correspondendo estas a camadas da pequena burguesia. Algumas destas caraterísticas são visíveis em vilas de nível mais modesto, mas numa escala menor e com materiais de menor qualidade.

Também no sentido de reduzir os espaços não rentáveis, as escadas interiores são muitas vezes substituí-das por galerias exteriores, construídas em estrutura de ferro que servem para acesso aos fogos, formando por vezes sistemas complexos, que comprovam a introdução de tecnologia moderna na construção das vilas.

"Um dos exemplares mais característicos é a Vila Bagatella, com frente para a rua, mas recuada formando um pátio alongado, construída nas Amoreiras em 1890 por Manuel José Monteiro, o "mineiro", emigrante retornado do Brasil".

VILAS CONSTRUIDAS ATRÁS DE PRÉDIOS

As vilas operárias expressam uma situação de diferenciação de classes dentro da cidade. Esta situa-ção pode ser vista ao nível do próprio lote. No mesmo lote existem duas tipologias distintas, mar-ginando a rua, um prédio corrente para burguesia e por detrás, um pátio ou vila para as famílias operárias. Trata-se de uma hierarquia social traduzida directamente no nível do próprio lote.

O acesso à vila nas traseiras pode fazer-se de três maneiras: através de um corredor lateral descoberto; a eixo do lote, também por corredor a céu aberto; e, por último, através de passagem aberta em arco sob o próprio prédio. Geralmente estas entradas têm um portão de ferro e apresentam uma placa com a indica-ção do nome da vila, que funciona como identificação da mesma, bem como forma de imprimir o cunho pessoal do construtor. Esta situação de traseiras é comum a um grande número de vilas. No caso das Amoreiras destaca-se a Vila Raul.

VILAS FORMANDO RUAS

Para facilitar a fixação dos trabalhadores nas indústrias, as vilas foram construídas nas zonas circundantes às fábricas, "prolongando-se ao longo das vias de acesso às concentrações industriais e afastando-se pro-gressivamente delas à medida que os terrenos iam encarecendo por efeitos da procura". Sendo assim, as vilas surgem na periferia, perto do rio e em zonas com acesso ao caminho-de-ferro. Podemos citar zonas como Alcântara e a faixa marginal entre Xabregas e o Poço do Bispo. Também se construíram vilas na periferia norte e no interior da cidade.

Nas zonas de terreno desimpedido e plano, as vilas adquirem formas alongadas acompanhando a rua, constituindo assim correntezas, que não se distinguem à primeira vista de tipologias mais correntes.

VILAS DIRECTAMENTE LIGADAS À PRODUÇÃO

À época, a falta de alojamento criava graves entraves ao desenvolvimento da indústria. Algumas empresas, principalmente do setor têxtil, que precisavam de mão-de-obra abundante, construíram blocos habitacio-nais para os seus trabalhadores, o que constituía um grande fator atrativo para estes. Este fenómeno verifi-cou-se nas zonas de maior concentração industrial: Alcântara e Xabregas.

Mais tarde surgiu outra modalidade, "habitações integradas no próprio edifício das instalações fabris" destinadas aos trabalhadores de escalão superior. A sua construção era feita em andares, sobre parte dos armazéns, formando blocos ao longo da rua.

PÁTIOS E VILAS DAS AMOREIRAS
localização

VILAS DE ESCALA URBANA

Com o desenvolvimento das vilas, este tipo de alojamento foi-se diversificando, sendo cada vez mais afas-tado da sua tipologia inicial, os pátios.

Sem nunca saírem do seu caráter segregador, as vilas, tanto pelo volume de construção como pela sua complexidade, atingem uma escala que se impõem no espaço da cidade. São incluídos elementos e equi-pamentos que visam a sua autonomia, por exemplo: escolas, esquadras de polícia, zonas de convívio e lazer, estabelecimentos comerciais, etc.

As entidades construtoras eram em muitos casos empresas industriais e, noutros, simples promoto-res imobiliários que permaneceram como senhorios. Mas a individualização desses promotores, em qualquer dos casos, é um elemento característico deste tipo de alojamento. Essa individualização traduz-se geralmente na própria designação da vila, por vezes representada alegoricamente em placas ou painéis de azulejo. Esta espécie de culto está provavelmente ligada à faceta filantrópica que por vezes caracterizava estes empreendimentos: os promotores eram capitalistas que investiam em prol do bem-estar dos seus empregados. É, em alguns casos, este sentido paternalista e tão for-te que levava os proprietários a construírem no mesmo terreno, embora com a necessária separa-ção, a sua própria residência.

OS BAIRROS OPERÁRIOS E ECONÓMICOS

Como já foi enunciado, o Estado não foi célere na resolução da grande afluência de trabalhadores à capi-tal, em grande parte devido à sua situação deficitária. Só passados alguns anos atribuiu isenções fiscais e algumas décadas depois construiu os primeiros bairros de iniciativa oficial. Entretanto este problema foi colmatado pela iniciativa privada, quer pelas próprias empresas industriais ou por construtores-promotores que retiravam bons rendimentos dos pátios e vilas. Com a formação do proletariado industrial, os operários começaram a organizar-se e a formar sociedades cooperativas de construção e habitação.

O Estado só intervém nas questões do alojamento operário a partir da Primeira República com a construção dos bairros sociais da Ajuda e do Arco-do-Cego.

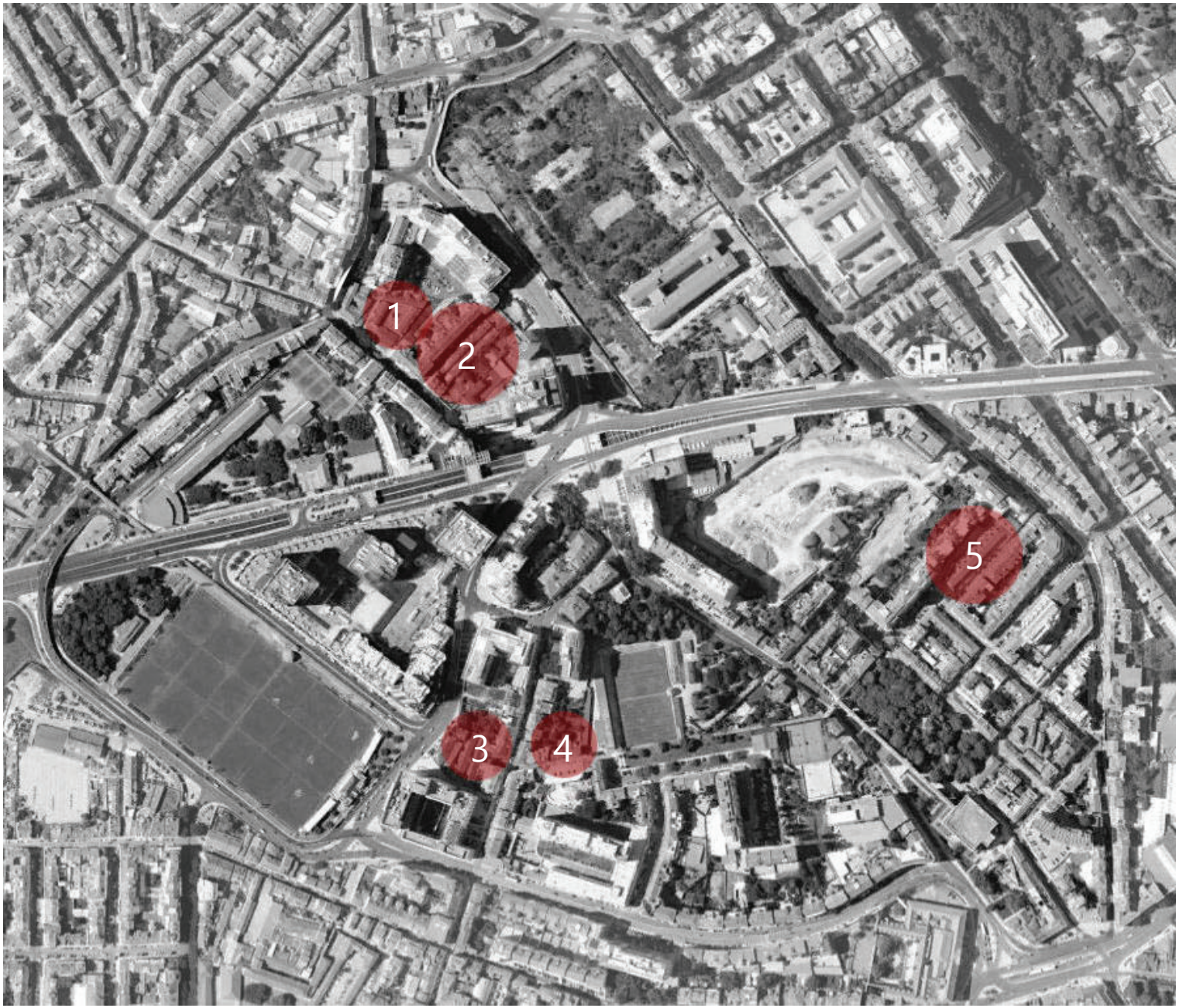
Estes são planeados com mais cuidado e concebidos com mais detalhe, empenho e com fachadas mais adornadas, contrapondo com os monótonos bairros operários que existiam anteriormente. Só que as obras estiveram vários anos paradas e quando foram concluídas as habitações não foram atribuídas a famílias operárias.

CONCLUSÃO

As últimas construções de vilas datam dos anos 20, quando ocorre uma espécie de passagem de testemu-nho para a iniciativa estatal no que toca à construção de habitações para os estratos populares de mais fracos recursos. Esta iniciativa estatal não teve sucesso e as populações com poucos recursos viram-se obrigadas a habitar os chamados "bairros de lata", estes bairros vão proliferando ao longo do século, ape-sar de alguns serem demolidos e as populações serem realojadas em casas provisórias.

Nos anos 50 começaram a construir-se na periferia da cidade de Lisboa bairros clandestinos que não res-peitam os regulamentos camarários e que curiosamente vêm reproduzir algumas tipologias das vilas ope-rárias, entretanto proibidas em Lisboa.

1- Vila Romão da Silva
2- Vila Raúl
3- Vila Sérgio e Vila Reis
4- Páteo Barata Pinto
5- Páteo Bagatela


1
2
3
4
5

VILA RAUL

A Vila Raul localizada na zona 2 das Amoreiras é uma vila operária construída a partir de iniciativa privada, cujo projecto das habitações mais recentes data de 1905.
A sua localização expressa na sua origem uma situação de classe dentro da cidade. No mesmo lote de terreno temos duas tipologias distintas: marginando a Rua Prof. Sousa da Câmara, dois prédios da burguesia (pertencentes ao senhorio), constituído por três pisos e, no interior do talhão, por detrás dos mesmos, a vila destinada a famílias proletárias.

O acesso às traseiras, onde se localiza a vila propriamente dita, é feito a eixo do lote por meio de um corredor a céu aberto, que é prolongado em linha recta pelo seu interior. A entrada é resguardada por um portão de ferro e ostenta uma placa com a indicação do nome da vila. A partir da Rua Prof. Sousa da Câmara facilmente a vila passa despercebida pelos prédios que a ocultam. A vila distribui-se em duas correntezas paralelas, separadas por uma rua interior com cinco metros de largura. Originalmente, cada uma destas bandas é constituída por cinco construções idênticas, com dois fogos no seu interior.

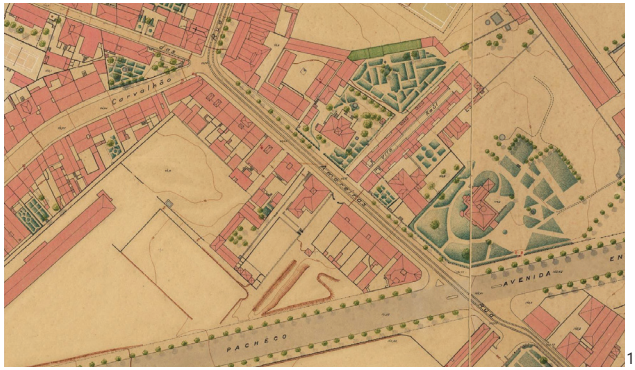
Cada unidade define-se por um volume térreo, com cobertura inclinada, onde impera a racionalidade e simetria da fachada. Todos os fogos dispõem de um pátio que se desenvolve junto às traseiras da construção. Actualmente, os alçados posteriores são os que se encontram mais descaracterizados, com anexos construídos no interior dos saguões.


VILLA
RAUL

VILA RAUL
evolução histórica



1911



1950



1970

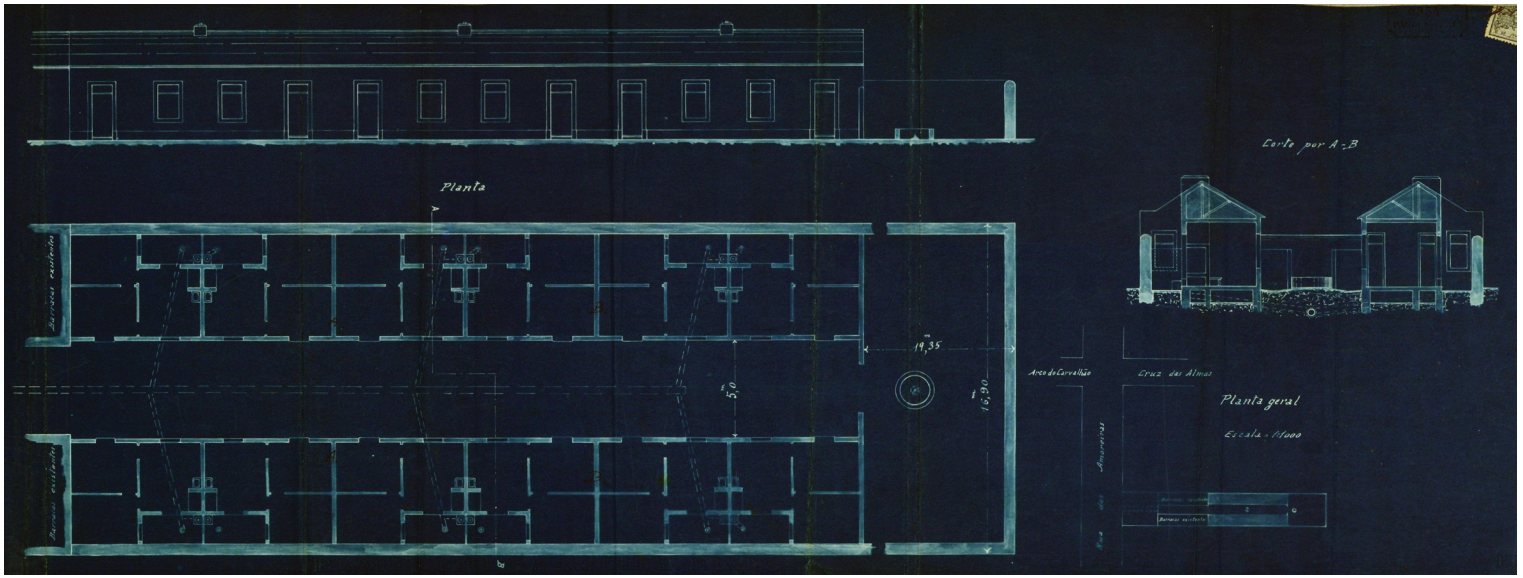








Habitação de frente de rua antes do projeto de alteração



Projeto de 1905

VILA RAÚL
rua interior



1911



1911

VILA RAUL
subtítulo






1911








1911



VILA RAÚL
desenhos rigorosos: planta

VILA RAUL
inquérito

Nome: Fernando Costa

Idade: 72

Profissão: Reformado

HABITAÇÃO

TIPO HABITACIONAL
1- Quais são as divisões interiores da casa? A casa é um T...?
Quatro divisões: entrada/sala, cozinha, sala, um quarto e um saguão, actualmente ocupado por uma casa-de-banho.

Nº DE HABITANTES E TIPO DE AGREGADO
2- Quantas pessoas habitam na casa? Qual a relação entre as mesmas?
Apenas eu, sou viúvo. Mas já viveram seis pessoas, os meus pais, eu e os meus irmãos.

ANO DE OCUPAÇÃO DA CASA
3- Há quanto tempo mora nesta habitação?
Moro há 72 anos, desde que nasci, mas os meus já a habitavam antes de nascer.

REGIME DE OCUPAÇÃO
4- A habitação onde reside é comprada, arrendada, pertence à Câmara ou provém de alguma herança?
É arrendada, pertence a uma empresa que não sei qual é, mas já teve vários proprietários.

MOTIVAÇÕES PARA A OPÇÃO RESIDENCIAL
5- Porque é que escolheu esta casa em particular e não outra?
A casa passou de pais para filhos e sempre gostei de viver neste sítio.

USOS E APROPRIAÇÃO DA CASA

6- Que alterações efectuou na casa? Porquê? Quais e em que fase?
Soalho, deitei o fogareiro de pedra abaixo, coloquei canalização (por volta de 69/70), fiz uma casa-de-banho no saguão que era a zona de despejos.

ASPECTOS DA CASA

7- Como é que é a vida numa casa pequena? Diga-me quais são as vantagens e desvantagens?
Para uma pessoa só ou até um casal que pode ter filhos tem área suficiente, porque as casas são altas e têm a possibilidade de se fazer um piso mais pequeno para arrumações ou até para dormir.

CASA REAL VS CASA IDEAL

8- Sente-se satisfeito com esta casa? O que é que mais lhe agrada e o que mais lhe desagrada?
A casa consoante está não gosto, porque está velha. Mas gosto muito deste pátio interior e do sítio em que a casa está localizada.

VIZINHANÇA

9- Como é a relação entre vizinhos, visto a entrada das casas estarem organizadas em torno de um pátio comum?
Agora só existem quatro casas ocupadas, mas quando estavam todas habitadas a relação entre vizinhos era boa. Como as casas passavam geralmente de pais para filhos, toda a gente se conhecia bem. Apenas quando veio o 25 de Abril e algumas das casas foram apropriadas é que se alterou um pouco o ambiente.

O SÍTIO

QUALIDADES E PROBLEMAS

1- Gosta de viver nas Amoreiras? O que mais valoriza na zona? Quais as vantagens e desvantagens desta zona?
Eu gosto muito de viver nas Amoreiras, é uma zona central e tem transportes para todo o lado.

OUTROS ASPECTOS SOBRE A VILA RAUL

As quatro primeiras casas à entrada da vila, do lado esquerdo e do direito, são as mais antigas, são feitas em pedra e têm estrutura pombalina. As outras mais recentes são em tijolo, têm três divisões: sala grande com cozinha, esta com carvoeira, e um quarto.
Antes das casas terem canalização, existia um "pial do pote", em barro com uma torneira onde as pessoas iam buscar água.
O Dr. Raul era médico, vivia no prédio do lado direito voltado para a rua e no interior da vila no nº 2 tinha o seu laboratório.
Em 1941, atrás dos portões existia um canil e mais tarde serviu de armazém para cenários da revista.
A rua Aviador Plácido Abreu era um roseiral e onde está agora o hotel D. Pedro era um florestal.
No lado da Artilharia existia uma quinta e um campo de futebol do Aliança.

VILA ROMÃO DA SILVA
evolução histórica



Planta de Silva Pinto - 1911









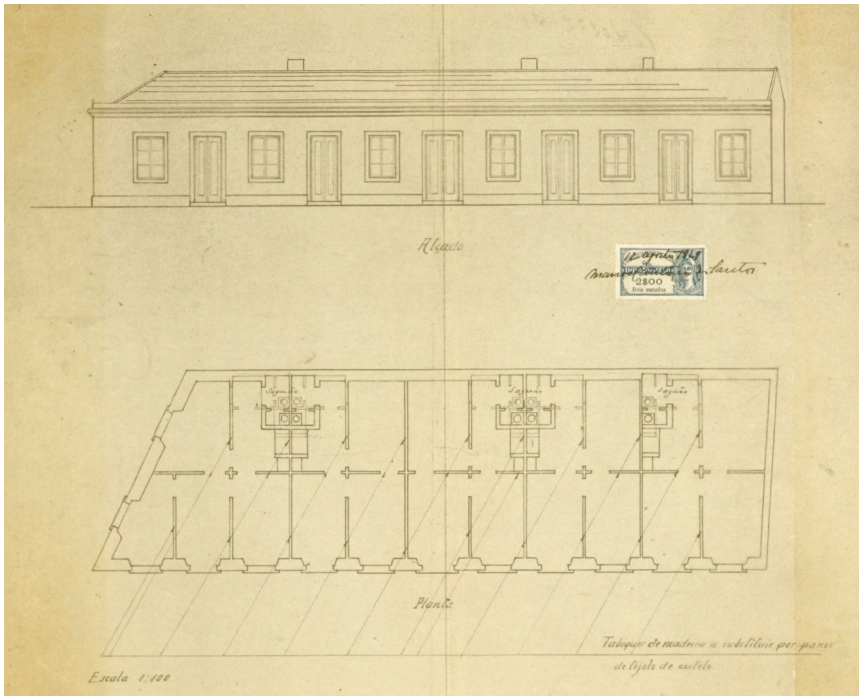
VILA ROMÃO DA SILVA
interior da vila

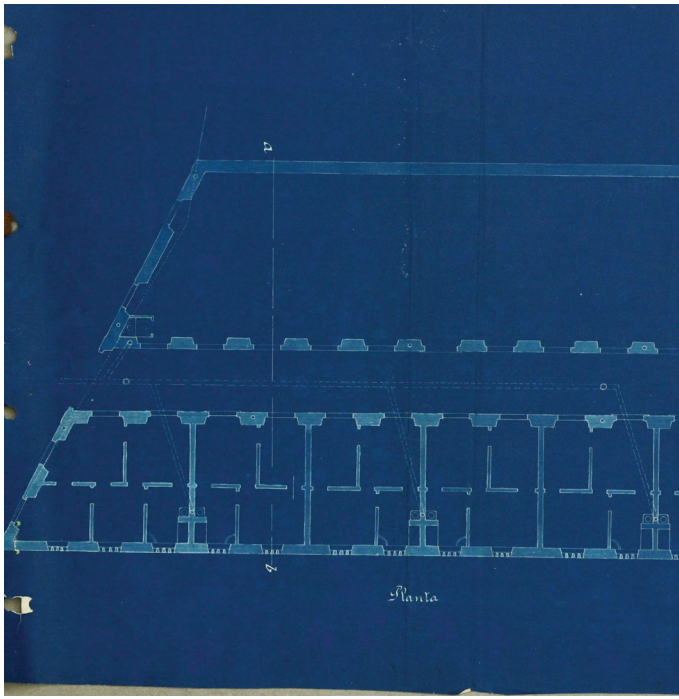




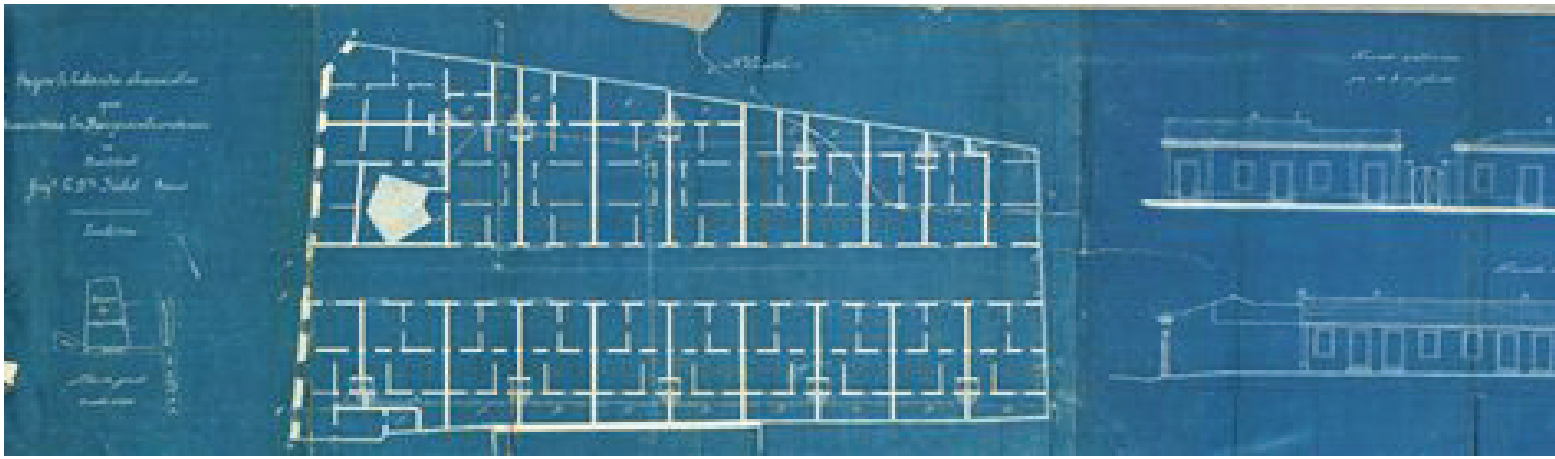


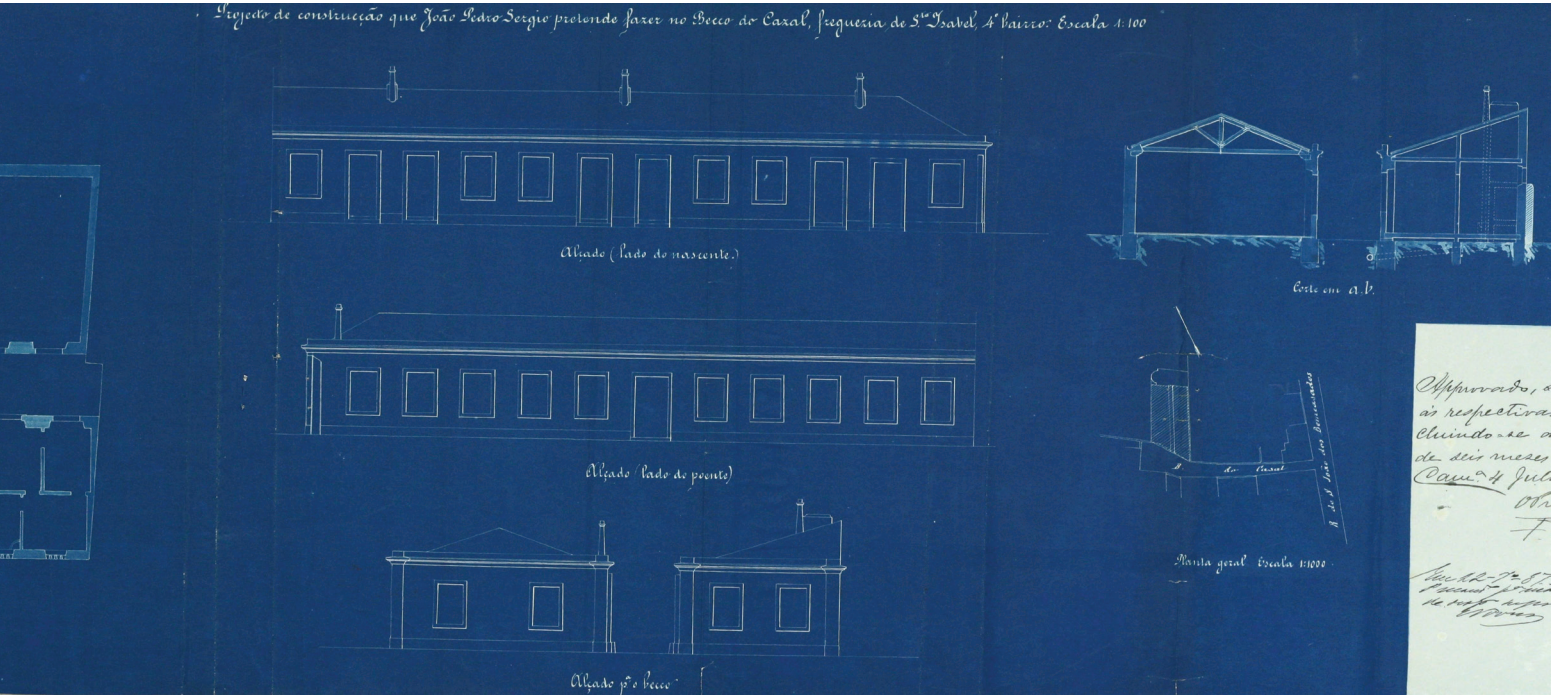
VILA SÉRGIO E VILA REIS
projetos



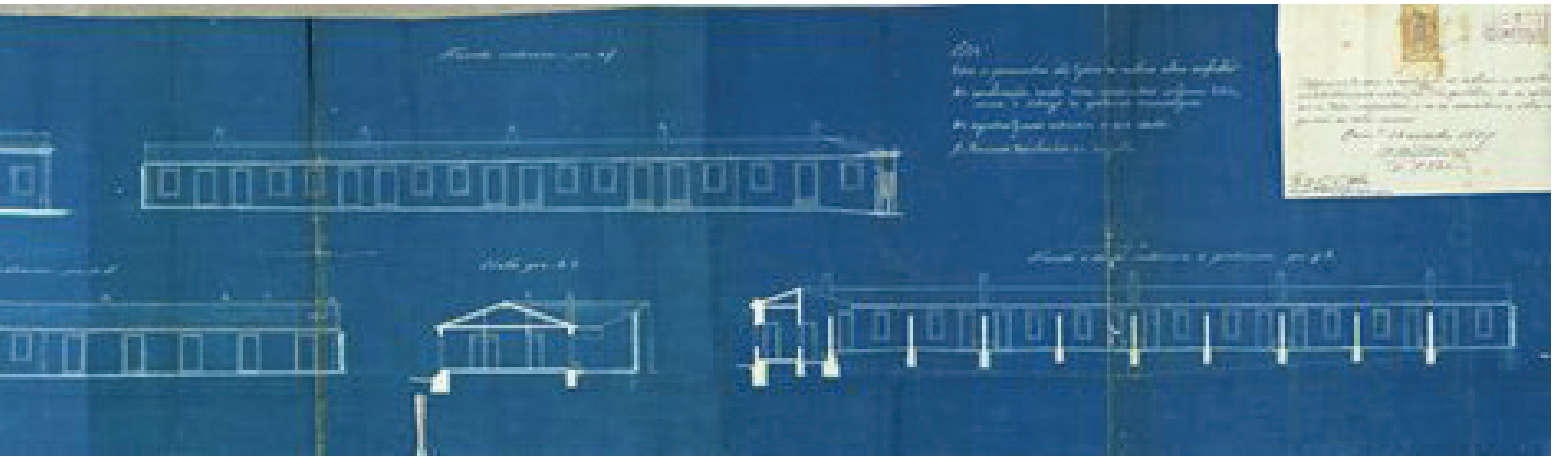


1911




Projecto de construcção que João Pedro Sergio pretende fazer no Becco do Casal, freguezia de Stª Isabel, 4º Bairro. Escala 1:100
Alçado (lado do nascente.)
Alçado (lado do poente)
Alçado pº o Becco
Corte em A.B.
Planta geral escala 1:1000
do Casal
Approvado,
Casa nº 4 Jul

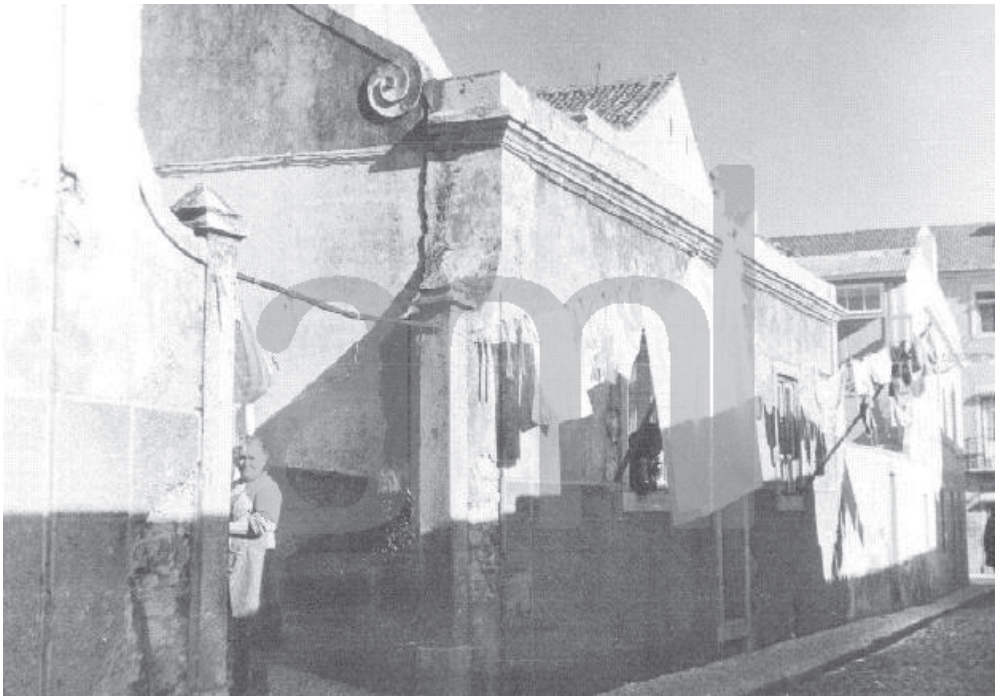
1911



VILA SÉRGIO E VILA REIS
evolução histórica



Planta de Silva Pinto - 1911



VILA SÉRGIO E VILA REIS
estado atual




VILA
SERGIO



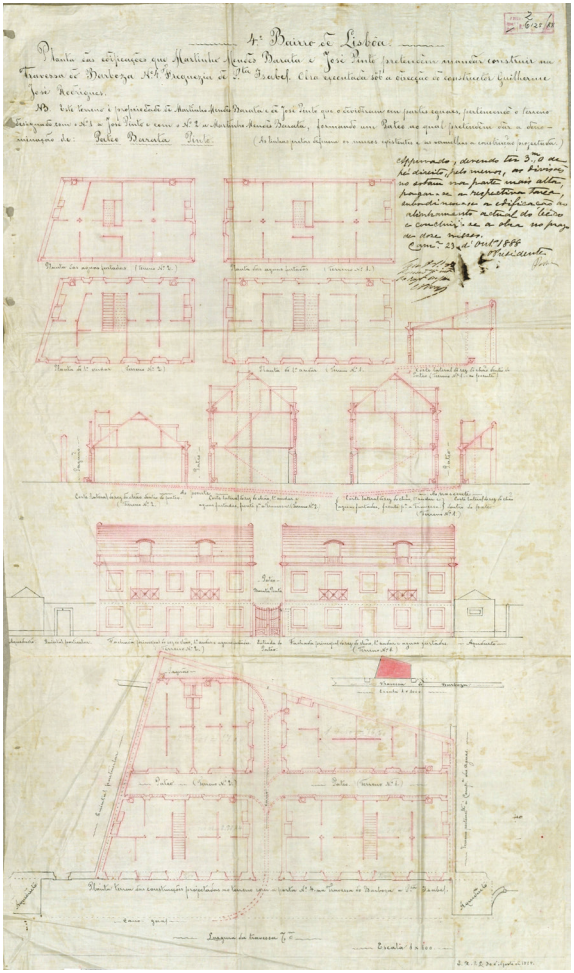


PÁTIO BARATA PINTO
evolução histórica



Planta de Silva Pinto - 1911





PÁTIO BARATA PINTO
estado atual

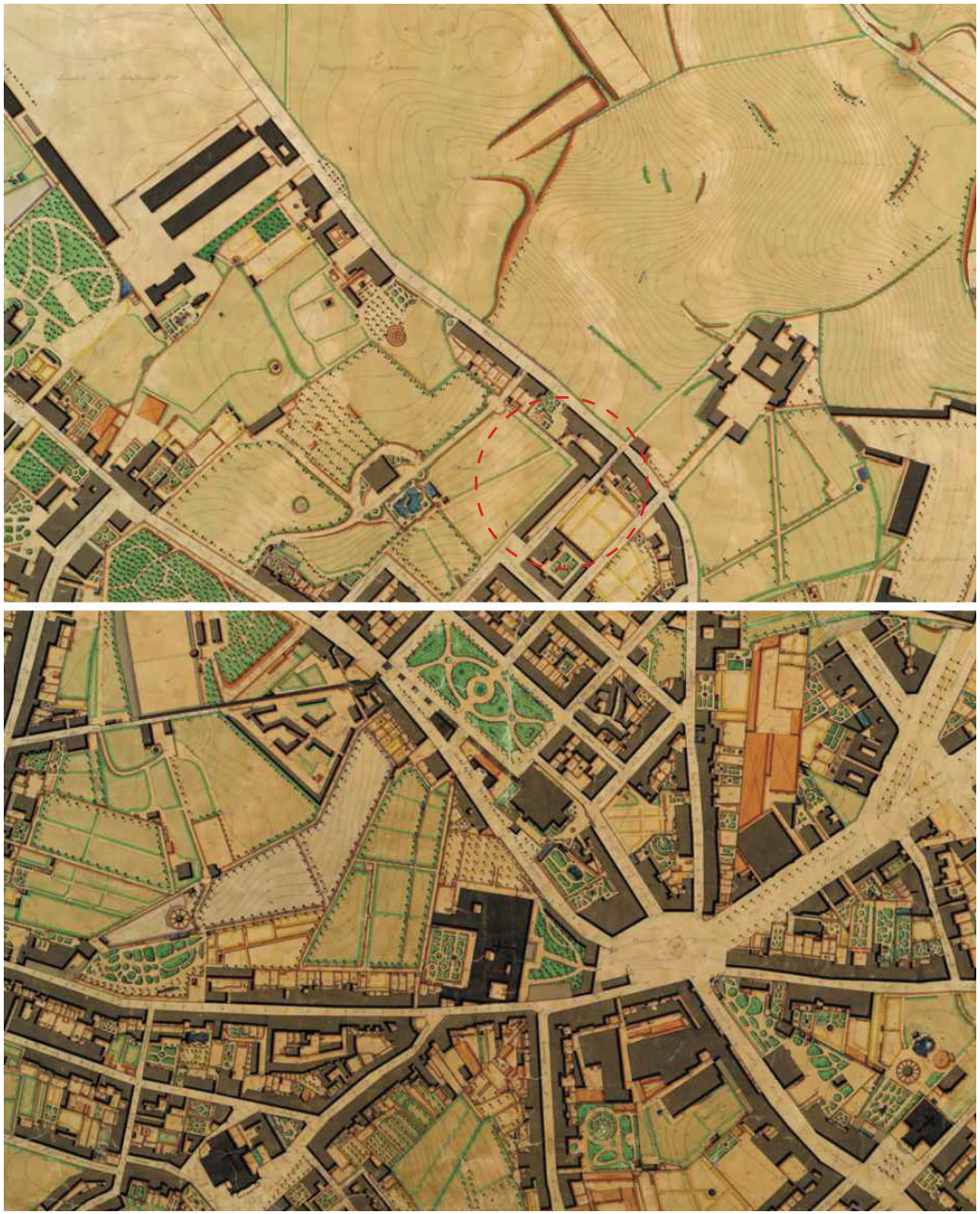








PÁTIO BAGATELA
evolução histórica



Planta de Silva Pinto - 1911



Prédio que foi demolido para abertura da actual rua Aviador Plácido de Abreu





PÁTIO BAGATELA
estado atual

texto









ÍNDICE DE IMAGENS

1.1. 1º WORKSHOP - MARCA, TEXTO E ESPAÇO

1. http://k3-studio.deviantart.com/art/cave-91442831

2. http://www.guideoftravels.com/antelope-canyon.html

1.2. 2º WORKSHOP - CIDADE GUINEENSE DE BAFATÁ

1.http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt201009guine-6374-p7003-memorias-do-chico.html

2.http://www.mototurismodocentro.com/index.php?view=article&catid=39%3Abusiness-travel&id=622%3Ao-mtc-em-missao-humanitaria-a-guine-bissau-com-a-ong-memorias-e-gentes-parte-ii-&tmpl=component&print=1&page=&option=com_content&Itemid=50

3.Imagemadaptadadehttp://www.luventicus.org/mapaspt/africa/guinebissau.html

4. Imagem adaptada de http://en.wikipedia.org/wiki/File:Guinea-Bissau_location_map.svg

5. http://www.flickr.com/photos/33114606@N02/3088957245/in/photostream/

6.http://netosdebandim.blogspot.pt/2008/03/etnia-fula-representada-no-carnaval.html

7. http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2013_03_03_archive.html

8. http://www.flickr.com/photos/martajorge/3695014582/in/photostream/

9. http://www.ceg.ul.pt/arquivo/arquivo_fotos_mes.html

10. Imagem adaptada de http://pt.wikipedia.org/wiki/Bafatá_(região)

11. Google Earth

12. http://www.ensp.unl.pt/lgraca/guine_guerracolonial36_cidades_Bafata.html

13.http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2010/07/guie-6374-p6764-memoria-dos-lugares-84.html

14. Google Earth

15. http://www.flickriver.com/photos/71525176@N00/popular-interesting/

16. Fotografia da autoria de Sofia da Palma Rodrigues, 2012

17. http://www.panoramio.com/photo/38210738

28. http://bissaucalling.blogspot.pt/2009/02/cidade-colonial.html

19.http://cidadevelha1462.blogspot.pt/2012/01/cidade-velha-continua-abrir-se-ao-mundo.html

20. http://bissaucalling.blogspot.pt/2009/02/cidade-colonial.html

21.http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt201009guine-6374-p7003-memorias-do-chico.html

22-23.thttp://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2011/05/guine-6374-p8236-notas-fotocaligraficas.html

24. http://bissaucalling.blogspot.pt/2009/02/cidade-colonial.html

25. http://ufanisi.blogspot.pt/2011/07/regresso-poema-de-amilcar-cabral-da.htmlv

26. http://writeronthemove.com/tag/amilcar-cabral/

27. http://virginia-yunes.blogspot.pt/2010_08_01_archive.html

28. http://www.panoramio.com/photo/7439057

29.http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2008/02/guin-6374-p2498-operao--macaru-vista-ii.html

30.http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2009/07/guine-6374-p4675-guerra-vista-de-bafata_16.html

31.http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2009/07/guine-6374-p4739-guerra-vista-de-bafata.html

32.http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2009/07/guine-6374-p4675-guerra-vista-de-bafata.html

33.http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2012/08/guine-6374-p10293-tabanca-grande-356.htmlt

36.http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2008/01/guin-6374-p2449-operao--macaru-vista.html

34.http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2012/02/guine-6374-p9445-fotos-procura-de-uma.html

35. http://milhoesdealmas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=138:tabanca-de-patche&catid=40:tabanca-de-patche&Itemid=52
37-38. http://www.flickriver.com/photos/71525176@N00/popular-interesting/

39.http://www.mototurismodocentro.com/index.php?view=article&catid=39%3Abusiness-travel&id=622%3Ao-mtc-em-missao-humanitaria-a-guine-bissau-com-a-ong-memorias-e-gentes-parte-ii-&tmpl=component&print=1&page=&option=com_content&Itemid=50

40. http://floresenaosofotografias.blogspot.pt/p/guine.html

41.http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2006/06/guin-6374-p917-nossa-caser-

na-virtual.html
42-43.http://www.milhoesdealmas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=229

44.http://www.milhoesdealmas.com/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=13&Itemid=17&limitstart=8

45.http://www.milhoesdealmas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=138&Itemid=52

46. RUDOFSKY, Bernard. Architecture without Architects - A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture. New Mexico: University of New Mexico Press, 2003.

47. http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2010_11_28_archive.html

48. http://naoutracasa.blogspot.pt/2012/11/sobre-o-mes-que-ca-fizemos.html

49. Fotografia da autoria de Sofia da Palma Rodrigues, 2012

50. http://espalharte.blogspot.pt/2008/12/bafat-tabanca-de-tabat.html

1.3. TEMA II: RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO E ESTRATÉGIA PROPOSTA

EVOLUÇÃO HISTÓRICA:
1. Rossa, Walter [1998]. *Além da Baixa, Indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista.* Lisboa: IPPAR. 1998. p. 9.

2. Idem. p. 10.

3. Idem. p. 11. Extrato da folha 431 [Lisboa] da Carta Militar Portuguesa [Serviços Cartográficos do Exército], com as curvas de nível reforçadas.

4. Idem. p.132. Extrato da folha 431 [Lisboa] da Carta Militar de Portugal [Serviços Cartográficos do Exército], com a estrada da circunvalação [século XIX] assinalada pelos autores.

5. http://www.infopedia.pt/$terramoto-de-1755-e-reconstrucao-pombalina.

6.

7. Rossa, Walter [1998]. *Além da Baixa, Indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista.* Lisboa: IPPAR. p. VIII.

8. Idem. p. 117.

9. Idem. p. 109.

10. Idem. p. 120.

11. Idem. p. 104.

12. Idem. p. 107.
13.

14. Idem. p. 95.

15. Idem. p. 98.

16. Idem. p. 126.

17. Idem. p. 54.

18. Idem. p. 125.

19. Idem. p. 127.

20. Idem. p. 127.

21. Idem. p. 128.

22. Idem. p. 117.

23. Idem. p. 85.

24. Idem. p. 87.

25. Idem. p. 87.

26. Idem. p. 86.

27. Idem. p. 84.

28. Idem. p. 61.
http://arpose.blogspot.pt/2010/05/curiosidades-5-impostos-e-obras.html.

http://www.oguiadeportugal.com/2012/03/13-coisas-imperdiveis-em-lisboa.html.

30. Rossa, Walter [1998]. *Além da Baixa, Indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista.* Lisboa: IPPAR. p. 61.

31. Idem. p. 80.

32. Idem. p. 81.
http://www.infopedia.pt/$aqueduto-das-aguas-livres.

33. Rossa, Walter [1998]. *Além da Baixa, Indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista.* Lisboa: IPPAR. p. 78 - 79.

34. Idem. p. 81.

35. Idem. p. 80.

36. Idem. p. 82 - 83.

37. Biblioteca Nacional de Portugal [biblioteca nacional digital] - http://purl.pt/3525/3/

38. Biblioteca Nacional de Portugal [biblioteca nacional digital] - http://purl.pt/3368/3/
39 - 42. Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa

43. Imagem adaptada do Google Maps

44. Imagem adaptada do Google Maps

45. http://www.chparquitectos.com/projecto/novaamoreiras

46. http://www.nicholaskehagias.com/index.php?/writing/the-acropolis-pavement/

47. http://www.architizer.com/projects/sagrera-linear-park/media/275066/

48. http://www.archdaily.mx/128092/propuesta-concurso-parque-verde-metropolitano-la-carlota-ma/1343263595-6-rio-guaire-jpg/

49. http://www.contemporist.com/wp-content/uploads/2011/01/bg170111_03.jpg

50. http://www.trekearth.com/gallery/Europe/Portugal/South/Lisboa/Lisbon/photo1206608.htm

51. Cedida pelo Arquivo Fotográfico de Lisboa

52. Cedida pelo Arquivo Fotográfico de Lisboa

As restantes imagens e fotografias dos vários exercícios são da autoria do grupo de trabalho.

BIBLIOGRAFIA GERAL E ESPECÍFICA

1.1| 1º WORKSHOP - MARCA, TEXTO E ESPAÇO

PLATÃO [2001]. *A República, Livro VII.* 9ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

1.2| 2º WORKSHOP - CIDADE GUINEENSE DE BAFATÁ

BORGES, Pedro Maurício [2009] "Cinco Áfricas/Cinco Escolas" *in 8ª Bienal Internacional de São Paulo.* [Escola Básica de Cacheu]

CAMPOS, Fernando Schiappa de [1970]. *Habitats Tradicionais da Guiné Portuguesa.* Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

RUDOFSKY, Bernard [2003]. *Architecture without Architects - A short introduction to non-pedigreed architecture.* Albuquerque: University of New Mexico Press.

WESTON, Richard [2002]. *A Casa no Século Vinte.* Lisboa: Editorial Blau.

20, 13. 2006. [Filme] Realizado por Joaquim Leitão

http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/

http://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9-Bissau

1.3| TEMA II: RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO E ESTRATÉGIA PROPOSTA

BAEZA, Alberto Campo [2011]. *Pensar com as mãos.* Lisboa: Caleidoscópio.

FERNANDES, José Manuel [1994]. *Lisboa no seculo XX - O Tempo Moderno.in O Livro de Lisboa.* Lisboa: Livros Horizonte

HUXLEY, Aldous Leonard [2007]. *Admirável Mundo Novo.* Lisboa: Editores Associados.

ROSSA, Walter [1998]. *Além da Baixa, Indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista.* Lisboa: IPPAR.

SOLÁ-MORALES, Ignasi de [1977]. *Liquid Architecture* in Anyhow. Cambridge, MIT Press.

TAVARES, Gonçalo M. [2002]. *Investigações. Novalis.* Difel

1.4| TEMA I: 4 CASAS

Fahrenheit 451. 1966. [Filme] Realizado por François Truffaut.

Idioterne. 1998. [Filme] Realizado por Lars von Trier.

In Time. 2011. [Filme] Realizado por Andrew Niccol.

Metropolis. 1927. [Filme] Realizado por Fritz Lang.

Playtime. 1967. [Filme] Realizado por Jacques Tati.

Sleeper. 1973. [Filme] Realizado por Woody Allen.
THX 1138. 1971. [Filme] Realizado por George Lucas.

2001: A Space Odyssey de Kubrick. 1968. [Filme] Realizado por Stanley Kubrick.
BAEZA, Alberto Campo. "A tua casa, o teu museu, o teu mausoléu. A minha casa, nem museu, nem mausoléu" *in Arquitectura Ibérica N.º 10 [Habitar]. Caleidoscópio. 2005.*

http://www.designboom.com/architecture/herzog-de-meuron-culutral-complex--luz-sao-paulo/ [colsultado a 15 Julho 2013]

http://historiasdecasas.blogspot.pt/2006/01/casa-en-corrubedo-de-david.html [consultado a 17 Junho]

1.5| TEMA III: ESPAÇO PÚBLICO NAS AMOREIRAS

KOOLHAAS, Rem [2008]. *Nova York Delirante. Barcelona:* Editorial Gustavo Gili.

Revista a+t, In common series [2008]. *The Public Chance - new urban landscapes.*

1.6| TEMA IV: TEMA LIVRE

2 VERTENTE TEÓRICA

ESTUDOS DA ARQUITETURA TRADICIONAL

Uma comparação metodológica entre Portugal e a "África Portuguesa"

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura

Orientadora:

Doutora Ana Cristina Fernandes Vaz Milheiro | Professora Auxiliar | ISCTE-IUL

RESUMO

No âmbito do tema geral do Laboratório de Cultura Arquitetónica e Contemporânea – "Mundos Ficcionados: Seis cidades africanas – planos urbanos entre 1940 e 1974" e do projeto de investigação Os Gabinetes Coloniais de Urbanização – Cultura e Prática Arquitetónica [PTDC/AURAQI/104964/2008] com a investigadora responsável Ana Vaz Milheiro – pretende-se desenvolver como objeto de investigação individual a relação entre as metodologias de inventariação da arquitetura popular tradicional desenvolvidas no território português e nas províncias ultramarinas durante as décadas de 50 e 60 do século XX.

Como premissas de pesquisa são abordados: em território nacional, o Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa (como primeiramente foi designado), realizado entre 1955 e 1960, sob a tutela do Sindicato Nacional dos Arquitetos, cuja publicação ocorreria em 1961, com o título *Arquitetura Popular em Portugal*; e, durante a mesma época, mas em território colonial, as investigações realizadas aos *habitats* tradicionais africanos pelos arquitetos portugueses pertencentes ao Gabinete de Urbanização do Ultramar, dependente do Ministério das Colónias do Ultramar (depois Direção de Serviços de Urbanização e Habitação da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações). Entre os arquitetos que trabalham para as colónias, destacam-se: Mário de Oliveira, que durante os anos de 1960 inventaria a casa tradicional africana e Fernando Schiappa de Campos que em conjunto com António Saragga Seabra empreendem uma Missão na Guiné pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar, entre 1959 e 1960, que resultará, já em 1970, num relatório da Junta de Investigação do Ultramar intitulado *Habitats Tradicionais da Guiné Portuguesa*.

Embora o levantamento da arquitetura vernacular tenha ocorrido em territórios apartados e com pressupostos distintos – em Portugal, o intuito de desconstrução de uma arquitetura nacionalista; e, em território ultramarino, a integração das populações nativas nos planos urbanísticos dos organismos oficiais – é possível elencar um paralelo nos métodos e pressupostos de estudo da casa tradicional e descortinar a influência das questões das especificidades locais na consciência e no trabalho dos arquitetos portugueses.

Palavras-chave: arquitetura tradicional; Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal; *habitats* nativos africanos; Mário de Oliveira.

ABSTRACT

Under the general theme of the Laboratory of Architectural and Contemporary Culture – "Fictional Worlds: Six african cities – urban plans between 1940 and 1974" and the research project The Colonial Offices Urbanization – Culture and Architectural Practice with the responsible researcher Ana Vaz Milheiro – is intended to develop as an object of research the relationship between the inventory methodologies of traditional architecture developed in Portuguese territory and in the overseas provinces during the 50s and 60s of the twentieth century.

As research premises there will be addressed: in Portugal, the Portuguese Regional Architecture Survey (as first would be designated), conducted between 1955 and 1960 under the auspices of the National Union of Architects (Sindicato Nacional dos Arquitetos), whose publication would occur in 1961, with the title *Popular Architecture in Portugal*; and, during the same time, but in colonial territory, investigations conducted to the traditional African habitats by portuguese architects belonging to the Overseas Urbanization Office under the Overseas Colonies Ministry (later Urbanization and Housing Services Directorate of the Public Works and Communications General Directorate). Among the architects working for the colonies, are: Mário de Oliveira, who during the 1960s invented the traditional African house and Fernando Schiappa de Campos which together with Antonio Saragga Seabra undertook a mission in Guinea by the Overseas Urbanization Office, between 1959 and 1960, which will result, in 1970, in a report from the Overseas Investigation Board entitled *Traditional Habitats of the Portuguese Guinea*.

Although the survey of vernacular architecture occurred in territories apart, with different assumptions - in Portugal, the intention of deconstruction of an nationalist architecture; and, in overseas territory, the integration of the native populations in the urban plans of the governing bodies - it is possible to list one parallel in the methods and assumptions of the traditional home study and uncover the influence of specific local issues in consciousness and in the work of portuguese architects.

Keywords: traditional architecture; Popular Architecture Survey in Portugal; African native habitats; Mário de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

À professora Ana Vaz Milheiro, pelo interesse e disponibilidade na elaboração deste trabalho e por enriquecer a minha visão da arquitetura com a sua sabedoria;

Aos professores Paulo Tormenta Pinto e José Luís Saldanha, pelo precioso acompanhamento e orientação ao longo do curso;

Aos arquitetos António Pinto de Freitas e Francisco Silva Dias, por relatarem as suas interessantes experiências na realização do Inquérito;

Aos arquitetos António Saragga Seabra e Fernando Schiappa de Campos, por reconstituírem episódios da sua experiência profissional em África que me permitiram construir uma imagem de um território distante e desconhecido;

Aos meus grupos de trabalho de Laboratório e Projeto, Cláudia Diniz, Catarina Oliveira, Duarte Santana, João Bagorro, Patrícia Paulo, Rita Patinha, Rita Cepa e Tiago Rebocho.

Aos vários colegas e amigos que sempre me apoiaram e ajudaram ao longo do curso, em especial à Céline, ao Duarte e ao Ricardo;
Ao Tiago, pela companhia incansável nas horas de trabalho, pela troca de ideias e palavras de motivação;

Por último, aos meus pais e irmãos, pelo apoio incondicional na concretização dos meus objetivos.

ÍNDICE

Resumo 356

Abstract 357

Agradecimentos 358

1 INTRODUÇÃO 361

2 INQUÉRITO À ARQUITETURA POPULAR EM PORTUGAL 363

2.1 Génese e importância do Inquérito 363

2.2 Metodologias de abordagem 368

2.3 Diferentes perspetivas: as zonas do Inquérito 377

3 ESTUDO DOS HABITATS NATIVOS NA "ÁFRICA PORTUGUESA" 401

3.1 Emergência do estudo dos *habitats* nativos africanos 401

3.1.1 Orlando Ribeiro e a Missão Geográfica à Guiné 403

3.2.2 Caderno de campo e relatório da Missão Geográfica à Guiné 405

3.2 Gabinetes de Urbanização Colonial 407

3.3 Mário de Oliveira e o estudo dos "*habitats* nativos" africanos 411

3.4 Missão de Estudos do Habitat Nativo da Guiné 421

3.4.1 *Habitats Tradicionais da Guiné Portuguesa* 424

3.5 Estudo sobre o *Habitat* de Bissau 440

3.6 Repercussões do estudo dos *habitats* nativos africanos 444

3.6.1 Habitação popular e equipamentos de pro› de 449

CONCLUSÃO 460

Bibliografia 464

Índice de imagens 467

Anexos 469

1 **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho propõe investigar os levantamentos realizados à arquitetura popular tradicional por parte dos arquitetos portugueses no território nacional e ultramarino africano, entre as décadas de 1950/60, estabelecendo uma comparação entre as metodologias usadas nos distintos meios geográficos. Durante este período, destaca-se o levantamento realizado à arquitetura popular em Portugal (1955-1960) que poderá ter influenciado estudos similares realizados no império colonial português. Neste panorama, destaca-se ainda a posição do arquiteto Mário de Oliveira, que em 1948, data da realização do primeiro Congresso Nacional de Arquitetura, defende uma abordagem arquitetónica em conformidade com o meio físico em que se integra, propondo a opção pela utilização de materiais locais. Encontrando-se já nesta altura em funções no Gabinete de Urbanização Colonial, a partir do final da década de 1950 irá abordar a arquitetura africana, tendo em conta os sistemas construtivos tradicionais, a partir do estudo dos problemas da habitação nativa.

No período do pós-guerra, intensifica-se o debate sobre a importância da integração das culturas locais e a valorização da arquitetura vernacular. Já durante a década de 1950, os arquitetos portugueses tomam contacto com as novas tendências internacionais, apreendendo a relevância da integração das questões relacionadas com o território, o clima e os materiais de construção locais no âmbito da arquitetura. Neste contexto, em 1955, o Sindicato Nacional dos Arquitetos recebe autorização para a realização do Inquérito à Arquitetura Regional em Portugal (como primeiramente foi designado), com o objetivo de se obter um conhecimento mais profundo da arquitetura tradicional e comprovar a existência de "uma" arquitetura nacional (expectativa essa que acabou por não se concretizar, revelando-se exatamente o oposto). Como metodologia, dividiu-se o país em seis zonas distintas, distribuídas por diferentes equipas de arquitetos responsáveis por efetuar o levantamento fotográfico e tipológico das habitações rurais e dos sistemas construtivos empregues. Coordenado por Francisco Keil do Amaral (1910-75), principal impulsionador da iniciativa, e subsidiado pelo Ministério das Obras Públicas, este levantamento tem uma primeira publicação em 1961, com o nome de *Arquitectura Popular em Portugal,* que acabaria por se repercutir de forma expressiva nos partidos arquitetónicos e nas práticas profissionais dos arquitetos portugueses.

Paralelamente, no território ultramarino português da África Subsariana são igualmente efetuados estudos menos abrangentes e mais localizados sobre os *habitats* nativos por parte dos arquitetos dos Gabinetes de Urbanização Colonial. Estes levantamentos enquadram-se na proposta estratégica definida pelo organismo oficial, através dos quais se procura a formação de sociedades plurirraciais, com a integração das populações autóctones e europeias em planos urbanísticos e projetos de arquitetura adaptados às características tropicais. Além dos estudos de Mário de Oliveira, destacam-se, entre outros, a Missão de Estudos do Habitat Nativo da Guiné (1959-60) e o Estudo sobre os *Habitats* de Bissau (1968). É de referir, ainda, a influência dos trabalhos antecessores de Orlando Ribeiro nos dois territórios com o lançamento da obra "Portugal, Mediterrâneo e o Atlântico", de 1945, e dois anos depois, com a realização da Missão Geográfica à Guiné. Tal como aconteceria em

Portugal, o resultado da inventariação à arquitetura popular, neste caso africana, iria manifestar-se e intensificar-se gradualmente nas abordagens projetuais desenvolvidas pelos arquitetos nas colónias portuguesas, que passam a privilegiar o uso de sistemas e materiais construtivos tradicionais.

No intuito de perceber as repercussões dos estudos dos *habitats* nativos africanos, nos domínios da arquitetura e no pensamento urbanístico colonial português, foi fundamental a análise quer de trabalhos teóricos, como práticos dos arquitetos que pertenceram aos Gabinetes. Sobre este tema, e com um grande contributo na elaboração desta dissertação, são de realçar os vários estudos levados a cabo pela autora Ana Vaz Milheiro, no âmbito do projeto de investigação Os Gabinetes Coloniais de Urbanização – Cultura e Prática Arquitetónica, bem como a sua obra *Nos Trópicos Sem Le Corbusier* (2012) e alguns artigos publicados no *Jornal de Arquitectos.* Ainda sobre a arquitetura vernacular africana, destaca-se a dissertação de Mestrado de Marcos Anselmo, intitulada *Arquitectura Popular de África: manifestações do primitivo na arquitectura dos anos 1950/60* (2011).

No panorama português, foi essencial a leitura da obra singular *Arquitetura Popular em Portugal* (1960), objeto de várias reedições ao longo de cinquenta e dois anos: primeiramente, em 1980, num só volume, pela Associação dos Arquitectos Portugueses, que é responsável, oito anos mais tarde, por uma 3.ª edição, em três volumes; e uma última edição, lançada em 2004, composta por dois volumes, semelhante à versão original, contudo já sob a alçada da Ordem dos Arquitectos. Quanto à influência da utilização de materiais locais na arquitetura moderna, podemos referenciar uma outra dissertação de Mestrado do intitulada *Construir Sítios: A Casa da Cultura da Juventude de Beja de Raúl Hestnes Ferreira e as técnicas tradicionais* descritas em a Arquitectura Popular em Portugal (2011) da autoria de Céline Vicente.

Como instrumento de trabalho, foi ainda essencial, a realização de entrevistas aos arquitetos António Pinto de Freitas e Francisco Silva Dias, que integraram a equipa do Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal e, a António Seabra e Schiappa de Campos, ambos elementos responsáveis na Missão de Estudos à Guiné.

2 **INQUÉRITO À ARQUITETURA POPULAR EM PORTUGAL**

2.1 **Génese e importância do *Inquérito***

O Inquérito à Arquitetura Regional em Portugal[1], como primeiramente foi designado, realizou-se entre 1955 e 1960, promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos, por um grupo de arquitetos organizados em seis equipas. A cada uma destas equipas – constituída por três elementos (um arquiteto-chefe e dois mais jovens) – coube a responsabilidade do levantamento fotográfico e tipológico de uma determinada zona do continente nacional[2]. O levantamento, subsidiado pelo Ministério das Obras Públicas, e coordenado por Francisco Keil do Amaral (1910-1975), principal impulsionador da iniciativa, teria uma primeira publicação em 1961, em dois volumes[3].

O século XIX marca o início das questões levantadas pela sociedade portuguesa acerca do desconhecimento da geografia do país, no qual se destaca o contributo de Orlando Ribeiro (1911-1997) como grande impulsionador dessa ciência no século seguinte. A obra fundamental do geógrafo e historiador, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* publicada em 1945, teve um papel preponderante na elaboração do Inquérito, não só como suporte científico, mas também como confirmação das diferenças geográficas e arquitetónicas do país. De facto, as próprias divisões das zonas feitas pelos arquitetos, apesar de traçadas "a régua e esquadro" para uma maior facilidade metodológica, parecem seguir mais os limites enunciados por Orlando Ribeiro – que por sua vez se baseiam nos traçados do geógrafo alemão Hermann Lautensach (1886-1971) – do que as fronteiras distritais administrativas[4].

Na génese do Inquérito estava, não só a necessidade de um conhecimento mais profundo da arquitetura vernacular portuguesa, mas também a reação ao movimento da *Casa Portuguesa*, "desenvolvido genericamente entre finais do século XIX[5] e as décadas de 1940/1950"[6]. Como pressuposto, pretendia-se estabelecer um modelo – ou, pelo menos, uma uniformidade estilística – para a construção corrente em Portugal, baseado em alguns elementos característicos da arquitetura nacional dos períodos áureos do passado, com especial ênfase no Românico, no Manuelino e no Pombalino[7]. Este movimento, cujo

1 O Inquérito à Arquitetura Regional em Portugal foi inicialmente designado desse modo por própria insistência de Keil do Amaral, pois o que se pretendia enfatizar era exatamente a variação regional da arquitetura, intrinsecamente relacionada com o meio físico e cultural onde se implantava. Cf. Dias, 2011.
2 Como é referido no prefácio da 1.ª edição de *Arquitectura Popular em Portugal*, excluíram-se as ilhas por "razões práticas e financeiras".
3 Cf. AA.VV., 1988 [1961], pp. 6-7.
4 Cf. Ribeiro, 1988 [1945]; Dias, *op. cit.* e Freitas, 2011.
5 O militar Henrique das Neves é a primeira figura a evocar, em 1893, a possibilidade da existência de um "tipo português de habitação". Cf. Leal, 2000, pp. 110-111.
6 *Ibidem*, pp. 109 e 174; Dias, *op. cit.* e Freitas *op. cit.*.
7 Cf. Leal, 2000, p. 109 e Lino, 1992

estilo foi adotado por muitos dos arquitetos pioneiros do chamado Primeiro Modernismo português da década de 1920, cedo foi contestado pela geração que se forma nas décadas seguintes. Fruto desse questionamento, inicia-se, nos anos 30, um amplo *Inquérito à Habitação Rural* liderado por um grupo de engenheiros do Instituto Superior de Agronomia. Como objetivo procurava-se um maior entendimento das reais condições de vida campestres, cuja metodologia central consistia em estadas periódicas no campo[8].

> *Observada pelos engenheiros agrónomos, a casa popular deixa de ser analisada através de qualidades como a beleza, a harmonia da composição, o vicejo da cor, para passar a ser vista a partir de categorias como a miséria, a sujidade, a falta de condições higiénicas, o cheiro nauseabundo, etc.*[9]

O resultado do Inquérito à Habitação Rural não consegue, contudo, contrariar a supremacia da casa portuguesa, tanto no domínio da leitura da arquitetura popular, quer como proposta estilística uniformizadora da arquitetura portuguesa[10].

Esta década corresponde aos anos de afirmação da política do regime, assistindo-se a iniciativas – "como o Concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal e o Centro Regional da Exposição do Mundo Português – que exploram a casa como símbolo da nacionalidade"[11].

No período do pós-guerra, intensifica-se a discussão em torno da importância da arquitetura vernacular. Enquanto por esta altura, no resto da Europa se aspirava a uma rápida reconstrução das cidades e se debatia a validade da corrente moderna e a importância da História na conceção arquitetónica, em Portugal assistia-se à alteração do panorama arquitetónico. À semelhança de outros países europeus onde vigoravam os valores conservadores dos regimes ditatoriais, havia a tentativa de implantação de uma "arquitetura de afirmação" caracterizada por uma feição monumental e nacionalista, contrariando até então a abertura que o Estado Novo havia demonstrado perante a prática da arquitetura modernista[12]. Os arquitetos modernos portugueses, inconformados com as imposições do Estado Novo no domínio da arquitetura, contestam Raul Lino (1879-1974), uma das principais figuras do movimento da Casa Portuguesa. Este arquiteto importa uma certa noção romântica inglesa e alemã de enaltecimento dos valores tradicionalistas, adaptando-a ao contexto português e fixando-a nos livros que publica, como *A Nossa Casa* (1918), *A Casa Portuguesa* (1929) e *Casas Portuguesas* (1933). O seu pensamento enquadra-se numa linha bastante informada e a par do debate europeu em torno das consequências da Revolução Industrial, do qual se salienta a ação do movimento *Arts and Crafts*, baseado nas ideias de John Ruskin (1819-1900) e William Morris (1834-1896). O seu apelo ao tradicional vai servir no campo da arquitetura, a política do espírito promovida pelo regime, ainda que a partir da década de 1970 a sua obra tem sido enquadrada numa condição de proto-modernidade[13].

---

8 Cf. Leal, *ibidem*, pp. 145-164.
9 *Ibidem*, p. 163.
10 Cf. *ibidem*, p. 165.
11 *Ibidem*.
12 *Ibidem*, p. 165-166.
13 Cf. AA.VV., 1988 [1961], p. 5 e Leal, 2000, pp. 112-139 e 166.

Em 1945, Fernando Távora (1923-2005), ainda bastante jovem, escreve o opúsculo "O Problema da Casa Portuguesa", em que se insurge contra a arquitetura de "pastiche" do Estado-Novo, afirmando que a "história apenas nos interessa na medida em que pode ser utilizada em termos de futuro"[14]. Aqui defende a ideia de conquista do internacional através do local, ou seja, a procura de uma arquitetura moderna assente nos princípios da arquitetura vernacular, depositária de séculos de experiência em termos construtivos e de organização espaciais, bem como na adaptação a um espaço geográfico concreto. Este ensaio onde se apontava a necessidade de se estudar a arquitetura popular portuguesa, tornar-se-ia uma base fundamental para a compreensão da chamada terceira via que iria ser procurada em Portugal. O que aqui se buscava era a integração conjunta do internacionalismo – a partir do aproveitamento das novas tecnologias para melhoramento das condições de habitabilidade – com o local, respeitando-se os valores vernaculares e o estudo da história como fonte, até de inspiração, para a nova arquitetura portuguesa. Mais tarde, esta síntese que os arquitetos nascidos na década de 1920 procuravam – que vai ter uma forte influência nórdica, especialmente da obra de Alvar Aalto (1898-1976) –, vai ser reunida por Kenneth Frampton (n. 1930), juntamente com as restantes arquiteturas "marginais" que se desenvolvem fora do espectro do Estilo Internacional mais comum, sob o nome de Regionalismo Crítico[15].

Em 1947, Keil do Amaral vem reforçar as ideias de Fernando Távora ao escrever o artigo "Uma Iniciativa Necessária", na revista *Arquitectura*, em que refere a urgência de um inquérito à arquitetura popular.

> *Embora sem a riqueza e variedade de alguns países – há que reconhecê-lo – a nossa arquitectura regional encerra muitas e valiosas lições. O que falta é estudá-las, aprendê-las, porque até hoje pouco mais se fez do que cabular. Pouco mais se fez do que copiar, estilizando-o, o aspecto dos edifícios característicos. E não é isso que interessa, fundamentalmente; nem a isso se pode chamar arquitectura regional.* [16]

Quatro anos antes, Keil do Amaral havia publicado *A Moderna Arquitectura Holandesa*, resultante do primeiro texto que escreve em 1936, convertido então no primeiro trabalho teórico da época sobre metodologias e modelos modernos. O autor faz uma homenagem à arquitetura de que tanto gostava e onde encontrava exemplo para a arquitetura portuguesa, enumerando já aí a corrente tradicional e a corrente moderna[17].

Em Portugal, desde o desfecho da Segunda Grande Guerra, mantem-se praticamente inalterável o desenvolvimento de novos métodos de construção, causa esta que advém de um processo "incipiente" de industrialização, conforme provam algumas das teses integrantes do primeiro Congresso Nacional de Arquitectura (1948)[18]. O relatório final reúne as comunicações inscritas no tema I ("A Arquitectura no Plano Nacional") e nele é patente o confronto entre "internacionalistas" e "nacionalis-

14 Fernando Távora, "O problema da casa portuguesa", in Trigueiros, 1933, pp. 11-13.
15 Cf. "Regionalismo crítico: Arquitectura Moderna e identidade cultural" *in* Frampton, 2008 [1997], pp. 381-397.
16 Keil do Amaral, 1947, p. 12.
17 Cf. Gonçalves, 2013, p. 10 e Dias, 2011.
18 Cf. Milheiro, 2012d , pp. 62-67.

tas" relativamente à "feição" arquitetónica. Enquanto os primeiros defendem a aplicação de novas técnicas, os segundos alertam para o perigo da "standardização" na criação de uma arquitetura "monótona"[19].

A partir de 1950, os arquitetos portugueses tomam contacto com as novas tendências internacionais de maior integração das culturas locais, tais como o meio geográfico, as condições climáticas, a paisagem, os materiais de construção, os aspetos económicos e sociais, etc.[20] É neste contexto, que o grupo de arquitetos que enforma a equipa do Inquérito, desiludidos quer com a estilização da arquitetura regional, quer com o internacionalismo indiferente ao meio da arquitetura moderna centro-europeia, vai empreender sucessivas viagens pelo país com o intuito de levantar a arquitetura popular, reunindo no Inquérito os exemplos arquitetónicos que testemunhavam a verdadeira identidade da cultura nacional, de expressão eminentemente rural e regional, sem grandes influências eruditas ou exteriores. Entre outros aspetos, registam-se as tipologias habitacionais rurais e as técnicas e sistemas construtivos tradicionais, revelando-se a grande diversidade da arquitetura vernacular, nomeadamente nas tipologias habitacionais[21]. Neste domínio confirma-se o "panorama" que já havia sido mencionado por Orlando Ribeiro: "A nenhuns condicionamentos a Arquitectura regional está mais vinculadamente sujeita que à penúria do povo e dos materiais de construção"[22]. Todavia, a partir da observação e análise dos exemplares de arquitetura tradicional, constata-se a "superação das bases materiais"[23].

> *Para lá do que procuram conscientemente, há nas soluções um jogo espontâneo e belo de volumes [...] / Conseguem uma superação do qua a natureza e a dura vida lhes oferecem e, [...] sem saberem regras de composição nem quererem ser mais do que esmerados, carinhosamente erguem o lar ou a oficina.*

Segundo João Leal, o Inquérito vai além das críticas reformistas dos engenheiros agrónomos, preocupados essencialmente com uma restruturação social, pois há a procura de uma leitura da arquitetura popular sob o prisma do movimento moderno, evidenciando uma crescente sensibilidade etnográfica para reconhecer a multiplicidade das expressões da arquitetura ao longo de todo o país[24].

O Inquérito revela também a recusa da importação de modelos internacionais modernos para o estabelecer de uma arquitetura moderna em Portugal, apesar das teses apresentadas no *Congresso de 1948*, que demostravam uma certa radicalidade, apontando para o seguimento das premissas modernistas expressas na Carta de Atenas (CIAM IV, 1933). As conclusões do *Congresso*, em grande parte dedicadas aos temas do urbanismo corbusiano, acabaram por nunca serem totalmente aplica-

19 Cf. Fernandes, 1948, p. 183.
20 Cf. Milheiro, 2013b, p. 1 e Milheiro, 2013a, p. 3.
21 AA.VV., 1988 [1961].
22 AA.VV., 1988 [1961], p. 171.
23 Keil *in* Dias, 2011.
24 Cf. Leal, 2000, pp. 176-185.

das, e o Movimento Moderno mais ortodoxo acabou por não vingar no nosso país, sendo rapidamente posto em causa pela geração que realiza o Inquérito[25].

Em termos políticos, o resultado da iniciativa proposta por Keil do Amaral gorou por completo as expectativas do Estado Novo que, tendo patrocinado o estudo, via uma possibilidade para a consolidação da arquitetura nacionalista em Portugal.

> *Portugal, por exemplo, carece de unidade em matéria de Arquitetura. Não existe, de todo, uma «Arquitectura portuguesa» ou uma «casa portuguesa». Entre uma aldeia minhota e um «monte» alentejano, há diferenças muito mais profundas do que entre certas construções portuguesas e gregas. Entre as habitações do Paul e as de Évora-Monte, são insignificantes os traços comuns. Entre as casas da Fuseta e as de Lamas de Olo, quase não existem sequer elos de ligação…*[26]

Com efeito, o Inquérito revelou as condições de vida do mundo rural luso e constituiu uma tentativa de racionalização dos processos intuitivos da arquitetura popular – consolidados ao longo de séculos de experiência –, e a sua sistematização como forma operativa para as novas gerações de arquitetos[27].

A arquitetura popular, caracterizada pela originalidade e autenticidade na relação com as condições do lugar e com o tipo de vida rural – a partir da aplicação de métodos construtivos em função dos materiais disponíveis, do recurso a soluções arquitetónicas adaptadas ao clima e às atividades económicas, bem como a implantação ajustada ao meio físico –, revelou aos arquitetos das gerações seguintes o que o processo moderno tinha em comum com a arquitetura vernacular. Assim, o estudo da arquitetura tradicional revelado em *Arquitetcura Popular em Portugal* teria, a partir da década de 1960, enorme repercussão nos partidos e práticas projetuais dos arquitetos portugueses, pela criação de uma base conceptual que desvenda o equilíbrio entre tradição e modernidade e entre racionalismo e regionalismo[28].

> *Do estudo da Arquitectura popular portuguesa podem e devem extrair-se lições de coerência, de seriedade, de economia, de engenho, de funcionamento, de beleza… que em muito podem contribuir para a formação dum arquitecto dos nossos dias*[29].

25 Cf. Dias, 2011.
26 AA.VV., 1988 [1961], p. 2.
27 Cf. Dias, *op. cit.;* Freitas, 2011 e Leal, 2000, pp. 182-183.
28 Cf. Leal, *ibidem*, pp. 185-194 e Dias, *ibidem.*
29 AA.VV., *op. cit.*, p. 5.

2.2 **Metodologias de abordagem**

Como já foi mencionado, a obra científica de referência na realização do Inquérito foi indiscutivelmente *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* do geógrafo Orlando Ribeiro. Nessa obra ambiciosa e inédita, o autor enuncia "no seu conjunto, Portugal aparece separado em duas regiões de relevo, não só distintas, mas de certo modo opostas"[30]. Na introdução de *Arquitectura Popular em Portugal* volta a salientar-se este contraste geográfico com repercussões no domínio arquitetónico.

> *Uma mancha importante do nosso território metropolitano é tipicamente mediterrânica, apesar de debruçada sobre o Atlântico. [...] Outra mancha, mais a Norte, sofre acentuada influência atlântica. Diverge daquela de modos sensível, quanto ao clima e também quanto ao relevo geral, aos cultivos, à economia, ao povoamento e à própria organização social. Não podia deixar, assim, de apresentar características arquitectónicas diferentes, que se prolongam, aliás, por terras de Espanha. Mas nem sequer dentro dessas duas grandes manchas dominantes são idênticas as feições da Arquitectura popular. Há variações nítidas, em sub-regiões diferenciadas, num ou outro aspecto de certa importância.*[31]

Tendo então como base a obra de Orlando Ribeiro, procedeu-se à divisão das diferentes zonas do país a estudar, em reuniões preparatórias com todos os grupos de trabalhos, no qual o próprio geógrafo participou dando o seu "conselho e parecer", como confirma Pinto de Freitas na entrevista realizada[32]. Com a participação e opinião de especialistas de outras áreas disciplinares afinaram-se metodologias de trabalho comuns qua haviam sido definidas inicialmente[33]. O país é assim dividido em seis "Zonas": a zona 1 abrangendo o Minho, o Douro Litoral e a Beira Litoral; a zona 2 Trás-os-Montes e o Alto Douro; a zona 3 as Beiras; a zona 4 a Estremadura, o Ribatejo e a Beira Litoral; a zona 5 o Alentejo; e, por último, a zona 6 o Algarve e o Alentejo Litoral[34]. A limitação das zonas procurou seguir a maior justeza e equilíbrio de critérios, definindo-se as zonas de maior densidade de construção com menores áreas, bem como estabelecer-se dentro "de uma certa unidade regional". O Alentejo e o Algarve surgem como exceções a este último propósito, com a intenção de uma repartição equitativa entre os dois grupos responsáveis pelo levantamento dessas "províncias"[35].

Como anteriormente referido, escolheram-se dezoito arquitetos em grupos de três para estudar cada uma das zonas definidas. O arquiteto mais experiente coordenaria os elementos mais jovens, geralmente tirocinantes, assegurando as relações com o Sindicato Nacional dos Arquitetos e intervindo pontualmente no trabalho de campo[36]. O número de pessoas escolhido para integrar cada equipa deveu-se a questões económicas e ao facto de se considerar o limite conveniente à "lotação

30 Ribeiro, 1988 [1945], p. 128.
31 AA.VV., 1988 [1961], p. 2.
32 Cf. Freitas, 2011.
33 Pereira *in* Leal, 2009, p. 170.
34 AA.VV., *op. cit.* , p. 6.
35 AA.VV., *ibidem*.
36 Cf. Leal, 2000, p. 171.

dos meios de transporte"[37]. Quanto à distribuição dos elementos pelas zonas, houve o cuidado de se recrutar para o Norte os arquitetos do Porto e de se escolherem os chefes de equipa com afinidades à área em estudo[38]. Seguindo estas disposições, a composição das equipas definida foi a seguinte: Zona 1, Fernando Távora, Rui Pimentel (1924-), e António Menéres (1930-); na Zona 2, Octávio Lixa Filgueiras (1922-1998), Arnaldo Araújo (1925-1984) e Carlos Carvalho Dias (1929-); na Zona 3, Keil do Amaral, José Huertas Lobo (1914-1987) e João José Malato (1926-2003); na Zona 4, Teotónio Pereira (1922-), António Pinto de Freitas (1925-) e Francisco Silva Dias (1930-); na Zona 5, Frederico George (1915-1994), António Azevedo Gomes e Alfredo Mata Antunes; e finalmente, na Zona 6, Artur Pires Martins (1914-2000), Celestino de Castro (1920-2007) e Fernando Torres (1922-2010)[39].

Nas reuniões de coordenação – alternadamente realizadas no Norte e no Sul – os vários arquitetos escolhidos para realizar o Inquérito elaboraram um trabalho prévio que passou pela "definição de diretrizes [que assegurariam] a unidade da recolha de elementos de estudo" [40].

> *Estabeleceram-se disposições concretas e pormenorizadas sobre os aspectos que convinha analisar: ocupação do território, estruturação urbana, materiais e processos concorrentes de construção, influências do clima, da economia, da organização social e dos factores de evolução, sobre os edifícios e os seus agrupamentos; e uma análise das sínteses plásticas desses e doutros factores condicionadores. Além disso, sobre a normalização de fotografias, desenhos e notas escritas, e o fornecimento a cada grupo de um material de estudo indispensável para os seus membros puderem adquirir um conhecimento generalizado da sua Zona, sob os pontos de vista da geologia, do clima, das vias de comunicação, da economia, da história, da etnografia, dos cultivos, do povoamento florestal, da pecuária, dos movimentos migratórios das suas populações, como de grande número de outros dados informativos.*[41]

Keil do Amaral revela-se a grande figura do Inquérito, tanto na sua organização, como na sua coordenação, favorecendo o contacto entre as várias equipas, fator essencial para a unidade de um trabalho de tal envergadura[42]. Este distribuiu um guião com os pressupostos gerais que deveriam ser seguidos, contudo permitindo uma liberdade no estudo a desempenhar pelas diferentes equipas, que acabariam por seguir caminhos distintos[43]. O que se pretendia, então, não era uma identificação rígida da informação recolhida, mas a indicação de alguns tópicos mais relevantes, relacionados com a aproximação entre a arquitetura tradicional e as condicionantes geográficas, económicas, sociais e culturais[44]. Como esclarece Pinto de Freitas, "a metodologia era comum para todas as equipas. A diferença era induzida pelas características estruturais de cada

37 AA.VV., 1988 [1961], p. 6.
38 Teotónio Pereira in Leal, 2009, p. 170.
39 Cf. AA.VV., *op. cit.*
40 Prefácio da 1.ª edição *in* AA.VV., *op. cit.*; cf. Freitas, 2011.
41 Prefácio da 1.ª edição *in* AA.VV., *ibidem*.
42 Cf. Dias, 2011 e Freitas, *ibidem*.
43 Cf. Dias, 2011; Pereira e Távora *in* Leal, 2000, pp. 170-171.
44 Cf. Leal, *ibidem*, p. 170.

região e ainda pela personalidade de cada interveniente"[45]. Relata ainda o "grande entendimento entre as equipas" que partilhavam ideias comuns em vários assuntos, "não obstante algumas discussões muito animadas" sobre o que iam descobrindo e a melhor forma de sintetizar a vasta informação. Ainda sobre este aspeto, Silva Dias particulariza as diferenças entre as metodologias adotadas para algumas das zonas.

> *Houve principalmente «disciplina» no Norte, sobretudo em Trás-os-Montes com Arnaldo Araújo, que seguiram critérios completamente diferentes, mais monográficos [...] Nós [equipa da zona 4] fizemos uma coisa mais à escala, portanto nas relações sucessivas... e isso, quanto a mim, até deu uma certa riqueza.*[46]

Quanto à metodologia adotada para a zona do Alentejo, Silva Dias explica que as diferenças deveram-se aos trabalhos e fotografias que Frederico George havia realizado, realçando que o estudo "tão restrito [acabou por demonstrar] variedade"[47]. O arquiteto destaca ainda, que o aspeto que terá gerado mais controvérsia foram os quadros tipológicos. Todas as zonas à exceção do Alentejo têm mapa tipológico, e mesmo estas apresentam variações quanto ao tipo de construções que destacam (tipologias habitacionais, equipamentos e/ou elementos religiosos, edifícios comunitários ou relacionados com o tipo de economia local, etc.). Distinguem-se das demais, as zonas 4 e 6, em que a acompanhar os desenhos-tipo, compostos por plantas e alçados, apresentasse uma breve descrição das características gerais do elemento representado[48].

Um dos pontos do guião consistia em detetar "más feitorias", este ponto deu aso a diferentes interpretações, os mais jovens compreenderam que seria tudo o que não fosse lógico, contudo segundo refere Silva Dias, Keil deveria querer exemplos em que se identificassem a partir do uso da fotografia elementos descaracterizados na envolvente do elemento em estudo[49].

Ainda que não se enquadrando diretamente com as temáticas em estudo, também a arquitetura erudita constitui um dos aspetos a ter em consideração. Como descreve Pinto de Freitas, esse registo pretendia "realçar os fatores identitários que os ligavam à outra arquitetura mais modesta, de raiz popular, produzida ao longo dos tempos por «arquitetos» incógnitos"[50]. Como tal, desde o Norte ao Sul, são assinalados solares, palácios, castelos, igrejas, capelas e conventos com características arquitetónicas mais enraizadas na paisagem e nas tradições locais, excluindo-se alguns notáveis exemplares de "feição erudita ou erudizante" que se afastavam mais do âmbito de estudo[51].

A interdisciplinaridade foi uma outra questão que se insurgiu na definição dos métodos de trabalho, isto é, discutiu-se se no estudo a realizar deveria existir a participação de especialistas de outras áreas, tais como sociólogos, geógrafos ou historiadores. Todavia Keil refutou essa hipótese, como forma de imprimir no Inquérito uma visão exclusiva e genuína de arquiteto.

---

45 Freitas, 2011.
46 Dias, *op. cit.*
47 *Ibidem.*
48 Cf. AA.VV., 1988 [1961], pp. 118-119 e 222-223 (vol. 1); 42-43 e 212-213 (vol. 2); 226-227 (vol. 3).
49 Cf. Dias, *op. cit.*
50 Freitas, 2011.
51 Cf. AA.VV., 1988 [1961], p. 7.

Esta atitude de Keil é inclusive elogiada por Silva Dias considerando que essa tomada de decisão revelar-se-ia numa "obra de grande pureza, sobre o ponto de vista metodológico"[52].

> *Havia uma certa ingenuidade ou talvez pureza, nós fomos para lá imbuídos no sermos arquitectos, olhar as coisas pelos nossos olhos. Evidentemente, com um certo facciosismo, porque eramos arquitectos modernos, sobretudo os jovens*[53].

A pesquisa no terreno processou-se de forma ininterrupta durante três meses, como havia sido previamente estabelecido, contudo nalguns casos chegou aos quatro e cinco meses[54]. Os seis grupos percorreram "cerca de 50000 quilómetros, de automóvel, de «scooter», a cavalo e a pé"[55]. Segundo os depoimentos de Silva Dias e Pinto de Freitas, ambos arquitetos da zona 4, após o primeiro levantamento, seguiu-se o trabalho de gabinete, com um regresso de cerca de um mês. Estabelecidos em Lisboa e com a vantagem da proximidade da área de estudo (Estremadura, Ribatejo e Beira Litoral), os elementos que constituíam a equipa ausentavam-se no máximo durante uma semana. A jornada iniciava-se de manhã, depois almoçavam no campo e prolongava-se até à tarde, pernoitando no local, em pensões. Os arquitetos mais novos deslocavam-se de *scooter* (um dos requisitos era terem carta de moto) e nalguns fins-de-semana de carro, com o arquiteto-chefe[56]. Quanto à população, ainda que uma parte não percebesse o que se estava a ser feito, destaca-se a sua hospitalidade, manifestada em atitudes de "simplicidade, curiosidade e simpatia"[57].

Nas disposições gerais não foi definido um trajeto, cada equipa estabeleceu o percurso que deveria seguir. Os locais a percorrer eram definidos previamente com o chefe de equipa, seguindo-se o trabalho de campo numa "pesquisa sistemática" auxiliada por mapas do Estado-Maior a 1:25000. O trajeto, contudo, não se estabeleceu de forma rígida, os elementos que se iam deslindando e analisando por meio de apontamentos e levantamentos, as fotografias que se iam tirando, as conversas com a população e a troca de impressões entre os arquitetos ditavam de certo forma o rumo de um trabalho de campo "aliciante" em que se ia apurando o "sentido de descoberta"[58].

Apesar de quase todos os arquitetos terem um conhecimento prévio das zonas visitadas revelou-se pela natureza do trabalho realizado, de observação *in loco* e aprofundamento dos elementos a levantar, uma grande diversidade e riqueza, manifestada numa constante descoberta e deslumbramento[59]. Como conta Silva Dias, o arquiteto Filgueiras já havia elaborado um trabalho de âmbito regional, sobre os barcos tradicionais portugueses e outros arquitetos já tinham afinidade com alguns dos locais visitados.

---

52 Dias, 2011.
53 *Ibidem.*
54 Cf. Leal, 2000, p. 171.
55 AA.VV., *op. cit.*., p. 6.
56 Dias, *op. cit.*; Freitas, 2011; cf. Pereira *in* Leal, *op. cit.*
57 Freitas, *ibidem*; cf. Dias, *ibidem.*
58 Cf. Dias, 2011; Freitas, 2011 e Leal, 2000, p. 171.
59 Cf. Dias, 2011 e também Távora, Menéres e Pereira *in* Leal, 2000, pp. 176-179.

"A fotografia fazia parte da nossa cultura imediata", relata Silva Dias, enunciando a grande influência do livro de Victor Palla e Manuel Costa Martins, *Lisboa, cidade triste e alegre* (1959). Continuando, descreve que todos fotografavam, à exceção de Huertas Lobo, utilizando uma máquina *Rolleiflex* e uma película *Ilford*, equipamentos comuns a todas as equipas[60]. Ao longo de todo o livro salienta-se a qualidade das fotografias que acompanham os levantamentos arquitetónicos. É evidente a sensibilidade na captação do valor plástico dos elementos levantados, nomeadamente as texturas dos materiais. Nas equipas correspondentes às zonas Centro e Sul (3 a 6) denota-se que houve maior procura em registar a população local, revelando-se o lado humanizado de uma arquitetura anónima, onde se desvendam alguns dos seus intervenientes.

> *Fotografar pessoas funcionou mais como complemento de identificação da arquitectura com o meio ambiente. Sentíamos que o factor humano era muito importante. Sobretudo nesta arquitectura que estritamente servia essas pessoas. Tinha sido construída por elas para nela viverem.*[61]

Truques de se enquadrar o que se pretendia posteriormente exibir "foram muito poucos, porque o Inquérito foi feito numa altura exata, antes da emigração, da arquitetura dos emigrantes, dos *chalets*, das *maisons*"[62]. A grande transformação e descaracterização do mundo rural deu-se a partir da década de 1960, com o aumento do êxodo rural e da emigração para o estrangeiro, contudo já nos anos 50, com o crescimento das cidades e das zonas suburbanas, os arquitetos do Inquérito alertavam no sentido dessa mudança ser cada vez mais evidente: "já se torna difícil, em certas regiões, encontrar meia dúzia de edifícios, funcional e harmoniosamente construídos, segundo princípios que ainda constituíam norma há quatro ou cinco dezenas de anos"[63]. Neste domínio salienta-se a necessidade de salvaguarda desse património, que à época " [encerrava] ainda preciosas lições"[64].

No total foram tiradas 10000 fotografias, mas na complicada tarefa de seleção destinada à publicação, levada a cabo por cada equipa, incluíram-se apenas 500. Sobre este assunto Freitas refere "não houve a este propósito troca de impressões entre as equipas, embora tomássemos conhecimento e apreciássemos o trabalho uns dos outros"[65]. Na introdução de *Arquitectura Popular em Portugal* adverte-se, ainda, que do processo de seleção resultou um "valseamento" das reais condições de vida dos meios rurais, não havendo no livro "indícios" da pobreza e insalubridade tão característicos das aldeias e dos lugares visitados. Esta ausência é desta forma justificada pelo âmbito de estudo do *Inquérito*, em que se pretendia evidenciar o que de mais representativo englobava a arquitetura popular, não havendo falsas pretensões em se ocultar o verdadeiro panorama da vida dos campos[66].

---

60 Cf. Dias, *ibidem* e Freitas, *ibidem*.
61 Freitas, *ibidem*.
62 Dias, *op. cit.*
63 AA.VV., 1988 [1961], p. 4
64 *Ibidem*.
65 Freitas, 2011.
66 Cf. AA.VV., 1988 [1961], p. 7.

Na posse de todos os elementos recolhidos no terreno, deu-se início ao trabalho de gabinete, realizado por todas as equipas, efetuando-se um trabalho de organização, "classificação e análise sistemática, que se prolongou por mais de um ano"[67].

> *Organizado um ficheiro fotográfico, desenhados rigorosamente os levantamentos e definidos em mapas e gráficos as relações, as analogias, a distribuição tipológica, etc., foi possível começar a ver claro em tão vasta matéria e a tirar certo número de cautelosas conclusões.*[68]

Como é explicado na introdução do livro, todo o trabalho de sistematização revelou-se uma tarefa complicada, não só pelo volume de informação, mas também porque se pretendia uma obra "sem excessos de erudição, nem exageros de pormenor"[69]. Foi determinado, depois de muita ponderação, que a tarefa de organização e sistematização – à semelhança do trabalho de campo –, deveria ser desempenhada por cada equipa com alguma liberdade, sem a comum "rigidez de ordenação", evitando desse modo uma exposição monótona, ainda que daí pudesse advir alguma falta de unidade[70]. Como explica Pinto de Freitas, "os «chefes» das equipas (não remunerados) intervinham pontualmente, tomando conhecimento do que se ia fazendo, dando a sua experiente contribuição e, finalmente, a sua concordância"[71]. A redação dos textos, a escolha dos desenhos e dos quadros adotados na publicação foram, como tal, da responsabilidade e autoria dos elementos executivos das equipas, bem como o tipo de linguagem e composição, aspeto onde houve unanimidade entre o Norte e o Sul[72]. Todavia, foram definidas algumas regras genéricas em relação ao número de fotografias, aos desenhos, cartas tipológicas, etc.[73] No conjunto, a obra transparece uma "grande unidade gráfica", contudo a sua leitura e observação mais aprofundada revela a diferenciação na exposição das matérias dos diferentes capítulos. Cada uma das seis equipas tem uma forma própria de olhar para a arquitetura popular que se revela nas distintas abordagens às zonas estudadas. Não obstante, revelam-se vários pontos de interesse comum: na apresentação geográfica e histórica da região, na caracterização das formas de povoamento, na definição do tipo de vida rural, na descrição dos tipos arquitetónicos mais representativos ou na averiguação de uma "tipologia de conjunto" na área de estudo. Apesar destas preocupações, não existe uma base comum de estudo, nem uma análise comparativa entre as diferentes secções do livro[74]. De forma mais imediata denotam-se as diferenças entre os capítulos correspondentes às zonas do Norte, onde há mais "disciplina", e as secções elaboradas pelas equipas sediadas em Lisboa[75]. No entanto, uma análise mais detalhada revela aproximações distintas entre a Zona 1 (Minho) e a Zona 2 (Trás-os-Montes).

---

67 AA.VV., *ibidem*, p. 6.
68 AA.VV., *ibidem*, p. 7
69 *Ibidem.*
70 *Ibidem.*
71 Freitas, *op. cit.*; cf. Távora *in* Leal, 2000, p. 171.
72 Cf. Dias, 2011; Freitas, *op. cit.* e Leal, *ibidem*, pp. 171-172.
73 Cf. Távora *in* Leal, *ibidem*, p. 172.
74 Cf. Leal, 2000, p. 172.
75 Cf. Dias, 2011.

A equipa coordenada por Távora presta particular atenção às questões relacionadas com o povoamento e "tem um entendimento muito móvel das fronteiras entre popular e erudito e entre rural e urbano"[76]. Esta Zona é a única onde não aparecem retratados os habitantes das localidades visitadas e onde se inclui a arquitetura erudita (torres e solares) no mapa tipológico.

A região de Trás-os-Montes distingue-se das demais Zonas, não só por seguir critérios mais monográficos, mas sobretudo pela presença vincada de um olhar etnográfico. Ao longo de toda a leitura dos textos desta Zona, não só às pessoas e o seu modo de vida é focado, como também se dá especial atenção aos instrumentos essenciais à vida rural e aos objetos e mobiliário do interior das habitações. A população aparece muito pontualmente nas fotografias e geralmente são retratadas durante a realização das atividades rurais.

O capítulo dedicado às Beiras, porventura o mais conseguido de todos, faz-se uma análise sistemática das tipologias habitacionais, reconhecendo-se entre o tipo geral, variantes com características em comum, que se inscrevem num território identificado em sub-regiões. É também patente uma análise metódica e mais aprofundada quanto às questões relacionadas com os condicionamentos naturais e humanos que interferem nos aglomerados populacionais e na sua arquitetura. Tal como na Zona anterior, as pessoas surgem retratadas durante a realização das tarefas ligadas ao mundo rural.

A equipa da Estremadura efetua um levantamento da arquitetura abrangente e diversificado, que engloba além das tipologias habitacionais, outras de carácter religioso e utilitário, tratadas praticamente com o mesmo nível de atenção. Tal facto, é facilmente observado no mapa tipológico, que engloba um maior número de edifícios relacionados com o aproveitamento da água, do clima e dos solos, do que aqueles referentes a alojamento. A leitura da Zona 4 revela uma abordagem fluida da informação, baseada nas sucessivas relações estabelecidas entre as condicionantes de índole morfológica, climática e económica, tanto nas formas de ocupação do solo, como nos tipos particulares de edifícios. Quanto às fotografias que se apresentam ao longo do capítulo, estas revelam o lado humanizado do Inquérito, manifestado no registo sistemático da população, que é enquadrada num mesmo plano da arquitetura e dos aglomerados levantados, ambos encarados como expressão do modo de vida do seu povo.

O levantamento feito ao Alentejo é o mais restrito e meticuloso de todos os Inquéritos, não obstante soube revelar variedade. Esse aspeto evidencia-se sobretudo na particular atenção dada aos materiais, às técnicas e aos sistemas construtivos, explicando as suas especificidades e o modo de execução ou aplicação na arquitetura. Os próprios registos fotográficos procuram retratar a população a fazer as suas casas ou a sua manutenção e salientam-se ainda pormenores construtivos e a textura dos materiais. À semelhança da Zona 3, também são definidas sub-regiões (neste caso, baseadas numa carta de Amorim Girão), nas quais a arquitetura apresenta dominantes comuns, contudo estas não surgem sintetizadas num mapa

76 Leal, *op. cit.*, p. 173.

tipológico, devido à sua inexistência. Na abordagem a cada uma destas subzonas, os limites entre a arquitetura popular e erudita são pouco vincados, não havendo uma divisão rígida na exposição das mesmas.

A Zona 6 apresenta-se bastante variada nos seus aspetos geográfico-naturais e humanos, porque integra não só o Algarve, como também uma parte do Alentejo. O levantamento é focado sobretudo nos tipos de habitação que se encontram relacionados com as sub-regiões das províncias abrangidas, por sua vez baseadas nos estudos de Medeiros de Gouveia e Orlando Ribeiro. O mapa tipológico demonstra exatamente este interesse, pois é o único que apenas integra tipologias habitacionais. Denota-se também uma especial atenção às soluções adotadas na arquitetura relativamente às imposições climáticas. E à semelhança da Zona 5, embora de forma menos detalhada, exploram-se os processos construtivos e os materiais locais a eles associados, acompanhados por fotografias que demonstram a execução das habitações. A equipa do Algarve é a que presta menos destaque à arquitetura erudita – praticamente não é referenciada – e nem se tecem considerações sobre a sua influência na arquitetura popular.

Apesar de serem evidentes as diferenças entre as várias equipas quanto às matérias abordadas, é patente um denominador comum ao longo dos volumes que constituem *Arquitectura Popular em Portugal*, que é o de um olhar de admiração e deslumbramento de um arquiteto moderno, perante o virtuosismo estético da arquitetura popular. Palavras como "belo", "puro" e "equilíbrio" são correntemente empregues pelos jovens arquitetos na apreciação dos valores plásticos da arquitetura tradicional. Também constante é o elogio ao engenho e mestria do povo, que em condições de vida pouco favoráveis, soube se adaptar com ajustadas soluções às imposições do meio natural.

Na introdução do livro reflete-se sobre os métodos de abordagem seguidos no Inquérito, reconhecendo que estes não terão sido os mais adequados a uma "tarefa tão vasta, complexa e especializada". Admite-se que houve alguma falta de" preparação prévia", ainda que a longa duração de todo o trabalho de estudo se manifestasse como um aspeto favorável. Também é referido que teria sido vantajosa a realização do levantamento pelo mesmo grupo de arquitetos, possibilitando desse modo uma recolha de todos os elementos e particularidades da arquitetura vernacular, do qual resultaria uma "unidade de apreciação"[77]. Os principais fatores que condicionaram o trabalho empreendido foram de ordem económica, pelo valor das verbas concedidas ao Sindicato Nacional dos Arquitetos, e devido ao curto prazo para se efetuar o trabalho de levantamento por um só grupo de arquitetos[78]. Não obstante as limitações e lacunas detetadas, reconhece-se o valor do trabalho realizado.

> *Dentro dos limites e condicionamentos inevitáveis, e sem pretendermos de modo algum ter levado a análise às suas últimas consequências, ao mais íntimo e pormenorizado conhecimento dos problemas, foi possível realizar, assim mesmo, um estudo sério, extenso e de certo modo ponderado.*[79]

77 AA.VV., 1988 [1961], p. 5.
78 Cf. *ibidem*, p. 6.
79 *Ibidem*, pp. 5-6.



1. Capa do livro *Arquitectura Popular em Portugal*, 1.ª ed., vol. 1



2. Capa do livro *Arquitectura Popular em Portugal*, 1.ª ed., vol. 2

2.3 **Diferentes perspetivas: as zonas do Inquérito**

Zona 1

Arquitetos: Fernando Távora, Rui Pimentel e António Menéres

Região: Minho, Douro Litoral e Beira Litoral

Limites: faixa litoral, entre o rio Minho e o rio Mondego

O levantamento levado a cabo pela equipa da Zona 1 revela uma abordagem particularmente focada nos aspetos do povoamento e procura uma leitura fluida entre a arquitetura popular e erudita, no qual é ausente uma rígida divisão na exposição dessas temáticas.

O estudo inicia-se por uma breve caracterização da Zona e uma explicação do trabalho realizado, tanto ao nível dos critérios de seleção que deram origem aos exemplos abordados, como das metodologias adotadas. Segue-se uma abordagem da geologia e dos fatores geográficos, nos quais se incluíram a hidrografia, a orografia e o clima[80].

Como refere a equipa liderada por Távora logo no início do Inquérito, esta é uma "Zona rica em história, onde a dimensão do tempo significa e explica muita coisa". Esta afirmação explica a particular atenção que é dada ao enquadramento histórico e à descrição dos assentamentos humanos. São assim, desenvolvidos os factos históricos mais relevantes, com origem na pré-história até aos nossos dias, nos quais se destacam: os castros, as cidades de origem romana, alguns edifícios românicos e góticos, os edifícios e a estrutura urbana do século XVI e XVII (Viana do Castelo e Braga), os solares do século XVIII, e por último, o Porto do século XIX[81].

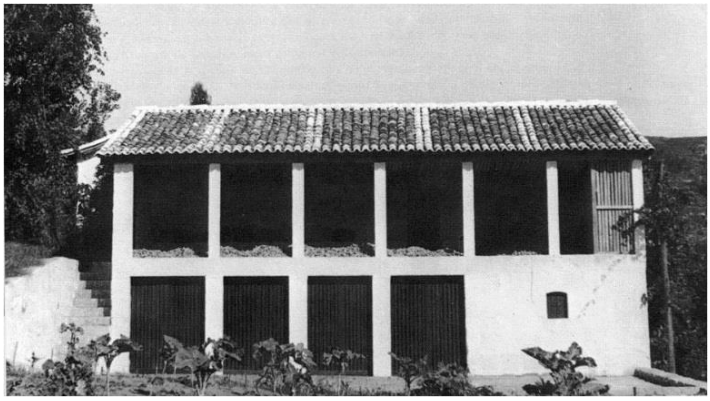
Sobre os fatores essenciais que intervêm na ocupação humana do território, representam-se mapas esquemáticos, nos quais se assinalam os tipos de culturas agrícolas existentes, a distribuição da população e os tipos de povoamento. Sobre este último aspeto faz-se uma breve caracterização de alguns aglomerados e da sua arquitetura, correspondentes a diferentes tipos de estruturas: povoamento concentrado, povoamento de montanha, povoação do litoral, e finalmente, povoamento disseminado[82].

80 Cf. AA.VV., 1988 [1961], pp. 11-15.
81 Cf. *ibidem*, pp. 16-29.
82 Cf. *ibidem*, pp. 30-45.

Posteriormente, faz-se uma análise dos diferentes exemplares de arquitetura popular, que integram desde tipologias habitacionais rurais (casa de lavoura, casa-sequeiro e complexos agrícolas) – cuja influência se manifesta nas casas senhoriais –, até estruturas características da produção agrícola, dos quais são exemplo os sequeiros e os espigueiros[83].

Quanto aos materiais utilizados, é referido o predomínio do granito, contudo são também usados, mediante a disponibilidade local, o xisto, o adobe e a madeira em alguns elementos da habitação. Em zonas de transição usa-se o emprego misto de diferentes materiais, como é exemplo o granito e o xisto. Sobre este assunto, são ainda evidenciados alguns pormenores e elementos arquitetónicos das habitações rurais, designadamente as varandas de madeira[84].

Depois de uma breve incursão às habitações urbanas, são apresentados alguns elementos de carácter religioso, como as alminhas e as capelas de peregrinação que se distinguem na paisagem pelo branco da cal, até estruturas de perfil utilitário como os mercados, as noras e os abrigos de barcos. Em conjunto com estes elementos e os anteriormente referidos formulou-se um quadro tipológico, no qual se sintetizam os principais tipos de habitação rural (casa-sequeiro e casa de lavoura, também na variante com escada integrada), mas também as torres e os solares, exemplares da arquitetura erudita[85].



3. Casa de Lavoura, Anta, S.Paio, Guimarães



4. Moinho de linho, Perafita

83 Cf. AA.VV., 1988 [1961], p. 83.
84 Cf. *ibidem*, pp. 84-91.
85 Cf. *ibidem*, pp. 92-119.

Zona 2

Arquitetos: Octávio Lixa Filgueiras, Arnaldo Araújo e Carlos Carvalho Dias

Região: Trás-os-Montes e Alto Douro

Limites: de Norte para Sul, uma linha quebrada com origem na área despovoada do Gerês, ligando Vieira do Minho, Mondim de Basto, Amarante e Cinfães; de Oeste para Leste, uma linha reta, desde Cinfães até Figueira de Castelo Rodrigo.

Na região de Trás-os-Montes é evidente a presença de um olhar etnográfico, citando-se logo no início do estudo, Jorge Dias (1907-1973)[86]. O etnólogo havia já publicado dois trabalhos sobre Trás-os-Montes, em 1948, *Vilarinho da Furna, Uma Aldeia comunitária*, e em 1953, *Rio de Onor – Comunitarismo Agro-Pastoril*[87]. Nesta leitura interdisciplinar, referenciam-se não só as pessoas, mas também os instrumentos agrícolas, destacando-se uma particular atenção dada ao interior das habitações, com o seu mobiliário e os objetos da vida quotidiana dos seus moradores.

> *Também com muito poucos passos se medem as «casas». Por casa, entenda-se um espaço fechado onde o frio e a chuva se imiscuem com maior ou menor dificuldade, mas que é, afinal, o último reduto da vida do indivíduo./ Devassar uma intimidade destas tem muito mais de íntimo porque em tudo perdura o ar do seu dono. Em meia dúzia de pormenores sem importância, saltam-nos aos olhos todas as funções, hábitos, maneiras dos ocupantes.*[88]

O levantamento da Zona 2 inicia-se com uma breve introdução na qual se abordam os seus limites e características gerais, acompanhada por pequenos mapas que dão conta dos seguintes aspetos: "Altimetria e Rios"; "Geologia – Terra Fria e Terra Quente", correspondentes às grandes subdivisões regionais; "Culturas"; e por último, "Sentido das Correntes de Trocas", ou seja linhas dos processos de contacto sub-regionais e regionais[89].

De seguida, faz-se uma aproximação a quatro povoações: Montes no Marão, Rio de Onor e Ifanes, em Miranda do Douro, e por último, Pitões das Júnias, no Barroso. Sobres estes aglomerados é feita uma caracterização da paisagem, da arquitetura, das culturas e do modo de vida dos seus habitantes. É de especial interesse reparar no levantamento de algumas casas, nas quais são identificados os nomes ou a profissão dos seus proprietários e nos desenhos técnicos que representam além da organização interior, a disposição de todo o conjunto de objetos que revelam os seus habitantes[90]. Além destes elementos, os sucessivos capítulos são acompanhados por uma planta esquemática da povoação, por fotografias dos aglomerados, bem como da arquitetura das suas construções, tanto do ponto de vista exterior, como interiormente.

---

86 Cf. AA.VV., 1988 [1961], p. 126 e Leal, 2000, p. 173.
87 Ambas as obras foram publicadas pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular do Instituto de Alta Cultura.
88 AA.VV., *op. cit.*, p. 132.
89 Cf. *ibidem*, pp. 123-125.
90 Cf. *ibidem*, pp. 133-135; 147-149; 159.

Nas páginas dedicadas a Montes destacam-se pormenores de paredes, muros, telhados, portas e janelas que revelam os materiais usados – o xisto e a lousa, maioritariamente, e o granito nos elementos estruturais –, bem como a multiplicidade das suas aplicações[91].

Em Rio de Onor, faz-se alusão ao Conselho dos vizinhos, constituído por um elemento representativo de cada casa e exibem-se os materiais mais aplicados, o xisto e a madeira. Pelo interesse dos seus elementos arquitetónicos, outras aldeias da proximidade são retratadas, mostrando-se pormenores de uma parede de entrançado de varas e barro e um curioso cume do telhado de uma igreja [92].

Na aldeia de Ifanes, as casas apresentam a particularidade de integrarem pátios e nas suas fachadas surge um novo elemento de destaque, a porta carral, robusta e de grandes dimensões. Demonstram-se, ainda, conjuntos de habitações de outras povoações dos arredores[93].

A acompanhar algumas fotografias, dedica-se um texto de inspiração neorrealista, intitulado "textura e nobreza dos materiais", sobre a beleza e a plasticidade dos materiais naturais: "A pedra que, penosamente, foi cortada sob o Sol escaldante; a madeira, contando toda a sua história centenária, no emaranhado dos seus veios; a telha humilde que formas toscas e mãos calejadas ofereceram em holocausto ao Sol, nos terreiros da cozedura..."[94]

A equipa de arquitetos apresenta o último exemplo das quatro séries de aldeias, Pitões das Júnias, um aglomerado composto por casas de granito e cobertura de colmo, rematada na cumeeira pelas designadas "latas". Noutras povoações locais, fazem-se referência a outros edifícios e elementos, tais como: os espigueiros, um forno comunitário, um pátio, um conjunto de habitações e algumas varandas de madeira[95].

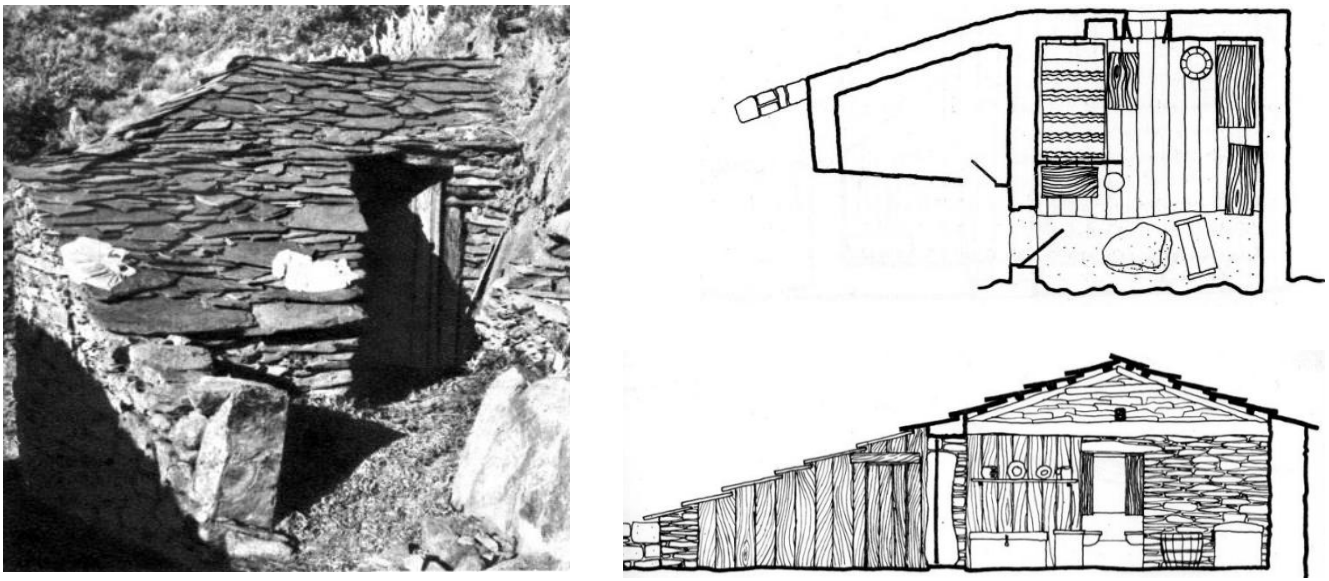
Segue-se uma abordagem ao Vale do Douro, representado inicialmente em uma planta esquemática da região demarcada do vinho do Porto. Também uma planta ilustra os tipos de fixação humana neste vale e um conjunto de fotografias retratam a paisagem da região, os aglomerados, as quintas, os solares e os barcos no Douro[96]. Note-se que a equipa da Zona 2 era liderada por Octávio Lixa Filgueiras, nessa altura já um investigador e perito sobre os barcos tradicionais portugueses.

Fazem-se referências a igrejas e capelas, nos quais se salientam os campanários e os recintos de feiras e dedica-se uma pequena parte do capítulo à arte religiosa de índole popular, com a apresentação de algumas pinturas e cruzeiros[97].

---

91 Cf. AA.VV., 1988 [1961], pp. 128-139.
92 Cf. *ibidem*, pp. 140-153.
93 Cf. *ibidem*, pp. 153-164.
94 Cf. *ibidem*, p. 167.
95 Cf. *ibidem*, pp. 168-185.
96 Cf. *ibidem*, pp. 186-197.
97 Cf. AA.VV., 1988 [1961], pp. 198-209.

Depois de um breve apontamento sobre as arquiteturas urbanas em cidades como Bragança, Lamego, Miranda do Douro e Chaves, remata-se o capítulo com o mapa tipológico. Neste, representam-se não apenas as tipologias habitacionais existentes – diferenciadas pelo número de pisos e/ou por elementos como varandas, escadas, chaminés e porta carral –, mas também os edifícios e elementos de carácter religioso (capela de alpendre, alminhas e cruzeiro) e as estruturas essenciais à vida rural, como o forno coletivo, o espigueiro, o sequeiro, o alpendre de feira e o pelourinho[98].



5. Habitação, Montes

98 Cf. *ibidem*, p.223.

Zona 3

Arquitetos: Francisco Keil do Amaral, José Huertas Lobo e João José Malato
Região: Beira Alta, Beira Baixa e uma pequena parte montanhosa da Beira Litoral

Limites: a Norte, de Cinfães a Figueira de Castelo Rodrigo; a Oeste, com vértices nas cercanias de Abrantes, em Coimbra e em Cinfães; a Sul, o rio Tejo como fronteira; a Este, a fronteira que separa das terras espanholas.

As conclusões do Inquérito levado a cabo pela equipa da Zona 3 são talvez a mais completas em termos da diversidade e da profundidade dos assuntos tratados. Destaca-se uma preocupação de sistematização dos tipos habitacionais levantados, segundo limites circunscritos pela própria equipa, as designadas "sub-regiões", distintas pelas características dominantes do seu edificado.

Ao contrário das regiões anteriormente analisadas, a Zona 3 encontra-se claramente organizada em quatro partes distintas, intituladas da seguinte forma: "panorâmica", "zonas diferenciadas e construções típicas", "os «porquês»" e, finalmente, "formas e expressões".

A primeira parte, "panorâmica", é por sua vez subdividida em duas temáticas: "a região", na qual é feita uma apresentação geral da área estudada e dos seus limites, incluindo-se considerações sobre os diferentes tipos de morfologia territorial, relacionados com a paisagem, geologia, orografia, pluviosidade e cultivos[99]; e a segunda, designada "a traços largos, os povoados da Beira…", cuja caracterização dos mesmos, inclui não só as aldeias, mas também vilas e cidades. Sobre este último tema, enfatiza-se a estreita relação dos povoados com o meio natural, designadamente com os fatores agrícolas, mas também com a economia e os materiais locais. Portanto, as habitações são de granito ou de xisto, consoante a disponibilidade local, ou ainda em ambos os materiais, nas zonas de transição; já na cobertura emprega-se a telha de canudo, lajes de xisto ou colmo. Ainda sobre a utilização de materiais locais, refere-se que "aliada à adaptação do casario ao terreno", ressalta uma associação tão íntima entre as casas e a paisagem que, de longe, é por vezes difícil distinguir a aldeia perdida entre penedias e árvores"[100]. É feita uma descrição das casas dominantes, correspondentes à "zona-base", salientando-se as varandas alpendradas como "elementos primaciais da Arquitectura Beirã"[101]. Retrata-se o interior das casas, algumas com os seus proprietários, e apresentam-se desenhos rigorosos do conjunto habitacional, que inclui o pátio. Também o retrato do povo e das suas tarefas agrícolas, bem como os largos e os equipamentos mais comuns nos povoados (igrejas, fontes, forno comum, poço público) constituem objeto de análise[102].

99 (AA.VV., 1988 [1961], pp. 3-13)
100 (AA.VV., 1988 [1961], p. 15)
101 (AA.VV., 1988 [1961], p. 16)
102 Cf. AA.VV., 1988 [1961], pp. 14-23.

Em "zonas diferenciadas e construções típicas", é destacada a falta de unidade arquitetónica da Zona, devido às diferenças geográficas, climáticas e territoriais que influenciam e condicionam as características do edificado, da sua materialidade e tipologia. Como tal, identificam-se sete tipos habitacionais, ilustrados num mapa, associados a diferentes sub-regiões (que vão de A a G, sendo a primeira correspondente à "zona-base"). A caracterização da arquitetura de cada uma das sub-regiões surge acompanhada por um conjunto de desenhos e fotografias de várias localidades, onde se destacam os casos mais interessantes. O capítulo é rematado com um mapa tipológico, onde são identificadas além das casas típicas das sub-regiões, as casas dos judeus, e as habitações, cujas variantes resultam da existência de escadas exteriores e alpendre, varandas envidraçadas ou varandas com grades de ferro. Também os equipamentos relacionados com a religião, administração e vida rural são incluídos no mapa (abrigos para ovelhas e pastores, espigueiros, mercados, cruzeiros, pelourinhos e alminhas)[103].

Na terceira parte indaga-se sobre os condicionamentos (naturais e humanos) e as soluções relacionadas com a arquitetura regional beirã. Inicia-se com "o povoamento da Beira…", um pequeno texto que sintetiza a história da ocupação da região, acompanhada de dois mapas que ilustram os "tipos de povoamento" e a "economia agrícola"[104]. Segue-se "a estrutura dos povoados…", escolhendo-se três exemplos condicionados pela orografia: povoado de planície ou quase (Barco, na Beira Baixa), povoado de montanha (Monsanto, na Beira Baixa) e, por último, povoado erguido ao longo de uma crista montanhosa (Loriga, na Beira Alta). São escolhidos mais três povoados (Valezim e Marialva, na Beira Alta e Travanca, na região de Lafões), mas agora estruturados em função da exploração agrícola, que por sua vez se baseia nas condições propícias dos solos e do clima. Apresentam-se também exemplos em que a presença de castelos e de igrejas se constituíram como fatores importantes na estruturação dos povoados. Por último, referem-se os fatores de evolução, com as influências do sistema viário, dos comboios e dos automóveis[105].

No texto intitulado "quanto aos edifícios…" apontam-se os mesmos fatores condicionantes na feição geral ou em algumas particularidades das edificações, salientando-se as exigências da agricultura como fator preponderante. São identificados, além das habitações, os edifícios que servem os agricultores (palheiros, casas da eira, espigueiros, lagares e azenhas).Os materiais habitualmente usados e as técnicas adotadas constituem outro dos fatores que influenciaram a feição das construções beirãs. Este assunto é acompanhado por um mapa que regista as áreas onde são predominantes os "materiais correntes de construção" e por fotografias e alguns desenhos onde se registam vários exemplos que contemplam diferentes materiais, técnicas e sistemas construtivos[106].

No subcapítulo "também o clima…" identificam-se as imposições dos fatores climatéricos na arquitetura beirã, salientando-se a presença das típicas varandas alpendradas nas habitações. A utilização de paramentos de telha de canudo ou de placas

103 Cf. *ibidem*, pp. 25-43.
104 Cf. *ibidem*, pp. 45-47.
105 Cf. *ibidem*, pp. 48-56.
106 AA.VV., 1988 [1961], pp. 57-71.

de ardósia, os telhados de telha vã e os abrigos para os rebanhos, pastores ou milho, são exemplos da influência deste tipo de fator[107].

Reservam-se mais dois textos, um intitulado "As Condições Económicas…", onde se demonstram os espigueiros e os mercados tradicionais, e o outro "A Organização Social…", cuja interferência na feição dos edifícios e nas suas relações de vizinhança, é patente nas casas populares e nas senhoriais[108].

A terceira parte termina com uma referência às construções religiosas num pequeno capítulo intitulado "a igreja…", a que se segue "as vicissitudes da história…", numa breve referência à presença dos Judeus no país, com as suas típicas casas implantadas na zona raiana das Beiras, e aos que no século XVIII emigraram para o Brasil e voltaram para construir as suas casas[109].

A quarta parte, "Formas e Expressões", aborda a Arquitetura regional da Beira sob o seu aspeto plástico. Num primeiro subcapítulo intitulado "Superar a estrita função…", enuncia-se:

> *Apesar da escassez de meios e da ausência de solicitações espirituais, aparecem, aqui e além, soluções que se impõem pela harmonia dos volumes simples, pelos efeitos de claro-escuro, pela riqueza dos paramentos, pela elegância das varandas, pelo lançamento das escadas exteriores, ou por outros aspectos menos comuns.*[110]

Ainda que nesta zona de escassos recursos económicos não sejam correntes as preocupações estéticas, exemplificam-se alguns casos de edificações onde as bases materiais foram "sublimadas pelo poder da Arte"[111].

No segundo subcapítulo, "a Arquitectura Erudita e a Arquitectura Popular…", procuram-se analisar as influências recíprocas entre ambas, surgindo documentada com imagens de pelourinhos, alminhas, cruzeiros, fontes e chafarizes, bem como elementos arquitetónicos de valorização estética dos edifícios, como brasões, enrolamentos nas guardas de granito, etc.[112]

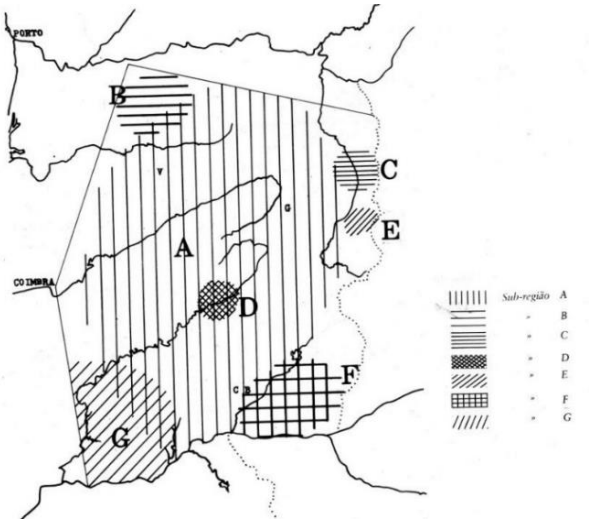
A equipa de Keil do Amaral finaliza o seu Inquérito com uma espécie de conclusão que partindo da arquitetura tradicional beirã se pode estender a toda a arquitetura popular em Portugal, apontando pistas para posteriores investigações. Assim, no texto intitulado "A Definição das Constantes na Expressão da Arquitectura Beirã…" apresentam-se exemplos que se distinguem a nível temporal, funcional e estético, evidenciando-se, contudo, traços comuns "que decorreram das imposições do meio"[113].

> *É uma Arquitectura máscula e humilde, a da Beira Alta e da Beira Baixa. De proporções modestas, dominantes horizontais, disciplinada e sem arrogância. Até os solares barrocos revelam continência e humildade nas fantasias da*

---

107 Cf. *ibidem*, pp. 72-78.
108 Cf. *ibidem*, pp. 82-89.
109 Cf. *ibidem*, pp. 88-91.
110 *Ibidem*, p. 93.
111 Cf. *ibidem*, pp. 93-105.
112 Cf. *ibidem*, pp. 106-115.
113 Cf. AA.VV., 1988 [1961], pp. 116-118.

composição. / Outro aspecto a acentuar é o do hermetismo das edificações. Do absoluto predomínio das paredes sobre os vãos, só contrariado nas varandas envidraçadas, que são, aliás, elementos exteriores a paredes pouco rasgadas. Imposições de ordem técnica, climatérica e económica, encontram-se na base dessas soluções fechadas, maciças, que um nível primevo de existência e de concepções fizeram perdurar. [...] Cremos bem, de resto, que de um modo geral (embora mais acentuadamente no interior do País) as características apontadas são típicas da Arquitectura portuguesa. A sobriedade, a horizontalidade e o hermetismo caracterizam, com efeito, as edificações típicas de regiões mais vastas do que as da Zona em estudo.[114]





À esquerda
6. Mapa das sub-regiões da Zona 3

À direita
7. Habitação, Paul (sub-região D)

114 *Ibidem*, p. 116.

Zona 4

Arquitetos: Nuno Teotónio Pereira, António Pinto de Freitas e Francisco da Silva Dias

Região: Estremadura, Ribatejo e parte da Beira Litoral

Limites: a linha da costa e uma linha quebrada, de vértices em Setúbal, Abrantes, Coimbra e a Praia de Mira.

A equipa coordenada por Teotónio Pereira revela uma particular atenção no levantamento de tipologias não-habitacionais, quer de carácter utilitário, como religioso, cujas características evidenciam acertadas soluções na adaptação às condições ecológicas e económicas.

A Zona 4 caracteriza-se pela sua heterogeneidade, "é uma zona de transição e contrastes"[115], quer nos aspetos naturais, como humanos. Como tal, o seu estudo inicial incide sobre a caracterização do clima, vegetação, orografia – na qual o Tejo é indicado como uma fronteira entre duas áreas de relevo distinto –, cultivos e geologia. No seguimento, são apresentados um conjunto de quatro mapas relativos à "densidade da população", "divisão da propriedade", "formas de cultivo" e "tipos de povoamento", encarados como fatores recíprocos. Completando o enquadramento da Zona, é ainda feita uma referência aos aspetos económicos, com a descrição das ocupações profissionais das populações, do qual se salienta a preponderância da agricultura[116].

Segue-se uma nova temática relacionada com as condicionantes de desenvolvimento dos aglomerados urbanos. Os tipos de povoamento são aqui encarados como reflexo do seu povo, no qual se desvenda a sua constituição social, a sua maneira de viver e as suas necessidades.

> *As aldeias, as vilas ou as cidades, são mais que um conjunto de casas, ruas e largos com igrejas, fábricas ou escolas. Para além dum corpo, possuem uma vida, reflexo das necessidades e somatório das vidas dos seus habitantes. Um aglomerado funciona como a expressão dum habitat humano criado.*[117]

Apresentam-se um conjunto de quatro aglomerados localizados em áreas geograficamente distintas e, como tal, com características distintas. O primeiro, corresponde aos núcleos implantados em elevações, nos quais o casario e as ruas se ajustam de forma orgânica ao relevo do terreno[118]. De seguida, temos os povoados ribeirinhos da costa alta e núcleos antigos do interior (Estremadura), caracterizados em diferentes tipos: povoamento estruturado e compacto; povoamento disseminado; e por último, o povoamento disperso, em que cada casa é rodeada pelas instalações destinadas ao trabalho agrícola. Em co-

115 AA.VV., 1988 [1961], p. 123.
116 Cf. *ibidem*, pp. 123-140.
117 *Ibidem*, p. 141.
118 Cf. *ibidem*, pp. 142-143.

mum, partilham da correspondência entre a casa e a terra e o proprietário e o trabalhador[119]. Nos núcleos compactos da planície do Ribatejo são características as ruas retilíneas e mais largas, delimitadas por casas térreas, que se isolam do exterior em fachadas praticamente cegas. Os quintais, delimitados por casas ou por muros, desenvolvem-se nas traseiras das habitações, funcionando como uma espécie de refúgio exterior onde os seus habitantes podem descansar e desempenhar as suas tarefas quotidianas[120]. Nos aglomerados da costa baixa, na parte setentrional da Zona, dominam as casas de madeira dos pescadores e a vida passa-se essencialmente no exterior. As necessidades de reunião são principalmente de ordem económica, destacando-se os terreiros na realização de feiras e mercados[121].

Nesta Zona, o interesse pela arquitetura popular, vai além das tipologias habitacionais, enquadrando-se uma série de edifícios e estruturas de carácter religioso ou utilitário, indispensáveis na vida económica e social. Como tal, faz-se menção à importância da água nos núcleos de povoamento, com a presença de fontes, poços e lavadouros comuns, aos terreiros como espaços de lazer, bem como as praças de touros[122]. Também os largos são destacados como centros da vida social, onde se implantam os principais equipamentos dos aglomerados, dando-se o exemplo do Largo de Óbidos, pelo seu interesse a nível da organização espacial e pela conveniência da sua escala[123]. Situado no Cabo Espichel, o conjunto de Nossa Senhora do Cabo – composto por uma igreja, "hospedarias" para peregrinos e um "arraial" (largo retangular) –, é considerado um dos mais interessantes exemplos apresentados, pela sua racionalidade e composição[124].

Segue-se a referência à influência do clima na arquitetura, do qual se dá o exemplo da criação do alpendre ou da varanda alpendrada, elogiando-se o seu "grande valor plástico", presente a maioria das vezes, "quer pela cuidadosa composição dos seus elementos, quer pela escolha criteriosa dos materiais empregados"[125]. Salienta-se a grande presença de moinhos em todo o litoral, bastante ventoso, demonstrando-se com fotografias os diferentes exemplos existentes[126]. Os avieiros, denominação encontrada em Alves Redol, são encontrados no Ribatejo e constituem-se por casas de madeira assentes em estacaria, cujas técnicas empregues baseiam-se nas existentes na região e donde emigrou a sua população, proveniente de Vieira de Lima[127]. Observa-se ainda a grande frequência de cisternas na região de Mendiga, integradas no conjunto habitacional para recolher a água das chuvas, pois apesar da grande pluviosidade da região, esse bem torna-se escasso devido à permeabilidade do solo[128].

119 Cf. AA.VV., 1988 [1961], pp. 144-145.
120 Cf. *ibidem*, pp. 145-146.
121 Cf. *ibidem*, pp. 147-149.
122 Cf. *ibidem*, pp. 150-153.
123 Cf. *ibidem*, pp. 154-155.
124 Cf. *ibidem*, pp. 156-159.
125 *Ibidem*, p. 163.
126 Cf. *ibidem*, pp. 164-165.
127 Cf. *ibidem*, pp. 166-167.
128 Cf. *ibidem*, pp. 168-169.

Inicia-se um novo tema relacionado com os condicionamentos da arquitetura regional que advêm do tipo de vida do povo e da disponibilidade dos materiais de construção. Apesar das duras condições de vida, faz-se uma homenagem à população da região que "em tão duras circunstâncias consegue casas, palheiros, poços, moinhos ou fontes, tão acertados e belos"[129]. Sobre este assunto, ilustram-se dois mapas, um relativo à variedade de materiais existentes na região e outro que demonstra a natureza do solo. Os materiais utilizados são aqueles que as próprias localidades têm em abundância. Assim encontra-se o emprego da pedra, quase sempre calcário, tirando as exceções do granito na Serra de Sintra e nos arredores de Porto de Mós, o xisto ao longo do Zêzere e o basalto nos arredores de Lisboa. Com a proximidade do pinhal de Leiria e o chão arenoso é utilizada a madeira, já ao Sul do Tejo, a abundância de cereais e palha, manifesta-se no emprego do colmo nas coberturas e mesmo paredes em colmo[130]. Em Pernes, Rio Maior e Torres Novas encontra-se um calcário brando e compacto, aplicado nas paredes, cujo sistema designa-se por tufo. Este consiste na aplicação deste material em fiadas de blocos de pedra assentes com argamassa e os espaços entre estes preenchidos com pequenas pedras[131]. Nas povoações de beira-mar ou beira-rio aplica-se o calhau rolado, quer nas ruas como em algumas divisórias das habitações[132]. O tijolo é utilizado em todo o Ribatejo e Estremadura, verificando-se composições interessantes que criam um jogo de cheios e vazios[133]. Nos arredores de Rio Maior verifica-se a produção de adobe no seio familiar e a sua comercialização, com uma distribuição alargada. As paredes construídas em adobe ou taipa obrigam ao seu fortalecimento empregando-se gigantes, no entanto verifica-se a sua substituição por paredes de cimento[134]. Conforme já foi referido, a presença do pinhal de Leiria, reflete-se na frequência de construções em madeira, na parte setentrional da Estremadura, ao longo da costa baixa. Aqui, é comum a elevação das construções acima do solo, sobre estacas de madeira, pilares de adobe ou blocos de betão, como forma de evitar a acumulação das areias. Surgem habitações construídas com blocos de adobe ou cimento, devido à proibição do uso de madeira em algumas povoações envolventes ao pinhal de Leiria[135]. Na Lezíria Ribatejana e na península de Setúbal é ainda possível observar-se coberturas, paredes de algumas casas ou dependências agrícolas em palha. Em alguns casos as paredes surgem em "tojo travado", uma sobreposição de molhos de planta calcados entre paus postos ao alto[136]. O emprego da cal, material fácil e económico, na Estremadura e Ribatejo é uma constante, servindo como revestimento protetor contra os agentes atmosféricos nas paredes de calcário, adobe, taipa e tijolo[137]. Denota-se em vários locais a substituição dos tradicionais materiais nos elementos estruturais pelo betão, ainda que em muitos casos de forma desordenada ou mesmo errada[138].

129 AA.VV., 1988 [1961], p. 171.
130 Cf. *ibidem*, pp. 172-174.
131 Cf. *ibidem*, p. 175.
132 Cf. *ibidem*, pp. 176-177.
133 Cf. *ibidem*, pp. 178-179..
134 Cf. *ibidem*, p. 180.
135 Cf. *ibidem*, pp. 181-187.
136 Cf. *ibidem*, p. 188.
137 Cf. *ibidem*, pp. 189-192.
138 Cf. *ibidem*, p. 193.

A estrutura económica da população portuguesa – essencialmente assente no sector primário – é um dos outros fatores apontados como reflexo das formas de uso do solo e dos tipos de edifícios a que dá origem. Na paisagem desta zona torna-se particularmente evidente essa relação, surgindo edifícios de carácter utilitário associados a uma determinada exploração, isoladamente ou em conjunto com a habitação. Para se perceber melhor esta condicionante apresenta-se um mapa com a identificação das principais atividades da região (agricultura, pesca e salinas)[139].

Dentro das grandes explorações agrícolas da Estremadura e do Ribatejo são raros os exemplos de edifícios destinados a albergar especificamente a população assalariada que trabalha nos campos. As designadas "casas da malta" que acolhem pessoas nas épocas de trabalho mais intenso, não têm grande relevância arquitetónica[140]. Contudo, destaca-se como "valioso e invulgar exemplo de habitação rural colectiva", o conjunto de casas para trabalhadores agrícolas na Picanceira (arredores de Mafra), denominadas "casas dos ilhéus", uma vez que os seus primeiros habitantes eram oriundos das ilhas[141]. Aponta-se ainda a grande frequência de adegas na região, quer de grandes dimensões associadas à produção vinícola de maior escala, como em pequenas unidades, geralmente ligadas à habitação[142]. Faz-se referência aos moinhos de maré na margem sul do Tejo, entre Alcochete e o Alfeite, aos fornos de cal, distribuídos um pouco por toda a região, às "casas de sal" construídas em alvenaria ou em madeira, e finalmente, às lojas rurais, geralmente ligadas diretamente à casa do seu proprietário[143].

Em jeito conclusivo, expõe-se um texto que volta a realçar a arquitetura rural como reveladora dos fatores humanos e naturais, portanto dos valores tradicionais, da economia ou das condições ecológicas. Sob este aspeto, e "dentro das grandes influências que dividem o país", menciona-se a ampla diversidade da Estremadura e do Ribatejo como agente cambiante da igual variedade de tipos e de formas de arquitetura existentes[144]. Alerta-se para a dissolução do meio, em edificações inexpressivas, provocada pela "interpenetração de influências", relacionadas com a facilidade de transportes, bem como o baixo nível de vida das populações rurais, apesar de ser uma das regiões mais prósperas do país[145].

Segue-se o mapa tipológico que reúne os tipos habitacionais mais relevantes da região – distintos nos materiais, nos processos de construção e na distribuição dos espaços –, bem como edifícios de carácter utilitário (adegas, moinhos de vento e maré, cisternas, poços cobertos e capelas de beira-mar)[146].

Posteriormente, faz-se uma descrição mais detalhada de cada uma das cinco tipologias habitacionais assinaladas no mapa tipológico, sendo acompanhada por desenhos rigorosos e fotografias de vários exemplos[147]. Assim temos:

---

139 Cf. AA.VV., 1988 [1961], p. 195.
140 Cf. *ibidem*, pp. 196-197.
141 *Ibidem*, p. 198.
142 Cf. *ibidem*, pp. 200-201.
143 Cf. *ibidem*, pp. 202-209.
144 *Ibidem*, p. 211.
145 *Ibidem*.
146 Cf. *ibidem*, pp. 212-213.
147 Cf. AA.VV., 1988 [1961], pp. 214-223.

Na costa baixa, ocupada pelo pinhal de Leiria, os característicos palheiros e avieiros, geralmente de um só piso, são construídos em madeira, com cobertura de telha e assentes em estacaria;

Na orla interior do pinhal de Leiria, são comuns as habitações de um só piso, construídas em adobe ou taipa, com alpendre integrado no volume da edificação, possuindo caiação simples;

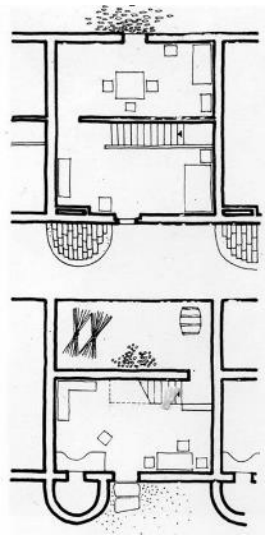
Na zona saloia, casas em alvenaria de pedra, com telhado mourisco de quatro águas e predominância de volumes cúbicos, em um ou dois pisos (pouco comum nas habitações rurais da Estremadura);

No Ribatejo, construções em tijolo, tufo ou adobe, de piso único, telhado de duas águas e caiação policromada;

Por último, na península de Setúbal, construções em taipa ou adobe com contrafortes, telhado de duas águas, pé direito reduzido, fornos e anexos adossados ao volume da habitação e caiação simples.

A finalizar o Inquérito da Zona 4, apresentam-se a arquitetura religiosa rural, constituída por igrejas e capelas, nas quais se incluem as de beira-mar, e a arquitetura erudita, com os edifícios municipais de Palmela, Tomar e Óbidos e os vários solares e palácios da Estremadura[148].





8. "Casas dos ilhéus", Picanceira, Mafra

148 Cf. *ibidem*, pp. 225-235.

Zona 5

Arquitetos: Frederico George, António Azevedo Gomes e Alfredo da Mata Antunes

Região: Alentejo

Limites: a Sul e Oeste uma linha poligonal, cujos vértices assentam em Aljustrel, Alcácer do Sal e Vendas Novas, estendendo-se até ao Tejo; a Norte até à fronteira que a extrema pelo Leste.

A equipa do Alentejo faz um estudo mais limitado do que as restantes Zonas, contudo ao contrário destas, aprofunda as questões relacionadas com os materiais, as técnicas e os sistemas construtivos, pormenorizando as suas especificidades e o modo de execução e aplicação na arquitetura. À semelhança da Zona 3, também são definidas sub-regiões, nas quais a arquitetura apresenta dominantes comuns, contudo estas não surgem sintetizadas num mapa tipológico, devido à sua inexistência.

A Zona 5 inicia-se por um capítulo intitulado "factor geográfico" onde se faz uma caracterização geral da área em estudo, abordando temas como a densidade da população, a hidrografia, a constituição geológica dos terrenos e os aspetos climáticos, seguindo-se dois mapas que ilustram os dois últimos assuntos[149].

Dada a importância que a agricultura tem na população alentejana (70%), apresenta-se uma página dedicada à "agropecuária" que aborda a grande propriedade, os tipos de culturas e a criação de gado[150]. Posteriormente, dedica-se um breve texto aos "factores de evolução", no qual se prenuncia a industrialização da agricultura, pela introdução de máquinas agrícolas e de elementos de carácter "urbano-industrial" nos montes, com consequências no enquadramento paisagístico. Sobre este aspeto, é também referido que junto às barragens, surgem as primeiras culturas de sequeiro. Quanto à organização social, refere-se a preponderância da exploração agrícola em regime de grande propriedade ao qual corresponde uma determinada orgânica social, com vários tipos de proprietários e de criados da lavoura. Refere-se a importância das feiras e mercados periódicos, bem como das touradas[151]. Apresentam-se algumas considerações relacionadas com a "ocupação do território" e com a "distribuição da população e estruturas urbanas", ilustradas com mapas e fotografias áreas de algumas povoações, a partir dos quais se evidencia o povoamento concentrado sobre fundo de disseminação rara[152].

No capítulo "materiais de construção, sua aplicação directa na arquitectura", refere-se a utilização dominante da cal, do tijolo e da taipa, fazendo-se a sua descrição pormenorizada (características, fabrico e aplicação), acompanhada com fotografias de pormenores de construção e da sua execução. Relata-se o emprego corrente de ladrilho ou tijoleira no pavimento, faz-se

149 Cf. AA.VV., 1988 [1961], pp. 6-10.
150 Cf. *ibidem*, pp. 11-12.
151 Cf. *ibidem*, pp. 13-21.
152 Cf. *ibidem*, pp. 22-32.

uma descrição da técnica das abobadilhas, com as suas cambiantes, e elogiam-se os dotes dos seus artesãos. Surgem outros materiais menos dominantes – o granito, o xisto (mais frequente), o calcário e a madeira –, sobre os quais se descreve os locais onde são utilizados e a sua aplicação. Ainda menos frequente é a utilização de piorno e outros matos, aplicados em coberturas de cabanas e outras instalações do género, bem como na região de transição da charneca alentejana[153].

Inicia-se um novo capítulo, a "arquitectura da zona", onde se define o âmbito de estudo:

> *Fizemos incidir a nossa análise sobre a chamada arquitectura espontânea. O potencial criador que revela supera todas as vicissitudes dos tempos, resiste e dá-nos a justa medida do valor imaginativo e concepcional do homem do seu povo, do seu conceito de vida, da sua poesia plasticizada em construção.*[154]

Admite-se a existência de constantes na Zona: o sentido de horizontalidade, os volumes bem definidos e texturizados pelas sucessivas caiações, os telhados de uma ou duas águas e as características chaminés. Todavia, distinguem-se dois grandes grupos da habitação alentejana, a pertencente aos aglomerados populacionais, no qual domina a instalação habitacional, e a construção isolada – o monte –, no qual prepondera a função agrícola[155].

Cita-se Jorge Dias para justificar a importância do papel individual na arquitetura popular e a dificuldade em se estabelecer tipologias para a Zona considerada. Deste modo, a equipa vai dividir a área de estudo em sub-regiões, baseando-se numa carta do prof. Aristides Amorim Girão (1895-1960) e explorar a arquitetura (popular e erudita) de cada uma destas subzonas: Areias, Barros, Serra de Borba, Plataforma de Évora, Barros de Beja, e Além Guadiana. São descritos de um modo geral, as feições dos aglomerados, os materiais utilizados, o aspeto formal da construção, os elementos arquitetónicos que se destacam e a organização interior, ao qual se juntam fotografias e levantamentos de alguns exemplos mais notáveis.

Em Areias refere-se a frequência de habitações de dois pisos. Esta sub-região apresenta semelhanças com a Beira Baixa, de que é exemplo a utilização de granito em alguns elementos e a varanda de ressaibo beirão, ainda que com guardas de grilhagem em tijolo. Numa das habitações descritas refere-se o pé-direito de 2,26 de altura, como uma "medida bem cara a Le Corbusier"[156], revelando-se de forma evidente a visão da arquitetura popular no prisma do moderno. Além da arquitetura habitacional rural, são referidos dois largos e marcos da arquitetura erudita, como uma casa solarenga em Marvão e o Castelo da aldeia da Flor da Rosa[157].

Na sub-região de Barros, rica em argila, denota-se um maior esmero e emprego da cal na construção, a chaminé é o elemento dominante e a frequência do segundo piso é menor. Utilizam-se granitos e mármores, devido à sua posição geográfi-

153 Cf. AA.VV., 1988 [1961], pp. 33-57.
154 *Ibidem*, p. 58.
155 Cf. *ibidem*.
156 *Ibidem*, p. 63
157 Cf. *ibidem*, pp. 61-67

ca. Sobre o Largo da Câmara de Campo Maior, "revela-se um curioso hibridismo de Arquitectura clássica e espontânea"[158]. Verifica-se ainda a destacada presença do arco (como elemento construtivo) em Elvas.

A Serra de Borba distingue-se pela sua constituição geológica, onde afloram pedreiras, pelo maior relevo orográfico, pela abundância de água e ainda pelas condições climatéricas diferenciadas que transparecem na arquitetura desta sub-região[159]. Distingue-se o Palácio de Vila Viçosa como sendo "o elemento arquitectónico que dá timbre à Arquitectura da vila, sentindo-se a sua presença em realizações mais modestas que muitas vezes tomam verdadeiros valores escultóricos"[160].

A Plataforma de Évora, assim designada por ser "o coração de toda a planície alentejana"[161], considera-se representativa de uma síntese dos traços arquitetónicos que definem aquela zona do país. Verifica-se que a repetição do arco cego com janela sobreposta é comum na zona, bem com o contraste do granito com a caiação. São demonstrados pátios e vários conventos, onde se observam variantes das soluções de coberturas em arco, abóbadas e abobadilhas[162].

Em Barros de Beja, a extensiva utilização da taipa, "confere à Arquitectura um carácter de maciez, nos volumes acusados com grande valor"[163]. Os raros vãos sem guarnições de pedra surgem como buracos, rasgados nas superfícies "exaustivamente" caiadas. A chaminé passa a ter uma relevância secundária e as habitações passam muitas vezes a ter dois pisos pela presença de uma adega no piso térreo[164].

Do ponto de vista geográfico, Além Guadiana surge como uma zona individualizada. É notória a influência da cultura árabe na arquitetura, especialmente em Serpa e Moura. Nesta última localidade a construção em abóbada e abobadilha continuava a ser uma tradição. Barrancos, situada na zona raiana, apresenta-se como um caso diferenciado dentro do panorama alentejano, tanto na arquitetura, como nas suas tradições, aparentando nalguns casos a influência espanhola. Finalizando-se as considerações sobre esta sub-região, apresenta-se Mértola, uma povoação que cresceu num terreno acidentado originando diversas soluções volumétricas.

Ao contrário de todas as outras equipas, a Zona 5 não apresenta um mapa tipológico.

158 AA.VV., 1988 [1961], p. 75.
159 Cf. *ibidem*, p. 81.
160 *Ibidem*, p. 82.
161 *Ibidem*, p. 87.
162 Cf. *ibidem*, pp. 87-99.
163 *Ibidem*, p. 100.
164 Cf. *ibidem*, pp. 100-109.



9. "Monte" Branco da Serra, Moura

Zona 6

Arquitetos: Artur Pires Martins, Celestino de Castro e Fernando Torres

Região: Algarve, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral

Limites: a Norte, uma linha que começa em Corte Pinto, passando por Mértola, Aljustrel, contorna a Bacia do Sado até próximo de Alcácer do Sal e termina no estuário do Sado, junto de Águas de Moura; a Sul, limites naturais do país.

A equipa da Zona 6 inicia o seu estudo com uma "introdução geográfica", onde se começa por explicar a sua abrangência, não apenas restrita ao território algarvio, mas com uma extensão a outras regiões geográficas, como o Baixo Alentejo, a Bacia do Sado e o Alentejo Litoral. Aqui, expõe-se os limites da área levantada, fazendo-se a sua caracterização apoiada por fotografias e mapas relativos à "economia agrícola", aos "tipos de povoamento" e às "divisões geográficas". Este último mapa é sintetizado a partir dos estudos de Medeiros Gouveia, em *O Algarve*, e de Orlando Ribeiro, em *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Segundo os elementos colhidos a partir do ensinamento destes autores, o Algarve é constituído por três subregiões: o Alto Algarve, o Algarve Calcário e o Baixo Algarve[165].

De seguida, apresenta-se um novo capítulo denominado "dois povoados, um morgadio": os primeiros, referentes a Burgau (Vila do Bispo), localizado no litoral entre Lagos e Sagres, e no interior, a Fontes da Matosa (Silves); quanto ao segundo, o seu principal núcleo é constituído pelo morgadio do Reguengo, de Arge e da Torre. Estas escolhas procuram demonstrar as diferenças entre o litoral e o interior, não só nos seus aspetos físicos (meio geográfico e carácter dos povoados), mas também humanos, onde se destaca essa individualização na própria estrutura económica da população, relacionada com a atividade piscatória ou agrícola. No Burgau, o aglomerado acompanha a topografia e as casas têm um pátio, onde se descansa e se guardam os utensílios relacionados com a pesca. No diminuto e pobre povoado de Fontes da Matosa, não se encontram pátios, mas a inexistência de abastecimento de água, obriga à presença de poços em pequenos largos, para os quais convergem os arruamentos e onde a população se reúne. Quanto aos "morgadios", o do Reguengo localiza-se num dos pontos mais altos da propriedade e o de Arge no sopé de uma pequena encosta. O primeiro, é um dos que possui as maiores instalações próprias, incluindo desde casas para os seus trabalhadores, como estábulos, adegas, armazéns, etc.[166]

Sobre a estrutura urbana do Algarve, começa por se citar Orlando Ribeiro: "um longo passado de insegurança e talvez a raridade dos pontos de água levaram à concentração do povoamento". Devido ao clima seco, verifica-se em muitas povoações, nomeadamente nas mais antigas e menos evoluídas, a presença do poço, que constitui o principal equipamento do aglomerado. São também dados exemplos de povoações cujo aspeto e carácter se deveram a razões de defesa, economia e

165 Cf. AA.VV., 1988 [1961], pp. 123-133.
166 Cf. *ibidem*, pp. 134-143.

facilidade de comunicações[167]. As vilas de Olhão e Fuseta são objeto de estudo, por se constituírem como uma exceção em toda a costa algarvia. Estas terras de pescadores, de formação recente, individualizam-se pelas suas construções de piso único com coberturas horizontais, designadas *açoteias*. Posteriormente foram alvo de ampliações, com a construção de novos volumes em altura, o "mirante" e o "contra-mirante", acedidos por escadas exteriores. Estes aglomerados assemelham-se aos povoados marroquinos e alguns da costa mediterrânea espanhola[168]. Em Porto Covo destaca-se o seu largo, pela sua composição invulgar de influências urbanas, embora as suas casas de taipa não escondam a pobreza na falta de conservação e caiação[169].

Um novo capítulo é dedicado à importância do clima como agente modelador da atividade humana, quer em termos económico, culturais, como na própria arquitetura. O Algarve apresenta condições climáticas muito particulares, além da dominante influência do Mediterrâneo, goza ainda de uma privilegiada exposição solar a Sul, apresentando um clima que se aproxima do tipo subtropical, sob o efeito dos ventos provenientes do continente africano. Do clima seco e dos baixos níveis de precipitação, destaca-se o maciço de Monchique pela sua abundante pluviosidade. Além do mapa da pluviosidade e do quadro indicativo da temperatura, seguem-se fotografias de várias habitações onde se demonstra a adaptação da arquitetura ao clima, por meio de varandas, coberturas com telhado, alpendres, pátios, parreiras e terraços (estes últimos pouco frequentes). Destacam-se os casos de formação de Olhão e da Fuseta das demais estruturas urbanas. Ao contrário destas, em que o clima e a economia foram os fatores mais influentes, naquelas foram determinantes os contactos dos seus habitantes com os povos do Norte de África, "que permitiram a transposição e assimilação deste tipo de habitação e das características urbanas da sua implantação"[170]. Além das soluções anteriormente referidas, constroem-se "caleiras de telha ao longo das fachadas e sob os beirados, para recolha das águas"[171] pluviais que são encaminhadas até cisternas. Quando mesmo assim a água não é suficiente, constrói-se o "eirado" que consiste num amplo terreiro ao nível térreo, "revestido com ladrilhos e com declives para encaminhar a água das chuvas para um pequeno orifício, que comunica com o interior da cisterna, de onde será tirada por meio de uma boca semelhante às dos poços"[172].

Segue-se uma secção que aborda a temática dos "materiais e processos de construção", no qual se evidência a variedade da constituição geológica da Zona. O Algarve possui uma grande área de bons terrenos calcários e argilosos, que facilita a manufatura da cal e dos materiais cerâmicos, comummente utilizados na construção. A cal é usada no interior e no exterior das habitações aplicada sobre reboco ou diretamente sobre vários materiais. Os elementos cerâmicos são aplicados nos mais variados tipos de construção, desde os pavimentos interiores ou exteriores das habitações, às paredes, coberturas, quer sejam estas em telhado, abóbadas ou "dormentes" (tipo de cobertura plana sobre estrutura de madeira). O uso da taipa em

167 Cf. AA.VV., 1988 [1961], pp. 144-147.
168 Cf. *ibidem*, pp. 148-151.
169 Cf. *ibidem*, pp. 156-157.
170 *Ibidem*, p. 168.
171 *Ibidem*, p. 168.
172 *Ibidem*, p. 171.

alvenarias é generalizado, inclusive em regiões em que dominam outros materiais. O calcário emprega-se mais vulgarmente como alvenaria, na pavimentação de ruas e principalmente no guarnecimento de vãos, portas e janelas. "De São Bartolomeu de Messines até Silves, [...] encontra-se um arenito, o «grés de Silves», rocha de cor avermelhada escura, que serviu para a edificação do Castelo e da Sé desta cidade"[173]. No maciço eruptivo de Monchique, extrai-se uma rocha designada por foiaíte. O adobo tem um uso pouco expressivo e restrito a pequenas áreas da Zona. No Alto Algarve, encontra-se uma maior predominância da alvenaria de xistos argilosos, geralmente sem revestimento e caiada diretamente sobre a pedra.

Dos vários tipos de coberturas usados no Algarve, a telha assume-se como a mais predominante, entre as abóbadas e os "dormentes". Todavia, o tradicional ripado é substituído pelo "encaniçado", que resulta de "um conjunto de canas ligadas umas às outras e aos barrotes por meio de cordel"[174]. A cana é também utilizada na preparação de tetos falsos.

Os "dormentes", sistema construtivo original, baseiam-se na aplicação de ladrilho sobre estrutura de madeira, na construção de terraços, mirantes ou pavimentos elevados[175].

As abóbadas constituem um método construtivo de coberturas que apresenta algumas singularidades, devido ao modo como são utilizados os elementos cerâmicos que o constituem: ladrilho ou tijolo maciço. As abóbadas de ladrilho são mais frequentes que as de tijolo. Este pormenor construtivo encontra-se restrito a Porches e Boliqueime[176].

A utilização de colmo, "bracejo" ou "estorno", revela na maioria das vezes um baixo nível de vida, ainda que sob o ponto de vista construtivo "manifesta um certo engenho"[177].

No capítulo seguinte apresentam-se diversos tipos de habitação, relacionados com as divisões geográfico-naturais em que se subdividem as províncias estudadas (Algarve e parte do Alentejo) e com os seus próprios aspetos climáticos, agrícolas, económicos, etc. Na região do Alto Algarve, distinguem-se duas sub-regiões de características particulares: o maciço eruptivo de Monchique e a Secção Oriental da Serra do Caldeirão. Nas regiões do Baixo e do Algarve Calcário, no Maciço de Monchique, e nos Relevos Ocidentais, a análise dos tipos de habitação correspondem essencialmente ao povoamento disseminado; na Bacia do Sado, na Secção Oriental da Serra do Caldeirão, foram estudados os elementos das aglomerações e dos aglomerados tipo-montanha[178].

De um modo geral, em toda a Zona do Algarve as habitações apresentam um único piso e aparentam uma simplicidade de composição, manifestada numa grande pureza de volumes e superfícies. Os interiores são na maioria caiados, com pavimento em terra, ladrilho ou sobrado e os vãos têm correspondência com as suas divisões, embora em alguns casos fiquem redu-

173 AA.VV., 1988 [1961], p. 178.
174 *Ibidem*, p. 182.
175 Cf. *ibidem*, p. 182.
176 Cf. *ibidem*, pp. 184-186.
177 Cf. *ibidem*, pp. 188-189.
178 Cf. *ibidem*, p. 191.

zidos à porta de entrada. Os elementos que complementam o conjunto da habitação (fornos, estábulos, galinheiros, etc.) ficam a ela adossados ou agrupados e separados[179].

"Numa visão limitada e singela", como afirma a equipa da Zona 6, a casa algarvia distingue-se das sub-regiões alentejanas, pela importância que é dada à função de receber visitas em casa. Assim, a entrada na habitação é feita diretamente para a sala ou por um vestíbulo que antecede a cozinha, geralmente pouco cuidada. Nas sub-regiões alentejanas que entram no estudo da Zona, a cozinha e a sala surgem integradas na mesma divisão, que se apresenta como o principal espaço social da casa e na qual a chaminé ganha especial relevância[180].

No Baixo Algarve, o conjunto da habitação e os seus prolongamentos denotam a íntima relação com os tipos de culturas. Essa organização conjunta pode surgir desde a forma mais simples e diminuta, até montes e quintas bastante desenvolvidos. Como tal, são escolhidos quatro exemplos oriundos de localidades distanciadas e com diferentes graus de importância quanto aos seus complementos, ainda que se revele a presença de traços comuns: cobertura de uma ou duas águas, com ou sem chaminé; alvenaria de taipa, pedra ou tijolo; e por último, pavimentos em tijoleira ou terra batida[181].

Na região central do Algarve, a *açoteia* aparece com maior frequência, embora não defina propriamente um tipo de habitação, pois as divisões interiores são iguais ou semelhantes às do Baixo Algarve. Normalmente a cobertura é mista, ou seja, uma das duas águas do telhado dá lugar à açoteia. Quanto aos materiais, são empregues a alvenaria de calcário, tijolo ou taipa nas paredes, a tijoleira no pavimento, e vãos guarnecidos normalmente com cantaria[182].

As vilas da Fuseta e de Olhão oferecem um interesse de habitação isolada que geralmente não se observa nos meios urbanos. As habitações dispõem-se em banda e apresentam uma planta retangular em profundidade, o acesso às *açoteias* é feito por um pátio posterior, onde aquelas assentam em abóbadas de tijoleira, no rés-do-chão, e no primeiro andar, sobre "dormentes", sendo os pavimentos em tijoleira. Os alçados, contudo, não apresentam o mesmo valor plástico das restantes sub-regiões[183].

A equipa da zona 6 encontra nas costas arenosas ainda a tradição de se construírem as habitações em junco ou "estorno", geralmente pertencentes a pobres pescadores. Na maioria dos casos, o "bacejo" ou "estorno" é utilizado, tanto nas paredes como na cobertura. A planta é constituída apenas por uma ou duas divisões e os pavimentos são em terra[184].

Na Serra do Caldeirão – fronteira natural entre o Alentejo e o Algarve – aflora o xisto, usado nas "curiosas" habitações que manifestam afinidades entre aquelas duas províncias. Junto ao vale do Guadiana, estas habitações compõem-se, na maioria

179 Cf. AA.VV., 1988 [1961], p. 191.
180 Cf. *Ibidem.*
181 Cf. *ibidem*, pp. 193-197.
182 Cf. *ibidem*, pp. 200-201.
183 Cf. *ibidem*, pp. 202-207.
184 Cf. *ibidem*, pp. 208-209.

dos casos, por uma cobertura de uma só água, no qual é patente a ausência da chaminé. Os pavimentos são em terra e no exterior da casa é adossada uma fornalha[185].

A região da Serra de Monchique apresenta aspetos diferenciados, tanto no carácter da organização da habitação, como no modo de vida dos seus habitantes. As casas são construídas em alvenaria de foiaíte e o pavimento é em terra batida e sobrado. Tal como na Serra do Caldeirão, não têm chaminé, ainda que no interior exista um forno. Apresentam algumas semelhanças com as regiões serranas da Beira e do Norte do país que podem, por exemplo, ser confrontadas na integração do estábulo na habitação com acesso pelo interior e, ainda, pela pedra à vista no exterior, apenas com a fachada principal caiada[186].

No Alentejo Litoral, as habitações das encostas da Serra de Grândola e Cercal diferem das anteriores pela generosidade nos espaços e no tratamento interior. A casa com cobertura de duas águas e pavimentos em tijoleira apresenta uma cozinha de características alentejanas, marcada no exterior pelo grande volume da chaminé. No exterior destacam-se os anexos que surgem adossados à habitação, tais como o forno coberto e o estábulo[187].

No Baixo Alentejo, as populações vivem isoladas nos "montes" em habitações que englobam dois ou mais corpos de edifícios, destinados a abrigos para trabalhadores, estábulos, cobertos, forno, etc. As paredes das casas são em alvenaria de taipa e os pavimentos em tijoleira e sobrado[188].

As pequenas habitações em banda das povoações do vale do Sado dispõem de uma única divisão, sendo os quartos em alcova e os pavimentos em terra batida. No volume da casa, de paredes de alvenaria de taipa, assenta uma chaminé desenvolvida[189].

Antecedido pelo mapa tipológico que reúne os tipos de habitações anteriormente referidos, o Inquérito à Zona 6 termina com um capítulo intitulado "elementos de valorização", no qual se pretende destacar alguns elementos arquitectónicos que pela sua riqueza plástica qualificam a arquitetura algarvia. Deste modo, são referenciados: as platibandas e as chaminés, a organização dos pátios interiores, a aplicação da cal, o uso das molduras em vários tipos de edifícios ou nas construções de carácter religioso e, finalmente, os rotulados na proteção de vãos de janelas ou nos postigos das portas[190].

185 Cf. AA.VV., 1988 [1961], pp. 210-213.
186 Cf. *ibidem*, pp. 214-215.
187 Cf. *ibidem*, pp. 216-219.
188 Cf. *ibidem*, pp. 220-223.
189 Cf. *ibidem*, pp. 224-225.
190 Cf. *ibidem*, pp. 228-239.



10. Habitações, Fuseta, Olhão

3 **ESTUDO DOS HABITATS NATIVOS NA "ÁFRICA PORTUGUESA"**

3.1 **Emergência do estudo dos *habitats* nativos africanos**

Desde pelo menos os anos trinta do século XX que se regista o interesse de geólogos, geógrafos e etnógrafos pelos territórios das colónias ultramarinas, em estudos que incluem assuntos como o povoamento e a habitação indígena, nomeadamente na província da Guiné[191].

Em 1935, surge a obra *Babel Negra*, um estudo etnográfico das diferentes tribos guineenses, do funcionário administrativo Landerset Simões. No ano seguinte, e baseado no Inquérito Etnográfico de 1934, surge um estudo preliminar sobre as tradições e costumes destes povos realizado pelo governador Luís Viegas, que perdurará até 1940, intitulado *Guiné Portuguesa*. Em relação à ciência geográfica, o francês Jacques Richard-Molard (1913-1951) lança-se entre 1941-42 numa missão ao Futa-Djallon a pé[192]. Em 1945, Avelino Teixeira da Mota (1920-1982) cria o Centro de Estudos de Bissau e o *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, reconhecida publicação semestral que funcionará entre 1946 a 1973. A maioria dos artigos deste boletim e as monografias eram escritos por administradores e chefes de posto, cuja informação se revelaria essencial pelo contacto permanente e prolongado com os indígenas[193]. Ainda em 1946, e dirigido por Teixeira da Mota, dá-se início a um Inquérito Etnográfico e outro sobre *Habitação Indígena*, que resultaria numa publicação dois anos depois. Este trabalho veio preencher a lacuna relativa ao conhecimento dos povos da Guiné Portuguesa, tornando-se base de outros estudos[194]. O levantamento em curso revelou-se também oportuno no quadro da *Missão Geográfica à Guiné*, protagonizada pelo geógrafo Orlando Ribeiro em 1947, permitindo um enquadramento geral da diversidade étnica desta província, a partir da análise do modo de organização das *moranças*[195] e da construção das habitações tradicionais[196]. Ainda neste ano são publicadas as primeiras monografias sobre Bijagós, Manjacos e Mandingas pelo etnólogo e historiador António Carreira (1905-1988) e por Santos Lima[197]. A informação disponível sobre outros agrupamentos étnicos era escassa e dispersa resumindo-se ao *Boletim Cultural*[198]. Posteriormente são publicados, entre 1948 e 1950, uma monografia sobre os Fulas de Mendes Moreira, o primei-

191 Cf. Tenreiro *in* Milheiro & Dias, 2009, p. 88 e Havik & Daveau, 2010, p. 21.
192 Cf. Havik & Daveau, *ibidem*, pp. 21-22 e 189.
193 Cf. *ibidem*, pp. 16-18 e 189.
194 Cf. *ibidem*, p. 21.
195 Conjunto de habitações tradicionais pertencentes à mesma estrutura familiar.
196 Cf. Havik & Daveau, *op. cit.*, p. 17.
197 Ver Carreira, António (1947), *Mandingas da Guiné Portuguesa*, Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa; Carreira, António (1947), *A Vida Social dos Manjacos*, Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa; Lima, Santos A. J. (1947), *Organização Social e Económica dos Bijagós*, Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
198 Cf. Havik & Daveau, 2010, pp. 21-22.

ro estudo sobre a agricultura dos Balantas de Espírito Santo e apontamentos etnográficos dos Manjacos de Caió do administrador Artur Martins Meireles e dos Felupes de Suzana de Cunha Taborda[199]. Com base no trabalho pioneiro de Teixeira da Mota e nos elementos recolhidos por Orlando Ribeiro no decurso da sua *Missão*, o ajudante do geógrafo e jovem sociólogo Francisco Tenreiro (1921 - 1963) publica em 1950, *Acerca da Casa e do Povoamento da Guiné,* "um estudo sintético e complementar que mostra a rápida evolução dos conhecimentos sobre as «populações nativas» na Guiné naquela época"[200]. O censo demográfico de 1950 é o primeiro a fornecer dados fiáveis, como confirma Orlando Ribeiro no relatório sobre a *Missão*. A mais completa monografia sobre a Guiné, intitulada *Guiné Portuguesa*, da autoria do tenente Teixeira da Mota, será publicada já em 1954, tornando-se uma referência para o conhecimento do território e dos povos desta colónia. Dois anos depois é feito um Recenseamento Agrícola da Guiné pelo agrónomo Amílcar Cabral (1924-1973). Em 1961, o administrador António Carreira atualiza a informação sobre a diversidade étnica da Guiné, publicando "Organização social e económica dos povos da Guiné Portuguesa" e "Símbolos, ritualistas e ritualismos ânimo-feiticistas na Guiné Portuguesa"[201]. Um ano depois, Silva Teixeira publica *Os Solos da Guiné Portuguesa*[202], no qual se apresentam quatro mapas que "ilustram o que se chegou a saber da geologia, do relevo, da cobertura vegetal e da distribuição étnica da Guiné"[203].

A ativa investigação do território guineense terminou cerca de 1963 quando a guerra colonial começou, contudo a investigação geográfica evoluiu nos espaços limítrofes, "sobretudo a partir do activo centro universitário em que Dacar se tornou a partir desde 1957"[204]. Alguns trabalhos realizados por geólogos franceses haviam sido resumidos num artigo publicado antes das missões do geólogo Carrington da Costa (1891-1982) e de Orlando Ribeiro[205]. O primeiro estudo integral sobre as condições e perspetivas para o desenvolvimento rural da Guiné surgiu no final dos anos 1960 com Artur Mendes[206].

---

199 Ver Moreira, J. Mendes (1948), *Fulas do Gabu*, Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa; Santo, J. Espírito (1949), "Notas sobre a cultura do arroz entre os Balantas (Catió)", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, IV, 14, pp. 197-232; Meireles, A. Martins (1948), "Baiú (gentes de Kaiu)", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 11, pp. 607-638; 13, pp. 7-25 e Taborda, J. Cunha (1950), "Apontamentos etnográficos sobre os Felupes de Suzana", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, V, 18, pp. 187-223; 20, pp. 511-561

200 *Ibidem*, p. 17.

201 Cf. *ibidem*, pp. 21-22 e 189.

202 *Ibidem*, p. 30.

203 Cf. *ibidem*, p. 25.

204 *Ibidem*, p. 32.

205 Cf. *ibidem*, p. 32.

206 Cf. Mendes *in ibidem*, p. 26.

3.1.1 **Orlando Ribeiro e a Missão Geográfica à Guiné**

A partir dos anos de 1940, o geógrafo Orlando Ribeiro (1911-1997) desempenha um importante papel no conhecimento da geografia física e humana dos territórios ultramarinos. Sob a sua orientação são constituídas várias missões científicas às províncias de além-mar, nomeadamente à Guiné Portuguesa, entre as quais: uma missão geológica que mais tarde resulta na publicação do esboço da geologia desta província; os mapas topográficos publicados nos anos cinquenta pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, que ainda hoje constituem a obra de referência cartográfica da Guiné-Bissau; o levantamento escrito e gráfico das ilhas de Cabo Verde em 1954, que integra um relatório sobre Goa datado de 1956 e um estudo meticuloso e comparativo da colonização de Angola; e ainda, o esboço dos solos elaborado por Silva Teixeira em 1962[207].

Como é referido pelo geógrafo Alfredo Simão da Silva no prefácio de Cadernos de Campo: "Orlando Ribeiro [...] tentou compreender a inter-relação e a interdependência que existe entre o homem, a natureza e a sociedade, procurando conhecer alguns traços comuns em termos de povoamento, cultura e agricultura, assim como a grande diversidade e complexidade étnica"[208].

Em 1947, Orlando Ribeiro empreende uma viagem à Guiné em missão preparatória da *segunda Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais* (CIAO), que irá decorrer em Bissau. Nesta colónia, faz um trabalho de análise auxiliando-se de notas e desenhos apontados num caderno de campo, bem como de fotografias que vai tirando ao longo das suas duas estadias durante esse ano[209]. O caderno, publicado postumamente, demonstra as temáticas preferenciais de investigação: o povoamento, a economia e os modos de vida rurais, aos quais se juntam notas geomorfológicas e climáticas. A escolha destas temáticas revelam a influência de Leite de Vasconcelos (1858-1941), que aborda a geografia como uma "ciência de convergência", e também a sua formação em Paris (1936-40), onde o ensinamento dos grandes mestres da altura inscrevia-se no ramo da geomorfologia e da geografia rural[210].

A Missão de Geografia à Guiné é realizada no âmbito da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, criada em 1936 e que a partir de 1951 se designará Junta de Investigações do Ultramar[211]. Orlando Ribeiro havia solicitado uma missão de estudos a Cabo Verde, contudo opta por aproveitar a "oportunidade" que surge de conhecer e estudar a Guiné. Antes desta Missão, já tinham decorrido outros reconhecimentos científicos das províncias ultramarinas por parte dos portugueses, como aliás se impunha pela "dignidade nacional": em 1947, uma fugaz viagem de reconhecimento de Mendes Cor-

207 Cf. Havik & Daveau, 2010, p. 9 e 13.
208 *Ibidem*, p. 10.
209 Cf. *ibidem*, p. 13.
210 Cf. *ibidem*, pp. 14-15.
211 Quando é fundada a Junta em 1936 as designadas "Missões Geográficas" correspondiam ao levantamento cartográfico dos chamados engenheiros geógrafos, formados em Matemática. Como tal Orlando Ribeiro, os seus colegas e colaboradores passarão a intitular as sucessivas missões de estudo ultramarino (até aos anos 70) de Missões de Geografia Física e Humana, especificando assim o âmbito de pesquisa. Cf. *ibidem*, p. 16.

reia e um ano antes uma Missão de Geologia dirigida por Carrington da Costa. Numa segunda missão levada a cabo por este último, e o seu ajudante, Décio Thadeu, acabaria por se juntar Orlando Ribeiro para um reconhecimento geral da colónia[212].

Quando Orlando Ribeiro desembarca na Guiné fica agradavelmente surpreendido pelo panorama de desenvolvimento dos estudos etnográficos, contributo atribuído à "competência e dedicação" do tenente Avelino Teixeira da Mota, ajudante-de-campo do então Governador da Guiné, Sarmento Rodrigues (1899-1979).

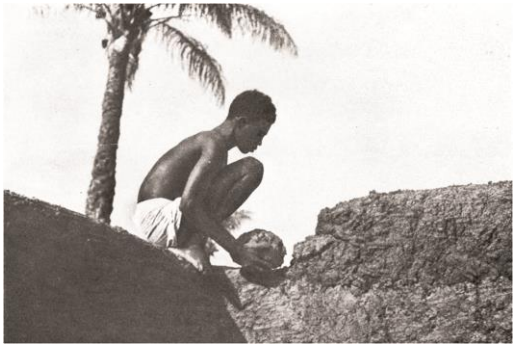
Devido a razões administrativas e de doença, a viagem de Orlando Ribeiro à Guiné é adiada para 10 de Março de 1947, facto que se torna inconveniente, uma vez que vigorava a estação seca, a menos apropriada à observação dos trabalhos agrícolas. A curta estadia, apenas até ao final de Maio, aproximando-se já do período das chuvas (Maio/Junho até Outubro), impede o geógrafo de visitar a zona sul da província (regiões de Quinara e Tombali) alvo de grandes transformações, devido à migração balanta registada a partir dos anos vinte. Nas suas deslocações arranja alojamento nas residências dos administradores e chefes de posto[213].

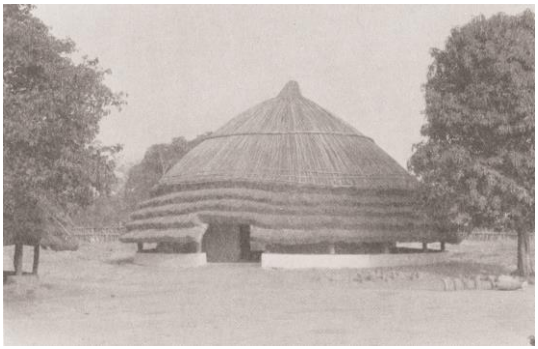
Nessa viagem curta e fugaz, o autor apenas toma nota dos aspetos que considera mais importantes e que eram mais difíceis de recordar, não havendo qualquer referência à paisagem, com a exceção de alguns apontamentos sobre a geomorfologia e as impressões registadas durante as viagens de avião, em 7 e 17 de Dezembro de 1947. No caderno não constam os comuns assuntos que tanto interessavam ao geógrafo, como os fatores climáticos, as espécies vegetais e os hábitos de vida dos meios rural e urbanos, surgindo no entanto algumas palavras sobre estas temáticas no relatório da missão e em outras publicações sobre a Guiné. Orlando Ribeiro contaria porventura com a sua memória e o auxílio das numerosas fotografias que tira às paisagens e ao meio humano para reconstituir a sua experiência de conhecimento *in loco*[214]. Não só os registos fotográficos e apontamentos do meio ambiente e humano constam dos métodos de trabalho de Orlando Ribeiro, faz também parte essencial do seu estudo uma vertente humanizada do conhecimento, experienciada a partir do contacto direto com a população[215].

> *O caderno contém essencialmente – além de alguns cortes topográficos e geológicos, cuidadosamente levantados – plantas pormenorizadas das casas rurais e inquéritos realizados junto de camponeses ou colonos, sobre as suas actividades, recursos e modos de vida. As folhas comportam uma descrição do povoamento, da habitação, da lavoura, do pastoreio, do sustento das populações e, nos casos mais aprofundados, da divisão de trabalho em função da idade e do sexo.*[216]

212 Cf. Havik & Daveau, 2010, pp. 15-16.
213 Cf. *ibidem*, p. 18.
214 Cf. *ibidem*, pp. 19-20.
215 Cf. *ibidem*, p. 187.
216 Havik & Daveau, 2010, p. 20

Sobre este aspeto, o próprio autor afirma que "para além da curiosidade científica há, no convívio com os indígenas[217], um aspecto humano que torna aprazível qualquer investigação deste tipo"[218]. Em relação à sua experiência na Missão da Guiné, enfatiza a hospitalidade e disponibilidade do povo nativo em mostrar as suas casas e o modo de vida local, confessando contudo que a época seca não seria a mais apropriada, uma vez que coincidia com a migração de parte da população na procura de trabalho, enquanto esperavam pelo período das chuvas para cultivarem os campos[219]. Quanto às etnias, Orlando Ribeiro elabora levantamentos sumários dos papéis, balantas, felupes, manjacas, mancanhes, mandingas e fulas, o que lhe permite descortinar semelhanças a nível do povoamento, agricultura e cultura, ainda que num panorama de "grande diversidade e complexidade étnica", pois tal como enuncia o autor "a Guiné é muito uniforme na terra e variada na gente"[220]. Orlando Ribeiro desejava assim agrupar os diferentes "povos em conjuntos definidos pelo modo de vida, formas de habitação e povoamento, economia, etc."[221] Desta forma, reconhecem-se traços comuns entre os litorálicos no tipo de povoamento, lavoura e cultura, mas também as diferenças em termos de organização sociopolítica. Relativamente aos islamizados também são assinaladas as semelhanças, contudo apresentam diferenças vincadas quanto às técnicas utilizadas na agricultura e nas tradições históricas. O caderno de campo regista exatamente esta variedade do território guineense, salientando "a importância do conceito de *chão* e das raízes ligando as comunidades à sua terra, à natureza e ao ambiente"[222].





À esquerda:
12. Rapaz papel a levantar o muro de uma casa

À direita:
11. Casa futa fula, provavelmente de um régulo,

217 Orlando Ribeiro prefere utilizar o termo indígena em vez de "raça" ou "tribo" habitualmente usados na época. Cf. *ibidem*, p. 21 e 193.
218 Ribeiro *in ibidem*, p. 21.
219 Cf. *ibidem*, pp. 187-188.
220 *Ibidem*, 2010, p. 186.
221 *Ibidem*, 2010, p. 186.
222 *Ibidem*, pp. 21 e 193-196.

3.2.2 **Caderno de campo e relatório da Missão Geográfica à Guiné**

O caderno de campo de Orlando Ribeiro encontra-se dividido em duas partes. A primeira parte foi preenchida durante a *Missão de Geografia*, enquanto a segunda contém as anotações feitas durante as viagens relacionadas com a segunda *Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais*. A primeira fase de cerca de dois meses, foi dividida em cinco períodos sucessivos[223], contudo não correspondem a uma divisão regional, pois o autor passou mais de uma vez em determinados locais[224].

O relatório da missão é escrito em Outubro de 1947 e posteriormente publicado em 1950. Nas duas viagens à Guiné, entre a volta a Lisboa, em Junho, e a data em que Orlando Ribeiro entrega o relatório (30 de Outubro), dedica o seu tempo à preparação do *Congresso Internacional de Geografia* que teve lugar em Lisboa em 1949 e cujas Atas foram publicadas em quatro volumes, em 1950-52[225]. No relatório, o geógrafo distinguiu quatro unidades geográficas da Guiné: o "rendilhado litoral" de paisagens humanizadas; a região de transição entre o litoral e o interior, a que chamou a Mata do Oío; o planalto interior de Bafatá e Gabu, onde a savana é dominante; e as colinas do Boé, de relevo mais acentuado. Em 1954, Teixeira da Mota descreverá as mesmas regiões, mas de forma mais pormenorizada[226]. Os povos do litoral possuem modos de vida distintos, distinguindo-se a prática da cultura do arroz em "bolanhas"[227] e "lalas"[228], os segundos, os islamizados, diferenciam-se pela cultura de sequeiro de sorgo e milho na savana interior, bem como pela atividade da pastorícia[229].

As publicações de Orlando Ribeiro sobre a Guiné Portuguesa resumem-se ao relatório resultante da missão[230] e uma conferência apresentada na segunda *Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais*[231], publicada em 1952, intitulada "Sur quelques traits géographiques de la Guinée Portugaise". A publicação final que resultaria da Missão, "que poderá intitular-se *Geografia da Guiné Portuguesa*" e que seria planeada para Outubro de 1947 (altura em que é escrito o relatório destinado à Junta) acaba por não se concretizar, uma vez que o geógrafo considerava indispensável uma nova estadia de alguns meses na Guiné, que acabaria por nunca se concretizar[232].

---

223 Organização das diferentes fases: o litoral e o chão papel; o planalto de Bafatá; reconhecimento rápido do Norte da colónia; diversas regiões, mas maioritariamente o planalto do Centro e do Leste da Guiné; o litoral, chãos papel, manjaco e balanta.
224 Havik & Daveau, 2010, pp. 29 e 33-39.
225 Cf. *ibidem*, p. 25.
226 Cf. *ibidem*, p. 29 e 31.
227 Arrozais em terrenos alagados.
228 Terrenos inundados com água salgada sem árvores ou arbustos, não lavrados devido a problemas de drenagem dos solos.
229 Cf. *ibidem*, pp. 32-35, 191-192.
230 Ribeiro, Orlando (1950), "Missão de Geografia à Guiné em 1947", *Anais da Junta de Investigações Coloniais*, V, 3, Estudos de Geografia, Lisboa, pp. 3-23.
231 A segunda Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais decorreu entre 8 a 17 de Dezembro de 1947, sendo os seus variados trabalhos publicados em 1952 pela Junta de Investigações do Ultramar.
232 Cf. *ibidem*, p. 22 e 190.

3.2 **Gabinetes de Urbanização Colonial**

O Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) é criado a 6 de Dezembro de 1944, através do Decreto nº 34 173, pelo então Ministro das Colónias Marcelo Caetano (1906-1980)[233]. Este organismo oficial, enquadrado pelo regime político e administrativo do Estado Novo (1933-1974), dedicou-se à prática projectual de arquitectura e urbanismo destinada às colónias portuguesas. O GUC revelar-se-ia como um importante instrumento do governo de Oliveira Salazar (1889-1970) na modernização e homogeneização da paisagem construída dos diversos territórios coloniais, com especial destaque para África. Em 1951, com a revisão constitucional, passaria a designar-se Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU). Seis anos mais tarde, apresenta-se como Direcção de Serviços de Urbanização e Habitação (DSUH), agora dependente da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações (DGOPC), tendo exercido funções até à independência das colónias portuguesas, em 1974[234].

Começando a laborar oficialmente no início de 1945, empreende esforços em todas as colónias africanas, sendo posteriormente ampliado o seu raio de ação às restantes províncias ultramarinas da Índia, Macau e Timor. Marcelo Caetano tinha como objetivo não só o planeamento urbanístico, mas também os estudos dos problemas relacionados com a habitação dos trópicos e dos edifícios hospitalares[235].

O Gabinete constitui-se em Lisboa, na Alameda D. Afonso Henriques, transferindo-se em 1960 para a sede do Ministério do Ultramar no Restelo. Rogério Cavaca, engenheiro de minas, integra inicialmente a chefia da equipa deste organismo formada por engenheiros e arquitetos, possuindo como consultor um especialista em higiene tropical e climatologia. Entre os arquitetos – "na sua maioria, profissionais formados entre meados dos anos trinta, inícios de quarenta, e com experiência profissional acumulada" – temos João António Aguiar e João Simões. Esta equipa irá incutir aos projetos do GUC um "cunho de solidez construtiva", "que se prolonga na geração intermédia", representada por Lucínio Guia da Cruz ou Mário de Oliveira[236]. A solicitação dos projetos destinados às colónias ultramarinas partia da iniciativa dos governadores das províncias ultramarinas ou diretamente da tutela[237].

As obras construídas por este organismo refletiram as diferentes fases que o mesmo atravessou, numa cultura de projeto traçada pelos seus arquitetos assente no desenvolvimento de distintos programas e opções estéticas ao longo das suas três décadas de atuação. Os primeiros anos do Gabinete são marcados pela adopção de programas vocacionados para a habitação de funcionários públicos e de equipamentos básicos, mormente na área da saúde. Nesta altura, desenvolve-se uma

233 Marcelo Caetano é eleito Ministro das Colónias em 1944 e permanece no cargo até 1947.
234 Cf. Milheiro, 2013a, p. 1; *Idem*, 2012c, p. 88; Milheiro & Dias, 2009, p. 82; Milheiro, 2012b, p. 216.
235 Cf. Milheiro, 2013a, p.1; *Idem*, 2012c, pp. 88-89.
236 Cf. Milheiro & Dias, 2009, pp. 86 e 99.
237 Cf. Milheiro, 2013a, p. 1; *Idem*, 2012c, p. 89.

"imagem arquitectónica inspirada na arquitectura tradicional do sul de Portugal, de modo a garantir uma ligação afectiva à Metrópole"[238].

Durante os primeiros anos de 1950, aprofundam-se programas mais específicos, nomeadamente na área do ensino técnico e liceal. As tipologias desenvolvidas dentro de um espírito racional concretizar-se-iam em volumetrias e alçados monumentalizados, reveladores de uma "arquitectura de representação" que se firmou como imagem da produção do Gabinete. Seguindo opções estilísticas semelhantes às praticadas nos projetos para a Metrópole, saberia contudo, adaptar-se às exigências climáticas dos trópicos e às necessidades programáticas coloniais. No seguimento destas preocupações – e como forma de igualar o conhecimento arquitetónico e urbanístico de outras regiões tropicais, designadamente de países recém-independentes –, a partir da segunda metade da década, procura-se especializar a formação dos técnicos do Gabinete, por meio da frequência de cursos em instituições estrangeiras, vocacionados para o estudo de arquitetura e urbanismo em ambientes tropicais[239]. Vários são os técnicos que se especializam nestes cursos, nomeadamente Luís Possolo o primeiro a beneficiar desta abertura em 1954), Fernando Schiappa de Campos (1926-) e António Saragga Seabra, que frequentam a Architectural Association (AA) em Londres. Estes são alguns dos arquitetos que correspondem a uma nova geração – nascida nos anos vinte e formada na década de cinquenta em Lisboa – que entra no GUU a partir de meados dos anos de 1950, imprimindo nos seus projetos uma linguagem mais moderna[240].

Ainda durante esta década, verifica-se um aumento do volume de encomendas, designadamente de obras de maior dimensão, que leva à intensificação das visitas de trabalho aos territórios ultramarinos. As viagens, até então quase sempre empreendidas por João Aguiar (responsável pelos serviços de arquitetura), passam a integrar a deslocação de outros técnicos[241].

Nesta época, são ainda colocadas em prática medidas de auto regulação, que se verificam, por exemplo, na formação de comissões internas de revisão de projetos. Deste modo, a partir de 1956, são frequentes as verificações de propostas, não só de equipamentos escolares, como liceus e escolas de ensino profissional, mas também de mercados e estruturas desportivas. Neste contexto são ainda definidas normas próprias de instalação de complexos educativos nas províncias ultramarinas adaptados aos programas metropolitanos242. João Aguiar, Schiappa de Campos e o engenheiro civil Eurico Machado redigem, em 1956, Normas para as instalações dos liceus e escolas do ensino profissional nas províncias ultramarinas[243].

238 Milheiro, 2012c, p. 89; cf. *ibidem*, pp. 1-2.
239 Cf. *idem*, 2013a, p. 2 e *idem*, 2012c, p. 89.
240 Cf. Milheiro & Dias, 2009, pp. 86-87.
241 Cf. *ibidem*, p. 87.
242 Cf. *ibidem*, p. 89.
243 Cf. Milheiro, 2010, p. 24.

As obras do final dos anos cinquenta revelam já novas bases estilísticas, atualizadas pelo trabalho da nova geração que entra no Gabinete a meio da década. Deliberadamente são explorados novos modelos de inspiração indígena, "quer numa perspectiva lúdica quer como consequência de um conhecimento mais aprofundado e directo do território"[244].

Na década de 1960, já sob a alçada da DSUH, dá-se início a uma terceira fase, marcada por uma alteração do paradigma projectual. Os trabalhos de consultoria aumentam, designadamente para Angola e Moçambique, que progressivamente se vão autonomizando no domínio da produção projectual[245]. Com a aproximação do final da década, é cada vez mais notório na arquitetura praticada pelos técnicos da DSUH a integração de ideais organicistas, nomeadamente nos projetos destinados ao alojamento das populações nativas, que se aproximam das soluções tradicionais[246]. A assimilação das culturas locais nos projetos modernos (na sua maioria construídos), revela-se na utilização de métodos de ensombramento e/ou ventilação geralmente praticados pelas populações nativas africanas, bem como na aplicação de sistemas construtivos inspirados nas técnicas tradicionais e no recurso a materiais locais[247].

Os projetos desenvolvidos com base nestas preocupações surgem no âmbito do GUU e prolongam a sua atuação já como DSUH/DGOPC. Este momento é também assinalado pela aproximação à cultura arquitetónica debatida em Portugal, nas obras construídas em regiões como Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Como já foi referido, durante a década de 1950, os arquitetos portugueses, influenciados pela corrente internacional, consciencializam-se da importância de integração das culturas locais (o território, a paisagem, o clima, os materiais de construção, etc.) no domínio do pensamento e prática projectual. Em 1955, dá-se início ao levantamento da arquitetura popular em Portugal, sob a alçada do Sindicato Nacional dos Arquitetos, no qual o território seria dividido em seis regiões, distribuído por equipas diferentes. Como resultado deste Inquérito é publicado, em 1961, *Arquitectura Popular em Portugal*, que teria grande repercussão no pensamento e prática profissional dos arquitetos portugueses. Paralelamente, e como consequência deste movimento, nas províncias ultramarinas portuguesas são realizados estudos de carácter mais localizado, e portanto menos abrangente, por parte dos arquitetos portugueses que passam a assimilar os sistemas tradicionais locais. Conforme expõe a autora Ana Vaz Milheiro, as obras produzidas neste território distinguem-se em dois grupos programáticos: produção arquitetónica mais direcionada para as populações autóctones, que integra desde a habitação unifamiliar até equipamentos de proximidade e de pequena escala; e por outro lado, também associados à população africana, equipamentos de maior relevância, com forte "representação política", em programas relacionados com o ensino, tanto religioso, como de formação profissional. As opções de projeto guiam-se pelo estudo dos sistemas construtivos tradicionais africanos e pelo recurso a materiais locais: a madeira em São Tomé e Príncipe, o barro em Guiné-Bissau, Moçambique e Angola e a pedra em Cabo Verde[248].

244 Milheiro & Dias, 2009, p. 106.
245 Cf. Milheiro, 2013a, p. 2 e *idem*, 2012c, p. 90.
246 Cf. *Idem*, 2012c, pp. 117-118.
247 Cf. *Ibidem*; *idem*, 2013b, p. 1.
248 Cf. Milheiro, 2012c, 2013, pp. 3-4; idem, ibidem, p. 10

No caso dos programas de pequena escala, são exemplo: as instalações sanitárias coletivas para Bafatá do Gabinete de Urbanização Colonial (década de 1940); escolas primárias para as zonas rurais da Guiné da autoria de Fernando Schiappa de Campos (1961); casas construídas (e já demolidas) de Alfredo Silva e Castro para a vila piscatória de Santa Catarina (São Tomé e Príncipe, 1964). Dentro da variante dos equipamentos de maior escala, destacam-se na ilha de Santiago (Cabo Verde): o Seminário da Praia de Silva e Castro (1962) e as várias propostas para a Escola Prática de Agricultura de São Jorge dos Orgãos (Victor Consiglieri, 1964, entre outros). Ambos refletem a influência da arquitetura vernacular no uso da pedra como material construtivo e plástico[249].

Até 1974 não se registam alterações significativas, contudo a maior autonomia das estruturas locais, revelar-se-ia num progressivo abrandamento na execução de projetos por parte da DSUH[250].

249 Cf. Milheiro, Culturas transnacionais: investigar a arquitectura luso-africana e o uso de sistemas construtivos locais, 2013, p. 4
250 Cf. Milheiro & Dias, 2009, p. 89

3.3 **Mário de Oliveira e o estudo dos "*habitats* nativos" africanos**

Mário de Oliveira (n. Alcobaça, 1915) apresenta um percurso profissional notável, marcado pela quantidade e variedade de projetos e obras construídas, tanto em território nacional, como nas províncias ultramarinas do continente africano[251]. Arquiteto "culto e multifacetado"[252] desempenha, simultaneamente, importantes papéis na prática urbanística e no domínio da crítica de arte. Em 1948, já integraria a equipa do Gabinete de Urbanização Colonial, órgão pertencente ao Ministério do Ultramar, tendo como colega o arquiteto João António Aguiar.

No mesmo, Mário de Oliveira participa no primeiro Congresso Nacional de Arquitetura e escreve a tese intitulada "A Arquitectura no Plano Nacional" no qual se insurge contra os exageros funcionalistas da arquitetura internacional, alertando para o perigo da "standardização" na criação de uma "arquitectura monótona". Por oposição, defende uma arquitetura nacionalista regida pelas características intrínsecas do meio ambiente, em consonância com a sua cultura e civilização e com o conhecimento das "possibilidades dos materiais" disponíveis, pois a "a paisagem faz a arquitectura"[253].

Entre o final dos anos de 1950 e a década seguinte, Mário de Oliveira irá lidar com a arquitetura africana, e terá em conta as técnicas construtivas locais, a partir do estudo dos problemas da "habitação nativa"[254].

Em 1951, começa a projetar para S. Tomé e Príncipe, no âmbito do GUU, depois DSUH do Ministério do Ultramar, destacando-se a sua produção mais significativa entre 1963-1972. O seu primeiro projeto neste território, o edifício da Representação Central dos Serviços de Fazenda e Concelhia de São Tomé, atual sede das Finanças, "corresponde, estética e funcionalmente, à tipologia de edifício administrativo desenvolvida pelo Gabinete de Urbanização Colonial a partir de 1948"[255] (até cerca de 1960), revelando preocupações funcionalistas, como é exemplo a adaptação às questões climáticas (orientação solar e ventilação, etc.).

Em 1958, Oliveira empreende uma viagem à Guiné com o intuito de realizar o levantamento da habitação nativa dos bairros informais da periferia de Bissau e os estudos preliminares para o Plano de Urbanização da Praia Varela, dos quais resultaria um relatório. No relatório sobre os bairros indígenas começa por apontar a necessidade da realização de um inquérito minucioso, no qual seria fundamental "ouvir as pessoas mais representativas da comunidade local"[256]. Quanto à habitação popu

251 Entre outras obras, o arquiteto Mário de Oliveira elabora em território nacional o Anteplano Geral de Urbanização da Lourinhã (1948) e o Anteplano Geral de Urbanização de Nisa (1951), consoante se encontra descrito em *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*. Nas províncias ultramarinas é de destacar o trabalho da autora Cláudia Diniz intitulado *Urbanismo no Ultramar Português: A abordagem de Mário de Oliveira (1946-1974).*
252 Lôbo, 1995 [1993], p. 195.
253 Cf. Oliveira, 1948, pp. 24-32.
254 Cf. *idem*,1958, 1962, 1965a, *etc.*
255 Milheiro, 2012a, p. 34.
256 Oliveira, 1958, pp. 1-2.

lar existente revela que são semelhantes no seu aspeto construtivo, optando-se pela forma retangular[257], no entanto, na generalidade, apresentam más condições de higiene e de salubridade, possuindo áreas insuficientes para o seu número de residentes[258]. Como solução, propõe a criação de habitações higiénicas e confortáveis (definindo áreas mínimas para os lotes) e adaptadas às condições climáticas, "sem contudo se modificar completamente o seu sentido de construção, tão arreigado ao seu espírito, o que seria prejudicial modificar-se"[259]. Quanto à habitação das diferentes etnias destaca as palhotas dos Futa-Fulas como sendo as mais interessantes no ponto de vista artístico e higiénico[260]. Em relação ao assentamento indígena de Bissau dá indicações da sua distribuição por numerosos bairros, localizados nas áreas mais altas. Através do inquérito realizado verificar-se-ia a existência de um povoamento heterogéneo (bairros com várias tribos), mencionando-se os principais grupos étnicos, com destaque para o grande número de islamizados[261]. No relatório são apresentadas recomendações de planeamento urbanístico, tais como: a distribuição da população no terreno; orientação das casas; separação dos agrupamentos das vias de circulação; definição de equipamentos mínimos[262]. Preconiza-se, igualmente, a economia em todos os aspetos (traçado dos arruamentos, implantação e construção de habitações, definição de massas verdes), sugerindo-se o emprego de materiais e de sistemas construtivos tradicionalmente usados pelos habitantes nativos[263]. Em anexo apresenta-se um levantamento desenhado de algumas habitações e povoamentos nativos pertencentes a diferentes grupos indígenas. O processo de trabalho desenvolvido nesta viagem à Guiné – através da realização de inquéritos e do contacto direto com as populações locais – revelar-se-ia na figura de Oliveira como um ponto de viragem no seu "pensamento arquitectónico e urbanístico, introduzindo-o definitivamente no estudo dos «*habitats* nativos» e das culturas africanas que caracterizam os diferentes territórios ultramarinos portugueses"[264].

Um ano mais tarde concretiza-se o Plano de Urbanização dos Bairros Populares de Bissau no qual se propõe o gradual realojamento das populações autóctones existentes, em assentamentos planeados, tendo em conta o futuro aumento da população urbana[265]. Conforme descreve Mário de Oliveira (e como já havia sido indicado no relatório de 1958), a resolução do problema dos Bairros Populares de Bissau "exigiu a organização de um inquérito muito minucioso, tendo em atenção as diversas etnias, os seus hábitos, costumes, habitação, etc. Dentro de uma "lógica urbanística" em que se privilegia o "aspecto humano", a organização do inquérito processou-se, numa primeira fase, na recolha de "elementos fundamentais" investigados em diferentes etapas, apoiando-se, posteriormente, no relato das pessoas mais representativas dentro dos diferentes

257 Conforme consta no relatório de 1958, produzido por Mário de Oliveira, as palhotas são raras em Bissau, encontrando-se algumas distantes da capital, em Antula, pertencentes ao grupo papel. Oliveira, 1958, p. 3; Oliveira, 1962, p. 34.
258 Cf. *idem*, 1958, pp. 2-3; *idem*, 1962, pp. 33-34.
259 *Idem*, 1958, pp. 3-4; cf. *idem*, 1962, p. 42.
260 Cf. *idem*, 1958, p. 3; *idem*, 1962, p. 34.
261 Cf. *idem*, 1958, pp. 4-5; *idem*, 1962, pp. 31-33.
262 Cf. *idem*, 1958, pp. 6-7; *idem*, 1962, pp. 37-41, 51.
263 Cf. *idem*, 1958, p. 7.
264 Milheiro, 2012a, p. 35.
265 Cf. Oliveira, 1962, p. 26 e 37.

grupos étnicos[266]. As preocupações económicas reveladas no relatório de 1958 seriam concretizadas no estudo das "características dos terrenos" para uma implantação dos edifícios mais adequada, evitando-se assim gastos excessivos. Não só as necessidades presentes marcariam este estudo, como também se perspetivaria o desenvolvimento urbano a longo prazo, favorecendo-se a mobilidade das populações (na sua maioria nativas) às zonas comerciais, industriais e portuárias[267]. A implantação dos bairros, enquadrada no Plano de Urbanização de Bissau, obedeceu ao princípio de integração de populações multirraciais constituídas por habitantes europeus e nativos, conforme se justificara pela observação da convivência entre estes dois grupos nos Bairros de Santa Luzia e Cupelon, a partir do inquérito realizado[268]. A localização dos mesmos coincidiu com os principais aglomerados urbanos existentes, tendo sido definidos três bairros, cada um com diferentes parâmetros urbanísticos[269]. Conforme já havia sido proposto, as novas casas apresentaram uma melhoria das "condições físicas" (higiene, conforto, ventilação, luminosidade, defesa contra a radiação solar e humidade, etc.), sendo adaptadas ao tipo de vida dos seus habitantes[270]. Em consonância com os aspetos económico-sociais e os fatores psicológicos de cada família, definiram-se três tipos de habitação (moradias isoladas, geminadas e em banda contínua), impondo-se maior funcionalidade, adaptabilidade e variedade estética[271].

Em 1960, Oliveira cumpre uma nova viagem, mas agora a São Tomé com o objetivo de elaborar o novo plano de urbanização da "capital provincial". No relatório da viagem – à semelhança da Guiné – aponta-se a necessidade de construção de "habitações higiénicas"[272]. Como consequência desta deslocação, passa a partir de então a "monopolizar" os projetos destinados ao arquipélago, "elaborados sem pretensões arquitectónicas, mas respeitando os princípios da climatologia"[273].

O opúsculo "*Problemas essenciais do Urbanismo no Ultramar"*, publicado em 1962 por Mário de Oliveira, antecipa a alteração de estratégia que se verificará no Gabinete com o Anteplano de Urbanização da Cidade de São Tomé (c. 1962) [274]. No mesmo são indicadas estratégias urbanísticas a implementar na formação de novos aglomerados urbanos nas províncias ultramarinas. Sobre este tema, Oliveira refere a importância do desenvolvimento de projetos bem estruturados, adequados ao meio geográfico e aos fatores humanos, apoiados em estudos que revelem conclusões sobre "problemas económicos, população futura e suas actividades"[275]. Portanto, o que se pretende na urbanização do espaço colonial é a definição de uma estrutura social, a partir da qual se poderão determinar as características urbanísticas do assentamento que se pretende traçar [276]. Na base urbanística da política ultramarina é definida como medida primordial a criação de "estruturas urbanas de

266 Cf. Oliveira, 1962, pp. 24-25.
267 Cf. *ibidem*, pp. 25-26.
268 Cf. *ibidem*, pp. 26-28.
269 Cf. Oliveira, 1962, pp. 41-46)
270 Cf. *ibidem*, p. 25.
271 Cf. *ibidem*, pp. 26-27 e 47-48.
272 Oliveira *in* Milheiro, 2012a, p. 35
273 N.a.,26-06-1961 *in* Milheiro, 2012a, p. 35.
274 Cf. Milheiro, 2012, p. 35.
275 Cf. Oliveira,1962, pp. 8-9 e 18.
276 Cf. Oliveira, 1962, p. 9.

integração e convivência", correspondentes a "comunidades multirraciais", organizadas em unidades de vizinhança[277]. Como "pontos convergentes" da vida social, mormente nos bairros residenciais, sugere-se a existência de "centros de interesse vário" (comercial, educacional, recreativo, etc.) onde a cultura dos europeus e dos "nativos evoluídos, são lentamente assimilados pela população local"[278]. Em relação às estruturas de convivência apela-se à necessidade de uma "doutrina planificadora" – organizadora da vida social nos aspetos fundamentais das comunicações, trabalho, serviços e habitação –, em consonância com o grau de desenvolvimento cultural e civilizacional"[279]. Como caso de estudo, é apresentado o projeto para os Bairros Populares de Bissau (1959), no qual como já vimos, estipula-se a formação de populações plurirraciais nos novos assentamentos.

Na sequência do plano de São Tomé, elabora-se a proposta para a unidade residencial da Quinta de Santo António, "destinada à população mais desfavorecida e obedecendo a uma implantação mais orgânica e menos ortogonal"[280]. São desenhadas seis tipologias (três edificadas em alvenaria e outras três empregando-se madeira, método tradicional são tomense), "a partir da consulta directa às populações, razão que o leva a não considerar estes projectos de sua exclusiva autoria, como esclarece no relatório anexo à nova viagem que cumpre em 1964 para fixar o Plano definitivo"[281].

Em 1963, Oliveira desloca-se a Moçambique na companhia de Fernando Schiappa de Campos, onde se ocupa da elaboração de projetos urbanísticos, nomeadamente o plano para a cidade de Quelimane. Atendendo ao pedido de auxílio por parte do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal ao Ministério do Ultramar, os dois arquitetos deslocam-se a Lourenço Marques (atual Maputo) e dedicam-se à consultoria, devido à insuficiência de técnicos para o elevado número de projetos a apreciar[282].

Na sequência da deslocação a Moçambique, Oliveira retorna a São Tomé, em 1964, para fixar o Plano definitivo e concretizar uma série de projetos, entre os quais: o estudo do *habitat* local, os projetos de moradias-tipo (habitação tradicional) para o bairro da Quinta de Santo António e o edifício de 24 apartamentos para a Caixa de Previdência de linguagem moderna (c. 1964-68). Em 1967, é elaborado o último projeto conhecido para São Tomé, o edifício para os funcionários do Banco Nacional Ultramarino, no qual se volta a manifestar a expressão modernista. Dois anos mais tarde, dá-se a inauguração da Escola Técnica Silva Cunha (atual Liceu Nacional), o mais importante edifício de Oliveira em São Tomé[283]. São exemplares de projetos como estes que revelam a evolução de Mário de Oliveira no domínio do pensamento e da prática arquitetónica desenvolvida para o território africano.

277 Cf. *ibidem*, pp. 10-21.
278 *Ibidem*, pp. 14-15.
279 Cf. *ibidem*, p. 21.
280 Milheiro, 2012a, p. 35.
281 *Ibidem*.
282 Cf. Campos *in* Milheiro, 2012a, pp. 25-26.
283 Cf. Milheiro, 2012a, p. 35; *idem*, 2012c, pp. 115-117.

> *Tratando-se de um defensor da arquitectura nacionalista portuguesa, como declarara na tese apresentada cerca de 20 anos antes no primeiro Congresso Nacional de Arquitectura, realizado em Lisboa em 1948, não deixa de ser significativo que Oliveira tenha abraçado sem constrangimentos a cultura moderga quando projecta para os Trópicos.*[284]

Em 1965, escreve na revista Geographica um artigo sobre a sua experiência no Plano Director de Quelimane, em Moçambique, no qual introduz o conceito de "habitat", enaltecendo a importância do seu estudo para um apropriado planeamento urbanístico.

> *Ao estudarmos o Plano de Urbanização de Quelimane – e as suas zonas suburbanas – tivemos o cuidado de realizar um plano de distribuição de espaços de harmonia com o habitat local, porque o homem não é um ser mecanizado, é antes e totalmente, um ser sensível e vivo, que tem um habitat próprio e só nele se pode desenvolver em condições adequadas ao meio ambiente.*[285]

Como Mário de Oliveira começa por indicar no artigo que escreve, "um dos principais problemas a resolver no Plano de Urbanização Director de Quelimane" – comum a outros grandes aglomerados coloniais – relaciona-se com a questão habitacional dos mais desfavorecidos, localizados na periferia da cidade. Como se comprova pelos dados estatísticos de 1960, revelados pelo autor, a maioria da população do concelho de Quelimane seria "autóctone", pelo que o plano desenvolvido teria como principal objetivo a melhoria do meio ambiente em que esta habitaria[286]:

> *O estudo que fizemos do habitat das zonas suburbanas de Quelimane teve como função primordial a análise das influências climáticas e a integração das populações na influência dessa área geográfica por intermédio de um habitat adequado à topografia regional.*[287]

No processo de trabalho seria elaborado "um mapa de distribuição populacional das zonas suburbanas de Quelimane" a partir do qual se concluiu a necessidade de formação de uma comunidade plurirracial, em que os distintos grupos étnicos poderiam "viver em perfeita comunhão", beneficiando dos mesmos equipamentos e integrados "às mesmas formas urbanas de economia e cultura"[288]. Seguindo uma metodologia de inventariação no terreno, é elaborado um inquérito à população, cujas conclusões revelam que o índice de "composição profissional" da comunidade é reduzido, "obrigando" a "um tipo de aglomeração onde a convivência predomina como factor primordial"[289] .

No domínio dos aspetos sociais e culturais Oliveira reflete igualmente sobre qual o papel que o urbanista deve desempenhar no planeamento urbano e na sociedade:

---

284 Milheiro, 2012a, p. 35.
285 Oliveira, 1965a, p. 66.
286 Cf. *ibidem*, pp. 65-67.
287 *Ibidem*, pp. 65-66.
288 *Ibidem*, pp. 66, 68, 70, 73.
289 Oliveira, 1965a, p. 66.

> *O urbanista de hoje, para ser autêntico, deve partir do princípio profundamente humano de que uma cidade não são apenas as casas, ruas, avenidas, praças, etc., antes a comunidade que nela convive, com os seus diversos grupos, instituições, seu modo de viver, suas tradições e seus costumes.*[290]

Oliveira propõe aqui uma renovação do habitat, pois como o próprio indica "o campo tende a integrar-se na civilização". Não obstante, chama a atenção para o modo como se deve processar essa transformação, aconselhando a que as alterações nos habitats devem acompanhar a evolução "civilizacional" das suas comunidades, designadamente nos seus aspectos culturais e económicos[291]. Nesta perspetiva, indica a edificação de habitações higiénicas, "tipo palhota", mas "estimulando e incitando os nativos a compreenderem os problemas de higiene e da cultura [...] sem contudo perder as características vivenciais dos seus *habitats* tradicionais e que não podem ser eliminados bruscamente" [292]. Comprovando esta teoria – por meio da realização do inquérito "*in loco*" – chegar-se-iam a conclusões quanto ao modo de vida das populações e ao seu estado de "avanço cultural", dividindo-se os habitats das populações indígenas em "mais evoluídos" e "menos evoluídos". Por oposição ao segundo grupo, destacam-se os primeiros pela vontade constante de melhorarem as suas condições de vida, revelando habitações melhor construídas e planificadas, seguindo preceitos higiénicos e incorporando, utensílios domésticos de uso corrente[293]. Ainda sobre esta questão, Oliveira critica os "teóricos de problemas africanos" que "tudo criticam sem nada saber e que querem impor soluções de habitabilidade para os nativos semi-rurais iguais às estruturas urbanas de qualquer cidade europeia"[294].

As propostas apontadas para o habitat das zonas suburbanas de Quelimane prendem-se, assim, com a adequação ao meio ambiente (físico, humano, económico, político-administrativo) a partir da planificação de habitações valorizadas nos seus aspetos higiénicos e estéticos, incluindo também o planeamento de equipamentos públicos essenciais ao desenvolvimento das populações, bem como a criação de saneamento "eficiente"[295]. Refere-se a importância da população nativa infantil como modo mais eficaz de formação de sociedades multirraciais, uma vez que já adultos " [estarão integrados] dentro do *habitat* dos Europeus".

Sobre os problemas dos *habitats* nas províncias ultramarinas, alerta para a importância de existência de planos diretores orientados "por técnicos competentes e conhecedores", que sabem integrar "os valores tradicionais do *habitat*" e "compreender que cada família tem a sua personalidade", pelo que "o seu espaço habitacional" deve corresponder à sua forma de viver[296].

---

290 *Ibidem.*
291 Cf. *ibidem*, pp. 67-68.
292 *Ibidem*, p. 68.
293 Cf. *ibidem.*
294 *Ibidem.*
295 Cf. *ibidem,* pp. 68-69.
296 Oliveira, 1965a, p. 69 e 73.

Quase no final do artigo – e a partir de experiências anteriormente realizadas na Guiné e em Moçambique – Oliveira aborda "o processo de auto-construção – [que] convenientemente orientado – é aquele que melhor satisfaz aos habitantes de qualquer grupo de *habitat*"[297]. Finaliza dignificando "o caso do *habitat* das zonas suburbanas de Quelimane" como exemplo da política multirracial implementada pelos organismos oficiais[298].

No mesmo ano, no opúsculo "Os Novos Povoamentos nas províncias ultramarinas", Mário de Oliveira enumera um conjunto de "sugestões" para os novos povoamentos "interessados em sólidas sociedades plurirraciais" cujo objetivo se evidenciaria num melhor e maior "desenvolvimento social e económico"[299]. Ao contrário do Plano de Urbanização de Quelimane, que se destina sobretudo à comunidade nativa, foca-se agora a questão da fixação de colonos europeus.

No capítulo referente à "localização dos novos povoamentos nas províncias ultramarinas", o autor enfatiza a necessidade de um "autêntico conhecimento" de cada região, nos seus aspetos sociais, geográficos e económicos, enumerando uma racional distribuição da indústria e da população e a importância do desenvolvimento da agricultura como principais objetivos dos inquéritos regionais. A necessidade destas inquirições – integradas, sempre que possível, num "plano orientador nacional" –, justifica-se pela resolução efetiva dos problemas urbanísticos. Realizados com o maior detalhe possível, os inquéritos deveriam ter a colaboração de uma equipa interdisciplinar, nunca descurando os "factores psicológicos e político-sociais", bem como "os aspectos humanos da convivência (...) primordiais, para além de qualquer realização construtiva material"[300].

Sobre o tema "problemas da habitação" refere a importância da existência de um plano que respeita as características de um dado habitat adaptado ao seu meio geográfico, sendo essencial um estudo *in loco*. Apela ainda à autoconstrução nos novos povoamentos, mas principalmente ao respeito das práticas construtivas e à "economia da construção [dependente] da facilidade de materiais locais", com possibilidades de ensaio em novas técnicas[301].

Relativamente, às estruturas habitacionais dos novos povoamentos aconselha à formação de "unidades plurirraciais", integrando populações "autóctones" de diferentes etnias[302]. Sobre este assunto, Mário de Oliveira, refere a necessidade da realização de inquéritos meticulosos para a escolha dos colonos nos novos povoamentos ultramarinos, pois a existência de filhos numa família de colonos é vantajoso pela melhor adaptação das crianças "aos novos meios ambientes" e à constituição de integradas comunidades plurirraciais[303].

297 *Ibidem*, p. 73.
298 Cf. *ibidem*.
299 Cf. *idem*, 1965b, p. 8.
300 *Ibidem*, pp. 10-13.
301 Cf. *ibidem*, 1965, pp. 15-17.
302 Cf. *ibidem*, 1965, pp. 17-18.
303 Cf. Oliveira, Os novos povoamentos nas províncias ultramarinas, 1965, pp. 31-32

Mais uma vez, volta a afirmar a sua discórdia em relação ao uso de tipologias habitacionais estandardizadas, enunciando a importância do Homem enquanto habitante de uma unidade residencial[304].

> *As paredes e os tectos das casas não se levantam por mero capricho da forma, nem tão pouco para uma protecção puramente física do indivíduo; levantam-se, sim, em relação às características temperamentais – psicobiológicas – das famílias que nelas desejem viver. – Só assim é que o processo do "habitat" é verdadeiro.*[305]

O relatório de Mário de Oliveira da Comissão Eventual de Serviço a Moçambique corresponde à viagem que o aquiteto realiza entre Setembro de 1965 a Janeiro de 1966 com o propósito da realização dos seguintes trabalhos: Plano da Região da Fronteira da Ilha de Moçambique e Plano de Urbanização da Ilha de Moçambique, e ainda a análise de alguns elementos para a conclusão do Plano de Urbanização de Quelimane, que acaba por ser entregue na Direção de Obras Públicas no dia 20 de Janeiro de 1966[306].

Sobre o Plano de Quelimane são descritos além dos elementos gráficos entregues, a parte escrita constituída por "inquérito e análise urbana", "propósito do Plano Geral de Urbanização de Quelimane", "programa e solução" e "população – aspetos gerais das tendências demográficas e socioeconómicas"[307].

Em "inquérito e análise urbana" explanam-se as características do sítio, o clima, a população, as funções da cidade a nível económico-social e a estrutura do aglomerado[308].

Sobre o estudo dos problemas de Urbanização da Ilha de Moçambique e sua Região Fronteira, Oliveira indica a necessidade de um conhecimento prévio do meio ambiente onde se atuará, como forma de estabelecer as premissas da Urbanização, o "que implica o inventário de todos os recursos naturais e humanos a aproveitar a um nível que satisfaça plenamente os interesses da comunidade"[309]. Deste modo, é proposto um estudo ao *habitat* local a partir de um esquema que se rege pelos seguintes pressupostos: reforço dos "laços de solidariedade e convívio entre as diferentes classes ou conjuntos sociais ou étnicos"; "composição étnica mais conveniente à formação de comunidades plurirraciais harmonicamente integradas e estáveis"; "opiniões e sugestões das diversas entidades locais responsáveis, acerca da viabilidade da criação de núcleos de «habitat», e modo de viver"; e por último, "inquéritos à forma de viver local dos aborígenes, visando principalmente conhecer quais as áreas mínimas de ocupação"[310].

---

304 Cf. Oliveira, Os novos povoamentos nas províncias ultramarinas, 1965, pp. 18-19
305 Oliveira, Os novos povoamentos nas províncias ultramarinas, 1965, p. 18
306 Cf. (Oliveira, 3 de Março de 1966, pp. 1-5)
307 Cf. (Oliveira, 3 de Março de 1966, pp. 5-8)
308 Cf. (Oliveira, 3 de Março de 1966, pp. 6-7)
309 (Oliveira, 3 de Março de 1966, pp. 8-9)
310 Oliveira, 1966, pp. 9-10.

Os trabalhos realizados no Caniço constam apenas de inquéritos e de uma reportagem fotográfica[311].

"O problema habitacional dos economicamente débeis de Moçambique" deveria ser resolvido tendo em conta a formação de unidades plurirraciais e os aspetos económicos e culturais. Também aqui se chama atenção para o risco da estandardização da construção devido à diferenciação climática e geográfica de cada região que se manifesta em "características próprias de habitabilidade". A normalização das construções deveria ser estudada tendo em conta vários aspetos: dimensional (com atenção às unidades familiares), tecnológico, tradicional, económico, social e estético[312].

Para a designada "Cidade do Caniço" previa-se o seu arranjo urbanístico como parte integrante da cidade de Lourenço Marques com base em unidades plurirraciais, formadas por "unidades de vizinhança"[313]. Através da realização de um inquérito direto à população do "Chamanculo" (zona do "Caniço") constata-se que os seus habitantes gostam de viver naquele local não só pelos vínculos sociais estabelecidos, mas também pela proximidade da zona de trabalho, considerado um fator essencial na harmonia do convívio habitacional. Não obstante, revelam o desejo de evolução e de integração na vida económica e cultural do meio urbano, ao manifestarem a vontade de uma "casa nova" com piso de cimento, "elevado do chão" com "um pequeno quintal" e construída com blocos[314]. O inquérito realizado procura abordar variados assuntos desde aspetos económicos (quantidade de automóveis existentes, cargo profissional e remuneração), condições físicas da habitação (questão da existência de iluminação e de água, bem como das patologias da habitação), desejos dos habitantes (quanto à localização, tipologia e aspetos construtivos da habitação), o tempo de permanência no alojamento, fatores de higiene e de salubridade, e ainda de formação e educação[315].

No relatório dão-se a conhecer as conclusões do inquérito, sendo manifesta a preocupação com a saúde pública e implantação das habitações em terrenos favoráveis, destinando-se as terras alagadas, depois de devidamente drenadas, para massas verdes, que cumpririam não só a função de permanência e lazer, mas também de "«fronteiras» aos diversos tipos de ocupação habitacional"[316]. Verificou-se, ainda a partir do inquérito, a aspiração da população autóctone em melhorarem as suas habitações, permanecendo no mesmo local de residência, devido não só aos vínculos sociais e de amizade estabelecidos, "como também pelo desejo de aculturação e multirracionalidade" de grande parte da comunidade[317]. Consideram-se ainda que os tipos de habitação para as populações desfavoráveis deveriam estar em conformidade com as diferentes estruturas familiares e as condições climáticas de cada região[318].

311 Cf. *ibidem*, p. 18.
312 *Ibidem*, p. 19.
313 *Ibidem*, p. 20.
314 Cf. *ibidem*, pp. 20-21.
315 Cf. *ibidem*, pp. 21-22.
316 *Ibidem*, pp. 23-24.
317 Cf. *ibidem*, p. 24.
318 Oliveira, 3 de Março de 1966, p. 24.

Finalizando o relatório, Mário de Oliveira propõe a elaboração de "estudos pilotos para a zona do «Caniço», Beira (Munhava) – Quelimane, zonas suburbanas e também para Nampula, António Enes e Porto Amélia" em conformidade "com as características de cada meio ambiente", para posteriormente, e a partir da experiência anterior desses planos se concretizarem as soluções urbanísticas definitivas[319].

A questão do emprego de materiais locais e a sua relação com o contexto geográfico, económico e cultural focada durante a década de 1960 em Portugal, é assim paralelamente acompanhada no território ultramarino, a partir das reflexões de Oliveira sobre os assentamentos ultramarinos. É de recordar que em 1961 é publicado *Arquitectura Popular em Portugal*, no qual se dá destaque – ainda que com distintas abordagens – ao tema dos processos construtivos pelas diferentes equipas que participam no Inquérito.



14. Bairro indígena de Cupelon, Guiné



13. Implantação das palhotas em Gambiafada, Guiné

319 Cf. *ibidem*, p. 25.

3.4 **Missão de Estudos do Habitat Nativo da Guiné**

Fernando Schiappa de Campos e António Saragga Seabra integram a nova geração que a partir de meados dos anos de 1950 entra para o Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU), beneficiando da aposta do Ministério do Ultramar na especialização dos seus arquitetos nos estudos da arquitetura tropical. Durante o período de 1955/56 Seabra frequenta, em Londres, o curso de Arquitetura Tropical da Architectural Association (AA), recebendo formação de docentes como Otto Koenigsberger e o casal Maxwell Fry e Jane Drew. Schiappa de Campos viria a frequentar o mesmo curso, cuja duração era de seis meses, contudo integrando a classe de 1958/59[320]. O curso dividia-se numa vertente teórica e outra projectual, realizada em função dos dois tipos de climas dominantes em África, o tropical seco e o tropical húmido[321]. Os docentes do curso aconselhavam ao uso de técnicas construtivas locais e a colher "ensinamentos na experiência secular dos indígenas… porque os seus hábitos em matéria de construção correspondem, muitas vezes, a concepções que se antecipam às da própria ciência"[322]. O objetivo era "obter-se o máximo de ventilação para a região quente e húmida e o maior isolamento para a região quente e seca"[323], como se revelará nas memórias descritivas dos projetos realizados por arquitetos do GUU[324].

Entre 1959 e 1960, ambos os arquitetos juntamente com Amadeu Castilho Soares (1930-)[325], empreendem um levantamento ao território guineense designado *Missão de Estudos do Habitat Nativo da Guiné* durante um período de seis meses consecutivos, desde o princípio de Setembro até meados de Março. Como objetivo pretendia-se reunir um conjunto de conhecimentos que iriam servir de base a projetos urbanísticos e habitacionais destinados àquele território, nomeadamente ao Plano de Urbanização de Bissau que se encontrava em curso na DGOPC[326].

A síntese de elementos adquiridos deveu-se às investigações de campo realizadas no âmbito da Missão, mas também às pesquisas complementares realizadas em Lisboa[327]. Os estudos que haviam sido produzidos sobre a Guiné no âmbito da geologia, da geografia e da etnologia foram fundamentais como leitura preparatória para a Missão. No relatório resultante da Missão, intitulado *Habitats Tradicionais da Guiné Portuguesa* (1970), encontram-se referências a diversos autores das áreas disciplinares referidas, como António Carreira, A. Teixeira da Mota e Orlando Ribeiro. As publicações consultadas en-

320 Cf. Milheiro, 2010, p. 25; Milheiro & Dias, 2009, p. 88; ver entrevistas em anexo a Fernando Schiappa de Campos e António Saragga Seabra.
321 Cf. Possolo *in* Milheiro & Dias, 2009, p. 87.
322 Possolo *in ibidem.*
323 Possolo *in ibidem*, p. 88.
324 Cf. Possolo *in ibidem.*
325 Amadeu Castilho Soares (n. 1930 em Sernada do Vouga), formado em Administração Ultramarina pelo Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (atual Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas), ingressou como docente da mesma instituição em 1957. Entre 1961 e 1962, assume o cargo de Secretário Provincial da Educação, Saúde, Trabalho e Segurança Social de Angola. Durante o mesmo período é responsável pela elaboração e implementação do plano de ensino primário rural "Levar a Escola à Sanzala", preconizando o que enunciara anteriormente no seu livro Política de Bem Estar Rural em Angola, editado pela Junta de Investigação do Ultramar em 1961. Essa ação teve como objetivo unificar os diferentes povos angolanos (povoações nativas rurais ou suburbanas), através da aplicação de um método de alfabetização e de ensino da Língua Portuguesa.
326 Cf. Campos, 1970, p. 1 e Campos, 2013.
327 Cf. Campos, 1970, p. 1.

contravam-se, em Portugal, na Sociedade Portuguesa de Geografia, na Biblioteca Nacional e na Torre do Tombo e, na Guiné, no Museu Nacional da Guiné-Bissau, no qual existiam vários relatórios produzidos por navegadores, chefes de posto e administradores e ainda monografias dedicadas a temas sobre esta província[328].

Segundo as entrevistas realizadas a Schiappa de Campos e Saragga Seabra, tal como a leitura das várias publicações, também a definição da ordem de trabalhos foi estipulada previamente. Schiappa era o chefe da Missão e tinha ainda como principal função fotografar, utilizando uma *Rolleiflex*. António Seabra também fotografava, mas a sua principal tarefa prendia-se com o levantamento das povoações, constituídas por moranças, e das suas construções. Castilho Soares, um estudioso e conhecedor dos assuntos coloniais, ficou encarregue de fazer os inquéritos à população nativa e de registar as informações mais relevantes. Os registos fotográficos, num total de cerca de cinco mil, procuraram enquadrar situações interessantes e inusitadas, sendo sistematicamente organizados e classificados segundo a sua localização e acompanhados com uma breve descrição[329].

Refletindo a importância dada aos problemas sociais na elaboração de planos urbanísticos, as investigações seguiram um esquema organizado que incluía: a realização de um "inquérito preliminar" para determinar os grupos étnicos existentes na cidade; posteriormente, um novo inquérito, mas já no terreno de origem desses povos como forma de estudar os seus *habitats*; e um último inquérito ao *habitat* na cidade em estudo. O relatório resultante da *Missão*, intitulado *Habitats Tradicionais da Guiné Portuguesa* (1970), deveu-se maioritariamente ao segundo tipo de inquérito, uma vez "que o primeiro inquérito já estava esclarecido pelas estatísticas e o terceiro não foi considerado dentro das atribuições da *Missão*, pelo que apenas se fez um reconhecimento sumário das áreas residenciais nativas de Bissau"[330].

Segundo Schiappa de Campos, o trajeto realizado incluiu uma primeira visita às regiões vizinhas do lado Norte da Guiné, posteriormente, já no território a estudar, com o auxílio de um mapa definiram o percurso a realizar mediante "as possibilidades de deslocação". A viagem de reconhecimento inicia-se na capital guineense com o objetivo estabelecido do conhecimento dos principais grupos étnicos. O percurso definido inclui uma primeira incursão nas regiões junto a Bissau, seguindo para Norte e depois para o interior até à fronteira nascente, finalizando-se a poente no arquipélago dos Bijagós. Assim, junto à capital guineense a primeira etnia a ser visitada é a papel, mais a Norte e até ao Cacheu, observam o modo de vida dos manjacos, junto à fronteira, convivem com os felupes, e seguindo em direção ao interior visitam os brames, os balantas, os nalus, os mandingas, os beafadas e os fulas, estes últimos já na proximidade da fronteira da Guiné-Conacri, finalmente, fazem o levantamento do grupo bijagó, onde a equipa esteve entre Janeiro e Fevereiro de 1960. No regresso retornam a Bissau e visitam mais algumas localidades[331].

328 Cf. Campos, 2013 e Seabra, 2013.
329 Cf. Campos, *ibidem* e Seabra, *ibidem*.
330 Campos, 1970, p. 1.
331 Cf. Campos, 2013.

Como já foi indicado, o trabalho de campo foi contínuo durante os seis meses da Missão, com exceção de "umas férias no Natal em Praia Varela e [...] poucos dias de descanso"[332]. Na generalidade as visitas a cada grupo étnico demoravam uma semana. Nas localidades visitadas foi importante o contacto com o administrador nas cidades ou com o chefe de posto na aldeia, com os quais eram trocadas impressões relativas aos melhores acessos das zonas a visitar, sendo também facultado alojamento[333].

Nas deslocações, o principal meio de transporte utilizado foi um *Land Rover*, conduzido por um motorista papel, que servia simultaneamente de intérprete, uma vez que na Guiné apesar da língua portuguesa ser a oficial, correntemente utiliza-se o crioulo na comunicação entre as diferentes etnias que têm os seus próprios dialetos. Em locais onde não havia a possibilidade de utilizar o automóvel, as deslocações eram feitas por meio de balsa ou piroga, principalmente no "chão" dos felupes, onde a região é constituída por pequenas ilhas, já no arquipélago dos Bijagós as ilhas de maiores dimensões obrigavam a utilização de barco ou avião. Nos restantes itinerários onde não era possível a utilização destes meios de transporte eram feitos a pé[334].

O relatório resultante da Missão não constitui mais do que um resumo do que deveria ter sido publicado. Segundo Seabra, a maqueta do livro por ele realizada "teria talvez trezentas páginas, com milhares de fotografias, desenhos...". Todavia o "trabalho [da Missão revelou-se] completo de mais" pela abordagem a variados assuntos, como fatores sociais e culturais, incluindo questões relacionadas com as heranças das várias etnias, e "por questões de ajustamentos" relativas à parte escrita e fonética, que fizeram atrasar todo o processo de sistematização[335]. Como se poderá verificar no relatório, os anexos incluem o significado ou equivalência entre designações em crioulo e português e um sistema simplificado de notação fonética de termos nativos.

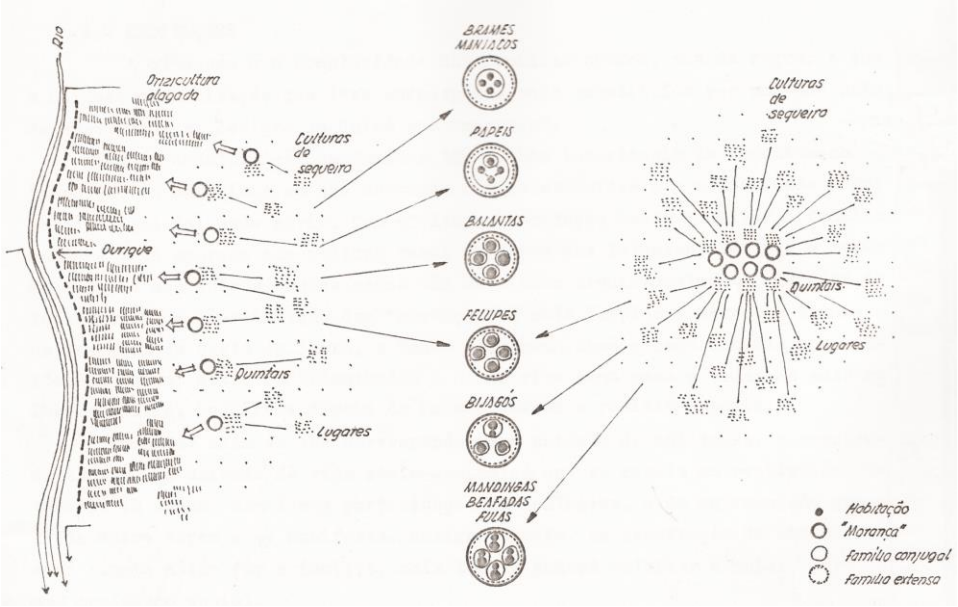
Segundo o depoimento dos arquitetos, a população acolheu bem a equipa, embora houvesse alguma desconfiança inicial que rapidamente dava lugar a atitudes prestáveis. Quando confrontados com o que os mais surpreendeu no decurso da Missão as respostas são concisas, mas permitem idealizar o retrato da Guiné à época: "há uma coisa que se impõe: a variedade, sobretudo num espaço tão pequeno"[336] e "aquilo era outro mundo, gostei do estado selvagem que encontrei, do lado primitivo"[337].

No relatório publicado tardiamente e já num período político e socialmente conturbado na vida das populações nativas, apontava-se a importância do conhecimento das "bases tradicionais" que antecederam essa situação de instabilidade, como

332 Seabra, 2013.
333 Cf. Campos, *op. cit.*
334 Cf. *ibidem.*
335 Seabra, *op. cit.*
336 Campos, 2013.
337 Seabra, 2013.

forma de se estruturarem novas soluções do habitat enquadradas com a realidade que se estava a viver, promovendo uma melhoria das condições de habitabilidade338.

> *Ao incluir elementos do habitat rural nativo no estudo de situações urbanas recentes pretende-se possibilitar comparações, das quais se possam tirar resultados úteis, quer para a organização da cidade, quer para a melhoria das situações rurais.*[339]



15. Esquema e características dos tipos de povoamento

338 Cf. Campos, 1970, p. 1.
339 *Ibidem.*

3.4.1 ***Habitats Tradicionais da Guiné Portuguesa***

O relatório da *Missão* encontra-se dividido em três partes: na primeira, logo a seguir à introdução, faz-se uma caracterização geral dos aspetos relacionados com a população nativa de Bissau e dão-se algumas explicações relativamente ao esquema de trabalho adotado; de seguida, apresenta-se uma nova secção intitulada "*Habitat* Nativo", com informação referente a cada uma das tribos analisadas; por último, temos a conclusão, na qual são enunciadas algumas considerações resultantes do trabalho de investigação realizado[340].

A primeira parte encontra-se dividida nos seguintes capítulos: "população total – população de Bissau", "esquema adoptado", "povoamento", "habitações", e ainda "migrações e contactos culturais"[341].

No primeiro capítulo, faz-se uma caracterização do território de Bissau, por meio de gráficos e tabelas, onde se tenta perceber a importância dos povos nativos e o interesse que a capital suscitou em cada etnia. Como tal, faz-se uma comparação segundo os diferentes grupos étnicos, entre a população nativa total da Guiné Portuguesa e a população nativa residente no posto de sede, praticamente equivalente à cidade de Bissau, que inclui a zona urbana, suburbana e áreas periféricas[342]. Pela observação do gráfico conclui-se que na Guiné predominam os balantas, os fulas, os manjacos e mandingas. De seguida, apresenta-se uma outra análise comparativa, onde se expõe a evolução demográfica do país, do concelho de Bissau (correspondente à ilha do mesmo nome) e da sua sede, entre 1928 a 1960[343]. Verifica-se que entre 1950 e 1960, a população correspondente à cidade de Bissau, quase que duplica (de 14533 para 28250). Por último, analisa-se a distribuição das diferentes etnias dentro da cidade de Bissau e verifica-se, à época, o crescimento da população emigrante maioritariamente Balanta[344]. Os dados demográficos utilizados são relativos ao censo de 1950, pois como indica o próprio autor e como havia confirmado Orlando Ribeiro, é o primeiro censo mais fiável e detalhado, designadamente sobre a constituição étnica da população[345].

Como já foi descrito, em relação ao método de trabalho optou-se pelo estudo dos principais grupos étnicos da Guiné Portuguesa, num total de dez etnias, contudo a sequência dos povos apresentados no livro não coincidem com o percurso traçado na Missão, sendo apresentados da seguinte forma: bijagós, papeis, manjacos, brames, felupes, balantas, nalus, mandingas, beafadas e fulas[346]. No trabalho produzido, reconhece-se a importância da "interligação dos factos sociais", dependentes da relação estabelecida entre os aspetos culturais e o meio natural em que vivem os povos autóctones. Como tal, procuram-se relacionar os vários elementos estudados, designadamente o "Povoamento e Habitação" com fatores como o "Meio,

340 Cf. Campos, 1970.
341 Cf. *Ibidem*, pp. 2-11.
342 Cf. *ibidem*, 1970, pp. 2-3.
343 Cf. *ibidem*, p. 2 e 4.
344 Cf. *ibidem*, p. 2 e 5.
345 Cf. *ibidem*, p. 2 e o capítulo "Emergência do estudo dos *habitats* nativos africanos".
346 Cf. *ibidem*, pp. 9-11.

os Habitantes e as Actividades", como forma de justificar as razões das soluções tradicionais e desse modo tirarem-se úteis ilações na conceção de novas soluções[347].

Reserva-se, também, um pequeno apontamento sobre o tema das "Migrações e Contactos Culturais", em que se descreve sumariamente os movimentos migratórios das várias etnias em estudo – desde o passado até situações contemporâneas à data da *Missão* –, e as influências culturais resultantes "de vizinhanças antigas ou contactos recentes", com a intenção de se clarificar a "ligação das condições de vida e de habitar no meio rural com a atracção urbana exercida por Bissau"[348].

A primeira parte do relatório inclui uma introdução que reúne informação geral dos diferentes assuntos abordados e particularizados na segunda parte do trabalho[349]. Nesta, o estudo é feito pela apresentação de cada uma das etnias, seguindo sempre a mesma estruturação: carta da Guiné com a localização da etnia e indicação da densidade demográfica; "Povoamento"; "Habitações" e ainda "Migrações e Contactos Culturais"[350].

O capítulo sobre o "povoamento", dedicado a cada uma das etnias, surge dividido em pequenos textos, que se estruturam da seguinte forma:

– "Introdução" – na qual se fornecem dados relativos à localização da etnia em estudo, ao número de habitantes, a densidade demográfica, o tipo de povoamento, e ainda a organização e constituição das "moranças"[351];

– "O Povoamento e a Sociedade" – onde se destaca o elemento base da composição social (ex. "gerações" ou "classes de idade"), a organização das famílias na "morança" e a religião praticada;

– "O Povoamento e o Meio" – no qual se faz a caracterização dos solos e do tipo de vegetação;

– "O Povoamento e as Actividades de Grupo" – onde se dão informações sobre os rituais, as cerimónias, as manifestações artísticas, os tipos de cultura praticados e a criação de gado.

Relativamente a esta temática é apresentada uma carta da Guiné exemplificativa do povoamento da etnia em estudo, com a identificação da povoação estudada, a indicação do tipo de vegetação e culturas existentes, os aspetos geológicos, bem como os tipos de vias e de casas (tradicional ou definitiva). Também os desenhos e as fotografias constituem importantes elementos gráficos na compreensão do objeto analisado. Em relação aos primeiros, são registadas as povoações levantadas, com a identificação das "moranças" que a constituem; quanto ao registo fotográfico apresentam-se elementos de partilha comum das populações, como os arruamentos com as suas vedações, os largos, os recintos de luta, a mesquita, etc.[352]

---

347 Cf. Campos, 1970, p. 6.
348 *Ibidem*, p. 6.
349 Cf. *ibidem*, pp. 7-11.
350 Cf. *ibidem*, 1970, pp. 6 e 9-11.
351 A "morança" corresponde a um conjunto de habitações destinadas a um mesmo grupo familiar.
352 Cf. Campos, 1970.

A temática das "habitações", à semelhança do capítulo do "povoamento", também é organizada em pequenas secções, na qual se estabelecem relações com outros assuntos[353]. Assim temos:

– "Introdução" – na qual se destacam alguns elementos ou edifícios que constituem a "morança", os materiais empregues nas habitações e a configuração das suas plantas e dos seus interiores, a organização das famílias nas mesmas e ainda a existência de outros elementos que integram o conjunto habitacional, como quintais e pátios;

– "As Habitações e a Família" – onde se indicam a constituição da unidade familiar elementar do grupo (ex. família matrilinear ou patrilinear extensa, restrita ou poligínica), os elementos que constroem a casa, a distribuição das pessoas nas habitações da "morança" e as suas funções desempenhadas, salientando-se o papel do chefe de família;

– "As Habitações e o Meio" – na qual se particularizam os materiais utilizados, os métodos e os sistemas construtivos e se dão informações sobre a época de construção e de reparações das habitações, bem como a sua duração;

– "As Habitações e o Modo de Vida" – na qual se referem a existência de manifestações artísticas, de cerimónias e do culto do enterro, as condições sanitárias e os cuidados higiénicos observados, a estrutura económica da população, o papel do gado na vida dos habitantes, a adaptação entre a forma de habitar e o modo de vida, os hábitos e os costumes, e ainda os desejos de evolução, manifestados sobretudo pela população mais jovem.

A introdução sobre as "habitações", que se encontra na primeira parte do relatório, é complementado pela apresentação de um esquema simplificado que demonstra a constituição das "moranças" por famílias conjugais, segundo funções e agrupamentos étnicos[354]. Ao longo da obra apresentam-se fotografias de casas e da sua construção, tal como os celeiros, que juntamente com as primeiras formam os elementos base de uma "morança" tipo. Os desenhos, constituídos por plantas, cortes e alçados, demonstram a organização de uma "morança" de uma determinada povoação e ainda os tipos de casas e de associação entre as mesmas[355].

Sobre as "Migrações e Contactos Culturais" apresenta-se um único texto por etnia, no qual se indicam as primeiras referências do grupo, as migrações mais remotas relacionadas com a sua origem até às correntes migratórias mais atuais à época de realização da *Missão*, e ainda os usos e costumes e outros factos históricos de maior relevância (influências e relações conflituosas com outras tribos). Destaca-se na abordagem a este assunto a constante referência às informações relatadas pelos viajantes André Álvares de Almada (1555-1650), que escreve *Tratado Breve dos Rios da Guiné* (1594), e Francisco de Lemos Coelho (1669-1684), com a sua obra *Duas Descrições Seiscentistas da Guiné* (1669 e 1684)[356].

353 Cf. *ibidem.*
354 Cf. *ibidem*, p. 10.
355 Cf. *ibidem.*
356 Cf. Campos, 1970.

Como refere Schiappa de Campos, os textos referentes às diferentes tribos procuram expor os aspetos mais importantes sobre cada assunto, não só devido a "uma certa limitação de espaço", mas também como forma de facilitar a sua consulta e confrontar soluções, para "a formação de uma ideia de conjunto sobre os problemas do *habitat* rural das populações nativas da Guiné" [357]. As reproduções de mapas, desenhos e fotografias que acompanham os textos servem para ilustrar graficamente os assuntos expostos, conferindo-lhes maior expressividade.

Como já foi referido, a segunda parte de *Habitats Tradicionais da Guiné Portuguesa*, reúne as informações colhidas na *Missão* sobre cada uma das etnias, que não iremos especificar neste trabalho, por não ser esse o seu objetivo. Contudo, segue-se uma abordagem geral dos principais assuntos tratados.

Povoamento

Quanto à forma de ocupação das populações autóctones no território da Guiné Portuguesa, distinguem-se duas épocas: uma antes da ocupação das autoridades portuguesas, em cada etnia vivia no seu "chão"; e outra que se segue à pacificação, em que a população passa "a poder deslocar-se mais livremente", originando uma nova "ocupação no espaço"[358].

Os diferentes valores das densidades demográficas encontram-se relacionados com os fatores geográficos e topográficos do território, registando-se os mais baixos no interior sul, os médios com predomínio nos solos "ferralíticos e fersialíticos [...] ocupados com culturas de sequeiro rotativas em sistema de queimada e pousio", e os altos, maioritariamente, nos "solos hidromórficos ocupados com orizicultura alagada em regime permanente"[359].

Em relação ao tipo de povoamento, observa-se a concentração nos grupos islamizados do interior e a dispersão nos litorálicos (animistas[360]), com exceção dos Nalus, recém-islamizados, que apresentam um povoamento mal definido. Nos Felupes verificam-se os dois tipos de povoamento e nos Bijagós um povoamento do tipo concentrado[361].

Como já foi referido, uma "morança" corresponde a um conjunto de casas de um mesmo grupo familiar, por sua vez, as povoações autóctones – constituídas por um grupo de "moranças" – são na sua generalidade "ocupadas apenas por pessoas aparentadas". Dentro das "moranças" destaca-se o papel das chefias, como organizadores da vida económica da comunidade e das cerimónias religiosas realizadas nas "várias fases da actividade agrícola desde a distribuição de terras às colheitas". Nos litorálicos é patente o distanciamento entre "moranças" pertencentes à mesma povoação e as estruturas sociais são organizadas de acordo com as "gerações", famílias ou "classes de idades", sendo a transmissão de cultura feita essencial-

357 *Ibidem*, p. 6.
358 Cf. *ibidem*, p. 7.
359 Cf. *ibidem*.
360 Praticantes do animismo, religião que se caracteriza por dois tipos de manifestações sobrenaturais, os antepassados e as forças da natureza, atribuindo-se à alma a causa de todos os fenómenos vitais. Este tipo de culto identifica-se com o grupo e a respetiva organização. *Ibidem*, p. 123.
361 Cf. *ibidem*, p. 7.

mente por meio de cerimónias de iniciação. Já nos povos do interior as "moranças" dispõem-se na proximidade uma das outras e a transmissão de cultura é feita principalmente nas escolas[362].

A atividade económica predominante é a agricultura, verificando-se entre os litorálicos maior especialização profissional, principalmente na prática da orizicultura alagada, existindo também culturas complementares em quintal e em sequeiro. As habitações implantam-se na proximidade das "bolanhas" para a vigilância dos "ouriques", isto é, dos diques que controlam a entrada e saída de água nos arrozais. Dadas as crenças deste povo o gado tem função mágico-social. Nos islamizados predomina o cultivo de sequeiro e de culturas complementares em "bolanha" e quintal, surgindo também o gado, mas com funções económica e social. Além destas tarefas, exercem-se diversificadas atividades profissionais de cunho tradicional, características do meio urbano[363].

Habitações

A habitação única familiar (família conjugal) apenas surge nos Balantas, Felupes e Papéis, sendo as casas construídas em barro. Nas restantes tribos, as casas "têm ou tinham tradicionalmente paredes de «quirintim»" e a organização das "moranças" é mais complexa: "entre os Brames e os Manjacos da Costa de Baixo, o homem vive numa casa e cada uma das suas mulheres noutra; entre os islamizados o homem vive numa casa e todas as suas mulheres noutra. Os filhos depois do «fanado» passam a residir à parte"[364].

Uma "morança" corresponde não só a uma unidade de habitação familiar, mas "também a uma unidade de vida socioeconómica" que se manifesta num sentido de "entreajuda" na realização de tarefas comuns, bem como na construção de casas, onde é evidente a participação das mulheres[365].

Na construção são utilizados os materiais disponíveis: "terra argilosa (pavimento e paredes); poilão (portas); mangal, pau carvão, cibe, tara, bambu (armação de paredes e cobertura); fibras de palmeira, de tare e de junco (cordas); colmo (cobertura) e, entre alguns, palha de arroz para misturar com a terra argilosa"[366]. Os povos sedentários do litoral constroem as paredes das suas casas em terra e a população nómada do interior, Fulas e Brames, recorrem a materiais menos perenes como as fibras vegetais que possibilitam nalguns casos a possibilidade de desmontagem das casas, como forma de se adaptarem à sua mobilidade[367].

362 Cf. Campos, 1970, p. 7 e 8.
363 Cf. *ibidem*, pp. 7-8.
364 *Ibidem*, p. 9.
365 Cf. *ibidem*, p. 9.
366 *Ibidem*, p. 9.
367 Cf. Campos, 1970, p. 9.

Certos pormenores construtivos refletem a adaptação ao meio e à forma de viver das diferentes etnias. Assim cobertura excede o perímetro das paredes exteriores da casa, permitindo o abrigo e isolamento da chuva. O teto, existente em várias casas, protege os seus habitantes dos incêndios que se propagam pelas coberturas. O fogo no interior das habitações permite que o fuma produzido sirva como fungicida para os mosquitos e térmitas[368].

Schiappa de Campos reconhece a perícia técnica e aptidão artística dos construtores e pintores Bijagós, nomeadamente no que diz respeito à construção dos celeiros.

> *É de salientar que sendo os Bijagós dos grupos da Guiné que menos se dedicam à agricultura seja entre eles que existem os mais perfeitos celeiros. É ainda nas paredes exteriores dos celeiros que aparecem, frequentemente, interessantes pinturas. Tais pinturas surgem também, por vezes nas armações de barro que envolvem as camas e nas KÃDJÁ.*[369]

Também nas habitações dos Futa Fulas o autor irá encontrar as mesmas qualidades técnicas e plásticas.

> *As habitações dos Futa Fulas são esmeradas no seu acabamento, especialmente no encanastrado de bambu da estrutura da cobertura, na própria disposição do colmo, nas portas em madeira com pirogravuras e nas camas de barro com relevos decorativos.*[370]

De um modo geral, é registada a falta de condições sanitárias nas habitações, mormente entre os litorálicos que coabitam com os animais. Existem ainda outras tribos que têm o hábito de enterrarem os seus mortos dentro de casa. Quanto aos islamizados, é assinalada uma maior preocupação com as condições higiénicas das casas, verificando-se a separação entre pessoas e animais e a existência de recintos para lavagens na proximidade das habitações[371].

Geralmente a construção de uma habitação está associada ao casamento e à realização de cerimónias religiosas[372].

368 Cf. *ibidem.*
369 *Ibidem*, 1970, p. 16. *KÃDJÁ* é um termo nativo, utilizado principalmente entre papéis e bijagós, que significa *balouba,* ou seja, uma construção destinada ao culto dos animistas.
370 *Ibidem*, p. 112.
371 Cf. *ibidem*, p. 9.
372 Cf. *ibidem.*

Migrações e contactos culturais

Como é sugerido pelas palavras do autor, o assunto das "Migrações e Contactos Culturais" torna-se pertinente para o entendimento do dinamismo dos povoamentos, uma vez que refletem no tempo às movimentações dos diferentes agrupamentos étnicos.

As migrações de carácter permanente ou temporárias, pelos contactos culturais e influências estabelecidas com outras etnias, tiveram reflexo na evolução cultural, quer ao nível dos usos como dos costumes, manifestando-se no tipo de povoamento e de habitação. Os movimentos migratórios do passado permitiram dar indicações das origens dos povos indígenas estudados na altura da *Missão* e dos terrenos, que após a sua fixação, passaram a constituir o "chão" desses grupos. Como explica o autor, "a situação de predomínio tribal que existiu até determinada altura não dava margem a deslocações fora do «chão», a menos que se fizessem guerras". Com o fim dessas guerras intensificaram-se as deslocações internas e externas, dando origem a uma nova distribuição das populações no território guineense[373].

As razões dessas migrações são complexas e de ordem vária, contudo são enumeradas as mais preponderantes:

– A necessidade de novas terras para cultivo, devido ao crescimento da população e a reduzida produtividade das culturas em solos estagnados;

– O desejo de uma situação económica mais estável, em terrenos mais rentáveis ou em trabalhos mais diversificados e melhor remunerados, justificada por períodos anuais de menor produtividade agrícola;

– "Os desejos de evolução", principalmente por parte dos jovens que procuravam a libertação dos "rígidos e estáticos" laços tradicionais;

– O fator de prestígio na integração de correntes migratórias que se tornaram hábito em determinadas tribos;

– A acentuação do desequilíbrio entre o meio rural e urbano, constituindo-se este último como um território de maior desenvolvimento e consequente atratividade, destacando-se a cidade de Bissau[374].

Conclusão

A terceira parte do relatório surge em jeito conclusivo do estudo realizado e adianta importantes ilações a nível regional, urbanístico e habitacional com vista à resolução dos problemas dos *habitats* tradicionais da Guiné.

373 Cf. 1970, p. 11.
374 Cf. *ibidem*.

As considerações iniciais deste último capítulo vêm salientar o "fenómeno da atração urbana", recomendando-se a melhoria das condições de vida não só do meio urbano, mas também do meio rural. Como tal, sugere-se a elaboração de dois tipos de estudos do *habitat* que enquadram cada uma destas realidades, na procura de um amplo "conhecimento das formas de viver e de habitar" de ambos os contextos e de um maior entendimento da "dinâmica das transformações sociais que se manifestam entre populações rurais que se urbanizam". As ilações daí resultantes serão úteis não apenas na definição de soluções destinadas à manutenção das populações rurais no seu meio, mas também na integração dos habitantes dos centros urbanos "num novo sistema de vida" [375].

Como contraponto ao estudo que se realiza ao *habitat* tradicional no meio rural, faz-se referência a dois estudos complementares, um de "reconhecimento nos pequenos centros urbanos do interior" e outro aos Bairros Populares de Bissau. Sobre este último, valorizam-se os elementos recolhidos através da realização do inquérito destinado ao plano de urbanização da cidade que permitiu ampliar e atualizar os conhecimentos existentes[376]. Como é referido pelo autor, a reunião de elementos de natureza rural e urbana permitiu fazer uma "caracterização sumária dos respectivos meios e desenvolver algumas considerações gerais abrangendo aspetos regionais, urbanísticos e habitacionais, com vista a um amplo equacionamento dos problemas do *habitat* das populações aborígenes da Guiné Portuguesa". Em complemento é apresentado um esquema síntese das principais características dos meios rural e urbano.

Aspetos regionais

A implementação de uma ação regional é encarada como um instrumento que permite compensar a ação local, resultante do plano de urbanização, e dessa forma proporcionar "uma situação de equilíbrio entre o centro urbano e a sua região de influência"[377]. Esse planeamento pressupõe "um conhecimento aprofundado do meio, dos habitantes e das atividades", para o qual é essencial a realização de estudos especializados, conduzidos por um trabalho interdisciplinar. Neste âmbito, é proposto como ponto de partida o estudo do *habitat* tradicional, nomeadamente no que concerne à estruturação do povoamento[378].

Quanto à estruturação do povoamento elencam-se um conjunto de aspetos a ter em conta: o grande número de população que vive no meio rural, com hábitos de vida tradicionais enraizados; a considerável percentagem de população com hábitos de citadinos que ocupa os meios urbanos e as zonas limítrofes junto aos meios rurais; a existência de serviços públicos, administrativos e de outro carácter, cujo raio de ação se estende a toda a população; e por último, o "desejo de evolução"

375 Campos, 1970, p. 116.
376 Cf. *ibidem.*
377 *Ibidem*, p. 118.
378 *Ibidem.*

manifestado principalmente nas camadas mais jovens[379]. A nova estrutura a implementar deveria ter em conta a situação existente e procurar "uma progressiva melhoria de situações", com base nos escalões correspondentes à então regente estrutura administrativa, dirigindo-se assim desde as populações rurais, a partir das Regedorias (divisão orgânica do espaço geográfico) até aos centros urbanos mais importantes (Concelho ou Circunscrição e Região). Nas Regedorias, propõe-se uma ação a longo prazo incidente no desenvolvimento económico e social, exigindo-se habitações com melhores condições sanitárias e de armazenamento dos produtos agrícolas[380]. Nos escalões urbanos, os "modelos urbanísticos" a seguir deveriam ser suficientemente flexíveis para se adaptarem ao caso de sobreposição de aglomerados planeados com aglomerados informais, para dessa forma "consentirem formas tradicionais existentes e serem receptivos ao crescimento e evolução, considerando a progressiva integração das populações rurais a eles afectas num tipo de vida mais evoluído"[381].

As considerações acerca dos aspetos regionais são ilustradas por um gráfico que pretende demonstrar a "dimensão relativa dos problemas regional e urbano".

Aspetos urbanísticos

Face ao problema de concentração de população nos centros urbanos, aconselha-se a que as propostas urbanísticas saibam tirar partido desse fator, apresentando um carácter dinâmico capaz de resolver as debilidades existentes e de se adaptar a condições futuras. Para tal, propõe-se um estudo aprofundado dos aspetos sociais e económicos, "que permita estabelecer previsões e criar formas novas que se adaptem às condições de vida em permanente mutação"[382]. Sobre este assunto, refere-se a importância do inquérito urbano a Bissau, cujos elementos recolhidos permitiriam enquadrar a situação existente, servindo de base primordial ao estudo urbanístico que se encontraria em curso. O conjunto dessas informações associadas ao estudo do *habitat* nativo rural, a partir do qual é possível uma visão dos problemas locais, permitiriam uma "compreensão mais global da situação"[383].

Do levantamento efetuado ao *habitat* tradicional identificaram-se importantes aspetos a ter em conta na conceção do *Plano de Urbanização de Bissau*: a integração da população nativa em estruturas tradicionais; o enquadramento de uma vida coletiva e religiosa ativa; o artesanato desenvolvido por alguns grupos étnicos; o contacto com a natureza; e o "desejo de evolução", principalmente por parte dos jovens[384]. Como tal, sugerem-se várias premissas de planeamento, que incluem: a existência de serviços que de alguma forma substituem a estrutura tradicional, baseada no apoio familiar e tribal; a presença de espaços apropriados à vida coletiva das populações, dando o exemplo de áreas verdes que estabelecem um elo de ligação

379 Cf. *ibidem*.
380 Cf. Campos, 1970, p. 120.
381 *Ibidem*, p. 121.
382 *Ibidem*, p. 122.
383 Cf. *ibidem*.
384 Cf. *ibidem*.

com anterior vida no campo e que dessa forma evitam o excesso de edifícios e arruamentos; a necessidade de edifícios destinados ao culto (mesquitas e escolas cerâmicas); a existência de zonas mistas de habitação e de pequeno artesanato; a conceção de estruturas atrativas e flexíveis para enquadrarem os indivíduos que anseiam uma vida de expressão urbana, liberta da rigidez dos usos e costumes tradicionais[385]. Recomenda-se ainda que os planeamentos urbanísticos não sigam "soluções rígidas", nomeadamente quanto a unidades residenciais, adaptando-se à evolução e às necessidades emergentes da população[386].

Em relação ao *Plano de Urbanização de Bissau* tem-se em conta a adaptação da população na sua maioria desfavorecida e com hábitos de vida tradicional, definindo-se "soluções especiais" que passam pela exigência de realojamento em grande escala com a edificação de equipamentos favoráveis à "evolução de hábitos de vida rural para hábitos de vida urbana" e ainda à estruturação de um "tipo de urbanização" adaptado à convivência multirracial[387]. Todavia, devido à escassez de tempo e do volume de trabalho para se realizarem as ações pretendidas, sugere-se uma atuação desenvolvida por fases, constituída primeiramente pelo Plano Diretor, no qual se definem as normas diretrizes e, posteriormente pelos Planos Parciais que se regem a partir das normas orientadoras estipuladas[388].

Como complemento das considerações apresentadas, acrescentam-se as conclusões de um trabalho de pesquisa intitulado "Housing in Africa", desenvolvido pelas Nações Unidas em 1965, cujo objetivo se centrava na definição de normas urbanísticas destinadas ao território de África. Essas normas, baseadas no estudo de várias áreas habitacionais deste território, enquadravam não só o "uso de espaços", mas também a "economia das operações", satisfazendo "duas ordens de necessidades": a definição dos limites máximos e mínimos das densidades, como fator de economia dos projetos, e a determinação dos "espaços mínimos destinados à habitação e às infraestruturas e equipamentos complementares"[389]. Em relação às áreas mínimas por habitante estipula-se um paralelo entre a dimensão dos lotes e o espaço habitável, ao que o autor reforça essa ideia: "Poderá mesmo dizer-se que «espaço habitável» e «dimensionamento de lotes» são duas noções que, no continente africano, estão mais relacionadas do que em qualquer outro sítio e isto porque grande parte da vida doméstica é feita ao ar livre"[390].

A referência ao trabalho "Housing in Africa" faz-se acompanhar por dois gráficos que demonstram as normas urbanísticas relativas às áreas mínimas por habitante de espaço habitável, espaços livres e espaços destinados a vias e equipamentos. A

385 Cf. Campos, 1970, pp. 123-124.
386 Cf. *ibidem*, p. 125.
387 Cf. *ibidem*.
388 Cf. *ibidem*, p. 126.
389 *Ibidem*, p. 127.
390 *Ibidem*, p. 129.

partir da observação de ambos verifica-se a correspondência entre o espaço de habitar e o espaço aberto, privado e público[391].

Aspetos habitacionais

Sobre este tema, destaca-se a importância do papel da habitação – cuja melhoria das condições promove o desenvolvimento do território e da sociedade que o constitui –, fazendo-se a caracterização de fatores influentes na mesma, quer em meio rural, como urbano. No primeiro caso, as habitações relacionam-se com os campos agrícolas, os locais onde se extrai a água, os espaços abertos para convivência, os locais de culto e ainda com o meio natural. Já no espaço citadino, o tipo de economia e a limitação de espaço condicionam o agregado familiar, pelo que a habitação é geralmente partilhada. Os problemas referentes a saneamento e a esgotos exigem uma resolução que envolve toda a comunidade e não apenas a unidade familiar. Em relação, ao crescente aumento da população salienta-se o panorama de desequilíbrio provocado pela rápida evolução e pelo acréscimo de dificuldades. O poder de atração da cidade leva à sobrelotação do alojamento com imigrantes provenientes do meio rural, cujas habitações ou parte das mesmas é excessivamente ocupada por famílias inteiras. Este facto aumenta o grau de promiscuidade das mesmas, sendo agravado pela ausência e desconfiguração de espaços abertos privados. O agravamento da condição habitacional urbana resulta assim num desequilíbrio social, para o qual as soluções devem ser ajustáveis aos fatores evolutivos. Como tal, julga-se conveniente nos estudos urbanísticos, nomeadamente no que decorre em Bissau, a existência de um programa habitacional que se harmoniza com as ações no campo do urbanismo[392].

Relativamente à melhoria da condição habitacional reconhece-se a necessidade de um conhecimento global da situação, cuja ponderação dos meios disponíveis e das necessidades existentes permitem estabelecer soluções alternativas. Não obstante os condicionalismos intrínsecos de cada situação, consideram-se alguns princípios base que devem ser integrantes dos programas de habitação, tais como: a implantação da habitação estabelecida em "função do desenvolvimento"; a habitação como fator de modernização "através da passagem da economia de subsistência para a economia de mercado e através da industrialização"; e finalmente, a prioridade na construção de serviços coletivos, em detrimento das habitações[393].

Ainda que os elementos apresentados sobre a habitação fossem apenas um "esboço de atuação" que deveria ser aprimorado com o desenvolvimento do estudo urbanístico em curso, as medidas preconizadas sobre o alojamento são encaradas como úteis normas a implementar no campo habitacional, constituindo assim um "trabalho preparatório de um futuro programa habitacional"[394].

391 Cf. *ibidem*, p. 126.
392 Cf. Campos, 1970, pp. 131-133.
393 *Ibidem*, p. 133.
394 *Ibidem.*

Nas povoações nativas pretende-se a melhoria das condições habitacionais e de vida das populações como forma de as manter no meio rural, como anteriormente mencionado, assente num "programa de acção [...] integrado num programa geral de desenvolvimento regional"[395].

Quanto ao espaço urbano, o objetivo passa pela resolução dos problemas sociais e sanitários gerados pela concentração de população, no sentido de transição de um tipo de vida de precariedade urbana, em que vigoram ainda os hábitos rurais, "para uma situação urbana evoluída"[396]. Em relação às ações a implementar neste contexto recomenda-se a definição de "estádios" para que "o tipo de habitação vá correspondendo ao nível de desenvolvimento económico e social das populações", sugerindo-se a título de exemplo três fases: a primeira, assente na "ligeira melhoria das habitações existentes", a segunda, correspondente a "construções parcialmente condicionadas, e por último, a edificação de "construções do tipo evoluído"[397]. No "primeiro estádio" seriam admitidas as casas existentes da população nativa "do tipo tradicional" e as "do tipo urbano rudimentar" definindo-se regulamentação a nível de condições sanitárias, prevenção de incêndios, "segurança contra a promiscuidade dos grandes ajuntamentos" e ainda a definição da implantação mais favorável das habitações[398]. No "segundo estádio" definir-se-ia o loteamento do terreno, de modo a que cada família possuísse um logradouro privativo. As unidades residenciais poderiam surgir isoladas, geminadas ou em banda contínua, com um ou dois pisos, havendo a possibilidade de serem ampliadas. São impostas áreas mínimas para os lotes, habitações e espaço aberto privado, por habitante. Esta fase comportaria situações variadas, desde a simples infraestruturação coletiva e definição do loteamento até à construção de alojamento com infraestruturas individuais[399]. O último estádio corresponderia à habitação destinada a população com hábitos de vida citadinos, admitindo-se a construção em altura "em zonas de composição heterogénea"[400]. Os três "estádios" apresentados corresponderiam "às três fases de actuação previstas em urbanismo": o primeiro, incluir-se-ia no Plano Diretor e o segundo e terceiro corresponderiam aos Planos Parciais. O segundo estádio seria caracterizado pela horizontalidade das composições, integrando pequenas áreas de utilização individual, e a terceira fase composta por unidades verticais e zonas ao ar livre de utilização coletiva. Julga-se conveniente a coexistência de ambas as fases na mesma estrutura habitacional pelo "interesse social de uma composição heterogénea"[401].

Relativamente à construção de habitações revelam-se preocupações económicas e sociais, prevendo-se "o recurso a sistemas de ajuda mútua" e autoconstrução coordenada, sugerindo-se o seu fomento através da "concessão de terrenos e facilidades de obtenção de materiais e apoio técnico"[402]. Como enfatiza o autor, "tal processo tem a vantagem de ligar de uma forma íntima os utentes às suas habitações, visto que estas representam a concretização dos seus esforços; permite também

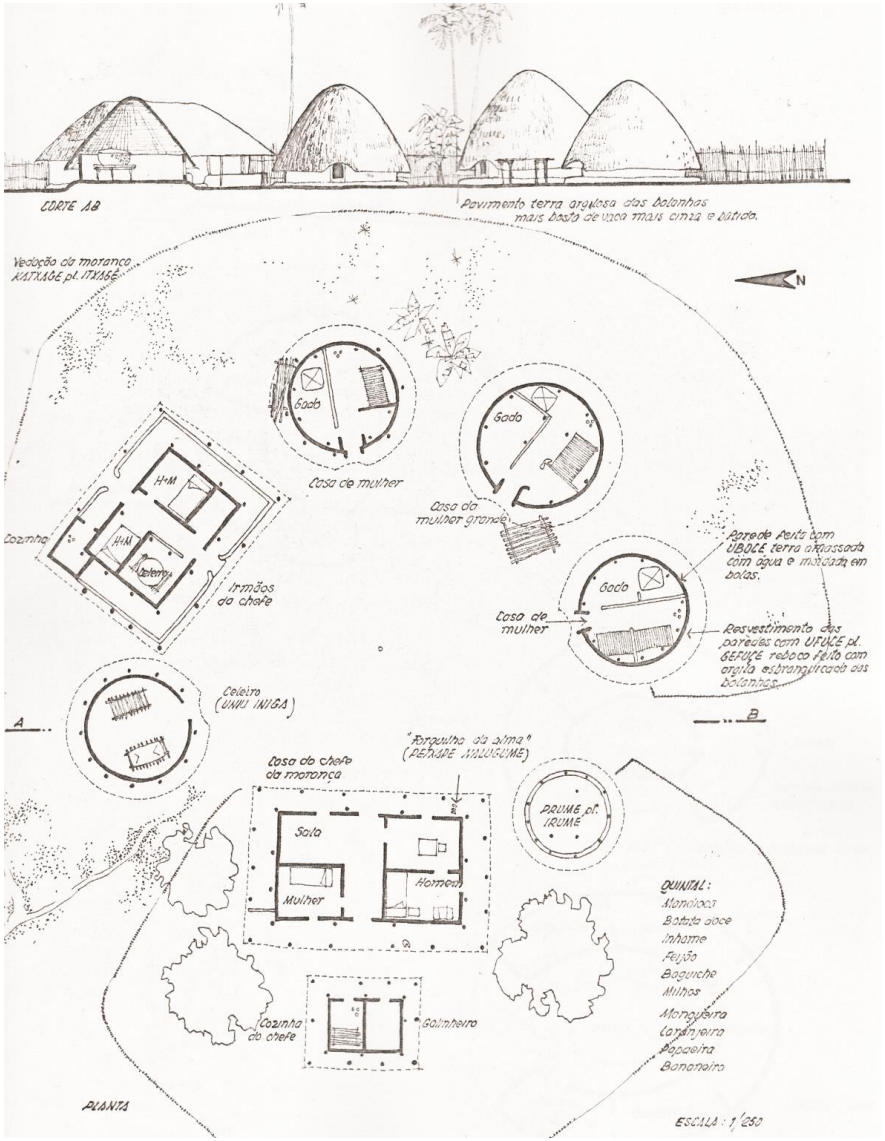
395 *Ibidem*, pp. 133-134.
396 Campos, 1970, p. 134.
397 *Ibidem.*
398 *Ibidem.*
399 Cf. *ibidem*, pp. 134-135.
400 *Ibidem.*, p. 135.
401 *Ibidem.*
402 *Ibidem.*

a cada um criar a sua casa dentro de moldes previamente estabelecidos que não prejudicam a comunidade, mas a que sua intervenção dará o cunho individual"[403]. Sobre este aspeto denota-se a atenção dada aos estudos realizados na altura, fazendo-se referência a N. J. Habraken, professor de arquitetura da Universidade Técnica de Eindhoven e diretor da Foundation for Architect's Research (SAR) que apelava à necessidade dos arquitetos e urbanistas considerarem " «a relação natural» na concepção das habitações e suas associações"[404]. Faz-se um último apelo à "experimentação de soluções", dando-se o exemplo da construção de "casas «piloto»" a partir da exploração das possibilidades dos materiais locais em sistemas correntes ou inovadores, adaptáveis à autoconstrução e ainda ao ensaio de novas tipologias de fogos, nomeadamente em banda contínua[405].

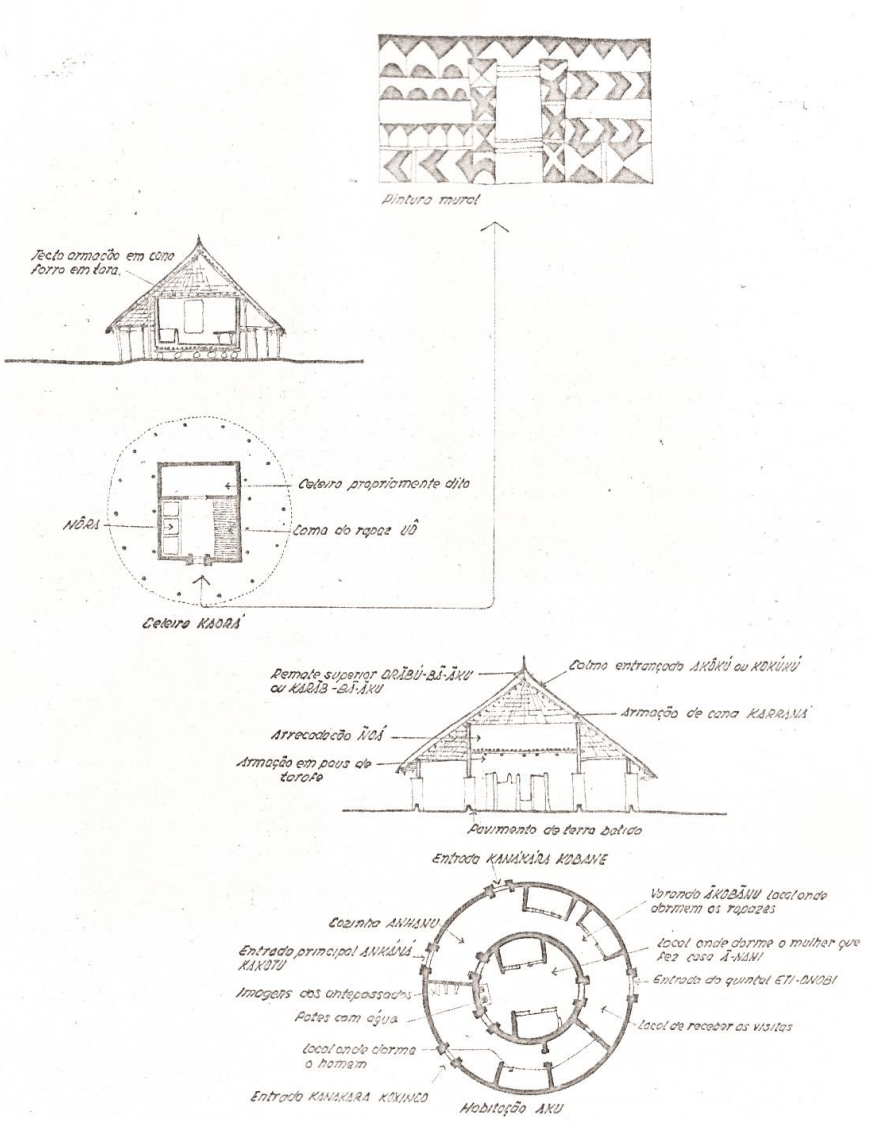


16. Construção de uma casa [Foto de Fernando Schiappa de Campos]

403 *Ibidem*, pp. 135-136.
404 Campos, 1970, p. 136.
405 Cf. *ibidem.*



17. "Morança" do chefe da povoação CHULAME



18 Elementos base de uma "morança" tipo (habitação e celeiro)

3.5 **Estudo sobre o *Habitat* de Bissau**

O estudo sobre o *Habitat* de Bissau, publicado em 1968, pretendeu colmatar a falta de investigações vocacionadas à melhoria do *habitat* da sua população, considerando-se que o agravamento das suas condições traria graves consequências à expansão futura do aglomerado[406].

Na realização deste estudo houve o contributo assinalável de elementos colhidos noutros trabalhos de levantamento e análise, os quais se passam a apresentar: *Habitat nativo da Guiné* de Fernando Schiappa de Campos, que como já tivemos oportunidade de verificar reúne o levantamento dos *habitats* tradicionais deste território e um conjunto de conclusões e sugestões para a urbanização racional de Bissau pela população indígena; as fotografias tiradas por Maria Emília Caria (?-2000) aos pontos principais de Bissau, o que permitiu uma perspetiva da estética e dos problemas do aglomerado urbano; *L'habitat en Afrique*, edição da O.N.U., que resulta do levantamento ao *habitat* de vários países de África, apresentando conclusões sobre os costumes e economia locais e ainda uma série de normas urbanísticas sob o ponto de vista económico aconselháveis para o continente africano; e por último, os elementos sobre a cidade de Bissau existentes na Direcção-Geral de Obras Públicas do Ministério do Ultramar que permitiram a elaboração de desenhos e gráficos[407].

No relatório é feito inicialmente uma caracterização da cidade de Bissau e da distribuição da população, revelando-se a existência de duas grandes zonas: uma mais evoluída, com elementos comuns dos meios urbanos, e outra menos evoluída, em grande parte coincidente com a periferia da cidade, ocupada população indígena em construções tradicionais. Reconhecem-se assim dois tipos de problemas, um relacionado com o meio urbano, e outro derivado da falta de disciplina urbanística na ocupação do solo, agravada pelo crescente aumento da população[408].

A metodologia de trabalho adotada passou pela divisão do território em parcelas tipo (28 hectares de 100 x 100 metros), o que permitiu a comparação entre as suas características e uma análise mais aprofundada das condições de cada *habitat*. Nos mapas definiram-se os limites das parcelas e as percentagens de ocupação do terreno respeitantes a vias, espaços livres públicos, espaços livres privados e construções, com o recurso a fotografia aérea, dada a inexistência de uma disciplina com referência a esses elementos. No quadro das ocupações é também indicado o número aproximado de habitantes em cada hectare e a densidade populacional de cada área em relação à população total[409].

Através da análise dos mapas verificam-se as densidades mais baixas nas áreas próximas dos subúrbios, bem como a existência de espaços livres privados de maiores dimensões. Sobre este assunto são indicadas, sob o ponto de vista económico,

406 Cf. Chichorro, 1968, p. 1.
407 Cf. *ibidem*, p. 2.
408 Cf. *ibidem*.
409 *Ibidem*, pp. 2-3 e 5, folhas 3-16.

as normas de referência da O.N.U. relativas às densidades de habitantes por hectare. É também registada na generalidade a reduzida área coberta destinada a cada habitante[410].

A análise aos problemas do *habitat* existente permitiu detetar a predominância do *habitat* dos indígenas que, arreigados aos usos e costumes do meio rural, constroem as suas habitações segundo os moldes tradicionais. Nesta perspetiva propõe-se como objeto de estudo a análise das áreas administrativas[411] que enquadram a maioria da população indígena, sugerindo-se a construção de novos alojamentos que contrariam as condições precárias em que vivem[412].

A partir dos diferentes valores de ocupação anteriormente referidos deduziram-se as percentagens aconselháveis por cada habitante e estabeleceu-se uma comparação com as áreas preconizadas no estudo *L'habitat en Afrique*, como forma de se concluir a viabilidade das opções e a sua correspondência com as "mínimas condições de habitabilidade". Desta forma, são também concluídas as zonas que poderão ser ocupadas numa primeira fase com construção e verificar a necessidade de edificação de novas habitações[413]. As áreas por habitante são obtidas através dos dados estatísticos de 1964 e os de 1966, nos casos em que não havia informação anterior[414].

No esforço de se perceber a ocupação do solo ao longo dos tempos são escolhidos um hectare por cada área administrativa, com a exceção de Cupilon de Cima em que são escolhidos dois, uma vez que se verifica uma ocupação dispersa e outra em que os arruamentos são praticamente paralelos[415]. Em cada uma das folhas além da representação de cada hectare correspondente a uma área administrativa, definiram-se faixas horizontais com as percentagens de ocupação do solo e a indicação das áreas aproximadas destinadas a vias, espaços livres privados, espaços livres públicos e construções, bem como as áreas destes elementos e do espaço coberto correspondentes a cada habitante. Em cada uma das referidas folhas também se indica o número de habitações do hectare, o número médio de divisões por habitação, o número médio de habitantes por habitação e o número médio de habitantes por divisão. Efetuados os cálculos necessários conclui-se que a casa média apresenta quatro divisões[416].

Relativamente à densidade populacional são adotados os valores das normas definidas pela O.N.U. de 300 a 450 habitantes por hectare, contanto que se obedeçam aos aspetos económicos, como as boas condições de habitabilidade[417].

Entre as várias conclusões verifica-se a existência de áreas administrativas com grande densidade populacional e de reduzida área construída para cada habitante, com construções e organização inseridas dentro de moldes tradicionais. Registam-se

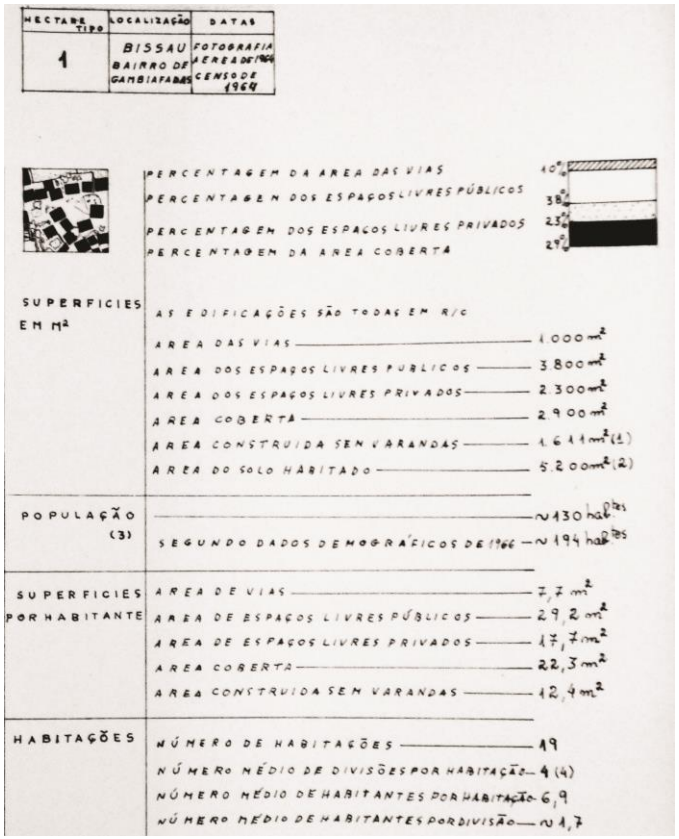
410 Chichorro, 1968, pp. 3-4 e 17.
411 As áreas administrativas definidas como caso de estudo são as seguintes: Gambiafadas, Mindara, Reino, Cupilon de Cima, Cupilon de Baixo, Santa Luzia, Ploba, Rossio, Calequir, Pefine, Alto Crim e Belém. Cf. *ibidem*, pp. 8-11.
412 Cf. *ibidem*, pp. 4-5.
413 Cf. *ibidem*, pp. 5, 15-42.
414 Cf. *ibidem*, p. 5, folhas 3-15.
415 Cf. *ibidem*, p. 5.
416 Cf. *ibidem*, pp. 5-6, folhas 3-16.
417 Cf. *ibidem*, pp. 6-7 e 17.

ainda áreas cujo crescimento populacional – influenciado pela atração do meio urbano – provocou o agravamento dos aglomerados, não havendo condições mínimas para a manutenção do *habitat* tradicional, aconselhando-se a integração dos mesmos no conjunto de estudos urbanísticos para a cidade de Bissau. Desta forma, sugerem-se algumas medidas a ter em conta, tais como: a adoção de normas para que a habitação siga processos construtivos mais evoluídos, económicos e de fácil construção em conformidade com o habitat tradicional existente; a autoconstrução; o financiamento do alojamento a médio e longo prazo; o estudo e localização de equipamentos para agrupamentos residenciais, unidades de vizinhança e unidades de quarteirão; o traçado de um plano regulador com as infraestruturas necessárias; a definição de percentagens de espaços livres públicos; a criação de zonas de recreio e desportivas; a definição de áreas destinadas a edifícios de mais de um piso e de zonas de reserva e espaços agrícolas suburbanos, incluindo-se o espaço livre privado destinado à pequena agricultura[418].

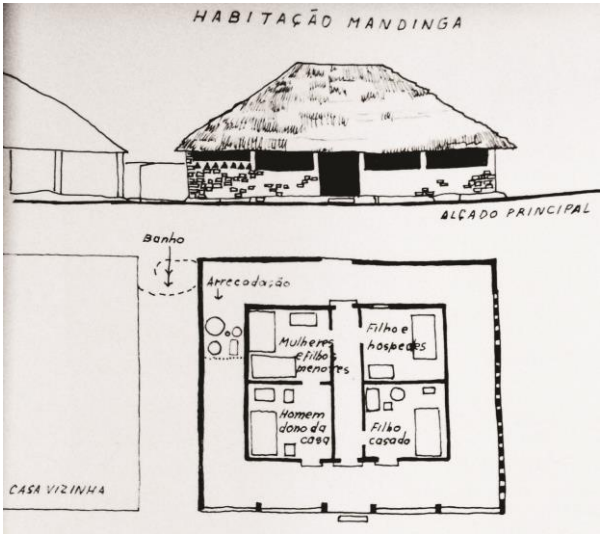
Na segunda parte do relatório faz-se a tradução de alguns capítulos da edição da O.N.U. *L'habitat en Afrique* indicando-se normas relativas a: áreas de habitação, vias e estacionamento *per capita*; densidade populacional desejável por hectare; espaços livres públicos e privados, desejavelmente superiores ao espaço interno por habitante; áreas desportivas e recreativas, proporcionais às áreas habitacionais; espaço interno e área dos lotes, enfatizando-se a relevância do espaço ao ar livre nas habitações, nomeadamente nas populações menos evoluídas; melhoramentos educacionais; zonas educacionais; saúde pública, equipamento social, cultural e religioso; e ainda instalações administrativas. Indica-se a importância da análise do efeito dos diferentes climas do continente nos agrupamentos existentes e nos fatores económicos. Sobre o capítulo referente à "elaboração de uma política de habitação" verifica-se a impossibilidade de um modelo válido para todas as regiões africanas. No entanto, considera-se que uma política local deveria ser integrada dentro de uma política nacional e obedecer a três princípios: primeiro, a construção de habitações em conformidade com o grau e tipo de desenvolvimento local; segundo, a contribuição para a modernização; e por último, a prioridade dos serviços comunitários em detrimento da solução habitacional[419].

418 Cf. Chichorro, 1968, pp. 12-14.
419 Cf. *ibidem*, pp. 15-34.

Na terceira e última parte do relatório estabelecem-se as normas urbanísticas a adotar, sugerindo-se a realização de três operações destinadas não só à resolução dos problemas habitacionais, mas também ao desenvolvimento da cidade de Bissau. A primeira medida consta da realização de um Plano Diretor que já se encontraria em estudo; a segunda fase corresponde à elaboração de um estudo sobre a localização das zonas habitacionais e determinação das respetivas densidades populacionais; por último, mas integrada nas duas anteriores operações, a definição de zonas que incorporam habitações de carácter tradicional, tanto ao nível construtivo, como no tipo de iniciativa[420].



20. Quadro de dados estatísticos de Gambiafada



19. Habitação Madinga, Guiné

420 Cf. Chichorro, 1968, pp. 35-42.

3.6 **Repercussões do estudo dos *habitats* nativos africanos**

A elaboração deste capítulo apoia-se, fundamentalmente, na investigação desenvolvida por Ana V. Milheiro. Como tal, o conjunto de casos referenciados que se seguem são sugeridos pela autora nos seguintes artigos: "À procura de Mário de Oliveira, um arquitecto do Estado Novo" (2012), "São Tomé e Príncipe e o trabalho do Gabinete de Urbanização Colonial (2012) e "Arquitectura colonial portuguesa e sistemas construtivos tradicionais africanos: abordagens modernas" (2013), este último não publicado.

Como já foi referido, o estudo dos *habitats* nativos africanos começa a revelar sinais de interesse por parte da comunidade de geógrafos, geólogos e etnógrafos a partir da década de 1930. Por parte dos arquitetos o interesse pelas formas de habitar dos povos indígenas manifesta-se mais tarde, a partir dos anos cinquenta, mas de forma mais evidente já no final da década.

Em 1952, o arquiteto do GUC, João António de Aguiar, publica em língua francesa aquele que é o mais completo estudo sobre a habitação nos países tropicais (L'habitation dans les pays tropicaux)[421]. Dividido em três conferências, o livro sintetiza as obras públicas e privadas edificadas nos territórios ultramarinos. Um dos capítulos que o constitui tem como tema a "habitação dos indígenas" ("Disposition des logements"), no qual menciona uma grande variedade de tipos habitacionais entre as "cubatas" e a metodologia desenvolvida em relação ao grande problema de falta de higiene e de conforto das habitações, a partir do "desenvolvimento das técnicas de construção utilizadas pelos nativos"[422]. Aguiar elogia o empenho na resolução dos problemas das casas nativas e distingue as obras construídas nos grandes núcleos urbanos das realizadas nas regiões rurais, em que se socorre "ao máximo aos recursos locais"[423], o que não implica, contudo, o exclusivo emprego de materiais utilizados tradicionalmente nas casas populares. Os projetos-tipo propostos por Aguiar excluem qualquer referência à cultura africana, revelando a preponderância dos fatores económicos e funcionais, em detrimento dos estéticos ou sociais, utilizando materiais como o tijolo, o bloco de cimento e a pedra.

No final da década, a cultura de projeto estabelecida pelo trabalho de Aguiar é alvo de transformação pela figura de Mário de Oliveira, provavelmente influenciado pelos arquitetos mais jovens que frequentam o curso de Arquitetura Tropical na Architectural Association (AA), em Londres, entre 1954 e 1959[424]. Como iremos aprofundar mais adiante, o projeto das escolas rurais tipo para a Guiné (1961), de Fernando Schiappa de Campos, realizado imediatamente a seguir à missão no mesmo

421 Cf. Milheiro, 2013b, p. 11.
422 Aguiar in *ibidem*.
423 Aguiar in *ibidem*, p. 12.
424 Cf. Milheiro, 2012a, p. 25.

território, entre 1959 e 1960, reflete essa "alteração de paradigma"[425], no qual é adotado "um processo modelado de construção", admitindo-se a utilização de diferentes materiais, consoante a disponibilidade local[426].

Entre as décadas 1960 e 1970, Pancho efetua um levantamento fotográfico das pinturas das portas realizadas pelos habitantes do cinturão de caniços de Lourenço Marques, atual Maputo[427]. Esta recolha não tem qualquer tipo de pretensões antropológicas ou etnográficas, a sua finalidade é unicamente plástica. Posteriormente, Pancho irá reforçar "o carácter *transcultural* da casa africana popular (o «belo» nas construções decoradas com motivos geométricos pelas mulheres da região central do Transvaal)" [428], assim como os arquitetos do inquérito à arquitetura regional portuguesa haviam abordado a relação entre a arquitetura erudita e popular em Portugal.

Em 1966, Alberto Feliciano Marques Pereira faz uma análise da "arquitectura nativa (a arte na construção da habitação – distritos de Tete e da Zambézia)", que integra *A Arte em Moçambique*. O autor, docente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, em Lisboa, regista a evolução dos modos de habitar por parte das populações locais e o crescente enraizamento das comunidades europeias em solo africano, realçando que a planta retangular das habitações tradicionais terá influência europeia. Dentro deste panorama sugere a alteração dos métodos construtivos[429].

> *Parece pois utópico afirmar que o nativo não se sente bem entre paredes de pedra e cal [...]. Se isto acontece [...] é por [...] ausência de recursos materiais que permitam a sua construção, a par, necessariamente, de adaptação progressiva social e higiénica.* [430]

Segundo Ana V. Milheiro, "o que está em causa é a substituição da «palhota» tradicional por um modelo inspirado nos esquemas residenciais dos colonizadores"[431]. Esta temática já havia sido abordada, em 1949, por A. Teixeira da Mota na comunicação destinada à 3ª conferência internacional dos Africanistas Ocidentais, realizada em Ibadan. A intenção era determinar a "origem da casa indígena retangular no litoral da «Guiné de Cabo Verde»" atribuída à influência portuguesa na região[432]. Os arquitetos que trabalham nos Gabinetes e que têm contacto com as comunidades locais desde a década 50, como Mário de Oliveira, são mais cautelosos que Alberto Pereira, aconselhando a que as transformações acompanhem a evolução "civilizacional" da sociedade, "estimulando e incitando os nativos a compreenderem os problemas de higiene e de cultura"[433]. Como podemos anteriormente verificar, as propostas de Oliveira para Bissau (1959) e São Tomé (1964) determinam habitações cómodas e higiénicas adaptadas à vivência do habitante local e ao habitat em que se integra.

425 Milheiro, 2013b, p. 12
426 Campos *in ibidem.*
427 Pancho, 2010 *in ibidem,* 2013b, p. 6.
428 Milheiro, 2013b, p. 6.
429 Cf. *ibidem*, p. 7.
430 Pereira [1966] *in ibidem.*
431 Milheiro, *ibidem.*
432 Pereira [1966] *in ibidem.*
433 Oliveira, 1965a, p. 68.

Ainda na década de 1960, principalmente nas áreas rurais, a casa tradicional africana – de forma "[circular], com uma cobertura única" que forma um "alpendre" ou "uma varanda"[434] –, constitui o modelo predominante no território africano ultramarino[435], como se confirma nos estudos sobre a "habitação indígena", periodicamente retomados. Um dos mais influentes data de 1948 e realiza-se na Guiné por A. Teixeira da Mota e M. G. Ventim Neves intitulado *A Habitação Indígena na Guiné Portuguesa*, editado pelo Centro de Estudos local. É feito um levantamento às edificações produzidas pelos mais importantes grupos étnicos guineenses, seguindo a mesma matriz de inquérito: "Modos de vida; importância da exploração agrícola; materiais de construção; condições de segurança, etc."[436] Nesta província observa-se que as palhotas são semelhantes independentemente da etnia a que pertencem[437].

> *As habitações indígenas não diferem entre si pela natureza dos materiais empregues. Todas elas utilizam a terra amassada quer nas paredes quer nos pavimentos, as canas de bambus e as varas de mangal, as cordas de fibra de palmeira e o mesmo colmo para a cobertura; e em maior ou menor profusão os troncos de au-carvão, as varas de palmeira de tara e poilão./ Todos estes materiais estão igualmente difundidos pela colónia, e se numa povoação de certa tribo algum deles rareia não se verifica a sua falta total em toda a região em que a mesma habita.*[438]

Como vimos anteriormente, a influência de Orlando Ribeiro – que durante 1947 empreende uma missão de cerca de dois meses e meio no território guineense – é notória nos autores de *A Habitação Indígena da Guiné Portuguesa*, tal como ocorrerá com os arquitetos da *Arquitectura Popular em Portugal*. Como enuncia Ribeiro, o papel do geógrafo passa por "[agrupar] os povos pelas características da vida material que mais se exprimam como marcas no solo que ocupam"[439].

O escasso conhecimento do território à época espelha o pioneirismo das iniciativas tomadas. Na obra "acerca da casa e do povoamento da Guiné", Francisco Tenreiro aborda assuntos como os "contactos culturais" (à semelhança de Schiappa de Campos em *Habitats Tradicionais da Guiné Portuguesa*) e descreve a configuração das habitações e dos anexos agrícolas[440]. Tenreiro irá confirmar as indicações de Teixeira da Mota e de Orlando Ribeiro, relativamente à "influência europeia" da "casa do litoral" e expõe o tema do "gosto" ao reconhecer nos bijagós uma apurada aptidão artística em comparação com outras etnias africanas[441]. Em 1958, na periferia de Bissau, Mário de Oliveira irá encontrar nas habitações dos Fula-Fula um "maior interesse": "São construídas da mesma forma que as das outras raças, isto é: as paredes em barro amassado e a cobertura em colmo. O que nos chamou atenção [...] é a sua decoração interior"[442].

---

434 Pereira [1966] *in* Milheiro, p. 8.
435 Com exceção de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, territórios povoados por determinação portuguesa.
436 Tenreiro, 1950, p. 13.
437 Cf. Neves *in ibidem*, p. 14.
438 Neves *in* Tenreiro, 1950, p. 15.
439 Havik & Daveau, 2010, p. 193.
440 Cf. Tenreiro, *op. cit.*, p. 32 *et seq.*
441 Cf. *ibidem*, p. 33.
442 Oliveira [1958], 1962, p. 34.

Quando perguntámos ao Fula-Fula, habitante de uma palhota que visitámos, porque desenhava na parede, ele respondeu-nos: - É que assim o nosso corpo repousa melhor e o espírito está mais tranquilo.[443]

Não obstante o problema da insalubridade das casas nativas, reconhecido pelos arquitetos dos Gabinetes, Oliveira reconhece aqui um sentido artístico evidenciado na prática de um "sentido de composição muito equilibrada"[444].

Os estudos progressivamente mais aprofundados sobre a "habitação nativa" do território ultramarino português e a provável influência das "teses organicistas, que afloram os debates internacionais" ir-se-ão refletir no trabalho desenvolvido pelos arquitetos dos organismos oficiais portugueses que "começam progressivamente a admitir algumas soluções que se aproximam de uma «estética africana», pelo menos numa perspetiva de maior integração com o *habitat* de origem das populações"[445]. As técnicas construtivas tradicionais e a autoconstrução serão cada vez mais recomendados, nomeadamente em programas de maior premência como a habitação popular[446]. Os sistemas de adaptação ao clima praticados pelas comunidades nativas são também alvo de estudo, influenciados pela recomendação dos "peritos internacionais" como Otto Königsberger, Jane Drew e Maxwell Fry, docentes do curso de Arquitetura Tropical da Architectural Association, que será frequentado pela nova geração que entra no Gabinete de Urbanização do Ultramar a partir da segunda metade dos anos 50. Como enuncia Ana Vaz Milheiro, "outro nome importante a reter na teorização de uma «estética arquitetónica africana» é naturalmente o de Udo Kultermann, que apesar de «ignorar» a produção nas colónias africanas, chega a publicar a obra de Pancho". Também a figura de Bernard Rudofsky e o seu livro *Architecture without architects – a short introduction to Non-Pedigreed Architecture* se irá destacar a partir de 1964[447].

Pancho Guedes aborda a plasticidade dos sistemas tradicionais, contudo na vertente da arquitetura erudita. Dois projetos da sua autoria – a Escola Clandestina do caniço (Maputo, 1968, já demolida) e a Catedral de Palhotas (Maciene, não construída, 1970) exemplificam este tipo de expressão arquitetónica, em que se exploram as potencialidades dos materiais locais em conceções espaciais contemporâneas. Tal como os arquitetos portugueses dos organismos oficiais, Pancho defende a economia de construção pela utilização de materiais locais: "Por toda a parte há paus e caniço, barro e capim, que se conseguem grátis ou por muito pouco dinheiro", contudo "só como último recurso tais sugestões [são] aceites"[448].

No contexto colonial português, a situação de Cabo Verde distingue-se das demais províncias, por não ter sido subordinada ao Estatuto do Indigenato (1954-1960). A título exemplificativo, durante a década de 1960, os projetos-tipo de escolas primárias construídos em São Vicente incorporam desde "soluções pragmáticas" a "propostas elaboradas". No primeiro caso, inscreve-se a escola do Lameirão, "identificada como sendo do desenhador João Barbosa e do Engenheiro Adriano Moreira

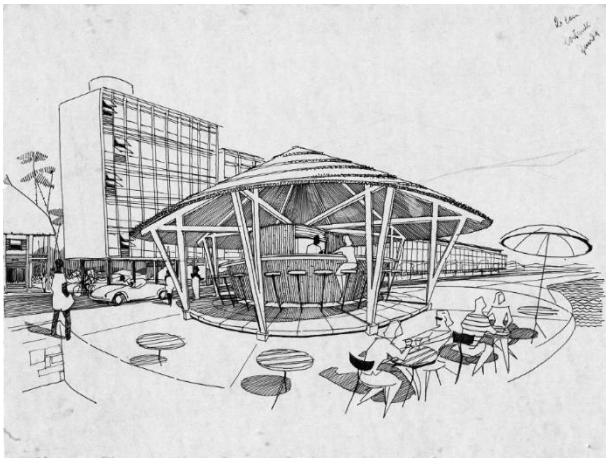
443 *Ibidem*, pp. 34-35.
444 *Ibidem*, p. 35.
445 Milheiro, 2013b, p. 10.
446 *Ibidem*.
447 *Ibidem*.
448 Guedes *in ibidem*, p. 17.

Lima (1965) " e, no segundo, "a unidade de Salamansa do arquiteto Pedro Gregório Lopes (1960) ". Durante os anos de 1960, a pedra tradicionalmente usada nas construções cabo-verdianas, pela sua abundância na região, apresenta-se como "material tectónico e plástico" [449].

Desenquadrando-se dos dois tipos de programas desenvolvidos para as comunidades africanas, que iremos abordar em seguida os equipamentos de lazer "destinados às populações urbanas e europeias" são os "que melhor se prestam a expressionismos literais"[450]. Enquadram-se neste quadro pelo menos dois projetos de Possolo, ambos em Bissau: o restaurante a Barracuda, já demolido, na ilha de Luanda e uma esplanada, não construída. No primeiro, "a cobertura é em colmo e algumas das decorações interiores a recordar esquemas geométricos, vulgares entre as culturas africanas, são os elementos que dão tonalidade local ao edifício", no segundo revela-se a influência local pela opção de uma "estrutura de madeira que suporta a cobertura em colmo"[451]. Segundo Milheiro, estas propostas de "carácter pitoresco" afastam-se de "soluções mais genuínas", contudo "não deixam de confirmar um gosto arquitetónico que decorre da interpretação das potencialidades da arquitetura local"[452].

No período final da colonização portuguesa em território africano predominam no campo construtivo as experiências que integram sistemas mistos[453]. A partir de 1959, Luís Possolo projeta para Luanda e Lourenço Marques (atual Maputo) as estações radionavais e respetivos bairros. Antigo aluno da AA revela nos seus projetos a influência da sua formação, procedendo a ajustamentos às condições tropicais e inspirando-se nas práticas locais: "Partindo destes princípios, orientação em relação ao sol, às brisas frescas e arruamentos de acesso, resolvemos as plantas dentro daquilo que a lógica nos aconselha"[454].Seguindo processos idênticos a outros arquitetos dos organismos coloniais, Possolo adequa os programas ao meio geográfico africano – "dentro de uma abordagem moderna" – recorrendo a soluções construtivas mistas que incorporam materiais mais convencionais como o betão, com materiais de obtenção local, "como o bambu"[455]. O programa militar das estações radionavais coincide com as estratégias tomadas durante a guerra colonial iniciada em 1960. Como confirma Milheiro, a situação de "endurecimento do regime colonial" impulsionada pela guerra, "não comprometerá contudo estas conquistas que os arquitetos paulatinamente conseguem e os discursos por *habitat* mais equilibrados e harmoniosos com o meio físico existente – como diria Mário de Oliveira – intensificam-se"[456].

449 Milheiro, 2013b, p. 16.
450 *Ibidem*, p. 13.
451 *Ibidem*, pp. 13-14.
452 *Ibidem*, p. 14.
453 Cf. *ibidem*, p. 21.
454 Possolo *in ibidem*, 2013, p. 22.
455 Cf. *ibidem.*
456 Milheiro, 2013b, p. 22.



21Esplanada para Bissau, arquitecto Luís Possolo, DGOPC-DSUH, Ministério do Ultramar, 1959, trab. 571

3.6.1 **Habitação popular e equipamentos de proximidade**

Bairro "indígena" de Santa Luzia | Guiné-Bissau, 1948

O bairro "indígena" de Santa Luzia constitui a primeira experiência de habitação "nativa" de promoção oficial nas colónias africanas. Este projeto localizado na periferia da capital guineense encontra-se descrito em *A Habitação Indígena na Guiné Portuguesa*. Neste refere-se a conclusão de quinze unidades residenciais, em 1948, destinadas ao arrendamento "exclusivamente a indígenas moradores em Bissau"[457]. As casas seguem uma planta de inspiração quadrangular e possuem varanda, cozinha, arrecadação e banho (tipo javanês), numa área de cerca de 77m². Os materiais são "modernos", utilizam-se "blocos de cimento" para as paredes, "cobertura em fibrocimento ondulado e janelas envidraçadas"[458]. Apesar da "modernidade" dos materiais, a configuração arquitetónica é marcada pela "ancestralidade" das formas[459].

Bairro "indígena" de Bafatá |Guiné-Bissau, final da década de 1940

457 Mota & Neves, 1948, p. 107.
458 *Ibidem*, p. 111.
459 Milheiro, *op. cit.*

Como se encontra descrito em *A Habitação Indígena na Guiné Portuguesa*, o projeto do Bairro "indígena" de Bafatá seria contemporâneo da construção do bairro "indígena" de Santa Luzia. Apesar de constituir uma "experiência" semelhante a este último, é já concebido por parte do Gabinete de Urbanização Colonial, com o recurso a materiais indígenas[460]. O projeto conta ainda com as instalações sanitárias coletivas traçadas pelo arquiteto José Manuel Galhardo Zilhão nas quais também se aplicariam materiais locais[461].

Bairro Dr. Bruto da Costa | Príncipe, 1958-1959

O projeto do Bairro Dr. Bruto da Costa, realizado em Santo António na ilha do Príncipe entre 1958 a 1959, é da autoria do técnico Hermínio Augusto Fernandes da Repartição de Obras Públicas de São Tomé. As soluções adotadas denotam já "um reencontro com a figuração e elementaridade da arquitetura tradicional santomense"[462]. Esta estrutura urbana, localizada à saída da cidade tem com objetivo a edificação de dez casas para as populações mais carenciadas. As casas, reduzidas ao essencial, baseiam-se nas tipologias habitacionais projetadas pelos arquitetos do Gabinete que passariam a integrar os pressupostos vernaculares a partir de meados dos anos de 1950. As habitações do bairro são construídas com materiais de construção importados, por operários que se deslocam de São Tomé para o Príncipe[463].



22. Bairro Dr. Bruto da Costa, Hermínio Augusto Fernandes, 1958-1959, Santo António [Foto: Ana Vaz Milheiro, 2012

Bairros populares de Bissau | Guiné-Bissau, 1959

O Plano dos Bairros Populares de Bissau, enquadrado pelo Plano de Urbanização de Bissau, é concretizado em 1959 pelo arquiteto Mário de Oliveira e teve como objetivo o realojamento das populações nativas existentes numa perspetiva de desenvolvimento urbano no futuro. Para o seu planeamento foi essencial a realização de inquéritos sobre os aspetos socioeconómicos em diferentes fases, a última das quais apoiada nas indicações de cada um dos grupos étnicos. As preocupações

460 Mota & Neves, *op. cit.*, p. 111-112.
461 Cf. Milheiro, *op. cit*, p. 11.
462 Milheiro, 2012c, p. 119.
463 Cf. *ibidem.*

económicas são evidentes no estudo das características do terreno e na consequente implantação das casas, que também seguem o princípio de integração de populações plurirraciais constituídas por habitantes europeus e nativos[464]. No Plano "abandona-se o traçado determinista, presente na geração de João de Aguiar, a favor de uma abordagem assente na definição de grandes sectores"[465], em que cada um dos bairros coincidente com os aglomerados preexistentes, rege-se por diferentes critérios urbanísticos[466]. As novas casas, adaptadas ao modo de vida dos seus habitantes, apresentavam uma melhoria das condições de higiene e de conforto. No sentido de uma maior adaptabilidade e variedade, definiram-se três tipos de habitações constituídas por moradias isoladas, geminadas e em banda contínua, com o recurso às técnicas locais e a um processo de autoconstrução[467]. As soluções encontradas "refletem os estudos efetuados por Oliveira ao habitat guineense e às diversas casas tradicionais"[468].

Escola Rural Tipo | Guiné-Bissau, 1961

Como já foi mencionado, a Escola Rural Tipo na Guiné é projetada por Schiappa de Campos em Janeiro de 1961, após a Missão de Estudos que empreende nesta província. O projeto revela a alteração do panorama projetual no âmbito do GUU, no qual se explora o cruzamento entre a cultura moderna e as experiências resultantes do contacto direto com as várias etnias da população guineense. Quanto à construção adotam-se princípios de modulação e recomenda-se o emprego de materiais e motivos locais, "inspirados nos baixos relevos das casas dos fulas, nas pinturas murais dos jovens balantas, dos bijagós, dos felupes e nas aplicações das conchas de «combe» vulgares em todo litoral"[469]. Não se sabe se alguma das escolas foi concretizada, contudo o seu "traçado elementar" é seguido noutras instituições de ensino da Repartição de Obras Públicas local[470].

Escola-capela com habitação | Guiné-Bissau, 1961

464 Cf. Oliveira, 1958, pp. 3-5; *Idem*, 1962, pp. 31-34 e 42.
465 Milheiro, 2012a, p. 35
466 Cf. Oliveira, 1962, pp. 41-46.
467 Cf. *ibidem*, pp. 25-27 e 47-48.
468 Milheiro, 2012a, p. 35.
469 Nº 628, 1961 *in* Milheiro & Dias, 2009, p. 88.
470 Cf. Milheiro, 2013b, p. 13.

No mesmo ano, o arquiteto Schiappa de Campos projeta para a Guiné a escola-capela com habitação, concretizado pelo menos em Contuboel. Também este é um projeto-tipo que assenta num processo construtivo de modulação, contudo apresenta um desenho mais sofisticado e com um carácter menos provisório. O emprego de soluções "organicistas", não denotam contudo o "recurso a expressões «africanistas» explícitas". O recurso a este tipo de linguagem será visível entre outros arquitetos que frequentam a AA, como António Saragga Seabra e principalmente Luís Possolo[471].



23. Escola-capela, Contuboel, Guiné-Bissau, arquitecto Fernando Schiappa de Campos, DGOPC-DSUH, Ministério do Ultramar, trab. 624

Unidade residencial para o bairro da Quinta de Santo António | São Tomé, 1962

Como já foi referido no capítulo dedicado a Mário de Oliveira, na sequência do Plano de São Tomé o arquiteto projeta um conjunto de habitações para o bairro da Quinta de Santo António destinado à população mais carenciada, assente num traçado mais orgânico e retomando a estratégia de abordagem dos Bairros Populares de Bissau. As habitações delineadas seguem seis tipologias distintas: três construídas em alvenaria e outras três com o recurso à madeira, material tradicionalmente empregue nas construções do arquipélago, devido à sua abundância. O projeto nasce envolto em pragmatismo, baseando-se nas indicações das populações para o desenho das habitações, a partir da consulta direta das mesmas. Por esta razão, e como surge indicado no relatório anexo à viagem que realiza em 1964 ao arquipélago, Oliveira não considera este projeto da sua exclusiva autoria[472].

471 Cf. Milheiro, 2013b, p. 13.
472 Cf. Oliveira [1964] *in* Milheiro, 2012b, p. 230 e Milheiro, 2012a, p. 35.

Na sequência deste projeto e baseados nos mesmos princípios surgem, em 1963, os projetos de casas económicas a construir nas vilas urbanizadas, dos quais são exemplo os planeados para Trindade e São João dos Angolares. As habitações de dois quartos e sala comum, com cozinha e instalações sanitárias nas traseiras, seguem um traçado igualmente "primitivo e racional"[473].



24. Casa em São João dos Angolares

Conjunto de três habitações para a vila de Santa Catarina | São Tomé, 1964

O projeto de três habitações económicas-tipo para Santa Catarina, datado de 1964, da autoria do arquiteto Alfredo da Silva e Castro é inspirado nas casas tradicionais santomenses. O recurso à madeira como material de construção é dominante e são utilizados alguns elementos pré-fabricados, como vãos, portas e janelas. As casas sobrelevam-se ligeiramente do solo por meio de estacaria e o acesso ao interior é precedido por uma varanda. A habitação é planeada tendo em conta a sua evolução futura, pelo que é possível a adição de "novos módulos programáticos" à estrutura pré-existente. Consideram-se unidades isoladas ou geminadas, sendo que algumas acabam por se concretizar, no entanto "a precaridade das suas soluções" levam à sua extinção[474].

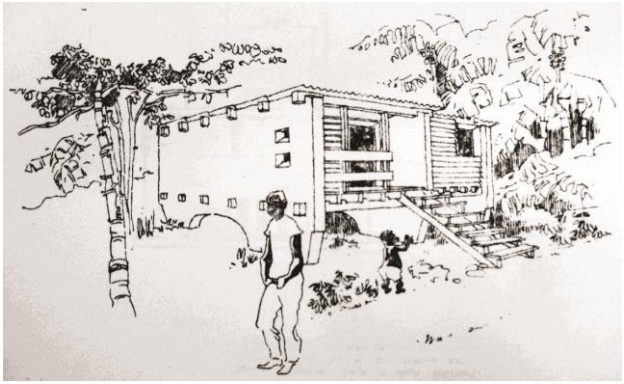
O projeto do conjunto residencial é apresentado no ano seguinte nas primeiras jornadas de Engenharia realizadas em Moçambique[475]. Silva e Castro debate o tema da construção tradicional e da pré-fabricação, abordando o sistema construtivo empregue na experiência santomense que veio "de encontro aos hábitos de construção local – pavimento separado do solo, cobertura leve, paredes de madeira, varanda alta, etc.", no qual se procurou "por outro lado, o máximo de normalização não só para facilitar o fornecimento de materiais e a execução [...], como também para encontrar uma solução económica"[476]. A

473 Cf. Milheiro, 2012c, p. 120.
474 Cf. Castro, 1965 *in ibidem*, p. 118.
475 Cf. Milheiro, 2012d, pp. 359-360.
476 Cf. Castro, 1965 *in* Milheiro, 2012c, p. 118.

apresentação do seu trabalho inicia-se com uma explicação teórica: "Sabe-se que do ponto de vista económico não há habitação que possa suplantar a tradicional indígena, a qual muitas vezes utilizando técnicas de compactação do solo e materiais primitivos à sua volta, despende basicamente de mão-de-obra"[477]. Seguindo opiniões de outros profissionais clarifica que "a função de elevar o nível de vida deve presidir em todas as planificações"[478].

> *Em São Tomé fazem invariavelmente um esqueleto em madeira, que depois revestem com folhas, latas velhas, etc. [...] Aqui também surge a vantagem, não diremos de pré-fabricação, mas pelo menos duma construção mixta [sic] que seja por exemplo, uma estrutura de metal ou madeira feita pelos futuros ocupantes, orientados por técnicos especializados utilizando como enchimento os materiais locais, tijolo, pedra, argamassa, madeira, bambu, etc.*[479]

Defendendo a "interdependência" entre a arquitetura e a técnica, Silva e Castro demonstra com a construção das habitações santomenses a vantagem de utilização de um sistema misto que incorpora na pré-fabricação os recursos locais, quer a nível de materiais, como de métodos tradicionalmente usados pelas populações autóctones. Como esclarece Milheiro sobre o contributo de Silva e Castro na associação entre o sistema de pré-fabricação e o tradicional: "esta prática permite ultrapassar o atraso com que as técnicas de pré-fabricação ainda se debatem nos anos de 1960, principalmente se usadas em regiões economicamente menos desenvolvidas, como algumas províncias africanas portuguesas"[480].



25. Habitação popular, Santa Catarina, São Tomé, arquitecto Alfredo Silva e Castro, DGOPC-DSUH, Ministério do Ultramar, 1963, trab. 706

477 Castro [1965] *in* Milheiro, 2013b, p. 15.
478 Castro [1965] *in ibidem.*
479 Castro, 1965 *in* Milheiro, 2013b, p. 15.
480 Milheiro, *ibidem.*

Bairro de pescadores para a ilha de Luanda | Angola, 1964-1965

O bairro de pescadores para a ilha de Luanda é da autoria dos arquitetos Fernão Lopes Simões de Carvalho e José Augusto Pinto da Cunha[481]. O novo projeto baseia-se no conhecimento *in loco* do assentamento preexistente, possibilitado "pela realização de estudos demográficos, inquéritos às condições socioeconómicas da população residente, registos fotográficos, ou gravações do quotidiano em vídeo, até ao levantamento desenhado das habitações a substituir"[482]. Nas casas de planta retangular utilizaram-se os materiais de construção disponíveis, incluindo os mais precários como canas, paus, madeiras e chapas[483], integrando-se simultaneamente técnicas industriais e tradicionais[484]. Como acontece tradicionalmente em algumas habitações de determinadas etnias, a área das portas é reservada à "liberdade criativa" dos seus habitantes, podendo ser "decoradas" de acordo com o gosto dos mesmos[485]. A abordagem de Simões de Carvalho em relação à tradição africana é no entanto distinta das recolhas de Pancho nos caniços circundantes da capital moçambicana. Além da valorização estética, as inscrições decorativas procuram fundamentar-se "na aplicação de métodos importados das ciências sociais nas ciências sociais"[486].

Quatro tipos de habitações económicas | Cabo Verde, 1972

O arquiteto Alfredo da Silva e Castro retoma o programa de habitações económicas em 1972, mas agora no arquipélago de Cabo Verde. As quatro habitações-tipo propostas seguem a mesma teoria exposta nas primeiras jornadas moçambicanas: o emprego de alvenaria em pedra num processo de "composição modular", que "evolui" consoante as necessidades da família[487].

3.6.2 **Equipamentos públicos "de representação"**

Como vimos anteriormente, a exteriorização da plasticidade dos materiais locais vai sendo cada vez mais recorrente nos projetos residenciais para as comunidades africanas, contudo ao nível dos equipamentos públicos "de representação" a assimilação deste tipo de expressão arquitetónica é mais demorada, sendo gradualmente ajustada a linguagem monumenta-

481 Cf. Milheiro, 2012d, p. 359.
482 Carvalho *in* Anselmo, 2011, p. 176.
483 Cf. Carvalho *in ibidem.*
484 Cf. Milheiro, 2012d, p. 361.
485 Cf. Milheiro, 2013b, p. 6 e Campos, 1970, pp. 16, 18, 20 e 74.
486 Milheiro, *ibidem.*
487 Cf. Milheiro, 2013b, p. 16

lizada característica destes programas "às novas orientações estéticas dos anos de 1960 que [...] propõem uma maior integração da paisagem e da cultura locais"[488].

Em Cabo Verde, dois equipamentos públicos "de grande impacto estratégico e paisagístico" – o novo Liceu do Mindelo e o Seminário da Praia – são projetados por parte do DSUH-DGOPC. Em comum, partilham uma linguagem moderna de expressão monumental, resultante da utilização de betão, integrando simultaneamente um aparelho de pedra à vista, material abundante no arquipélago[489]. Como indica Milheiro, estas duas obras "ilustram uma alteração de paradigma (de uma fisionomia funcional e «burocrática» para um maior *expressionismo* texturado), que se faz gradualmente e sem pressas entre os arquitetos dos organismos coloniais oficiais"[490].

Novo Liceu do Mindelo (atual Ludgero Lima) | Santiago, Cabo Verde, 1960

Os projetos de programas liceais constituem "uma cultura de projeto claramente sedimentada"[491], estando regulamentada, desde 1956, em "Normas para as instalações dos Liceus e Escolas do Ensino Profissional nas Províncias Ultramarinas". Enquadrados nas estratégias coloniais, os equipamentos de ensino implantam-se em lugares privilegiados a nível urbanístico[492].

A intenção de transferência do Liceu Gil Eanes para novas instalações é concretizada com a visita do arquiteto José Luís Amorim a São Vicente, com o intuito de elaborar o novo plano de urbanização para a cidade do Mindelo, em 1960. O autor do projeto, o arquiteto Eurico Pinto Lopes, habituado a programas escolares, domina a "linguagem e as soluções correntes"[493]. Segundo relata o autor, os aspetos funcionais determinam o "partido geral do edifício" que deve ser "construído de preferência com materiais da região"[494]. É de referir que a situação económica menos favorável de Cabo Verde em relação a outras províncias ultramarinas reflete-se na carência de materiais convencionais, sendo tradicionalmente utilizada a pedra, material local. Apesar deste facto, a configuração final do edifício não revela o condicionamento pelo recurso a soluções locais, confinando-se o uso de betão armado em elementos estruturais que justificaram "vantagem económica"[495].

À direita
26 Liceu Gil Eanes (atual Ludgero Lima), Mindelo, Santiago, Cabo Verde, arquiteto Eurico Pinto Lopes, DGOPC-DSUH, Ministério do Ultramar, 1960, trab. 612

488 Milheiro, 2013b, p. 18.
489 Cf. *ibidem.*
490 *Ibidem*, pp. 18 e 19.
491 *Ibidem*, p. 19.
492 Cf. *ibidem,* pp. 19 e 20.
493 *Ibidem*, p. 19.
494 Lopes *in ibidem*, p. 20.
495 Escudeiro, Cruz, 1960 *in* Milheiro, 2013b, p.21.



Seminário da Praia | Santiago, Cabo Verde, 1962

O arquiteto Alfredo da Silva e Castro desenha duas versões para o Seminário da Praia, do qual apenas se conhecem desenhos[496]. Implantado numa falésia, este edifício constitui "um dos mais notáveis edifícios promovidos pelo Ministério do Ultramar"[497].

> *O edifício concretizado organiza-se em torno de dois claustros e cruza sistemas construtivos exigentes (como as abóbadas que cobrem os claustros) com métodos locais. O programa admite, para lá da capela aberta ao culto público, salas de aulas, biblioteca, sala de estudos/salão de festas, refeitório, dormitórios, lavabos, quartos para professores, instalações do reitor, etc.*[498]

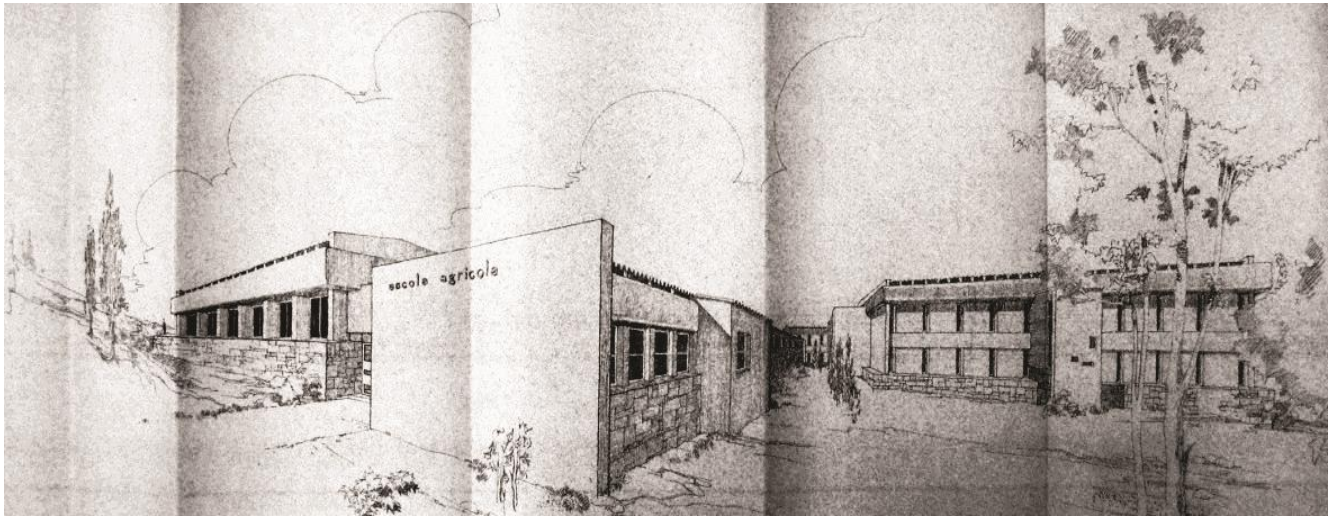


496 Escudeiro, Cruz, 1960 in Milheiro, 2013b, p.21.
497 *Ibidem.*
498 *Ibidem.*

Anteprojeto para a Escola Prática de Agricultura de São Jorge dos Órgãos | Santiago, Cabo Verde, 1963

Em 1963, Silva e Castro é responsável pelo anteprojeto para a Escola Prática de Agricultura de São Jorge dos Órgãos. Este não se concretizará e é elaborado um novo projeto em 1964 pelo arquiteto Victor Consiglieri. Numa paisagem identicamente marcante à do Seminário, ainda que no interior da ilha, Silva e Castro considera uma abordagem semelhante ao equipamento religioso, empregando materiais locais[499].

> *Aplicar-se-ão, no máximo, os materiais de obtenção local – pedra e blocos – especialmente para as paredes de elevação./Para a cobertura previu-se uma esteira de betão, cobertura de fibrocimento, deixando caixa de ar./ No exterior, de paredes caiadas ou pedra à vista conforme os casos, procurou-se sempre a maior simplicidade de alçados resultando numa mais facilitada e económica construção.*[500]



À esquerda
28. Seminário da Praia, Santiago, Cabo Verde, arquiteto Alfredo Silva e Castro, DGOPC-DSUH, Ministério do Ultramar, 1962

À direita
27. Escola Prática de Agricultura de São Jorge dos Órgãos, Santiago, Cabo Verde, arquiteto Alfredo Silva e Castro, DGOPC-DSUH, Ministério do Ultramar, 1963, trab. 691

499 Cf. *ibidem.*
500 Castro *in ibidem.*

CONCLUSÃO

Arquitectura Popular em Portugal, publicada em 1961 pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos, revelou-se uma obra ambiciosa e percursora, constituindo o primeiro estudo no domínio da disciplina que realmente procedeu a um estudo objetivo e sistemático da arquitetura vernacular. À época, os estudos e publicações dedicados a esta matéria eram muito escassos, como se confirma na própria introdução do livro: "o fenómeno da Arquitectura popular e regional só há poucas décadas começou a interessar vivamente os estudiosos, e a ser encarado com olhos limpos de preconceitos estilísticos, que lhe diminuíam o significado e importância"[501]. Este levantamento exaustivo demonstrou não só a diversidade de tipologias tradicionais existentes no país, como também revelou preciosas lições de uma arquitetura anónima e intuitiva, com uma identidade intrinsecamente relacionada com o meio físico e cultural onde se implanta.

Dado o contexto em que foi realizado, os pressupostos e metodologias seguidos na elaboração do Inquérito não poderiam resultar numa homogeneização na abordagem por parte de todas as equipas participantes nas diferentes regiões definidas. A aproximação à realidade da arquitetura popular desenrolou-se, de um modo geral, dentro de uma visão mais disciplinar e focada nos aspetos formais da mesma, do que propriamente apoiada em uma visão antropológica, no qual se focam os modos de vida do povo. Os arquitetos das várias equipas foram imbuídos para o terreno com o objetivo de explorar a esfera racional e funcional da arquitetura tradicional, procurando sobretudo aproximações com a arquitetura moderna, mas também com a realidade nacional, sublinhando a importância de estudos e métodos que envolvem outras áreas disciplinares, como a história, a antropologia e a geografia.

A atitude dos arquitetos perante a "descoberta" da arquitetura tradicional não é meramente contemplativa, ela inscreve-se no reconhecimento das suas qualidades plásticas e no elogio das capacidades instintivas e estéticas dos "criadores" populares. Não obstante, a "diversidade de feições" tipológicas e arquitetónicas, reconhece-se em comum uma especificidade portuguesa, que se prende com o "carácter" do povo exteriorizado nas edificações[502].

A publicação de quatro edições de *Arquitectura Popular em Portugal,* ao longo de cinquenta e dois anos, revelam a marcante influência dos seus ensinamentos na arquitetura moderna portuguesa (habitualmente descrita como "revisionista" ou "organicista"), não só no grupo que contactou diretamente com o meio rural da época, mas também nas sucessivas gerações de arquitetos que retiraram importantes lições de síntese do processo arquitetónico tradicional. Atualmente constitui o testemunho de um passado praticamente inexistente, revelando a sua importância não só no estudo da arquitetura (na sua vertente historiográfica ou prática), como no domínio das ciências sociais. Nas províncias ultramarinas em África, à seme-

501 AA.VV., 1988 [1961], p. 4.
502 Cf. *ibidem*, pp. 2-3.

lhança do que aconteceu em solo nacional, desenvolveram-se estudos sobre a arquitetura popular, a partir do levantamento das habitações indígenas e do seu modo de ocupação no território. O interesse sobre este tema começa a ser alvo de curiosidade por parte de geólogos, geógrafos e etnógrafos, a partir dos anos trinta do século passado. Até meados dos anos de 1940 o trabalho de pesquisa sobre a Guiné encontrava-se ainda muito incipiente, tendo sido compensado pela realização de um conjunto de missões e inquéritos que resultariam em inúmeras publicações sobre este território e a sua população. Nestes levantamentos, contam-se os trabalhos complementares elaborados por variados funcionários administrativos (na maioria formados pela antiga Escola Superior Colonial) e por académicos como Carrington da Costa, Mendes Correia e Orlando Ribeiro, vindos de Lisboa com o apoio da recém-criada Junta de Investigações Coloniais. Os conhecimentos existentes ainda se baseiam, na sua maioria, nas investigações levadas a cabo durante os anos quarenta e cinquenta do século XX, com a exceção de alguns estudos publicados já no período da guerra colonial.

Os estudos desenvolvidos por Orlando Ribeiro, durante os anos de 1940, nas antigas colónias ultramarinas, contribuíram não só no conhecimento do contexto geográfico e humano, mas também impulsionaram a partir de então a pesquisa científica de outros autores no domínio desta ciência. O trabalho de campo desenvolvido nas duas missões a este território (1947) revelar-se-iam na importância das suas obras que passam a constituir uma base essencial de informação para as ciências geográficas. Também em Portugal o geógrafo ocupava já um lugar de destaque. Dois anos antes havia sido publicado *Portugal, Mediterrâneo e o Atlântico,* que constitui uma obra de referência na realização do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal.

O estudo dos *habitats* nativos africanos por parte dos arquitetos surgem tardiamente e no âmbito do GUC, "como aprofundamento da especificidade das condições locais"[503]. Este organismo oficial irá ser essencial na implementação de programas de obras públicas e na infraestruturação das colónias portuguesas, dentro da proposta estratégica de fixação europeia e de progressiva integração das populações indígenas numa sociedade multirracial. A partir de meados dos anos de 1950, os arquitetos do Gabinete exploram os temas da vernaculidade, provavelmente influenciados pelo Inquérito à arquitetura regional portuguesa que então decorre. Na década de sessenta, continuam os estudos dos *habitats* locais, com um conhecimento cada vez mais aprofundado dos assentamentos indígenas e das populações autóctones, denotando a preocupação com as mesmas, na busca do seu bem-estar. Como já foi enunciado, é neste momento que se dá o lançamento de *Arquitectura Popular em Portugal*, que terá um contributo decisivo na consciencialização das questões relacionadas com as especificidades locais (incluindo as comunidades africanas), quer por parte dos arquitetos portugueses, como de alguma da classe política e governante. Neste contexto, e desde o final da década de 1950, surge o arquiteto Mário de Oliveira, que aprofunda o conhecimento dos problemas dos *habitats* tradicionais, como forma de integrar as populações desfavorecidas e arreigadas aos hábitos e costumes rurais, num tipo de vida mais evoluído e enquadrado nos planos urbanísticos que se encontravam em curso nas províncias ultramarinas por parte dos Gabinetes de Urbanização Colonial. Entre outros trabalhos edita *Proble-*

503 Milheiro & Dias, 2009, p. 88.

mas essenciais do urbanismo no Ultramar (1962), cujas repercussões se refletem no pensamento urbano aplicado ao Ultramar português. Este estudo revela a experiência no Plano de Urbanização dos bairros populares de Bissau (1959), que irá influenciar projetos posteriores, tais como o Anteplano de Urbanização da Cidade de São Tomé (1962) e a consultoria que presta em Moçambique, na missão (1963-1964) realizada em conjunto com o arquiteto Fernando Schiappa de Campos. A experiência em Bissau anuncia uma alteração de paradigma dentro da estratégia urbanística da recém-formada Direção de Serviços de Urbanismo e Habitação da DGOPC/UM. No Plano propõe-se a autoconstrução assistida a partir dos projetos dos arquitetos e o seguimento dos ideais da Cidade Jardim a partir de traçados mais orgânicos, distinguindo-se da experiência do bairro popular de Santa Luzia (1948), parcialmente adotada. O Anteplano de São Tomé é elaborado através de inquéritos às populações e análises às condições existentes. O traçado determinista característico dos planos da geração de João Aguiar dão lugar a planos mais abertos (cultural e socialmente), por meio da definição de grandes sectores.

Entre 1959 e 1960 empreende-se a Missão de Estudos ao Habitat Nativo da Guiné liderada pelos arquitetos Schiappa de Campos e António Saragga Seabra, contando ainda com o administrador Amadeu Castilho Soares. Ambos os arquitetos fazem parte da nova geração de técnicos que entram para o GUU, a partir de meados dos anos de 1950, beneficiando da especialização em arquitetura tropical na Architectural Association, em Londres. Os projetos produzidos passam a revelar essa formação, cujas propostas se integram de forma mais acertada ao tipo de clima local e dentro de uma linguagem mais moderna. O estudo do relatório resultante da Missão, intitulado *Habitats Tradicionais da Guiné Portuguesa* (1970) e as entrevistas realizadas permitiram estabelecer uma análise comparativa com o Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa. Em comum é patente um olhar humanizado das populações e o seu elogio perante o engenho das soluções construtivas empregues e o reconhecimento das qualidades plásticas da arquitetura vernacular, em meios e condições pouco favoráveis. É também manifesta a importância que é dada ao contacto próximo com as populações e a semelhança entre as metodologias utilizadas durante um trabalho de campo contínuo, através do registo fotográfico e do levantamento das povoações e construções tradicionais. As grandes diferenças encontradas entre o Inquérito e as missões realizadas nas colónias prendem-se essencialmente com o fim a que se destinavam e ao processo de sistematização de informação. Enquanto que em *Arquitetura Popular em Portugal* se denota uma leitura pura e descomprometida da arquitetura tradicional sob o prisma do moderno, cujo fim se relaciona com a confirmação (premeditada) da não existência de um único tipo de arquitetura popular, em África os arquitetos dos Gabinetes, têm como objetivo prático a melhoria das condições de vida das populações nativas integradas nos novos planos urbanísticos, que se reflete na produção de relatórios mais técnicos que incluem análises conclusivas e comparativas com as normas urbanísticas e habitacionais estipuladas na edição da ONU *Housing in Africa* de 1965.

No final dos anos de 1960, denota-se por parte dos técnicos da DSUH uma maior aproximação aos ideais organicistas, dos quais fazem parte os projetos da última fase colonial de arquitetos como Júlio Naya, Alfredo Silva e Castro ou Vitor Consiglieri. A arquitetura de promoção pública, nomeadamente a destinada ao alojamento popular, revelam a integração de soluções tradicionais. A imposição de uma arquitetura nacionalista e monumental na primeira fase colonial vai progressivamente adaptando-se ao contexto tropical e assimilando a vernaculidade da arquitetura africana dentro de uma linguagem moder-

na, a partir da contribuição do estudo dos habitats nativos africanos que se refletem no pensamento e na prática projetual dos arquitetos dos Gabinetes. Deste modo, aquilo que começa por ser uma atitude de contemplação perante a plasticidade dos materiais e das engenhosas técnicas de construção tradicionais dá lugar a uma consciência da estética popular africana, que se revela na utilização de materiais e soluções locais.

Quer em Portugal como na África "Portuguesa", as lições apreendidas pela descoberta dos reais valores da arquitetura tradicional são revelados na construção de um território como um lugar ficcionado, mais identitário e humanizado. No entanto, os frutos dos inquéritos nem sempre tiveram uma aplicação efetiva nas décadas seguintes, pois o crescimento urbano desordenado e prática de uma arquitetura de fraca qualidade no final do século passado em Portugal, juntamente com a descolonização repentina em África estão na base dos problemas que ainda hoje se enfrentam. É amargo verificar que as preocupações conceptuais e os esforços dos arquitetos e de outros quadrantes da sociedade na formação de um caminho mais correto a seguir, nem sempre tiveram resultados práticos, quer no domínio urbanístico como arquitetónico.

As repercussões do Inquérito em Portugal e dos vários estudos do *habitat* realizados nas províncias ultramarinas africanas revelam na sua origem uma síntese de pressupostos comuns, que conciliam num justo equilíbrio o presente com a herança do passado, relacionando a modernidade com a história, o internacional com o regional e as vantagens da vida industrializada com os importantes valores da comunhão com o meio natural.

No contexto atual, os resultados das investigações e levantamentos levados a cabo pelos arquitetos portugueses aos *habitats* nativos africanos e à arquitetura regional portuguesa durante os anos de 1950-60 do século passado, revelam ainda a sua pertinência, encerrando valiosas lições, não somente no âmbito estritamente arquitetónico ou urbanístico, mas principalmente num repensar das relações de proximidade da vida em sociedade, dotando os aglomerados urbanos dentro de um novo paradigma em que se insinua uma perspetiva de coletividade.

BIBLIOGRAFIA

Monografias

AA.VV. *Arquitectura Popular em Portugal* (3ª ed.). Lisboa: Associação dos Arquitectos, 1988 [1961].

Anselmo, Marcos André Gomes. "Arquitectura Popular de África: manifestações do primitivo na arquitectura dos anos 1950/1960" *in* A Arqueologia e o Turismo, o caso da Península de Tróia. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Projecto Final de Arquitectura, Mestrado Integrado em Arquitectura, 2011.

Campos, Fernando Schiappa de. *Habitats tradicionais da Guiné portuguesa.* Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1970. Não publicado. Cota IICT: 13447|IICT.

Chichorro, Martim Afonso de Sousa. "Estudo sobre o habitat de Bissau: densidade populacional; espaços públicos e privados; tipologia da construção; habitações; etc.". Lisboa: DSUH/DGOPC, 17 de Junho de 1968. Documento não publicado. Cota do IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2073/01161].

Fernandes, Inácio Peres. "Relatório da Comissão Executiva – Teses, Conclusões e votos do Congresso". *1º Congresso Nacional de Arquitectura.* Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948.

Frampton, Kenneth. *História crítica da arquitectura moderna.* São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1997].

Havik, Philip J.; Daveau, Suzanne (ed. lit.). *Cadernos de Campo: Orlando Ribeiro, Guiné 1947.* Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, Lda., 2010.

Leal, João. *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional.* Lisboa: Dom Quixote, 2000.

Lino, Raul. *Casas Portuguesas: alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples.* Lisboa: Edições Cotovia, 1922.

Lôbo, Margarida Souza. *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco* (2ª ed.). Porto: FAUP publicações, 1995 [1993].

Milheiro, Ana Vaz. "São Tomé e Príncipe e o trabalho do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974)". Trabalho apresentado em *Colóquio Internacional – São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, pp. 87-127. Lisboa (Congresso), 2012c.

Milheiro, Ana Vaz. *Nos Trópicos sem Le Corbusier: Arquitectura luso-africana no Estado Novo.* Lisboa: Relógio d'Água, 2012d.

Milheiro, Ana Vaz. "Culturas transnacionais: investigar a arquitectura luso-africana e o uso de sistemas construtivos locais". Trabalho apresentado em *Habitação, Cidade, Território e Desenvolvimento,* 2.º Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono (2.º CIHEL). Lisboa (Congresso), 2013a.

Milheiro, Ana Vaz. "Arquitectura colonial portuguesa e sistemas construtivos tradicionais africanos: abordagens modernas". Trabalho apresentado em *Pedra, Barro e Metal: norma e licença na arquitectura moderna do cone sul americano, 1930-1970*, IV Seminário DOCOMOMO SUL. Porto Alegre, Março de 2013b. Documento não publicado.

Mota, A. Teixeira da; Neves, M. G. Ventim (dir.). *A Habitação Indígena na Guiné Portuguesa,* n.º 7. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1948.

Oliveira, Mário de. "A Arquitectura no Plano Nacional" *in 1.º Congresso Nacional de Arquitectura, Relatório da Comissão executiva, Teses, Conclusões e votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. 24-32.

Oliveira, Mário de. "Relatório da Viagem à Guiné". Lisboa: DSUH, DGOPC, 2 de Dezembro de 1958. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2073/01004].

Oliveira, Mário de. *Problemas essenciais do urbanismo no Ultramar.* Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1962.

Oliveira, Mário de. *Os novos povoamentos nas províncias ultramarinas.* Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1965b.

Oliveira, Mário de. "Relatório do Arq.º Mário de Oliveira da Comissão Eventual de Serviço a Moçambique de Setembro de 1965 a Janeiro de 1966". Lisboa: Serviço de Urbanização, Ministério do Ultramar, 3 de Março de 1966.

Ribeiro, Orlando. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* . Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1988 [1945].

Tenreiro, Francisco. *Estudos, Ensaios e Documentos III - Acerca da casa e do Povoamento da Guiné.* Lisboa: Ministério das Colónias, 1950.

Trigueiros, Luiz. *Fernando Távora.* Lisboa: Blau, 1933.

Revistas

Amaral, Francisco Keil do. "Uma Iniciativa Necessária" *in Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, 2ª série, ano XX n.º 14, Abril de 1947, pp. 12-13.

Milheiro, Ana Vaz. "Fernando Schiappa de Campos: o arquitecto do moderno colonial" *in JA – Jornal de Arquitectos*, n.º 238 de Janeiro/Março, *Ser Imigrante*, 2010, pp. 24-27.

Milheiro, Ana Vaz. "À procura de Mário de Oliveira, um arquitecto do Estado Novo" *in JA – Jornal de Arquitectos*, n.º 245, Abril/Junho, *Ser Arquitecto*, 2012ª, pp. 24-39.

Oliveira, Mário de. "O «Habitat» nas zonas suburbanas de Quelimane: um caso positivo de formação de sociedades multirraciais" *in Geographica.* Lisboa: Sociedade de Geografia, ano 3, n.º 3 de Julho de 1965ª, pp. 24-32.

Documentos eletrónicos

Gonçalves, José Fernandes. "A viagem na Arquitectura Portuguesa do século XX". RESDOMUS: plataforma editorial de cruzamento e de divulgação de cultura arquitectónica. Página consultada em 25 de Agosto de 2013, <http://resdomus.blogspot.pt/2011/05/viagem-na-arquitectura-portuguesa-do.html>.

"Nos 50 anos da publicação de «Arquitectura Popular em Portugal»". *Do Porto e não só...* Página consultada em 1 de Agosto de 2013, <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/03/nos-50-anos-da-publicacao-de-popular-em.html>.

Milheiro, Ana Vaz; Dias, Eduardo Costa (nº 2 de 2009). "Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização Colonial" *in usjt – arq. urb, Revista electrônica de Arquitectura e Urbanismo*. Página consultada em 12 de Dezembro de 2012, <http: //www.usjt.br/arq.urb/numero_02/artigo_ana.pdf>.

Milheiro, Ana Vaz. "O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português" *in Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana* [On-line], n.º 2, 4 de Julho-Dezembro de 2012b, pp. 215-232. Página consultada em 28 de Junho de 2013, <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193124832005>.

Fontes diretas

Campos, Fernando Schiappa de. Lisboa, 17 de Abril de 2013. [Entrevistador: Tatiana Cheong]

Dias, Francisco Silva de. Lisboa, 13 de Fevereiro de 2011. [Entrevistadores: Céline Vicente, João Cardim, Tatiana Cheong e Vanessa Ribeiro]

Freitas, António Pinto de. Lisboa, 27 de Abril de 2011. [Entrevistadores: Céline Vicente, João Cardim, Tatiana Cheong e Vanessa Ribeiro].

Seabra, António Saragga. Lisboa: 28 de Abril de 2013. [Entrevistador: Tatiana Cheong]

ÍNDICE DE IMAGENS

1 <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/03/nos-50-anos-da-publicacao-de-popular-em.html>
2 <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/03/nos-50-anos-da-publicacao-de-popular-em.html>
3 AA.VV., 1988 [1961], p. 48
4 *Ibidem*, p. 115
5 *Ibidem*, p.133
6 *Ibidem*, p.26
7 *Ibidem*, p. 35
8 *Ibidem*, p. 198
9 *Ibidem*, p. 114
10 *Ibidem*, p. 203
11 Milheiro, 2013b, p. 9
12 Havik & Daveau, 2010, p. 231
13 Oliveira, 1958
14 *Ibidem*
15 Campos, 1970, p.8
16 *Ibidem,* p.72
17 *Ibidem*, pp.38
18 *Ibidem*, pp.18
19 Chichorro, 1968, p. 13
20 *Ibidem*, p. 13
21 Milheiro, 2013b, p.14.
22 Milheiro, 2012c, p. 120
23 Milheiro, 2013b, pp.13
24 Milheiro, 2012c, p. 120
25 Milheiro, 2013b, pp.16
26 *Ibidem*, p.19
27 *Ibidem*, p.20
28 *Ibidem*, p.21

ANEXOS

FRANCISCO DA SILVA DIAS | entrevista

Lisboa, 13 de Fevereiro de 2011
Entrevistadores: Céline Vicente, João Cardim, Tatiana Cheong e Vanessa Ribeiro

Sobre a sua formação na escola, como é que era o ambiente em torno da formação? Como é que surgiram as preocupações que depois o levam a integrar as equipas?

O ambiente na escola no que diz respeito aos alunos era extraordinariamente agradável, sobretudo para um miúdo como eu que tinha vindo do Liceu Camões, um liceu muito disciplinado. Na escola havia uma tradição, os alunos dos primeiros anos ajudavam os alunos dos últimos anos por ser um curso muito complicado. Eram quatro anos escolares com aulas, depois havia uma coisa que se chamava o curso superior em que se ia à escola e o professor dava-nos um tema – o professor de arqueologia, de composição que era de arquitetura, de história – e nos íamos para casa fazer os exercícios propostos. Depois recebíamos pontos, que tínhamos que ir somando, e medalhas. Os professores ponham nos trabalhos, primeira medalha ou medalha de ouro. Era um curso muito complicado, mas que dava uma grande solidariedade, porque nós passávamos lá noites e noites a trabalhar. Era um ambiente que criava um tecido de solidariedade entre os alunos. A formação era no sentido *beaux artiano*, do belo, mas havia alguns – no meu caso possivelmente por questões de ordem familiar, o meu pai era republicano – que se iam interessando por aspetos que não eram só *beaux artianos*. Depois, tinha que se fazer um estágio de dois anos e, no fim o Curso de Obtenção do Diploma de Arquiteto (CODA). Eu fiz sobre o problema da habitação e sob a grande influência corbusiana, com um grande bloco de habitação para operários. Os arquitetos que sempre tiveram a par dos aspetos *beaux artianos* tinham uma grande apetência para os aspetos políticos e sociais: Ventura Terra, o primeiro vereador republicano da Câmara de Lisboa, Keil do Amaral… Portanto, começava a haver assim mais uma deriva dos aspetos sociais. Eu, pessoalmente, tinha avós na Beira Baixa e quando ia lá de férias começava-me a interessar pela arquitetura popular daquela altura.

Que colegas tinha na escola que admirasse?

Dos colegas havia um que era dos anos mais velhos, o Pedro Falcão, chamado o Pedro das Barbas, que fez o primeiro plano da aplicação da Carta de Atenas em Portugal nos Olivais Norte e na Nova Oeiras e o Braula Reis, com formação política. Naquela altura os três cursos estavam juntos, arquitetura, pintura e escultura. Na pintura notavam-se mais: o [Nikias] Skapinakis, o Sá Nogueira e o Dias Coelho. Depois de fora, aqueles que conheci como arquitetos, eram: o Tainha, meu vizinho; Teotónio Pereira; o Keil e o José Rafael Botelho. Havia naquela altura uma grande comunhão entre os profissionais e os alunos. Nós procurávamos os grandes ateliês, os mais vivos. Depois isso coincidiu com a polémica entre a Casa Portuguesa e o Moderno, portanto, Raul Lino, Keil e Távora. O meu pai era comerciante, mas gostava muito dos problemas da arquitetura e assinava uma revista a "Ver e Crer", onde laborava o Keil do Amaral e o Raul Lino, de modo que eram conversas à mesa… vivia lá em casa um primo, o Luís Mateus, que estava a estudar arquitetura. E, portanto, havia assim um ambiente favorável.

Devo dizer que naquela altura ser arquiteto não era prestigiante, nem prestigiado. O meu pai, que naquela altura teve como objetivo todos os filhos serem formados, quando disse que queria ir para arquitetura, franziu o nariz. Não impediu que fosse para Belas Artes, mas gostava mais que fosse para engenharia, os meus irmãos eram os dois engenheiros.
A minha família era da Beira Baixa e o meu avô tinha lá uma quinta e um caseiro veio ter comigo e disse: "nós estamos muito zangados com os pais do menino, então os seus irmãos são engenheiros e o menino nem sei o que é?" Isso era mesmo institucional, porque nos outros cursos superiores iam para oficial miliciante e os de arquitetura, pintura e escultura iam para sargentos.

Com quem iniciou a sua atividade profissional?
Foi com esse meu primo, que depois acabou o curso e tinha um ateliê de vão de escada onde trabalhei. Depois trabalhei com os arquitetos Filipe Figueiredo e José Segurado, com os quais fiz o meu primeiro trabalho, aqueles prédios no cruzamento da Avenida de Roma com a Avenida dos Estados Unidos da América. Lá também trabalhava o arquiteto moderno Nareus Fernandes, que tem uma obra esquecida e dispersa. Depois fui trabalhar para a Câmara de Almada.

Qual o papel de Keil do Amaral para o começo do Inquérito? Que outras pessoas foram essenciais para que este viesse a realizar-se?
O papel do Keil do Amaral foi fundamental, o Inquérito é obra do Keil. Tinha uma personalidade extraordinária... Primeiro escreve *Arquitectura e a Vida* [1942] e depois há um livro *A Moderna Arquitectura Holandesa* [1943] e aí já enumera a corrente tradicional e a corrente moderna. A intervenção dele no Primeiro Congresso, embora não focando esse aspeto, também já surge a ideia do Inquérito. Mas não há dúvida que o Inquérito é do Keil. Ele fazia convergir vontades e entusiasmos. Depois há o Teotónio Pereira, uma outra personalidade muito interessante, o Frederico George, no Norte, o Távora, o [Octávio Lixa] Filgueiras e, um outro colega nosso que morreu muito cedo, o Arnaldo Araújo. Foi um caso extraordinário de uma classe que normalmente é egoísta e desorganizada e que coletivamente fez esta obra que é singular.

Quais eram os principais objetivos do Inquérito?
O Inquérito foi pago pelo Ministério das Obras Públicas com uma superintendência muita apertada pelo próprio Salazar. O que o Ministro das Obras Públicas queria era que nós lhe disséssemos o que era a arquitetura nacionalista, à semelhança da Espanha, da Alemanha, da Itália e da União Soviética. E nós dissemos-lhe precisamente o contrário: não há um estilo nacionalista, as construções variam às vezes em 100m, se é em granito é de uma maneira, se ali é xisto é outra, se são assalariados, se são pequenos proprietários, e portanto não há uma arquitetura. Há esta frase lapidar do Keil, logo no princípio do livro: "há mais relações entre uma casa do Sul de Portugal e da Grécia, do que do Sul de Portugal para o Minho e do Minho para a Galiza". Um dos requisitos era verificar se haveria frequência de tipos e se podiam ser cartografados, mas alguns diziam: "Isso é fazer o que eles querem, que é o tipo, depois a escola para aqui vai ser assim, para ali vai ser assim..." Esta suspeição de que deveríamos estar a fazer um favor ao Governo, à situação, foi presente: "vais colaborar numa coisa que é para

bem feitoria da situação?". E só a presença do Keil, do Teotónio e do Tainha é que me levaram a decidir. E ainda bem, porque isto realmente mostrou o contrário.

Como se originou a sua participação no Inquérito?

Dentro de um sentimento de participação, numa base política que me era dada pela família. Eu tinha feito parte de uma cooperativa [Cooperativa Cultural Pragma] em que era presidente ou principal motor o Teotónio Pereira e isso também era um aspeto singular. Costumo dizer que sou um arquiteto cheio de sorte, porque nos cinquenta anos de profissão, vivi os aspetos mais aliciantes da história da arquitetura e outros fenómenos, até nos aspetos sociais. Fiz parte dessa cooperativa, uma cooperativa notável, onde contava muito o entusiasmo de Teotónio Pereira. Também uma sorte que tenho é que convivi com as pessoas mais importantes do Movimento Moderno. A história foi muito generosa comigo, porque tanto falei com Salazar, como com Álvaro Cunhal. O Teotónio tinha feito essa cooperativa juntamente com Bartolomeu da Costa Cabral e fizeram uma coisa extraordinária, a de construir na Sociedade de Belas Artes um fogo da Cooperativa, uma casa.

O Sindicato mandou uma carta para estagiários e arquitetos para quem queria fazer parte do Inquérito. Tinham algumas condições: ser em *full-time*, percorrer-se o país, ter carta de mota (pelo menos um dos dois tinha que ter). Escrevi para lá, mas não fui imediatamente aceite, o que me causou um certo desgosto, mas por sorte minha ou por azar do [José] Galhoz – que fazia parte da equipa da Estremadura juntamente com Teotónio Pereira e o António Pinto de Freitas – numa curva a lambreta desequilibrou-se, caiu, partiu um braço, ficou muito traumatizado e desistiu. O Galhoz é uma figura interessante, muito modesta, trabalhou na Junta Autónoma das Estradas, mas tem algumas obras notáveis. De modo que o Teotónio Pereira, como eu estava naquela lista, lembrou-se da cooperativa e chamou-me. Ainda me lembro da entrevista no *atelier* da rua da Alegria. Naquela altura ele era uma pessoa muito austera e rígida e lembro-me que a entrevista foi quase penosa para mim, porque ele olhou para mim e disse:

- Porque é quer vir para aqui? Sabe que o Galhoz partiu um braço, não se assuste.
- Sabe tirar fotografias?
- Sim, gosto muito de fotografia.
- Que máquina é que tem? Que fotografias é que tira?

Intencionalmente tinha levado umas fotos que tinha tirado em Proença-a-Nova, a terra do meu avô. E então fui engajado e ainda bem, porque foi uma aventura extraordinária e marcou-me muito.

Existia uma metodologia comum para todas as equipas? Quais eram os principais métodos de trabalho/abordagem?
O Keil deu-nos um guião que dizia: "vejam este, aquele aspeto", mas respeitando o guião nos seus aspetos gerais, cada equipa seguiu caminhos diferentes. Houve principalmente "disciplina" no Norte, sobretudo em Trás-os-Montes com Arnaldo Araújo, que seguiram critérios completamente diferentes, mais monográficos: vamos a esta terra e estudamos esta terra. Nós fizemos uma coisa mais à escala, portanto nas relações sucessivas… e isso, quanto a mim, até deu uma certa riqueza. Mas julgo, a meu parecer, que houve um aspeto que foi mais controverso, os quadros tipológicos. O Alentejo não tem [mapa tipológico] não sei se foi por ideologia ou se não calhou, não sei… O Alentejo seguiu uma metodologia bastante diferente, porque se baseou muito nos trabalhos que o Frederico George já tinha feito. Muitas das fotografias são do Frederico George. Acho que acabou por ser tão miúdo, tão restrito que demonstrou variedade.
Quando Salazar demonstrou o desejo de ver o Inquérito, encontramo-nos na Sociedade de Belas Artes, o Keil mostrou-lhe isso e ele concordou, mas o Ministro das Obras Públicas ficou furioso, tinha pago para nós lhe dizermos como era o estilo nacional e nós dissemos que não havia nenhum estilo nacional. Salazar, inteligente, fez comentários adequados. E isso foi a grande virtude, a grande vitória do Inquérito.

Que conhecimento tinham destas zonas antes de realizarem o levantamento no terreno? Quais eram as obras científicas de referência?
Quase todos tínhamos, mas isso foi também uma coisa engraçada. Os do Norte, então muito ligados: o Távora; o Filgueiras que tinha feito um trabalho muito interessante de carácter regional, que era sobre os barcos tradicionais portugueses, obra notável; Carvalho Dias; [António] Menéres, muito trasmontano. Todos eles tinham conhecimento.
Foi engraçado, na divisão das zonas, ninguém queria ficar com a Zona 4, porque era perto de Lisboa e estava tudo estragado. Então, Teotónio Pereira, com o seu espírito de aventura, disse: "Se ninguém quer a Zona 4, eu quero!" E ainda bem, porque se revelou uma zona de extraordinária riqueza, sobretudo por ser uma transição entre o Norte e Sul. O nosso livro de cabeceira era *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, inclusivamente a minha tese de doutoramento é sobre esse aspeto. E realmente a Zona 4 foi um deslumbramento, a Nossa Senhora do Cabo, a Picanceira, os Foros, as capelas de beira-mar, tudo isso foram descobertas.

Tinham conhecimento de outros levantamentos, quer nacionais quer estrangeiros, na área da arquitetura ou em outras áreas, como a música, etnografia, etc.?
Como disse o livro de Orlando Ribeiro, pessoalmente, e creio que para todos foi uma revelação. Depois comecei a interessar-me pelo Mediterrâneo e pelos estudos do [arqueólogo] Cláudio Torres, que fui colecionando… e até a minha tese é sobre isso[504]. Mas eu direi que havia uma certa ingenuidade ou talvez pureza, nós fomos para lá imbuídos no sermos arquitetos, olhar as coisas pelos nossos olhos. Evidentemente, com um certo facciosismo, porque eramos arquitetos modernos, sobre-

504 Silva Dias elabora uma tese de doutoramento, no ano 2000, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, no ramo do Planeamento Urbanístico intitulada *Raízes e Perspectivas do Urbanismo Meridional Português: A Arte Urbana dos Aglomerados Portugueses de Influência Mediterrânica.*

tudo os jovens. Lembro-me que um dos pontos que havia no guião era detetarmos más feitorias (este termo é mesmo do Keil). E cada um entendeu más feitorias como queria. Eu penso que o que o Keil queria sobre as más feitorias, pelas fotografias, era por exemplo detetar uma igreja românica com um poste ao lado. Outros mais jovens entendemos tudo que não fosse lógico, racional.

Na mesma altura houveram também outros levantamentos, por exemplo na música com Giacometti.
Nós falámos com o [Michel] Giacometti e o [Fernando] Lopes Graça, mas a deles também é muito dirigida. O trabalho dele também é como o nosso, talvez mais modesto, ele ia de burro.

Havia a ideia, nas várias áreas, que se estava num momento de transição e que era necessário registar a situação?
Sim, por isso e porque há também uma posição quase que política. Quer dizer, nós tínhamos o português suave e o moderno, mas o Keil defendia que podia haver uma arquitetura portuguesa moderna e dizia: "isto não é para nós seguirmos, é para nós percebermos como é que o povo faz".
Já agora falo de um trabalho interessante de Rodrigo Olero, que fez uma tese que se chama "Cartas ao Raul Lino". Este colega é um trabalhador incansável. Ele revê o Inquérito e faz um trabalho interessante ao perguntar aos seus participantes como é que a sua concretização os influenciou nos aspetos profissionais. Esta pergunta é interessantíssima, porque havia um acordo de cavalheiros em como nós não íamos copiar: o povo faz estas coisas, percebemos, atendemos às lições de coerência… Há uma frase do Keil que resume isto tudo quando lhe perguntaram: "Então não há nada genuinamente português nisto?". E ele responde: "É a superação das bases materiais". Quer dizer, com materiais pobres, com tipologias que até não são ricas, antes pelo contrário, nós conseguimos conjuntos de grande beleza. E esta frase eu acho muito exemplificada num caso que eu relaciono muitas vezes: um pavimento que nós encontrámos numa casa de foreiros em Fernão Ferro – o pavimento mais bonito que vi até hoje, era encarnado, lindo. Então o que era? Todos os dias a senhora do foreiro dissolvia barro na água e regava o chão. Claro que só demorava um dia, mas aquelas camadas sucessivas tinham feito uma coisa que era linda. Com bases matéricas puríssimas, era o barro que estava ao pé da casa.
Portanto, quando o Olero perguntava se a nossa atividade profissional consequente ao Inquérito tinha sido por ele influenciada, tacitamente – eu, o Tainha e o Teotónio Pereira – respondemos: "isto não é para copiar é para perceber". E ele questiona: "Mas naquelas casas que fizeram no Zambujal há essa influência do Inquérito? – "Não, não é assim, não há influência do Inquérito, o processo é que é o mesmo, as casas tinham que ser baratas". E ao Teotónio Pereira perguntava: "E então a Igreja de Águas?" E ao Taínha: "E aquela Pousada de Santa Bárbara, aqueles pilares?" Foi uma análise que nos deixou pensativos.

Quanto tempo se ausentavam para fazer a pesquisa diretamente no território? Foi um processo seguido ou faseado?
Não me recordo muito bem, mas penso que foram três meses contínuos no terreno, depois fomos para o trabalho de gabinete, e a seguir voltámos um mês ou vinte dias. Levávamos os mapas do Estado-Maior a 1:25000 e andávamos um bocado em pesquisa sistemática: hoje vamos para aqui, amanhã vamos para ali. E verificávamos: aqui há esta frequência, vamos fazer o levantamento desta casa. Íamos tirando apontamentos, escrevendo… Foi muito intuitivo.

Qual era o percurso e como foi estipulado?
Não foi definido e isso é que tornou tudo mais aliciante, foi a descoberta.

Como se deslocavam?
De lambreta eu e o Freitas estávamos lá e depois alguns fins-de-semana o Teotónio Pereira ia connosco no seu *Wolkswagen*.

Ficavam por lá, pernoitavam na casa das pessoas?
Ficávamos por lá, em pensões e comíamos no campo.

Como foram recebidos pela população?
Haviam pessoas que entendiam o que estávamos a fazer, outros não, mas de uma forma geral nunca fomos mal recebidos. Tínhamos uma fórmula, porque era difícil explicar o que andávamos a fazer, então dizíamos que estávamos a fazer um livro sobre as casas mais bonitas de Portugal. E isso trazia-lhes logo um certo orgulho.

Quem e como fotografavam? Como se processou a seleção das fotografias que integraram a publicação?
Todos fotografámos, penso que só à exceção do Huertas Lobo, que nunca o vi de máquina. Foi muito difícil, porque nós fizemos 10000 fotografias e penso que só podemos escolher 500.

Foram muito seletivos a escolher os exemplos? Algumas fotografias poderiam ter uma casa ao lado completamente desfigurada…
Usámos poucos truques desses, não havia Photoshop… Foram muito poucos, porque o Inquérito foi feito numa altura exata, antes da emigração, da arquitetura dos emigrantes, dos *chalets*, das *maisons*. Aqui há dias, eu e a minha mulher que também é arquiteta e que também trabalhou na fichagem do Inquérito resolvemos ver se os exemplos ainda lá estavam. Só fizemos no Sul, no Alentejo. Falei nisso ao Menéres e ele disse que no Norte já não era possível.

Como foi definido o tipo de linguagem (escrita, ilustrações, legendas) para descrever cada Zona?

O livro demorou muito tempo a fazer, porque de uma equipa os textos estavam feitos, de outra não. Até que houve uma pessoa que assumiu a feitura dos livros que foi o [Rui] Mendes Paula, uma pessoa muito ligada às edições e aos jornais. Fez uns livros extraordinários sobre Faro, também estava ligado à revista *Arquitectura.* A composição é nossa, de cada equipa. Houve uma unanimidade, nos aspetos de composição não se nota grande diferença entre o Norte e no Sul. A fotografia fazia parte da nossa cultura imediata. Teve uma grande influência o livro de Victor Palla e Manuel Costa Martins, "Lisboa, cidade triste e alegre", era o nosso livro de cabeceira.

O livro foi acusado de não ter bibliografia, que é uma coisa imperdoável para os académicos. Pôs-se a questão se devia ser polidisciplinado, portanto se devíamos pedir sociólogos, geógrafos, historiadores que nos ajudassem e o Keil teve uma atitude notável e disse: "Não! Isto é a visão dos arquitetos, pode ser caricatural, mas é a nossa visão, somos nós que vamos fazer e assumimos os erros que possam haver". E ainda bem que assim fez, porque é uma obra de grande pureza, sobre o ponto de vista metodológico.

Apesar da proposta de participarem outras disciplinas não ser aceite, Keil que conhecia o Aquilino Ribeiro e o Jaime Cortesão resolveu convidá-los a ver o Inquérito. Eu e a minha mulher tínhamos um *atelier* no Arco do Cego, cedemos para fazer o Inquérito, foram lá os dois e foi uma conversa interessante. Lembro-me do Jaime Cortesão dizer: "essas casas há no Brasil, emigrantes dessa zona foram para o Brasil e fizeram tal e qual casas com essa varanda. Com o Aquilino foi engraçado, porque eu caí na tentação de lhe explicar o Norte e o Sul, e que no Sul as aldeias eram compactas, porque eram assalariados, havia a grande propriedade, no Norte a propriedade era dispersa, praticavam a policultura, cada casa com a sua courela. E ele responde-me: "não é nada disso, eles são suevos!".

Quem escreveu os textos?

Na minha zona foi eu e o Freitas. Dividimos os textos, havia uma grande sintonia entre nós, talvez se distinga, porque cada um escreve de sua maneira, mas suponho que quem não sabe não distingue.

Porque razão o Inquérito à Arquitetura Regional passou a Inquérito à Arquitetura Popular?

O trabalho era a arquitetura regional portuguesa e o Keil insistia que deveria ser assim, porque era esse o objetivo. No guião dizia que a arquitetura erudita também deveria fazer parte e é por isso que o nosso último capítulo é sobre palácios – essa parte foi o Freitas que escreveu. De repente, e eu penso que foi pelo [Manuel] Taínha, o livro passou a chamar-se *Arquitectura Popular em Portugal*. O Keil penso que ficou um pouco chateado, porque não era realmente esse o objetivo. Era regional, porque o que ele queria demonstrar é que de região para região, havia variações, não havia uma coisa nacional.

O que entende da arquitetura popular hoje? Os conceitos alteraram-se?

Felizmente, nestes 50 anos o país mudou muito e houve valores que se perderam e outros que se ganharam. Hoje, se quiséssemos falar de uma arquitetura popular seria dos clandestinos, mas mesmo nesses já não é o clandestino puro, em que a família é que faz a casa, é o especulador sórdido, o mercado negro da habitação. E depois a internacionalização e outros fenómenos que entre os arquitetos é muito corrosivo, que é o vedetismo, que é o fazer como se faz lá fora, seguir o que fazem as vedetas. O ambiente mudou-se de tal ordem, que há alguns arquitetos que interpretam o sítio, há outros que dizem que interpretam, mas não interpretam. O Inquérito hoje era impossível de fazer; quer dizer, nos aspetos formais no Alentejo – já com o truque de se fazer o enquadramento mais para aqui ou para ali – era capaz de se fazer. Cidades como Évora ou Beja conseguiram inclusivamente ter uma arquitetura moderna. Aquilo que o Keil sempre sonhou, o ter uma arquitetura moderna portuguesa conseguiu-se. A importância do Inquérito hoje será mais sobre o nível arqueológico.

O que mais o surpreendeu nesta aventura?

Uma surpresa quase constante: a casa da Ota, depois no dia seguinte a Nossa Senhora do Cabo, a seguir a Picanceira, os foreiros, os moinhos de maré… foi um deslumbramento.

ANTÓNIO PINTO DE FREITAS | entrevista

Lisboa, 27 de Abril de 2011
Entrevistadores: Céline Vicente, João Cardim, Tatiana Cheong e Vanessa Ribeiro

Onde se formou como arquiteto?
Formei-me na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, no curso de Arquitetura.

Quais os aspetos mais marcantes da sua formação?
Como éramos poucos alunos, havia uma grande convivência, não só escolar como até extraescolar.
Os mestres, embora dedicados e ensinando o básico, não nos suscitavam grande entusiasmo. O que nos ajudou foi a possibilidade de praticar desde cedo em ateliês, onde aprendíamos, com a prática ligada à realidade, o que era ser arquiteto e o que isso comportava.

Com quem iniciou a sua atividade profissional?
Iniciei a minha atividade profissional, desde o 2º ano do curso, no ateliê do arquiteto Nuno Teotónio Pereira.

Ao longo do seu percurso profissional, que arquitetos e/ou acontecimentos destaca como importantes na sua carreira?
Arquitetos: Nuno Teotónio Pereira, Manuel Tainha e o arquiteto urbanista José Rafael Botelho.
Acontecimentos: Participação no *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*; atividade profissional no Gabinete de Urbanização de Almada e no Gabinete Técnico de Habitação da CML; projetos vários de arquitetura, com destaque para o de Olivais Norte, em coautoria com o Arq. Teotónio Pereira, contemplado com o Prémio Valmor; participação no Plano de Urbanização de Olivais Sul; vários artigos publicados, muito especialmente o artigo sobre bairros clandestinos (nº 73 da revista *Arquitectura*) e artigos e trabalhos sobre o conjunto da Senhora do Cabo (Espichel); colaboração no Gabinete de Urbanização do Funchal e vários planos de urbanização com o Urbanista José Rafael Botelho; direção do planeamento de infraestruturas aeroportuárias na ANA-EP; colaboração intensa com as sucessivas modalidades associativas dos arquitetos (Sindicato, Associação, Ordem), tendo sido presidente da Assembleia Geral da Secção Regional Sul da Associação dos Arquitetos Portugueses.

Qual o papel de Keil do Amaral para o começo do Inquérito? Que outras pessoas foram essenciais para que este viesse a realizar-se?
O arquiteto Keil do Amaral foi indiscutivelmente a grande figura do Inquérito. O processo foi por ele desencadeado, impulsionado, sabiamente dirigido. A sua autoridade advinha-lhe do respeito pela sua personalidade, quer como profissional quer

como homem de grande cultura. A sua maneira de ser, muito afável e convivial, facilitou muito o contacto entre as equipas, essencial para a unidade do trabalho.

Como se originou a sua participação no Inquérito?
Fui convidado a participar através do arquiteto Nuno Teotónio Pereira.

Quais eram os principais objetivos do Inquérito e como foi estipulada a ordem de trabalhos e a calendarização dos mesmos?
É interessante lembrar que a ideia de realizar o Inquérito partiu de um núcleo de arquitetos (ligados ao movimento modernista), inconformados com as imposições das entidades oficiais, das quais dependia afinal a aprovação dos projetos, que exigiam a aplicação dos conceitos que em seu entender serviam de base à "arquitetura portuguesa", imbuídos de ultranacionalismo e com antecedentes na teorização de Raul Lino. Opostamente, havia a convicção de que não existia "uma" arquitetura portuguesa mas sim uma arquitetura de raiz popular, intrinsecamente influenciada pelos fatores que intervinham na sua génese, de acordo com as várias regiões de Portugal. Eram esses fatores que era preciso investigar, registar, arquivar, sistematizar e depois divulgar.
A ordem dos trabalhos e a sua calendarização foram abordados e resolvidos nas várias reuniões preparatórias que realizámos.

Existia uma metodologia comum para todas as equipas? Quais eram os principais métodos de trabalho/abordagem?
Sim. A metodologia era comum para todas as equipas. A diferença era induzida pelas características estruturais de cada região e ainda pela personalidade de cada interveniente. Como havia grande entendimento entre as equipas, dado que tínhamos pontos de vista convergentes em muitas matérias, tudo correu bem, não obstante algumas discussões muito animadas sobre o que íamos encontrando e sobre a melhor forma de sintetizar tanta informação.
Os métodos de trabalho eram simples. Definíamos previamente a zona que íamos percorrer, partíamos na lambreta e seguíamos o percurso escolhido, a olhar à esquerda e à direita, parando, observando, conversando com quem nos aparecia, e localizávamos no mapa, fotografávamos, fazíamos às vezes um levantamento sumário, trocávamos impressões (sempre com mentalidade de arquitetos) e seguíamos para diante. Chegada a hora de almoço, parávamos para uma refeição frugal sentados no chão, no pinhal mais próximo, e lá íamos de novo, enquanto havia luz, já na parte da tarde. Ao crepúsculo, recolhíamos, apanhando inúmeras vezes muito frio, porque um veículo de duas rodas é implacável nesse aspeto. Valiam-nos os mapas, que enfiávamos no peito entre a camisola e a camisa.
Assim se fez o Inquérito. Éramos jovens e tudo valia a pena.

Tinham conhecimento de outros levantamentos, quer nacionais quer estrangeiros, na área da arquitetura ou em outras áreas, como a música, etnografia, etc.?
Em matéria de arquitetura não havia nada nestes moldes. Fomos percursores. Quanto a estudos sobre música (de Giacometti) e outros de carácter etnográfico, interessavam-nos a título pessoal, mas tínhamos de ser seletivos e objetivos, para conseguirmos levar a cabo a nossa missão no prazo estipulado.

Como foram estabelecidos os limites das zonas?
Os limites das zonas foram definidos em reuniões de trabalho com todas as equipas, a conselho e parecer, se não estou em erro, do Prof. Orlando Ribeiro.

Quanto tempo se ausentavam para fazer a pesquisa diretamente no território? Foi um processo seguido ou faseado?
No caso da nossa equipa, com base em Lisboa, ausentávamo-nos no máximo durante uma semana. Para a maior parte do trabalho de campo (cerca de 80%), saíamos de manhã e voltávamos à tarde. Essa foi uma vantagem da nossa equipa (Estremadura e Ribatejo). Foi um processo sem interrupções.

Como se deslocavam?
Deslocávamo-nos de *scooter*. Era essencial que um de nós tivesse carta de moto. No nosso caso, era eu. Quando saía a equipa completa com os três elementos (chefe da equipa e dois executivos), íamos no carro do chefe. O que aconteceu duas ou três vezes.

Como foram recebidos pela população?
Fomos sempre bem acolhidos pela população. Com simplicidade, curiosidade e simpatia. Éramos dois jovens citadinos que surgiam naquela mota "esquisita", com duas rodas pequeninas... Não esquecer que estávamos em 1955.

Quem e como fotografava? Porquê fotografar pessoas? Porquê edifícios eruditos? Como se processou a seleção das fotografias que integraram a publicação?
O equipamento fotográfico (*Rolleiflex*) e a película utilizada (Ilford) eram comuns a todas as equipas. Ambos os elementos operacionais da equipa eram fotógrafos amadores. Fotografar pessoas funcionou mais como complemento de identificação da arquitetura com o meio ambiente. Sentíamos que o fator humano era muito importante. Sobretudo nesta arquitetura que estritamente servia essas pessoas. Tinha sido construída por elas para nela viverem. Os edifícios eruditos que registámos serviram-nos para realçar os fatores identitários que os ligavam à outra arquitetura mais modesta, de raiz popular, produzida ao longo dos tempos por "arquitetos" incógnitos. Quanto à seleção das fotografias para publicação, entre milhares, foi uma das tarefas que mais prazer e entusiasmo provocaram, embora também alguma controvérsia. Cada equipa foi responsável pela escolha das suas. Não houve a este propósito troca de impressões entre as equipas, embora tomássemos conhecimento

e apreciássemos o trabalho uns dos outros. As fotos postas de lado devem constar do arquivo do Inquérito, que julgo existir ainda na Ordem dos Arquitetos.

Como foi definido o tipo de linguagem (escrita, ilustrações, legendas) para descrever cada Zona, tendo em conta que apresentam diferenças substanciais umas das outras?
Os conteúdos que acabaram por ser registados e publicados relativamente a cada zona foram da responsabilidade (e autoria) dos três membros de cada equipa. O modo de participação orgânica e unitária das várias equipas está descrito no texto que constitui a introdução do I volume da obra, a qual contém toda a informação básica quanto à metodologia do trabalho, à definição de áreas do Inquérito e aos resultados obtidos.

Quem escreveu os textos? Quem definiu e desenhou as simbologias?
A redação dos textos, a escolha das imagens, os desenhos e os quadros, assim como a paginação e a elaboração da maqueta do livro ficaram a cargo dos elementos executivos das equipas, já na 2ª fase do Inquérito, e a sua realização concretizou-se, essencialmente, através de trabalho de gabinete. Os "chefes" das equipas (não remunerados) intervinham pontualmente, tomando conhecimento do que se ia fazendo, dando a sua experiente contribuição e, finalmente, a sua concordância. A unidade possível, através da diversidade de tudo o que se tinha inquirido e se relatava foi conseguida, como já se disse, em animadas reuniões de coordenação, alternadamente realizadas no Norte e no Sul, do que resultou um sólido sentimento de camaradagem e amizade entre todos, até hoje. Infelizmente, muitos deles já faleceram.

Por que razão um Inquérito à Arquitetura Regional passou a Inquérito à Arquitetura Popular?
Não sei.

O que entende da arquitetura popular hoje? Os conceitos alteraram-se?
Arquitetura popular hoje? Isso existe em Portugal? Será que enquanto houver povo existe arquitetura popular? Com a devastação que ocorreu no nosso território a partir da segunda metade do século XX, devido a uma ocupação desordenada e demolidora, a iniciativa popular adulterou-se, desorientada, desprezada, votada ao abandono e alvo de desenfreada especulação (caso dos "bairros clandestinos"). As chamadas "casas de emigrante", construídas por todo o território, certamente com muito sacrifício e legítimo desejo de promoção social, serão exemplo de arquitetura popular? Sem dúvida que não. E os casos interessantes de arquitetura integrada no meio envolvente, de inspiração popular, dos quais pode servir de exemplo a recuperação da "arquitetura de terra" (taipa), não são certamente de raiz popular. São exemplos de boa arquitetura, têm uma função didática muito louvável, mas de génese popular não têm nada. Saíram da prancha do arquiteto.

Qual a importância do Inquérito hoje?
Presentemente, o Inquérito significa um registo precioso do que era o Portugal dos anos 50, no que se refere à paisagem e à arquitetura rural. Muito do que lá se representa já não existe. É possível que alguns arquitetos tenham interiorizado a mensagem subliminar do Inquérito. No entanto, a ter acontecido, isso não se deteta facilmente, embora em alguns casos raros seja evidente. Em Souto Moura, por exemplo.

Como é que as lições do Inquérito nos podem ajudar para a resolução dos problemas atuais, relacionados com a suburbanização e com a necessidade de (re)ocupação do campo?
Infelizmente, aqueles que têm tomado as grandes decisões sobre a ocupação do nosso território não mostram ter preocupações culturais do género "vejamos em que medida as lições do Inquérito se aplicam neste caso". Seria pedir muito. O álibi do "desenvolvimento", ao pretender responder às aspirações legítimas das populações, à sua quota-parte de felicidade, muitas vezes esconde a predação e a destruição do equilíbrio dos ecossistemas. Mas existem casos interessantes de recuperação.

O que mais o surpreendeu nesta aventura?
Foi bom ter realizado o Inquérito e tê-lo concluído com muita determinação e grande camaradagem. Foi um excelente exemplo de trabalho de equipa bem conseguido. O sucessivo esgotamento das tiragens da publicação evidencia o seu valor e o interesse que ainda desperta. É muito positivo ver os jovens dedicarem-lhe atenção passados tantos anos.

Qual é para si o principal contributo do Inquérito para a arquitetura portuguesa?
A realização do Inquérito enobrece a arquitetura portuguesa. A Ordem dos Arquitectos prestou-lhe a merecida homenagem. Contudo, não se vislumbram sinais desse reconhecimento por parte da sociedade civil, designadamente dos órgãos de comunicação social. Quanto ao contributo para a arquitetura portuguesa, é difícil de avaliar, pela sua subjetividade. Não me parecem evidentes os sinais desse aproveitamento.

Como é que o Inquérito influenciou a sua forma de fazer projeto?
Talvez isso tenha transparecido em alguns projetos habitacionais. Mas aconteceu sobretudo no meu último trabalho escolar, a chamada "tese", em que escolhíamos um tema para um projeto e o desenvolvíamos até ao pormenor, sendo depois defendido perante um júri. Eu escolhi projetar uma cooperativa agrícola para uma região que conhecia bem devido à minha participação no Inquérito: o Ribatejo. Apesar de ser um projeto insólito e até provocador (estávamos em 1959), mereceu boa aceitação por parte do júri, talvez por influência do Inquérito, que por essa altura estava concluído.

FRANCISCO SCHIAPPA DE CAMPOS | entrevista

Lisboa, 17 de Abril de 2013
Entrevistadora: Tatiana Cheong

Que acontecimentos, publicações, levantamentos destacaria como impulsionadores do estudo dos "habitats nativos" e das culturas africanas por parte dos arquitetos pertencentes aos Gabinetes de Urbanização Colonial?
Havia vários trabalhos internacionais, por exemplo franceses. A Guiné tem o lado sul, a Guiné-Conacri, e o lado Norte, o Senegal, depois até ao Golfo da Guiné há uma data de pequenos países que eram colónias francesas, em relação aos quais se fizeram trabalhos deste género, estudos do *habitat*.
Em relação a nós, ao nosso território nessa colónia, foi fruto das Descobertas. Nas Descobertas as pessoas que iam de barco quando chegavam a um sítio, se era possível, iam para terra e depois desatavam a andar para ver onde é que iam dar, o que é que as populações tinham para negociar, o que falavam… havia uma informação enorme que registavam em notas de viagem. Portanto, eram comerciantes que iam por aqueles territórios para ver qual era o interesse das zonas a visitar, os frades que iam representar as suas ideias da religião e os navegadores. E isso possibilita que quando vamos a determinados sítios, temos relatórios que nos fornecem informações de como é que essas pessoas viviam nesses territórios, o que faziam... Esses relatórios estão cheios de pequenas notas que eram feitas sistematicamente, pois não havia nenhuma informação. Neste trabalho da Guiné, há uma data de indicações que dou da Sociedade de Geografia, da Biblioteca Nacional e da Torre do Tombo.

Relativamente à missão feita na Guiné, além do arquiteto, que outros elementos fizeram parte da equipa?
Eramos dois arquitetos, eu e o [António] Seabra, e o Dr. [Amadeu] Castilho Soares, formado em Administração Ultramarina pelo Instituto Superior de Estudos Ultramarinos [atual Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas].

Que conhecimento tinham das zonas que visitaram antes de irem para o terreno? Definiram previamente algum trajeto?
Antigamente haviam muitas publicações que estavam no Museu [Nacional da Guiné-Bissau]; existiam os relatórios produzidos por navegadores, administradores, etc. e monografias, por exemplo sobre uma dada etnia. Há muita documentação sobre a Guiné anterior à Independência, depois dessa fase não conheço nada. Depois dessas leituras que fizemos em Lisboa estabelecemos uma ordem de caminhos e fomos diretos para o Senegal. Em 1959, a Guiné não tinha um aeroporto que servia para os grandes aviões, nós íamos desde o país vizinho em aviões pequenos até Bissau. Primeiro, fizemos umas visitas em relação aos vizinhos do lado Norte, depois fomos pela Guiné e arranjámos um mapa e estabelecemos de acordo com as possibilidades de deslocação o que é que íamos ver. O nosso primeiro ponto foi Bissau; depois começámos a investigar a etnia maior que eram os papéis; passámos então para o Norte, onde vivem os manjacos, até ao Cacheu; depois fomos aos felupes, até à fronteira; daí cortámos para o interior e passámos pelos brames; depois pelos balantas, que é um grupo muito

numeroso e forte, trabalham muito e têm uma vida especial e uns pintores fantásticos; a seguir foram os nalus, os mandingas, os beafadas, os fulas e os bijagós. O objetivo era ver as principais tribos. Portanto, percorremos o Norte, passamos pela fronteira nascente, fomos até ao Sul e depois entrámos nos Bijagós, no qual estivemos entre Janeiro, Fevereiro de 1960. Depois voltámos a Bissau e depois fomos a um sítio ou outro.

Como se deslocavam?

A administração deu-nos um *Land Rover* com um motorista que era papel e servia de intérprete. Na Guiné há o português que é a língua oficial, mas de um modo geral cada etnia tem a sua língua e há ainda o crioulo que serve a todos.

Nos sítios em que o rio não justificava uma ponte, a passagem de um lado para o outro com o carro era feita numa balsa. Em sítios em que não havia essa possibilidade usámos a piroga, principalmente utilizada pelos felupes, que vivem na parte Norte, junto do Senegal. Essa zona onde vivem é constituída por pequenas ilhas, ao contrário do arquipélago dos Bijagós em que as ilhas são grandes e uma pessoa não pode ir de piroga, ou vai de barco ou de avião. Na véspera fui falar com a administração para me arranjarem qualquer coisa mecânica, mas como não havia, tive que ir numa piroga; haviam duas ou três. O resto era a pé.

Quanto tempo se ausentavam para fazer a pesquisa no território? Foi um processo seguido ou faseado?

A missão foi de seis meses, desde o princípio de Setembro até meados de Março, num processo contínuo. Geralmente estávamos uma semana em cada grupo. Não havia descanso prolongado, nós tínhamos que pôr as coisas em ordem. As fotografias eram mandadas para Lisboa e retornavam já reveladas, servindo para mostrar às diferentes etnias, quando passávamos segunda vez nos sítios, eles gostavam muito de ver…

Nós estabelecíamos a sequência, depois trocávamos impressões com o administrador, para ir para aqui para acolá, como é que se fazia, se havia acesso ou não. Depois íamos lá ver o que tínhamos a ver e regressávamos, almoçávamos num sítio qualquer, até podia ser na casa do administrador.

Nas aldeias, não existia um administrador, mas sim um chefe de posto que tinha, normalmente, um quarto para pessoas que iam fazer trabalho por lá, onde costumávamos ficar. A rotina era a mesma que na cidade, tomávamos um pequeno-almoço forte, à inglesa, íamos para o campo e regressávamos para almoçar.

Quais foram as principais metodologias aplicadas em terreno?

O Castilho Soares já tinha estado em Angola um ou dois anos antes, portanto já estava por dentro de um certo número de coisas. Além disso, com o curso que tinha tirado, possuía informações que nós não tínhamos. Portanto, ele fazia a conversa e ia registando as coisas, o Seabra ia principalmente registando os desenhos. Fizemos o levantamento de aldeamentos inteiros, de casas… Eu era mais a fotografia e outra coisa que fosse necessário. Todos tinham uma máquina fotográfica, mas a minha era boa e era utilizada nas situações de mais interesse, as outras eram mais fotografias de máquinas normais.

E como foram recebidos pela população?
Nunca tivemos problemas. Por exemplo, quando nós estivemos com os balantas, numa povoação, estava ao lado um velhote a construir uma casa, era enorme, um círculo bastante grande, porque os balantas trabalham muito, mas as pessoas têm receio que eles roubem, porque para eles esse ato é uma coisa especial. Então fazem um círculo e põem as vasilhas enormes, com cereais, no meio, mas isto antes de fazer a casa, porque não cabem nas portas. Eu tirei essas fotografias onde se veem essas peças em barro. Depois há ainda outra particularidade: metem a vaca no interior da habitação e têm um tronco de madeira que fecha a porta que dá para a rua e vem ter à cabeceira da pessoa que está na divisão ao lado, de modo que é impossível tirar a vaca dali, sem o dono dar conta. Foi uma sorte apanhar uma pessoa a fazer assim a casa. As paredes são muito fininhas, feitas com barro misturado com palha de arroz, que são pisados e transformados numa massa. Depois é colocada sucessivamente em camadas, com o auxílio de uns encaixes feitos à mão. A camada que é feita tem que ficar dois ou três dias a secar para depois fazerem a seguinte.

Disse-me que era a pessoa que costumava fotografar. O que procurava enfatizar nesses registos fotográficos?
Há elementos ou situações em que a pessoa acha que deve tirar uma fotografia, porque não são usuais e têm interesse. Como a história de um menino que estava a fazer troça dos outros que o estavam a ver. Depois, relativo aos balantas, além do tal velho que estava a fazer a casa, eu depois fui ver uma casa que estava feita, que tinha a particularidade de ter um varandim à volta, mas com buracos grandes e então estava a falar com os habitantes através das aberturas à volta da cerca que era fechada.

O que mais o surpreendeu nesta Missão?
Há uma coisa que se impõe: a variedade, sobretudo num espaço tão pequeno.

Sei que fez uma viagem à Nigéria e ao Senegal. Fez mais algum estudo/missão do género de que fez na Guiné?
Não foi só essa. Quando saí da Guiné, eu tinha pedido para fazer essa viagem. Na Nigéria, saí em Lagos, a capital, que é um porto [no Golfo da Guiné], e depois passei ainda em Gana.

Na altura, em 1955, começou a ser feito o Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal. Tiveram conhecimento, influenciou-os de alguma forma?
Nós começámos em Lisboa, em 1958, data em que se constituiu a Missão de Estudos. Ora, eu tinha nessa altura um *atelier*, conjuntamente com colegas, o Braula Reis e o [João José] Malato, que tinha a minha idade (mais ou menos). Ele estava a trabalhar nesses grupos, e depois até teve que sair do atelier. De maneira que fui visitá-lo algumas vezes, num gabinete onde trabalhavam que era junto do Arco do Cego e fui ver o que é que ele estava a fazer.

Daquilo que viu no *atelier* onde trabalhava o Malato, houve alguma coisa que lhe chamou a atenção, a forma como estavam a fazer o levantamento?

Li e gostei, mas quer dizer dão muita importância à parte do desenho, da fotografia, a parte humana, não sei… quase que não há. Achei que neste caso aqui, se impunha fazer uma indicação dessa parte, porque esclarecia qualquer pessoa que quisesse fazer cá coisas, mais completa.

ANTÓNIO SEABRA | entrevista

Lisboa, 28 de Abril de 2013
Entrevistadora: Tatiana Cheong

Quando é que viaja pela primeira vez para África? Foi no âmbito do Ministério do Ultramar?
Tinha acabado de casar em 1955 e fui logo para Londres em 55/56. Depois tive cá dois anos e talvez em 58 fui para a Guiné. Em Londres estive pouco tempo, durante a duração do curso, que era de seis meses.

Além da Guiné, visitou mais outros países em África?
Estive em Cabo Verde, em Moçambique na população de Massingir, ao pé da barragem de Massingir, em Angola, onde fiz um projeto da Catedral de Nova Lisboa que não se construiu, no Senegal, em África do Sul em Joanesburgo e Pretória, nestes dois sítios mais como visita, no Malawi, por causa do projeto do palácio presidencial para Lillongwe, tudo a nível de trabalho do Ministério [do Ultramar].

Quais eram os principais objetivos do Ministério para a realização da Missão de Estudos ao Habitat Nativo da Guiné?
Foi muito engraçado, porque a base era conhecer um modo de ser guinéu, nos seus vários aspetos, desde a geologia do terreno, a topografia, o modo como funcionavam os condicionamentos naturais, quais as leis que existiam, quem é que herdava, que era muito importante. É que geralmente o herdeiro não era o filho, eram os sobrinhos, porque era sempre por via uterina, era sempre a mais velha das irmãs que dava o primeiro filho homem, o que seguiria e ficaria com a fortuna ou o que existisse. Quer dizer, era todo um sistema de direito, do solo, do que é que se produzia ou não, religioso, festivo. Era juntar tudo e ver que realmente haviam muitas diferenças, para mais tarde poder urbanizar de um modo mais eficaz, isto é, fazer um plano mais integrado com o modo de ser, do que já vinha de antes, de cada um dos guinéus.

Nessa Missão teve companhia do arquiteto Schiappa de Campos e do Dr. Castilho Soares. Como foi estipulada a ordem de trabalhos?
O Schiappa era chefe da missão e também fotografava, tinha uma *Rolleiflex*. Primeiro que fotografasse… mas saiam umas obras de arte. Eu andava com uma *Leica* e era do género tirar ao que me aparecesse, coisas que não esperasse. O Castilho Soares só escrevia, falava com as pessoas e tinha muitos conhecimentos do Ultramar, era um estudioso. Veio mais tarde a ser Secretário-Geral de Educação, que era o equivalente a ser Ministro da Educação em Moçambique, até o Adriano Moreira o despedir.
Eu fazia os levantamentos das casas e das povoações, constituídas por moranças. Uma morança, embora tenha muitas palhotas, é de uma família.

Para mim o trabalho [da Missão] era completo de mais, porque quando uma pessoa se mete em problemas como a questão da herança e muitos outros assuntos, por vezes fazem atrasar um trabalho como era esse da Guiné… e nunca chegou a ser publicado.

Mas foi feito um relatório…

Mas isso foi um resumo. Eu próprio fiz a maqueta do livro que seria publicado, que teria talvez trezentas páginas, com milhares de fotografias, desenhos… *O Habitat tradicional da Guiné portuguesa* foi feito pelo Schiappa de Campos, mas posteriormente, já depois da independência e era um resumo do que deveria ter saído, mas por questões de ajustamentos… Havia muitos problemas desde a parte escrita, de pronúncia em Manjaco, de uma coisa qualquer que não estava feita como deve ser, com os símbolos do som. A parte fonética é para especialistas e não havia ninguém e mesmo que houvesse já não servia para fazer corresponder áquilo que nós tínhamos ouvido diretamente. Até porque lá cada vez que diziam uma coisa era de modo diferente, era muito difícil e tivemos muitos problemas… O Schiappa é uma pessoa muito precisa e havia muitas dúvidas e passados cinquenta anos não chegou a sair nada, nem sairá.

Definiram previamente as zonas a estudar? Estabeleceram algum percurso?

Sim, foi estabelecido em concordância dos três por onde iríamos. Mas esse percurso foi estabelecido de acordo com os principais grupos étnicos que queríamos conhecer. Começámos pelos próximos de Bissau, que eram os papéis. Na Guiné há grupos étnicos com mais de cem mil pessoas e outros que têm apenas cem ou duzentos. Não chegámos sequer a ver Saracolés, porque não eram em número suficiente. Com uma grande variedade vimos os bijagós, porque as ilhas eram diferentes e cada uma tinha os seus costumes próprios.

Que conhecimento tinham das zonas visitadas antes de realizarem o levantamento no terreno? Quais eram as obras científicas de referência?

Nós lemos muita coisa. Aquilo estava muito bem organizado, havia muita literatura, porque dedicaram-se muito ao estudo da Guiné. Todos os chefes de posto e administradores tinham por obrigação fazer um livro sobre a sua circunscrição, com desenhos, fotografias. Esses livros eram editados pelo Museu da Guiné, em Bissau, junto ao Palácio.

Tinham conhecimento de outros levantamentos, quer nacionais ou estrangeiros, na área da arquitetura ou em outras áreas que se relacionassem com o estudo dos *habitats*?

A Guiné era dos sítios mais estudados no aspeto da etnologia – pela variedade de grupos étnicos – e por pessoas muito competentes. Havia pessoas com uma categoria extraordinária, o professor universitário Jorge Dias que dava aulas de etnologia em Lisboa e a esposa dele, a Margot [Dias]. Iam ao estrangeiro não só para falar do caso português…

Realmente haviam estudos muito bem-feitos, um deles era do António Carreira, um investigador de primeira. Veio acabar a vida em Lisboa, no Museu de Etnologia, que é uma obra minha, mas está inacabada, era para ser muito maior.

Todas essas leituras ajudaram muito na missão. Haviam muitas publicações… estou convencido que existiam publicações mensais.

Como se deslocavam?
De jipe, o *chaufer* era papel, o Mário, servia de intérprete. Íamos de Land Rover, mas se não haviam caminhos, tínhamos que ir a pé ou de piroga.

Quanto tempo se ausentavam para fazer a pesquisa no território? Foi um processo seguido ou faseado?
Foi contínuo, tivemos umas férias no Natal em Praia Varela e tínhamos poucos dias de descanso.

Já referiu as principais metodologias: fotografia, desenhos e o inquérito. Quanto a este último, tinham perguntas definidas?
Isso não sei, era feito pelo Castilho Soares, um tipo de extrema precisão, porque ele era professor da Escola Ultramarina e, portanto, era uma pessoa muito metódica nas coisas.

Como foram recebidos pela população?
Geralmente sempre bem, as pessoas eram muito francas. Era muito engraçado, porque neste tempo África era muito mais primitiva que é hoje. Mandavam sempre vir alguém ter connosco para ver o que íamos fazer, porque ninguém ia lá. Então, levávamos folhas de tabaco e sal e oferecíamos. Como viam que não tinha acontecido nada de mal – porque eles desconfiavam (e tinham razões para isso) – vinham depois dois ou três e passado pouco tempo tínhamos a tribo toda. Íamos para o mato e cada um levava uma coisa, um uma garrafa, outro um caderno e íamos em fila indiana, porque havia cobras.

Referiu-me que os arquitetos é que fotografavam. O que é que procuravam registar?
Era conforme o que aparecesse, mas ficava logo registado que a fotografia número tanto foi tirada em tal sítio, o local e o que era. De modo que todas as fotografias estavam classificadas.

O que mais o surpreendeu nesta Missão?
Aquilo era outro mundo, gostei do estado selvagem que encontrei, do lado primitivo. Parecia o filme do *Tarzan*, andavam sempre todos de arco e flecha e nus. Há uma coisa muito engraçada, é que à entrada de Bissau, as mulheres que andavam sempre nuas, quando chegavam lá tinham que vestir o *soutien* que andava à cintura, porque se não eram multadas. Eles andavam todos nus ou de tanga. Era muito primitivo, eu achei como é que há 60 ou 70 anos era possível haver um atraso tão grande na selva? Contudo, havia uma formação médica e de enfermagem muito boa e muita gente vinha da Guiné Francesa ou do Senegal para serem tratadas lá. Davam assistência, por exemplo, em relação à doença do sono ou outras que existiam lá.

Fez mais alguma missão semelhante à da Guiné, relacionada com o estudo dos *habitats* nativos?
Fiz um inquérito semelhante para Cabo Verde às populações autóctones (estudo de habitação integrado no habitat), mas por vontade própria e enquanto tratava de outras coisas. Eu ia à Guiné por outros motivos e tinha a curiosidade de saber qual era o preço das casas em relação à proximidade do centro, como é que as pessoas viviam, como é que se desenvolvia a casa… porque desenvolvia-se não só por acrescentos, mas até pelo pavimento, pelos materiais que se iam aplicando. O primeiro pavimento era o solo, o chão, depois o segundo era já com cimento e chegava mais tarde a puder ter tacos. O teto era colmo, depois era zinco e a seguir passava para telha. As casas tradicionais em Cabo Verde eram muito engraçadas, faziam-me lembrar as casas [tradicionais] portuguesas.
Como ia com mais frequência a Cabo Verde, duas vezes durante o ano, era mais fácil de ir completando o estudo, que era pessoal. Mas entregava sempre uma cópia, juntamente com o relatório quando chegávamos. Não eram grandes relatórios, para aí dez ou quinze páginas.

Também fez levantamentos, tirou fotografias?
Sim, nós lá usávamos muito a fotografia. Em Cabo Verde nem tanto, mas na Guiné com o Schiappa foram 4000 a 5000 fotografias.

Como é que os estudos da arquitetura tradicional africana o influenciaram a nível de projeto?
Não me influenciaram nada.

A nível do uso de materiais tradicionais não houve influência?
Quer dizer depois fiz uns projetos para lá… O colmo tem umas qualidades extraordinárias dada a espessura é um isolamento calorífico fantástico para o calor. Mas nunca iria usar, porque sei que lá os grandes fogos transmitem-se pelos telhados.

ANEXOS

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

Objetivos [conhecimentos a adquirir e competências a desenvolver]:
Projeto Final de Arquitetura é a Unidade Curricular que encerra a formação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura, adquirindo, por isso, um papel de síntese na consolidação e aprofundamento das competências alcançadas pelos estudantes ao longo dos 4 anos anteriores.
Preconiza-se, nesta UC, o incentivo a cada vez maior autonomia, por parte dos estudantes, na resolução dos exercícios propostos e nas decisões de ordem concetual que venham a adotar.
Outro objetivo é a clarificação de um entendimento crítico da expressão da arquitetura definida e enquadrada na transversalidade dos vários saberes.

Programa:
Como base programática utilizaremos uma temática de fundo, que suportará a orientação dos diversos trabalhos a desenvolver ao longo do ano letivo. Será o "Mundo Novo" [Título inspirado em Admirável Mundo Novo de Aldous Huxley, 1932] o tema central que desenvolveremos em 2012/2013.
O programa da UC de Projeto Final em Arquitetura consiste na elaboração de um Trabalho de Projeto, requisito obrigatório para a obtenção do grau de mestre.
O Trabalho de Projeto é composto por duas vertentes: uma de âmbito projetual e outra de âmbito teórico.
A intenção genérica que será trabalhada junto dos alunos finalistas do Mestrado Integrado sustenta-se sobre o paradoxo da impossibilidade de construir um otimismo panfletário no momento contemporâneo, considerando-se que ao inverso de Aldous Huxley. Este tema procura enquadrar o conflito entre os herdeiros da cultura moderna e industrial que confiam no modelo da inovação e da tecnologia, por oposição a outros que crêem numa organização "neo-ruralista" ambicionando uma maior ligação a um romantismo ligado à ideia da "mãe natureza".
Uma outra vertente que surge agregada a este tema, consiste numa possível revisão da ideia de manifesto. Através dos manifestos ligados às artes e à arquitetura, é possível entender um pressuposto idealista de futuro, associado a uma visão de organização social sempre assente numa ideia de ruptura e de edificação de um novo paradigma. Desde Ornamento e Delito [1908] ao Manifeto de De Stijl [1918], da Carta de Atenas [1933], ao manifesto de Doorn [1958], do manifesto Situacionista [1960], a Delirious New York [1978]. Será a partir da compilação Programs and Manifestos on 20th-century architecture de Ulrich Conrads que se irão estruturar os debates relacionados com esta Unidade Curricular.

Vertente Projetual
Serão desenvolvidos como arranque desta UC um conjunto de trabalhos de caráter abstrato, procurando-se fixar ferramentas compositivas úteis aos exercícios de fundo que serão desenvolvidos. Posteriormente serão delineados os objetivos concretos da vertente projetual que passam por uma intervenção abrangente que terá como área de estudo o eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras [através da Rua das Amoreiras]. Este eixo permite reconhecer diversos momentos urbanos e arquitetónicos que, ao longo do tempo ali se implantaram. Estes extratos temporais serão analisados, não só do ponto de vista morfológico, mas também a partir do pressuposto ético que enquadrou a sua implementação.
A marcar um dos extremos deste percurso pode reconhecer-se a cidade do século XVIII, com uma forte referência no Largo do Rato, quer seja através do seu caráter prévio de terreiro periférico de acesso ao centro da cidade, quer seja como lugar referenciado nas grandes construções infra-estruturais, como a mãe de água do aqueduto das águas livres que pontua o ingresso no festo da sétima colina – manifestação fundamental da cidade iluminista.
Na outra extremidade desta área de estudo pode observar-se a centralidade contemporânea promovida no entorno do complexo das Amoreiras, de Tomás Taveira, que a partir do final dos anos 80 se somou a intervenções de grande escala já existentes naquele local, tais como os imóveis habitacionais e de escritórios promovidos por arquitetos como Fernando Silva ou Conceição Silva.
O eixo urbano em estudo permitirá ainda estabelecer relações com a uma parte da cidade dos anos 30 e 40 na encosta voltada para o Parque Eduardo VII, possibilitando também compreender o início da expansão da periferia urbana e do impacto da vias rodoviárias urbanas. Todas estas *layers* temporais serão debatidas em função do idealismo lhes está associado. Deste modo pretende estabelecer-se linhas interpretativas que permitam relacionar este pensamento prospectivo, com os modelos urbanos associados.
A meio do primeiro semestre será também realizado, em período de tempo limitado de 2 a 3 semanas, um workshop na cidade guineense de Bafatá, t

tendo como base a elaboração de um memorial/centro de estudos, em torno da figura de Amílcar Cabral.
Os respetivos enunciados de cada um dos exercícios serão fornecidos aos alunos em formulários distribuídos na sala de aula.

Vertente Teórica
A vertente teórica da UC de Projeto Final de Arquitetura será desenvolvida, de acordo com a regulamentação expressa no REACC do DAU. Ao início do ano letivo serão propostos 4 laboratórios de investigação, que colocarão linhas de pesquisa autónomas nas áreas científicas de História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo, da Economia, da Sociologia e das Tecnologias de Arquitetura, cada uma destas áreas terá um docente responsável. Os diversos programas de investigação serão lançados na primeira semana letiva, cabendo aos estudantes a escolha de uma das linhas de investigação.
Considerando a temática de fundo que orienta o programa desta Unidade Curricular, abrem-se possibilidades de investigação que serão especificadas e delineadas pelos docentes responsáveis de cada um dos laboratórios.
Pretende-se deste modo que os trabalhos teóricos possam assumir-se como instrumentos de aprofundamento dos conteúdos programáticos traçados, em Projeto Final de Arquitetura.

Processo de ensino-aprendizagem:
O modo como serão estruturadas as aulas e os exercícios seguirá o espírito do Processo de Bolonha, ou seja será incentivada a aquisição de competências, fundamentando a progressiva autonomia dos estudantes.
Será contudo fundamental, alicerçar-se um amplo debate sobre os trabalhos em curso, o qual será realizado nas horas letivas da UC. Estão também previstos um conjunto de seminários temáticos que contribuirão para ampliar criticamente os conteúdos da UC.

Processo de avaliação:
Será atribuída uma classificação final [de 0 a 20 valores] no final do 2º semestre atribuída em júri.
No final do 1º semestre será dada uma classificação intermédia informativa do estado de progressão de cada aluno.
As classificações a atribuir terão em linha de conta a qualidade dos trabalhos elaborados. Será dada uma atenção à assiduidade que entrará como parâmetro no processo de avaliação.
Todo o processo de avaliação final da UC de Projeto Final de Arquitetura esta explicitado do REACC.

ENUNCIADOS

1

1.1| EXERCÍCIO DE ARRANQUE E AQUECIMENTO
Título: marca, texto e espaço

O exercício de arranque tem como objetivo enquadrar os estudantes nos pressupostos gerais da Unidade Curricular, funcionando como revisão sumária da formação adquirida nos 4 anos anteriores. Para tal será desenvolvido um projeto de caráter abstrato.

Materiais necessários
- Objeto de uso comum;
-Papel cavalinho A2;
- Tinta da China;
- Materiais para maqueta a definir em cada caso específico;

Metodologia e tarefas a desenvolver:
Os estudantes constituem-se em grupos de 5 elementos, no seio de cada grupo deverão ser seleccionados objeto(s) de uso comum - algo tão inesperado e acessível que possa ser adquirido em uma grande superfície, achado na rua ou comprado na loja do chinês....
O objeto seleccionado deverá ser embebido [total ou parcialmente] em tinta da china, funcionando como carimbo que irá produzir marca(s) no papel cavalinho. O processo deverá ser repetido por diversas vezes, procurando seleccionar-se uma marca gráfica que possa ser considerada mais estimulante para o desenvolvimento do exercício.
Seguidamente, no contexto do grupo, deverá realizar-se a apropriação de um excerto literário que possa ser ilustrado com a marca anteriormente seleccionada [o excerto literário não deverá ser maior que uma folha A4]. A preocupação fundamental desta seleção deverá residir numa tentativa de conversão da mancha representada no papel cavalinho, em unidade espacial.
Posteriormente, considerando-se um volume de aproximadamente 30 dm3 como limite, será realizada 1 maqueta que fixe a espacialidade, previamente invocada pela marca gráfica e ilustrada pelo texto. Para a elaboração da maqueta deverá definir-se a escala a que esta irá ser representada.
A materialização da maqueta deverá contemplar um dos seguintes sistemas compositivos baseados em:
- planos;
- Subtrações;
- Adições.

A entregar:
Marca gráfica em A2, que deverá ser afixada na parede da sala de aula;
Caderno com formato 21x21 cm onde se incluí:
- Impressão digitalizada da marca seleccionada;
- Texto ilustrativo;
- Imagens fotográficas da maqueta;
- Plantas, cortes e alçados, a escala conveniente da maqueta;
- Digitalização de uma sequência de pelo menos 5 esquissos relativos às espacialidades representadas pela maqueta. Estes esquissos deverão ser elabo-

rados por cada elemento do grupo [devidamente identificado];
- deverá ainda ser reservada uma área do caderno para a demonstração do processo de realização de todo o processo em forma de *story board*, para tal deverá utilizar-se o recurso fotográfico;

1.2| 2º WORKSHOP – CIDADE GUINEENSE DE BAFATÁ

1. Argumento

Considerando a proximidade da comemoração dos 90 anos do nascimento de Amílcar Cabral [em 12 de Setembro de 1924] na cidade de Bafatá, pretende-se levar a cabo a edificação de uma estrutura que possa albergar um centro de estudos tendo como base o pensamento e a obra literária do fundador do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde [PAIGC].

Este centro de estudos deve ser visto na esfera dos estudos pós-coloniais, devendo para tal ser pensado com o propósito do estabelecimento de uma leitura de amplo espectro, não só, em torno das décadas de 50 a 70 em que a ação política dos movimentos independentistas, no mundo colonial português, foi mais ativa, como deve ser capaz de incluir uma leitura sobre o contexto social e politico em que germinaram tais movimentos, estendendo-se ainda ao estudo do resultado contemporâneo da afirmação da independência de estados como a Guiné-Bissau.

O edifício a construir em Bafatá deve ser projetado com base numa estrutura efémera e de baixo custo, admitindo-se uma abordagem que integre elementos amovíveis de fácil montagem e desmontagem de modo que se possa considerar a edificação de um equipamento similar em outros locais do país. Pelas suas características programáticas este equipamento deverá abrir-se à cidade, podendo acolher atividades paralelas de interesse comunitário. Este projeto deverá ainda privilegiar toda uma reflexão sobre o ajustamento construtivo do edifício ao clima tropical.

2. Breve descrição da Cidade de Bafatá

A cidade de Bafatá situa-se no coração do território da Guiné-Bissau e é banhada pelo Rio Geba.

O centro da cidade é fortemente marcado pela presença colonial portuguesa, visível tanto no traçado urbano, como também nos diversos estratos arquitetónicos que a qualificam.

É em torno de um *boulevard* que articula, no sentido Nodeste/Sudoeste, a principal entrada na cidade com o Geba, que o traçado de quarteirões urbanos se organiza. Este grande eixo, estruturante, coneta também os edifícios públicos mais marcantes da cidade.

Junto á entrada do núcleo urbano situa-se o hospital, desenhado em 1946 por João Simões, caraterizado por uma composição simétrica de volumetria térrea dando expressão à cobertura, alta, de telha cerâmica, recordando as construções vernaculares do Sul de Portugal.

Um pouco mais abaixo situa-se a área mais administrativa da cidade, neste núcleo inclui-se a casa do governador de caraterísticas fino-oitocentistas e a escola integrando uma construção de aspeto eclético. A completar este setor urbano, existem ainda edifícios desenhados sob a matriz da arquitetura pública do Estado Novo, tais como a igreja com desenho de Eurico Pinto Lopes de 1950 e o posto de correios, realizado em 1943, por Francisco de Matos.

Ao fundo do eixo fundamental da cidade, já na proximidade da Rio Geba, localiza-se um largo, onde foi implantado o busto de Amílcar Cabral. Para este largo convergem edifícios como o mercado municipal delineado sob um tematismo moçárabe, bem como um núcleo de piscinas, possivelmente projetado na década de 60 e que atualmente se encontra em elevado estado de degradação. No contexto dos quarteirões podem observar-se construções de um, ou dois pisos, onde predomina a utilização de grilhagens cerâmicas e áreas alpendradas para sombreamento e ventilação nas construções. É neste núcleo habitacional que se situa a casa onde terá nascido Amílcar Cabral. A cidade de Bafatá encontra-se, de modo geral, num estado depressivo com pouca atividade, situação que contrasta fortemente com a sua periferia, de grande dimensão, agregadora de uma forte atividade comercial.

3. Programa

O programa deve incluir:

	Área bruta
Arquivo e Centro de Documentação	150,00 m2
Centro de Estudos e Pesquisas	150,00 m2
Centro de Formação	75,00 m2
Auditório	150,00 m2
Loja	50,00 m2
Total de área bruta	**575,00 m2**

Nota: Instalações sanitárias e/ou zonas de serviço estão incluídas nos grupos de áreas parciais.

4. Metodologia:

- O trabalho será desenvolvido em grupos de 5 alunos;
- A implantação do Centro Interpretativo ficará a cargo de cada grupo de alunos;
- Como ponto de partida para a definição espacial, cada um dos grupos deverá refletir sobre o exercício de aquecimento, desenvolvido no arranque do ano letivo;

5. Elementos a entregar:

- Apresentação em formato *power-point*, para 15 minutos;
- Maqueta à escala 1:200 [ou outra a acordar com os docentes];
- Caderno 21x21cm, incluindo síntese gráfica e memoria descritiva;
- 2 painéis de formato A1, incluindo simulações do edifício e plantas cortes e alçados.

1.3| TEMA II - TRABALHO DE GRUPO, 1º SEMESTRE

Numa das extremidades da área de intervenção, a Colina das Amoreiras, assumiu, maioritariamente a partir da década de 1980, um protagonismo urbano muito assinalável perspetivando-se para aquele local a implementação de um centro de negócios, à semelhança de outros modelos internacionais que potenciavam, na época, novas centralidades urbanas a partir do conceito de CBD [Central Business District]. Esta convicção urbanística permitiu desenvolver naquele local um conjunto de novas inserções rodoviárias na cidade de Lisboa, atraindo outros investimentos que ampliaram os programas de comércio e serviços, à habitação e à hotelaria. Com o final do milénio os investimentos na área oriental da cidade, após a Expo 98, vieram retirar protagonismo urbano deste tecido urbano, sobretudo no que se refere à especialização com que se pretendia afirmar.

Passadas cerca de 3 décadas desde a construção do complexo das Amoreiras, é hoje possível lançar sobre aquela envolvente um olhar mais distanciado, dada a estabilização urbanística que atualmente se verifica.

O objetivo do Tema II passa pela definição de um conceito síntese caraterizador de leitura e interpretação da área de estudo. Com este exercício pretende também criar-se a base para o reconhecimento das potencialidades da colina das Amoreiras, que servirão de base para a elaboração de um projeto a desenvolver no 2º semestre ao abrigo do Tema III.

1ª Fase - Reconhecimento do Território
Numa etapa preliminar de aprofundamento da estratégia de intervenção num determinado território torna-se imprescindível o seu reconhecimento. Para esse efeito deverá possuir-se a informação necessária para avaliar as potencialidades dos sítios e os conflitos aí existentes, só assim será possível credibilizar a formulação das propostas.

O trabalho de grupo deverá proceder à recolha de informação, nomeadamente em áreas como:
• Caraterização biofísica da área de intervenção: - topografia, estrutura de espaços verdes, orografia e sistemas de drenagem natural; geologia - hidrologia; orientação e exposição solar.
• Evolução histórica da área de estudo: - caraterização do processo de formação do tecido edificado; recolha de plantas de várias épocas; monografias e descrições.
• Caraterização da mobilidade, potencialidades e estrangulamentos: caraterização de acessos, da rede viária; Percursos pedonais, etc.
• Caraterização da estrutura edificada, da distribuição de funções e dos espaços públicos: - Tipologias de espaços públicos; Estruturas urbanas existentes; Edificado com valor histórico e arquitetónico; Edificado recente consolidado; Estado de conservação; Espaços vazios; Espaços públicos; Equipamentos públicos e privado, etc.
• Planos Urbanísticos condicionantes, projetos mais relevantes para a área de intervenção: - P.D.M.; P.P.; Condicionantes Urbanísticas; Loteamentos; projectos mais relevantes para a área de intervenção.

2ª Fase - Programa/Conceito/Proposta
Na posse dos dados anteriormente recolhidos proceder-se-á à designação de um conceito síntese caraterizador de leitura e interpretação da área de estudo.

Elementos a entregar:
• Explicitação de um argumento de transformação. Memorando, máximo 6 páginas A4.
• Planta de enquadramento à escala 1/5000 e ou 1/2000
• Planta da estrutura urbana à escala 1/1000
• Cortes significativos à escala 1/1000
• Esquemas gráficos e ou esquiços que explicitem a proposta e a sua integração na área envolvente.
• Simulações gráficas da proposta [esquissos, 3ds, fotomontagens]

1.4| TEMA I - TRABALHO INDIVIDUAL, 1º SEMESTRE

Tendo por base a área de intervenção estipulada na ficha de unidade curricular, localizada em Lisboa, no eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras, propõe-se a elaboração de um exercício que permita o estabelecimento da relação entre a macro escala [análise estratégica do território] e a micro escala [intervenção arquitetónica detalhada].
Pretende-se que este exercício possa desencadear um debate centrado em leituras prospetivas em relação à sociedade. Como tal, em paralelo com a elaboração dos projetos de arquitetura deverá realizar-se, no contexto de cada grupo de trabalho, a definição de um perfil social que se preveja possível num futuro a médio prazo [2 décadas]. Para tal algumas perguntas poderão colocadas, como por exemplo:
- como a organização económica e politica poderá influenciar os modos de vida e a relação do individuo com a sua comunidade;
- em que medida a tecnologia poderá influenciar a organização social;
- de que modo os recursos naturais poderão influenciar as ações sobre o território e localização e organização do espaço doméstico;
O objetivo final do exercício consiste na elaboração de projetos para quatro habitações. Estas habitações serão encaradas como tipologia associadas ao universo social definido pelo debate atrás mencionado.
Caberá a cada estudante a decisão de onde implantar as habitações e de que modo estas se organizam, não só em função do espaço doméstico, mas também na sua relação como a envolvente urbana que suporta o exercício. Neste sentido, deverá o estudante ser capaz de estabelecer um discurso que lhe permita relacionar a proposta tipológica e habitacional com o trecho urbano que carateriza a sua envolvente próxima.

Área de Intervenção:
Percurso urbano entre o Largo do Rato e a Colina das Amoreiras

Metodologia:
1. Num primeiro momento, serão constituídos grupos de aproximadamente 5 estudantes;
2. A área de intervenção será parcelada, pela docência da Unidade Curricular, de acordo com planta anexa, tendo como critério os diversos extratos temporais referidos na FUC;
3. Cada um dos elementos, de cada grupo, ficará individualmente afeto a uma das parcelas, anteriormente designadas.
4. Os projetos das habitações serão desenvolvidos individualmente dando seguimento ao âmbito do exercício;
5. Ao mesmo tempo que são desenvolvidas as propostas individuais, deverá ser mantido um debate, no seio de cada um dos grupos, que permita desenvolver uma estratégia de harmonização das várias intervenções.

1.5| TEMA III– TRABALHO DE INDIVIDUAL 2º SEMESTRE

Tendo como base os resultados dos exercícios dos Tema I e II, é lançado um novo exercício que tem como objetivo reforçar a estratégia urbana na área de intervenção em estudo, definida pelo eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras.
O exercício do Tema III incide na vertente do espaço público, ou seja, o espaço de mediação entre as diversas propostas individuais realizadas no 1º semestre. Neste exercício pressupõe-se uma ação concertada, ao nível dos grupos de trabalhos, no sentido da clarificação das intenções de transformação preconizadas para o local. Através deste exercício deverão também intensificar-se os desejos [narrativos], definidos pelos grupos de trabalho, relativos ao perfil social dominante que habitará a colina das Amoreiras num futuro a médio prazo, de duas décadas.
Durante o espaço temporal em que decorrerá o Tema III deverão ser realizadas revisões de projeto, tendo em vista a melhoria das propostas individuais realizadas ao abrigo do Tema I, procurando-se o melhor ajustamento dos projetos às estratégias deste novo exercício.

Os objetivos do Tema III passam pelos seguintes pontos:
1. Definição de um plano de estrutura da área de intervenção.
Neste ponto deverão ser repensados, num primeiro momento, os argumentos que estão na base das escolhas dos locais de intervenção individuais, refletindo sobre os pontos em comum que podem caraterizar as várias propostas. Num segundo momento deverá ponderar-se sobre uma possível centralidade [ou possíveis centralidades] que possam emergir no tecido urbano. Num terceiro momento deve ser definida uma estratégia de mobilidade e de utilização do espaço público;
2. Definição de um projeto detalhado de caraterização do espaço público.
Neste ponto serão realizadas propostas concretas de projeto, com detalhes, definindo materiais, mobiliário urbano, espécies vegetais e todos os parâmetros julgados convenientes para o projeto de espaço público.
3. Enquadramento dos projetos individuais, realizados no Tema I, na estratégia projetual para o espaço público.
Prevê-se que a estratégia de projeto, concertada em grupo, seja validada em projetos de pormenor na envolvente dos projetos individuais.

Área de Intervenção:
Percurso urbano entre o Largo do Rato e a Colina das Amoreiras.

Metodologia:
1. Serão mantidos os grupos de trabalhos definidos no 1º semestre com aproximadamente 5 estudantes;
2. O exercício abrange toda a área de intervenção, devendo o grupo definir os momentos mais particulares onde as ações de projeto sobre o espaço público possam ser mais relevantes, agindo nesses locais com maior detalhe.
3. Individualmente, deverá ser detalhada a envolvente dos projetos realizados no Tema I.

1.6| TEMA IV– TRABALHO INDIVIDUAL, 2º SEMESTRE

Como conclusão do ano letivo será realizado um trabalho individual que visa o estabelecimento de uma síntese em relação ao percurso de cada um dos estudantes. Este trabalho, pensado para ser desenvolvido no espaço do último mês de aulas, pressupõe a realização de um tema livre a enquadrar pelo próprio estudante. Condiciona-se apenas o desenvolvimento deste último tema ao estabelecimento de uma relação em torno dos exercícios elaborados no curso do ano letivo. Como linhas orientadoras são lançadas algumas pistas:

1. Aplicação direta de um ensaio extraído a partir do trabalho desenvolvido nos laboratórios;
2. Elaboração de projetos de extensão em relação ao programa lançados ao longo escolar;
3. Exercício específico de representação ou performativo em torno do projeto das habitações.

Os objetivos do Tema IV passam pelos seguintes pontos:

1. Desenvolvimento de competências ao nível da problematização em torno da arquitetura produzida por cada estudante. Este exercício será uma oportunidade para construir um enredo discursivo em torno do trabalho de projeto, enriquecendo os pressupostos de base com que cada proposta foi realizada.
2. Consolidação da autonomia dos estudantes em relação aos temas desenvolvidos durante o ano letivo. Ao solicitar-se que cada estudante construa o seu próprio enunciado, procura estimular-se a autonomia em relação ao acompanhamento e orientação dos docentes da UC de PFA.
3. Melhoria e credibilização das propostas individuais iniciadas no 1º semestre. Este exercício deve ser visto como oportunidade para retomar e solidificar as decisões de projeto inicialmente lançadas no âmbito dos exercícios anteriores, nomeadamente do exercício do Tema I.

Área de Intervenção:

Área de intervenção atribuída em contexto de grupo a cada um dos estudantes;

Metodologia:

1. O trabalho deverá ser realizado individualmente;
2. Cada estudante deverá socorrer-se dos meios que julgar conveniente para o desenvolvimento deste exercício;
3. O trabalho deverá evidenciar quer a autonomia, quer a capacidade de problematização de cada estudante.

2

LABORATÓRIO DE CULTURA ARQUITECTÓNICA CONTEMPORÂNEA
Docente: Ana Vaz Milheiro

Tema:
Mundos Ficcionados
Seis cidades africanas – planos urbanos entre 1940 e 1974

Apresentação:
O Estado Novo "inventou" um território urbano capaz de homogeneizar algumas paisagens construídas. É esse território que vamos analisar a partir de seis cidades, uma no continente europeu e as restantes em África. Os desenhos – ou os planos diretores – funcionam como um "guião" que se vai transformando à medida que princípios deterministas começam a apresentar lacunas. Os desenhos mais geométricos e positivistas, de uma primeira fase, dão progressivamente lugar a esquemas mais adaptáveis e moldáveis, de uma segunda e terceira investida estado-novista, e à medida que os arquitetos descobrem as culturas locais. Paradoxalmente, também são os "planos amáveis", aqueles que menos sobrevivem ao tempo, enquanto as geometrias rígidas prevalecem. Com o tema deste ano pretende-se promover leituras sobre a construção do território como um lugar ficcionado e por isso expressão de diversas narrativas que se sobrepõem, completam ou anulam.

Metodologia:
Os trabalhos decorrem em duas fases.
1º semestre: os alunos organizam-se em três grupos de trabalho, distribuindo entre si as seis cidades. Fase de pesquisa em arquivos [Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Documentação do IPAD, etc.], bibliográfica e entrevistas. Abordagem inicial aos casos de estudo. São produzidos um relatório e três recensões de grupo. A primeira recensão parte da análise comparativa dos filmes *A Costa dos Murmúrios*, de Margarida Cardoso [2004] e *20, 13*, de Joaquim Leitão [2006)] numa tentativa em identificar esquemas de representação do território africano, através do cinema, no imaginário português recente. Pretende-se que cada grupo produza não um documento escrito, mas ilustrado, a partir do visionamento sugerido pelos dois filmes. As recensões seguintes inscrevem-se numa metodologia mais convencional, analisando os livros dos arquitetos Francisco Castro Rodrigues, *Um Cesto de Cerejas, Conversas, Memórias, uma vida* [organização e introdução de Eduarda Dionísio, Lisboa: Casa da Achada, 2009]; e Pancho Guedes, *Manifestos Ensaios Falas Publicações* [Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007].

2º semestre:
Cada aluno encontra a sua linha individual de pesquisa dentro do tema geral. A pesquisa bibliográfica torna-se mas específica. A análise é individual e pretende-se original.
É produzido um trabalho final com cerca de 26 páginas datilografadas. Documentação fotográfica, imagens, entrevistas, etc., são incluídos em anexo e não são contabilizados nas 26 páginas finais.
Cada aluno deverá juntar ao trabalho de projeto final o relatório produzido em grupo [facultativo] e o trabalho final individual.

Cidades
1. Lisboa;
2. Praia;
3. Bissau;
4. São Tomé;
5. Luanda;
6. Maputo.